

2

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



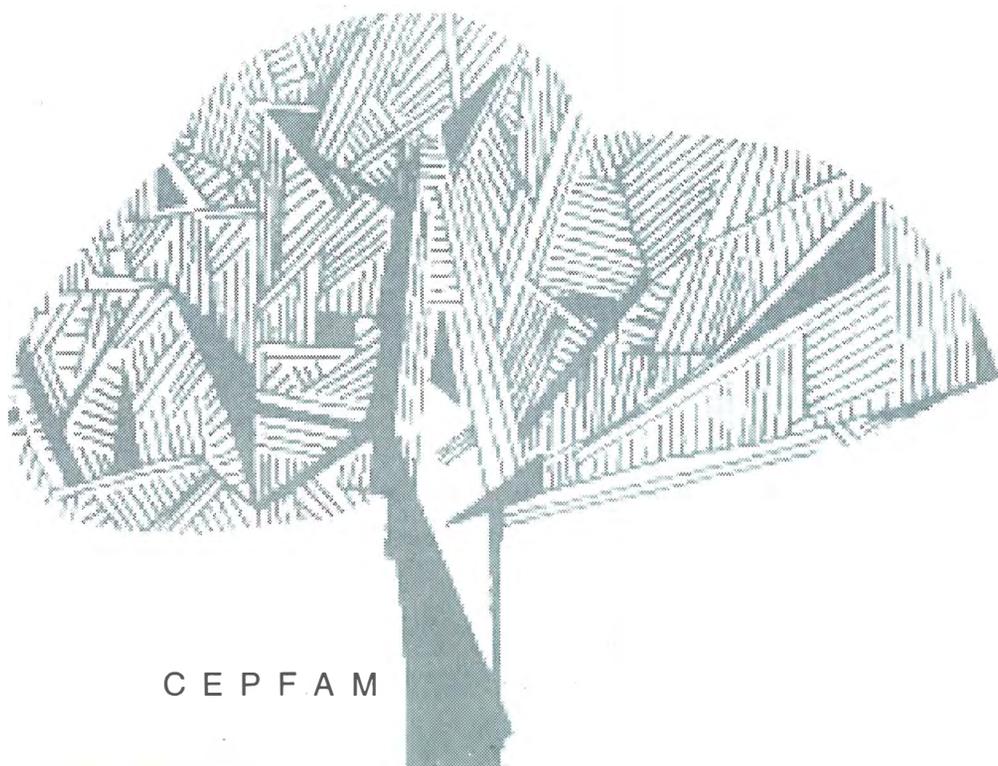
CEPFAM

2

CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO

E FAMÍLIA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE



CEPFAM

Título - POPULAÇÃO E SOCIEDADE - n.º 2/1996

Edição

CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família

Rua do Campo Alegre, 1055

4150 Porto

Telefone/Fax: (02)6001513

Director: FERNANDO DE SOUSA

Comissão de aconselhamento científico

Professor Doutor Jorge Carvalho Arroteia (*Universidade de Aveiro*)

Professor Doutor Celso Almuina (*Universidade de Valladolid- Espanha*)

Professor Doutor Lorenzo Lopez Trigal (*Universidade de Léon- Espanha*)

Professora Doutora Maria Helena Cruz Coelho (*Universidade de Coimbra*)

Professor Doutor António Henrique de Oliveira Marques (*U.N. Lisboa*)

Comissão científica:

Fernando Alberto Pereira de Sousa (*U. do Porto*)

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (*U.N. Lisboa*)

Eurico de Figueiredo (*U. do Porto*)

Gilberta Pavão Nunes Rocha (*U. dos Açores*)

Fátima Sequeira Dias (*U. dos Açores*)

Maria Teresa Rodrigues (*U.N. Lisboa*)

Jorge Fernandes Alves (*U. do Porto*)

Maria da Conceição Meireles Pereira (*U. Porto*)

António do Carmo Reis (*U. Lusitana*)

Vítor Ângelo Patrício (*ISLA, Bragança*)

Maria José Moutinho Santos (*U. do Porto*)

Execução: Gráficos Reunidos, Lda - Porto

ISSN 0873/1861

Depósito Legal n.º 94133/95

Tiragem: 1000 exemplares

NOTA DE ABERTURA

O segundo número da revista *População e Sociedade*, que agora se publica, inclui as comunicações apresentadas ao II Encontro "População Portuguesa- A História e Prospectiva", integrado no projecto com a mesma designação e promovido pelo CEPFAM- *Centro de Estudos da População e Família*, centro com vocação interuniversitária sediado na Universidade do Porto.

O CEPFAM- *Centro de Estudos da População e Família*, entretanto considerado como unidade de investigação da JNICT para efeitos de investigação plurianual, seguindo as recomendações expressas no painel de avaliação das unidades da JNICT, está a proceder a uma reorganização interna com vista à necessidade de otimizar dois aspectos de base:

- o relançamento do projecto inicial "População Portuguesa - História e Prospectiva", até aqui sem financiamento próprio, e agora com uma dotação específica da JNICT para 1997-1999.

- a reorganização de algumas linhas de investigação existentes na unidade, como forma de ampliar a investigação produzida e corresponder às expectativas e potencialidades da sua equipa de investigadores, cujas pesquisas não se restringem aos estudos de população.

Ao reforço de financiamento da JNICT ao CEPFAM, em face da política de financiamento plurianual das unidades de investigação, vem juntar-se uma maior capacidade de resposta do nosso Centro em virtude da integração de mais alguns recém-doutorados, facto que permite a reorganização das linhas de investigação em curso.

Assim, o CEPFAM- *Centro de Estudos da População e Família* desenvolve actualmente as seguintes linhas de investigação:

1. População Portuguesa - História e Prospectiva.

Este projecto que vem sendo desenvolvido desde a fundação do CEPFAM sem apoios financeiros específicos, mas no âmbito do qual se promoveram já dois encontros e se produziram duas revistas e um livro acabado de publicar (*Alto Minho - População e Economia nos Finais de Setecentos*, Lisboa, Presença, 1997), além de diversos artigos e dissertações de doutoramento e mestrado. Obteve, entretanto um financiamento especial da JNICT, por recomendação da Comissão de Avaliação.

2. População Religiosa

Esta linha de investigação tem como objectivo avaliar a quantificação da população religiosa em Portugal (clero secular e clero regular), particularmente na fase histórica de transição do Antigo Regime para o liberalismo, de forma a perceber o peso do enquadramento religioso no processo de modernização da sociedade portuguesa. Procura-se obter a quantificação da população religiosa e proceder ao seu enquadramento histórico.

3. Família e espaços de socialização

É uma linha de investigação pensada desde o início da fundação do CEPFAM, existindo já vários trabalhos publicados neste âmbito. Tem como objectivo a produção de conhecimento em diversas perspectivas disciplinares sobre a natureza e o papel da família, quer do ponto de vista histórico, quer do olhar mais actual das ciências sociais e da psicologia.

4. Estruturas Económicas e industrialização

Trata-se de uma linha de investigação centrada sobre as configurações económicas, modelos empresariais, práticas profissionais e publicismo económico-social. Procurará dar continuidade aos resultados já derivados do projecto "Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX-XX)", o qual tem tido o apoio da JNICT.

5. Relações históricas peninsulares

É uma linha de investigação vocacionada para a problemática das relações externas de Portugal, no âmbito europeu e ultramarino, mas centrada particularmente nas relações com a Espanha e o Brasil. Serão equacionadas do ponto de vista histórico relações culturais, políticas, económicas, sociais e eclesiástico-religiosas do povo português com outras populações.

Para assegurar o desenvolvimento destas linhas de investigação, e de acordo com as necessidades dos investigadores, o CEPFAM continuará a:

- disponibilizar meios de financiamento de pesquisa (recolha de informação, missões a arquivos, tratamento de dados, etc.);
- considerar o apetrechamento da biblioteca própria;
- reforçar o equipamento informático;
- promover encontros (está em organização o 3º Encontro "População Portuguesa- História e Prospectiva" e realizar-se-ão outros para as diferentes linhas de investigação);
- publicar a sua revista *População e Sociedade*, estando ainda prevista a publicação de cadernos monográficos, se for tido por conveniente.
- considerar a participação dos investigadores do CEPFAM em iniciativas de outros centros ou unidades de investigação e ensino, desde a realização de colóquios e conferências, bem como na publicação de estudos em diversas publicações afectas a diferentes instituições, de forma a proporcionar o debate, o intercâmbio e a divulgação do conhecimento.

II ENCONTRO

POPULAÇÃO PORTUGUESA HISTÓRIA E PROSPECTIVA

*Comunicações ao Encontro promovido pelo
CEPFAM - Centro de Estudos da População e Família*

Porto, 26-27 de Janeiro de 1996

Com o apoio de:

JNICT

Fundação Calouste Gulbenkian

Fundação Dr. António Cupertino de Miranda

Fundação Eng.º António de Almeida

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Governo Civil do Porto

Reitoria da Universidade do Porto

A POPULAÇÃO PORTUGUESA NOS INÍCIOS DE SÉCULO XIX

Fernando de Sousa
Universidade do Porto

"Toute science humaine, sans une puissante base démographique, n'est qu'un fragile château de cartes, toute l'histoire, qui ne recourt pas à la démographie, se prive du meilleur instrument d'analyse".

"Toute l'histoire est là, dans la vie qui s'écoule, dans la vie qui meurt. L'histoire, la vraie, se place nécessairement au temps de la vie, et au temps de la mort".

(Pierre Chaunu, *Histoire, Science Sociale*, Paris, 1974, p. 291-292)

1. Introdução

Este trabalho, que tem por tema a população portuguesa em princípios do século XIX, baseia-se, fundamentalmente, nos recenseamentos efectuados em 1801 e 1802, constituindo parte da nossa tese de doutoramento, defendida em 1979 ¹.

Do censo de 1801, conheciam-se já os seus resultados globais, desde as primeiras décadas do século XIX.

Logo em 1804, Manuel Araújo, funcionário da Secretaria de Estado da Fazenda, apresentou à Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, a "povoação" existente em 1801, especificando, por comarcas e concelhos, os fogos e "almas" e registando, por comarcas, os homens, mulheres, nascimentos e óbitos. Este trabalho, que se manteve inédito até 1948, ano em que foi publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, revela, porém, numerosas lacunas, de que a comarca de Lamego é exemplo notório ².

Alguns anos mais tarde, em 1811, o volume I do *Investigador Portuguez em Inglaterra* ³ publicava os resultados do censo de 1801, por bispados, incluindo os isentos do Priorado do Crato, de Santa Cruz de Coimbra e de Grijó, indicando o número de freguesias que formavam as dioceses, a população por sexos e grupos de idades, os nascimentos, óbitos e saldo fisiológico.

No ano seguinte, Marino Miguel Franzini, no *Roteiro das Costas de Portugal* ⁴, serviu-se das "excellentes taboas estadísticas que se formarão em 1801", para fornecer a população dos portos do Reino. E nas suas *Reflexões sobre o actual Regulamento do Exercito de Portugal* ⁵, apresentou um mapa com os dados do recenseamento de 1801, indicando o número de fogos e habitantes, por comarcas e províncias. Em 1820, as *Instrucções que devem regular as Eleições dos Deputados que vão a formar as Cortes Extraordinarias Constituintes no anno de 1821* ⁶, apresentaram um mapa dos eleitores e deputados que cabem aos concelhos e comarcas do Reino, baseado no censo de 1801, do qual se referem o número das freguesias, fogos e habitantes, por comarcas.

O mesmo acontece com a *Lei sobre a Liberdade de Imprensa*, de 12 de Julho de 1821, a qual indica, por comarcas, o número de fogos apurado em 1801.

Finalmente, Adrien Balbi, no seu valioso *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*⁷, fornece os resultados globais do censo de 1801, apresentando o número de paróquias, fogos e habitantes, por comarcas e províncias.

Contudo, para além destes resultados globais, desconhecia-se o grau de confiança que tais fontes nos mereciam, pois, não só se ignoravam os dados originais que teriam permitido chegar a tais resultados, como a crítica interna das referidas fontes, pondo em evidência lacunas graves e erros grosseiros, levantava sérias dúvidas quanto aos cálculos apresentados.

Do censo de 1802, desconhecia-se qualquer referência ou notícia relativa ao mesmo, tendo permanecido, até ao momento, inédito.

O essencial do fundo documental constituído por ambos os recenseamentos, faz parte do Arquivo da Assembleia da República, uma vez que, em 1821, os “mappas e papeis relativos à povoação do Reyno”, que se encontravam na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, foram remetidos às *Cortes Gerais e Extraordinárias* a fim de servirem de base às instruções que deviam regular as eleições dos deputados às Cortes Constituintes⁸.

O levantamento exaustivo das fichas que integram tais censos reservou-nos a desagradável surpresa de verificarmos que, se as lacunas do recenseamento de 1801 eram menosprezáveis, o mesmo não acontecia com o recenseamento de 1802, uma vez que, deste, apesar de ter sido, como o censo do ano anterior, de âmbito nacional, não encontramos as fontes relativas às freguesias de algumas dioceses do Reino, sobretudo, do Portugal meridional. As pesquisas efectuadas no Arquivo da Assembleia da República, no sentido de, eventualmente, detectarmos a parte do recenseamento de 1802 que faltava, revelaram-se inúteis. Inglória, também, se demonstrou a investigação que fizemos no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, com o mesmo fim. Posteriormente, viemos a encontrar, na Torre do Tombo, os dados originais relativos à Diocese de Bragança. E nada mais.

Assim e no que diz respeito ao censo de 1802, dispomos de dados que apenas nos permitem a cobertura parcial do país⁹, facto tanto mais lamentável quanto este censo completa, em muitos aspectos, o recenseamento de 1801, principalmente, no que respeita à composição da população portuguesa por grupos de idades e estado civil, à nupcialidade, à distribuição da mortalidade por grupos etários, e às causas das mortes.

O nosso trabalho não se limitou, contudo, ao levantamento e exploração destes recenseamentos, uma vez que nos servimos, igualmente, de todas as fontes, manuscritas ou impressas, que dizem respeito à população portuguesa dos finais de Setecentos e primeiros anos de Oitocentos, nomeadamente, dos recenseamentos do Minho, Trás-os-Montes e Algarve, levados a cabo nas últimas décadas do século XVIII, fontes que nos obrigaram a um labor crítico considerável, mas que forneceram preciosos contributos quanto ao estado e movimento da população, permitindo úteis análises comparativas.

Desde cedo, todavia, nos apercebemos que o nosso trabalho, de índole essencialmente demográfica, exigia o levantamento sistemático da divisão administrativa e eclesiástica do Reino, nos princípios de Oitocentos, a fim de conhecermos as freguesias e concelhos que integravam as comarcas, províncias e dioceses, já para detectarmos possíveis lacunas, já para podermos comparar os dados relativos a uma mesma região ou circunscrição administrativa, em anos diferentes, já, ainda, para evitarmos o cálculo errado da população, a nível regional e nacional. Esse levantamento administrativo-eclesiástico, que nos vimos obrigados a elaborar, dada a inexistência de estudos deste carácter para o Antigo Regime, extenuante e complexo por razões que se apontam mais adiante, constituiu o apêndice da nossa tese de doutoramento.

A necessidade de avaliarmos a natureza e importância das fontes de que nos servimos e de, por outro lado, situarmos historicamente os recenseamentos de 1801-1802 – os quais, sem esquecer a influência dos censos espanhóis de 1787 e 1797, este, publicado em 1801, e dos censos francês e inglês realizados, também, em 1801, representam, sobretudo, o coroar de esforços contínuos, por parte do Estado português, no sentido de se calcular a população portuguesa –, levou-nos a efectuar uma ligeira caracterização socioeconómica dos anos em que se processaram os censos, e a proceder a uma rigorosa crítica histórica e demográfica dos mesmos, em ordem a podermos avaliar a sua importância.

Seguidamente, abordamos o estado da população portuguesa, por províncias e comarcas, a nível nacional. Com efeito, pensamos que é útil e necessário analisar, por províncias, a realidade demográfica, pois, desse modo, não só trabalhamos com efectivos consideráveis, quer a nível do estado, quer a nível do movimento da população, o que reduz significativamente as variações aleatórias, como também não podemos ignorar a diversidade regional que o nosso País (no passado, muito mais que no presente), mau grado a sua reduzida extensão, encerra. Numerosos, variados e complexos factores exercem a sua influência, positiva ou negativa sobre a população, sua evolução, dinâmica, mentalidade, etc. Regiões diferentes, geográfica, histórica, económica e socialmente, apresentam, sob o aspecto demográfico, estruturas e características próprias.

Será que assim era, já no dealbar do século XIX?

2. Divisão Administrativa e Eclesiástica de Portugal nos inícios do século XIX

" As divisões das Províncias, que já de seu são arbitrárias, e raras vezes reguladas por limites naturaes, assim mesmo, não quadrão perfeitamente com as dos Governos militares, nem com os districtos exactos de hum certo numero de Comarcas, ou de Provedorias, ao mesmo tempo que os districtos d'estas duas ultimas também se não ajustão entre si; se a isto se ajuntão novas irregularidades que resultão das encravações, e as anomalias, que as antigas jurisdicções de Donatarios tinhão creado, e que a ultima legislação a este respeito continuou a consagrar..."

(Cândido José Xavier, "Considerações sobre a Statistica", *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, t.X, Paris, 1820, p. 150).

2.1. Divisão Administrativa

Portugal, ao começar o séc. XIX, encontrava-se dividido em 43 comarcas de correição, das quais, 27 pertencentes à Coroa, 9 à Casa do Infantado, 4 à Casa de Bragança e 3 à Casa das Rainhas (quadro nº1).

Lisboa e seu termo gozava de um estatuto jurídico-administrativo especial, embora, geralmente, fosse considerada como uma comarca.

A divisão regional tradicional do território português, em seis províncias, – ainda que, até ao séc. XVI, a província tivesse existência administrativa, pois constituía uma

QUADRO N.º 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONCELHOS POR COMARCAS – 1801-1802

COMARCAS	CID	VIL	CON	COU	HON	JUL	REG	TOTAL
ALCOBAÇA (Coroa)	–	13	–	–	–	–	–	13
ALENQUER (Casa das Rainhas)	–	7	–	–	–	–	–	7
ARGANIL (Coroa)	–	21	–	2	–	–	–	23
AVEIRO (Coroa)	1	35	–	2	–	–	–	38
AVIS (Coroa)	–	18	–	–	–	–	–	18
BARCELOS (Casa de Bragança)	–	9	8	6	2	–	–	25
BEJA (Infantado)	1	13	–	–	–	–	–	14
BRAGA (Coroa)	1	–	–	16	–	–	–	18
BRAGANÇA (Casa de Bragança)	1	11	–	–	7	–	–	19
CASTELO BRANCO (Coroa)	1	24	–	–	–	–	–	25
CHÃO DE OUCE (Infantado)	–	5	–	–	–	–	–	5
COIMBRA (Coroa)	1	21	–	24	–	–	4	50
CRATO (Infantado)	–	14	–	–	–	–	–	14
ELVAS (Coroa)	1	6	–	–	–	–	–	7
ÉVORA (Coroa)	1	16	–	–	–	–	–	17
FARO (Casa das Rainhas)	2	1	–	–	–	–	–	3
FEIRA (Infantado)	–	6	–	4	–	–	–	10
GUARDA (Coroa)	1	31	–	–	–	–	–	32
GUIMARÃES (Coroa)	–	2	10	13	2	–	–	27
LAGOS (Coroa)	1	6	–	–	–	–	–	7
LAMEGO (Coroa)	1	57	4	1	1	–	–	64
LEIRIA (Coroa)	1	9	–	–	–	–	–	10
LINHARES (Infantado)	–	7	–	–	–	–	–	7
LISBOA	1	1	–	–	–	–	–	2
MIRANDA (Coroa)	1	13	–	–	–	–	–	14
MONCORVO (Coroa)	–	20	–	–	–	–	–	20
OURÉM (Casa de Brahança)	–	2	–	–	–	–	–	2
OURIQUE (Coroa)	–	17	–	–	–	–	–	17
PENAFIEL (Coroa)	1	–	7	5	3	–	–	16
PINHEL (Infantado)	1	3	–	–	–	–	–	4
PORTALEGRE (Coroa)	1	11	–	–	–	–	–	12
PORTO (Coroa)	1	1	9	18	9	3	–	41
RIBATEJO (Infantado)	–	7	–	–	–	–	–	7
SANTARÉM (Coroa)	–	17	–	–	–	–	–	17
SETÚBAL (Coroa)	–	19	–	–	–	–	–	19
TAVIRA (Coroa)	1	3	–	–	–	–	–	4
TOMAR (Coroa)	–	23	–	–	–	–	–	23
TORRES VEDRAS (Coroa)	–	11	–	–	–	1	2	14
TRANCOSO (Coroa)	–	46	–	–	1	–	–	47
VALENÇA (Infantado)	–	2	1	1	–	–	–	4
VIANA (Coroa)	–	6	13	12	–	–	–	31
VILA REAL (Infantado)	–	15	5	3	1	–	–	24
VILA VIÇOSA (Casa de Bragança)	–	12	–	–	–	1	–	13
VISEU (Coroa)	1	18	30	8	–	–	–	57
TOTAL	22	579	88	115	26	5	6	841

CID – Cidades
VIL – Vilas
CON – Concelhos
COU – Coutos
HON – Honras
JUL – Julgados
REG – Reguengos

comarca à frente da qual se encontrava um magistrado –, não tinha outro significado que não fosse o de natureza histórico-geográfica e, parcialmente, militar:

- a) os seus limites não correspondiam aos limites das comarcas; unidades territoriais demarcadas, umas vezes, por acidentes naturais, outras vezes, arbitrariamente, as linhas divisórias ignoravam os concelhos, freguesias, povoações até, que se distribuíam, não raras vezes, por diferentes províncias;
- b) não havia qualquer magistrado, quaisquer órgãos administrativos responsáveis pelas mesmas.

A comarca era, assim, a circunscrição administrativa (e judicial) básica, constituindo a área de jurisdição do corregedor, o qual, com atribuições civis (e criminais), habitava, normalmente, a “capital” da mesma e, “em correição”, percorria, todos os anos, o seu território.

Circunscrição muito irregular, que estava longe de obedecer a quaisquer princípios de eficácia administrativa, de homogeneidade geográfica, demográfica ou sociocultural, a comarca, ora cobria vastas regiões – comarcas de Bragança, Coimbra, Tomar –, dispersas por mais de uma província – comarcas de Barcelos, Lamego, Crato, Beja –, sem qualquer continuidade geográfica – Valença, Porto, Coimbra, Avis –, ora se reduzia a pequenas áreas, como as comarcas de Chão de Couce, Elvas ou Ribatejo.

O mesmo acontecia no que diz respeito à sua população, a qual variava entre 6 000 e 200 000 almas.

A lei de 19 de Julho de 1790 e o alvará de 7 de Janeiro de 1792, tendo em consideração a extensão de algumas comarcas, de tal modo que os corregedores não podiam cumprir com as suas obrigações, “nem o povo haver a justiça, que se lhe deve” – os habitantes de algumas comarcas demoravam 3 dias a chegar à sede das mesmas –, expressamente determinaram uma nova demarcação das comarcas, a abolição de coutos e honras e a anexação das ouvidorias, então extintas, às comarcas em que se encontravam situadas, ou com as quais confinavam, sempre que o território das ouvidorias não pudesse formar novas comarcas ¹⁰.

A lei, porém, não se cumpriu e a comarca, até à reforma de Mousinho da Silveira – decreto nº 23, de 16 de Maio de 1832 –, manteve a sua estrutura tradicional:

- a) Concelhos, vilas, honras e coutos, fazendo parte de uma comarca, continuaram “encravados” noutras comarcas, sujeitos a várias jurisdições, já por parte dos donatários – como Águeda, na Beira, que sofria 4 senhorios –, já por parte dos magistrados – como Alhandra, na Estremadura, onde entravam 3 corregedores, o da Corte, por ser a vila compreendida no termo dela, o da comarca do Ribatejo, po Alhandra lhe ter sido adjudicada pela novíssima lei das jurisdições e o de Torres Vedras, “por lhe ser assinada na demarcação antiga” ¹¹.
- b) Igualmente se mantiveram correições anexas a outras comarcas, como a de Mira, da Casa das Rainhas, anexa à comarca de Aveiro; a de Odemira, anexa à comarca e provedoria de Beja; e até, a correição das terras do duque de Cadaval, anexa à comarca de Beja, na qual o donatário “dá carta ao ministro que lhe parece”, no fundo, uma autêntica ouvidoria ¹².
- c) Por fim, pequenas ouvidorias, incapazes de darem origem a novos territórios de correição, não foram integradas ou anexadas a qualquer comarca, assim permanecendo, desgarradas, subtraindo-se totalmente à divisão administrativa

do território português, ignoradas pelos corregedores e, não raras vezes, pela própria administração central:

- Vila de Ficalho, no Alentejo, ouvidoria do conde de Ficalho, integrada por nós, para efeitos populacionais, na comarca de Beja.
- Vila de Álvaro, na Estremadura, ouvidoria do marquês de Marialva, Casa de Cantanhede, constituindo com a vila de Oleiros uma comenda da Ordem de S. João de Jerusalém, integrada por nós na comarca de Crato.
- Vilas do Rabaçal, Arega e Alvaiázere, a primeira, da Beira, as outras duas, da Estremadura, ouvidoria do duque de Cadaval, integradas por nós na comarca de Tomar.
- Vila de Vale da Coelha, na Beira, raia de Espanha, “propria” do Mosteiro de Santa Cruz, ouvidoria dos coutos da Universidade de Coimbra, integrada por nós na comarca de Pinhel.

Lisboa e seu termo encontrava-se dividida em 13 bairros e 45 julgados. Os bairros agrupavam, indistintamente, freguesias da cidade e do termo – Alfama, Andaluz, Bairro Alto, Belém, Castelo, Limoeiro, Mocambo, Mouraria, Remolares, Ribeira, Rocio, Rua Nova e Santa Catarina –, tendo, como magistrados, corregedores ou juizes do crime.

As comarcas eram constituídas por *concelhos*, designação genérica que, desde o séc. XVIII, abrangia as *ciudades* e *vilas*, com os seus respectivos termos – Algarve, Alentejo, Estremadura – *concelhos* propriamente ditos – Minho e Beira –, *coutos e honras* – Minho, Beira e Trás-os-Montes –, *julgados* – Minho, Estremadura, Alentejo –, *reguengos* – Beira e Estremadura – e à frente dos quais se encontravam, de acordo com a importância dos mesmos, juizes de fora, ou juizes ordinários.

QUADRO N.º2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONCELHOS POR PROVÍNCIAS – 1801-1802

PROVÍNCIAS	CID	VIL	CON	COU	HON	JUL	REG	TOTAL
MINHO	3	15	46	67	15	3	–	149
TRÁS-OS-MONTES	2	62	5	5	8	–	–	82
BEIRA	7	270	37	43	3	–	4	364
ESTREMADURA	2	122	–	–	–	1	2	127
ALENTEJO	4	99	–	–	–	1	–	104
ALGARVE	4	11	–	–	–	–	–	15
TOTAL	22	579	88	115	26	5	6	841

Por vezes, *juogado* aparece com o significado de *concelho*, em sentido lato, classificado, de acordo com o magistrado que o preside, como *juogado de vara branca* (juiz de fora) ou *juogado ordinário* (juiz ordinário).

Coutos, honras, julgados e reguengos, administrativamente, eram considerados como *concelhos* propriamente ditos, dos quais apenas diferiam na origem e privilégios.

Existiam *concelhos* que não tinham casa da câmara, pelourinho, ou cadeia; e, muito menos, moradores que soubessem ler e escrever para servirem nos cargos da governação.

QUADRO N.º3 – CONCELHOS SEM FREGUESIA PRÓPRIA – 1801-1802

PROVÍNCIAS	COMARCAS	CONCELHOS
MINHO	BARCELOS	couto de Casais
	GUIMARÃES	couto da Lajeosa couto da Pousadela
	PENAFIEL	couto de Vila Boa de Quires
	PORTO	honra de Gosende couto de Loriz
TRÁS-OS-MONTES	BRAGANÇA	honra dos Místicos
	VILA REAL	vila de Canelas vila de Galegos
BEIRA	ARGANIL	couto de Midões
	AVEIRO	vila da Agueira vila da Anadia vila de Assequins vila de Brunhido vila de Casal de Álvaro couto da Ermida vila de Paredes do Bairro vila do Pinheiro vila do Serém vila de Sorães
	COIMBRA	reguengo das Abitureiras couto de Arazedo de St. ^a Cruz couto de Monte Redondo couto de Urmar couto de Vale de Todos couto de Zambujal
	FEIRA	vila de Pereira Susã
	LAMEGO	vila de Burgo vila de Campo Benfeito vila de Medelo vila de Raiva honra de Ribelas vila de Rução vila de Soutosa
	TRANCOSO	vila de Casal do Monte
	UIXÉ	vila de Agueira couto de Arcozelo concelho do Barreiro couto do Covelo concelho do Folhadal couto de Goje vila da Perselada concelho de Ranhados outo de Rio de Mel
ESTREMADURA	TORRES VEDRAS	vila de Enxara dos Cavaleiros
ALENTEJO	BEJA	vila de Água de Peixes
	ELVAS	vila de Capelins
	ÉVORA	vila de Vila Nova do Príncipe Regente
	VILA VIÇOSA	vila de Reguengo

Muitos deles eram minúsculos, constituídos por uma ou duas freguesias. Números, sobretudo na Beira, eram aqueles que não integravam, sequer, uma freguesia, circunscritos a uma ou mais vintenas ou povos, e dos quais, por vezes, a administração central, nem o nome conhecia.

A confusão tornava-se inevitável, de tal modo que as informações de corregedores e provedores, atinentes aos concelhos de uma mesma comarca, nem sempre concordavam.

Em 1801-1802, o seu número atingia os 841 (quadros nº 1 e 2), dos quais, 49, sem “freguesia própria” (quadro nº 3).

Os concelhos, em sentido lato, por sua vez dividiam-se em vintenas, em princípio, constituídas por 20 fogos, vizinhos ou casais, à frente das quais se encontravam os *juizes de vintena* ou *juizes vinteneiros*, chamados *quadrilheiros* na comarca do Porto, ou julgados – raramente, apenas nos casos em que os termos das cidades ou vilas eram muito extensos, como acontecia em Lisboa, Barcelos e Bragança.

Ainda que o livro 1, tt. 65, parágrafo 74 das Ordenações determinasse a existência de juizes de vintena nas aldeias com mais de 20 vizinhos, que distassem, no mínimo, uma légua da capital do concelho, a verdade é que, nos inícios do séc. XIX, tal se não cumpria. Os termos dos concelhos dividiam-se em vintenas, pequenos distritos de uma só freguesia, quando esta tinha uma área significativa, ou abrangendo toda uma freguesia, se esta era pequena, mas, em ambos os casos, sem qualquer relação com a distância a que ficavam da sede do concelho. As vintenas definiam-se, assim, em função de um certo território e não dos lugares ou povoados; e, por tal, os juizes de vintena passaram a exercer a sua jurisdição em todos os lugares de que o seu distrito se compunha.

As vintenas tomavam o nome do lugar principal do distrito, de uma povoação, da freguesia, de uma capela, etc. Acontecia mesmo que, por vezes, a vintena, compreendendo uma freguesia, tivesse o nome da povoação mais populosa – p. ex., a vintena do Padrão, na comarca do Crato, correspondia a toda a freguesia do Esteval.

Alguns concelhos, porém, encontravam-se divididos, não em vintenas, mas em aldeias, povos ou povoações, como na comarca de Vila Real.

2.2. Divisão Eclesiástica

Eclesiasticamente, Portugal encontrava-se dividido em 17 dioceses, ou seja, três arcebispados – o Patriarcado, Braga e Évora – e 14 bispados sufragâneos dos anteriores.

A freguesia de Tourém, comarca de Bragança, pertencia à diocese de Orense.

Bispados e arcebispados embora homogêneos geograficamente, contavam áreas e populações muito diversas, criados, por vezes, arbitrariamente, como na época pombalina, mais ao capricho do governante, com fins políticos, que das reais necessidades religiosas do povo.

Dioceses havia que não tinham 50 freguesias – Elvas, Portalegre – em oposição a outras com mais de 300 – Patriarcado, Porto, Bragança e Miranda. O imenso arcebispado de Braga abrangia 1290 freguesias, estendendo-se do Alto Minho ao leste trasmontano, com regiões que, durante largas dezenas de anos, não eram visitadas pelos arcebispos.

As dioceses encontravam-se divididas em arciprestados, vigararias ou comarcas eclesiásticas que, por sua vez, integravam um número variável de freguesias.

Os seus limites não coincidiam com os limites das circunscrições administrativas, pelo que, freguesias de um mesmo concelho, povoações de uma só freguesia repartiam-se por dioceses diferentes. Por outro lado, era vulgar uma só freguesia pertencer a vários concelhos, como Santa Maria Alta de Meinedo, no Minho, repartida pelos coutos de Casais e Bustelo, pelo concelho de Lousada e pela honra de Meinedo.

As dioceses não somavam todas as freguesias do Reino, pois, algumas delas, não dependiam dos bispos ou arcebispos, mas de abades ou prelados que, não só detinham a jurisdição religiosa das mesmas, como dependiam directamente da Santa Sé.

Eram os *isentos*, *nullius diocesis*, os quais, espalhados um pouco por todo o território, encravados nas dioceses, subtraíam-se não só à hierarquia eclesiástica nacional, a que não estavam vinculados, como, até, à administração central que, não raramente, os desconhecia. Criados, normalmente, para privilegiar algumas ordens militares ou mosteiros, formados por uma ou várias freguesias, atingindo num ou outro caso dimensões consideráveis – o isento do Crato, distribuído por duas províncias, identificava-se com a comarca do mesmo nome –, os *isentos* constituíam em Portugal – como na Espanha, pois o isento é uma realidade ibérica –, um sério obstáculo ao conhecimento do número total das freguesias do Reino.

E não é fácil conhecer as freguesias de Portugal nos finais do Antigo Regime e pensar-se que o seu número, num dado momento, continua válido passados alguns anos.

Não nos referimos, é evidente, às novas freguesias que surgiam quando o crescimento da população, o isolamento dos povos, ou outras razões assim o justificavam. Mas às freguesias anexas, às filiais das igrejas paroquiais que, os bispos, por sua livre vontade, anexavam ou desanexavam, aumentando ou diminuindo o número das freguesias das suas dioceses. Referimo-nos, ainda, às paróquias que os prelados diocesanos pura e simplesmente suprimiam, em definitivo, ou só durante algum tempo, como aconteceu, em 1801-1802, na diocese de Elvas, devido, possivelmente, às perturbações originadas pela Guerra das Laranjas, a qual determinou a perda definitiva de Olivença e das sete freguesias que integravam esse concelho.

Em 1801-1802, o número de freguesias existentes no Reino era de 4 092, pertencendo 3 976 às 17 dioceses, 115 a 18 isentos e uma freguesia à diocese de Orense (quadro nº 4).

QUADRO N.º 4 – DIVISÃO ECLESIÁSTICA DE PORTUGAL – 1801-1802

DIOCESES	N.º DE FREGUESIAS	ISENTOS	N.º DE FREGUESIAS
ALGARVE	70	BARRANCOS	1
AVEIRO	70	CRATO	36
BEJA	119	FIÃES	1
BRAGA	1 290	FONTES	3
BRAGANÇA E MIRANDA	332	GRIJÓ	7
CASTELO-BRANCO	81	LEÇA DO BALIO	5
COIMBRA	282	MONTOUTO	1
ELVAS ¹	38	POIARES	9
ÉVORA	144	REFÓIOS DE LIMA	2
GUARDA	205	ROMEU	1
LAMEGO	241	STA. CRUZ DE COIMBRA	6
LEIRIA	50	STA. CRUZ DE LAMEGO	1
LISBOA	334	S. CRISTÓVÃO DE LAFÕES	2
PINHEL	149	S. JOÃO DE SALZEDAS	5
PORTALEGRE	41	S. JOÃO DE TAROUCA	4
PORTO	330	S. PEDRO DAS ÁGUIAS	8
UISEU	200	SOALHÃES	2
ORENSE	1	TOMAR	21
TOTAL	3 977	TOTAL	115

¹ Sem as 7 freguesias do concelho de Olivença, perdido em 1801.

Uma defeituosa e arcaica organização administrativa do território, na qual, sistema administrativo e judicial se confundiam, caracterizada pela inexistência de “um centro comum de administração”, por uma multiplicidade e “mistura” de jurisdições e por um excessivo se não desconhecido número de concelhos, aliada a uma desigual repartição eclesiástica do Reino, fragmentada pelos isentos, explicam, em grande parte, os “poderosos inconvenientes” com que o Estado deparava, sempre que se pretendia efectivar um recenseamento da população, o qual, necessariamente, passava pelas autoridades eclesiásticas.

Mau grado as tentativas reformistas da última década do século XVIII, Portugal, nos inícios de Oitocentos, mantinha ainda, praticamente intacta, sob ponto de vista administrativo e eclesiástico, a estrutura pesada e inoperante do Antigo Regime.

3. Os Recenseamentos de 1801-1802

“As noticias Estatisticas de qualquer genero poucas vezes se podem alcançar com alguma segurança... he só a authority do Governo quem as pode subministrar; e quanto mais capas he esta authority de se fazer respeitar, e obedecer, tanto maior confiança merecem as relações que se colligem”.

(Manuel Travações da Costa Araújo, na introdução às *Taboas Topograficas e Estatisticas de 1801*).

“La critique des sources demeure la discipline fondamentale de l'historien qui s'intéresse à la démographie ancienne; toutes les astuces statistiques et les théories mathématiques demeurent secondes, sinon superflues. Ce qui importe, ce n'est pas l'abondance des chiffres et la complexité savante des graphiques, c'est la valeur critiquée des sources; hors de là, il n'est aucune vérité”.

(Pierre Goubert, “La mortalité en France sous l'Ancien Régime. Problèmes et hypothèses”, *Actes du Colloque International de Démographie Historique*, Paris, 1965, p. 84).

Como já tivemos oportunidade de referir, os anos de 1801 e 1802 deram lugar a dois recenseamentos com características diversas, mas com um objectivo idêntico, qual é o da contagem rigorosa da população portuguesa.

Não iremos, agora, explicar o complexo e moroso caminho que levou à elaboração destes censos, uma vez que já o fizemos no artigo intitulado *A População Portuguesa em finais do Século XVIII*¹³, demonstrando que estes recenseamentos constituem o corolário dos esforços desenvolvidos nas últimas décadas do século XVIII para se conhecer o estado e o movimento da população do Reino – sem esquecermos, é evidente, a influência dos censos espanhóis, como já referimos.

Vamos, isso sim, apresentar, por comarcas e por províncias, a população portuguesa em 1801, precedida, em ordem a uma melhor compreensão dos resultados obtidos, pela caracterização sumária dos anos de 1801-1802, pelas operações que estão na

origem dos censos efectuados nesses anos e pela análise crítica das fontes, quer sob o ponto de vista histórico, quer sob o ponto de vista demográfico.

3.1. Os anos dos recenseamentos (1801-1802)

Os recenseamentos dizem respeito aos anos de 1801-1802. Anos que se inscrevem na difícil conjuntura do séc. XVIII e princípios do século XIX, que afectou grande parte dos países da Europa ocidental (1790-1815) e que, demograficamente, se caracteriza, numa primeira fase, por um crescimento da população muito lento e, numa segunda fase, pela estagnação, senão recuo populacional.

A subida mundial dos preços que, em França, se agrava a partir de 1797, sobretudo no sul-sudoeste e atinge o seu máximo, como aliás em Inglaterra, em 1801, determina, na Península, amplas flutuações dos mesmos, a partir da última década do século XVIII, flutuações tanto mais violentas quanto os preços do trigo vão alcançar os níveis mais elevados de todo o século.

É a crise da “escassez de pão”, como a definiu Pierre Vilar para a Catalunha (1793-1812), intensificada na Península pelas invasões francesas, que se prolonga, embora descontinuamente, até 1834-1836, coincidindo, assim, com as várias fases da liquidação política do Antigo Regime, a determinar um forte acréscimo de mortalidade.

Essa série de más colheitas (1784-1793 e 1793-1804) originadas, segundo tudo leva a crer, por más condições climáticas, provoca um agravamento dramático das condições de vida do campesinato e salda-se por várias epidemias, as quais, a partir de 1800 – febre amarela em Cádiz –, fazem a sua aparição, dizimando as populações sub-alimentadas.

Em Portugal, as más colheitas parecem iniciar-se por 1790. A carestia do pão oprimiu todo o Minho em 1791. Na Beira Litoral, os anos de 1789-1793 foram anos de penúria. Em 1793-1794, uma seca excepcional afecta todo o Reino, sobretudo o Sul, pelo que, o “pão do mar”, tem de ser enviado para o Alentejo. Em 1796, a importação de grão atinge os valores mais elevados da última década do século. O ano de 1797 caracteriza-se por um verão excessivo. Pelo contrário, 1799 revelou-se muito chuvoso e com um verão frio, colhendo poucos cereais. “Continuas chuvas” mantiveram-se no inverno e primavera de 1800. Em Janeiro, choveu “como não havia memória”. Coimbra foi devastada por um furacão. O Alentejo sofreu grandes prejuízos, os campos assolados, as casas destruídas. Julho foi um mês de “ardentíssimo calor”. O ano é de esterilidade, com baixa produção de trigo e cevada. Lisboa sofre um duro inverno, com falta de lenha e carvão. Em 1801, a escassez dos cereais permanece. Em 1802, o mês de Janeiro, rigoroso, foi comparado aos “frios de 1762”. A primavera, seca, exigiu preces, mandadas fazer pelo patriarca de Lisboa, implorando chuvas. O ano foi pouco abundante e a carestia de cereais continua em 1803-1804, originando neste último ano uma violenta importação de pão, superior às de 1796 e 1801¹⁴.

É certo que um mau ano agrícola nunca se revela mau para todas as produções. Alguns destes anos foram, de certo modo, compensados por boas colheitas de azeite e vinho (1801 e 1803). Mas o pão é a produção fundamental, o alimento quase único do Portugal rural de inícios do século XIX.

A carne de vaca ia apenas à mesa das famílias que viviam “com alguma abastança”. A população das cidades e vilas do interior comia apenas algum chibato. Mas a “classe infima, que he a mais numerosa”, sustentava-se de broa de milho nas províncias do

norte, de pão de trigo ou centeio no Alentejo, Beira e interior trasmontano. Na Beira e no Minho via-se comer “com admiração metade de huma borra com uma sardinha”. No Alentejo, a gente do campo tinha “por comida ordinaria açorda d’alho, e migas, cujo maior valor” consistia no pão. Em Trás-os-Montes, comia-se “muito pão sêco e em sopas”, até 8 e 10 arráteis diários por pessoa. Pão e legumes constituem “o alimento mais comum da gente pobre das aldeas, villas, e cidades”¹⁵.

E o que era esse Portugal, na viragem do século XVIII para o século XIX, senão um país de camponeses? A miséria alastrava, “principalmente nos campos, onde na verdade tudo he pobreza”. “As villas, os lugares, e as aldeas deste Reino, que formão os tres quartos da sua população, devem antes chamar-se domicilios de pobres”. Nas terras dos senhores ou donatários, “a condição dos colonos he tão miserável como a dos antigos servos da Russia. Rações de terço, e quarto; jugada; oitavas, dizimos, coimas; innumeraveis imposições; dureza dos exactores; usura dos rendeiros”; “tudo isto impede a população, em quanto defrauda os meios de subsistir”¹⁶.

Subsistência difícil, regulada pelo pão, sobretudo o pão de trigo que, segundo Rodrigues de Brito, constitui “o preço de todos os generos”, não só dos produtos agrícolas como dos produtos manufacturados, ainda que o milho fosse comum nas províncias do norte, o centeio no Alentejo, o figo no Algarve, e as batatas e farinha de pau nalgumas regiões¹⁷.

Ora, o pão consumido em Portugal, sobretudo em Lisboa, era importado, em grande parte, da Rússia, Berbéria, Sicília, Grécia e Estados Unidos. O Alentejo, em anos normais, não sustentava Lisboa por 6 meses, cidade que, nos maus anos, tinha de ser praticamente abastecida pelo grão vindo de fora; e o Portugal do interior era obrigado a importar cereais vindos de Espanha. Assim, não é de estranhar que o trigo importado desse o preço ao trigo nacional. Preço muito elevado a partir da última década do século XVIII: o preço médio do trigo, em Lisboa, que, entre 1782-1794, fora de 437 réis, salta para 647 réis entre 1794-1801. O trigo, em Lisboa, vai atingir os mil réis em 1801, arrastando consigo outros preços: a cevada a 650 réis, a limpadura a 400 réis, os “farelos” a 360 réis, etc.¹⁸.

No Porto, Coimbra, Vila Real, Bragança, Abrantes, Santarém, Setúbal, Évora, o trigo em 1801, ultrapassa, também, os mil réis.

A situação geral foi agravada, de facto, nesse ano, pela Guerra das Laranjas, campanha infeliz para o exército português que teve como principal teatro de operações o Alentejo e onde Olivença, Juromenha, Campo Maior, Arronches, Portalegre e Castelo de Vide caíram nas mãos dos espanhóis, sem combate, ou mediante uma simbólica resistência. Campo Maior, uma das melhores vilas do Alentejo, ficou em estado lastimoso, com as suas casas abaladas ou arruinadas. Portalegre, uma cidade “das de mais nobreza do Reino, rica e populosa”, sobreu rudemente a ocupação espanhola. No termo de Arronches, das suas 300 herdades, apenas uma não foi roubada e as searas destruídas ou ceifadas para a cavalaria. Os prejuízos foram calculados em mais de 18 milhões de cruzados, e a rica vila de Olivença, com o seu termo, passou definitivamente para domínio espanhol¹⁹.

É curioso verificar que o plano de acção das nossas tropas em campanha pretendia seguir o plano concebido por Vilas-Boas, em 1796, o qual preconizava uma acção defensiva no Alentejo – província por onde os espanhóis necessariamente iniciaram as hostilidades –, e uma forte ofensiva sobre a Galiza por parte das tropas estacionadas a norte do Douro, como manobra de diversão, a fim de obrigar as forças espanholas a

acudirem ao noroeste e diminuir a pressão no Sul, ofensiva essa que se adivinhava fácil, tendo em consideração:

- a) a debilidade das defesas e forças existentes na Galiza;
- b) o espírito galego predisposto a uma simpatia natural pelos portugueses, tendo em atenção o grande número de galegos que trabalhavam em Portugal;
- c) o descontentamento dos galegos face ao governo central de Madrid, devido à proibição que sobre eles impedia de exportarem o gado para Portugal e de importarem o sal português, o que originava um grande contrabando por Valença, Melgaço, Montalegre, Chaves, etc.

Mas, na prática, nada se fez. Aliás, é notável a indiferença que Portugal exhibe perante a hostilidade que se faz sentir de Madrid e os prenúncios de uma guerra que, pelo menos desde 1786, como salientaram Vilas-Boas e outros vultos esclarecidos da época, se tem por inevitável.

Perante a nossa negligência e apatia ressalta ainda mais a estratégia verdadeiramente moderna que os espanhóis demonstram nesta guerra, que continua por estudar, mas na qual sobressaem alguns aspectos ainda não devidamente referidos:

- a) estudo prévio da situação militar portuguesa, nomeadamente, das condições operacionais das nossas praças de armas, por Cornide, que, em 1799-1800, inspeccionou e descreveu minuciosamente todo o País;
- b) licenciamento de tropas portuguesas, mesmo após a retirada das forças britânicas que, desde 1797, se encontravam no nosso território, pois, a Espanha – pelo menos, assim o garante a corte de Madrid à corte portuguesa – não fará guerra a Portugal;
- c) declaração de guerra por parte da Espanha a Portugal, nos inícios de Fevereiro de 1801, embora não acompanhada de quaisquer acções militares, reforçando a suposição do governo português de que tal declaração não é mais que uma satisfação formal às exigências francesas;
- d) início das operações do Alentejo, por parte dos espanhóis, nos finais de Março, ou seja, a tempo de colher o trigo e alimentar os seus homens e as cavalgadas, privando, simultaneamente, Lisboa de pão no período da “soldadura”, ou seja, nos meses mais difíceis do ano, quanto a cereais;
- e) campanha relâmpago, de tal modo que o início da mobilização geral dos recrutas em Portugal é posterior ao tratado de paz luso-espanhol de Badajoz, negociado sob a ameaça da intervenção das forças francesas.

“Em tempo de guerra – escreveu Soares Franco reportando-se à campanha de 1801 – o povo, que precisar absolutamente dos estrangeiros em objectos de agricultura, a não ser huma grande potencia maritima, pode ser reduzido por assedio, como se fosse uma simples praça. E ainda que lhe seja possível comprar, quanto carecer, que somma immensa de numerario não será obrigado a dispender, para fornecer armazens militares, e as praças, onde se extravia, corrompe, e perde tanta quantidade de generos”²⁰.

Ora, no caso português, o abastecimento do pão por via marítima não era tão fácil como à primeira vista se pode supôr, uma vez que, a guerra com a França, impedia o tráfego dos navios portugueses com o Báltico; corsários franceses percorriam a nossa costa, sobretudo junto do Porto e Lisboa – segundo Godechot, o montante dos navios portugueses capturados entre 1783-1801 atingiu os 200 milhões –; e, no sul, os carregamentos de trigo saídos de Mértola, através do Guadiana e com destino a Lisboa, são apresados pelos corsários argelinos, no alto mar, obrigando à escolta dos mesmos ²¹. Assim, o abastecimento do pão depende, fundamentalmente, dos navios estrangeiros que aportam a Lisboa e Porto.

Em 1801, grandes quantidades de grão são importados dos Açores, da Berbéria – as importações mais elevadas desde 1796 –, dos E.U.A., da Rússia, sobretudo deste país, que se mantém neutro quanto ao conflito que então envolve as nações europeias. Grandes carregamentos de trigo e cevada continuam a chegar a Portugal em 1802.

IMPORTAÇÃO DE GRÃO E FARINHAS EM TODO O REINO (1796-1805) ²²

ANOS	QUANTIDADE	ANOS	QUANTIDADE
1796	84 194 moios	1801	145 053 moios
1797	159 661 moios	1802	109 683 moios
1798	111 937 moios	1803	95 763 moios
1799	88 875 moios	1804	178 891 moios
1800	69 311 moios	1805	186 926 moios

PREÇO MÉDIO DO ALQUEIRE DE CEREAL, NA CAPITAL, EM RÉIS (1796-1805) ²³

ANOS	TRIGO	CEVADA	MILHO	CENTEIO
1796	518	280	350	320
1797	525	300	420	–
1798	660	340	530	–
1799	629	430	500	400
1800	894	651	588	560
1801	1000	665	–	926
1802	631	280	380	–
1803	649	440	580	520
1804	775	468	600	–
1805	645	496	440	–

PREÇO DO ALQUEIRE DE TRIGO, EM RÉIS (1798-1802) ²⁴

LOCALIDADES	1798	1799	1800	1801	1802
LISBOA	660	630	893	1000	630
PORTO	800	960	1200	1400	1250
SETÚBAL	550	490	680	1100	590
ABRANTES	–	–	880	1000	–
SANTARÉM	560	540	830	1010	500
CASTELO BRANCO	–	–	640	920	626
ÉVORA	540	540	900	1060	480
ELVAS	478	440	658	808	434
BRAGANÇA	–	–	1750	–	–
VILA REAL	850	860	1000	1200	900

O preço da carne acusa, igualmente, nos últimos anos do século XVIII, uma grande subida, causada, segundo Rodrigues de Brito, pela escassez do gado e pelo grande consumo que dele fizeram as tropas inglesas estacionadas em Lisboa. A Beira, que não se ressarcira das perdas sofridas na guerra de 1762, por 1801, tinha ainda o seu gado vacum devastado.

No Minho e Trás-os-Montes, a escassez de gado vacum era também significativa, se bem que compensada pela entrada de cabeças de gado vindas, por contrabando, da Galiza.

O vinho, que em Setembro de 1800 atinge, no Minho, os 140 réis por canada, “preço nunca visto”, salta para 200 réis em 1802. As fábricas de aguardente do Alentejo e Beira paralisam.

A carestia dos géneros repercute-se de modo doloroso e geral nas populações, sendo numerosos os testemunhos que comprovam o agravamento das condições de vida das populações nos últimos anos do séc. XVIII.

Nos inícios de 1790, no Alto-Douro, não há pão, ainda que procurado com dinheiro e “penhores”, alimentando-se os rurais de caldo e uvas passas.

Por 1797-1798, no Alto -Douro, Trás-os-Montes e Beira, os camponeses passam muitos dias sem pão, pelo que os mais pobres comem os gomos das vides e colhem pelos campos os pés das couves galegas que ficaram do ano anterior, ingerindo-os crus. Entre 1798-1802, no Minho, a miséria pública é geral. No mosteiro de Tibães, entre Maio de 1798 e Maio de 1799, repartiram-se 2 404 alqueires de pão cozido “a incrível multidão de gente miserável”, vinda dos concelhos do Prado, Vilar, das freguesias circunvizinhas, dos barros mais remotos da cidade de Braga ²⁶. D. Frei Caetano Brandão, arcebispo de Braga, não sabe como é que o Minho, “onde a população he immensa, e se não vê senão farrapos e miséria”, pode viver com o alqueire de milho a dois cruzados novos e o alqueire de trigo a três e mais cruzados, “de maneira que se não vê por toda a parte senão quadros tristissimos de miseria, e de prostituição”, “hum povo immenso gritando a fome” ²⁷. À fome, em Junho de 1801, morrem os pobres no Porto. E, em 1802,

o pároco da freguesia de Mancelos, couto do mesmo nome, inquirido acerca das enfermidades que causaram a morte aos seus fregueses, responde, simplesmente, que “as mais das pessoas morrem a fome e frio, pela muita pobreza nesta freguesia”.

Coimbra sofre também a penúria do pão e proíbe a saída do milho existente no seu termo, o qual só podia ser vendido no terreiro da cidade, medida semelhante à tomada por muitos outros concelhos, que impediam a saída das “mercadorias dos territórios da sua jurisdição” nos anos de fome, agravando ainda mais a carestia do pão nas regiões necessitadas ²⁸.

Lisboa, desde 1799, sobre as “manobras odiosas” dos usurários monopolistas e negociantes de má fé. Em 1800, a carestia das carnes e do azeite é manifesta e, devido à falta de grão, o pão é racionado, distribuído ao povo, “por conta”. A escassez do pão leva ao embargo do trigo e cevada nos anos de 1800-1801. Neste último ano, devido aos anos anteriores, “famintos” e à guerra europeia, os géneros continuam em preço “muito excessivo”. O edital de 31 de Março de 1801, proíbe o fabrico do pão de luxo, restrição levantada apenas em 6 de Abril de 1802. A falta de pão e a mistura de farinhas origina, mesmo, a 8 de Abril de 1801, um “alarido” levantado pelos padeiros e moleiros no mercado do Terreiro Público. O edital de 20 de Abril de 1801 dá o prazo de 3 dias aos monopolistas para declararem os cereais em armazém e proíbe a factura e venda de toda a qualidade de bolos e biscoitaria, a qual durou até 27 de Junho. O decreto de 24 de Abril isenta dos “direitos chamados do porto” todas as embarcações que trouxerem trigo, milho e cevada ao porto de Lisboa. O edital de 17 de Julho regula a venda do pão a peso, tendo em atenção “os clamores do povo”. A regulamentação revela-se, porém, ineficaz. Embargos e taxas beneficiaram apenas os monopolistas.

Em 1800-1801, no Algarve, não há pão. E, no Alentejo, Southey, em 1801, não encontra pão, leite ou vinho que possa comprar. O povo morre à fome ²⁹.

O decreto de 8 de fevereiro de 1803 reconhece uma grande carestia de frutos de todo o género devido à escassez dos anos anteriores. A fome devasta o Alentejo em 1803 e, no ano seguinte, estende-se a todo o Reino.

Fome acompanhada ou seguida de epidemias. As tropas que tinham chegado a Lisboa encontravam-se atacadas de escorbuto e com febres. Nos finais de 1800 rezam-se preces para impedir que a peste de Cádiz entre em Portugal e o alvará de 4 de Novembro do mesmo ano manda abrir um empréstimo de 40 contos de réis, ao juro de 5%, para que, entre a Trafaria e a torre do Bugio se estabeleça uma lazareto, medida de prevenção imitada, em breve, pela cidade do Porto. As epidemias continuam em 1801. De bexigas, em Lisboa, que ataca os infantes reais e vitima D. António, príncipe da Beira, em Junho. Moléstias epidémicas no concelho de Almada lançam a população “em grande consternação”. O decreto de 12 de Dezembro de 1801 manda comutar as penas de galês, perpétuas ou temporárias e até as penas de morte, em trabalhos públicos na capital, a fim de os condenados limparem e desentupiram os canos da cidade de lamas e lixos e varrerem diariamente as suas ruas. Nos finais do ano, as epidemias alastram no Alentejo, onde morre muita gente e continuam em 1802. Os anos de 1803-1804 vão conhecer um recrudescimento geral de epidemias e peste, mesmo no Norte do Reino.

Portugal começava mal o século XIX.

3.2. As operações dos recenseamentos

Vejamós, agora de que modo se processaram as operações de recenseamento, as dificuldades sentidas pelos protagonistas dos mesmos e as especificidades próprias dos censos de 1801 e 1802.

3.2.1. Recenseamento de 1801

Terminada a Guerra das Laranjas, em Junho de 1801, iniciaram-se os preparativos para se proceder aos trabalhos do levantamento geral da população do Reino. Em Novembro desse ano, foram impressas na tipografia da Academia das Ciências as “certidões das desobrigas”, ou “mappas da povoação”, tendo importado a composição e impressão das mesmas em 5 800 réis ³⁰.

O aviso de 3 de Novembro da Secretaria de Estado da Fazenda incumbiu os bispos das várias dioceses de fornecerem “com toda a legalidade os mappas exactos da população de cada hua das freguesias”, a fim de se conhecer a população portuguesa e dar as mais justas providências para o adiantamento da mesma.

O bispo do Porto, por ordem de 25 de Novembro de 1801, manda aos reverendos párocos do seu bispado, que ponham todo o seu cuidado, diligência e exactidão em tal tarefa, a fim de os mapas serem preenchidos com “clareza”, fazendo os eclesiásticos, para tal efeito, as necessárias averiguações pelos livros de assentos, róis dos confessados e inquirindo dos seus fregueses a verdade das suas idades.

Em 11 de Janeiro de 1802, Pina Manique enviou aos corregedores das comarcas, uma ordem, no sentido de aqueles magistrados pedirem a todos os párocos de cada comarca, os mapas dos fregueses das suas respectivas paróquias, especificando o seu número por grupos de idades (menores de 7 anos, 7–15 anos, 15–20, 20–30 e mais de 30 anos), formando-se, assim, 5 relações diferentes, tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino.

Igualmente, deviam os corregedores pedir aos bispos, vigários gerais, ou àqueles em quem os bispos tivessem delegado as operações do recenseamento, os mapas da população das freguesias dos respectivos bispados, incluindo os casamentos, óbitos e nascimentos relativos a 1801.

Finalmente, competia a tais magistrados, elaborar os mapas das pessoas que andavam no mar, tanto das que andavam nas tripulações como das que serviam nas pescarias; o mapa das fâbricas estabelecidas em cada comarca, com o número de indivíduos que aí trabalhavam e, se possível, o estado de cada um dos operários; e um mapa de todos os eclesiásticos, tanto regulares como seculares, declarando os nomes ou invocações dos respectivos conventos e terras onde estavam localizados.

Podiam os corregedores dar comissão aos magistrados de vara branca para se deslocarem às jurisdições dos magistrados leigos e apurarem tudo o que fosse necessário. Pina Manique, por sua vez, dava “comissão” aos corregedores para entrarem em todas as terras dos donatários “tudo afim da boa execução e brevidade desta diligência”.

Por aqui se conclui que, para além do recenseamento geral da população do reino e dos dados relativos ao movimento da população, o Estado vai mais longe, procurando, simultaneamente, efectuar o levantamento dos pescadores, do clero regular e secular e proceder a um inquérito industrial.

Desconhecemos, quanto aos pescadores, os resultados obtidos. Mas sabemos que os apuramentos relativos às ordens religiosas e ao clero secular, assim como às indústrias e operariado, foram, na verdade, realizados, dispendo nós de tais fontes.

Será que tais inquéritos procuravam captar grupos sociais que, à partida, se suspeitava não constarem do recenseamento da população em curso?

Seja como for, para o recenseamento de 1801 contribuíram ministros hábeis e respeitáveis prelados, que preencheram as tábuas com “exemplaríssimo zelo, e muita inteligência”, em ordem ao apuramento da população portuguesa, agrupada, já pelas dioceses, já pelas comarcas, e distribuída por diferentes grupos de idades.

Dáí que, Balbi e, influenciados por ele, outros historiadores, tenham erradamente falado de dois recenseamentos paralelos, um, levado a efeito pelo aparelho administrativo estatal, o outro, realizado pela Igreja.

Ora, só se conhecem os resultados do recenseamento efectuado pelas dioceses, pois, os dados populacionais por comarcas não chegaram a ser coligidos, pela simples razão de que muitos dos corregedores não conheciam as freguesias que integravam as suas circunscções. E, ainda que os corregedores tivessem conseguido apurar a população das comarcas, tal não significava, de modo algum, um segundo recenseamento, mas um diferente reagrupamento da população, que teria, ainda e sempre, na base, a informação do pároco.

É o que acontece, justamente, com as *Taboas Topograficas e Estatísticas*, de Manuel Travaços Araújo, oficial da Secretaria de Estado da Fazenda, que procurou agrupar, por comarcas, os mapas das freguesias enviadas pelo clero.

Sob este aspecto, a eficácia da Igreja sobrepujava largamente a eficácia do Estado, sendo ponto assente que só por meio dos sacerdotes se poderia obter “alguma certeza” no cômputo da população.

Se as medidas e os meios necessários para a execução do recenseamento tinham sido accionados com brevidade, os resultados do mesmo tardavam a ser enviados à Secretaria de Estado da Fazenda.

A 30 de Junho de 1802, foi enviada uma circular aos bispos, para estes mandarem o cálculo da povoação de cada uma das freguesias das suas dioceses.

A 24 de Julho, outra circular, desta vez, pedindo aos corregedores que remetessem os mapas da divisão civil de cada comarca.

A 5 de Novembro, uma ordem solicita dos corregedores o número de ciganos existentes nas áreas das suas jurisdições.

A 15 de Novembro, nova circular aos prelados das ordens regulares, para ser enviada àquela Secretaria a povoação das respectivas casas religiosas.

A 20 de Novembro, outra ordem aos corregedores para estes entregarem as tábuas administrativas das suas comarcas.

Finalmente, por aviso de 23 de Novembro de 1802, recomenda-se ao patriarca que procurasse activar o levantamento do clero regular do Reino.

As dificuldades, com efeito, revelam-se difíceis de superar, já a nível administrativo, já a nível eclesiástico. Os mapas impressos, suficientes para a cobertura total das freguesias do Reino, ou tinham sido enviados em pequeno número para as dioceses, ou tinham sido extraviados e/ou inutilizados pelos párocos, pois, centenas deles, surgem-nos inteiramente manuscritos, copiados das fichas impressas. Por outro lado, os párocos, ou demoravam a expedição dos mapas preenchidos, ou enviavam-nos de tal modo rasurados que, na sede do bispado, exigiam novos mapas, ou copiavam, em códices, os resultados gerais do levantamento demográfico da diocese. Alguns eclesiásticos, como na dioceses de Évora, sentiam grandes escrúpulos em jurar nos moldes que as fichas exigiam, pela impossibilidade de apurarem, com exactidão, as idades dos seus fregueses.

A nível administrativo, os corregedores demonstravam-se ignorantes das freguesias e vintenas existentes em cada comarca e lamentavam não poder concretizar as ordens recebidas, como os corregedores das comarcas de Viseu e Lamego, alegando o pequeno número dos juizes de vara branca e o facto de os juizes ordinários, que mal sabiam de lavoura, não entenderem, sequer, o que por escrito se lhes enviava e/ou solicitava. Assim, alguns corregedores, só em 1803 mandaram à Secretaria da Fazenda as tábuas administrativas, e muitos nunca chegaram a enviá-las.

Apesar de tudo, os mapas da população começaram a dar entrada na Secretaria de Estado a partir do segundo semestre de 1802 e continuaram a chegar até aos princípios

de 1803, agrupados por dioceses – norte e centro de Portugal –, ou comarcas – sul do Reino –, em ambos os casos, contendo apenas as fichas que tinham sido distribuídas pelos párcos.

Todas as dioceses enviaram os mapas da população das suas freguesias, impressas ou manuscritas.

As lacunas deste recenseamento geral do Reino limitam-se a uma ou outra freguesia de que se extraviou a ficha e, sobretudo, aos isentos, uma vez que só temos dados relativos às freguesias dos isentos de Grijó, Santa Cruz de Coimbra, Prelazia de Tomar e Crato.

Os mapas impressos, por freguesias, procuravam apurar o número de pessoas vivas a 31 de Dezembro 1801, distinguindo homens e mulheres, por grupos etários de 1–7 anos, 7–25, 25–40, 40–60, 60–80, 80–100 e mais de 100 anos (na prática, 0–6 anos, 7–24, 25–39, 40–59, 60–79, 80–99, 100 e mais anos). Pediam, ainda, o número de fogos, os nascimentos e os óbitos ocorridos em 1801 e o número de pessoas que não se desobrigavam na paróquia.

De um modo geral, podemos afirmar que se encontram preenchidas com mais cuidado as fichas que dizem respeito ao sul de Portugal.

Do norte – dioceses de Braga e Bragança –, surge um maior número de fichas rasuradas e os párcos esbarraram com mais dificuldades na contagem das almas do que os eclesiásticos do Portugal meridional.

A diocese do Porto, então, como já foi referido, exhibe todas as informações pedidas em fichas manuscritas.

Na Beira, enquanto as fichas relativas à diocese de Lamego acusam uma certa negligência no seu preenchimento, as dioceses de Aveiro e Coimbra, em fichas impressas e manuscritas, revelam preocupação na apresentação dos resultados. O bispado de Viseu reúne todos os dados num código manuscrito, de modo uniforme, visto os originais se encontraram, na sua maior parte, “em estado de não poderem ser remetidos”. E a diocese da Guarda, também em código manuscrito, apresenta impecavelmente a sua população.

Frequentemente, também, os párcos desconhecem os concelhos a que as suas freguesias pertencem e, por vezes, as próprias comarcas, pelo que, ou nos dão informações erradas – indicam dois concelhos, concelhos inexistentes, confundem provedoria e comarca, etc.–, ou nada informam. E muitas vezes, fornecem apenas o orago da sua freguesia.

Aqui, são ainda o centro e o norte do País que oferecem maiores dificuldades, já pelo grande número de concelhos sem freguesia própria, já pela extensão de outros, já pela confusão que se fazia sentir em muitas freguesias, com “fogos meeiros”, ou seja, com áreas distribuídas por mais de um concelho.

Tornava-se, pois, mais fácil, contar os habitantes no Sul – onde as freguesias eram mais esparsas, menos populosas e com um tipo de povoamento concentrado –, que no Norte, onde as paróquias, mais numerosas e mais povoadas, tinham os fogos muito dispersos?

Seja como for, parece-nos evidente que em numerosas dioceses houve uma reorganização e revisão dos dados demográficos constantes dos mapas das freguesias, a revelar um certo cuidado, por parte dos bispos, quanto aos resultados finais do censo.

De qualquer modo e a título de mera hipótese, tendo em consideração o preenchimento das fichas, a soma aritmética dos habitantes que integram os grupos de idades das pessoas e a assinatura dos párcos, tanto no recenseamento de 1801 como no de 1802, parece-nos que o nível médio cultural do clero secular do Sul ultrapassava o nível médio cultural do clero da Beira, Minho e Trás-os-Montes.

CERTIDÃO.

Certifico eu o P. *Niogo Joseph Correa* Parocho da Freguezia mencionada; que das antecedentes Declarações a das Pessoas de hum até sete annos he conforme aos Livros dos Assentos dos Baptismos e Obitos nos seis annos que findão hoje: a Declaração das Pessoas de sete annos para cima he quanto ao número conforme ao Rol da Desobriga da Quaresma deste anno, e quanto ás idades á noticias fidedignas: e a Declaração dos Nascimentos e Obitos he conforme aos Livros dos Assentos dos Baptismos e Obitos deste anno. Tambem tenho noticia, que além das Pessoas ditas ha na Freguezia

Homens *1819* : *Mulheres* *1816*

que por serem *obitos desobrigados* não se desobrigão na mesma Freguezia. O que tudo affirmo *in verbo Sacerdotis. Niogo Correa* a 31 de Dezembro de 1801.

O Parocho *Niogo Joseph Correa*

RECONHECIMENTO.

Pôrto por fé ser verdadeiro o sinal acima.
a de Janeiro de 1802.

O *Escrivão da Camara Ecclesiastica*

[Handwritten signature]

NA TYPOGRAFIA DA ACADEMIA R. DAS SCIENCIAS.

Por Ordem de S. A. R.

S. I, II
 Ex 107
 407A

1



MAPPA DA POVOAÇÃO
 DA FREGUEZIA DE *Santiago da*
 NA CIDADE, E DIECESE
 DE *Alagoas*
 ANNO DE 1801.

Idades.	Homens :	Mulheres.
DE 1 anno até 7	Ø157 :	Ø135
De 7 annos até 25	Ø532 :	Ø484
De 25 annos até 40	Ø348 :	Ø240
De 40 annos até 60	Ø241 :	Ø326
De 60 annos até 80	Ø093 :	Ø092
De 80 annos até 100	Ø008 :	Ø003
De 100 annos para cima	Ø :	Ø
<hr/>		
Nascença neste anno	Ø107 :	Ø104
<hr/>		
(Exmma)	1Ø486 :	1Ø384
Morrência — (Diminui.)	Ø042 :	Ø026
<hr/>		
(Diferença)	1Ø444 :	1Ø358
~~~~~		
VIVEM a 31 de Dezembro	2Ø802.	
<hr/>		
Em Focos	Ø658	

Na Freguezia declarada retro morrerão no decurso deste anno de 1807,

IDADES	HOMENS					MULHERES			
	Soltizos.	Cafaloz.	Viuros.	Ecclesiasticos seculares.	Ecclesiasticos regulares.	Soltizos.	Cafaloz.	Viuros.	Praltes.
Ate 1 anno inclusive - - - - -	1								
De 2 annos até 5 inclusive - - - - -	5								
De 6 - até 10 dito - - - - -									
De 11 - até 15 dito - - - - -	1								
De 16 - até 20 dito - - - - -	2								
De 21 - até 25 dito - - - - -						1	1		
De 26 - até 30 dito - - - - -									
De 31 - até 35 dito - - - - -									
De 36 - até 40 dito - - - - -	1								
De 41 - até 45 dito - - - - -									
De 46 - até 50 dito - - - - -								1	
De 51 - até 55 dito - - - - -									
De 56 - até 60 dito - - - - -								1	
De 61 - até 65 dito - - - - -			1						
De 66 - até 70 dito - - - - -						1			
De 71 - até 75 dito - - - - -		1							
De 76 - até 80 dito - - - - -									
De 81 - até 85 dito - - - - -						1			
De 86 - até 90 dito - - - - -									
De 91 - até 95 dito - - - - -									
De 96 - até 100 dito - - - - -									
De 100 para cima - - - - -									

Enfermidades de que morrerão as Pessoas declaradas no Mappa acima.

IDADES	De Bevigas.		De Malignas.		De Sezões, e outras febres intermittentes.		De Apoplexias, e Paralyzias.		De outras causas, e molestias.	
	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.	Homens.	Mulheres.
Ate 1 anno inclusive - - - - -										
De 2 - até 5 dito - - - - -										
De 6 - até 10 dito - - - - -										
De 11 - até 15 dito - - - - -										
De 16 - até 20 dito - - - - -										
De 21 - até 25 dito - - - - -										
De 26 - até 30 dito - - - - -										
De 31 - até 35 dito - - - - -										
De 36 - até 40 dito - - - - -										
De 41 - até 45 dito - - - - -										
De 46 - até 50 dito - - - - -										
De 51 - até 55 dito - - - - -										
De 56 - até 60 dito - - - - -										
De 61 - até 65 dito - - - - -										
De 66 - até 70 dito - - - - -										
De 71 - até 75 dito - - - - -										
De 76 - até 80 dito - - - - -										
De 81 - até 85 dito - - - - -										
De 86 - até 90 dito - - - - -										
De 91 - até 95 dito - - - - -										
De 96 - até 100 dito - - - - -										
De 100 para cima - - - - -										

ANNO DE 1802, AOS 31 DO MEZ DE DEZEMBRO.

Freguezia de *S. João de S. João* sita na Cidade de (ou) na Villa de -  
 (ou) no Termo do *Póvo* na Diocese de *Coimbra* na Corregição  
 de *Póvo* na Provedoria do *Póvo*

IDADES	HOMENS						MULHERES					
	Solteiros.	CASADOS.		Viúvos.	Ecclesiasticos Seculares.	Ecclesiasticos Regulares.	Solteiras.	CASADAS.		Viúvas.	Fritas.	
		Neste anno.	Antes deste anno.					Neste anno.	Antes deste anno.			
Até 5 annos inclusive -	19						55					
De 6 - até 10 dito -	58						55					
De 11 - até 15 dito -	57						17					
De 16 - até 20 dito -	53						18					
De 21 - até 25 dito -	19	1		1			31	4	5			
De 26 - até 30 dito -	19	1	18				14	1	15			
De 31 - até 35 dito -	6	1	10		2		8	5	14	1		
De 36 - até 40 dito -	7	2	14	3	2		13		20	3		
De 41 - até 45 dito -	1	2	27	3			8		24	2		
De 46 - até 50 dito -	3		18				12		14	3		
De 51 - até 55 dito -			24	1			2		17	6		
De 56 - até 60 dito -	3		11	2			1		11	3		
De 61 - até 65 dito -	3		13	3			3		6			
De 66 - até 70 dito -	1		1	1					3	8		
De 71 - até 75 dito -			1				3		3	5		
De 76 - até 80 dito -			1	1					1	2		
De 81 - até 85 dito -												
De 86 - até 90 dito -												
De 91 - até 95 dito -												
De 96 - até 100 dito -												
De 100 para cima -												

*Homens casados* - 10      *Mulheres casadas* - 19

Partos singelos.		Gemeos.		Tripos, e mais.	
Machos.	Femeas.	Machos.	Femeas.	Machos.	Femeas.
17	10				
(27)					

Nascidos no decurso deste anno de 1802 - - - - -

Número dos Fogos de toda a Freguezia - - - - - 240



Affinado o Paroco *José Casiano de Pinho*  
*Cara*

### 3.2.2. Recenseamento de 1802

Nos finais de 1802, apesar de ainda não terem sido recebidos na Secretaria de Estado da Fazenda todos os resultados do censo de 1801, activava-se já a preparação de um novo recenseamento.

Por aviso de 22 e Novembro de 1802, dirigido aos prelados diocesanos, pede-se um novo censo dos povos, regulado pelos exemplares que se remetiam para tal fim.

De acordo com o aviso, tornava-se necessário:

- a) Em benefício dos “amados povos”, organizar a enumeração distinta dos povos das freguesias de cada bispado, acrescentando-se nas fichas impressas o número de pessoas ausentes e/ou de fora, de ambos os sexos.
- b) Indicar o número de recolhidas, os expostos de ambos os sexos, os nascimentos e óbitos relativos a 1802.
- c) Dar notícia das enfermidades que causavam as mortes e, caso não fosse possível indicá-las em 1802, fazê-lo a partir do ano seguinte.
- d) Preencher as tábuas com o mais correcto escrúpulo, já que “numerosos aritméticos de muitas das tabellas do anno passado”, preenchidas pelos párocos, revelavam-se ininteligíveis.

As tábuas da população eram, agora, totalmente diferentes das usadas no recenseamento de 1801, mais complexas, aumentando, assim, as dificuldades no preenchimento integral e correcto das mesmas.

Homens e mulheres dividiam-se em três classes, solteiros/as, casados/as, viúvos/as. Surgiam colunas independentes para os eclesiásticos seculares, eclesiásticos regulares e freiras.

A população distribuía-se por grupos etários quinquenais, desde zero a 100 anos. Além dos nascimentos, procuravam-se averiguar os partos singelos, duplos ou triplos. Os óbitos eram discriminados por tábuas que permitiam averiguar a mortalidade por grupos de idades quinquenais e a mortalidade infantil, assim como discriminar as causas das mortes.

O recenseamento de 1802, referido ao último dia do mesmo ano, efectuou-se, tendo sido remetidos à Secretaria da Fazenda os mapas do mesmo.

Infelizmente, não se conhecem os dados relativos à população de todas as dioceses do Reino. Apenas se encontram recolhidas nos arquivos da Assembleia da República – para onde foram transferidos os principais fundos documentais atinentes aos dois recenseamentos, em 1821, conforme informámos já noutra trabalho, as fichas relativas às freguesias de nove dioceses e alguns isentos que cobrem, fundamentalmente, o centro e norte de Portugal: dioceses de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Elvas, Lamego, Leiria, Portalegre e isento de Grijó.

A diocese de Lamego refere a população de alguns isentos encravados na sua área.

O recenseamento, contudo, cobriu todo o território. Um ofício de 25 de Maio de 1803 informa que o maço dos mapas populacionais do bispado de Bragança, ainda não tinha sido remetido, o que veio a acontecer, uma vez que acabamos por o encontrar na Torre do Tombo. E uma pequena relação, assinada pelo provisor do bispado de Beja, datada de 25 de Fevereiro de 1803, fornece a tabela das freguesias que faltavam naquele bispado, prova evidente de que as tábuas da população desta diocese alentejana tinham sido apuradas e enviadas à Fazenda, e que, pelo menos, esses mapas

foram extraviados do núcleo documental que constitui o recenseamento de 1802, o que não é de admirar, tendo em consideração as vicissitudes por que passou aquela documentação.

Mas também é provável que nem todas as dioceses tenham remetido para Lisboa os mapas da população das suas freguesias.

Com efeito, em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho cai no desagrado do Príncipe Regente, e ao ver as suas iniciativas sistematicamente marginalizadas, mesmo recusadas, acaba por ser obrigado a pedir a demissão de Presidente do Real Erário e de Secretário de Estado da Fazenda.

Com a sua saída, extinguem-se as preocupações estatísticas da Secretaria que, Sousa Coutinho, desde 1801, chefiara com tanta inteligência e audácia. A partir desse ano e até 1820, não mais se efectuará qualquer recenseamento da população, incluindo o de 1803, já previsto nas instruções de Novembro de 1802, mas nunca concretizado.

### 3.3. Análise crítica das fontes

Passemos, agora, à análise crítica das fontes, tendo em atenção as informações constantes das fichas dos recenseamentos. Qual a validade dos números que nos são oferecidos a nível de freguesia? Encontravam-se os párocos das freguesias em condições de poderem fornecer, com rigor, os dados de natureza demográfica que lhe eram pedidos?

#### 3.3.1. Fogos

A contagem dos fogos por parte dos párocos apresenta remota tradição em Portugal e, nos princípios do séc. XIX, não oferecia quaisquer dificuldades.

Os dizimos pagos à Igreja – ainda que o levantamento de tal tributo fosse normalmente executado por rendeiros ou arrematantes –, exigiam que o prelado diocesano conhecesse com exactidão o número de fogos das freguesias da sua diocese. Por outro lado, a obrigação da desobriga anual, na Quaresma e a cobrança das prestações exigidas pelos eclesiásticos aos seus fregueses, de acordo com os “usos e costumes” das igrejas, levavam a que os párocos registassem, no rol dos confessados, todas as famílias das suas freguesias, registo minucioso, pelo menos nos finais do Antigo Regime, onde os fogos, regra geral, eram numerados e escalonados até, no caso dos grandes aglomerados populacionais, por arruamentos.

Jacques Marcadé, para o Baixo Alentejo, refere que, em poucos anos e para as mesmas freguesias, na segunda metade do séc. XVIII, o número de fogos se revela muito variável e que tais variações se tornam dificilmente explicáveis, levantando problemas quanto à validade de tais números ao pretendermos detectar o crescimento ou contracção da população das freguesias em estudo.

E põe mesmo a hipótese de o número de fogos ser arbitrariamente indicado pelos párocos, em função dos seus interesses, ou dos interesses dos povos, o que levaria aquele a reduzir o número de fogos tendo em atenção as cômguas pagas pelos seus fregueses, o recrutamento militar e até, o levantamento do imposto da décima ³¹.

Antônio de Almeida, nos inícios do séc. XIX, referindo-se a Penafiel, afirma que ninguém ignora “o methodo imperfeito da designação dos fogos adoptado pelos parochos”, embora conclua que se trata da “unica fonte onde se pode recorrer, e onde se pode encontrar alguma veracidade”. Segundo ele, o aumento dos fogos é, por vezes, aparente, nascido do modo como o pároco conta os fogos no rol dos confessados,

considerando “como fogo á parte qualquer pessoa existente e mesmo unida a huma familia, huma vez que não seja mulher, filho, ou domestico do chefe de familia, donde se occasiona que pela morte de hum chefe de familia que fazia somente hum fogo, se escrevem dahi por diante no mesmo rol tres, quatro, e ás vezes mais fogos, pratica nascida para multiplicar os benesses, que os freguezes pagão como chefe de familia, ou fazendo hum fogo separado. Sendo este motivo commum a todos os parochos, está manifesta a origem da imperfeição dos mappas estatisticos de Portugal neste particular”³².

Assim, a hipótese de Marcadé entra, de certo modo, em contradição com a informação de António de Almeida. Ou os párcos exageravam o número de fogos, quando estavam em jogo os seus direitos e reduziam o seu número quando informavam as autoridades administrativas ou eclesiásticas sobre tal realidade?

Não nos parecem válidas tais críticas, pelo menos para os inícios do século XIX. Numa época em que o pagamento de certos direitos eclesiásticos era já bem contestado, tornava-se difícil, se não impossível, multiplicar os fogos com a facilidade que António de Almeida dá a entender.

E também não era natural que os párcos indicassem um número de fogos inferior ao real, sempre que se efectivasse o levantamento do contingente militar, instruído pelas autoridades administrativas, feito “á proporção” – isto é, de tal modo que a redução de algumas dezenas de fogos à freguesia se traduzia por um ou dois recrutas a menos – e facilmente controlável, já pelos povos das freguesias limítrofes, já e sobretudo, pelo corregedores e juizes de fora, através dos livros das ordenanças e da décima.

Finalmente, o imposto da décima não era tributado por fogos, como Marcadé supõe, mas por prédios e através das câmaras que, para tal, anualmente, abriam livros de registo da décima, por arruamentos, destrinchando os prédios rústicos e urbanos.

Regra geral, o número de fogos indicados pelos párcos merece-nos confiança. Comparando o numeramento de Pina Manique, os levantamentos de Columbano para Trás-os-Montes, de Vilas Boas para o Minho e numerosas outras fontes de finais do século XVIII, com os dados fornecidos pelos recenseamentos de 1801 e 1802, salvo em certos casos, facilmente detectáveis, verificamos que o número dos fogos das diversas freguesias concordam exemplarmente ou de modo muito satisfatório.

A própria evolução da cidade de Penafiel através do número de fogos, entre 1771 e 1823, por António de Almeida, infirma as suas reservas quanto ao problema da contagem dos mesmos, e ele próprio reconhece que não há outro meio para se conhecer o número de famílias existentes numa freguesia.

Por vezes, não era fácil indicar exactamente o número de fogos de uma paróquia, já que, sobretudo no Minho e na Beira Litoral, muitas freguesias, além dos fogos “inteiros”, tinham fogos “meeiros” isto é, fogos pertencentes a mais que uma freguesia e que dispunham mesmo de “sacerdotes meeiros”. Ora, os párcos, nos recenseamentos de 1801 e 1802, registam, escrupulosamente, o número de fogos inteiros e os fogos meeiros, pelo que, nestes casos, incorporamos os fogos meeiros na freguesia em que estão indicados, à semelhança do critério usado no censo de Pina Manique e no levantamento da população do Minho por Vilas Boas.

O número de fogos de cada freguesia pode ser confirmado, directamente, através dos livros de registo das ordenanças e, indirectamente, pelos livros da décima, uma vez que, estes, ao mencionarem os prédios, registam os chefes de família que neles vivem.

Mas não podemos confundir fogos com prédios, nem sequer apurar o número daqueles a partir do número destes, ou vice-versa, pois, a relação entre o número de fogos e o número de prédios de uma mesma freguesia varia de modo muito irregular, apenas nos permitindo afirmar que, nos finais do Antigo Regime, no mundo rural, os

fogos parecem ser numericamente inferiores aos prédios, enquanto que nos aglomerados urbanos parece registar-se o contrário.

### 3.3.2. Homens e Mulheres

Joaquim Varela, por 1816, reconhecia que “ninguém melhor do que os pastores eclesiásticos pôde dar a perfeita e cabal descripção de hum pequeno circuito, aonde tem a sua effectiva residencia para dirigir as almas, e aonde hum espirito de recreio e curiosidade os pôde levar ao mais miudo conhecimento daquella parte do seu rebanho, que lhe foi confiada”³³.

António de Almeida, porém, alguns anos mais tarde, cepticamente, considerava imperfeitas as informações dos mapas estatísticos da população, pois, os róis dos confessados, fonte de que os párocos se socorriam para apurar o número dos seus fregueses, não registavam os menores de 7 anos³⁴.

Cepticismo retomado por alguns historiadores que se têm preocupado com a sociedade do Antigo Regime, como, em Espanha, Dominguez Ortiz, o qual, reportando-se ao censo de 1768, se interroga sobre os meios de que se serviram os párocos ao calcular a população infantil não sujeita ao cumprimento pascal e se tais cálculos não terão sido feitos arbitrariamente³⁵.

Não nos parecem fundamentadas tais suspeitas, já porque os róis dos confessados, em finais do séc. XVIII registam, muitas vezes, os menores de 7 anos, como todas as outras pessoas que integram cada fogo, já porque os párocos tinham possibilidades de conhecer a população infantil através dos livros de registo paroquial, ou por conhecimento directo.

O rol dos confessados, *livro do estado das almas*, devia mencionar, por arruamentos, bairros, lugares, aldeias ou quintas – conforme se tratava de freguesias urbanas e populosas ou de freguesias rurais–, as pessoas existentes em cada fogo, respectivo sexo, idade, estado civil, profissão e, no caso dos “menores impuberes, que são os homem até aos 14 annos e as mulheres até aos 12”, pelo menos, as idades³⁶.

Para tal, em cada ano, o pároco, acompanhado de um sacerdote “ou de algum freguez velho e honrado”, devia correr toda a freguesia, “informando-se mui particularmente do numero, idade e qualidade das pessoas, que em cada casa houver”³⁷.

O rol dos confessados regista, assim, de um modo preciso e sistemático todas as pessoas que habitam cada fogo, incluindo até as crianças, “mesmo as de mais tenra idade”, como acontece, no rol dos confessados da freguesia da Sé, cidade de Castelo Branco, em 1794³⁸.

Que as preocupações dos párocos, no que diz respeito ao número dos seus fregueses não se limitavam, apenas, aos maiores de 7 ou 12 anos, provam-no, também, os *livros de visitas* de finais de Setecentos, os quais, quase sempre, mesmo quando dizem respeito a freguesias rurais, apontam as pessoas de sacramento e os menores de 7 anos, distinguindo, até, por vezes, dentro de cada um desses dois grandes grupos etários, os varões e as fêmeas.

Mas, ainda que o rol dos confessados não indicasse os menores de 7 anos, os párocos podiam recorrer aos livros de registo paroquial para apuramento daqueles.

Os “mappas da povoação” do recenseamento de 1801 recomendam que, se a declaração das pessoas maiores de 7 anos deve ser conforme ao rol da desobriga da quaresma do mesmo ano, o número de menores de 1 a 7 anos seria conforme aos livros dos assentos de baptismos e óbitos dos últimos 6 anos.

Nós sabemos das lacunas que os livros de óbitos apresentam no que diz respeito às crianças. Mas, uma vez conhecido o número de crianças baptizadas durante esse

período, seria difícil averiguar as que tinham morrido, ou aquelas que, juntamente com os seus familiares, tinham deixado de viver na freguesia?

Pensamos que não. Relacionando os nomes das crianças baptizadas com os seus pais, o pároco facilmente detectava as crianças existentes e que ainda não se confessavam.

E, se algumas dúvidas se lhe levantavam – alguns párocos estariam há pouco tempo nas paróquias, à data dos recenseamentos –, facilmente podiam ser eliminadas, através dos outros sacerdotes, do sacristão, dos juizes de vintena, enfim, de qualquer pessoa idosa da freguesia.

Há que ter em linha de conta, na verdade, para a compreensão global deste problema, qual o de saber as possibilidades de apuramento do número de menores de comunhão, nas diversas freguesias, através dos párocos, o volume demográfico das paróquias, os eclesiásticos nelas existentes, o enquadramento das populações por parte da Igreja –, enfim, a importância do conhecimento directo das pessoas e das coisas que integram o microcosmos paroquial.

Na freguesia, o padre conhece bem todos os seus habitantes, desde as crianças que ele baptiza até aos velhos inválidos que visita.

No Portugal de fins do Antigo Regime, são raras as freguesias que ultrapassam as 2 000 almas, como são raras as paróquias com um só sacerdote. A um maior número de fregueses ou a um povoamento mais disperso, corresponde, proporcionalmente, um maior número de eclesiásticos.

Numa época em que a vida dos povos é pautada e mesmo determinada pela Igreja (pelos seus ritos, procissões e festas religiosas, pela prática religiosa, etc.), o contacto do pároco, dos sacerdotes, com os seus fregueses, incluindo as crianças, era constante e profundo, robustecido por uma convivência quotidiana, diária, que identifica as crianças, filhas deste ou daquela, mesmo quando a mãe é uma pobre viúva, ou de “maus costumes”, mesmo quando o pai é um eclesiástico se não o próprio pároco.

Os cálculos efectuados pelo pároco, relativamente aos menores de confissão, eram exactos ou aproximar-se-iam muito da realidade e dependiam mais da sua boa vontade que, propriamente, de quaisquer outras dificuldades.

Alguns párocos indicam, nas fichas do recenseamento de 1801, no grupo de idade 0–6 anos, um número de rapazes ou raparigas muito superior à realidade, o qual, em nosso parecer, resultou da contagem das crianças baptizadas entre 1795-1801, sem ter em linha de conta as que tinham morrido, uma vez que o livro dos óbitos os não registaria.

Por outro lado, nalguns mapas, parece constatar-se no mesmo grupo etário, para 1801, ou no grupo 0–4 anos, para 1802, um sub-registo dos menores – embora, por vezes, os números apresentados, como advertiu o prior da freguesia de Frielas, termo de Lisboa, não sejam mais que a expressão de uma epidemia que, nesse ano, ou em anos anteriores, tenha dizimado as crianças.

Tais casos, porém, são raríssimos. A crítica dos números apresentados por ambos os recenseamentos demonstra que os párocos procuraram fornecer cuidadosamente a população masculina e feminina das suas paróquias, incluindo os menores de 7 anos.

Mesmo em situações excepcionais, o zelo dos eclesiásticos é louvável, como no caso do prior da freguesia do Caia, concelho de Elvas, uma vez que, o facto de os espanhóis, na guerra de 1801, lhe profanarem a Igreja e roubarem ou destruírem as imagens, vestes, vasos sagrados e os livros de registo paroquial, não o impediu de fornecer a população da freguesia, ou seja, “os números” dos que conheceu “com individualização”.

Algumas dificuldades surgiriam, sem dúvida, numa ou noutra freguesia urbana mais populosa, em Lisboa ou no Porto, onde os párocos teriam mais dificuldade em apurar o

número de crianças menores de comunhão e, também, a população flutuante, existente nos grandes aglomerados urbanos, sobretudo, em Lisboa.

Mas, mesmo nas fichas da população das grandes freguesias da capital, os párocos mencionam, muitas vezes, as pessoas que não se desobrigam na freguesia, os “rebeldes”, os vadios, os protestantes ou de comunhão estranha, os estrangeiros, os desobedientes, os irreligiosos, os “vacantes”, enfim, todos aqueles que não cumpriam o preceito pascal.

Simplemente, como tais informações nem são sistemáticas nem exaustivas, concluímos que a população das paróquias registada nos recenseamentos corresponde à população “de facto”, estável, logo, em número ligeiramente inferior à população total das mesmas.

Na verdade, o número de portugueses apurado pelo recenseamento de 1801 deve ser inferior ao número real dos habitantes do Reino existentes nesse ano. Vários grupos sociais e numerosas pessoas, por razões várias, não terão sido registadas pelos párocos:

- a) *Forças armadas* – Grande parte dos militares que integravam o exército e a marinha terão escapado aos recenseamentos. As unidades militares, os navios de guerra tinham capelães, que asseguravam a desobriga dos seus efectivos ou guarnições.
- b) *Clero regular e população estudantil* – A população dos conventos, recolhimentos, Universidade de Coimbra, colégios, seminários – incluindo familiares, alunos/as e criados/as –, também não fez parte do recenseamento, uma vez que os privilégios de que gozavam os religiosos e pessoas deles dependentes, os isentavam da sujeição paroquial.
- c) *Expostos* – Terão sido contadas as crianças abandonadas, existentes nas rodas ou entregues às amas? O recenseamento de 1802 procurou suprir esta lacuna, pedindo aos prelados diocesanos que apurassem, nas suas dioceses, o número das crianças expostas.
- d) A numerosa *população flutuante* e os marginais – vadios, desertores, mendigos, pedidores, ermitães, ciganos, etc.
- e) Os *pescadores* que andavam como tripulantes no alto mar e, até, parte dos pescadores da costa, “gente grosseira, fugitiva da Igreja”.
- f) Os *funcionários públicos*, em comissão de serviço nas colónias.
- g) Grande parte dos *operários* que trabalhavam nas fábricas – foram objecto de um recenseamento industrial, cujos dados aproveitamos para este trabalho – e criados/as, sobretudo nos grandes centros urbanos, quando provenientes do mundo rural.
- h) Os *recolhidos/as* em casas de polícia.
- i) Os *presos* nos cárceres do Reino.
- j) Os *doentes* dos hospitais, casas de misericórdia, albergarias e lazaretos.
- k) As pessoas de *outras religiões* que não a católica, *ateus* e *católicos* “dispensados” ou “privilegiados”.
- l) Os “*mentecaptos*”, doentes mentais, que não podiam comungar.

m) Os estrangeiros, entre os quais avultavam os milhares de galegos que trabalhavam em Portugal.

Homens e mulheres encontravam-se distribuídos, como já foi referido, por grupos de idades. A averiguação das idades, de acordo com as instruções do recenseamento de 1801, devia basear-se em “notícias fidedignas”.

É certo que os párocos, não raras vezes, no rol dos confessados, registavam as idades das pessoas. Mas, na esmagadora maioria das freguesias, só a pergunta directa permitiria saber a idade de cada um. Ora, acontecia que muitos adultos desconheciam a idade, como os pescadores da Póvoa de Varzim, por serem – afirma o pároco –, “muito rústicos”.

Alguns padres, como o prior de Santos-o-Velho, freguesia de Lisboa, esclarecem que a idade era indicada pelas pessoas, ou calculada, quando as mesmas ignoravam o ano do seu nascimento.

Algumas pessoas, por malícia ou ignorância, encobriam as idades, pelo que a distribuição por grupos etários se tornava menos precisa. As notícias – continua o prior –, não eram, assim, “de ordinario, fidedignas” (para esta época, só as reconstituições por famílias podem averiguar, com exactidão, as idades das pessoas).

A distribuição por grupos de idades é, apesar de tudo, relativamente correcta, uma vez que, tal distribuição, ao agrupar a informação, neutraliza, de certo modo, a imprecisão e as flutuações observadas a nível individual.

No recenseamento de 1802, em que a população se distribui por grupos de idades quinquenais, detecta-se, por vezes, um empolamento do grupo 6–10 anos (5–9 anos) em relação ao grupo 0–5 anos (0–4 anos), fenómeno semelhante ao “observado noutros países com baixo nível de desenvolvimento económico e social”, mas que, nos recenseamentos em questão (no caso do censo de 1801, para o grupo de 0–6 anos), pode traduzir um sub-registo dos menores de 7 anos.

Fenómeno semelhante se observa no grupo de idade de 36–40 anos, o qual aparece ligeiramente empolado em relação aos grupos de idades 31–35 e 41–45 anos, o que traduziria a repugnância por parte das pessoas em ultrapassar etapas simbolicamente importantes da vida, como os 30 ou 40 anos – como Manuel Nazareth observa em recenseamentos portugueses do séc. XX, chamando a atenção para este “fenómeno sociológico muito característico de países com um sistema sociocultural semelhante ao português” –⁴⁰, ou um arredondamento feito pelo pároco, numa tentativa de simplificação da distribuição das pessoas pelos grupos de idades.

Acima dos 60 anos constituímos um só grupo etário, pois, a partir dessa idade, os cálculos ou as estimativas vão sendo cada vez menos dignas de crédito.

Finalmente, o recenseamento de 1802 distribuía homens e mulheres segundo o estado matrimonial, especificando solteiros/as, casados/as e viúvos/as.

Também, neste caso, nos parecem válidas as informações paroquiais, ainda que tal “registo civil” não considere as pessoas casadas que se separavam, nem tenha em linha de conta a população celibatária – sobretudo as mulheres solteiras –, que vivia, pura e simplesmente, “com escândalo”, “em mancebia”. E não eram poucos os casais “divididos” ou amancebados na sociedade portuguesa de fins do Antigo Regime, quer nos centros urbanos, quer no mundo rural!

No Alentejo, a mobilidade da mão de obra, que se desloca até regiões bem distantes das freguesias de origem, permite, esporadicamente, novo casamento e, prática mais corrente, o concubinato. O casamento, naquela província, de modo algum se revela indispensável aos olhos dos seus habitantes. D. Manuel do Cenáculo, nos finais de Setecentos, convenceu muitos casais do seu bispado a regularizarem a situação e entregarem outros, dada a sua impenitência, ao braço secular⁴¹.

No Norte de Portugal, os livros de visitas e das devassas demonstram o que os livros dos expostos exemplificam de modo brutal, ou seja, que o concubinato, mancebia, adultério e incesto se encontravam amplamente difundidos, nas regiões rurais, como no Barroso ou na região do Douro – em 1795, os “maos costumes” são responsáveis por 90% das 332 pessoas culpadas pela devassa, nas 40 freguesias da Visita da primeira parte de Villa Real ⁴².

Em conclusão, podemos afirmar que os párocos portugueses, nos inícios do século XIX, à semelhança do que Le Roy Ladurie afirma em relação aos párocos franceses de fins do séc. XVIII, são “bons conhecedores dos seus efectivos paroquiais”.

Os dados relativos ao volume da população, sexo e estado dos habitantes revelam-se, em princípio, exactos ou bastante aproximados da realidade, no que diz respeito à população estável e católica. Contar os habitantes é contar as almas.

Nas freguesias muito populosas, sobretudo as urbanas, essa contagem ignora a população flutuante, todos aqueles que vivem à margem da comunidade católica e acusa, possivelmente, um ligeiro sub-registo dos menores de 7 anos.

A distribuição da população por grupos de idades, quando transformada em estruturas relativas é, sem dúvida, utilizável e passível de interpretação, quer numérica, quer gráfica.

### 3.3.3. Nascimentos, casamentos e óbitos

Tanto num como noutro recenseamento, os párocos deviam declarar os nascimentos e óbitos ocorridos nas suas freguesias e, ainda, no caso do censo de 1802, os casamentos.

Que confiança nos merecem tais declarações?

Efectuar-se a análise crítica de tais dados implica, de certo modo, aferir o valor dos registos paroquiais portugueses, nos finais do Antigo Regime, valor esse que está longe de ser uniforme para todo o país – embora, mais uma vez, neste caso, a participação directa dos párocos em tais operações permitisse ultrapassar, facilmente, as fragilidades daqueles. Os registos paroquiais portugueses, nos inícios do século XIX, variam de diocese para diocese, de região para região, de pároco para pároco, uma vez que os assentos de baptismos, casamentos e óbitos não são mais que o reflexo do zelo, mentalidade, hábitos e grau de cultura dos párocos.

Não conhecemos qualquer estudo crítico sobre os registos paroquiais de uma diocese ou de uma região. Lamentavelmente, e apesar dos meritórios esforços desenvolvidos nos últimos anos, nem sequer temos recolhidos e/ou inventariados, de modo exaustivo, os livros de registo paroquial, os quais, dispersos pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo, pelos arquivos distritais – onde deviam ser recolhidos – ou diocesanos, se encontram, também, pelas freguesias, atirados para qualquer canto da igreja ou da residência paroquial, em bibliotecas particulares e, mesmo, pelos alfarrabistas.

Sem esta prévia e sistemática recolha, como fazer o estudo dos registos paroquiais das diversas dioceses?

José António de Sá, nos finais do século XVIII, chamava a atenção para a “incerteza” dos extractos paroquiais, já “porque são diminutos os assentos; já por falta de notícias, principalmente nas terras maiores; já porque os de diferente religião se não alistão nas paróchias; já porque a pobreza de muitos dá causa a descuidos no officio de que se não percebe utilidade”, pelo que, não só preconizava o Alistamento Geral do Reino, por famílias, como achava necessário enviar aos bispos e repartições competentes, um modelo por onde se deviam regular os assentos paroquiais ⁴³.

O alvará de 27 de Abril de 1802 expressamente determinou que os livros dos assentos dos baptismos, casamentos e óbitos de todas as paróquias seriam selados,

medida que foi comunicada aos prelados diocesanos. E por 1817, José Varela sugeria que, para evitar enganos e tornar mais fácil e cómodo o registo paroquial, os livros deviam conter “os dizeres communs impressos”⁴⁴.

Mas nada se concretizou. Se a Igreja, em geral, ou os prelados em particular não se preocupavam com a uniformidade e rigor dos assentos, o Estado também não tomou qualquer iniciativa para solucionar a questão, pelo que, ao longo de boa parte do século XIX, os registos paroquiais continuaram a ser arbitrariamente preenchidos pelos párcos ou seus coadjutores.

De um modo geral, podemos afirmar que os livros de registo paroquial nos aparecem mais cedo e de uso mais regular no Norte de Portugal e se encontram conservados e preenchidos mais cuidadosamente – o que poderá não ter a ver com rigor ou exactidão –, nas freguesias urbanas que nas freguesias rurais.

No Alentejo, muitos livros de registo paroquial teriam sido iniciados, apenas, nos finais de Setecentos, nomeadamente, na diocese de Beja, devido à iniciativa de D. Manuel do Cenáculo (1770-1802). Para algumas paróquias, não aparece, sequer, um livro paroquial⁴⁵.

No Patriarcado, nomeadamente, para a região de Lisboa, o número dos livros paroquiais desaparecidos é considerável.

Nas dioceses de Braga e Bragança-Miranda, surgem, igualmente, muitas lacunas nas séries dos livros de registo de numerosas paróquias rurais.

Porém, como já referi, muitos destes códices encontram-se, ainda, nas freguesias, tornando provisório qualquer cálculo quanto ao número dos livros que chegaram até aos nossos dias.

A elaboração dos assentos revela-se muito irregular. Na época em questão, os livros que dizem respeito às paróquias alentejanas encontram-se mal preenchidos, com actos omissos, erros cronológicos, registos copiados alguns anos mais tarde, etc...

José Varela, nos inícios de Oitocentos, chama a atenção para a fragilidade dos registos paroquiais da região de Montemor-o-Novo, “encontrando entre as folhas dos livros dos nascidos e mortos pequenos papeis, que continhão algumas lembranças e declarações que não forão lançadas no lugar competente”⁴⁶. O cura de Santo António de Vendas Novas “patenteava”, então, “as consideráveis omissões do seu antecessor, que havia negado o devido assento a muitos nascidos e mortos”⁴⁷.

No Patriarcado, mesmo para a região de Lisboa, a qualidade dos registos paroquiais não é a melhor.

Alterações cronológicas, laconismo de formulário, folhas arrancadas, ou, por vezes, implantadas posteriormente, surgem-nos, de igual modo, nos livros de registos paroquiais do bispado de Bragança-Miranda, referentes à segunda metade do século XVIII.

Mas passemos à análise dos três tipos de livros de registo paroquial.

a) *Livros de baptismos* – O recenseamento de 1801 declara que o número dos nascimentos relativos a esse ano devia ser conforme aos respectivos assentos de baptismos.

É certo que o número de nascimentos não coincide com o número de baptismos mas, em demografia histórica, pouco mais se pode fazer do que desprezar a margem de erro que a identificação nascimentos/baptismos necessariamente implica.

Com efeito, os livros de baptismos ignoram os nados-mortos e os nados-vivos que morriam antes de receberem o baptismo, o qual era administrado no prazo concedido pelas constituições diocesanas, de 8 a 10 dias após o nascimento das crianças.

Mas nem sempre era cumprido de tal prazo, como na diocese de Beja, que chegava a ir até aos 20 dias. D. Manuel do Cenáculo verbera este baptismo tardio

e lembra aos párocos a necessidade de baptizarem as crianças o mais cedo possível, pois, muitas morriam sem este sacramento ⁴⁸.

“Descuido” que, no Alentejo, é menos da responsabilidade dos párocos que dos pais, pouco preocupados com o baptismo dos seus filhos, como reconhece o pároco da freguesia de S. Gregório, comarca de Vila Viçosa, diocese de Évora, informando, em 1801, que, parte das crianças de 1 a 7 anos só consta por informação, uma vez que não era costume baptizá-los.

Até que ponto este costume se encontrava generalizado nas populações daquela província, ou, mesmo, de outras regiões?

O não registo das crianças baptizadas em casa e que vieram a morrer antes de receberem na igreja os santos óleos, parece ser prática comum, mesmo nas dioceses do norte de Portugal.

Finalmente, temos de considerar as perturbações causadas pelo registo dos enjeitados nos livros de baptismos das cidades e vilas que tinham casas de expostos e às quais concorriam as crianças abandonadas de outras freguesias ou concelhos, aumentando, sem qualquer compensação nos óbitos, os baptismos, determinando um acréscimo de natalidade local, que é, afinal, aparente.

Perturbações tanto mais sensíveis quanto grande parte destas crianças baptizadas à sua entrada na roda se encontravam já registadas nas freguesias em que tinham sido encontradas.

- b) *Livros de casamentos* – O recenseamento de 1802 fornece, por freguesias e por grupos de idades quinquenais, o número de casamentos efectuados nesse ano, assim como o número total de homens e mulheres casados.

Teoricamente, os livros de registo de casamentos são fidedignos, apesar de uma ou outra imprecisão, lacuna ou omissão que, necessariamente, contêm. Temos de atender, porém, às formas de casamento não registadas, às “promessas, pactos e convenções esponsalicias”, que originavam “muitos e gravíssimos abusos”, levando à “clandestinidade dos matrimonios”, frequentes nalgumas regiões do país, sobretudo, no sul, os quais, numerosas vezes, não mais eram sacralizados pela Igreja ⁴⁹. Temos de atender, ainda, a que estas fontes registam, apenas e num dado momento, um acto, o casamento, não se preocupando mais com a vida do casal, a não ser, em caso de viuvez seguida de segundas núpcias, ou de morte e que, portanto, através de tais fontes, nunca se poderão surpreender as alterações surgidas na vida dos cônjuges.

- c) *Livros de óbitos* – Estes livros levantam problemas muito mais graves que os livros de baptismos ou casamentos, pois o número de mortos aí registados era “mui inferior ao verdadeiro”, por ser “prática geralmente seguida não se fazer assento dos menores de sete annos” que faleciam antes de completarem aquela idade ⁵⁰, prática essa que estava longe de ser exclusiva dos registos paroquiais portugueses.

Nos finais do século XVIII, em França, os curas, sobretudo na França do Meio-Dia, negligenciam, voluntária e sistematicamente, o registo das crianças mortas antes da primeira comunhão, de tal modo que Pierre Goubert se interroga até que ponto as diferenças de vitalidade entre algumas regiões da França não traduzem senão diferenças na qualidade dos registos paroquiais, principalmente nos livros de óbitos ⁵¹.

Em Inglaterra, os registos paroquiais só se tornam dignos de confiança a partir de 1820 ⁵².

Em Espanha, tal omissão é, também, característica dos livros de óbitos. Mauléon Isla constata para Bilbao e à semelhança do que acontecia noutras paróquias do norte de Espanha, que são raríssimos os assentos dos menores, pretextando os curas das freguesias daquela cidade, nos inícios do séc. XIX, não ser costume o seu registo. Os gráficos relativos aos óbitos daquela cidade, adverte Mauléon Isla, dizem respeito, quase unicamente, aos falecidos com idade superior aos 17 anos, pelo que, os óbitos não registados, aproximar-se-iam dos 50% do total dos óbitos⁵³.

O *Almanach* para 1788, referindo-se a Lisboa, advertia que as “computações dos nascimentos e baptizados eram exactas, mas não os “falecimentos”, pois, muitos mortos, “especialmente os menores”, eram expostos às portas dos conventos ou igrejas dos regulares, onde se não fazia assento dos sepultados.

Lamentável prática que, os párocos da capital, nas tábuas da população de 1801, confirmam.

O padre da freguesia da Ajuda adverte que, no número dos óbitos, não entram muitas crianças mortas, expostas a fim de se lhes dar sepultura, ignorando-se a identidade desses menores e os nomes dos pais.

O padre de Santa Marinha lembra não haver assentos de óbitos até à idade de 7 anos, pois os meninos eram sepultados indevidamente, nas igrejas dos religiosos, a quem pagavam, acrescenta o pároco de Nossa Senhora da Encarnação, “contra todo o direito, e em prejuízo notável dos parochos”.

Os familiares das crianças que morriam, “por hum abuso tão incompatível com a civilização, como com a humanidade”, depositavam os cadáveres daquelas “nos adros e no interior de todas as Igrejas, para serem enterrados por caridade”, quer fossem “filhos reconhecidos, ou expostos”, ou levavam-nos aos conventos, onde os religiosos, por uma pequena quantia, quando não gratuitamente, os enterravam, evitando, assim, as despesas que as cerimónias fúnebres, por parte dos clérigos seculares, ocasionavam.

Despesas obrigatórias, mesmo para os pobres, pelo que os cadáveres dos indigentes, ainda que adultos, eram levados a alguma Misericórdia ou abandonados à porta de uma igreja, à mercê da discrição ou caridade eclesiásticas. O corpo aí ficava, para espanto e horror dos estrangeiros que viviam em Lisboa, muitas vezes, com uma bacia junto dele, para receber as esmolas que o padre considerava necessárias para cobrir as despesas do enterro⁵⁴.

O não registo sistemático dos menores de 7 anos constituía prática frequente da maioria das freguesias do Reino, nas primeiras décadas do séc. XIX.

Na diocese de Évora, o pároco da freguesia de S. Marcos da Abóbada informa, em 1801, que morreram, além das que regista, mais 9 crianças, ignorando se masculinas ou femininas.

Na diocese do Porto, a partir de 1779, começaram a ser registados os óbitos dos menores, mas apenas esporadicamente, como se verifica, por exemplo, nas cidades de Penafiel e Porto.

Rebello da Costa, na descrição que faz da cidade do Porto, em 1787, declara que, nos “catálogos paroquianos”, não se exara “o numero dos meninos e meninas que não chegam aos sete anos de idade”⁵⁵. As irrisórias taxas de mortalidade que esta cidade acusa nos fins do século XVIII, princípios do século XIX, demonstram um nítido sub-registo dos menores de 7 anos. Bastava o não registo das crianças expostas que morriam, anualmente, a ritmo impressionante, no Porto, como nos grandes centros urbanos, para os livros de óbitos acusarem, quanto aos menores de comunhão/confissão, um número substancialmente inferior ao número real de mortos.

António de Almeida, por 1830, escreve que, em Penafiel, nos livros de óbitos, não se costumavam lançar os termos de todos os menores falecidos⁵⁶.

Mas os livros de óbitos não apresentam, apenas, tal lacuna, que é, porém, quantitativamente, a mais grave.

Ignoram, também, os religiosos e “pessoas anexas” – familiares, donatos, fâmulos, criados, etc –, sepultados nos conventos, doentes que morriam nos hospitais e misericórdias – a Misericórdia do Porto, nos finais de Setecentos, enterrava, todos os anos, “pelo amor de Deus mais de quatrocentos pobres”⁵⁷ –, pescadores que sucumbiam nos naufrágios, etc.

Os livros de óbitos desconhecem, finalmente, muitos daqueles que viviam à margem da sociedade ou da Igreja Católica, os “vagos”, mendigos, os “irreligiosos” ou “rebeldes” e os que professavam outra religião. E, se estes últimos não eram numerosos, o mesmo já não se podia dizer dos vagabundos e dos ateus ou indiferentes à religião.

Neste sector, volta novamente a destacar-se a especificidade do Alentejo, onde a laicização da morte é, nos finais de Setecentos, prática corrente, não só nos povoados do Baixo Alentejo – justificável pela ignorância dos camponeses e pelo fraco enquadramento clerical –, como em Beja, onde se verificam enterramentos sem cruz, padres ou toque de sino, numa cidade episcopal que contava algumas dezenas de padres. Esta indiferença perante a religião tem a sua origem, segundo o bispo de Beja, na miséria⁵⁸.

Para se pertencer à comunidade católica, para se participar dos ritos e festas religiosas, para se cumprirem os preceitos que as constituições diocesanas estipulam, enfim, para se ter direito ao registo paroquial, é preciso pagar. E os “miseráveis”, não o podendo fazer, marginais perante a sociedade, depressa se afastam da Igreja.

Congratulámo-nos, pois, com o facto de os párocos, em 1801, terem apresentado o número de óbitos, não de acordo com os seus livros de registo paroquial, outrossim, tendo em atenção as mortes efectivamente ocorridas nas suas freguesias.

### 3.4. Análise demográfica da qualidade dos dados

Uma vez efectuada a crítica das fontes, entendemos que seria útil proceder a uma análise dos dados, ainda que elementar, numa perspectiva demográfica.

#### 3.4.1. Relação de masculinidade dos nascimentos

Um dos índices frequentemente utilizados para se verificar a qualidade do estado civil é constituído pela relação de masculinidade dos nascimentos, ou seja, pela relação existente entre os nascimentos masculinos e os nascimentos femininos. Essa relação, que apresenta uma grande estabilidade no tempo e no espaço, é de 1.05, isto é, para 100 nascimentos femininos temos 105 nascimentos masculinos, o que nos leva a concluir que os números encontrados, significativamente afastados destes valores correntes, possam ser imputados a defeitos de registo dos nascimentos.

Sabe-se que a relação de masculinidade dos nascimentos anda à volta de 105, de tal modo que, em cada 1 000 nascimentos temos, em princípio, 512 nascimentos masculinos e 488 nascimentos femininos. Os limites do intervalo de confiança a 95% são os que a seguir se indicam:

$$0,512 \pm 1,96 \sqrt{\frac{0,512 \times 0,488}{n}}$$

em que n = número de nascimentos.

## QUADRO N.º5 – RECENSEAMENTO DE 1801

## Relações de masculinidade dos nascimentos e intervalos de confiança a 95%

COMARCAS	RELAÇÕES DE MASCULINIDADE	INTERVALOS DE CONFIANÇA
ALCOBAÇA	115.3	98.0/116.5
ALENQUER	120.7	93.8/117.4
ARGANIL	102.8	93.0/118.3
AVIS	92.8	91.6/120.3
BEJA	105.9	96.9/105.9
BRAGA	109.4	95.3/115.5
BRAGANÇA	107.4	96.1/114.6
CASTELO-BRANCO	101.4	96.9/113.7
CHÃO DE COUCE	88.0	76.0/145.0
COIMBRA	106.5	99.2/111.0
ELVAS	96.0	92.3/119.3
ÉVORA	100.0	95.7/115.0
FARO	109.5	94.6/116.4
GUARDA	102.2	98.0/112.3
GUIMARÃES	102.3	98.8/111.4
LAGOS	89.7	93.8/117.4
LAMEGO	106.7	97.6/112.8
LEIRIA	110.3	95.7/115.0
LINHARES	97.4	89.0/123.7
LISBOA	97.3	100.0/110.1
MIRANDA	105.7	92.3/119.3
MONCORVO	103.0	95.7/115.0
OURÉM	110.0	90.5/121.7
OURIQUE	105.3	94.9/116.0
PINHEL	97.3	88.0/125.2
PORTALEGRE	100.9	93.4/117.9
RIBATEJO	101.7	87.3/126.2
SANTARÉM	103.5	96.9/113.7
SETÚBAL	109.2	96.5/114.1
TAVIRA	111.2	94.6/116.5
TOMAR	107.2	96.9/113.7
TORRES VEDRAS	113.9	93.8/116.5
TRANCOSO	102.3	96.9/113.7
VALENÇA	101.0	91.2/120.8
VIANA	108.0	98.2/111.7
VILA REAL	106.4	97.6/112.8
VILA VIÇOSA	109.0	93.1/118.3
VISEU	101.9	93.4/117.9

Se a relação de masculinidade observada se situa no exterior do intervalo de confiança, podemos, em princípio... atribuir o desvio à existência duma subdeclaração ou dum registo imperfeito mais acentuado por um sexo do que por outro. Inversamente, se a relação de masculinidade se situa no interior deste intervalo, podemos concluir que os dados são de confiança.

Face a tudo isto, resolvemos aplicar este índice ao recenseamento de 1801 e verificar até que ponto estávamos perante um registo de nascimentos de qualidade.

O quadro nº 5 apresenta as relações de masculinidade e os intervalos de confiança calculados por comarcas. Globalmente, podemos afirmar que se constata uma boa qualidade dos dados. Flutuações aleatórias um pouco acentuadas parecem dever-se aos efectivos reduzidos de algumas comarcas. E só as comarcas de Alenquer e Lisboa apresentam valores que ultrapassam, ligeiramente, os intervalos de confiança: no caso de Alenquer detecta-se um ligeiro sub-registo das mulheres; e quanto a Lisboa verificamos um pequeno sub-registo ou subdeclaração das crianças do sexo masculino, facto de modo algum invulgar, uma vez que a mesma anomalia se detecta nos dados relativos à mesma região, em pleno século XX.

A relação global de masculinidade dos nascimentos observada é de 104,4, ou seja, praticamente igual ao valor teórico e o intervalo de confiança, de 103,4/106,4, o que, segundo o método utilizado, parece confirmar uma boa qualidade no registo ou declaração dos nascimentos, – a não ser que o fenómeno de sub-avaliação fosse igual para os dois sexos, o que não é nada provável.

### 3.4.2. Relações de masculinidade

Uma maneira simples de apreciar a qualidade dos dados obtidos através dos recenseamentos “consiste em observar o desvio em relação a 100 da relação global de masculinidade. Com efeito, uma relação de masculinidade dos nascimentos que se situe por volta do valor 105, combinada com uma relação de masculinidade dos mortos, que varia entre 105 e 125, implica a existência de uma relação global de masculinidade no recenseamento sensivelmente igual a 100 desde que os movimentos migratórios não sejam muito importantes”⁵⁹.

O quadro que se segue, apresenta as relações globais de masculinidade calculadas por províncias.

**RELAÇÕES GLOBAIS (X 100) DE MASCULINIDADE – 1801**

PROVÍNCIAS	HOMENS	MULHERES	RM
MINHO	314 166	352 001	89,3
TRÁS-OS-MONTES	129 763	136 089	95,4
BEIRA	446 294	487 090	91,6
ESTREMADURA	335 534	336 646	99,6
ALENTEJO	137 035	133 739	102,5
ALGARVE	50 088	53 219	94,1
PORTUGAL	1 412 880	1 498 784	94,3

Verificamos, assim, com excepção do Alentejo, que as relações globais de masculinidade das províncias do Reino apresentam valores que se situam abaixo de 100.

Se estivessemos perante uma população fechada e sem migrações internas significativas, as oscilações observadas seriam, apenas, explicáveis pelas alterações existentes na qualidade das estatísticas dos nascimentos e óbitos.

Ora, no capítulo anterior, acabamos de verificar que, segundo a metodologia utilizada, a qualidade dos registos dos nascimentos parece ser boa, pelo menos, no que diz respeito ao equilíbrio entre os sexos. Assim, uma vez que parecem não existir grandes problemas na qualidade dos dados do movimento natural da população é de admitir que a variável micro-demográfica responsável pelas flutuações observadas não pode deixar de ser outra senão os movimentos migratórios.

Por outro lado, também se sabe que, de uma maneira geral, nas migrações internas, os sexos são relativamente equilibrados, por oposição às emigrações externas em que existe, sempre, uma grande preponderância do sexo masculino, mesmo nos casos em que ocorre uma posterior reconstituição das famílias nos países de destino da emigração.

Neste contexto, é no Minho que verificamos as relações de masculinidade mais afastadas do seu valor teórico, seguindo-se-lhe a Beira, o Algarve e Trás-os-Montes, sequência que concorda inteiramente com as informações que temos sobre a intensidade da emigração por províncias: é na primeira que a intensidade deste fenómeno é maior e é na última que ele é menor. A Estremadura, ao apresentar uma relação de masculinidade praticamente igual a 100,0, aponta-nos para a existência de uma emigração reduzida, o que parece confirmar aquilo que sabemos sobre o destino dos fluxos migratórios desta província, quase exclusivamente dirigidos a Lisboa. Finalmente, o Alentejo, a única província cuja relação de masculinidade ultrapassa 100, parece ignorar a emigração e, até, a atracção urbana da capital.

O facto deste valor nos aparecer relativamente elevado não significa a existência de uma deterioração da qualidade dos dados nesta região, pois, o empolamento do sexo masculino que altera o equilíbrio da relação de masculinidade é provocado pela existência da importante praça militar de Elvas. Com efeito, nesta cidade, o censo de 1801 regista 7 614 homens para 5 258 mulheres, fazendo supôr que os efectivos da guarnição foram incorporados no total daqueles. O recenseamento de 1802 confirma esta suposição, uma vez que nos dá um número proporcionado de homens e mulheres casados, um número de viúvas triplo dos viúvos mas, no que diz respeito à população celibatária, o número de solteiros é superior ao número de solteiras em 2 240.

E, assim, uma vez excluída dos nossos cálculos a comarca de Elvas, a relação de masculinidade surge-nos igual ao seu valor teórico (100,1).

Em conclusão, pensamos que existe uma indiscutível ligação entre a relação global de masculinidade e a emigração, embora não nos seja possível deduzir automaticamente que a emigração explique todas as oscilações observadas.

### 3.5. Conclusão

Os anos em que se efectivaram os recenseamentos são anos de carestia e de fome, devido a maus anos agrícolas e à guerra com a Espanha, em 1801. Não são, porém, anos excepcionais, uma vez que, tanto nos finais de Setecentos – 1793, 1794, 1796, 1800 –, como nos inícios de Oitocentos – 1803, 1804, 1806 –, nos surgem anos que igualam e, por vezes, ultrapassam as difíceis condições de vida que se fizeram sentir em 1801-1802. Assim, pensamos que os resultados obtidos através dos recenseamentos, exprimem, significativamente, o estado e movimento da população portuguesa de então.

Os recenseamentos, de iniciativa do Estado, mas assegurados pela Igreja – e, por isso, fornecendo resultados mais fidedignos –, são fruto de um labor sério, cuidado e, sob o aspecto qualitativo – sobretudo o recenseamento de 1801 –, podem enfileirar ao lado do recenseamento espanhol de 1787 e dos recenseamentos francês e inglês que tiveram lugar em 1801.

O recenseamento inglês de 1801, de todos os censos de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos, o mais rico em informações no que toca à população local, exige crítica minuciosa, sob pena de reservar ao investigador, desagradáveis surpresas. Ora, o mesmo se passa quanto aos recenseamentos portugueses, que exigiram o conhecimento prévio e rigoroso do quadro administrativo-eclesiástico a fim de se determinar a integridade geográfica e demográfica dos mesmos e detectarem as lacunas existentes; o levantamento sistemático dos dados em bruto, das fichas originais, para criticarmos, severamente, todas as parcelas e verificarmos da sua credibilidade, comparando, sempre que possível, os números oferecidos pelos recenseamentos com os dados dos recenseamentos locais ou regionais de que dispunhamos para a época em questão.

Os problemas suscitados pela efectivação dos recenseamentos, destituídos de qualquer objectivo de natureza fiscal ou militar, os longos meses gastos na execução dos mesmos e na recolha crítica dos resultados, o carácter uniforme das fichas que serviram de modelo para a concretização dos mesmos, a individualidade das listas, autenticadas pelos párocos ou pelas autoridades religiosas, as rasuras e os erros aritméticos que as listas exibem, comprovando as dificuldades encontradas para o exacto preenchimento das mesmas, a inexistência ou extrema raridade dos números redondos ou pares que, quando frequentes, denunciam cálculos ou estimativas de base, a referência dos censos a uma mesma data, confirmam-nos, por outro lado, que estamos perante verdadeiros recenseamentos.

Os números que traduzem os fogos, o volume da população e sua distribuição por sexos, idades e estado civil, em nosso parecer, são correctos e constituem, para já, os únicos elementos numéricos válidos de que dispomos para todo o Antigo Regime português, a cobrir todo o território, revelando-se, assim, de excepcional importância.

Os números que dizem respeito aos nascimentos e casamentos revelam-se seguros. Quanto aos óbitos, sabemos que, tanto nas cidades como nos campos, o sub-registo das pessoas que morriam, principalmente, dos menores de 7 anos, incluindo os expostos, é uma constante.

Não somos partidários da estimativa fácil, mas em função dos elementos recolhidos quanto à mortalidade infantil e das percentagens encontradas quanto à mortalidade das primeiras idades na mortalidade geral (ver capítulo relativo à mortalidade), pensamos que a mortalidade não registada, em relação aos indivíduos baptizados, poderá oscilar, para a época em estudo, entre os 25 e os 40%. Por exemplo, no que diz respeito à freguesia de Rebordões, no nordeste trasmontano, região que acusa um forte enquadramento clerical, a mortalidade não registada, para o século XVIII, relativamente aos indivíduos baptizados, seria de 40.7%.

De qualquer modo, sempre que os valores registados nas fichas de 1801 se revelaram improváveis ou absurdos, não tivemos qualquer dúvida em corrigi-los, servindo-nos dos numeramentos provinciais efectuados em finais do século XVIII, dos recenseamentos de 1802 e 1820 e de outras fontes existentes para a época.

Apesar de tudo e mesmo no que concerne aos óbitos, as informações colhidas nos recenseamentos quanto ao movimento natural da população, são, parece-me, de uma qualidade superior aos registos paroquiais, na medida em que o pároco, ao fornecer tais informações, de modo directo e imediato, entraria em linha de conta com acontecimentos que não se encontravam lançados nos livros de registos, incluindo os menores

de 7 anos; e são de um valor inestimável, pela vastidão de informações, imprescindíveis, em muitos casos, devido à inexistência de livros de registo paroquial, em 1801-1802, nalgumas freguesias e à destruição ou desaparecimento subsequente dos registos paroquiais de muitas outras.

A análise demográfica da qualidade dos dados, quer para os nascimentos, quer para a população, confirma, de modo sobremaneira satisfatório, tudo o que acabou de se afirmar.

Sublinhe-se, finalmente, a modernidade das fichas utilizadas nos dois recenseamentos, ao pretenderem apurar o número de *homens* e de *mulheres* e não de *almas* como era, então, ainda, prática corrente em Portugal, e ao distribuírem a população por grupos de idades, com o objectivo claro de se recensear a população menor, a população nas primeiras idades, a qual escapava, quase sempre, à contagem das *almas*.

Assim, não podemos, de modo algum, corroborar o cepticismo de alguns historiadores, – Pierre Chaunu, Albert Silbert, Jacques Marcadé, etc. –, os quais, baseados, fundamentalmente, em Balbi, que considerava as listas da população portuguesa de finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX “muito inexactas” e não oferecendo mais que resultados “muito incertos”⁶⁰, cepticismo só equivalente ao desconhecimento em que até agora se tem mantido a realidade demográfica do Portugal de fins do Antigo Regime.

O atraso de Portugal “em matéria de estatísticas demográficas”, como nós sabemos, e já referido por Chaunu, acentua-se, sobretudo, a partir do segundo quartel do séc. XIX. É bem menos evidente na viragem do século XVIII para o século XIX, uma vez que as imperfeições, as lacunas, os erros que se detectam nos censos nacionais ou regionais de então, são extensivos, de um modo geral, a muitos dos países da Europa Ocidental, como a Espanha, Itália, França e Inglaterra⁶¹.

No campo da estatística, como em muitos outros, a evolução histórica não foi linear⁶².

#### 4. A População Portuguesa em 1801-1802. Efectivos e distribuição por sexos, grupos de idades e estado civil.

“La connaissance du chiffre de population totale est d’une importance unique en démographie. De la connaissance de cette donnée fondamentale dépend, pour une bonne part, l’utilité des investigations démographiques ultérieurs”.

(Roger Mols, *Introduction a la Démographie Historique des Villes d’Europe du XIV au XVIII Siècle*, II, Louvaina 1955, p. 500).

Uma vez efectuada a análise crítica dos recenseamentos de 1801-1802, vamos agora apresentar o estado da população portuguesa em inícios do século XIX, isto é, os seus efectivos e a sua estrutura, tendo em atenção o sexo, idade e estado civil.

Para tal, servimo-nos, fundamentalmente, do censo de 1801, por ser o único de que dispomos de informação a cobrir todo o País e por se revelar de superior qualidade.

Independentemente de apresentarmos a população portuguesa, agrupada por comarcas, as circunscrições administrativas básicas do nosso território, o nosso quadro de referência, por razões de natureza geográfica, histórica e demográfica será a província, o que nos permitirá, em vários casos, utilizar outros censos efectuados em finais de Setecentos, e a partir deles, proceder a úteis análises comparativas.

#### 4.1. Minho

O Minho, entre o Atlântico, a Galiza e o Douro, estava limitado, a este, pelas serras do Gerez-Marão e rio Tâmega, que o separavam de Trás-os-Montes.

A fronteira com a Espanha encontrava-se indefinida na região do Lindoso onde, desde séculos, os limites fronteiriços – terras em questão, pagando os dízimos ao arcebispado de Braga, mas integradas no território do país vizinho –, forneceram contínuas querelas entre portugueses e galegos.

A província, em 1801, era constituída por 1 188 freguesias, integradas em 149 concelhos distribuídos por 7 comarcas.

COMARCAS	FREGUESIAS	CONCELHOS
VALENÇA	49	4
VIANA	274	31
BARCELOS *	265	17
BRAGA **	73	16
GUIMARÃES	244	27
PENAFIEL	99	16
PORTO	184	38
<b>TOTAL</b>	<b>1 188</b>	<b>149</b>

* Sem 8 concelhos pertencentes à Beira.

** Sem Dornelas e Ervededo pertencentes a Trás-os-Montes.

Sob o aspecto eclesiástico, o seu território era abrangido por duas dioceses e 4 isentos.

DIOCESES E ISENTOS	FREGUESIAS
BRAGA	949
PORTO	229
ISENTOS	10
<b>TOTAL</b>	<b>1 188</b>

Nos finais de Setecentos, o Minho constituía a região mais povoada do Reino. Nos vales, viajava-se sempre entre gente. As habitações sucediam-se. As aldeias e lugares eram tantos, que parecia haver “huma povoação continuada”.

Em 1794, segundo o recenseamento de Vilas-Boas, o Minho contava 636 557 habitantes, dos quais, 294 775 homens e 341 782 mulheres (quadro nº 6).

O recenseamento de 1801 somou 666 167 pessoas, com 314 166 homens e 352 001 mulheres (quadro nº 7).

Se o rigor dos dois censos fosse o mesmo, a província teria aumentado a sua população, nos últimos sete anos do século XVIII, em 30 619 almas, à média anual de 4 374 pessoas.

QUADRO N.º6 – POPULAÇÃO DO MINHO 1794 - 1795

(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
VALENÇA	49	7 549 4.4	28 449 4.5	3.8	13 099 2.1	15 350 2.4
VIANA	276	32 144 18.7	123 797 19.4	3.9	57 225 9.0	66 572 10.5
BARCELOS	262	28 518 16.6	104 356 16.4	3,7	48 758 7.7	35 598 8.7
BRAGA	73	12 088 7.1	46 810 7.4	3.9	22 151 3.5	24 659 3.9
GUIMARÃES	245	32 788 19.1	125 523 19.7	3.8	57 603 9.0	67 920 10.6
PENAFIEL	100	14 797 8.6	54 123 18.5	3.7	25 032 3.9	29 091 4.6
PORTO	182	43 741 25.5	153 499 24.1	3.5	70 907 11.1	82 592 13.0
TOTAL	1 182	171 625 100.0	636 557 100.0	3.7	294 775 46.3	341 782 53.7

NOTA – Quadro constituído e rectificado (encontraram-se ligeiros erros na soma das parcelas) a partir da versão final do censo do Minho (datado erradamente de 1 800, nalgumas cópias da carta geográfica do Minho, de Vilas-Boas, elaborados nos inícios do século XIX), a única que corresponde ao cadastro da província, por freguesias.

QUADRO N.º7 – POPULAÇÃO DO MINHO 1801

(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
VALENÇA	49	7 806 4.5	28 350 4.3	3.6	12 961 2.0	15 389 2.3
VIANA	274	32 055 18.7	124 446 18.7	3.9	57 933 8.7	66 513 10.0
BARCELOS	265	27 828 16.2	111 516 16.7	4.0	51 985 7.8	59 531 8.9
BRAGA	73	11 506 6.7	47 321 7.1	4.1	22 846 3.4	24 475 3.7
GUIMARÃES	244	34 016 19.8	129 592 19.4	3.8	60 587 9.1	69 005 10.4
PENAFIEL	99	14 872 8.6	55 631 18.4	3.7	26 187 3.9	29 444 4.4
PORTO	184	43 923 25.5	169 311 25.4	3.9	81 667 12.3	87 644 13.1
TOTAL	1 188	172 006 100.0	666 167 100.0	3.9	314 166 47.2	352 001 52.8

E a sua taxa de crescimento anual médio seria de 0,7%, valor ligeiramente inferior ao registado para Trás-os-Montes, no mesmo período, com taxas mínimas para as comarcas de Viana – 0,14% –, Valença e Braga – 0,16% –, taxas ligeiramente inferiores à média para Penafiel – 0,4% – e Guimarães – 0,46% –, e taxas de crescimento bastante elevadas para as comarcas de Barcelos – 0,95% – e do Porto – 1,4% –.

Apesar de o censo de 1794 acusar um certo sub-registo de habitantes, a população minhota, nos últimos anos de Setecentos, parece revelar um ligeiro crescimento demográfico, insignificante para o Alto Minho, considerável em relação à zona do centro, importante em relação à região sul, principalmente, para o Porto e seu termo.

População em que o número de homens é muito inferior ao número de mulheres, com a relação global de masculinidade mais baixa do Reino – 86,2 em 1794, 89,3 em 1801 –, a apontar para a existência de uma emigração que afectava toda a província, de um modo mais agudo, as comarcas de Valença, Viana e Penafiel.

A distribuição da população por dois grandes grupos de idades, menos de 14 anos e mais de 14 anos, através do censo de 1794, demonstra uma significativa importância do grupo dos jovens, 25,8%, no total da população minhota, atingindo um máximo de 28,9%, na comarca de Barcelos e um valor mínimo, 20,8%, na comarca do Porto.

A repartição da população por 5 grupos de idades, através do recenseamento de 1801, apresenta, para o grupo 0–6 anos, um valor de 16,8%, igual ao encontrado a nível global nacional; a proporção mais baixa do Reino no grupo etário de 25–39 anos, que é de 20,8% e o peso relativo mais elevado do país, de 9,5%, no grupo das pessoas idosas, valores estes que nos parecem típicos de uma população afectada consideravelmente pela emigração, a qual, normalmente, provoca um “rejuvenescimento na base” e um “envelhecimento no topo”⁶³.

A análise por comarcas não revela irregularidades dignas de monta. No grupo etário de 0–6 anos constata-se uma maior importância relativa da comarca de Braga, com 17,8%, logo seguida das comarcas de Valença e Viana, respectivamente, com 17,1% e 17,0% e uma menor proporção na comarca do Porto, com 16,4%, a confirmar, neste último caso, os valores fornecidos pelo recenseamento de 1794.

O grupo das pessoas idosas tem os valores mais elevados nas comarcas de Valença, Viana e Penafiel (valores iguais ou superiores a 10,0%), comarcas essas que são as mais pobres e as menos densamente povoadas da província, e o valor mais baixo, 7,9% na comarca do Porto. Tais números são confirmados pelo recenseamento de 1802, uma vez que, neste, os valores percentuais, por comarcas, oscilam entre 7,9% e 11,3% (quadro nº 20).

A repartição da população por sexos e grupos de idades confirma, tanto para homens como para mulheres, tudo o que já foi dito: primazia das comarcas de Braga, Valença e Viana na proporção das crianças; individualidade da comarca do Porto, com as proporções mais baixas da província, nos grupos de idades 0–6 anos e mais de 60 anos.

Em todas as comarcas, no grupo 0–6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres, enquanto que, nos restantes grupos etários, com excepção de Braga, no grupo das pessoas com mais de 60 anos, o número de homens é inferior ao número de mulheres (quadros 18 e 21).

A distribuição da população por estado civil apresenta altas percentagens de população solteira, oscilando, por comarcas entre 59,8% e 69,3%, sendo o número de mulheres solteiras um pouco superior ao dos homens. O número de homens e de mulheres casadas é sensivelmente igual, o mesmo não acontecendo entre os viúvos, em que o elemento feminino se revela superior ao elemento masculino, principalmente, nas comarcas do Alto Minho e Barcelos (quadro nº 21).

**MINHO – 1794**

**População em números absolutos e em percentagem**

COMARCAS	HOMENS		MULHERES		ALMAS
	- de 14 anos	+ de 14 anos	- de 14 anos	+ de 14 anos	
VALENÇA	3 496 12,3	9 603 33,8	3 372 11,8	11 978 42,1	28 449 100,0
VIANA	17 461 14,1	39 764 32,1	17 523 14,2	49 049 39,6	123 797 100,0
BARCELOS	15 184 14,6	33 574 32,2	14 962 14,3	40 636 38,9	104 356 100,0
BRAGA	6 571 14,0	15 580 33,3	6 511 13,9	18 148 38,8	46 810 100,0
GUIMARÃES	16 544 13,2	41 059 32,7	16 438 13,1	51 482 41,0	125 523 100,0
PENAFIEL	7 038 13,0	17 994 33,2	7 185 13,3	21 906 40,5	54 123 100,0
PORTO	15 953 10,4	54 954 35,8	16 040 10,4	66 552 43,4	153 499 100,0
<b>TOTAL</b>	<b>82 247</b> 12,9	<b>212 528</b> 33,4	<b>82 031</b> 12,9	<b>259 751</b> 40,8	<b>636 557</b> 100,0

**4.2. Trás-os-Montes**

Província interior, Trás-os-Montes era limitada a sul pelo rio Douro, confinava a este com Castela, a norte com a Galiza e, a ocidente, o rio Tâmega e as serras do Alvão, Marão e Gerez, separavam-na do Minho.

A fronteira com a Galiza encontrava-se ainda mal definida no Barroso, onde o couto "místico", constituído pelas povoações de Santiago, Meãos e Rubiães, era habitado indiscriminadamente por galegos e portugueses.

A província, em 1801-1802, contava 705 freguesias que integravam 82 concelhos, distribuídos por 6 comarcas.

COMARCAS	FREGUESIAS	CONCELHOS
MIRANDA	129	14
MONCORVO	164	20
BRAGANÇA	264	19
VILA REAL	138	24
BRAGA *	3	2
LAMEGO **	7	3
<b>TOTAL</b>	<b>705</b>	<b>82</b>

* Concelhos de Dornelas e Ervededo.

** Concelhos de Mesão Frio, Barqueiros e Teixeira.

Eclesiasticamente, Trás-os-Montes era abrangido por 3 dioceses e 3 isentos, sem contar com a diocese de Orense, à qual pertencia a freguesia de Tourém.

A população trasmontana, segundo o censo de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1794, totalizava 251 521 almas, sendo 122 966 homens e 128 555 mulheres (quadro nº 8).

O recenseamento de 1801 assinalou-lhe 265 852 habitantes, dos quais, 129 763 homens e 136 089 mulheres (quadro nº 9).

DIOCESSES E ISENTOS	FREGUESIAS
BRAGANÇA	332
BRAGA	341
PORTO	18
ORENSE	1
ISENTOS	13
TOTAL	705

A província, a fazer fé nos resultados de 1794, teria aumentado a sua população, durante 7 anos, em 14 331 almas, à média anual de 2 047 pessoas. A taxa de crescimento anual médio foi de 0,8%, com valores mínimos para as comarcas de Moncorvo e Miranda – respectivamente, 0, 13% e 0, 14% –, 0,5% para a comarca de Bragança e uma alta taxa, 1,8%, para a rica comarca de Vila Real ⁶⁴.

A população da província, à excepção da região do Douro, regista, assim, em finais do século XVIII, um ligeiro crescimento demográfico. População em que o número de homens é pouco inferior ao número de mulheres, facto verificado para todas as comarcas, com uma relação de masculinidade de 95,7, em 1794 e de 95,4 em 1801, a testemunhar uma pequena emigração masculina que se fazia sentir na província, sobretudo, nas comarcas de Bragança e Vila Real. A repartição da população por grupos de idades, de um modo geral, aproxima-se dos valores percentuais nacionais e dos valores encontrados para o Minho, exceptuando o grupo 25 – 39 anos, mais equilibrado quando comparado com a província do litoral norte.

A análise regional, por comarcas, mostra-nos que Vila Real é a comarca mais afectada pela emigração e que, tanto no grupo etário 0–6 anos, 17,7% como no grupo das pessoas com mais de 60 anos, acusa os valores percentuais mais elevados da província, em contraste com Miranda que, nos mesmos grupos etários, apresenta os níveis percentuais mais baixos – respectivamente, 16,0% e 8,4%.

A distribuição por sexos e grupos de idades confirma, pra os grupos de idades já referidos, a primazia da comarca de Vila Real, tanto nos homens como nas mulheres.

Em todas as comarcas, no primeiro grupo de idade, o número de homens é superior ao número de mulheres. No grupo etário dos 7–24 anos constata-se um igual número de homens e mulheres, equilíbrio que logo se rompe nos grupos de idades 25–39 e 40–59, a favor das mulheres que, em todas as comarcas, se encontram em maior número. No grupo de idades das pessoas com mais de 60 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres nas comarcas de Miranda e Moncorvo.

A repartição da população por estado civil dá-nos, quer para homens, quer para mulheres, uma percentagem de população solteira superior a 60,5%, uma percentagem de população casada compreendida entre os 26,1% e os 29, 3% e, finalmente, um estrato de população viúva em que o elemento feminino sobreleva, consideravelmente, o elemento masculino (quadros 18 e 21).

QUADRO N.º 8 – POPULAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES – 1794 - 1795  
(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
MIRANDA	129	8 388 12.3	31 364 12.5	3.7	15 379 49.0	15 985 51.0
MONCORVO	164	14 446 21.2	51 611 20.5	3.6	25 684 49.8	25 927 50.2
BRAGANÇA	264	21 478 31.6	82 686 32.9	3.8	40 430 48.9	42 256 51.1
VILA REAL	138	21 976 32.3	79 673 31.7	3.6	38 466 48.3	41 207 51.7
BRAGA	3	359 0.5	1 323 0.5	3.7	675 50.7	652 49.3
LAMEGO	7	1 470 2.1	4 864 1.9	3.5	2 336 48.0	2 528 52.0
TOTAL	705	68 054 100.0	251 521 100.0	3.7	122 966 48.9	128 555 51.1

QUADRO N.º 9 – POPULAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES – 1801  
(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
MIRANDA	129	8 312 12.1	31 682 11.9	3.8	15 664 5.9	16 018 6.0
MONCORVO	164	14 448 21.0	52 065 19.6	3.6	25 317 9.5	26 748 10.1
BRAGANÇA	264	22 017 32.0	85 596 32.2	3.9	41 694 15.7	423 902 16.5
VILA REAL	138	22 218 32.3	90 126 33.9	4.0	44 019 16.5	46 107 17.3
BRAGA	3	377 0.6	1 519 0.6	4.0	733 0.3	786 0.3
LAMEGO	7	1 407 2.0	4 864 1.8	3.5	2 336 0.9	2 528 1.0
TOTAL	705	68 779 100.0	265 852 100.0	3.9	129 763 48.8	136 089 51.2

### 4.3. Beira

A Beira, a província mais extensa do Reino, entre os rios Douro e Tejo, a Espanha e o Atlântico, constituía, como a Estremadura, uma zona de transição entre o Norte e o Sul, nela se distinguindo três regiões distintas, a Beira Alta interior, a Beira Baixa e a Beira Mar.

A fronteira com Leão e a Estremadura espanhola era a actual, embora, a vila de Bouça, no reino de Leão, junto da raia, pertencesse ao convento de Nossa Senhora de

Aguiar, sendo portugueses os seus habitantes; e no termo de Castelo Branco, os moradores da freguesia de Malpica lavrassem as terras da vila espanhola de Ferreirim, aí moendo o seu pão, no estio.

A Beira, em 1801, contava 1 284 freguesias, que integravam 364 concelhos, distribuídos por 14 comarcas.

Da comarca de Barcelos, pertenciam a esta província os concelhos de Castelo de Paiva, Ferreiros dos Tendais. Eixo, Óis da Ribeira, Paús, Sobrado, Tendais e Vilarinho do Bairro.

Sob o aspecto eclesiástico, o seu território repartia-se por 8 dioceses e 8 isentos.

O recenseamento de 1801 apurou, para a Beira, 933 384 habitantes, dos quais, 446 294 homens e 487 090 mulheres (quadro nº 10).

Em todas as comarcas, o número de homens revela-se inferior ao número de mulheres, registando-se, para a província, uma baixa relação de masculinidade, 91,6%, a comprovar uma importante emigração.

A distribuição da população por grupos etários revela, nos grupos 0-6 e 7-24, valores percentuais superiores aos encontrados para o país e, nos restantes grupos, valores inferiores aos registados a nível nacional. Com excepção do Algarve, a importância relativa dos dois primeiros grupos de idades é, até, a mais elevada do Reino.

COMARCAS	FREGUESIAS	CONCELHOS
LAMEGO	146	61
AVEIRO	68	38
UISEU	185	57
PINHEL	40	4
GUARDA	198	32
FEIRA	72	10
LINHARES	40	7
ARGANIL	47	21
COIMBRA	143	50
TRANCOSO	195	47
CASTELO BRANCO	99	25
TOMAR *	5	1
PORTO **	21	3
BARCELOS	25	8
<b>TOTAL</b>	<b>1 284</b>	<b>364</b>

* Rabaçal.

** Grijó, Avintes e V. N. de Gaia

QUADRO N.º 10 – POPULAÇÃO DA BEIRA – 1801

(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
LAMEGO	146	24 306 10.2	94 654 10.1	3.9	46 161 4.9	48 493 5.2
AVEIRO	68	23 666 9.9	91 559 9.8	3.9	42 872 4.6	48 687 5.2
UISEU	183	36 609 15.3	152 861 16.4	4.2	72 999 7.8	79 862 8.6
PINHEL	40	4 266 1.8	15 043 1.6	3.5	7 104 0.8	7 939 0.9
GUARDA	198	26 535 11.1	104 039 11.1	3.9	49 510 5.3	54 529 5.8
FEIRA	72	17 590 7.4	71 114 7.6	4.0	33 947 3.6	37 167 4.0
LINHARES	40	4 825 2.0	18 514 2.0	3.8	8 767 0.9	9 747 1.0
ARGANIL	47	8 441 3.6	34 897 3,7	4.1	16 510 1.8	18 387 2.0
COIMBRA	143	43 098 18.0	161 891 17.3	3.7	76 940 8.2	84 951 9.1
TRANCOSO	195	19 959 8.3	73 488 7.9	3.7	35 236 3.8	38 252 4.1
CASTELO BRANCO	99	15 791 6.6	59 697 6.5	3.8	28 822 3.1	30 875 3.3
TOMAR	5	965 0.4	3 748 0.4	3.9	1 811 0.2	1 937 0.2
PORTO	21	7 503 3.1	29 201 3.1	3.9	14 804 1.6	14 397 1.5
BARCELOS	25	5 691 2.4	22 678 2.5	4.0	10 811 1.2	11 867 1.3
TOTAL	1 284	239 245 100.0	933 384 100.0	3.9	446 294 47.8	487 090 52.2

A análise regional, por comarcas, indica, no grupo etário de 0–6 anos, a proporção mais alta para a Feira, 20,0% e a proporção mais baixa para as comarcas de Pinhel e Aveiro, respectivamente, 15,6% e 15,8%. Os valores percentuais mais elevados, nos grupos de idades 7–24 e 25–39 anos, encontram-se nas comarcas do interior – Guarda, Linhares, Castelo-Branco, Trancoso e Pinhel –, ao passo que as comarcas de Lamego, para os 7–24 anos, e da Feira, para os 25–39 anos, têm os valores percentuais mais baixos da província.

DIOCESES E ISENTOS	FREGUESIAS
AVEIRO	70
CASTELO BRANCO	54
COIMBRA	249
GUARDA	202
LAMEGO	241
PINHEL	149
PORTO	83
VISEU	200
ISENTOS	36
<b>TOTAL</b>	<b>1 284</b>

No grupo das pessoas com mais de 60 anos, as proporções mais elevadas localizam-se na Beira Mar – comarcas da Feira, Arganil, Coimbra e Aveiro –, com valores percentuais que andam à volta dos 9,0%, enquanto que as proporções menos elevadas dizem respeito às comarcas do interior – Pinhel, Guarda, Trancoso –, rondando os 6,5% e atingindo até 5,9% na comarca de Castelo-Branco, proporção esta que se situa a nível das encontradas para as comarcas do Alentejo. Os valores percentuais encontrados através dos resultados parciais do recenseamento de 1802, parecem confirmar, de um modo geral, para o grupo das pessoas idosas, o quadro regional definido.

A distribuição da população por sexos e grupos de idades comprova a primazia da comarca da Feira no primeiro grupo etário, e a posição especial da comarca de Castelo-Branco no grupo das pessoas com mais de 60 anos.

Em todas as comarcas, no grupo 0–6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres – à excepção de Pinhel e Guarda, em que as mulheres estão em número ligeiramente superior aos homens –, ao passo que, nos restantes grupos etários, à semelhança do Minho, o número de homens é inferior ao número de mulheres.

A repartição da população por estado civil indica, para as comarcas de que dispomos de dados, percentagens de população solteira compreendidas entre 52,6% e 61,8%, valores ligeiramente inferiores aos encontrados para o Minho e Trás-os-Montes, sendo, proporcionalmente, o número de mulheres solteiras igual ao número de homens solteiros. Encontra-se ainda uma proporção idêntica de homens e mulheres casados; e, finalmente, um número de viúvos muito inferior ao número de viúvas (quadros 18 a 21).

#### 4.4. Estremadura

A Estremadura, no centro litoral de Portugal, abrangia uma área bastante superior à actual, estendendo-se desde as imediações do Mondego até Grândola, bem ao sul do Tejo.

A província, em 1801, contava 505 freguesias que integravam 127 concelhos, distribuídos por 13 comarcas.

Da comarca do Crato, dividida pelo Tejo entre a Estremadura e o Alentejo, pertenciam àquela, os concelhos de Álvaro, Belver (só a freguesia do mesmo nome), Cardigos, Carvoeiro, Envendos, Oleiros, Pedrôgão Pequeno, Proença-a-Nova e Sertã.

COMARCAS	FREGUESIAS	CONCELHOS
LISBOA	76	2
TORRES VEDRAS	46	14
ALENQUER	55	7
ALCOBAÇA	22	13
RIBATEJO	11	7
LEIRIA	44	10
OURÉM	17	2
SETÚBAL *	48	18
SANTARÉM	88	17
TOMAR **	66	21
CHÃO DE COUCE	5	5
CRATO	23	9
ARGANIL ***	4	2
<b>TOTAL</b>	<b>505</b>	<b>127</b>

* Sem o Torrão.

** Sem Rabaçal e Ponte de Sor.

*** Alvares e Pampilhosa da Serra,

Sob o aspecto eclesiástico, a província era abrangida por 7 dioceses e dois isentos, o isento do Crato e a prelazia de Tomar.

DIOCESES E ISENTOS	FREGUESIAS
CASTELO BRANCO	27
COIMBRA	33
ÉVORA	16
GUARDA	3
LEIRIA	50
PATRIARCADO	334
ISENTOS	42
<b>TOTAL</b>	<b>505</b>

A província da Estremadura, segundo o recenseamento de 1801, contava 672 180 habitantes, dos quais, 335 534 homens e 336 646 mulheres (quadro nº 11).

O número de homens era, pois, ligeiramente inferior ao número de mulheres, sendo a relação de masculinidade, de 99,8%, à excepção do Alentejo, o valor mais alto do Reino. A nível de comarcas, a diversidade é evidente, pois, enquanto nas comarcas de Alenquer, Alcobça, Ribatejo, Setúbal, Santarâm e Torres Vedras, o número de homens é superior ao número de mulheres, nas comarcas de Chão de Couce, Crato, Leiria, Lisboa, Ourém e Tomar se passa o contrário. De uma maneira geral, podemos afirmar que, na Alta Estremadura, mais pobre e afectada por fenómenos (e)migratórios, predominam as mulheres, à semelhança da Beira litoral, enquanto que, na Estremadura média e, sobretudo na Estremadura transtagana, como no Alentejo, são os homens que estão em maior número.

QUADRO N.º11 – POPULAÇÃO DA ESTREMADURA – 1801

(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
LISBOA	76	52 350 30.0	206 523 30.7	3.9	101 197 15.0	105 326 15.7
TORRES VEDRAS	46	12 113 7.0	48 732 7.3	4.0	25 534 3.8	23 198 3.4
ALENQUER	55	10 902 6.3	42 213 6.3	3.9	22 022 3.3	20 191 3.0
ALCOBAÇA	22	5 843 3.3	22 231 3.3	3.8	11 244 1.7	10 987 1.6
RIBATEJO	11	3 412 2.0	12 963 1.9	3.8	6 764 1.0	6 199 0.9
LEIRIA	44	16 864 9.7	61 777 9.2	3.7	29 747 4.4	32 030 4.8
OURÉM	17	6 324 3.6	23 500 3.5	3.8	11 469 1.7	12 031 1.8
SETÚBAL	48	16 308 9.4	63 400 9.4	3.9	34 151 5.0	29 249 4.4
SANTARÉM	88	20 989 12.0	77 391 11.5	3.7	38 695 5.8	38 696 5.8
TOMAR	66	20 532 11.8	78 860 11.7	3.8	38 308 5.7	40 552 6.0
CHÃO DE COUCE	5	1 496 0.9	5 872 0.9	3.9	2 779 0.4	3 093 0.5
CRATO	23	5 683 3.3	23 302 3.5	4.1	10 976 1.7	12 326 1.8
ARGANIL	4	1 139 0.7	5 416 0.8	4.8	2 648 0.4	2 768 0.4
TOTAL	505	173 955 100.0	672 180 100.0	3.9	335 534 49.9	336 646 50.1

A distribuição da população por grupos de idades mostra que o conjunto dos grupos de 0–6 e 7–24 anos apresenta uma importância relativa, 46,0%, inferior ao valor global do país, 48,1%, e constitui, mesmo, a proporção mais baixa do Reino, enquanto que, nos restantes grupos etários, os valores percentuais se revelam acima dos valores médios nacionais. A proporção do grupo das pessoas mais idosas, 9,3%, é igual à de Trás-os-Montes, muito aproximada do valor percentual encontrado para as populações a norte do Douro e da Beira Mar, sendo a importância relativa deste grupo etário comprovada pelos resultados do recenseamento de 1802.

A análise regional, por comarcas, acusa, para o grupo 0–6 anos, o valor percentual mais baixo para Lisboa, 15,1% – a indicar, porventura, como no Porto, além de uma mortalidade acentuada nas primeiras idades, um ligeiro sub-registo dos menores de comunhão –, e os valores percentuais mais elevados para as comarcas do Crato, Torres Vedras e Alenquer – respectivamente, 18,4%, 17,5% e 17,1%. No grupo etário de 7–24 anos, os valores percentuais oscilam entre 28,6% para a comarca de Lisboa e 32,4% para a comarca de Tomar. No grupo de idades 25–39 anos, encontramos para as comarcas de Alcobaça e Leiria as proporções mais baixas, respectivamente, 19,7% e 21,2% e as proporções mais significativas para as comarcas de Lisboa e Ribatejo, ou seja, 25,0% e 28,5%. No grupo etário das pessoas com mais de 60 anos verifica-se a preeminência das comarcas de Ourém, Alcobaça, Chão de Couce, Leiria e Torres Vedras, todas com valores percentuais superiores a 10,0% e que, nas comarcas de Lisboa, Setúbal, Santarém e Crato, se encontra um menor peso relativo da população idosa, a constituírem, por assim dizer, a zona de transição para a província do Alentejo.

A distribuição da população por sexos e grupos de idades confirma quanto já foi referido. No grupo etário de 0–6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres em todas as comarcas, à excepção do Crato. Nos restantes grupos de idades, as comarcas de Estremadura reflectem uma grande variedade de situações, sem dúvida, influenciadas por Lisboa – migrações internas para a capital, quer de homens, quer de mulheres. Registe-se, nas comarcas de Lisboa, Torres Vedras, Alenquer e Setúbal, para o grupo etário de mais de 60 anos, um discutível número de homens superior ao das mulheres.

A repartição da população segundo o estado civil, para as comarcas de que temos informações, fornece-nos uma percentagem de população solteira que oscila entre os 54,3% e os 59,3%, logo, com valores inferiores aos registados nas comarcas do Norte e em que a proporção dos celibatários é superior à das celibatárias. A percentagem da população casada ronda os 36,47% e, como sempre, o número de viúvas é muito superior ao número de viúvos (quadros 18 a 21).

#### 4.5. Alentejo

O Alentejo, nos inícios do séc. XIX, entre a serra algarvia, a Espanha e o Tejo, apresentava uma superfície inferior à actual, pois, a Estremadura, abrangendo a comarca de Setúbal, estendia-se até Grândola, limitando a fachada atlântica da província ao Baixo Alentejo, ou seja, à comarca de Ourique e ao concelho de Odemira, da correição anexa à provedoria de Beja.

A fronteira com a Espanha, indefinida nalgumas áreas, sofre alterações em 1801, quando, o Alentejo, na sequência da Guerra das Laranjas, é amputado do rico concelho de Oivença, o que não impediu os habitantes de Juromenha de continuarem a cultivar as terras além-Guadiana. Na comarca de Beja, o território da contenda de Moura

encontrava-se “místico” entre portugueses e espanhóis, originando conflitos entre os povos fronteiriços. Os moradores de Barrancos, na sua grande parte, eram de origem espanhola. E muitos espanhóis, trabalhadores rurais, encontravam-se “servindo nas fabricas de lavoura” de Olivença e outras freguesias da comarca de Elvas.

A província era constituída por 340 freguesias, que integravam 105 concelhos, distribuídos por 10 comarcas:

COMARCAS	FREGUESIAS	CONCELHOS
CRATO	12	5
ÉVORA	68	17
PORTALEGRE	37	12
ELVAS *	22	7
VILA VIÇOSA	48	13
AVIS **	37	18
BEJA	61	14
OURIQUE	50	17
SETÚBAL ***	3	1
TOMAR ****	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>340</b>	<b>105</b>

* Sem as 6 freguesias de Olivença.

** Sem a freguesia de Vila Real.

*** Torrão.

**** Ponte de Sor.

Sob o aspecto eclesiástico, o Alentejo era abrangido por 4 dioceses e 3 isentos:

DIOCESES E ISENTOS	FREGUESIAS
ELVAS *	38
ÉVORA	128
PORTALEGRE	41
BEJA	119
ISENTOS	14
<b>TOTAL</b>	<b>340</b>

* Não incluídas as 7 freguesias de Olivença.

Em 1801, a população do Alentejo era de 270 774 habitantes, sendo 137 035 homens e 133 739 mulheres, a única província do Reino em que o número de homens se revelava superior ao número de mulheres, com uma relação de masculinidade de 102,6%, a indicar, assim, que a província não se encontrava afectada por movimentos emigratórios (quadro nº 12), e que, pelo contrário, recebia população activa masculina de outras regiões do território português. O número de homens revelava-se ligeiramente superior ao número de mulheres nas comarcas de Avis, Évora e Vila Viçosa, fortemente superior na comarca de Elvas e inferior nas comarcas do Crato, Portalegre, Beja e Ourique.

QUADRO N.º 12 – POPULAÇÃO DO ALENTEJO – 1801

(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
CRATO	12	2 052 2.7	6 981 2.6	3.4	3 288 1.2	3 693 1.4
ÉVORA	68	14 096 18.6	52 186 19.3	3.7	26 174 9.7	26 012 9.6
PORTALEGRE	37	8 503 11.2	31 669 11.7	3.7	15 509 5.7	16 160 6.0
ELVAS	22	8 046 10.6	26 705 9.8	3.3	14 915 5.5	11 790 4.3
VILA VIÇOSA	48	8 567 11.3	30 781 11.4	3.6	15 748 5.8	15 033 5.6
AVIS	37	6 526 8.6	22 983 8.5	3.5	11 977 4.4	11 006 4.0
BEJA	61	13 529 17.9	49 931 18.4	3.7	24 748 9.1	25 183 9.3
OURIQUE	50	13 343 17.7	45 585 16.8	3.4	22 631 8.4	22 954 8.5
SETÚBAL	3	643 0.9	2 413 0.9	3.8	1 228 0.5	1 185 0.4
TOMAR	2	412 0.5	1 540 0.6	3.7	817 0.3	723 0.3
TOTAL	340	75 717 100.0	270 774 100.0	3.6	137 035 50.6	133 739 49.4

A distribuição da população por grupos de idades apresenta, nos grupos etários 0–6, 7–24 e mais de 60 anos, valores percentuais inferiores às médias nacionais, à semelhança, para o grupo das crianças, da Estremadura e, para o último grupo etário, do Algarve.

A análise regional por grupos de idades reflecte, nos grupos etários de 0–6 e mais de 60 anos, uma certa individualidade do Baixo Alentejo – comarcas de Beja e Ourique –, uma vez que se detectam, no primeiro, a proporção mais elevada da província – 19,3% para Beja e 17,7% para Ourique – e no último grupo etário, a proporção mais baixa – respectivamente, 6,1% e 6,6% –, o que faz aproximar a estrutura da população do Baixo Alentejo da estrutura da população algarvia.

A importância relativa mais baixa, terrivelmente baixa, no grupo das crianças, de 11,6%, regista-se na comarca de Elvas, a acusar, porventura, uma grande mortalidade nas primeiras idades, ocasionada pela campanha de 1801, hipótese que parece confirmar-se pelo pouco peso relativo que este grupo etário demonstra, de igual modo, na comarca de Avis, 14,5%, a comarca mais afectada, logo a seguir a Elvas, pela Guerra das Laranjas. No grupo de idades 25–39 anos, os valores percentuais oscilam entre 21,5% para as comarcas de Évora e Vila Viçosa e 24,0% para a comarca de Elvas. No grupo etário 40-59 anos, os valores percentuais mais baixos, 20,3% e 20,7% são, ainda, das comarcas de Beja e Ourique. Os dados de 1802, para o grupo das pessoas mais idosas parecem corroborar a reduzida importância relativa que este grupo etário tem no conjunto total da população.

A composição da população por sexos e grupos de idades reafirma uma importância relativa mais acentuada do primeiro grupo de idade, no Baixo Alentejo e uma importância relativa mais significativa, do último grupo etário, no Alto Alentejo.

Em todas as comarcas, no grupo 0–6 anos, o número de homens é superior ao número de mulheres, à excepção da comarca de Avis, onde homens e mulheres apresentam números absolutos iguais. Nos restantes grupos etários e constituindo o caso mais acentuado a nível de províncias, o número de homens é, numerosas vezes, superior ao número de mulheres, como nas comarcas de Elvas, em todos os grupos de idades, devido à guarnição militar da praça de Elvas, na comarca de Évora, nos grupos 7–24 e 40–59 anos, em Avis, onde, apenas no grupo das pessoas mais idosas, o sexo masculino iguala o sexo feminino, etc. No contexto alentejano, só a comarca de Portalegre regista, para além dos 7 anos, um número de homens inferior ao número de mulheres.

A repartição da população segundo o estado civil, de acordo com as reduzidas fontes de que dispomos para 1802, indica-nos fortes percentagens de população celibatária, compreendidas entre 48,7% e 66,9% – valores, de qualquer modo, inferiores aos registados para as populações do Norte, em que a proporção de homens solteiros é superior à proporção das mulheres solteiras. O volume percentual da população casada varia entre 30,2 para os homens e 40,6 para as mulheres, verificando-se, para os viúvos e viúvas, um violento desnível entre os homens, 2,9% para a comarca de Elvas e as mulheres, 10,7% para as comarcas de Elvas e Portalegre (quadros 18 a 21).

#### 4.6. Algarve

O Algarve, situado no extremo sul de Portugal, era a província mais pequena do Reino, entre o Atlântico e o Guadiana, separada a norte, do Alentejo, pela ribeira de Odeixe, serras de Monchique e Caldeirão, e pelo rio Vascão.

COMARCAS	FREGUESIAS	CONCELHOS
LAGOS	25	7
FARO	21	3
TAVIRA	18	4
BEJA *	6	1
TOTAL	70	15

* Concelho de Alcoutim.

A província, em 1801, era constituída por 70 freguesias que integravam 15 concelhos distribuídos por 4 comarcas.

Sob o aspecto eclesiástico, caso único no Portugal de então, o bispado do Algarve, com sede em Faro, tinha os mesmos limites que a província, contando, do mesmo modo, 70 freguesias.

A população do Algarve, em 1787, “por conta exacta feita pelos livros das paróquias”, era de 93 377 habitantes, dos quais, 45 540 homens e 47 837 mulheres (quadro nº 13).

O censo da sua população, levado a cabo em 1797 pela Sociedade Real Marítima, apurou 96 025 almas, ou seja, 46 925 homens e 49 100 mulheres⁶⁵.

O recenseamento de 1801 registou 103 307 habitantes, com 50 088 homens e 53 219 mulheres (quadro nº 14).

A província teria, assim, aumentado a sua população, nos últimos 15 anos de Setecentos, em 9 930 almas, ou seja, à média anual de 662 almas. A taxa de crescimento anual médio foi de 0,68% para todo esse período, muito reduzida para a primeira década – 0,28% –, consideravelmente elevada para o período compreendido entre 1797-1801, ou seja, de 1,47%, o que, à partida, nos leva a suspeitar de um ligeiro sub-registo da população no caso do censo de 1797, o único de que apenas conhecemos os totais, de ambos os sexos, para a província. É possível que o censo da Sociedade Marítima não tenha sido efectivado através das autoridades eclesiásticas e que, portanto, ao contrário dos recenseamentos de 1787 e 1801, não revestisse um carácter tão sistemático como estes. O facto de a relação de masculinidade do censo de 1797 – 95,6 – ser exactamente igual à do censo de 1787 não invalida a hipótese apontada, uma vez que poderá ter havido um sub-registo em ambos os sexos⁶⁶.

A taxa de crescimento da província, 1,1% em 1801, contrasta, em absoluto, com a taxa de crescimento referida a 1787, fortemente negativa.

A população algarvia, na segunda metade de Setecentos, teria, pois, crescido muito lentamente até à última década do século e, após 1795-1797, intensificaria o seu ritmo de crescimento.

Crescimento inegável, sem dúvida, assinalado para todas as comarcas algarvias, ainda que muito débil para a comarca de Tavira. A análise da população por concelhos, em 1787 e 1801 (quadro nº 16), confirma a predominância de Faro, a prosperidade demográfica de Castro Marim, Alcoutim, Portimão e Lagos, um insignificante saldo fisiológico positivo dos dois grandes concelhos agrícolas da província, Loulé e Silves, o marasmo de Monchique, a decadência acentuada de Tavira. Em finais do século XVIII, com excepção deste último, são os concelhos localizados na costa, economicamente caracterizados pelas actividades marítimas, que parecem garantir a vitalidade e a renovação da população algarvia.

População que, globalmente, regista um número de homens significativamente inferior ao número de mulheres, facto verificado para todas as comarcas, nos recenseamentos de 1787 e 1801 – embora, neste último, a relação de masculinidade, 94,1, seja inferior à de 1787, 95,6 e a afectar, particularmente, os concelhos da orla marítima, sinónimo da emigração masculina que se faz, então, sentir no Algarve.

A distribuição da população por grupos de idades, embora não demonstre irregularidades dignas de monta, tem, no entanto, uma particularidade que a distingue das demais províncias: a existência de uma acentuada importância relativa dos grupos de idades 0–6 e 7–24 anos em relação ao total da população (51,6%, enquanto a média geral do país é de 47,1%), bem como uma fraca proporção da população no último grupo de idades (5,7% contra a média nacional de 8,7%).

Semelhante situação é observável em todas as comarcas, o que, logo à partida, exclui a hipótese de os números médios apresentados a nível da província poderem ocultar profundas assimetrias no espaço algarvio. Tal não impede, porém, a existência

QUADRO N.º 13 – POPULAÇÃO DO ALGARVE – 1787

(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
LAGOS	25	5 943 24.4	22 645 24.3	3.8	11 045 11.8	11 600 12.4
FARO	21	9 003 37.0	34 569 37.0	3.8	17 026 18.2	17 543 18.8
TAVIRA	18	8 013 32.9	30 492 32.7	3.8	14 702 15.8	15 790 16.9
BEJA	6	1 386 5.7	5 671 6.0	4.0	2 767 3.0	2 904 3.1
TOTAL	70	24 345 100.0	93 377 100.0	3.8	45 540 48.8	47 837 51.2

QUADRO N.º 14 – POPULAÇÃO DO ALGARVE – 1801

(números absolutos e %)

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
LAGOS	25	6 783 24.4	25 996 25.2	3.8	12 749 12.4	13 247 12.8
FARO	21	10 764 38.1	39 169 37.9	3.6	19 035 18.4	20 134 19.5
TAVIRA	18	8 732 31.0	31 147 30.1	3.6	14 913 14.4	16 234 15.7
BEJA	6	1 939 6.9	6 995 6.8	3.6	3 391 3.3	3 604 3.5
TOTAL	70	28 218 100.0	103 307 100.0	3.7	50 088 48.5	53 219 51.5

de algumas diferenças entre as comarcas, diferenças essas que justificam algumas considerações suplementares. Assim, na comarca de Lagos, encontramos os maiores valores quanto aos grupos etários da população mais jovem e das pessoas com mais de 60 anos, ao passo que, na comarca de Tavira, se observa o inverso. Com base em trabalhos já elaborados ⁶⁷, é possível afirmar que o declínio da fecundidade provoca uma contração dos grupos mais jovens (envelhecimento na base) e um aumento no grupo das pessoas idosas (envelhecimento no topo). Por outro lado, também sabemos que a emigração, embora origine, igualmente, um aumento proporcional naquele último grupo etário provoca, no entanto, e ao contrário da fecundidade, um rejuvenescimento na base, ou seja, um aumento proporcional nos primeiros grupos de idades.

Neste contexto e sabendo nós que a comarca de Lagos é a menos afectada pela emigração e a comarca de Tavira parece ser a mais atingida pelo fenómeno emigratório, os resultados obtidos não são mais que o reflexo dos princípios já enunciados, ou seja, o efeito da emigração nas estruturas etárias.

QUADRO N.º 15 – ALGARVE

População em 1787 e 1801

COMARCAS	CONCELHOS	HABITANTES		T.V. %
		1787	1801	
LAGOS	Albufeira	4 193	4 530	+ 8.0
	Aljezur	1 375	1 773	+ 28.9
	Lagos	8 330	9 790	+ 17.5
	Monchique	4 725	4 653	- 1.5
	Portimão	3 335	4 153	+ 24.5
	Sagres	172	413	+ 140.1
	Vila do Bispo	515	684	+ 32.8
FARO	Faro	19 690	23 754	+ 20.6
	Lagoa	4 674	4 903	+ 4.9
	Silves	10 205	10 512	+ 3.0
TAVIRA	Castro Marim	3 317	5 020	+ 51.3
	Loulé	13 038	13 498	+ 3.5
	Tavira	12 219	10 547	- 13.7
	V. R. Sto. António	1 918	2 082	+ 8.6
BEJA	Alcoutim	5 671	6 995	+ 23.3
TOTAL	15	93 377	103 307	+ 10.6

QUADRO N.º 16 – POPULAÇÃO DE PORTUGAL – 1801

(números absolutos e %)

PROVÍNCIAS	FREG.	FOGOS	HAB.	A/F	HOMENS	MULHERES
MINHO	1 188	172 006 22.7	667 167 22.9	3.9	314 166 10.8	352 001 12.1
TRÁS-OS-MONTES	705	68 779 9.1	265 852 9.1	3.9	129 763 4.5	136 089 4.7
BEIRA	1 284	239 245 31.6	933 384 32.0	3.9	446 294 15.3	487 090 16.7
ESTREMADURA	505	173 955 23.0	672 180 23.1	3.9	335 534 11.5	336 646 11.6
ALENTEJO	335	75 717 9.9	270 774 9.3	3.6	137 035 4.7	133 739 4.6
ALGARVE	70	28 218 3.7	103 307 3.6	3.7	50 088 1.7	53 219 1.8
TOTAL	4 092	757 920 100.0	2 911 664 100.0	3.8	1 412 880 48.5	1 498 784 51.5

A especificidade referida verifica-se, quer nos homens quer nas mulheres, tanto no que diz respeito aos grupos de idades de 0–6 e 7–24 anos, quer no grupo das pessoas mais idosas.

Em todas as comarcas, no grupo etário de 0–6 anos, o número de rapazes é sempre superior ao número de raparigas. Nos grupos de idades de 7–24, 25–39 e 40–59 anos, ainda em todas as comarcas, o número de homens revela-se inferior ao número de mulheres, a comprovar, tanto quanto sabemos, a emigração que afectava, então, esta província meridional (quadros 18 a 21).

#### 4.7. Conclusão

O recenseamento de 1801 contabilizou 757 920 fogos e 2 911 664 habitantes, dos quais, 1 412 880 homens e 1 498 784 mulheres (quadros n.ºs 16 e 17).

A comparação, a nível nacional e provincial, dos números globais relativos a fogos e habitantes, de 1801, com o numeramento de Pina Manique, o censo de 1820 e os levantamentos populacionais de finais de Setecentos, nomeadamente, para o Minho, Trás-os-Montes e Algarve, permite-nos registar uma notável convergência dos resultados estatísticos reforçada pelos testes de concordância efectuados.

Quanto à repartição da população por sexos, verificamos que, à excepção do Alentejo, em que os homens se encontram em maior número que as mulheres, todas as províncias do Reino acusam uma relação de masculinidade inferior a 100, a denunciar os efeitos de importantes fluxos emigratórios que se fizeram sentir nas últimas décadas de Setecentos. Com efeito, se no grupo etário 0–6 anos o número de crianças do sexo masculino nos aparece invariavelmente superior ao número de crianças do sexo feminino, a demonstrar a existência da sobre-masculinidade dos nascimentos, nos restantes grupos de idades, à excepção de algumas comarcas da Estremadura e Alentejo, o número de homens revela-se, sempre, inferior ao número de mulheres.

Quanto à distribuição da população portuguesa por grupos de idades encontramos uma significativa importância relativa das crianças no conjunto da população total (16,8% para o grupo etário de 0–6 anos) importância tanto mais significativa quanto parece não terem sido recenseadas algumas dezenas de milhares de expostos. Este valor percentual é superior ao registado para a França de fins do século XVIII, 16,1% e aproxima-se dos valores percentuais encontrados para a Espanha, 18,2% em 1768-1769, 18,2% em 1787 e 18,7% em 1797 (quadros n.ºs 19 a 26).

A importância relativa da população jovem portuguesa, nos grupos etários 0–6 e 7–24 anos, aproxima-se, também, das proporções encontradas para outros países europeus (nestes, 0–24 anos), como a Suécia, e do Portugal de 1864⁶⁸.

PAÍSES	ANOS	0 - 24 ANOS %	+ DE 24 ANOS %
PORTUGAL	1801	48,1	51,9
PORTUGAL	1864	50,7	49,3
ESPAÑHA	1768	51,2	48,8
ESPAÑHA	1787	51,8	48,2
ESPAÑHA	1797	50,4	49,6
FRANÇA	1775	51,8	48,2
SUÉCIA	1800	49,6	50,4

QUADRO N.º 17 – POPULAÇÃO DE PORTUGAL – 1801

COMARCAS	FREG.	FOGOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	A/F
ALCOBAÇA	22	5 843	11 244	10 987	22 231	3.8
ALENQUER	55	10 902	22 022	20 191	42 213	3.9
ARGANIL	51	9 580	19 158	21 155	40 313	4.2
AVEIRO	68	23 666	42 872	48 687	91 559	3.9
AVIS	37	6 526	11 977	11 006	22 983	3.5
BARCELOS	290	33 519	62 796	71 398	134 194	4.0
BEJA	67	15 468	28 139	28 787	56 926	3.7
BRAGA	76	11 883	23 579	25 261	48 840	4.1
BRAGANÇA	264	22 017	41 694	43 902	85 596	3.9
CASTELO-BRANCO	99	15 791	28 882	30 875	59 697	3.8
CHÃO DE COUCE	5	1 496	2 779	3 093	5 872	3.9
COIMBRA	143	43 098	76 940	84 951	161 981	3.7
CRATO	35	7 735	14 267	16 016	30 283	3.9
ELVAS	22	8 046	14 915	11 790	26 705	3.3
ÉVORA	68	14 096	26 174	26 012	52 186	3.7
FARO	21	10 764	19 035	20 134	39 169	3.6
FEIRA	72	17 590	33 947	37 167	71 114	4.0
GUARDA	198	26 535	49 510	54 529	104 039	3.9
GUIMARÃES	244	34 016	60 587	69 005	129 592	3.8
LAGOS	25	6 783	12 749	13 247	25 996	3.8
LAMEGO	153	25 713	48 497	51 021	99 518	3.9
LEIRIA	44	16 864	29 747	32 030	61 777	3.7
LINHARES	40	4 825	8 767	9 747	18 514	3.8
LISBOA	76	52 350	101 197	105 326	206 523	3.9
MONCORVO	164	14 448	25 317	26 748	52 065	3.6
MIRANDA	129	8 312	15 664	16 018	31 682	3.8
OURÉM	17	6 324	11 469	12 031	23 500	3.8
OURIQUE	50	13 343	22 631	22 954	45 585	3.4
PENAFIEL	99	14 872	26 187	29 444	55 631	3.7
PINHEL	40	4 266	7 104	7 939	15 043	3.5
PORTALEGRE	37	8 503	15 509	16 160	31 669	3.7
PORTO	205	51 426	96 471	102 041	198 512	3.9
RIBATEJO	11	3 412	6 764	6 199	12 963	3.8
SANTARÉM	88	20 989	38 695	38 696	77 391	3.7
SETÚBAL	51	16 951	35 379	30 434	65 813	3.9
TAVIRA	18	8 732	14 913	16 234	31 147	3.6
TOMAR	73	21 909	40 936	43 212	84 148	3.8
TORRES VEDRAS	46	12 113	25 534	23 198	48 732	4.0
TRANCOSO	195	19 959	35 236	38 252	73 488	3.7
VALENÇA	49	7 806	12 961	15 389	28 350	3.6
VIANA	274	32 055	57 933	66 513	124 446	3.9
VILA REAL	138	22 218	44 019	46 107	90 126	4.0
VILA VIÇOSA	48	8 567	15 748	15 033	30 781	3.6
VEISE	185	36 609	72 999	79 862	152 861	4.2
TOTAL	4 092	757 920	412 880	1 498 784	2 911 664	3.8

Constata-se, também, um peso relativo considerável da população com mais de 60 anos (8,7%, segundo o recenseamento de 1801, 8,3%, de acordo com os dados parciais do censo de 1802), proporções superiores às encontradas para a Finlândia, 6,4% em 1800, mas, curiosamente, igual à registada para a Suécia, 8,6% em 1800. Proporção ligeiramente superior à encontrada para a população portuguesa, de 1864, 7,3%, facto à primeira vista surpreendente, mas que deve ter em linha de conta a estrutura da população, igualmente afectada pela emigração, tanto em 1801 como em 1864, mas de modo diverso, e a violenta mortalidade que se fez sentir no Reino, entre 1804-1813, a ceifar, sobretudo, a população das primeiras idades, a qual, em 1864, constitui o grupo das pessoas com mais de 60 anos.

QUADRO N.º 18 – POPULAÇÃO – 1801

Distribuição da população por grupos de idades

Homens e Mulheres (%)

PROVÍNCIAS		0 - 6	7 - 24	25 - 39	40 - 59	+ de 60	TOTAL
MINHO	H	18.3	32.4	19.2	20.7	9.4	100.0
	M	1.5	30.8	22.3	21.9	9.5	100.0
TRÁS-OS-MONTES	H	17.5	31.5	21.1	20,8	9.1	100.0
	M	16.0	29.5	23.3	21.7	9.5	100.0
BEIRA	H	18.3	33.0	20.4	20.3	8.0	100.0
	M	16.2	31.6	22.8	20.9	8.5	100.0
ESTREMADURA	H	16.2	30.2	22.6	21.8	9.2	100.0
	M	15.7	29.8	23.9	21.3	9.3	100.0
ALENTEJO	H	16.8	31.2	22.0	22.5	7.5	100.0
	M	16.5	31.1	22.7	21.5	8.2	100.0
ALGARVE	H	19.4	33.4	20.5	20.9	5.8	100.0
	M	16.9	33.6	23.4	20.6	5.5	100.0
TOTAL	H	17.6	31.9	20.9	21.0	8.6	100.0
	M	16.0	30.8	23.0	21.3	8.9	100.0

É preciso ter em consideração que os valores percentuais nacionais, encontrados para os vários grupos de idades, não representam situações de homogeneidade, antes pelo contrário, são o resultado de uma certa diversidade regional.

A província do Algarve é, simultâneamente, aquela que apresenta uma maior juventude, quer na base quer no topo, ou seja as maiores proporções nos primeiros grupos etários, facto que o recenseamento de 1864 confirma, uma vez que o distrito de Faro regista a maior proporção de jovens do Continente – 47,3% para o grupo 0–19 anos–, e uma baixa proporção de pessoas idosas, 5,3% para o grupo etário de mais de 60 anos. Todas as outras províncias se revelam, incontestavelmente mais envelhecidas, variando, no entanto, de caso para caso, o nível de envelhecimento.

O Minho, apesar de ser a província que maior proporção de pessoas idosas regista, encontra-se, no entanto, em conjunto com o Alentejo, com valores idênticos à média do país no que diz respeito à importância relativa dos primeiros grupos de idades. Por outro lado, a Estremadura, embora sendo a província que tem menores proporções de população nos primeiros grupos de idades apresenta, no entanto, um peso de pessoas idosas igual ao Minho e a Trás-os-Montes.

QUADRO N.º 19 – PORTUGAL – 1801  
 Distribuição da população por grupos de idades  
 Homens e Mulheres (%)

PROVÍNCIAS		0 - 6	7 - 24	25 - 39	40 - 59	+ de 60	TOTAL
ALCOBAÇA	H	17.0	32.4	18.5	21.7	10.4	100.0
	M	15.5	30.0	21.1	21.9	11.5	100.0
ALENQUER	H	17.2	30.4	21.0	32.0	9.4	100.0
	M	17.1	29.7	22.0	21.9	9.3	100.0
ARGANIL	H	19.5	32.6	19.7	19.9	8.3	100.0
	M	17.5	30.4	22.2	20.2	9.7	100.0
AVEIRO	H	17.3	32.8	20.1	21.2	8.6	100.0
	M	14.5	31.1	22.9	22.3	9.2	100.0
AVIS	H	13.9	29.8	21.8	24.8	9.7	100.0
	M	15.2	31.1	21.5	22.6	9.6	100.0
BARCELOS	H	18.4	31.7	19.1	21.0	9.8	100.0
	M	15.4	30.8	22.1	21.7	10.0	100.0
BEJA	H	19.8	31.2	22.4	20.8	5.8	100.0
	M	18.8	31.5	23.5	19.9	6.3	100.0
BRAGA	H	19.5	31.1	20.0	19.8	9.6	100.0
	M	16.3	31.1	22.7	21.4	8.5	100.0
BRAGANÇA	H	16.8	32.5	19.8	21.4	9.5	100.0
	M	15.2	29.6	22.9	23.0	9.3	100.0
CASTELO-BRANCO	H	19.4	34.3	20.5	20.0	5.8	100.0
	M	17.5	33.9	22.7	19.8	6.1	100.0
CHÃO DE COUCE	H	16.7	31.7	22.9	18.2	10.5	100.0
	M	15.1	29.8	24.0	19.9	11.2	100.0
COIMBRA	H	17.5	31.6	22.2	19.9	8.8	100.0
	M	14.9	30.6	24.4	20.1	10.0	100.0
CRATO	H	19.0	32.4	19.5	20.6	8.5	100.0
	M	17.9	28.9	23.3	20.8	9.1	100.0
ELVAS	H	10.9	32.2	24.6	23.9	8.4	100.0
	M	12.5	31.9	23.1	23.2	9.3	100.0
ÉVORA	H	16.7	30.5	21.2	23.6	8.0	100.0
	M	15.8	30.2	21.8	22.9	9.3	100.0
FARO	H	19.4	33.9	19.9	20.7	6.1	100.0
	M	17.3	31.8	24.0	21.1	5.8	100.0
FEIRA	H	21.1	31.6	15.9	21.4	10.0	100.0
	M	19.1	32.4	18.7	20.6	9.2	100.0
GUARDA	H	17.7	35.8	20.6	19.6	6.3	100.0
	M	16.3	33.4	22.8	20.6	6.9	100.0
GUIMARÃES	H	18.1	31.9	19.4	20.7	9.9	100.0
	M	15.6	29.7	22.8	22.0	9.9	100.0
LAGOS	H	21.0	33.5	21.0	19.5	5.0	100.0
	M	18.9	34.9	22.1	19.3	4.8	100.0

(Cont.)

A POPULAÇÃO PORTUGUESA NOS INÍCIOS DE SÉCULO XIX

(Cont. do quadro n.º 19)

PROVÍNCIAS		0 - 6	7 - 24	25 - 39	40 - 59	+ de 60	TOTAL
LAMEGO	H	18.5	31.7	21.2	20.1	8.5	100.0
	M	16.8	30.1	23.2	20.8	9.1	100.0
LEIRIA	H	17.1	31.3	20.2	21.6	9.8	100.0
	M	15.3	29.7	22.2	21.8	11.0	100.0
LINHARES	H	18.4	35.1	19.1	19.4	8.0	100.0
	M	16.0	33.6	21.9	21.2	7.3	100.0
LISBOA	H	15.4	27.7	24.6	23.1	9.2	100.0
	M	14.8	29.5	25.5	21.8	8.4	100.0
MIRANDA	H	16.3	31.9	21.9	21.3	8.6	100.0
	M	15.9	31.1	23.4	21.4	8.2	100.0
MONCORVO	H	17.4	31.1	22.7	20.7	8.1	100.0
	M	15.8	28.8	24.3	22.1	9.0	100.0
OURÉM	H	17.0	31.1	20.2	20.6	11.1	100.0
	M	15.6	29.5	23.2	19.5	12.2	100.0
OURIQUE	H	18.0	31.6	22.5	21.2	6.7	100.0
	M	17.4	31.3	24.6	20.2	6.5	100.0
PENAFIEL	H	17.9	32.8	16.4	22.3	10.6	100.0
	M	15.8	31.6	19.9	23.0	9.7	100.0
PINHEL	H	16.2	33.3	21.7	22.2	6.6	100.0
	M	15.1	32.7	23.8	22.2	6.2	100.0
PORTALEGRE	H	16.8	34.3	21.1	21.5	6.3	100.0
	M	15.1	34.0	22.2	20.8	7.9	100.0
PORTO	H	17.5	35.0	19.7	20.1	7.7	100.0
	M	15.4	33.4	22.3	20.8	8.1	100.0
RIBATEJO	H	17.1	23.8	29.0	22.0	8.1	100.0
	M	15.6	25.6	28.0	20.6	10.2	100.0
SANTARÉM	H	16.3	32.3	22.3	20.5	8.6	100.0
	M	16.3	30.1	24.2	20.7	8.7	100.0
SETÚBAL	H	14.9	29.9	24.7	22.1	8.4	100.0
	M	17.0	30.6	23.5	21.2	7.7	100.0
TAVIRA	H	18.1	33.2	20.2	22.2	6.3	100.0
	M	14.8	34.6	23.5	21.2	5.9	100.0
TOMAR	H	16.7	33.3	21.5	20.0	8.5	100.0
	M	14.8	31.5	23.1	20.6	10.0	100.0
TORRES VEDRAS	H	17.2	30.0	21.1	21.5	10.2	100.0
	M	17.9	28.5	21.9	21.5	10.2	100.0
TRANCOSO	H	18.3	34.3	20.4	20.7	6.3	100.0
	M	16.4	32.7	23.1	20.9	6.9	100.0
VALENÇA	H	19.2	31.8	19.0	20.5	9.5	100.0
	M	15.3	29.6	23.5	21.2	10.4	100.0
VIANA	H	18.6	30.6	19.7	20.8	10.3	100.0
	M	15.6	28.5	22.5	22.9	10.5	100.0
VILA REAL	H	18.5	30.5	21.2	20.1	9.7	100.0
	M	16.9	29.3	23.2	20.3	10.3	100.0
VILA VIÇOSA	H	17.4	28.2	21.2	23.6	9.6	100.0
	M	16.6	28.9	21.8	22.7	10.0	100.0
VISEU	H	18.8	32.5	20.2	20.0	8.5	100.0
	M	16.3	30.4	23.3	21.5	8.5	100.0
TOTAL	H	17.6	31.9	20.9	21.0	8.6	100.0
	M	16.0	30.8	23.0	21.3	8.9	100.0

## QUADRO N.º 20 – PORTUGAL – 1802

## Distribuição da população por grupos de idades (%)

COMARCAS	0 – 20	21 – 59	+ de 60
AVIS	32.5	61.5	6.0
BARCELOS	36.7	53.5	9.8
BRAGA	39.9	48.8	11.3
BRAGANÇA	40.1	54.4	5.5
CASTELO-BRANCO	45.8	48.5	5.7
ELVAS	32.9	59.1	8.0
GUIMARÃES	41.8	50.8	7.9
LAMEGO	35.3	55.2	9.5
LEIRIA	40.9	50.7	8.4
MIRANDA	40.5	52.8	6.7
MONCORVO	38.0	55.4	6.6
OURÉM	42.9	47.6	9.5
PENAFIEL	39.8	50.9	9.3
PINHEL	44.9	50.2	4.9
PORTALEGRE	42.3	51.3	6.4
PORTO	39.2	50.2	10.6
TOMAR	44.5	48.9	6.6
TRANCOSO	41.2	52.2	6.6
VALENÇA	39.7	50.9	9.4
VIANA	37.8	50.9	11.3
VILA REAL	38.6	52.4	9.0
TOTAL	39.8	51.9	8.3

## QUADRO N.º 21 – PORTUGAL – 1802

## Distribuição da população por estado civil

COMARCAS	SOLTEIROS (%)		CASADOS (%)		VIÚVOS (%)	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
AVEIRO	61.3	58.7	32.5	31.4	6.2	9.9
AVIS	61.3	55.9	33.2	33.7	5.5	10.4
BARCELOS	69.3	70.8	26.7	22.9	4.0	6.3
BRAGA	66.4	67.4	27.7	25.1	5.9	7.5
BRAGANÇA	69.0	67.2	2.1	25.5	4.9	7.3
CASTELO-BRANCO	54.4	53.1	42.3	37.9	3.3	9.0
ELVAS	66.9	48.7	30.2	40.6	2.9	10.7
GUIMARÃES	60.9	62.0	33.8	30.5	5.3	7.5
LAMEGO	61.0	61.6	35.0	34.1	4.0	4.3
LEIRIA	58.3	57.4	37.4	34.1	4.3	8.5
MIRANDA	65.9	64.9	29.3	27.9	4.8	7.2
MONCORVO	60.5	60.7	34.4	28.4	5.1	10.9
OURÉM	59.3	56.6	36.2	34.7	4.5	8.7
PENAFIEL	62.2	61.8	32.9	31.2	4.9	7.0
PINHEL	52.6	61.8	32.5	29.5	3.8	8.7
PORTALEGRE	55.8	53.8	39.8	35.5	4.4	10.7
PORTO	61.7	65.1	33.5	28.3	4.8	6.6
TOMAR	58.1	54.3	38.6	36.6	3.3	9.1
TRANCOSO	58.3	56.4	36.3	33.7	5.4	9.9
VALENÇA	62.0	60.7	33.6	30.9	4.4	8.4
VIANA	59.8	63.4	34.8	28.5	5.4	8.1
VILA REAL	64.5	65.4	31.4	26.8	4.1	7.8

Assim, podemos dizer que, de uma maneira geral, a proporção das pessoas idosas aumenta de sul para norte, e do interior para a costa, com as proporções mais elevadas nas comarcas do Minho, Beira-Mar e Estremadura. Os grupos de idades jovens acusam, igualmente, uma certa orientação geográfica, pois, à medida que caminhamos de Sul para Norte, vamos encontrando uma progressiva diminuição na importância relativa destes grupos de idades, 0–6 e 7–24 anos, se bem que, tanto para estes como para o último grupo etário, as províncias da Estremadura e da Beira funcionem, sempre, como região de transição entre o Norte e o Sul.

A proporção mais baixa dos primeiros grupos de idades constata-se na comarca de Lisboa, 43,7%, posição relativa que o distrito de Lisboa mantém, igualmente, em 1864, 37,2% para o grupo de 0–19 anos.

No que diz respeito à repartição da população por estado civil, verificamos que a população celibatária acusa valores percentuais muito altos, da ordem dos 60%, mas, de modo algum, invulgares em sociedades de Antigo Regime. Os valores máximos foram observados na comarca de Castelo-Branco, 70,8% para as mulheres, 52,6% para os homens. De um modo geral, a proporção de homens solteiros e mulheres solteiras parece ser mais elevada nas províncias do Norte de Portugal que na Estremadura e Alto Alentejo (quadro nº 21).

## NOTAS

- 1 Fernando de Sousa, *A População Portuguesa nos inícios do Século XIX*, 2 vols., Porto, 1979.
- 2 *Taboas Topográficas e Estatísticas de todas as Comarcas de Portugal e das Terras de cada huma em ordem alfabética, com a Povoação existente no anno de 1801*, trabalho de Manuel Travaços da Costa Araújo, de que existe outro exemplar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Biblioteca Ernesto do Canto, códice 153.
- 3 Londres, 1811, p. 106-121.
- 4 Lisboa, 1812.
- 5 *Reflexões sobre o actual Regulamento do Exercito de Portugal publicado em 1816; ou analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação: com o Projecto de um Plano de Organização para o mesmo Exercito, illustrado com Mappas da Povoação do Reino*, Lisboa, 1820.
- 6 Lisboa, 1820.
- 7 Vol. I, Paris, 1822, p. 192-193.
- 8 Consulte-se Fernando de Sousa, *Portugal nos fins do Antigo Regime (Fontes para o seu Estudo)*, Braga, 1977, (separata da Revista *Bracara Augusta*).
- 9 Para 1802, trabalhamos com 852 freguesias e 731 583 habitantes.
- 10 Ver, de Fernando de Sousa, *Portugal nos fins do Antigo Regime. (Fontes para o seu Estudo)*, Braga, 1977.
- 11 Joaquim José Ferreira Gordo, *Memórias sobre a Villa de Alhandra...*, cod. 1662 da B.N.L.
- 12 *Subsídios para a História da Estatística em Portugal. II - Taboas Topográficas e Estatísticas, 1801*, Lisboa, 1948, quadro relativo à comarca de Beja.

- 13 Fernando de Sousa - "A População Portuguesa em finais do século XVIII", *População e Sociedade*, vol. 1, CEPFAM, Porto, 1995.
- 14 Consulte Wilhelm Abel, *Crises Agrárias en Europe (XIII-XX siècles)*, Paris, 1973; Paul Bairoch, *Commerce Extérieur et Développement Économique de l'Europe au XIX siècle*, Paris, 1976; Le Roy Ladurie *Le Territoire de L'Historien*, Paris, 1977; BR. Mitchell, *European Historical Statistics*, New York, 1975; Joseph J. Spengler, "Demographic Factors and Early Modern Economic Development", *Population and Social Change*, Londres, 1972, p. 87-98; *The Fontana Economic History. The Industrial Revolution*, Glasgow, 2ª ed., 1975. Para Espanha, ver Gonzalo Alvares Anes, *Las Crises Agrarias en la España Moderna*, Madrid, 1974, (reimpressão). Para França, J. Meuvret, "Demographic Crisis in France from the Sixteenth to the Eighteenth Century", *Population in History*, Londres, 2ª ed., 1974, p. 507-522; do mesmo autor, "Les Crises de Subsistances et la Démographie de la France d'Ancien Régime", *Études d'Histoire Économique*, Paris, 1971, p. 271-278; e Ernest Labrousse, Ruggiero Romano e F. -G. Dreyfus, *Le Prix du Froment en France au temps de la Monnaie Stable (1726-1913)*, Paris, 1970.
- Para Portugal, ver António de Almeida, *História da Febre que grassou na Cidade de Penafiel em 1791 e 1792*, Coimbra, 1792; *Memórias sobre o estado actual da Villa de Recardaens e Annexas*, 1794, códice ms. do A.A.R.; *Dietario do Mosteiro de S. Bento da Saudade de Lisboa (1798-1812)*, códices 731 e 732 da B.N.L.; Link e Hoffmanssegg, *Voyage en Portugal...*, III, Paris, 1805, José Alvares da Silva, "Observações Botânico-Meteorológicas do Anno de 1800...", *Memórias Economicas*, V, Lisboa, 1815, p. 138-144; Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime...*, Paris, 1966, p. 541; Albert Silbert, "Contribution a l'étude du Mouvement du Prix des Cereales à Lisbonne", *Revista de Economia*, VI, Lisboa, 1953, p. 65-80; Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal*, Paris, 1955.
- 15 Rodrigues de Brito, ob. e vol. cit., nota (a) à p. 33; e José António de Sâ, *Memoria Academica da Provincia de Traz-os-Montes*, passagem transcrita por António Pereira Coutinho, *Annaes Agricolas do Districto de Bragança*, Porto, 1878, p. 27-28.
- 16 *Os Frades julgados no Tribunal da Razão*, p. 36 e 38-39.
- 17 Rodrigues de Brito, ob. e vol. cit., nota (b) à p. 22 e notas (b) e (c) à p. 34.
- 18 Idem, p. 65, 69 e 90.
- 19 Henrique José da Silva, "Relação da entrada e sucessos dos hespanhois na provinovia do Alentejo...", *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 6ª vol., Lisboa, 1936, p. 211.
- 20 *Diccionario de Agricultura...*, I, Lisboa, 1804, p. VII.
- 21 "Le Portugal et la Révolution (1789-1914)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, VII, Paris, 1973, p. 285; e A.H.U., vol. Reino, mç. 33.
- 22 *Diario do Governo* de 9 de Fevereiro de 1856.
- 23 Idem.
- 24 Quadro construido a partir da ob. cit. de Vitorino Magalhães Godinho, de informações fornecidas por David Justino – Abrantes, Castelo Branco, Santarém e Elvas – e recolhidas por nós próprios, para Vila Real, preços referidos aos meses de Junho ou Julho.
- 25 Luis de Oliveira Ramos, *Inéditos do cardeal Saraiva*, Braga, 1976, p. 58-59.
- 26 António Caetano do Amaral, *Memorias para a Historia ... do Arcebispo de Braga*, II, Braga, 2ª ed., 1868, p. 438 e 445-446.
- 27 José Jacinto de Sousa, ms. cit.; e ficha do recenseamento de 1802, relativa a Mancelos.
- 28 *Journals of a Residence in Portugal 1800-1801*, Oxford, 1960, p. 39 a 55.

- 29 *Livro das Férias e Recibos da Typographia da Academia*; e *Livro das Férias da Typographia*, códices ms. da A.C.L.
- 30 *Une Comarque Portugaise...*, Paris, 1971, p. 48-50.
- 31 "Descrição ... de Penafiel", *Historia e Memorias da Academia*, X, parte II, Lisboa, 1830, p. 48 e 71.
- 32 Joaquim Varela, "Memoria ... de Monte Mor o Novo", *Historia e Memorias da Academia*, V, parte I, Lisboa, 1817, nota (b) à p. 70.
- 33 "Descrição ... de Penafiel", ob. e vol. cits., p. 71.
- 34 *Sociedad y Estado en el Siglo XVIII español*, Barcelona, 1976, p. 384.
- 35 António Sousa Monteiro, *Manual de Direito Ecclesiastico Parochial*, II, Coimbra, 1868, p. 374-375.
- 36 Idem, I, Coimbra, 1867, p. 154.
- 37 Vasco Salema, "Castelo Branco no final do Século, XVIII", *Estudos de Castelo Branco*, nº 20, Castelo Branco, 1966, p. 58
- 38 Cf. os *Livros de Visitas* existentes no A.D.B. ou A.E.B.; ver, Fernando de Sousa, *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga*, Braga, 1976.
- 39 "Análise Regional do Declínio da Fecundidade...", *Análise Social*, segunda série, XIII, 1977, 4ª, p. 941.
- 40 Jacques Marcadé, ob. cit., p. 114.
- 41 Fernando de Sousa, *Subsídios...*
- 42 *Cadastró do Reino 1801-1812*, Lisboa, 1945, p. 6-7.
- 43 "Memoria ... de Monte Mor o Novo", ob. e vol. cits., nota (b) à p. 70.
- 44 Jacques Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo...*, Paris, 1978, p. 122 e nota 156 à mesma página.
- 45 "Memoria ... de Monte Mor o Novo", ob. e vol. cits., nota (a) à p. 70.
- 46 Idem, p. 70.
- 47 Jacques Marcadé, "Les Hommes et la vie dans l'Alentejo...", *Arquivos do Centro Cultural Português*, X, Paris, 1976, p. 209.
- 48 Carta de lei de 6 de Outubro de 1784. Cf. António Gouveia Pinto, *Exame critico...*, Lisboa, 1828, p. 73-74; e Joaquim Varela, "Memoria de Monte Mor o Novo", ob. e vol. cits., p. 14: "alguns mancebos levados ao estado conjugal, sem vergonha nem pejo desprezão suas mulheres, até na proximidade dos dias das bodas".
- 49 Marino Franzini, "Noticias estadísticas...", *Almanach Portuguez*, Lisboa, 1825, p. 11.
- 50 "La Mortalité en France...", ob. e vol. cits., p. 84.
- 51 J. T. Krause, "The Changing adequacy of English Registration, 1690-1837", *Population in History*, Londres, 3ª ed., 1974, p. 379- 393.
- 52 *La Poblacion de Bilbao en el siglo XVIII*, Valladolid, 1961.
- 53 J. B. Carrère, *Tableau de Lisbonne en 1796*, Paris, 1797, p. 225-226.

- 54 Agostinho da Costa, *Descrição ... da cidade do Porto*, Porto, 2ª ed., 1945, p. 79.
- 55 "Descrição ...de Penafiel", ob. e vol. cit., p. 164.
- 56 *Idem*, p. 133
- 57 Jacques Marcadé, "Les Hommes et la Vie...", ob. e vol. cit., p. 209-210.
- 58 J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, 1979, pp. 62-64 e 74.
- 59 *Essai Statistique...*, I, Paris, 1822, p. 185 e 211-212.
- 60 *La Civilisation de l'Europe Classique*, Paris, 1961, p. 179.
- 61 Ver Fernando de Sousa, *História da Estatística em Portugal*, Lisboa, 1995.
- 62 Os dados relativos ao censo do Minho, em 1794, são os do recenseamento de Vilas Boas, publicado por António Cruz, *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do Século XVIII*, Porto, 1970.
- 63 A expressão "rejuvenescimento na base" significa um aumento da proporção do grupo das idades jovens e a expressão "envelhecimento no topo" traduz um aumento da proporção do grupo das idades mais avançadas.
- 64 Os dados relativos ao censo de Trás-os-Montes, em 1794, foram extraídos do *Mappa do Estado actual da Província de Trás-os-Montes*, de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, códice ms. da Biblioteca da Assembleia da República.
- 65 Link e Hoffmansegg, *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, III, Paris, 1805, p. 315.
- 66 Os dados relativos ao censo do Algarve, em 1787, pertencem ao *Mappa geral de diferentes objectos, e notícias do Reyno do Algarve*, códice ms. da B.N.L., que irá ser publicado, brevemente, por nós.
- 67 Consulte J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, 1979.
- 68 Para os grupos de idades relativos aos vários países europeus, consultar B.R. Mitchell, *European Historical Statistics*, New York, 1975; Mols, ob. cit.; Jordi Nadal, *La Población Española*, Barcelona, 4ª ed., 1976; Pedro Romero de Solís, *La Población Española en los Siglos XVIII y XIX*, Madrid, 1973.
- 69 Para os dados relativos a 1864, consultar J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, cap. I.



# PROSPECTIVA DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO NA UNIÃO EUROPEIA

J. Manuel Nazareth  
Universidade Nova de Lisboa

## 1. O envelhecimento demográfico da população da união europeia em meados dos anos noventa

A importância estratégica quantitativa e física dos países em vias de desenvolvimento, as causas e as consequências da evolução demasiado rápida da sua população (quase cem milhões de habitantes em cada ano) fizeram com que durante muito tempo a atenção de todos os que se preocupam com a prospectiva da Europa Social estivesse quase exclusivamente concentrada num conjunto limitado de questões. Foram as questões relacionadas com a regulação dos nascimentos, da distribuição espacial da população, do fenómeno urbano e da nova cidadania, dos recursos renováveis e não renováveis que prenderam a atenção da opinião pública, do poder político e dos cientistas sociais.

Contudo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, um novo fenómeno surgiu nas sociedades desenvolvidas - o envelhecimento demográfico. Não se trata de uma nova epidemia ou doença (não existe nenhuma doença chamada «envelhecimento») mas de uma simples constatação quantitativa: o ritmo de crescimento das pessoas idosas está a aumentar enquanto que a população total tem tendência a estabilizar os seus ritmos de crescimento ou até mesmo a diminuir. A procura de uma melhor caracterização deste fenómeno, a determinação das causas e das consequências deste processo, a identificação de assimetrias espaciais importantes, o estabelecimento da cronologia do processo e da provável ligação com outro processo igualmente importante - a transição demográfica - a determinação da existência de envelhecimentos diferenciados (sexo, classe social, estado civil), a tentativa de encontrar soluções e de prever a evolução futura levaram a que numerosos investigadores de todas as áreas científicas e o próprio poder político se comesçassem a interessar pelas consequências do envelhecimento no equilíbrio do estado providência em geral e na protecção social em particular.

Antes de caracterizarmos a situação actual na União Europeia entendemos ser importante precisar alguns aspectos fundamentais. Em termos demográficos existem dois tipos de envelhecimento: o envelhecimento na base e o envelhecimento no topo. O primeiro tipo de envelhecimento ocorre quando a percentagem de jovens começa a diminuir de tal forma que a base da pirâmide de idades fica bastante reduzida. O segundo tipo de envelhecimento ocorre quando o peso das pessoas de idade mais avançada aumenta fazendo com que a parte superior da pirâmide de idades comece a alargar. Estes dois tipos de envelhecimento estão ligados entre si: é a diminuição percentual dos grupos de idades mais jovens que provoca o aparecimento de um aumento proporcional nos grupos de idade mais avançada.

Não existem «pessoas idosas a mais» numa sociedade em números absolutos. O que acontece é que a sua importância relativa está a aumentar devido aos outros

grandes grupos etários estarem a perder importância. Assim, o aumento da população idosa não é uma consequência directa do aumento da duração média de vida ... No mundo desenvolvido em geral, e na Europa em particular, depois da Segunda Guerra Mundial, a seguir ao «baby-boom», a fecundidade começou a diminuir em primeiro lugar nas regiões europeias da URSS e na Europa Oriental, depois na Europa do Norte e Ocidental e finalmente na Europa do Sul por volta dos anos setenta. Este declínio fez convergir a totalidade dos países europeus para um modelo praticamente uniforme de baixos níveis de fecundidade e de não renovação das gerações.

Este processo de declínio da fecundidade foi acompanhado por importantes modificações nos comportamentos sexuais - aumento das relações sexuais pré-maritais, da coabitação antes do casamento, dos divórcios, dos segundos casamentos, do monoparentalismo - e foi o principal factor natural responsável pelo processo de envelhecimento.

Mas, paralelamente ao declínio da fecundidade, também a mortalidade prosseguiu o seu secular declínio - a diminuição da mortalidade nas idades mais jovens alargou-se às idades adultas e às pessoas de idades mais avançadas anunciando assim aquilo a que alguns autores consideram ser a terceira etapa da transição sanitária moderna. A nível da União Europeia, os valores da esperança de vida têm vindo sistematicamente a aumentar e a dar sinais de convergência para um modelo único. Tal como aconteceu com a fecundidade, evoluiu-se para um modelo que tende a fazer desaparecer as diferenças entre os países se bem que no interior de cada um continuam a existir diferenças importantes ligadas à classe social e ao sexo.

Ora é precisamente neste contexto de baixos níveis de fecundidade e de mortalidade tendendo igualmente para a convergência que importa situar o papel desta última variável demográfica no processo de envelhecimento: o aumento da duração média de vida fará com que o número de pessoas idosas aumente de importância.

Porém, as populações não estão apenas dependentes de movimentos naturais. As migrações podem atenuar ou reforçar o processo de envelhecimento: se uma região é predominantemente de emigração, a população potencialmente activa diminui e o peso relativo das pessoas idosas aumenta; se uma região é predominantemente de imigração a população potencialmente activa aumenta e a importância relativa da população com idade mais avançada diminui. Em síntese, as populações verão aumentar a importância da população idosa causada pelo declínio da fecundidade e pelo aumento da duração média de vida se forem predominantemente de emigração e poderão ter o processo de envelhecimento atenuado se forem regiões receptoras de população.

Conforme se pode observar nos Quadros nºs 1 e 2 nos últimos 25 anos a totalidade dos países da União Europeia tiveram um acentuado envelhecimento demográfico devido ao efeito combinado do declínio da fecundidade (Quadro nº 3) e do aumento da esperança de vida à nascença (Quadros nºs 4 e 5).

Em 1960 os países da União Europeia tinham no seu conjunto 24,4 % de pessoas com menos de 15 anos: a Irlanda (30,9 %) , a Finlândia (30,7%) , os Países Baixos (30,0%) e Portugal ( 29,2%) eram os países com maiores percentagens de jovens e a Alemanha (21,0%) , o Luxemburgo (21,4%) e a Áustria (21,8 %) os com menores percentagens. Em 1995, a média da União Europeia passou para 17,6 % e a amplitude das diferenças reduziu-se significativamente: com excepção da Irlanda (24,7%) os valores dos restantes países variam entre os 15,1 % (Itália) e 19,6 % (França). Portugal tinha em 1995 18 % de jovens com menos de 15 anos.

No que diz respeito às idades mais avançadas em 1960, a União Europeia tinha 10,6 % de pessoas com mais de 65 anos de idade: o país com menor número de idosos era a Finlândia (7,2 %) e o país com maior peso de pessoas com 65 e mais anos era a Áustria (12,1 %). Em 1995 a média da União Europeia passou para 15,4 % e tal como aconteceu no grupo das idades mais jovens a amplitude das diferenças reduziu-se significativamente. Com excepção da Irlanda (11,5 %) os valores dos diferentes países da União Europeia variam entre 17,4 % na Suécia e 13,2 % nos Países Baixos. Portugal tinha em 1995 14,4 % de pessoas com mais de 65 anos de idade.

Em síntese, devido à acção conjugada de modelos convergentes de declínio da fecundidade e de aumento da duração média de vida, os países da União Europeia evoluíram, nos últimos anos, para um modelo mais ou menos idêntico de envelhecimento.

QUADRO N.º 1 – «ENVELHECIMENTO NA BASE» NA U.E.

% - 15 anos	1960	1970	1980	1990	1995
Bélgica	23,4	23,6	20,3	18,1	18
Dinamarca	25,5	23,4	21,1	17,1	17,3
Alemanha	21	23,3	18,8	16	16,3
Grécia	24,8	24,2	23,1	19,5	17,1
Espanha	27,4	27,7	26	20	16,9
França	26,2	24,9	22,5	20,1	19,6
Irlanda	30,9	31,2	30,5	27,4	24,7
Itália	24,7	24,6	22,6	16,8	15,1
Luxemb.	21,4	22,1	19	17,2	18,3
P. Baixos	30	27,4	22,6	18,2	18,4
Austria	21,8	24,4	20,7	17,5	17,6
Finlândia	30,7	24,9	20,5	19,3	19,1
Suécia	22,7	20,9	19,8	17,8	18,9
R. Unido	23,3	24,1	21	18,9	19,4
PORTUGAL	29,2	28,5	25,5	20,8	18
U. EUR.	24,4	24,7	21,8	18,3	17,6

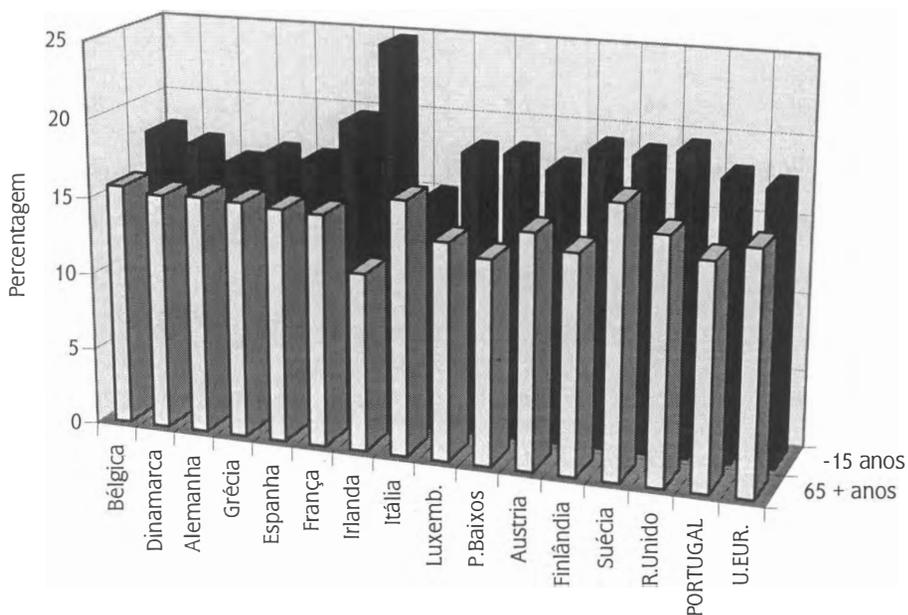
Fonte : Eurostat

QUADRO N.º 2 – «ENVELHECIMENTO NO TOPO» NA U.E.

%65 e + anos	1960	1970	1980	1990	1995
Bélgica	11,9	13,3	14,3	14,8	15,7
Dinamarca	10,5	12,2	14,4	15,6	15,3
Alemanha	11,5	12,1	15,7	14,9	15,4
Grécia	9,4	11,1	13,2	13,7	15,3
Espanha	8,2	9,5	10,8	13,3	15,1
França	11,6	12,8	14,1	13,9	15
Irlanda	11,1	11,1	10,7	11,4	11,5
Itália	9,2	10,8	13,1	14,7	16,4
Luxemb.	10,8	12,6	13,7	13,4	14
P. Baixos	9	10,1	11,5	12,8	13,2
Austria	12,1	14	15,5	15	15,1
Finlândia	7,2	9	11,9	13,3	14,1
Suécia	11,6	13,6	16,2	16,4	17,4
R. Unido	11,7	13,1	15	15,6	15,7
PORTUGAL	8	9,7	11,4	13,3	14,4
U.EUR.	10,6	12,2	13,9	14,5	15,4

Fonte : Eurostat

ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO NA U. EUROPEIA EM 1995

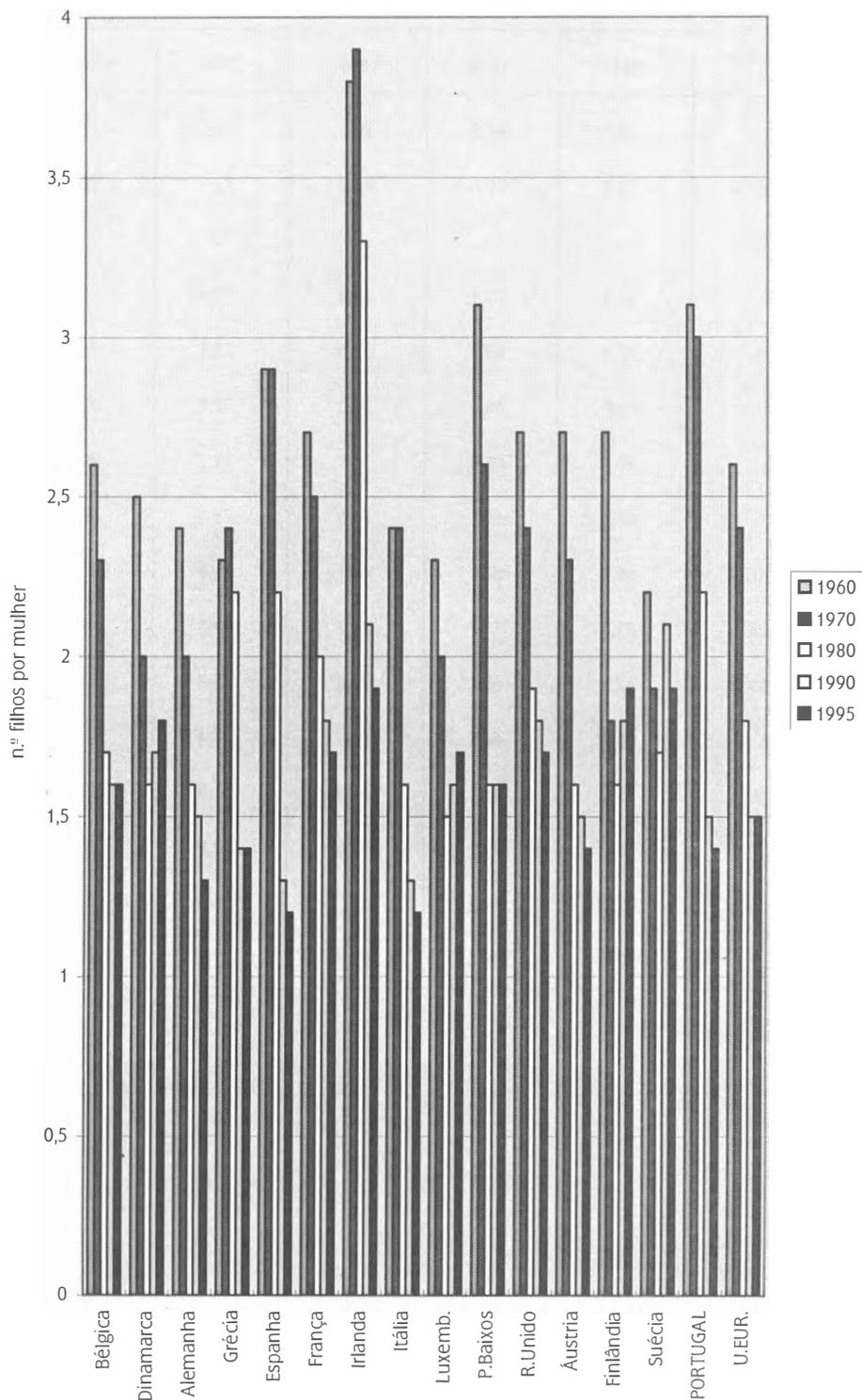


QUADRO Nº 3 – EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE NA U.E.

%65 e + anos	1960	1970	1980	1990	1995
Bélgica	2,6	2,3	1,7	1,6	1,6
Dinamarca	2,5	2	1,6	1,7	1,8
Alemanha	2,4	2	1,6	1,5	1,3
Grécia	2,3	2,4	2,2	1,4	1,4
Espanha	2,9	2,9	2,2	1,3	1,2
França	2,7	2,5	2	1,8	1,7
Irlanda	3,8	3,9	3,3	2,1	1,9
Itália	2,4	2,4	1,6	1,3	1,2
Luxemb.	2,3	2	1,5	1,6	1,7
P.Baixos	3,1	2,6	1,6	1,6	1,6
R.Unido	2,7	2,4	1,9	1,8	1,7
Áustria	2,7	2,3	1,6	1,5	1,4
Finlândia	2,7	1,8	1,6	1,8	1,9
Suécia	2,2	1,9	1,7	2,1	1,9
PORTUGAL	3,1	3	2,2	1,5	1,4
U.EUR.	2,6	2,4	1,8	1,5	1,5

Fonte : Eurostat

EVOLUÇÃO DA DESCENDÊNCIA MÉDIA NA UNIÃO EUROPEIA

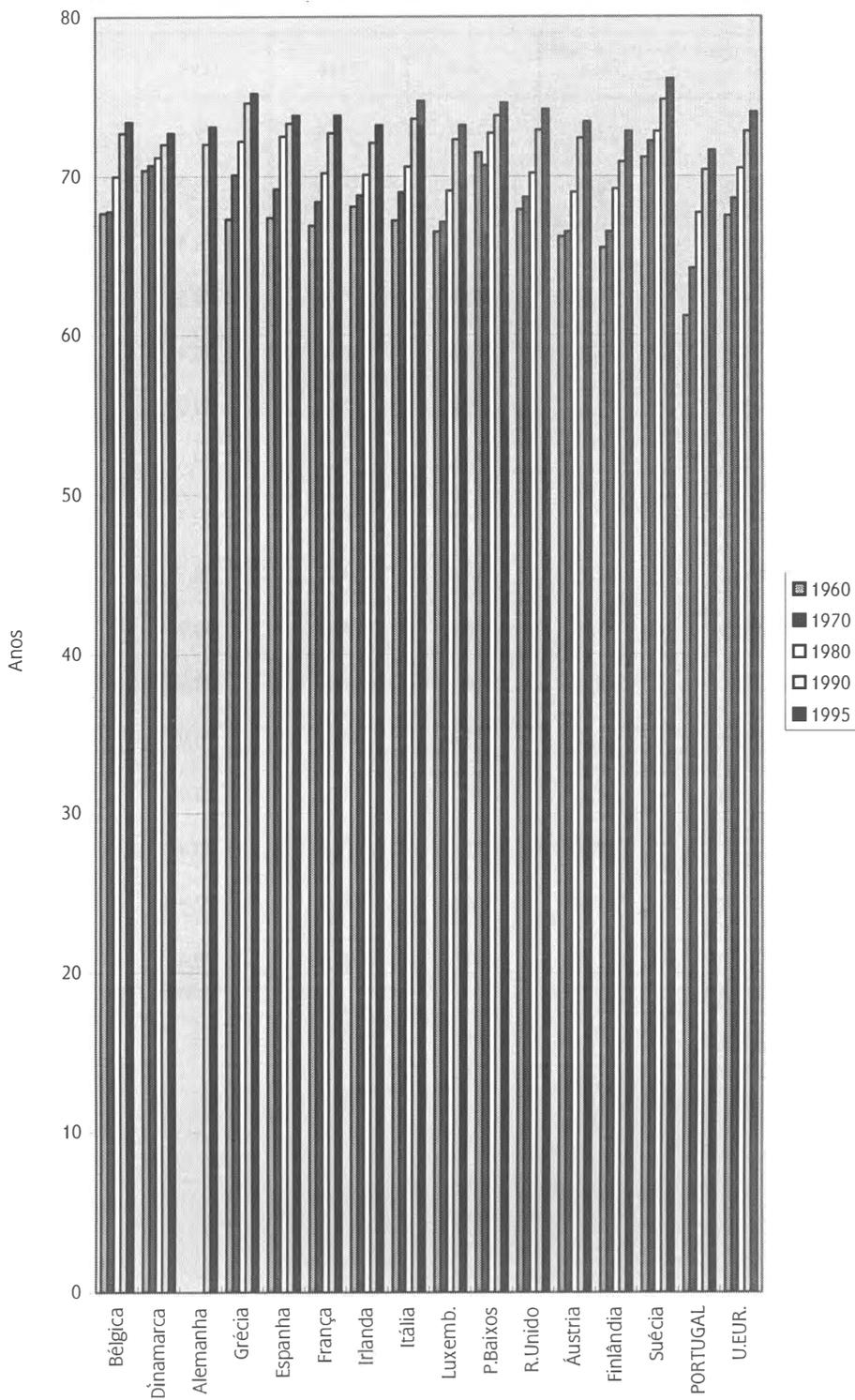


QUADRO N.º 4 - EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA  
(EO -HOMENS) NA UNIÃO EUROPEIA

PAÍSES	1960	1970	1980	1990	1995
Bélgica	67,7	67,8	70	72,7	73,4
Dinamarca	70,4	70,7	71,2	72	72,7
Alemanha	–	–	–	72	73,1
Grécia	67,3	70,1	72,2	74,6	75,2
Espanha	67,4	69,2	72,5	73,3	73,8
França	66,9	68,4	70,2	72,7	73,8
Irlanda	68,1	68,8	70,1	72,1	73,2
Itália	67,2	69	70,6	73,6	74,7
Luxemb.	66,5	67,1	69,1	72,3	73,2
P. Baixos	71,5	70,7	72,7	73,8	74,6
R. Unido	67,9	68,7	70,2	72,9	74,2
Áustria	66,2	66,5	69	72,4	73,4
Finlândia	65,5	66,5	69,2	70,9	72,8
Suécia	71,2	72,2	72,8	74,8	76,1
PORTUGAL	61,2	64,2	67,7	70,4	71,6
U. EUR.	67,5	68,6	70,5	72,8	74

Fonte : Eurostat

EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA (HOMENS) NA UNIÃO EUROPEIA

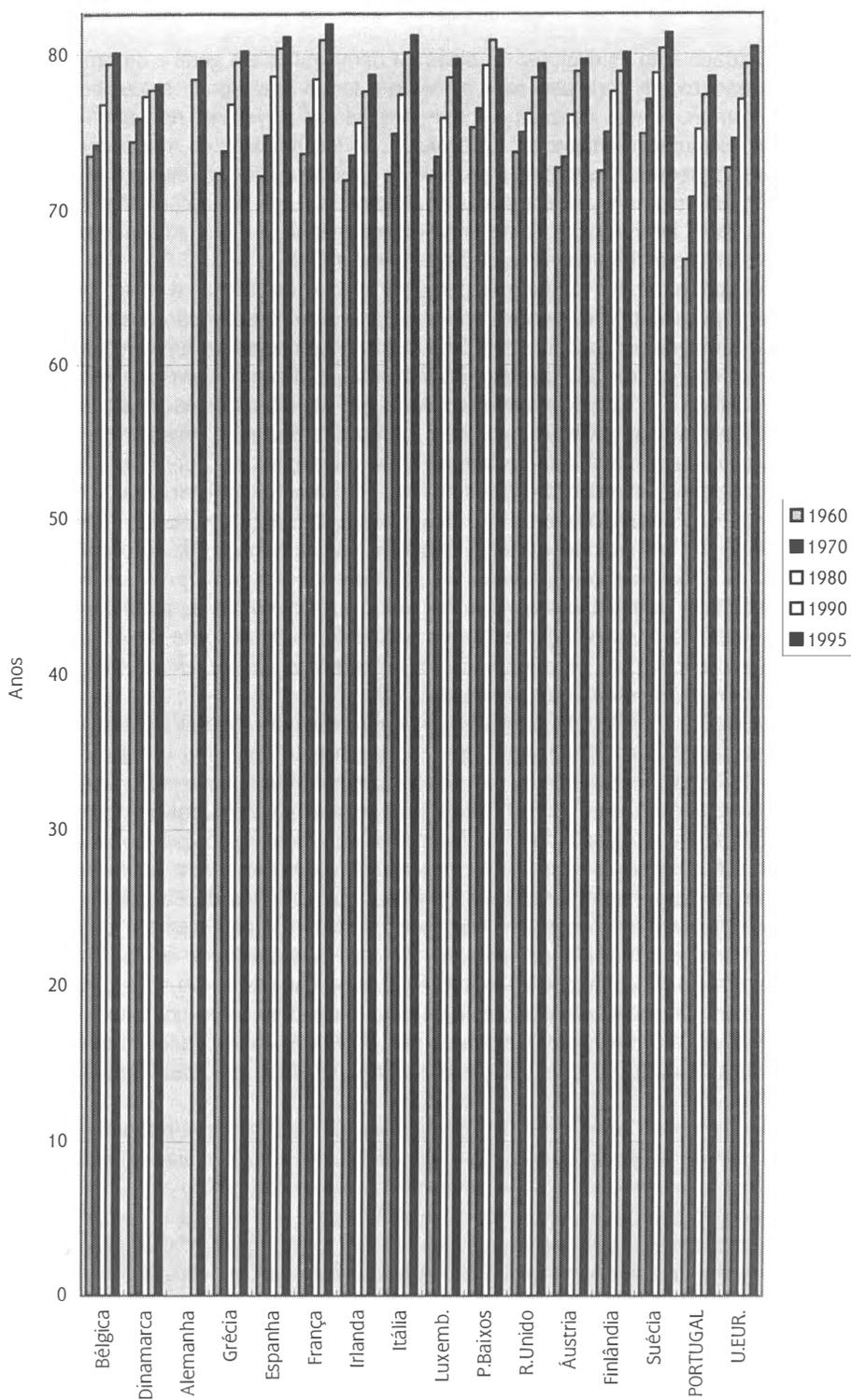


QUADRO N.º 5 – EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA  
(EO -MULHERES) NA UNIÃO EUROPEIA

PAÍSES	1960	1970	1980	1990	1995
Bélgica	73,5	74,2	76,8	79,4	80,1
Dinamarca	74,4	75,9	77,3	77,7	78,1
Alemanha	-	-	-	78,4	79,6
Grécia	72,4	73,8	76,8	79,5	80,2
Espanha	72,2	74,8	78,6	80,4	81,1
França	73,6	75,9	78,4	80,9	81,9
Irlanda	71,9	73,5	75,6	77,6	78,7
Itália	72,3	74,9	77,4	80,1	81,2
Luxemb.	72,2	73,4	75,9	78,5	79,7
P. Baixos	75,3	76,5	79,3	80,9	80,3
R. Unido	73,7	75	76,2	78,5	79,4
Áustria	72,7	73,4	76,1	78,9	79,7
Finlândia	72,5	75	77,6	78,9	80,1
Suécia	74,9	77,1	78,8	80,4	81,4
PORTUGAL	66,8	70,8	75,2	77,4	78,6
U. EUR.	72,7	74,6	77,1	79,4	80,5

Fonte : Eurostat

EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA (MULHERES) NA UNIÃO EUROPEIA



## 2. Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico da união europeia até ao ano 2050

A extrapolação da evolução da dinâmica demográfica em geral e do processo de envelhecimento em particular para o médio e longo prazo pode ser elaborada de diversas formas. A mais utilizada é a metodologia das projecções demográficas. Com base num conjunto de hipóteses de evolução da fecundidade, da mortalidade e das migrações seguem-se as gerações e procede-se à reconstrução, em diversos momentos do tempo, do volume e das estruturas populacionais. Estas projecções são na maior parte dos casos interpretadas como previsões na medida em que se supõe representarem a evolução mais provável da dinâmica demográfica.

Contudo, na actual conjuntura demográfica que caracteriza a maior parte dos países europeus, é praticamente impossível prever com exactidão a evolução das variáveis demográficas fundamentais bem como do processo de envelhecimento. As alternativas de evolução são bastante diversificadas: a diferença entre os níveis actuais de fecundidade e o potencial biológico deixa em aberto todas as possibilidades, a mortalidade também pode ter evoluções muito diferenciadas consoante a postura optimista ou pessimista que se adopte e as migrações ao dependerem de um complexo bastante diversificado de factores são praticamente imprevisíveis.

A melhor alternativa a este procedimento clássico não reside num maior refinamento das técnicas do «cohort - survival» mas na adopção da metodologia dos cenários. Os cenários são representações hipotéticas dos futuros possíveis baseadas numa variedade de hipóteses que apenas visam explorar todas as possibilidades ou, melhor ainda, as possibilidades extremas definindo os limites que devem balizar a reflexão prospectiva. Os cenários não têm a pretensão de prever o futuro mas de apresentar os desenvolvimentos futuros possíveis.

Em 1993 o Conselho da Europa elaborou oito cenários quantificados de evolução dos vinte países mais importantes que integram este Conselho até ao ano 2050 (Quadro nº 6). Mais recentemente, em 1996, o Eurostat também abandona a atitude de projecção e adopta uma atitude mais prospectiva ao apresentar três cenários quantificados para o conjunto da União Europeia e para cada um dos países (Quadro nº 7). Os cenários do Conselho da Europa são mais diversificados mas têm o inconveniente de não estarem desagregados segundo os países. Os cenários do Eurostat são mais limitados em número (apresentam três cenários para cada país e para o conjunto da União Europeia) e têm a grande vantagem de cada país quantificar as suas hipóteses sendo o total da União Europeia resultante da soma das partes. No caso concreto de Portugal, além do cenário elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística para o Eurostat, no corrente ano, a Comissão do Livro Branco para a Reforma da Segurança Social elaborou seis cenários de evolução da população portuguesa os quais serão publicados ainda no corrente ano.

Neste contexto, antes de se analisar e comparar os resultados, também é importante concentrar as atenções na prospectiva de cada uma das variáveis fundamentais da dinâmica demográfica em geral e do envelhecimento demográfico em particular.

No que diz respeito à prospectiva da fecundidade a demografia europeia deste século é caracterizada pelo declínio secular apenas interrompido pelo «baby-boom» a seguir à Segunda Guerra Mundial. É certo que o contexto, as causas e o ritmo do declínio da fecundidade variaram muito entre os diferentes países europeus mas, numa perspectiva de longa duração, encontramos entre os diferentes países muito mais semelhanças do que diferenças. Nos dois últimos decénios o Índice Sintético de

QUADRO N.º 6 – AS HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS DOS OITO GRANDES CENÁRIOS DO CONSELHO DA EUROPA

CENÁRIO	I. S. FEC.	E. VIDA (H/M)	N.º ANUAL IMIG.
0	1,7	83,5 / 89	0,5 milhões
1	1,3	77 / 83	0
2	1,3	77 / 83	1 milhão
3	1,3	90 / 95	0
4	1,3	90 / 95	1 milhão
5	2,1	77 / 83	0
6	2,1	77 / 83	1 milhão
7	2,1	90 / 95	0
8	2,1	90 / 95	1 milhão

Fonte: C. Europa

QUADRO N.º 7 – AS HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS DOS TRÊS GRANDES CENÁRIOS DO EUROSTAT

CENÁRIO	I. S. FEC.	E. VIDA (H/M)	S. MIG.(000)
«Baixo»			
1995	1,42	73,5 / 80,1	647,1
2000	1,40	73,9 / 80,5	410,7
2020	1,43	75,3 / 81,7	396,0
2050	1,45	75,8 / 82,2	396,0
«De Base»			
1995	1,45	73,9 / 80,4	761,7
2000	1,55	74,7 / 81,1	679,3
2020	1,65	77,8 / 83,6	591,8
2050	1,66	79,7 / 85,1	591,8
«Alto»			
1995	1,50	74,3 / 80,7	869,8
2000	1,75	75,5 / 81,7	1009,9
2020	1,94	80,2 / 85,1	787,6
2050	1,94	82,7 / 86,9	787,6

Fonte : Eurostat

Fecundidade na totalidade dos países europeus é inferior ao necessário para substituir as gerações (se bem que só quando as gerações estiverem completas se possa medir com rigor a verdadeira intensidade do fenómeno). Será que se terá atingido o ponto mais baixo ou, será possível pensar em níveis ainda mais baixos? Nos últimos anos, em alguns países foi possível observar aumentos significativos da fecundidade. Estamos perante uma situação meramente conjuntural ou estamos perante o início de uma tendência durável de aumento da fecundidade? Será que os próximos anos nos esclarecerão sobre a eventual existência de «novas tendências» na evolução da fecundidade ou será que nenhuma tendência coerente aparecerá e ficaremos reduzidos apenas a pequenas tendências de curto prazo ?

Apesar das generalizações serem sempre arriscadas é possível identificar um conjunto de factores globais que influenciaram o declínio secular da fecundidade: a passagem de uma economia agrícola para uma economia industrial e de serviços, a passagem de um modo de vida rural para um modo de vida urbano, a secularização, a emergência do individualismo, o aumento do nível educacional, a mudança do papel da mulher na sociedade , os modernos meios de contracção.

É pouco provável que estas tendências mudem de direcção. No entanto, existe uma evolução que não tendo chegado ainda ao seu termo, pode ter uma influência decisiva na evolução da fecundidade: a independência económica da mulher. Se o trabalho e a maternidade são elementos fundamentais para a sobrevivência de qualquer sociedade, uma questão importante é saber como se irá combinar, num futuro próximo ou longínquo , a função maternal com a participação da mulher no mercado de trabalho. No momento actual, em função dos dados disponíveis, o que sabemos é que os países que optaram pelas políticas de conciliação do «tempo de trabalho com o tempo para a família» são aqueles cuja natalidade aumentou. É o caso da Suécia que foi um país pioneiro ao instituir serviços generalizados de apoio às crianças, sistemas de apoio às famílias, às férias parentais e outros sistemas que permitiram incentivar as mulheres a reintegrar o mercado de trabalho depois da maternidade. A fecundidade depois de atingir em 1983 um nível de 1,6 subiu para valores próximos do nível de substituição das gerações (2,1).

Também sabemos que em países como a Dinamarca e a Noruega, que adoptaram medidas semelhantes também se está a observar um aumento da fecundidade. Será uma consequência das políticas que pragmaticamente procuraram actuar neste aspecto preciso que representa a conciliação da vida profissional com a vida familiar? Ou será uma consequência da maternidade tardia, ou seja, de se diferir em muitos casos a maternidade no tempo? Será que as mulheres passam a ter o número de filhos que desejam mesmo começando a ter mais tarde uma união sexual estável? Ou será ainda uma combinação das duas situações ?

Não é difícil concluir que a principal variável responsável pelo processo de envelhecimento - a fecundidade - encontra enormes dificuldades em «ser projectada» . Não existindo certezas e sendo pouco provável a existência de «tendências pesadas» a melhor opção é a elaboração de cenários. Neste contexto o Conselho da Europa, depois de constatar que os valores da fecundidade nos diversos países europeus variavam entre 1,3 e 2,1 serviu-se destes valores para elaborar dois grupos de cenários alternativos: manutenção dos actuais níveis baixos de fecundidade e subida progressiva da fecundidade até se atingir o limite necessário à renovação das gerações (Quadro nº 6). O Eurostat, no «Cenário Baixo» optou pela manutenção dos valores baixos actualmente observados na maior parte dos países europeus, admite uma ligeira subida no «Cenário de Base» e uma subida que quase atinge os valores de substituição das gerações no

«Cenário Alto». Não se libertando ainda de uma «atitude de projecção» não fundamentou com clareza a lógica dos seus cenários razão pela qual a análise dos resultados tem que ser feita entre as duas situações extremas.

Já dissemos que numa primeira fase do processo de envelhecimento das populações o declínio da fecundidade é a variável explicativa natural fundamental daí a importância que atribuímos à prospectiva da sua evolução. Porém, numa segunda fase, quando a fecundidade começa a estabilizar os seus valores a baixos níveis, passa a ser o aumento da duração média de vida o factor explicativo natural determinante.

A evolução recente das grandes causas de morte observada nos diferentes países europeus incitam-nos a ser mais optimistas do que pessimistas em relação ao futuro. O declínio generalizado das doenças infecciosas e das doenças cardio-vasculares, em particular as doenças isquémicas do coração e o cancro pulmonar, têm sido particularmente visíveis nos últimos anos. Mais ainda, os factores responsáveis pelo aparecimento destas novas tendências, em particular as mudanças de comportamento ligadas ao tabagismo e aos regimes alimentares, a prevenção de certas doenças através do controlo da tensão arterial, da medição dos níveis de colesterol, e o diagnóstico precoce do cancro do seio e do útero são aspectos que têm evoluído positivamente mas que estão longe de ter chegado ao limite dos seus efeitos positivos sobre o aumento da esperança de vida.

Se juntarmos a estes aspectos de mudança nos comportamentos sociais, outros aspectos de carácter mais técnico como a descoberta de novas terapêuticas, as quais atacam simultaneamente as causas e as consequências de certas doenças, encontramos razões mais do que suficientes para pensar que os limites da vida humana estão longe de ser atingidos. Num horizonte de tempo de mais de 50 anos existem todos os motivos para quantificar cenários optimistas que apontam para durações médias de vida de 90 anos para os homens (73,5 anos em 1995 na U. Europeia) e de 95 anos para as mulheres (80 anos em 1995 na U. Europeia - ver os dados do Conselho da Europa no Quadro nº 6) ou moderadamente optimistas com 83 anos para os homens e 87 anos para as mulheres, ou seja, um aumento de 10 anos num horizonte de 50 anos (Eurostat - Cenário «Alto»).

Porém, aos argumentos que estão na base da construção destes cenários optimistas, opõem-se outros argumentos igualmente plausíveis que estão na base da construção de cenários mais pessimistas. Estes últimos tipo de argumentos agrupam-se em três grandes categorias: o retomar do crescimento das doenças infecciosas devido ao desenvolvimento de resistências às terapias conhecidas ou ao aparecimento de novas patologias; diminuição generalizada das condições gerais de saúde devido à deterioração da qualidade ambiental (os adubos químicos utilizados em elevadas doses na agricultura, as chuvas ácidas, a degradação da camada de ozono e os aditivos alimentares são grandes factores de risco que podem pôr em perigo a saúde das próximas gerações); o último tipo de argumentos baseia-se na hipótese de que as gerações que neste momento estão nas idades mais avançadas representam uma selecção (devido à elevada mortalidade infantil no passado) e que, em consequência, ninguém pode saber se as novas gerações do antibiótico serão igualmente resistentes.

Estes argumentos de carácter mais pessimista estão na base de construção de cenários que tanto no trabalho do Conselho da Europa como no do Eurostat apenas admite, num horizonte de 50 anos, um pequeno aumento de 3 anos na esperança de vida.

Apesar das variáveis naturais - fecundidade e mortalidade - serem os grandes motores da prospectiva do processo de envelhecimento demográfico, os movimentos migratórios podem, conforme dissemos anteriormente, ampliar ou atenuar este

processo. A nível da totalidade dos países europeus não é bem a natureza do saldo migratório que é importante mas a determinação da evolução das diversas componentes que integram os movimentos migratórios. Assim, se os países europeus são globalmente países de atracção não tem sentido, no presente momento, lidar com cenários que apresentem saldos migratórios negativos: ou se admite a existência de saldos migratórios nulos (como é o caso de 4 cenários do Conselho da Europa) ou se admite existirem diversos níveis de atracção (todos os outros cenários). A quantificação dos diferentes cenários está ligado às diferentes hipóteses de evolução dos grandes tipos de migrantes: migrações de mão-de-obra, reunificação das famílias, refugiados políticos, refugiados económicos e refugiados ecológicos .

No Quadro n.º 8 apresentamos a evolução do processo de envelhecimento da União Europeia até ao ano de 2050 segundo os três cenários indicados anteriormente: cenário «baixo», cenário «base» e cenário «alto» segundo o Eurostat. Não apresentamos os resultados do Conselho da Europa porque entendemos que seria uma repetição e que se refere a um todo que é diferente do espaço que mais nos interessa analisar - a União Europeia. No Quadro n.º 9 apresentamos os dados respeitantes à evolução do envelhecimento da população portuguesa segundo os mesmos cenários .

### **3. A Base Demográfica da União Europeia no século XXI e a Europa Social: algumas reflexões sobre os resultados obtidos nos diferentes cenários de envelhecimento demográfico**

No Quadro n.º 8 apresentamos os dados respeitantes aos três cenários elaborados pelo Eurostat para a União Europeia e no Quadro n.º 9 apresentamos os dados respeitantes ao caso particular do processo de envelhecimento da população portuguesa até ao ano 2050. Em cada caso apresentamos, para além da população total, sete indicadores básicos: as percentagens dos grupos 0-14 anos, 15-64 anos e 65 e + anos, o índice de Envelhecimento ( $65 + / 0-14 * 100$ ) e os três índices de Dependência (Idosos, Jovens e Total). Para não tornar pesada a nossa análise apenas comentaremos três destes indicadores: a percentagem de pessoas com mais de 65 anos, o índice de Envelhecimento e o índice de Dependência dos Idosos.

A primeira grande «tendência pesada» que identificámos foi a seguinte: nos próximos vinte a trinta anos o processo de envelhecimento demográfico depende muito pouco do cenário escolhido; pelo contrário, a partir do ano 2020, a evolução do envelhecimento demográfico fica fortemente dependente das hipóteses adoptadas. As 15 % de pessoas com mais de 65 anos existentes em 1990 na União Europeia (13 % em Portugal ) aumentam para 20 % até ao ano 2020 nos três cenários (18 % em Portugal). Não existem variações significativas entre os cenários. A partir desta data, as diferenças entre os cenários começam a surgir de acordo com as diferentes hipóteses de evolução. Em números absolutos, no cenário intermédio teremos cerca de 80 milhões de pessoas com mais de 65 anos no ano 2020 e cerca de 100 milhões no ano 2050 no conjunto dos países da União Europeia. Em Portugal, no mesmo cenário intermédio, o número de pessoas com mais de 65 anos será cerca de 2 milhões em 2020 e 3 milhões em 2050.

Quando relacionamos o equilíbrio entre os dois grandes grupos de idades terminais através do índice de envelhecimento verificamos duas coisas: em primeiro lugar, com a passagem do século, o número de pessoas com mais de 65 anos ultrapassa o número de jovens com menos de 14 anos na média dos países da U. Europeia uma vez que em todos os cenários o índice de Envelhecimento já é superior a 100 no ano de 2010 (em Portugal este fenómeno ocorrerá um pouco mais tardiamente, ou seja, a partir de 2020 ) .

QUADRO N.º 8 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA U. EUROPEIA  
SEGUNDO TRÊS CENÁRIOS

ANOS	CEN. «BAIXO»	CEN. «BASE»	CEN. «ALTO»
	População	Total (000)	
1990	363 738	363 738	363 738
2000	373 789	376 958	380 542
2010	372 031	385 334	401 049
2020	363 600	388 058	416 196
2050	302 689	366 963	444 015
	População	0-14 anos (%)	
1990	18,3	18,3	18,3
2000	16,8	17,0	17,4
2010	14,8	16,2	17,8
2020	13,6	15,1	17,0
2050	12,4	14,2	16,7
	População 65	e + anos (%)	
1990	14,5	14,5	14,5
2000	16,0	16,1	16,1
2010	17,7	17,9	17,9
2020	20,2	20,4	20,3
2050	28,0	27,6	25,9
	População 15	-64 anos (%)	
1990	67,2	67,2	67,2
2000	67,2	66,9	66,5
2010	67,5	65,9	64,3
2020	66,2	64,5	62,7
2050	59,6	58,2	57,4
	Í. Env.	(I/J * 100)	
1990	79	79	79
2000	95	95	93
2010	120	110	101
2020	149	135	119
2050	225	194	155
	Í. Dep. Idosos	(I/A * 100)	
1990	22	22	22
2000	24	24	24
2010	26	27	28
2020	31	32	32
2050	47	47	45
	Í. Dep. Jovens	(J/A * 100)	
1990	27	27	27
2000	25	25	26
2010	22	25	28
2020	21	23	27
2050	21	24	29
	Í. Dep. Total	IDJ+IDI	
1990	49	49	49
2000	49	49	50
2010	48	52	56
2020	52	55	59
2050	68	71	74

QUADRO N.º 9 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL  
SEGUNDO TRÊS CENÁRIOS

ANOS	CEN. «BAIXO»	CEN. «BASE»	CEN. «ALTO»
	População	Total (000)	
1990	9 920	9 920	9 920
2000	9 911	9 993	10 085
2010	9 927	10 293	10 738
2020	9 808	10 513	11 265
2050	8 582	10 681	12 601
	População	0-14 anos (%)	
1990	20,8	20,8	20,8
2000	16,6	16,9	17,1
2010	16,1	17,5	18,7
2020	14,6	16,3	17,7
2050	12,8	15,1	16,6
	População 65	e + anos (%)	
1990	13,3	13,3	13,3
2000	15,2	15,3	15,4
2010	15,9	16,1	16,4
2020	17,5	17,9	18,2
2050	26,0	25,9	25,5
	População 15	-64 anos (%)	
1990	65,9	65,9	65,9
2000	68,2	67,8	67,5
2010	68,0	66,4	64,9
2020	67,9	65,8	64,1
2050	61,2	59,0	57,9
	Í. Env.	(I/J* 100)	
1990	64	64	64
2000	92	91	90
2010	99	92	88
2020	120	110	103
2050	203	172	154
	Í. Dep. Idosos	(I/A* 100)	
1990	20	20	20
2000	22	23	23
2010	23	24	25
2020	26	27	28
2050	42	44	44
	Í. Dep. Jovens	(J/A* 100)	
1990	32	32	32
2000	24	25	25
2010	24	26	29
2020	22	25	28
2050	21	26	29
	Í. Dep. Total	IDJ+IDI	
1990	52	52	52
2000	46	48	48
2010	47	50	54
2020	47	52	56
2050	43	70	73

Fonte : Eurostat

Finalmente, o peso dos idosos em relação à população em idade potencialmente activa mantêm-se relativamente estável nos primeiros anos do próximo século começando a acelerar a partir do ano 2010.

Seja qual for o indicador escolhido, ou o cenário adoptado, a totalidade dos países europeus irá conhecer um acelerar do processo de envelhecimento a partir do ano 2010 devido à entrada das gerações numerosas do pós-guerra na idade da reforma e das gerações pouco numerosas que se sucedem na vida activa. Só em meados do próximo século assistiremos a um processo de estabilização.

Não estamos assim confrontados com uma «calamidade imediata» mas perante um processo que apesar de nos dar uma margem de intervenção de alguns anos nos obriga a perante estas «imagens de futuro» adoptar as medidas necessárias para minimizar os riscos de desagregação do tecido social e da saudável convivência entre gerações.

Uma das medidas possíveis é o retardar da idade da reforma (um estudo recente realizado na Áustria mostra que no caso de continuarem as actuais tendências naturais a idade da reforma deveria subir para 65 anos em 2010 e para 70 anos em 2030).

Uma outra alternativa é a de, no mínimo, parar a tendência para a baixa da idade da reforma observada nestes últimos anos em diversos países europeus e, em particular, em Portugal onde se assistiu muito recentemente à originalidade de se «comprarem anos» o que demonstra um elevado sentido de irresponsabilidade social.

Uma outra solução é passar de um sistema de repartição para um sistema de capitalização com a correspondente criação de um sistema misto de repartição/capitalização num período de transição.

No entanto, esta solução não é tão simples como parece à primeira vista. A passagem de um sistema transversal, baseado na solidariedade entre as gerações, para um sistema longitudinal, baseado na capitalização individual, corre risco de se fazer à custa dos mais desfavorecidos da sociedade. Se a capitalização do sistema de reformas apenas produzisse tais efeitos poder-se-ia igualmente argumentar que um sistema longitudinal não é sinónimo de capitalização individual. Pelo contrário, é possível imaginar uma metodologia longitudinal que tenha como objectivo evitar a existência de injustiças entre as gerações e preserve simultaneamente a solidariedade entre os indivíduos de uma mesma geração. A dimensão esperada do processo de envelhecimento, mesmo se considerarmos os cenários mais optimistas, incentivam-nos a encontrar soluções globais e concretas com uma certa urgência enquanto os índices de dependência não ultrapassam significativamente o valor 50 (no ano 2010 em cada 100 pessoas em idade potencialmente activa haverá entre 48 e 56 idosos e jovens). Talvez assim se encontrasse um caminho onde os sistemas de segurança social se adaptassem gradualmente à evolução da dinâmica demográfica.

Mas não basta adaptar os sistemas de segurança social à nova realidade demográfica. A problemática das relações entre e no interior das gerações conduzirá inevitavelmente à emergência de políticas globais de idade onde uma reflexão profunda sobre o significado social das fronteiras entre os grandes grupos de idades terá que ser feita. São os próprios conceitos tradicionalmente utilizados que entram em crise: o que significa «ser novo», «ser velho» e «ser activo» no limiar do século XXI?

A urgência desta reflexão é tanto mais importante quanto mais sabemos que a problemática do envelhecimento não é apenas quantitativa. As solidariedades baseadas na célula familiar têm tendência a perder o peso que tinham na sociedade devido à acção conjugada de vários factores: o casamento tardio, o aumento de famílias monoparentais e dos isolados, o aumento dos divórcios, o trabalho no exterior da

unidade familiar, as migrações. Logo, mais urgente se torna encontrar novas formas de solidariedade e de convivência entre idades, grupos, gerações e culturas para tornar possível a existência de um capital social mínimo nas diferentes sociedades sem o qual todos os outros tipos de capital correm o risco de perder o sentido.

### **BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL**

Conselho da Europa , *L' avenir de la population en Europe* , Études démographiques nº 26 ,Ed. Conseil de l'Europe , Strasbourg , 1993

Eurostat , *Statistiques Démographiques* , Ed. Eurostat , Luxemburgo , 1996.

# **SOBRE A DEMOGRAFIA ESCOLAR (II)**

Jorge Carvalho Arroiteia  
Universidade de Aveiro

## **1. Introdução**

Em artigo anterior referimos alguns dos aspectos relativos ao interesse e à importância da demografia escolar, não como ciência autónoma mas sim como ramo especializado da demografia social. Recordámos igualmente o significado da evolução dos efectivos escolares associando-os quer aos movimentos da população quer ao processo de democratização do ensino. Concluímos esse texto recorrendo, de novo, a este assunto precisando o cálculo de alguns dos indicadores que no seu conjunto permitem conhecer a demografia interna do sistema educativo.

Como foi notado o aumento dos efectivos escolares registado há mais de dois séculos nos países industrializados do ocidente europeu só depois da segunda guerra mundial é que se generalizou aos restantes países, nomeadamente aos que a partir de então experimentaram os efeitos directos da chamada revolução industrial. Por outro lado aquele aumento de alunos foi inicialmente sentido ao nível do ensino elementar, alargando-se posteriormente aos restantes níveis de ensino, nomeadamente ao ensino secundário e superior, acompanhando o desenvolvimento técnico e tecnológico da nossa sociedade bem como a segmentação e especialização crescentes das actividades produtivas. Apesar destes fenómenos o aumento dos efectivos escolares e universitários nos países industrializados não se explica, no dizer de Girard (1970; XXII), apenas pelo crescimento da população total ou pelo movimento da natalidade, mas sim pelo aumento da *“população dos jovens, que em cada ano e para além da escolaridade obrigatória, prosseguem os seus estudos numa escola ou numa universidade”*, através de *“um movimento contínuo, cujos efeitos cumulativos se fazem sentir actualmente no topo da pirâmide”*.

Já nos países em vias de desenvolvimento este crescimento deve-se-se, em primeiro lugar, ao aumento da população jovem, em resultado dos valores elevados de natalidade e da redução das taxas de mortalidade infantil. Por outro lado esta evolução é igualmente justificada pelas expectativas de mobilidade social decorrentes do processo de democratização do ensino registado em muitas áreas do globo.

## **2. A natureza dos indicadores**

O conhecimento dos diferentes indicadores, de escolarização, de aproveitamento e de abandono, utilizados em demografia escolar permite-nos apreciar a eficiência global do sistema educativo bem como o seu grau de democratização, a qual deverá ser entendida não só como a facilidade de acesso da população escolar aos equipamentos educativos, mas ainda como o equilíbrio de sexos na fruição dos bens culturais. Não sendo nossa intenção proceder a um levantamento exaustivo de todos esses indicadores enunciaremos apenas alguns dos mais simples que nos permitem

compreender não só o modo de funcionamento dos sistemas educativos no seu conjunto, mas também a ocorrência de outros fenómenos relacionados com as condições de aprendizagem e o êxito escolar dos alunos, com a natureza e com a "qualidade" dos próprios serviços de ensino.

Começamos por destacar os indicadores de escolarização que no seu conjunto, nos permitem apreciar o grau de abertura e de cobertura do sistema educativo bem como a participação e frequência dos habitantes em idade escolar. Dos mais importantes, destacamos os seguintes:

– Taxa bruta de escolarização:

$$T_e = \frac{E}{\bar{P}} \times 100$$

E = total de alunos matriculados no sistema de ensino

$\bar{P}$  = população média

– Taxa geral de escolarização*:

$$T_e = \frac{E_{5-34}}{\bar{P}_{5-34}}$$

$E_{5-34}$  = total de alunos matriculados

$\bar{P}_{5-34}$  = população média, dos 5 aos 34 anos

(* A referência ao grupo etário 5-34 anos tem a ver com a maior permanência de indivíduos com esta idade no sistema educativo)

– Taxa específica de escolarização:

$$T_{e_x} = \frac{E_x}{\bar{P}_x} \times 100$$

$E_x$  = total de alunos matriculados de idade  $x$

$\bar{P}_x$  = população média de idade  $x$

Por sua vez os indicadores de aproveitamento realçam, através dos dados relativos ao sucesso escolar dos alunos, a existência de "disfunções" no sistema educativo e os desperdícios internos que afectam o seu funcionamento. Recordamos, entre outros, os seguintes:

– Taxa de aprovação:

$$T_a = \frac{P_i^a}{E_i^a} \times 100$$

$P_i^a$  = alunos aprovados na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

– Taxa de reprovação:

$$T_r = \frac{r_i^a}{E_i^a} \times 100$$

$r_i^a$  = alunos reprovados na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

– Taxa de passagem:

$$T_p = \frac{m_{i+1}^{a+1}}{E_i^a} \times 100$$

$m_{i+1}^{a+1}$  = alunos matriculados pela primeira vez na classe  $\underline{j+1}$ , no ano escolar  $\underline{a+1}$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

– Taxa de repetência:

$$T_{rep} = \frac{m_i^{a+1}}{E_i^a} \times 100$$

$m_i^{a+1}$  = alunos matriculados como repetentes na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a+1}$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

– Taxa bruta de retenção:

$$T_{ret} = \frac{E_{i+1}^{a+1}}{E_i^a + E_{i+1}^a} \times 100$$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $\underline{j}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

$E_{i+1}^{a+1}$  = total de alunos matriculados na classe  $\underline{j+1}$ , no ano escolar  $\underline{a+1}$

$E_{i+1}^a$  = total de alunos matriculados na classe  $\underline{j+1}$ , no ano escolar  $\underline{a}$

– Taxa de retenção de aprovados:

$$T_{reta} = \frac{m_{i+1}^{a+1}}{p_i^a} \times 100$$

$m_{i+1}^{a+1}$  = alunos matriculados pela primeira vez na classe  $i+1$ , no ano escolar  $q+1$

$p_i^a$  = alunos aprovados na classe  $i$ , no ano escolar  $q$

– Taxa de retenção de reprovados:

$$T_{reprep} = \frac{m_i^{a+1}}{r_i^a} \times 100$$

$m_i^{a+1}$  = alunos matriculados como repetentes na classe  $i$ , no ano escolar  $q+1$

$r_i^a$  = alunos reprovados na classe  $i$ , no ano escolar  $q$

Quanto aos indicadores de abandono, diremos apenas que o seu conhecimento comprova igualmente a existência das “disfunções” internas que caracterizam as instituições escolares e o sistema educativo na sua globalidade, isoladamente e nas suas relações com os demais sistemas sociais. Assinalamos, a propósito:

– Taxa bruta de abandono:

$$T_{ab} = \frac{E_i^a - m_{i+1}^{a+1} - m_i^{a+1}}{E_i^a} \times 100$$

$m_{i+1}^{a+1}$  = alunos matriculados pela primeira vez na classe  $i+1$ , no ano escolar  $q+1$

$m_i^{a+1}$  = alunos matriculados como repetentes na classe  $i$ , no ano escolar  $q+1$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $i$ , no ano escolar  $q$

– Taxa de abandono de aprovados:

$$T_{abap} = \frac{p_i^a - m_{i+1}^{a+1}}{E_i^a} \times 100$$

$p_i^a$  = alunos aprovados na classe  $i$ , no ano escolar  $q$

$m_{i+1}^{a+1}$  = alunos matriculados pela primeira vez na classe  $i+1$ , no ano escolar  $q+1$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $i$ , no ano escolar  $q$

– Taxa de abandono de reprovados:

$$T_{abrep} = \frac{r_i^a - m_i^{a+1}}{E_i^a} \times 100$$

$r_i^a$  = alunos reprovados na classe  $i$ , no ano escolar  $a$

$m_i^{a+1}$  = alunos matriculados como repetentes na classe  $i$ , no ano escolar  $a+1$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $i$ , no ano escolar  $a$

– Taxa de desistência:

$$T_{des} = \frac{E_i^a - p_i^a + r_i^a}{E_i^a} \times 100$$

$p_i^a$  = alunos aprovados na classe  $i$ , no ano escolar  $a$

$r_i^a$  = alunos reprovados na classe  $i$ , no ano escolar  $a$

$E_i^a$  = total de alunos matriculados na classe  $i$ , no ano escolar  $a$

Apesar do recurso a estes indicadores, torna-se por vezes útil completar as informações precedentes com outros elementos relativos quer ainda ao aproveitamento quer à permanência dos alunos no sistema. A sua aplicação é sobretudo evidente no caso de cálculos específicos relativos a ciclos completos de estudos, pelo que se apontam os seguintes indicadores:

– Índice de aproveitamento escolar:

$$I_{ae} = \frac{E_{n+1}^{a+n}}{E_1^a} \times 100$$

$n$  = numero de classes que constituem o ciclo considerado

$E_{n+1}^{a+n}$  = sobreviventes escolares (da cohorte considerada) à saída do ciclo, isto é, na final do ano escolar

$E_1^a$  = total de matriculados na primeira classe do ciclo, no ano escolar  $a$  (cohorte considerada)

– Taxa de entrada:

$$T_e = \frac{e}{E} \times 100$$

$e$  = n.º de entradas

$E$  = total da população escolar

– Taxa de saída:

$$T_s = \frac{s}{E} \times 100$$

s = n.º de saídas

E = total da população escolar

### 3. Aspectos da democratização do ensino

Como já notámos o cálculo destes indicadores é particularmente útil em demografia escolar quando da sua aplicação em trabalhos no âmbito da política e do planeamento da educação e sobretudo quando nos debruçamos sobre determinadas medidas e/ou resultados concretos da política educativa. É o caso da democratização do ensino, que na actualidade constitui uma das preocupações fundamentais de diferentes organizações internacionais, nomeadamente da Unesco, que tem elaborado diversas recomendações e apoiado vários programas de intervenção neste domínio, sobretudo em áreas do globo marcadas por regimes demográficos bastante jovens.

Recorda-se a propósito que embora a melhoria do nível de instrução de uma população seja vital para o desenvolvimento económico e social de um país, a sua evolução rápida parece constituir um obstáculo à sua prossecução em virtude do volume dos investimentos demográficos necessários para garantir o nível de vida e o bem estar dos seus habitantes. Com efeito sendo embora globalmente reconhecido o direito da “universalidade” do ensino básico, a sua duração e extensão estão francamente condicionadas pelas dificuldades financeiras, pelos recursos humanos disponíveis e pelos níveis de desenvolvimento cultural, científico e económico de qualquer país. Estes factores repercutem-se igualmente na duração dos períodos de escolaridade obrigatória, nos programas e nos respectivos currícula, no alargamento da rede escolar, em suma, em todo o processo de “democratização” do ensino, nem sempre fácil de conseguir em contextos sociais marcados por um crescimento rápido da população escolar.

Por outro lado notamos que a variação da população escolar, embora acampanhe a evolução dos habitantes em geral, comprova a existência de outros condicionalismos relacionados com o tipo, a extensão, a cobertura da rede escolar e a acessibilidade da população aos centros educativos. A este respeito convém recordar que o acesso dos cidadãos aos diferentes bens e equipamentos culturais é ainda hoje ditado pelas condições do terreno, pelas vias de comunicação, pela distância e tempo gasto pelos alunos no seu percurso habitual, bem como por outros tipos de factores entre os quais se destacam a acessibilidade económica e a sócio-cultural.

Contudo o desejo de progressão nos estudos por parte da população jovem constitui, nos nossos dias, uma aspiração que em regra é contrariada por dificuldades que têm a ver não só com a organização do próprio sistema de ensino e das sociedades em geral, mas ainda com um conjunto de “aptidões individuais” e “privilégios culturais” transmitidos pela família. Nestas circunstâncias têm sido postas em prática diferentes estratégias de compensação visando reduzir as “desigualdades culturais” próprias dos alunos pertencentes às classes sociais mais desfavorecidas. Mesmo assim é geralmente reconhecido que em alguns dos seus aspectos o sistema escolar funciona como suporte e produto de sociedades onde se insere. Esta a teoria defendida por alguns sociólogos que dão a maior importância às relações entre os sistemas político, o económico e o Estado e cujos efeitos se fazem sentir directamente na escola através da sua organização, dos seus mecanismos políticos de controle e dos conteúdos ideológicos (Althusser; 1970).

Neste sentido se manifestaram também Bourdieu e Passeron (s/d.; 257-265) quando afirmam: “o sistema de ensino está associado, na tradição teórica, a uma representação instrumentalista das relações entre a escola e as classes dominantes” conferindo-lhe, por conseguinte, a função de “legitimação da ordem estabelecida” ou seja, a “função de conservação da estrutura das relações de classe característica dessa sociedade”. Sendo assim a escola não é mais do que um agente de reprodução da estrutura de classes que permite, no caso de uma organização social estratificada como a nossa, certas formas de mobilidade social, ascendente ou descendente, de um estrato social a outro.

Note-se, contudo, que apesar do esforço de democratização do ensino prosseguido na actualidade através de diversas medidas de política educativa facilitadoras da frequência e do sucesso escolares, a existência de desigualdades sociais, económicas e culturais entre a população, impedem a igualdade efectiva de acesso escolar a todos os habitantes. Neste caso a igualdade de oportunidades é seriamente condicionada pelo rendimento, pela educação e pelas estruturas familiar e social bem como pela reputação dos alunos na comunidade levando a que, como nota Gras (1974; 297), os “estatutos profissional e social se transmitam a par”.

Esta situação, igualmente registada no caso português, deveria levar-nos a seguir com o máximo interesse as tomadas de decisão referentes à aplicação do princípio de “democratização da educação” defendido na Constituição da República Portuguesa (artº nº. 73) que assinala: “*todos têm direito ao ensino com garantia de acesso e êxito escolar*” e a necessidade do ensino ser modificado de modo a “*superar qualquer função conservadora de desigualdades económicas sociais e culturais*” (artº nº. 74). Daí o interesse não só no cálculo dos indicadores anteriormente citados mas sim na leitura dos seus resultados em função das medidas de política educativa tomadas em favor da população escolar.

#### 4. As dinâmicas demográficas e o planeamento da educação

Como foi assinalado o interesse pelo conhecimento da população escolar bem como das perspectivas de crescimento e da dinâmica da população, conferem à demografia escolar um papel relevante no planeamento da educação já que, como refere Cháu (1969; 85), aquele não é possível “*se não se tem sempre presente o perfil demográfico actual e futuro da nação*”.

Por outro lado uma vez que o planeamento da educação não se deve interessar, apenas, com a expansão quantitativa da educação mas sim com a realidade qualitativa e quantitativa, a sua preocupação fundamental deverá ser a de “*definir a melhor maneira de manter a complexidade das relações internas e externas do sistema em estado de equilíbrio (dinâmico), e de as “orientar na direcção desejada*” (Coombs; 1970;16). Nestas circunstâncias reconhece o mesmo autor haver o maior interesse em conhecer as “*distorsões e os desequilíbrios graves quer no interior do ensino quer entre o sistema de ensino e a sociedade*” (idem; ibidem). Para cumprir tais objectivos será particularmente útil proceder a uma análise dos ritmos de crescimento e das projecções demográficas bem como da distribuição da população no seu conjunto a qual, longe de ser uniforme no território, apresenta-se algo heterogénea (com áreas mais povoadas e outras menos povoadas) isto é, com valores distintos de densidades demográficas.

Esta situação ocorre por razões do próprio desenvolvimento económico verificando-se que as áreas mais densamente povoadas continuam a aumentar os seus efectivos (atração populacional) e as menos povoadas continuam a registar perdas que contribuem para acentuar a repulsão populacional. Por outro lado e a par do

conhecimento da distribuição da população no território, o que nos poderá ajudar na estimativa da procura do ensino e da carga de alunos que vai incidir sobre o sistema, interessa em qualquer processo de planeamento social conhecer a dimensão média das povoações, a sua proximidade e afastamento e a hierarquização dos centros populacionais. Do mesmo modo o conhecimento das características do habitat (disperso ou aglomerado) torna-se necessário para definir com maior rigor as condições de acessibilidade física e avaliar as áreas de recrutamento de cada um dos estabelecimentos de ensino bem como a extensão dos seus "territórios de formação".

No que concerne a distribuição da população portuguesa temos conhecimento que, apesar das suas dimensões o nosso território apresenta um certo número de contrastes não só de natureza morfológica e climática mas sobretudo de natureza humana, ligados à antiguidade, às formas de ocupação e às actividades dos seus habitantes. Daí que a extensão de alguns indicadores sócio-económicos, culturais e educativos acentue os desequilíbrios entre o litoral e o interior, o norte e o sul do território, as áreas rurais e urbanas realçando, em quaisquer dos casos, a importância de determinados pólos de atracção e de desenvolvimento regional que se foram acentuando ao longo do litoral português.

Assim se justificam as diferenças entre os múltiplos indicadores relativos ao bem estar social e ao nível de desenvolvimento sócio-económico dos distritos do continente que traduzem não só a persistência de vários factores repulsivos, mas sobretudo a falta de oportunidades de emprego ou de prosseguimento de estudos sentidas em diversas áreas do nosso território. Tais condições não deixam de pesar, negativamente, na fixação de quadros e de outros agentes de ensino qualificados fora dos principais centros culturais e urbanos e das áreas dotadas de menos acessibilidade física e cultural bem como na distribuição, em geral, da população escolar.

Como o reconhecem outros autores a diferentes "dinâmicas" correspondam estruturas populacionais igualmente diversificadas revelando a "existência de profundas assimetrias regionais com orientações geográficas precisas" (Nazareth; 1978; 762), de onde se destaca a estrutura muito jovem, na base, dos "grupos situados no norte de Portugal" e os efeitos consequentes desta distribuição sobre o próprio sistema educativo. Estas disparidades "existentes entre o centro e a periferia e, sobretudo, entre as áreas rurais e urbanas..." reforçam "os efeitos, já acumulados, resultantes de um desigual crescimento económico" (Arroteia; 1984; 122), exigindo assim do próprio Estado uma intervenção no sentido de garantir a todos os cidadãos não só o acesso ao ensino mas ainda o direito à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar, defendidos nos textos oficiais da Constituição da República Portuguesa e na própria Lei de Bases do Sistema Educativo.

Como notam estudos mais recentes (cf: Nazareth; 1988; 137-193) tendo em conta as estimativas da população portuguesa para os próximos anos, deverão manter-se algumas das tendências esboçadas nos últimos anos e, em simultâneo, registar-se uma acentuada "diminuição dos jovens em idade escolar obrigatória". Esta situação facilitará, assim, proceder a alguns ajustamentos ao nível da "rede escolar" que permitam atenuar as assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens, reforçando os trabalhos de análise e síntese elaborados no âmbito da demografia escolar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. (1974) - *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*; Lisboa; Editorial Presença
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984) - "Regionalização e descentralização do ensino em Portugal"; in: *Desenvolvimento Regional*; 19; (2); pp. 103-131
- (1991) - *Desequilíbrios demográficos do sistema educativo português*; Aveiro; Universidade de Aveiro (Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação; nº 3)
- (1991)- *Análise social da educação: indicadores e conceitos*; Leiria; ROBLE Edições
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. (s/d) - *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*; Lisboa; Editorial Vega
- CARRON, G. e CHÁU, Ta N. (coord.) (1981) - *Disparités régionales dans le développement de l'éducation*; Paris; Institut International de Planification de l'Éducation/Unesco
- CHÁU, Ta N. (1969) - *Les aspects démographiques de la planification de l'enseignement*; Paris; Institut International de Planification de l'Éducation/Unesco
- CLERC, P. (1974) - "Démographie scolaire"; in: Debesse e Mialaret; 1974; pp. 219-278
- COOMBS, P.H. (1970) - *Qu'est-ce que la planification de l'éducation*; Paris; I.I.P.E./Unesco
- DEBESSE, M. e MIALARET, G. (1974) - *Traité des sciences pédagogiques - vol 6 - Aspects sociaux de l'éducation*; Paris; P.U.F.
- GIRARD, Alain (1970) - "Introduction"; in: *Population et enseignement* ; Paris; P.U.F. (pp. XVII-XXXII)
- GRAS, A. (1974) - *Sociologie de l'éducation*; Paris; Larousse
- NAZARETH, J. Manuel (1978) - "A dinâmica da população portuguesa no período de 1930-70"; in: *Análise Social*; XIV; (56); 4ª; pp. 729-800
- (1988) - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*; Lisboa; Editorial Presença
- (1988) - *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*; Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian (Vol. III de: *Portugal: os próximos 20 anos*)
- PRESSAT, Roland (1979) - *Dictionnaire de démographie*; Paris; P.U.F.



# RASGOS Y PROSPECTIVA DE LA COMUNIDAD PORTUGUESA ASENTADA EN ESPAÑA

Lorenzo LÓPEZ TRIGAL  
Universidad de León

## 1. Una nueva situación en los años noventa

Después de haber intervenido en el anterior Encuentro con una revisión de los estudios de investigación sobre la migración de portugueses asentados en España (LÓPEZ TRIGAL, 1995), el CEPFAM me da la oportunidad de tratar ahora sobre los caracteres y perspectivas de futuro en dos apartados diferenciados, que trataré de exponer con unas reflexiones nuevas sobre esta línea de investigación, que me ha ocupado en los últimos años de manera casi continuada.

Aunque el presente análisis se elabora antes del padrón municipal de habitantes previsto para Mayo de 1996, y considerando éste, como es notorio, la fuente de información más solvente para el estudio de la emigración de residentes extranjeros, presumo que se inicia una nueva etapa de la inmigración extranjera "legal" en España, por la contención observada respecto de los flujos y restricciones a la reagrupación familiar, así como ciertos retornos significativos en ciertas comunidades, la de filipinas, por ejemplo. No parece, en cambio, que se haya ralentizado apenas la inmigración extranjera clandestina esencialmente compuesta de africanos.

En efecto, en relación a la inmigración legal, se puede advertir que la llegada de comunidades de diferentes nacionalidades asentadas en el territorio español parece que ha moderado su afluencia en los años noventa por distintos motivos. La inmigración extranjera en España, después de haber progresado a unos ritmos crecientes desde los años setenta para acá, se detiene en sus efectivos entre cuatrocientos y quinientos mil residentes legalizados, tras un decenio transcurrido desde la integración en Europa y la promulgación de la Ley de Extranjería, que dió paso a los dos periodos abiertos de regulación de extranjeros en 1986 y en 1991, lo que incrementó el control de la Administración española de las nuevas entradas como el trabajo o residencia ilegales de los ya establecidos.

La última novedad es la revisión de la Ley de Extranjería a principios de 1996, en cuanto que los extranjeros que hayan residido legalmente al menos durante seis años en España, independientemente de que tengan trabajo o no, podrán obtener en el tercer periodo de regulación, que se abre en este año, un permiso permanente, medida que se preve llegue a beneficiar a una buena parte de los inmigrantes llegados en los años ochenta y que permanecían en situación de ilegalidad. Se pretende así revisar la normativa promoviendo una mayor estabilidad e integración.

De este modo, el gobierno de España pretende favorecer la reintegración familiar de los extranjeros a la vez que conseguir un mayor control de la situación de entrada de inmigrantes ilegales, al igual que Portugal, por convertirse nuestros dos Estados en barreras del Suroeste de la Unión Europea ante la presión que ejercen las expectativas de movilidad desde el Magreb, África Negra e Iberoamérica. La política seguida por el Estado español se complementa, entre otros aspectos, con la puesta en vigor del sistema conocido de "cuotas de entrada" (situadas en unos veinte mil inmigrantes por año).

Este panorama, que refleja un posible cambio o giro respecto de los ritmos de las dos décadas anteriores en la migraciones de extranjeros en España, es el que entiendo que puede conducir a una nueva etapa en la inmigración extranjera. Mas desde este supuesto nos interesa despejar aquí cuestiones como las siguientes: ¿qué rasgos caracterizan a la comunidad portuguesa?, ¿qué perspectivas de asentamiento definitivo en España tienen los aproximadamente sesenta mil portugueses residentes?. Estas son las dos cuestiones a analizar en esta aportación, a partir de investigaciones llevadas a cabo, de modo individual o colectivo, junto a la consulta de una bibliografía reciente y las reflexiones que corresponden hacer.

## 2. Rasgos diferenciadores de la migración de portugueses

Con relación al conjunto de las comunidades extranjeras asentadas en el Estado español, la comunidad portuguesa mantiene unos caracteres bien distintivos que hacen que esta inmigración en muchos sentidos sea peculiar y diferente: ni es igual al resto de las comunidades de Europa Occidental, por ser migración de tipo económico de clases trabajadoras principalmente; ni es igual tampoco a la de los países del Tercer Mundo, por encontrarse con una mayor integración aquí, con reagrupamientos familiares consolidados hace ya tiempo, además de la proximidad cultural entre los dos pueblos ibéricos, máxime si el destino de los portugueses se encuentra en el Oeste de la España peninsular. Es así una inmigración más que "atípica" de tipo "peculiar", en cuanto que tiene unos rasgos bien diferenciados pero en ningún modo extraños como cabría deducir de una atipicidad.

De haber sido la más veterana comunidad extranjera en España y la primera en cuanto a número de efectivos, que alcanzó su punto más álgido en 1950 con el 25,7 % del total de extranjeros, va a decrecer paulatinamente hasta la actualidad, pero todavía en 1970 con el 17,7 % mantenía el rango de primera comunidad, para pasar en los últimos años al cuarto puesto del número de extranjeros residentes legalizados, en 1992, tras Marruecos, Reino Unido y Alemania. El primer país viene destacando cada vez más tanto entre inmigrantes legales como ilegales, trabajadores sin cualificación profesional y sin una integración familiar en la mayor parte de los casos, lo que equivale a que si cambia la política en el futuro esta nacionalidad se incrementará más; mientras que la inmigración de los dos países europeos que le siguen sus efectivos se deben más a una emigración definitiva de retirados de la tercera edad que a los incorporados por algún tiempo a actividades económicas de empresas de diversa talla como técnicos cualificados.

Entre los inmigrantes procedentes de Europa Occidental, son los portugueses afincados en España, pues, los únicos que constituyen un grupo mayoritariamente formado por trabajadores no cualificados por proceder de sectores rurales sin una actividad anterior de tipo industrial o terciaria, a la vez que se registra en ellos un amplio número (alrededor de la mitad de sus efectivos totales de sesenta mil) de personas que han entrado en años anteriores sin ninguna regulación administrativa, por todo lo cual se acerca en este sentido la migración portuguesa a la que llega procedente de países no comunitarios europeos, buscando cualquier trabajo casi siempre no cualificado y sin la correspondiente documentación legal de inmigrante extranjero.

Es bien particular la posición de la migración de gitanos portugueses, que extreman estos caracteres por su lado menos positivo, y que o bien son ambulantes o bien son chabolistas en ciudades.

Los lugares de procedencia de la migración portuguesa son mayoritariamente los del Norte interior de Portugal, trasmontanos y miñotos, sumando en menor medida

áreas periurbanas de Porto o Lisboa. Mientras que las localidades de destino en España presentan una difusión espacial mucho mayor y se han producido cambios muy significativos en estos años últimos: si en 1950, predominaban las siete provincias españolas fronterizas de la raya, con un 73,9 % del total; hacia 1990, este mismo área de destinos se reduce al 34,1 % (sobre todo Orense, Pontevedra, Badajoz y Huelva), estando ahora repartido un tercio más por localidades del Mediterráneo e islas y otro tercio restante en Madrid/León/Asturias. Pero a pesar de esta difusión, hay una implantación geográfica bien diferente a la de los demás grupos extranjeros, más concentrados en la fachada mediterránea y Madrid, como también hay una importante diferencialidad desde el punto de vista social y cultural.

Ha habido a lo largo de estos últimos decenios un flujo de trabajadores portugueses casi siempre acompañados de sus familias o, de otro modo, que van a crear en España su nueva familia, bien por casamiento con personas de la misma nacionalidad portuguesa o bien con nacionales españoles. Se trata a menudo, como hemos comprobado por diversas fuentes de información, de personas que en una primera generación migratoria no disponen por lo general de estudios o bien sólo de estudios primarios; mas en una segunda generación ha de cambiar esta situación al integrarse los hijos de los emigrantes en el sistema de educación primaria y muchos de los jóvenes en una educación secundaria, apoyado además en la puesta a punto desde 1988 en ciertas localidades del norte y centro de España de un Programa de lengua y cultura portuguesa en un contexto multicultural muy positivo y enriquecedor para la comunidad portuguesa, como también para alumnos españoles y caboverdianos que siguen el Programa en cuestión.

Se trata a menudo de personas de escasa cualificación profesional, además de una mínima o escasa formación educativa, como decimos en el caso de la primera generación que llegó a España. En cuanto a la distribución por profesiones, existe una variada composición y residencia:

- mineros en las cuencas carboníferas (León, Asturias),
- trabajadores de la construcción, (en diversos destinos),
- servicios doméstico (principalmente Madrid) y de hostelería (ciudades del turismo insular y mediterráneo),
- jornaleros agricultores, temporeros en su mayoría (Galicia, Huelva, Extremadura)
- o, por último, pescadores (asentados en ciertos puertos de Galicia).

Estos rasgos anteriores facilitan una dispersión mayor y aún un futuro menos sombrío de esta comunidad portuguesa, por no depender de una sola actividad dominante como otras comunidades de emigrantes asentadas en España.

Por otro lado, hay varios grupos de trabajadores portugueses, según el género y profesión dominante, básicamente:

- mujeres en el servicio doméstico y en la hostelería,
- trabajadores varones jóvenes en la minería, construcción, la pesca, - varones y mujeres trabajadores desplazados por temporadas a faenas agrícolas, que a veces siguen unas determinadas rutas,
- residualmente, grupos de desplazados ambulantes, mendigos de etnia gitana en las ciudades, que se acogen a veces a trabajos puntuales.

La estructura demográfica y social de esta población según un análisis y comparación entre los portugueses inscritos en los padrones de 1986 (LÓPEZ TRIGAL, dir. 1994,

según capítulo elaborado por T. VIDAL y 1991 (LORA-TAMAYO, 1995) mantiene los rasgos básicos siguientes, si bien es notoria la diferenciación por regiones y áreas de asentamiento:

– La pirámide de edades representada en estos años refleja el predominio de la población adulta joven, entre los 20 y 39 años, reduciéndose mucho, en cambio, las dos pirámides en las cohortes inferiores o superiores. Ésto es porque la mayor parte de la migración eran jóvenes llegados en el periodo 1975-1985.

– En 1991 hay un cierto rejuvenecimiento de la población, al ser mayores en el último padrón los efectivos infantiles-juveniles.

Lo cual indica que a escala de toda la comunidad portuguesa en España no se ha reducido apenas la fecundidad y que ha habido reagrupamiento familiar reciente.

– Hay un equilibrio en la sex-ratio, aunque destaca el género femenino en las edades de mayores efectivos antes referidos, es decir, en los casos de madres jóvenes, ya sean amas de casa o mujeres de servicio doméstico o de hostelería.

– La población es activa con una tasa de 50, pero con porcentajes mayores en los hombres, un 60%, que en las mujeres, la mitad de las cuales se dedica a las labores del hogar. De igual manera, la tasa de paro en 1991, 20%, alcanza valor más alto en los hombres, con un índice elevado también de precariedad laboral, por ser asalariados eventuales en un 35%, como peones y trabajadores no especializados.

Por otra parte, el nivel de integración es alto entre los portugueses asentados en áreas rurales o mineras, mientras que es muy desigual y a veces se presenta en niveles de marginación en parte de la migración asentada en las ciudades. La integración, como es sabido, dependerá también de la etnia (gitano o no gitano), del número de años de residencia en España y en la localidad de destino, de la situación profesional, de la edad, del tipo de vivienda, etc. Así están más integrados en la sociedad de acogida los niños y jóvenes, que hablan alguno de los idiomas españoles y estudian a la vez en centros de enseñanza, que sus padres que mantienen a menudo una mezcla de lenguas (portuñol). Por razones diferentes también están apenas integrados los gitanos de origen portugués, dándose el caso de que en ocasiones ha habido expulsiones de las localidades o del país.

Es en estos casos y otros que desde mediados de los años ochenta se han puesto en marcha por parte de las autoridades portuguesas y españolas una serie de medidas de apoyo a la integración de esta comunidad de inmigrantes (GALAZ, 1993), tanto para atajar problemas de chabolismo, mendicidad y delincuencia, como para incentivar el asociacionismo cultural y programas educativos y culturales, es decir, medidas que hagan frente a la exclusión social.

### **3. Perspectivas de asentamiento**

Para avanzar en el campo de la prospectiva o futuro de las migraciones, tanto de nuevas entradas de portugueses como de retornos de éstos, entiendo en este caso que hay previamente que partir de una serie de una mínima metodología a tener en cuenta en el escenario de la movilidad migratoria de que se trate:

a) La situación de partida y variables socioeconómicas que entran en juego en la decisión final del emigrante ante su propio futuro, lo que podríamos englobar como causas.

b) Las inquietudes del inmigrante y cómo percibe éste la situación en el contexto en que se encuentra, es decir, los estímulos.

c) A partir de un cruzamiento de los datos anteriores se han de presentar las perspectivas de cada comunidad de inmigrantes.

a) Pues bien, en relación con el primer análisis a considerar, el efecto de atracción-repulsión está en relación, entre otras causas, con la situación económica en cada país de origen o de destino más el diferencial existente de salarios (que en 1996 está asignado como salario mínimo en Portugal la cantidad de 54.000 escudos y en España de 60.000 pesetas), es decir, del orden de 1 a 1,4, que aunque se va acortando en los últimos años tiene aún incidencia.

La situación específica de crisis de empleo en ciertos sectores laborales en España: minería del carbón y la pesca en declive, de un lado, se contraponen, de otro, a la bolsa de empleos nuevos en alza en el servicio doméstico y hotelero, además de la agricultura de temporada.

Por otra parte, son favorecedoras para esta comunidad portuguesa las Políticas de Migración de la Unión Europea y de España (ARAGÓN BOMBÍN, 1993), los Programas de integración como el Hispano-Luso (o Luso-Español) de Acción Educativa y Cultural desde 1989, el idioma y la cultura semejantes, su vecindad al punto de origen, su asentamiento familiar y el bienestar alcanzado en medios de vivienda, trabajo, pensionado y jubilaciones del sistema de seguridad social, situación de hijos mejor integrados, perspectivas de nacionalización española o en bastantes ocasiones matrimonios mixtos de portugués-española o en menor medida de español-portuguesa...

Pero también es cierto que los retornos a Portugal son fáciles por la vecindad, por las mejores expectativas económicas de empleo en Portugal y de salarios cada vez menos diferenciados... De modo que los incentivos son, como ocurre siempre en la movilidad migratoria, tanto de atracción como repulsión.

b) Es el emigrante, bien como individuo o bien como grupo desde su posición de padre o madre de familia, quien ha de adaptar la decisión final, una vez que sopesa las diferentes condiciones anteriores junto a las imágenes y estímulos que actúan a través de él como persona, lo subjetivo frente a lo objetivo. Las inquietudes y temores en el mercado de trabajo son patentes pero se plasman en diferente grado, ya positivo o negativo, a la hora de afectar al futuro asentamiento de los emigrantes portugueses o de nuevas entradas de éstos. A este respecto, las historias de vida relatadas por emigrantes (FERREIRA, 1994) reflejan una panorámica de diversas situaciones de residentes en la provincia de León, lo que se sumará junto a las anteriores consideraciones en la toma de decisión de retornar o no a Portugal.

c) En cuanto a las perspectivas o previsiones de entrada para los próximos años coincido con otro investigador español en que "no cabe esperar un aumento extraordinario del flujo migratorio con la entrada en vigor del Acta única Europea" (PERALES, 1992, p. 262). Estamos cada vez más volcados ante un mismo espacio económico, social y cultural de la Europa Comunitaria, como también ante un mismo sistema urbano ibérico.

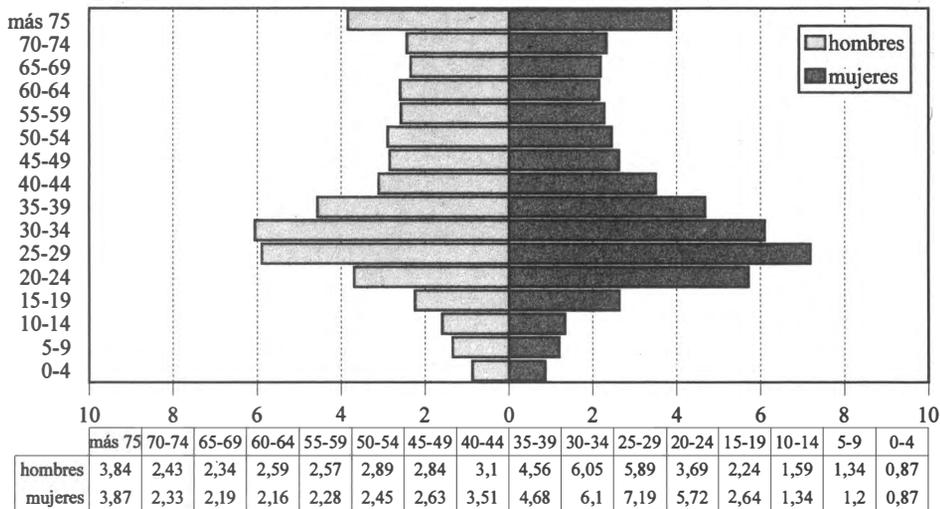
Estimo que los portugueses en España estarán cada vez más integrados en la sociedad española de acogida salvo los casos particulares de gitanos, al igual que sucede en parte con los gitanos españoles, y puede ir a más las entradas de un tipo de

emigración de profesionales, intercambiándose con las de españoles en Portugal. Ésto es, los portugueses serán cada vez menos emigrantes de tipo económico o sin cualificación (modelo de Tercer Mundo) y más emigrantes del tipo profesional y cualificados (modelo comunitario europeo).

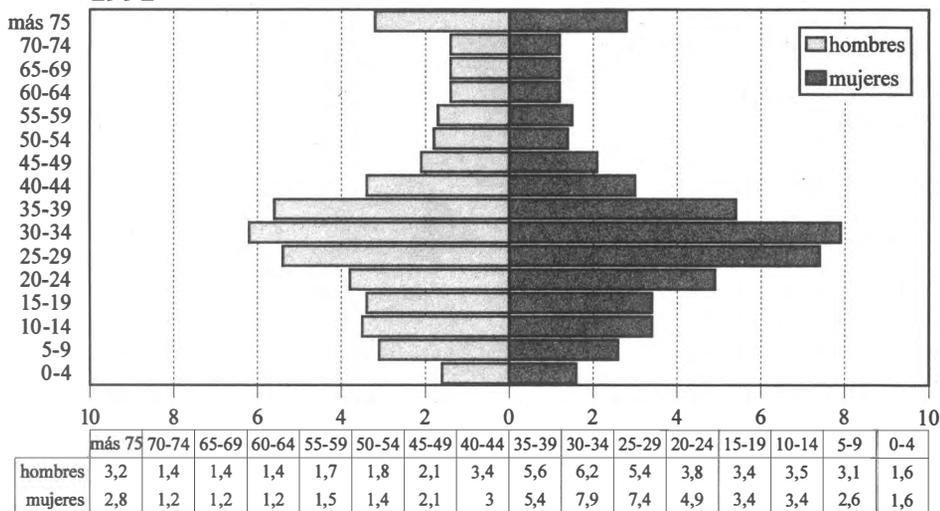
Mientras tanto, estamos en una etapa transitoria, que puede perdurar largo tiempo aún, en la que las nuevas entradas son bien de reagrupamiento familiar o de trabajadores temporeros, compitiendo con africanos, al lado de los técnicos y profesionales, por un lado, y cierta emigración de retorno hacia las ciudades de Portugal por parte de la emigración veterana no bien integrada o con fuertes estímulos por volver a su país.

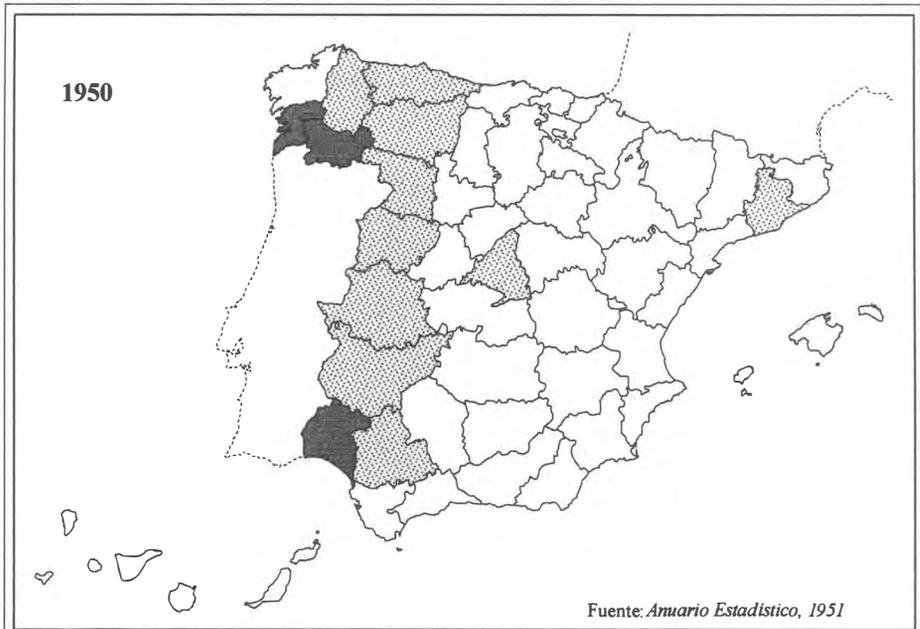
## COLONIA PORTUGUESA EN ESPAÑA Pirámides de edades (1986 - 1991)

1986



1991

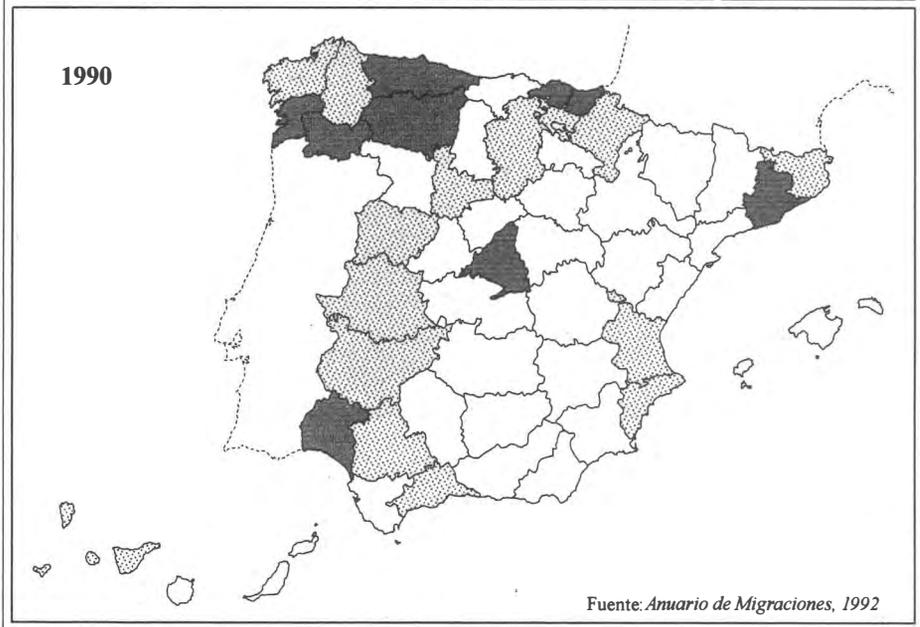
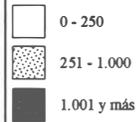




**RESIDENTES PORTUGUESES EN ESPAÑA**

**Distribución Provincial (1950 - 1990)**

**Nº Residentes**



## BIBLIOGRAFÍA

- ARAGÓN BOMBÍN, R. (1993): "Las políticas migratorias actuales en España". *Polígonos*, 3, pp. 135-144.
- FERREIRA, N. (1994): "Portugueses no Reino de Leao". *O Público Magazine*, 11, Dic., pp. 57-67.
- GALAZ, J.A. (1993): "La inmigración portuguesa en España". *Polígonos*, 3, pp. 159-162.
- GIMÉNEZ ROMERO, C. (1992): "Inmigrantes extranjeros: un nuevo componente del mercado de trabajo". *Economistas*, 52, pp. 222-231.
- GOZÁLVEZ PÉREZ, V. (1990): "El reciente incremento de la población extranjera en España y su incidencia laboral". *Investigaciones Geográficas*, 8, pp. 7-36.
- LÓPEZ TRIGAL, L. (1991): *La inmigración extranjera en León*. León, Universidad de León.
- LÓPEZ TRIGAL, L. (Director) (1994): *La migración de portugueses en España*. León, Universidad de León.
- LÓPEZ TRIGAL, L. (1995): "Revisión de los estudios sobre la migración portuguesa en España". *População e Sociedade*, 1, pp. 109-118.
- LÓPEZ TRIGAL, L., PRIETO SARRO, I. (1993): "Inmigración portuguesa en ciudades del Norte de España". En VARIOS AUTORES: *Nuevos procesos territoriales*. Sevilla, Universidad de Sevilla, pp. 507-511.
- LÓPEZ TRIGAL, L., PRIETO SARRO, I. (1993): "Portugueses y caboverdianos en España". *Estudios Geográficos*, 210, pp. 75-96.
- LORA-TAMAYO, GL. (1995): "Características de la población extranjera en España. Censo de 1991". *Cuadernos de Formación (ASTI)*, 6. Madrid, Delegación Diocesana de Inmigrantes.
- PERALES DÍAZ, J.A. (1993): "Portugueses". En GIMÉNEZ ROMERO, C. (Coordinador). *Inmigrantes extranjeros en Madrid*. Madrid, Comunidad de Madrid, Tomo I, pp. 199-228. Tomo II, pp. 423-560.



# A COMUNIDADE PORTUGUESA NAS REGIÕES DO BIERZO E LACIANA (PROVÍNCIA DE LÉON, ESPANHA)

*Carlos Aranda Vasserot  
Léon - Espanha*

O artigo que apresentamos baseia-se num trabalho de campo que o autor está realizando sobre a povoação imigrante estrangeira nas zonas do Bierzo e Laciana de León ¹. Nestas regiões encontra-se instalada uma das maiores comunidades de portugueses de Espanha.

Neste artigo vamos descrever o processo migratório português ² em León, especificando as épocas em que principalmente se tem produzido e descrevendo como tem sido a vida de seus protagonistas antes e depois de chegar a Espanha. Temos decidido incluir nestas páginas citações textuais dos imigrantes comentadas. Esperamos que isto permita tratar com mais profundidade as questões aqui focadas. Estas citações são apresentadas anonimamente para respeitar a confidencialidade das opiniões reveladas.

## **Etapas de migração portuguesa**

Podemos distinguir no caso dos portugueses duas correntes migratórias em direcção ao Bierzo Alto e Laciana. A primeira, entre os anos 65 a 85. Os seus membros encontraram trabalho nas empresas mineiras. A segunda, que abarca os anos 85 a 90, é constituída por imigrantes que se vão dedicar à construção civil.

Durante todo o século há uma permanente atracção de cidadãos portugueses em direcção às comarcas do Bierzo. Mas é em 1965 quando começa a aumentar substancialmente a entrada dos portugueses em León, volume de entrada que crescerá a um ritmo vertiginoso durante os anos seguintes até alcançar o ponto máximo ou momento de maior entrada entre os anos 73 a 78. A razão do aumento desta corrente migratória tem-se atribuído às empresas mineiras que tinham uma necessidade urgente de trabalhadores. Tem-se dito que havia um vazio laboral porque os autóctones não queriam trabalhar numa actividade tão perigosa e insalubre como é a mina e os jovens espanhóis preferiam antes emigrar para as grandes cidades ou França do que dedicarem a esta actividade. Para nós esta explicação só é em parte correcta. É certo que nas décadas de sessenta muitos dos jovens saíram do Bierzo mas também é um facto que a maior parte dos operários das empresas mineiras estão constituídas por espanhóis. O que ocorria é que esta quantidade de homens autóctones não era suficiente para satisfazer as necessidades de trabalhadores que as companhias mineiras tinham. Para solucionar este problema algumas destas empresas começaram a trazer gente de Portugal ³.

Algumas vezes e sobretudo nos primeiros imigrantes (os que vieram nos anos sessenta e primeiros de setenta) Espanha não era o primeiro lugar de destino escolhido. Estas pessoas tinham com frequência intenção de ir a outro país europeu, normalmente França, e incluso alguns residiam neste país durante uns anos e depois, pelas circunstâncias que sejam, decidiram voltar a Portugal e como segunda opção, emigraram ao Bierzo. Ocorria com certa frequência o caso de que os portugueses que

não conseguiam legalizar-se em França ou que eram repatriados emigravam posteriormente ao Bierzo. Isto quer dizer que a trajectória dos imigrantes dos anos 65 a 70 passava muitas vezes por uma estadia anterior em outro país ou em outra região de Espanha como Asturias. Isto supunha que se instalavam no Bierzo a uma idade tardia, desde os vinte e cinco a trinta e cinco anos. Posteriormente consolidou-se esta corrente migratória e os imigrantes vinham directamente ao Bierzo ou a Laciaña a uma idade inferior, isto é, entre os 18 e 20 anos.

Nos anos 70-77 chegou a grande maioria. Estes imigrantes vieram primeiro de Trás-os-Montes e depois também da região do Minho. Eram gente sem profissão qualificada oficial, provindo dum meio rural. Estes imigrantes acharam trabalho na mineração de maneira imediata. Vinham atraídos pelos amigos e familiares com quem viviam os poucos dias que tardavam a arranjar trabalho.

Ainda que estando indocumentados, as empresas mineiras aceitavam-nos igualmente, devido à necessidade considerável de operários que havia naquela época (anos setenta).

Houve uma segunda etapa de importante entrada de portugueses em León que foi nos anos 85 a 90. Instalaram principalmente no norte de Laciaña (Villablino), embora também fosse em menor número para Bierzo Alto. Esta segunda corrente de imigrantes portugueses, a diferença da primeira que estava formada por homens que acharam ocupação nas minas, estava constituída principalmente por peões que trabalhavam na construção ⁴. Enquanto que os trabalhadores que chegaram nos anos sessenta e setenta para trabalhar na mina sempre foram tratados laboralmente em igualdade de condições que os espanhóis, os portugueses que chegaram depois, nos anos 85 a 90, foram muitas vezes submetidos a abusos pelas empresas construtoras.

Depois dos anos noventa parou a corrente migratória dos portugueses. Nesta década só tem vindo casos excepcionais para trabalhar nas minas. Isto é devido a que nos anos 80 a 88 foi um tempo de certa pujança, mas no início dos anos 90 o sector mineiro foi atingido por uma forte crise. Isto levou a que no começo dos anos 89 já não houvesse essa necessidade de operários. Melhor só entravam como empregados novos os filhos dos trabalhadores veteranos. Actualmente vêm poucos imigrantes portugueses e os que chegam costumam trabalhar na construção civil.

## Primeiros anos em Portugal

Os imigrantes portugueses que se têm instalado no Bierzo procedem na sua maior parte de Trás-os-Montes. A grande maioria das pessoas que temos entrevistado provêm de povos pequenos, núcleos rurais de duzentos vizinhos que em todo caso nunca excedem os mil habitantes. Os pais são agricultores; trabalham os dois no campo, junto aos filhos.

É surpreendente a pouca idade na que os imigrantes começam a trabalhar. Já com sete anos acompanham o pai ao campo. As famílias costumam ser numerosas, de quatro a seis membros ⁵. Cremos que a explicação do grande tamanho da unidade familiar se deve a que a economia doméstica minimiza-se com famílias numerosas já que os gastos relativamente pequenos de mantimento destas crianças são rapidamente sustidos com seu trabalho, cedo se convertendo, desde esse momento num trabalhador activo que contribue para o sustento da sua unidade familiar.

A estratégia de maximização do núcleo familiar compreende, quando nos fixamos, na economia agrícola de subsistência que predomina nestes povos. Cada família tem o seu próprio terreno onde cultivam uma grande variedade de cereais e hortaliças. Também costumam ter algo de gado. Como se vê uma economia destinada

ao autoconsumo. Certamente, se sobra algo se vende, mas os alimentos que utiliza a família para sustentar-se provem de seu próprio trabalho. Um novo filho permite ao pai abandonar sua horta para trabalhar temporalmente durante períodos de recolhida, ou permite manter um ou vários rebanhos de ovelhas ou cabras. Tenha-se em conta ademais que o nível técnico com que realizava o trabalho era reduzido; tudo fazia com a enxada (lembramos que estamos falando dos anos setenta). Ter muitos filhos permitia aumentar a produção.

Quase todos os entrevistados foram à escola, tendo começado aos sete anos e terminado aos onze os quatro anos que constituía então a Instrução Obrigatória de Portugal. Metade aproximadamente não terminou estes estudos e quase nenhum de eles alcançou um grau superior. Isso é devido a que continuar supunha em muitos casos transladar-se a cidades ou vilas e sustentar um filho fora de casa, o que com os salários que tinham então era algo muito difícil. A actividade escolar realiza-se simultaneamente⁶ com a agrícola e ganadeira, de modo que assistem às aulas pela manhã e empregam de três a cinco horas pela tarde para trabalhar na horta ou cuidando do gado. A necessidade de deixar terminadas as tarefas agrícolas convertia o estudo numa actividade secundária.

Em qualquer caso, aos catorze anos como máximo os entrevistados tem terminado seu período de formação e convertem-se em trabalhadores a tempo completo. É então que os pais tomam a decisão de lhes conseguirem uma colocação permanente. As duas opções fundamentais que se lhes apresentam são a lavoura e a construção. A primeira não é mais que uma continuação do que tinham estado a fazer até então, com a diferença de que agora trabalham também pela manhã.

A alternativa, obter um posto na construção, supõe realizar uma jornada diária de nove horas seis dias à semana trabalhando como aprendiz. Normalmente achará trabalho no mesmo povo ou em outro próximo e embora fosse habitual ir fazer trabalhos na vizinhança, o jovem não mudará da sua aldeia e continuará vivendo em casa de seus pais. Considerava-se que nos primeiros anos o jovem estava passando por um período de aprendizagem, pelo que recebia uma quantidade simbólica por seu trabalho. Normalmente este período de instrução durava uns três anos, embora variasse muito duns casos a outros. Isto significa que aos dezessete anos já podia ganhar um salário como trabalhador qualificado.

Consideramos os vinte anos como outro momento decisivo onde vão tomar decisões que irão repercutir-se sobre o resto de sua vida, como são o lugar onde se irá instalar e o tipo de colocação a que se vai dedicar de maneira definitiva.

## **A decisão de sair e a viagem**

Porquê estes emigrantes escolheram Espanha e em concreto o Bierzo? O motivo principal e quase único pelo que os emigrantes contavam, a razão de sair do seu país, era a económica. Apesar de que boa parte dos períodos de chegada a Espanha dos imigrantes coincidiu com o governo de Salazar, não temos encontrado refugiados, nem asilados políticos, nem ainda pessoas que saíssem por estarem descontente com a ditadura. A León a gente só vinha com a esperança de melhorar sua vida⁷. Também temos de destacar que nos povos de Trás-os-Montes havia faz vinte anos muita emigração, sim, mas orientada principalmente a França e num segundo grau a outros países como Suíça, Alemanha, Países Baixos... Em geral muito pouca gente emigrava para Espanha⁸. Nos anos sessenta e primeiros dos setenta foi muito frequente que o emigrante que procurava fortuna em França e como não lhe dessem legalização⁹ ou

porque não estivesse satisfeito com o seu trabalho se decidisse emigrar e ir como segunda opção a Espanha. Também se dava o caso de que jovens que vinham passar umas férias, ir a umas festas ou simplesmente visitar um familiar decidessem ficar ante a oportunidade de ter um trabalho bem remunerado. Portanto apesar de que se possa supor ter havido uma cuidadosa eleição por parte dos portugueses do lugar em Espanha para onde iam emigrar o certo é que os primeiros imigrantes que chegaram ao Bierzo ou a Laciaia fizeram-no um pouco por casualidade. Não tinham planeado ir a León mas sim na maior parte dos casos ir a outros países como França ou a outras regiões espanholas como Galiza. De facto muitos foram a esses sítios e por diversas causas não ficaram contentes (consideravam que pagavam pouco ou sentiam-se só sem pessoas de seu mesmo país de origem) ou simplesmente pensavam que a mineração apresentava uma excelente oportunidade, a de obter um trabalho permanente e bem pago. Seja qual seja a causa concreta de cada caso, decidiram, como segunda opção, provar fortuna no Bierzo, onde encontraram trabalhos muito lucrativos - embora perigosos - na mina. Ademais há que ter em conta que algumas empresas mineiras da região que necessitavam recrutar gente utilizavam ganchos e captaram pessoas, com o que também foram as próprias empresas mineiras as que iniciaram o fluxo migratório. Uma vez que este começou já seguiu de maneira contínua, até que a crise mineira terminou com este processo.

O modo mais frequente que se conhece das possibilidades laborais que oferece o Bierzo é por meio dum familiar ou um amigo já fixado e trabalhando em Espanha que por carta ou em uma de suas visitas a seu povo informa e oferece a sua ajuda aos vizinhos¹⁰. Os factores que mais têm em conta à hora de se aventurar nesta mudança era a alta remuneração que oferecia a mina e a quase completa segurança de obter um posto de trabalho ao chegar.

Uma vez que tem decidido sair fica por estabelecer o modo como realiza a viagem. Tem havido muita diversidade na maneira como se tem realizado o trajecto, dependendo da situação política de cada momento e das circunstâncias pessoais de cada indivíduo em questão.

Para realizar o viagem era frequente recorrer a mediadores dos quais distinguimos dois tipos bem diferenciados. Aqueles que trabalhavam autonomamente, organizavam o seu próprio negócio que consistia em reunir, cada certo tempo, um pequeno grupo de jovens que levava até ao seu lugar de destino, encarregando o transportador de cruzar a fronteira por lugares não vigiados que ele já conhecia. Certamente, os jovens que recorriam a esta pessoa pagavam o serviço. Embora esta opção fosse escolhida pela segurança que dava a companhia e conselho dum experimentado que conhecia entre outras coisas a língua e as instituições espanholas, ocorria com certa frequência a fraude¹¹. A segunda variação consistia em que as próprias empresas mineiras do Bierzo mandavam a seus intermediários ('ganchos' no calao local) para que recrutassem gente.

Eles iam pelos povos de Bragança informando das excepcionais condições económicas e de trabalho que oferecia a sua empresa e reunindo grupos com que atravessavam a fronteira. A diferença do "gancho" da empresa frente ao intermediário autónomo é que o primeiro oferecia um tratamento mais honrado e de maior segurança. Embora exagerasse as remunerações e as vantagens laborais que ofereciam as empresas como 'Minero Siderúrgica de Ponferrada', encarregava-se minuciosamente da viagem, não abandonava os imigrantes que estavam a seu cargo e se a empresa não contratava a alguma das pessoas trazidas, pagava-lhe a viagem de volta. Outra diferença é que enquanto ao autónomo pagavam-no os próprios imigrantes, ao recrutador pagavam-lhe seu serviço e os gastos que tivesse a empresa para que trabalhava, resultando completamente grátis a viagem para os portugueses.

De qualquer modo, seja qual seja o modo como entraram os emigrantes em Espanha, fizeram-no sem documentação e ilegalmente, característica que seria aproveitada por alguns empresários do Bierzo para não lhes fazer contrato ou não os inscrever na Segurança Social. Este recrutamento ocorreu sobretudo nos "chamiços", pequenas empresas que muitas vezes nem estavam registadas e que exploravam durante um breve intervalo de tempo - uns meses como máximo - uma meta muito acessível. Também era muito frequente a prática por parte das grandes empresas do subcontrato. Para levar a cabo certa exploração a empresa contratava um intermediário o qual recrutava por sua vez vários trabalhadores. Legalmente estas pessoas trabalhavam para este pequeno empresário com o qual 'a Minerero' ou outra grande empresa não se comprometiam com eles. Estes abusos foram diminuindo com a chegada da democracia e o aumento da influência dos sindicatos que reivindicaram o mesmo tratamento laboral ao imigrante que ao nativo. Uma parte minoritária dos imigrantes não regularizaram a sua situação até que mudou a legislação no ano 85 com a aprovação da chamada "Lei de Estrangeria" que permitia ao emigrante já instalado em Espanha e que estivesse desempenhando um trabalho com contrato ou como autónomo que regulasse sua situação solicitando a licença de trabalho e de residência.

Quando chegam ao lugar de destino, os que têm parentes ou amigos nessa aldeia - a grande maioria - alojam-nos em suas casas ¹². Muitas vezes o trabalho já estava assegurado para o recém chegado. Normalmente o familiar tinha apalavrado um posto na empresa onde estava; é evidente, se havia chegado por meio dum recrutador o posto já estava reservado.

Mas a trajetória do emigrante português que achou trabalho no Bierzo às vezes não termina aí. Lembremos que o trabalho na mina é extraordinariamente duro ¹³ e muitos imigrantes desejam experimentar sorte em outros sítios.

Alguns voltam a Portugal e outros vão para outras cidades de Espanha, como Madrid e Barcelona.

### **Situação legal dos imigrantes**

A gente que emigrava fazia-o, como me disse um entrevistado, com "passaporte de coelho", isto é, estava indocumentada na gíria local - só contava com um bilhete de identificação ou com certificado de nascimento - e cruzava a fronteira mediante um intermediário ou andando de noite, pelo monte. Além de que havia muitos quilómetros de fronteira que não podiam inspeccionar em toda sua extensão, a polícia espanhola não exercia uma perseguição intensa.

Uma vez que chegavam a Espanha obtinham no consulado de Orense, num primeiro período, ou no de León posteriormente o passaporte e a cédula consular (documento de inscrição consular).

Os emigrantes vinham só com bilhete de identidade e raramente vinham documentados. Obtinham com mais facilidade a documentação portuguesa (passaporte) em Espanha que em Portugal.

Embora em algumas empresas não exigissem documentação especial até vários anos depois de sua chegada, havia outras - a maioria das empresas mineras - que sim exigiam-no e que incluso ajudavam ao imigrante português nos trâmites burocráticos.

Os imigrantes mais recentes, aqueles que vieram nos anos 85, 86 e posteriormente, permaneceram muito tempo indocumentados ¹⁴ (sem licença de trabalho e de residência) e trabalhando sem contrato escrito.

É importante destacar que actualmente, a maior parte das pessoas de origem portuguesa não estão nacionalizados espanhóis nem o desejam. Isto ocorre em quase

a totalidade da primeira geração e em boa parte da segunda. Agora mesmo a maior parte dos filhos de imigrantes não têm ainda dezoito anos, idade em que têm que escolher entre a nacionalidade espanhola ou a portuguesa.

### **Situação laboral dos imigrantes**

O primeiro trabalho acha-o em três ou quatro dias como muito e às vezes tem-se pactuado ¹⁵ o posto por mediação dum familiar ou dum amigo antes de sair de Portugal. Parece que o desconhecimento do idioma não é um obstáculo para movimentar-se em Espanha.

Actualmente os imigrantes que trabalham na mineração têm 'Segurança Social'. Na construção nem sempre é assim. Na mineração, sobretudo nas grandes empresas como a Minero Siderúrgica de Ponferrada, é obrigatório ter os empregados legalizados ¹⁶. Na construção pelo contrário tem-se caracterizado em muitas ocasiões por proporcionar trabalho não regularizado.

É de destacar que nas empresas mineiras as condições laborais têm sido as mesmas para portugueses e espanhóis, assim tem sido exigido a nível de contratos. Não obstante, temos de assinalar os seguintes feitos. Uma quantidade desproporcionadamente baixa de portugueses desempenham o posto de vigilantes, com o qual pensamos que a carreira laboral dos imigrantes está mais limitada. Existe uma percentagem desmesuradamente alta de acidentes e mortos na mina entre os estrangeiros (portugueses e caboverdianos), possivelmente porque realizam tarefas mais perigosas e pesadas. Apesar de pertencerem quase todos a algum sindicato, estão subrepresentados neles; é excepcional achar um português que ocupe um posto de importância neste tipo de instituição. Todos estes feitos levam-nos a concluir que desde um ponto de vista formal, não há discriminação, já que não existe diferença entre seus contratos e os da maioria espanhola. Mas parece ser que no relacionamento diário sim existem diferenças.

### **Matrimónio e reagrupamento familiar.**

A migração é masculina no sentido de que os homens saem de casa a uma idade entre os dezoito e os vinte e dois anos. Acham trabalho e casam-se, normalmente com uma mulher do mesmo lugar ou dum lugar vizinho. As mulheres devem esperar em Portugal alguns anos (dois de média) até que seu marido consiga um trabalho estável, economize e ache uma casa. Posteriormente vêm a Espanha como dona de casa (doméstica), sem entrar no mercado laboral. É bastante excepcional que as mulheres realizem trabalhos remunerados (igualmente que as espanholas) e a única saída laboral que têm é o serviço doméstico fora de casa que muito poucas realizam.

Segundo o Consulado Português de León, a quarta parte dos emigrantes portugueses têm formado matrimónios mistos. Esta proporção é alta e indica o grau de integração da comunidade portuguesa. Estas famílias normalmente não pensam voltar a Portugal quando o marido se reforme ou os filhos encontrem trabalho. Pensam ficar permanentemente em Espanha. Prova de isso é que são estas famílias as que compram ou fazem casas em Espanha.

## Relações com Portugal

Enquanto ao tema da identidade cultural, embora digam sentir-se satisfeitos e contentes com a cultura espanhola, sentem-se fortemente identificados com sua região de origem. Apesar de terem estado mais anos em Espanha e de terem muitas mais amizades no nosso país, sentem nostalgia por Portugal, como o demonstra as viagens que realizam ao seu país, que costumam ser numerosas e irregulares. Em férias: Natal, Semana Santa e Verão; e em fins de semana, por exemplo uma vez cada três meses. Também mantêm os laços com Portugal mediante correio, imprensa e as Associações. Estas últimas cumprem um papel fundamental ao manter as tradições, conservar a língua, etc.

A maioria dos entrevistados têm planejado voltar à sua aldeia ¹⁷, mas este desejo é postergado pela necessidade de obter a baixa ou a reforma e pela necessidade de terem os filhos aprendido alguma profissão ou ofício. Prova de seu desejo de se instalarem em Portugal é que a maior parte de eles constroem uma casa na sua aldeia, enquanto que vivem no Bierzo em casas alugadas.

A primeira geração fala português em casa e em lugares públicos. Compreendem bem o castelhano, mas às vezes falam-no medianamente. As mulheres comunicam melhor em espanhol que os homens, o que significa em minha opinião que elas tratam mais com espanhóis que os homens. A segunda geração só pratica a língua castelhana, embora conheçam o português.



O Bierzo e Laciana em Leon



A província de Leon em Espanha

## NOTAS

- 1 León é uma província situada ao noroeste de Espanha. A grande maioria de cidadãos estrangeiros desta província residem no Bierzo e Laciana. Embora no passado nestas regiões dominasse a agricultura e a ganaderia, actualmente estas duas comarcas dependem da mineração do carvão.
- 2 As duas maiores comunidades de estrangeiros em León são: a portuguesa com 3.066 membros e a caboverdiana com 879 pessoas (informação procedente do Censo de Estrangeiros da Direcção Geral de Migrações, Espanha, ano 1995). Algo mais da metade (57%) dos estrangeiros residentes em León são portugueses e um 16% são caboverdianos. Juntos compõem uns 72% da população imigrante estrangeira. As outras nacionalidades são pouco relevantes desde um ponto de vista estatístico.
- 3 "A empresa começou a trazer portugueses no 66-67 e africanos no ano 69-70. A empresa tinha um português, que tinha trabalhado aqui, que ia a Portugal recolhê-los, e traziam-nos sem documentação." A sociedade que o entrevistado alude é a 'Minero Siderúrgica de Ponferrada', a maior companhia privada produtora de carvão de Espanha. Sabemos que esta prática de "importação" de operários foi uma actividade realizada por todo tipo das empresas do carvão no Bierzo e Laciana. Também cabe assinalar que tanto a comunidade portuguesa como caboverdiana têm a sua origem nesta "importação" de imigrantes. Não é o trabalhador estrangeiro o que decide por si só vir ao Bierzo, senão que uma pessoa chega até ele com o objectivo de convencê-lo. Isto quer dizer que o início deste processo migratório não está no país de origem senão no de destino. Também é de dizer que primeiro atraíram portugueses e pouco depois caboverdianos, mas sempre o país ao que acudiram para "trazer" operários foi Portugal. Para os portugueses recorreram a Trás-os-Montes e para os caboverdianos à comunidade imigrante de Lisboa. Por último assinalar que esta "tráfico de imigração clandestina" era completamente ilegal, já que traziam os trabalhadores indocumentados.
- 4 "Na realidade o que passa é que os espanhóis não queriam este tipo de trabalho porque é um trabalho de dez horas, duro e mal pago. Os espanhóis não acudiam e necessitava-se urgentemente pessoal qualificado. A maior parte da construção que tem sido levantada está sendo realizada pelos portugueses. Quando vim havia muito poucas casas no povo. Agora isto é enorme e temo-lo feito nós". É certo que tem havido e ainda hoje existe uma quantidade desproporcionadamente alta de trabalhadores na construção de nacionalidade portuguesa. Isto quer dizer que volta a ocorrer o feito tão frequente de que não existe uma autêntica competência em muitos sectores laborais entre o imigrante e o autóctone já que o estrangeiro trabalha naqueles sectores que os espanhóis evitam.
- 5 "Eramos sete irmãos. Tínhamos uma horta. Todos trabalhávamos, mãe e irmãs também. Tudo servia para o consumo e às vezes não chegava". Fixemo-nos no número de filhos que tinha esta família: sete. Então era muito frequente as famílias numerosas. E todos trabalhavam no campo. A agricultura, à diferença da mineração ou da construção, introduz um elemento de igualdade laboral ao permitir que as mulheres trabalhem fora de casa. Também temos de destacar que o principal destino da produção agrícola era o autoconsumo e "às vezes não chegava". A dureza deste tipo de vida será o principal incentivo para emigrar.
- 6 "Desde os seis ou sete anos comecei a trabalhar no campo. Fiz até à quarta classe, a Instrução Obrigatória. Trabalhava ao mesmo tempo que ia à escola. Levantava-me às seis, sacava as ovelhas e às nove estava na escola e voltava às quatro. Depois ia ao campo, a trabalhar na horta. Estudava pela noite, quando podia". É evidente que com um horário tao intenso, que dificilmente suportaria um adulto, uma proporção alta de rapazes e raparigas deixavam de estudar.
- 7 "Saí da aldeia porque éramos uma família muito grande para estar todos em casa. E vim ao Bierzo porque era onde tinha mais amigos". A razão pela que os jovens marchavam dos povos era muito simples: as hortas dos pais não podiam manter as famílias de seus filhos.
- 8 "Emigrou muita gente do povo, mas a Espanha marcharam poucos. Foram sobretudo a França e a Alemanha". Apesar da cercania física destes povos com Espanha, a maior parte de seus emigrantes escolheram outros países como lugar de destino, principalmente França. Isto ocorreu provavelmente porque Espanha era considerada como um país menos rico, pelo menos comparando-o com o resto de Europa.
- 9 "Queria ir a França e emigrei clandestinamente. Trabalho havia muito, mas não me deram a documentação. Estive seis meses esperando, e como não me davam decidi sair. Eu tinha um cunhado em Tremor que me disse por carta que tinha trabalho aqui. Desde França fui a Tremor só, indocumentado (só levava comigo o Bilhete de Identidade Português)".

- Neste caso, vemos como a primeira opção de emigrar foi a França, e que como não conseguiu a documentação, decidiu ir-se a Espanha. Observe-se como esta pessoa viaja clandestinamente sem problemas por França e Espanha e que permanece grandes intervalos sem documentação.
- 10 "Eu tinha em Torre del Bierzo o meu irmão, que levava onze anos ali. Escreveu-me um dia e disse-me que ali havia trabalho, casa para viver e que se ganhava mais. Eu vim imediatamente".  
Uma vez constituída a comunidade de imigrantes, esta atrai a membros de seu país de origem, normalmente a familiares, de modo que constituiu uma rede de informação que atraiu directamente a pessoas de origem portuguesa. A partir aproximadamente do ano 75, já não fazia falta às empresas mineiras mandar os seus intermediários. Os portugueses seguiam vindo porque já se sabia que existia no Bierzo uma possibilidade de achar trabalho bem remunerado.
- 11 Por exemplo, um de nossos entrevistados contou que tinha utilizado este serviço junto com outros três companheiros da sua aldeia para ir a França e que uma vez que passaram a fronteira e chegaram à Galiza deixou-os num bar com a promessa de que ia a recolher a outro emigrante para o levar com eles e não voltou. Deixou-os abandonados num país estrangeiro, sem documentação e sem conhecer a língua.
- 12 "Eu cheguei a Torre del Bierzo e alojei-me em casa de meu irmão. Tardei quinze dias em achar trabalho de ajudante mineiro, de vagonista".  
A solidariedade entre familiares e vizinhos é fundamental à hora de ser informado e de receber ajuda nos primeiros dias, até que acha trabalho e recebe o primeiro salário.
- 13 "Eu não quero passar-me toda a vida na mina. Eu não sei quanto tempo estarei aqui, se um ano, dois, cinco ou dez, mas quero ir embora da mina porque trabalhar aqui é muito arriscado. Minha mulher também quer ir porque gosta muito sua terra. Eu trabalharia na construção, onde acharia trabalho facilmente". Aqui temos a um mineiro português que parece conhecer em profundidade as consequências que para sua saúde tem trabalhar na mina e que está pensando em ir-se embora. O que ocorre é que, como temos repetido mais de uma vez, um homem que leve bastante tempo na mina está tão doente que não pode trabalhar em outro sítio.
- 14 "Os novos emigrantes, os mais recentes (chamados 'temporeros') são ilegais, já que a nova legislação dificulta muito regularizar a situação dos recentes. É gente que não se relaciona. Trabalham desde as nove até as oito da noite".  
Segundo este informante, os trabalhadores que estão empregados na construção estão ilegais e não têm podido regularizar sua situação com a 'Lei de Estrangeria', bem porque não tenham podido demonstrar que têm estado trabalhando e residindo em Espanha antes do ano 86, ou bem porque chegaram depois. Relacionavam-se pouco com a gente e desejavam passar desapercibidos porque tinham medo de ser deportados. Actualmente não padecem este perigo porque qualquer pessoa membro dum país da Comunidade Económica Europeia pode viajar a outro país da C.E.E. sem nenhum trâmite especial.
- 15 "Eu cruzei a fronteira de carro e cheguei a Montealegre. Já tinha assegurado o trabalho, tardei só um dia ou dois em começar a trabalhar".  
O mais frequente é que o imigrante chegasse ao Bierzo sem ter assegurado um trabalho em uma empresa concreta porque naquela época (anos setenta, sobretudo) havia tal demanda de operários que o emprego se obtinha imediatamente.
- 16 "Logicamente, ao princípio todos estamos indocumentados quando chegamos. Mas na mineração, à diferença da construção, sempre te legalizam. Antes de 85 legalizou-se muita gente, mas depois, com a 'Lei de Estrangeria', foi muito mais difícil".  
É de destacar como o informante afirma que quase todos os portugueses que vinham a León estavam indocumentados. Também é importante a afirmação de que com as empresas mineiras conseguia-se sempre a documentação enquanto que com algumas construtoras trabalhando ilegalmente. Esta afirmação há que a matizar porque existiram alguns "chamiços" que não regularizaram os seus empregados, mas em geral, era certo: as empresas mineiras permitiam e muitas vezes ajudavam a conseguir a cédula consular e o passaporte nos primeiros anos e a licença de residência e de trabalho posteriormente, enquanto que houve empresas de construção que mantiveram a seus pregados estrangeiros indocumentados.
- 17 "Tenho aqui casa, mas penso voltar ali quando me reformar. Ai estão minhas raízes, meus amigos e isso empurra-me muito. Já o tenho decidido com a mulher e já o tenho dito aos filhos".  
Embora seja frequente que os imigrantes portugueses que se têm instalado no Bierzo-Laciana desejem voltar à sua aldeia quando se reformarem ou os deem de baixa, a segunda geração prefere ficar em Espanha porque se sentem mais espanhóis.

## BIBLIOGRAFIA

- ARANDA, C.; *Las principales comunidades de inmigrantes en el Bierzo y Laciana (León): origen, trayectoria y ocupación*. 'Cuadernos de Realidades Sociales', nº 47/48, Instituto de Sociología Aplicada de Madrid, 1996.
- ARROTEIA, J.; *A emigração portuguesa. Suas origens e distribuição*. Ministério da Educação, Instituto de Cultura y Lengua Portuguesa, (Biblioteca Breve nº79), 1983.
- CEPEDA, F.J.T.; *Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Nordeste Interior Português*. Vila Real, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 1988.
- COLECTIVO I.O.E.; *Los inmigrantes en España*. "Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada", nº66, 1987.
- CRISTOBAL PEREZ, M.T., GONZALEZ GONZALEZ, M.J., NISTAL, A.; *Los movimientos migratorios recientes y su incidencia demográfica en el Norte de León*. Madrid, Junta de Castilla y León, 1986.
- ESTEVES, M.C. (coord.); *Portugal, país de imigração*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1991.
- KRITZ, M.M., KEELY, C.B. y TOMASI S.M. (editores); *Global Trends in Migration: Theory and Resarch on International Population Movements*. The Center for Migration Studies, Nueva York, 1981.
- LOPEZ TRIGAL, L.; *La inmigración extranjera en León*. Universidad de León, 1991.
- PORTES, A.; RUMBAUT, R.; *Immigrant America. A Portrait*. University of California Press, California, 1990.
- SERRAO, J.; *A Emigração Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- SILVA, M.; *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração, 1985.

## RESUMO

Em León acha-se uma das principais comunidades de portugueses instaladas em Espanha. Este colectivo tem chegado em dois períodos. Principalmente desde 1965 a 1985 para trabalhar na mineração do carvão e em menor medida desde 1985 até 1990 para trabalhar na construção civil.

O futuro emigrante se dedicava na sua infância aos labores do campo. Normalmente trabalhava de agricultor até que decidia emigrar, embora tenhamos conhecido alguns casos de jovens que trabalhavam como aprendizes na construção.

O motivo principal para emigrar ao Bierzo foi o económico. Para realizar a viagem era frequente utilizar os serviços de mediadores, dos quais havia duas classes: os que trabalhavam por sua conta e os que eram mandados pelas empresas mineiras. Os emigrantes realizavam a viagem sem documentação. Obtinham o passaporte normalmente em Espanha, no consulado de León ou de Orense.

O matrimónio costuma celebrar-se entre jovens da mesma nacionalidade. Normalmente realiza-se quando ele já tem emigrado e é habitual que a esposa deva esperar em seu povo dois anos como mínimo até que o marido consiga o suficiente dinheiro para irem juntos para León.

Com respeito à sua situação laboral, os imigrantes que trabalham na mina - que são a maioria - têm contrato laboral, enquanto que aqueles que trabalham na construção é frequente que não o tenham. Apesar de que formalmente (a nível de contratos) não exista discriminação na mina, cremos que no convívio diário sim a há.

Os imigrantes sentem uma grande saudade por Portugal e sentem-se mais identificados com seu país de origem que com Espanha. Embora desejem voltar ao seu país, a necessidade de obter uma pensão adequada e de que seus filhos achem uma colocação, impede os pais de retornar à sua terra.

## SUMMARY

One of the main Portuguese communities living in Spain is located in León. This collective arrived in León in two stages:

from 1965 to 1985 to work mainly in coal mines, while a minor group did it from 1985 to 1990 to work in the construction.

The future emigrant used to work during his childhood on the farm. He normally worked as a farmer before he decided to emigrate, though we have met some youths that worked as builder's mates.

The reason to emigrate to El Bierzo was mainly an economical one. In order to be able to make the trip they used to have a mediator's service of which there were two different kinds: those running their own business and those working for the mining enterprises. The emigrants used to travel without any personal accreditation. They normally obtained their passports either at the Consulate of León or Orense both in Spain.

Marriage is normally celebrated among young people of the same nationality. It is not until he has already emigrated that the wedding occurs and it is not unusual that the bride has to wait for at least two years until her husband has got enough money to take his wife with him back to León.

Referring to their working situation, the emigrants working in the mining industry, who are the majority, have got a contract, while those working at the building sites have not got one. Though there is no discrimination in contracts, we believe it exists in personal treatment.

The emigrants miss Portugal terribly and they feel much more identified with their country of origin than with Spain. Although they wish to go back to their own country the need to obtain a good pension and to get their children a job, are strong enough reasons for them not to return.

## SOMMAIRE

À León, on peut trouver une des communes principales de Portugaises installés en Espagne. Ce collectif est arrivé dans deux étapes: principalement de 1965 à 1985 pour travailler des mines du charbon, et à une moindre échelle de 1985 à 1990 pour travailler dans le bâtiment.

Le futur émigrant s'occupé des labours de la campagne pendant son enfance. Normalment il travaillait comme agriculteur jusqu'à ce qu'il était décidé d'émigrer, bien que nous ayons connu quelque cas de jeunes qui travaillaient comme manoeuvres dans le bâtiment.

Le motif principal pour émigrer au El Bierzo était économique. Pour effectuer le voyage était fréquent l'utilisation d'intermédiaires qui étaient de deux sortes différentes: ceux qui travaillaient quant à eux, et ceux qui étaient envoyés par les industries minières. Les émigrants faisaient le voyage sans papiers. Normalement, ils obtenaient leur passeports en Espagne dans le consulat de León ou d'Orense.

Le mariage se célèbre entre des jeunes de la même nationalité. Il a lieu fréquemment quand il déjà émigré, et il est habituel que l'épouse doive attendre à son village pendant deux années si encore, jusqu'à ce que le mari obtienne de l'argent suffisant pour aller ensemble à León.

Quant à leur situation du travail, les émigrants qui travaillent dans les mines -qui sont la majorité- ont du contrat de travail, pendant que ceux qui travaillent dans le bâtiment ne l'ont pas normalement. Bien que formellement (au niveau des contrats) il n'y ait pas de discrimination dans la mine, on croit qu'il y a de la discrimination dans l'entregent.

Les émigrants ont la nostalgie du Portugal et ils s'indentifient plus à leur pays d'origine qu'à l'Espagne. Bien qu'ils désirent rentrer chez eux, le besoin d'obtenir une pension de retraite appropriée et de que leur enfants trouvent un travail, empêche que les parents puissent retourner chez eux.

## GLOSSÁRIO

Associações de Imigrantes: Na província de León existem algumas Associações de portugueses ou caboverdianos que realizam actividades culturais (conservação e transmissão de língua, por exemplo) e que exerceram um papel mediador no passado na regularização de ilegais, ajudando às autoridades espanholas.

Ajudante mineiro: Trabalhador mineiro não especializado. Normalmente encarregado de ajudar ao picador, a pessoa que arranca o carvão. É a categoria pela que começa a trabalhar normalmente e a pior remunerada.

Chamiço: Empresa mineira que habitualmente não está com as licenças legais de exploração. Normalmente são empresas muito pequenas, com poucos empregados e uma duração de exploração reduzida, de uns poucos meses ou poucas semanas. Caracterizam-se portanto, desde o ponto de vista do trabalhador, pela insegurança. O trabalho é realizado numas condições muito duras. Em alguns casos o salário é menor ou não há contrato de trabalho. Costumam escolher como empregados habitualmente a portugueses e caboverdianos. Actualmente este tipo de empresa quase desapareceu.

Lei de Estrangeria: Lei Orgánica 7/1985, de 1 de julho, sobre Direitos e Liberdades dos Estrangeiros, correntemente chamada 'Lei de Estrangeria'.

Minero Siderúrgica de Ponferrada (M.S.P. ou 'a Minero'): Segunda empresa productora de carvão em Espanha e a primeira de carácter privado. Tem passado recentemente por uma quebra e tem uma forte dívida. Se não fechou ainda foi pelas subvenções governamentais que tem recebido. Nela trabalham mais de 2.500 pessoas e de ela depende toda a comarca de Laciana.

Vigilante: Obreiro do interior da mina. Tem a seu cargo uma rampa (beta de carvão que comunica com a galeria principal). É a pessoa que se encarrega de fixar e medir o trabalho feito por cada trabalhador.



# O CRESCIMENTO URBANO NO PORTUGAL OITOCENTISTA

*Teresa Rodrigues  
Maria Luís Rocha Pinto*

No dealbar do século XIX Portugal continuava a ser sobretudo um País de vilas e aldeias, onde não abundavam cidades, sobretudo as de média e grande dimensão. De acordo com as estimativas efectuadas a partir do numeramento realizado em 1801, apenas cerca de um décimo dos portugueses residia em núcleos com funções urbanas. Mau grado o arranque verificado na segunda metade de Oitocentos, esta relação pouco se alterou até terminar a centúria.

Quando comparado com outros estados europeus, o claro desfazamento português em termos de urbanização resultou de várias condicionantes de foro político-administrativo e sobretudo económico, que entravaram o desejável e possível processo de evolução da frágil rede urbana nacional.

Mas, ao contrário do que poderíamos esperar, a falta de uma “armadura urbana”, que já alguns autores denunciavam em relação ao século XVI, viu-se ainda agravada nos dois últimos séculos, devido à incapacidade de desenvolvimento populacional manifestada pela generalidade das cidades e vilas do País, com a única excepção de Lisboa e Porto.¹

Com efeito, o aumento relativo da população urbana em relação à total foi feito à custa desses dois grandes centros, que lideraram o processo de desenvolvimento económico das zonas norte e sul do espaço continental português. Ao terminar Oitocentos, neles se encontrava 10,4% da população e 65,3% dos residentes em núcleos urbanos. A bicefalia remonta pelo menos ao início do século XIX e coincidiu com a bipolarização económica característica da economia nacional, sustentada pelo eixo que ligava as duas cidades, cuja importância se acentuará ao longo da centúria.² No entanto, a liderança da capital e da sua área envolvente tornou-se indiscutível, pelo menos na óptica estritamente demográfica.

A partir das fontes estatísticas publicadas com os montantes da população urbana e/ou a residir em cidades, achámos útil esclarecer a forma como entre 1801 e 1900 foi sendo construído e evoluiu o sistema urbano português continental, salientando as principais características de que se revestiu em cada período.

## **1. As diferentes tradições urbanas do Portugal do passado.**

Ao iniciar-se o século XIX, e no que respeita à tradição urbana nacional, mantinham-se alguns dos principais traços característicos de povoamento herdados da Idade Média. O Reino dividia-se em dois: na parte norte a população concentrava-se em pequenas aldeias e vilas, enquanto a sul as formas de ocupação do solo eram mais concentradas, destacando-se algumas cidades de relativa dimensão e sobretudo Lisboa, de longe a maior cidade portuguesa.

A partir do século XV os núcleos populacionais com funções urbanas cresceram sempre a ritmos superiores aos das zonas rurais, embora essas diferenças aumentassem proporcionalmente nos locais de maior dinamismo económico. São disso exemplo os portos marítimos, onde as populações se empregavam na construção naval, na pesca e na navegação de curto, médio e longo curso e, um pouco mais tarde, os pólos onde se implantaram indústrias diversas.

Uma vez ultrapassada uma fase longa de escasso desenvolvimento urbano, na 2ª metade do século XVIII esse crescimento acentuou-se e parece ter privilegiado, desta feita, os núcleos populacionais do litoral, que cresceram mais que os do interior. O processo foi lento e favoreceu primeiro a faixa litoral norte, na sequência da intensificação dos tratos com o continente americano, em seguida estendeu-se ao demais território e em breve pareceu privilegiar as regiões centro e sul de Portugal.

A partir dos anos 60 do século XIX acentuaram-se as diferenças internas, pautadas a nível regional pelas dicotomias norte/sul e litoral/interior, mau grado a existência de pólos isolados no interior, manifestação clara do impacto positivo originado pelo processo de desenvolvimento industrial.³

## 2. As direcções do crescimento populacional português.

A população portuguesa aumentou moderadamente ao longo do século XIX, embora o ritmo de crescimento populacional se tenha visto acrescido na segunda metade da centúria. Ainda assim, Portugal ficava muito aquém dos valores observados noutros países. Causas de índole diversa, provocadas por uma ampla variedade de factores, no campo político e sobretudo sócio-económico, explicam a lentidão com que evoluiu o número de residentes no Continente.

No entanto, é possível distinguir várias fases no processo demográfico oitocentista. O número de portugueses quase não aumentou nas primeiras três décadas e fê-lo com lentidão até meados do século. Os anos 50 são ainda de expectativa, porque será apenas na década de 60 que se reinicia o processo de aumento gradual e crescente. A estabilidade política, uma relativa melhoria nas condições económicas, sobretudo em certos núcleos em vias ou já industrializados, e também os primeiros sintomas de redução dos níveis da mortalidade, permitiram compensar o aumento notório do fluxo emigratório e fizeram ainda subir o número de residentes no País.

Nesses cem anos, a população portuguesa cresceu ao todo 72%, passando de 2,9 para 5 milhões de almas: 5,1% até 1835; 13,4% entre essa data e 1851; 45% na segunda metade do século. A partir de 1850 o ritmo de aumento anual rondou 1% ao ano, atingindo o seu ponto máximo durante os anos 80.⁴

No entanto, cada unidade administrativa (após 1837 os distritos e até lá as comarcas) apresentou distintas formas de evolução. Com efeito, o crescimento demográfico até aos anos 60 não parece direccionado em termos regionais, mas a partir dessa data é possível acompanhar, através das respectivas taxas de crescimento anual médio, diferenças por vezes significativas entre a evolução dos distritos do litoral e do sul, face às regiões do norte e interior, de onde se excluem o Porto e Castelo Branco, embora por motivos distintos.

No Quadro 1 sintetiza-se a distribuição percentual dos efectivos entre 1837, primeira data em relação à qual possuímos informação sobre os totais distritais, e o final do século. Ao longo desses anos, os distritos mais povoados foram sempre os

mesmos, embora Lisboa e Porto se distanciem progressivamente de Braga e Viseu, que ocupavam o terceiro e quarto lugares. O norte do País era mais povoado que o sul, apresentando a província do Alentejo os valores relativos mínimos, apesar da sua vastidão.

QUADRO 1 – POPULAÇÃO RECENSEADA NOS DISTRITOS DO CONTINENTE (1837 - 1910) (%)

DISTRITOS	1837	1850	1864	1878	1890	1900
Aveiro	6.9	7.0	6.4	6.2	6.2	6.0
Beja	3.2	3.5	3.5	3.4	3.4	3.2
Braga	8.9	8.6	8.1	7.7	7.3	7.1
Bragança	3.8	3.6	4.1	4.1	3.9	3.7
Castelo Br.	4.0	4.0	4.2	4.2	4.3	4.3
Coimbra	7.3	7.4	7.0	7.0	6.8	6.7
Évora	2.5	2.4	2.6	2.6	2.5	2.5
Faro	3.9	4.1	4.5	4.8	4.9	5.1
Guarda	6.0	5.6	5.5	5.5	5.4	5.2
Leiria	3.8	4.0	4.5	4.6	4.7	4.8
Lisboa	12.5	13.1	11.4	12.0	13.1	14.1
Portalegre	2.5	2.3	2.5	2.4	2.4	2.5
Porto	10.6	10.6	10.7	11.1	11.7	12.0
Santarém	4.4	4.5	5.1	5.3	5.5	5.6
Viana do C	5.4	5.4	5.1	4.8	4.4	4.3
Vila Real	5.4	5.3	5.6	5.4	5.1	4.9
Viseu	8.9	8.6	9.2	8.9	8.4	8.0
Portugal	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Os resultados testemunham as alterações sofridas na distribuição populacional no Continente, com destaque para o aumento da supremacia dos distritos de Lisboa e Porto. Em 1837 neles residem 23% dos portugueses, mas em 1900 esses valor subira três pontos percentuais. No entanto, a distância do primeiro em relação ao segundo aumentou na última década. Com efeito, o primeiro lidera o processo de aglutinação populacional urbana ou semi-urbana, traduzido no acentuar da macrocefalia da cidade que lhe deu o nome.

Quatro distritos mantiveram ao longo do século a sua representatividade percentual. Referimo-nos a Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja. Outros três, Faro, Leiria e Santarém, cresceram sempre.

Enquanto isso, em algumas unidades do norte verificou-se um processo de estabilização ou mesmo declínio relativo. Foi o caso da Guarda, que perdeu importância desde 1837, mas também de Viana do Castelo, Braga, Aveiro e Vila Real, cuja descida teve como causas directas a intensidade da emigração, à qual se juntaram migrações internas, por vezes significativas, para zonas mais dinâmicas, designadamente para os dois maiores distritos nacionais.

As diferenças entre as regiões acentuaram-se na segunda metade de Oitocentos e explicam-se pelo maior dinamismo que caracterizou os distritos do sul e do litoral, possibilitado por diferentes comportamentos face à emigração e por distintos condicionamentos económicos. Embora nenhum distrito perdesse população em termos absolutos, certas regiões viram-se duplamente penalizadas pela intensidade dos movimentos migratórios, que se efectuavam para fora do Reino e para fora dos limites distritais. O Minho e a Beira Litoral foram das mais afectadas pelo aumento das saídas emigratórias, porque estas eram mais fáceis e mais necessárias, considerando o regime de pequena propriedade, a falta de terras e a inexistência de actividades económicas alternativas.

Entre as causas que poderiam justificar os diferentes crescimentos regionais devemos excluir o saldo natural, que ainda em finais da centúria era muito semelhante em todo o Reino. Com efeito, as zonas onde os níveis de natalidade eram superiores registavam também níveis de mortalidade mais elevados. Veja-se o exemplo do Minho. Assim sendo, radica no volume dos saldos migratórios a explicação para a diversidade encontrada. Para além de certos distritos serem menos tocados pela emigração, como acontecia em Trás os Montes e sobretudo no Alentejo, outros constituíam em si mesmos pólos atractivos. Entre estes destacavam-se os núcleos urbanos e os centros industriais, piscatórios e de construção naval.

Poderemos, pois, afirmar que a emigração, a urbanização e a industrialização parecem ter sido as causas directas para as distintas formas de evolução regional ao longo do século XIX. Como veremos, as mudanças de índole económica arrastaram consigo outros fenómenos, a nível social e sobretudo demográfico. A (in)existência de actividades não agrícolas e de núcleos com características urbanas foram a nível interno os factores explicativos para as diferenças encontradas. Até certo ponto, a criação local de indústrias funcionou como causa e consequência do desenvolvimento urbano.

Essa circunstância explica a bipolarização nacional em torno de dois grandes centros, as cidades de Lisboa e Porto, bem como o acentuar, sobretudo após o final dos anos 70, da já referida dicotomia litoral/sul - interior/norte. Ao terminar Oitocentos Portugal surge como um País cortado em dois, a nível económico, demográfico e de estrutura urbana.

### **3. O processo de urbanização no Portugal de Oitocentos**

Os estudos urbanos em Portugal não têm sido muitos e até há pouco tempo não raro privilegiaram a perspectiva monográfica, com destaque para as sínteses de tipo historiográfico. No entanto, cumpre sublinhar o papel que na actualidade têm desempenhado outras áreas científicas, tais como a Geografia, a Sociologia, ou a Arquitectura, as quais em relação a certas épocas e temáticas vieram complementar ou abrir novos conhecimentos e perspectivas, hoje assimilados, sobre as cidades ou centros urbanos portugueses, sobretudo para os dois últimos séculos.⁵

#### **1. Os dados disponíveis e os conceitos utilizados.**

Um dos principais obstáculos ao estudo do processo de urbanização em Portugal consiste na nomenclatura utilizada e real significado de certos conceitos como os de *cidade*, *centro urbano*, *urbanização*, *urbanismo*, só alguns claramente destrincháveis dos

restantes. Esta relativa indefinição estende-se também aos dados estatísticos divulgados pelas autoridades que, por diversas vezes, mudaram os critérios de recolha e tratamento dos dados, de forma nem sempre explícita e que hoje se arriscam a introduzir margens de erro significativas nas conclusões finais.

Entre os autores portugueses que tentaram explicitar os conceitos básicos com que lida o tema da urbanização refiram-se os nomes de A. Luciano de Sousa Franco (1968) ⁶ e o de António Lopes Vieira (1978) ⁷.

Ambos sublinharam nos seus estudos a dificuldade em estabelecer um critério único para definir os conceitos de *cidade* e *população urbana* e procuraram enunciar as várias perspectivas possíveis, distinguindo cada uma delas e remetendo-as para as características específicas das fontes estatísticas nacionais.

Estes dois autores destacam três aspectos globais, que podem surgir associados na destrição entre espaço rural e espaço urbano. Referimo-nos à base demográfica, à geográfica (onde se inclui a jurídico-administrativa) e à socioeconómica.

O primeiro aspecto é definido de acordo com um pressuposto meramente quantitativo. Nesse sentido, e de acordo com os limites propostos em 1968 pela Organização das Nações Unidas, deverá ser considerada cidade todo o núcleo onde exista uma população concentrada superior a 20 mil indivíduos. Este valor numérico é hoje também utilizado para distinguir a população urbana da rural.

Na perspectiva geográfica, a cidade funciona como um espaço central, envolto por uma periferia de extensão variável, com a qual o centro urbano mantém relações de quotidiano a vários níveis, como o das necessidades de subsistência ou o de pagamento de impostos e rendas fundiárias.

Por sua vez, o critério económico considera cidade ou núcleo urbano todo o espaço que centralize determinadas funções de tipo político-administrativo, judicial ou económico com o território circundante. Nos centros urbanos predominam as actividades do sector terciário, mas é também aí que se centralizam as áreas económicas ligadas à indústria e ao comércio.

Em relação à realidade portuguesa no século XIX, há que ter a consciência de que os limites quantitativos mínimos admitidos para considerar determinado núcleo como possuidor de características urbanas, poderão fixar-se em 2 mil habitantes. Foi o defendido por Fernando de Sousa em relação aos dados do numeramento de início de Oitocentos. Na prática, este autor estabelece um compromisso entre os critérios demográfico e administrativo, que se afigura bastante correcto. ⁸

Face a esta multiplicidade de critérios, a nossa opção foi cautelosa. Dadas as limitações da reflexão a que nos propomos, limitámo-nos a utilizar os dados fornecidos pelo já mencionado numeramento do ano de 1801 e as estatísticas disponíveis sobre o número de cidades e a evolução da população urbana em termos quantitativos e de distribuição no espaço nacional, incluídos nos *Recenseamentos Gerais da População Portuguesa*, realizados a partir de 1864 e compilados num dos volumes do recenseamento efectuado em Dezembro de 1900. ⁹

Portugal seguiu, até 1940, os critérios na época aceites na maior parte dos Estados europeus sobre o que deveria ser tido como rural e urbano. Desse modo, as estatísticas da segunda metade do século restringem a perspectiva de recolha a factores de ordem administrativa, baseados no regime jurídico de cidade ou localização de determinado centro, ao qual foram dadas funções de circunscrição administrativa. De acordo com este princípio, adquiriram o estatuto de cidade todos os núcleos populacionais que fossem capitais de distrito (mesmo quando vilas, como aconteceu com Vila Real em

1890 e 1900), as sedes de diocese e as sedes de tribunal de comarca (o que incluía algumas sedes de concelho). Este critério não considerava as dimensões demográficas.

Muitas são as críticas que podemos fazer à qualidade destas estatísticas, nas quais é patente o predomínio de critérios jurídico-administrativos, que nem sempre correspondem à efectiva realidade do sistema urbano da época. Em primeiro lugar porque algumas vilas e aglomerados dispersos por todo o País possuíam já no século XIX mais residentes que certas cidades. Depois, porque a distinção entre rural e urbano, definida segundo critérios pouco claros, não nos permitem avaliar até que ponto os centros seleccionados como sendo urbanos desempenhavam de facto um papel social e económico que o era efectivamente.¹⁰

Embora cautelosos quanto às conclusões que possam ser retiradas a partir de um estudo baseado em exclusivo nas estatísticas publicadas, achamos importante retratar o processo de urbanização portuguesa no período oitocentista. Assim sendo, é hoje possível conhecer as características essenciais do sistema urbano português e sua evolução global, após 1800.

## 2. O sistema urbano oitocentista.

A impossibilidade de comparar directamente a evolução do número total de residentes urbanos entre 1801 e 1864 não nos permite saber se na primeira metade de Oitocentos a população desses núcleos cresceu mais que a rural. No entanto, o aumento da população portuguesa na segunda metade do mesmo privilegiou as áreas urbanas, que cresceram 55%, em relação às segundas, as quais aumentaram apenas 22%. (Quadro 2)

QUADRO 2 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL ENTRE 1864 E 1900(%)

DISTRITOS	VAR. TOTAL	VAR. URBANA	VAR. RURAL
Aveiro	27	47	22
Beja	19	26	15
Braga	15	30	13
Bragança	17	29	15
Castelo Branco	36	36	36
Coimbra	24	31	22
Évora	30	23	35
Faro	48	44	51
Guarda	25	39	23
Leiria	38	48	36
Lisboa	62	95	18
Portalegre	30	40	21
Porto	47	86	28
Santarém	44	48	43
Viana do Castelo	10	9	10
Vila Real	14	28	12
Viseu	14	15	14
Portugal	<b>31</b>	<b>55</b>	<b>22</b>

Com efeito, a esmagadora maioria dos distritos teve acréscimos superiores nas zonas urbanas, exceptuando Évora e Faro, que eram já espaços com uma longa tradição urbana. Só em Castelo Branco, Viana do Castelo e Viseu o território cresceu uniformemente. Ao invés, a taxa de variação do número de residentes nos centros urbanos apresentou resultados bastante elevados nos distritos de Aveiro, Leiria e Santarém, zonas bastante activas em termos económicos e/ou próximas da influência dos distritos do Porto e Lisboa, que quase duplicaram em menos de quarenta anos e que foram os únicos que se colocaram acima da média nacional. O primeiro cresceu 86%, o segundo 95% e foram eles que ocasionaram a média assinalada em relação a Portugal Continental ¹¹

Outra conclusão a reter é que os distritos que mais aumentaram foram também os que tiveram acréscimos mais substanciais nos níveis de população urbana. A correlação entre crescimento populacional e crescimento urbano, efectuada para os dezassete distritos do Continente, comprova esse facto, ao ser altamente significativa e positiva. ¹² Assim, de certa forma, a maior intensidade de aumento registado nas vilas e cidades parece ter condicionado a rapidez com que se efectuou o aumento demográfico global. Embora seja incorrecto estabelecer uma relação de causa e efeito entre os dois fenómenos, eles parecem ter estado associados.

Esta ligação é mais evidente se confrontarmos os ritmos globais de evolução distrital com as percentagens de efectivos que viviam em zonas urbanas no interior dos mesmos. (Quadro 3)

QUADRO 3 – POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE HABITANTES, POR DISTRITO (%)

DISTRITOS	1837	1864	1878	1890	1900
Aveiro	20,3	20,7	21,9	23,5	46,6
Beja	35,8	38,1	37,3	37,8	26,1
Braga	13,8	14,2	15,1	15,5	29,8
Bragança	11,8	12,5	13,2	13,1	28,7
Castelo Branco	25,4	26,0	27,4	25,5	36,2
Coimbra	25,3	25,0	26,0	26,8	31,4
Évora	45,5	45,0	44,3	43,2	43,0
Faro	47,0	46,2	46,4	45,9	44,1
Guarda	13,4	14,0	14,7	15,0	39,1
Leiria	19,0	19,0	19,0	20,3	47,6
Lisboa	57,1	57,5	67,6	68,8	94,8
Portalegre	48,6	47,9	51,7	52,3	40,3
Porto	31,8	33,6	36,2	40,3	85,6
Santarém	31,3	30,3	30,5	32,1	48,2
Viana do Castelo	12,8	12,9	13,2	12,7	9,3
Vila Real	13,9	14,0	14,8	15,6	28,3
Viseu	16,1	16,1	16,5	16,2	15,1
Portugal	27,5	28,2	31,0	32,5	54,9

Na primeira metade do século não parece existir nenhuma relação directa entre as regiões que mais cresceram e aquelas onde era maior o peso relativo da população urbana. Com efeito, Leiria foi o distrito que mais aumentou (40% entre 1837 e 1864), mas a percentagem da sua população urbana era das mais baixas a nível nacional, tendo-se mantido constante.

No entanto, na última metade de Oitocentos a população urbana representou cada vez mais em termos relativos, mesmo nas zonas onde existiam poucas vilas e cidades, muito embora os acréscimos fossem mais evidentes nos distritos com maior tradição urbana.

O Quadro 4 permite observar o predomínio dos distritos situados a Sul, que em meados do século XIX eram os únicos onde mais de 40% dos residentes eram considerados urbanos. Esta constante plurisecular só se alterou na fase final da centúria, com a inclusão do Porto. Porém, Lisboa foi o único distrito onde nesses cem anos a maioria da população foi sempre a urbana, embora outros se aproximassem dos 50%, como Faro e Évora que, curiosamente tendem a decair, e Portalegre, onde essa percentagem diminuiu nos anos 90.

QUADRO 4 – DISTRITOS COM AS MAIORES E MENORES PERCENTAGENS DE POPULAÇÃO URBANA

	< 20 %	> 40 %
<b>1864</b>	Braga Bragança Guarda Leiria V. Castelo Viseu	Évora Faro Lisboa Portalegre V.Real
<b>1900</b>	Braga Bragança Guarda V. Castelo V. Real Viseu	Évora Faro Lisboa Portalegre Porto

Estes resultados devem, no entanto, ser encarados com precaução, porque se registaram aumentos diferenciais, que privilegiaram determinadas subáreas no interior dos distritos. Assim, a simples análise da evolução demográfica à escala distrital pode esconder uma enorme variedade de situações, que só uma análise mais fina, a nível concelhio ou ainda menor, permitiria verificar. No entanto, esta análise excede os limites dos objectivos propostos nesta síntese.

### 3. As cidades do Portugal de Oitocentos

Um dos indicadores primários sobre o crescimento urbano em Portugal ao longo do século XIX consiste na avaliação da população a viver nas cidades e capitais de

distrito. As fontes censitárias de que nos servimos permite fazê-lo com relativa facilidade para datas posteriores a 1864 e Fernando de Sousa enumerou-as para o ano de 1801, o que nos possibilita uma visão global do fenómeno em causa, embora as comparações entre o numeramento de início do século e o primeiro recenseamento geral devam ser vistas com cuidado. ¹³ (Quadro 5)

QUADRO 5 – POPULAÇÃO RESIDENTE NAS CIDADES OFICIALMENTE CONSIDERADAS AO LONGO DO SÉCULO XIX

CIDADES	1801	1864	1878	1890	1900
Lisboa	164731	199412	242297	301206	357000
Porto	44218	86751	105838	138860	172421
Braga	16266	18831	19755	23089	24309
Setúbal	15348	12747	14798	17581	21819
Coimbra	15203	12727	13369	16985	18424
Évorn	11642	11518	13046	15134	16152
Covilhã	6619		10809	17562	15527
Elvas	12872	10271	10471	13291	14018
Tavira	6835	10529	11459	11558	12178
Portalegre	6526	6433	7039	10534	11893
Faro	7336	8014	8561	9338	11835
Aveiro	3868	6395	6852	8860	10012
Viana do Castelo	7293	9263	8816	9682	9851
Silves	2495	5059	6913	8362	9688
Lamego	6013	7844	8124	8685	9179
Beja	6289	6874	7843	8394	8895
Guimarães	6557	7568	7980	8611	8863
Santarém	9164	6207	7001	8210	8704
Lagos	6628	7744	7279	8259	8268
Viseu	9059	6399	6956	7996	8216
Figueira da Foz				5676	7890
Castelo Branco	5161	6136	6928	6728	7292
Tomar		4005	5105	5816	6933
Vila Real	3484	4836	5296	5920	6736
Guarda	2381	3761	4613	5990	6092
Bragança	3151	4754	5071	5840	5476
Penafiel	2873	4411	4488	4631	5085
Leiria	2698	2922	3570	3932	4488
Pinhel	2103	2238	2717	2977	2936
Miranda do Douro	650	868	1036	994	982
TOTAL	387463	474517	564030	700701	811162

Entre o início e o final de Oitocentos o número de cidades portuguesas passou de 22 a 30. Cinco novas cidades surgiram até 1864 e apenas três depois. Santarém ascendeu a essa categoria em 1868, a Covilhã em 1870 e a Figueira da Foz em 1882. Dado o critério administrativo então seguido, Vila Real foi considerada para efeitos censitários com o estatuto de cidade, por ser capital de distrito, embora só em 1925 fosse promovida a essa categoria. Pelo mesmo motivo, Santarém aparece no censo efectuado em 1 de Janeiro de 1864.

Conforme já vimos as cidades registaram ao longo do século XIX um crescimento bastante superior ao do restante território, embora acompanhassem as suas tendências globais. A população a residir em cidades cifrava-se no início de Oitocentos em 387 milhares, mas em 1900 o número de habitantes em cidades já ultrapassava os 811 milhares, o que traduz uma variação secular positiva de 109,4%, com uma fase de maior intensidade nos anos 80. Recorde-se que neste mesmo período a população portuguesa cresceu apenas 72%.

A distribuição das cidades administrativamente consideradas, de acordo com a sua dimensão (Quadro 6) permite alguns comentários adicionais, com destaque para a forma como os dados reflectem as diferentes tradições urbanas do Norte e Sul do Reino.

QUADRO 6 – AS CIDADES PORTUGUEAS DE ACORDO COM A SUA DIMENSÃO (MILHARES DE HABITANTES)

1801	1864	1900
Lisboa 164,7	Lisboa 199,4	Lisboa 357,0
Porto 44,2	Porto 86,8	Porto 172,4
Braga 16,3	Braga 18,8	Braga 24,3
Coimbra 15,2	Setúbal 12,7	Setúbal 21,8
Elvas 12,9	Coimbra 12,7	Coimbra 18,4
Evora 11,6	Évora 11,5	Évora 16,1
Viseu 9,1	Tavira 10,5	Covilha 15,5
Faro 7,3	Elvas 10,3	Elvas 14,0
Tavira 6,8	Viana 9,3	Tavira 12,2
Lagos 6,6	Faro 8,0	Portalegre 11,9
Portalegre 6,5	Lamego 7,8	Faro 11,8
Beja 6,3	Lagos 7,7	Aveiro 10,0
Lamego 6,0	Guimarães 7,6	Viana 9,9
Cast. Branco 5,2	Beja 6,9	Silves 9,7
Aveiro 3,9	Portalegre 6,4	Lamego 9,2
Vila Real 3,5	Viseu 6,4	Beja 8,9
Bragança 3,2	Aveiro 6,4	Guimarães 8,9
Penafiel 2,9	Santarém 6,2	Santarém 8,7
Leiria 2,7	Cast. Branco 6,1	Lagos 8,3
Silves 2,5	Silves 5,1	Viseu 8,2
Guarda 2,4	Vila Real 4,8	Figueira Foz 7,9
Miranda 0,7	Bragança 4,8	Cast. Branco 7,3
	Penafiel 4,4	Tomar 6,9
	Guarda 3,8	Vila Real 6,7
	Leiria 2,9	Guarda 6,1
	Pinhel 2,3	Bragança 5,5
	Miranda 0,9	Penafiel 5,1
	Leiria 4,5	
	Pinhel 2,9	
	Miranda 1,0	

Ao longo do século XIX pouco se alteraram as posições dos maiores centros, sendo enorme a distância que separava Lisboa do Porto e estas duas cidades de Braga, que ocupava o terceiro lugar. Coimbra, que no início do século se situava na quarta posição, será ultrapassada por Setúbal, ainda em meados do mesmo.

Se transformarmos esta informação em valores relativos, segundo a dimensão populacional das cidades, obtemos uma visão mais nítida sobre as características particulares da rede urbana (citadina). Para o efeito, adoptámos um critério que considerou *cidades muito pequenas* as de menos de 5 mil habitantes ; *cidades pequenas* as que possuíam entre 5 e 10 mil residentes ; *cidades médias*, com 10 a 20 mil habitantes; e, por fim, *cidades grandes* todas as que ultrapassavam os 20 mil indivíduos. (Quadro 7)

QUADRO 7 – CIDADES AGRUPADAS DE ACORDO COM A RESPECTIVA DIMENSÃO

TIPO	N.º HABIT.	1801	1864	1900
Muito peq.	- 5000	8 36,4%	7 25,9%	3 10,0%
Pequenas	5000-10000	8 36,4%	12 44,4%	15 50,0%
Médias	10000-20000	4 18,2%	6 22,2%	8 26,7%
Grandes	+20000	2 9,1%	2 7,4%	4 13,3%

De acordo estes intervalos torna-se possível observar o rápido decréscimo das *cidades muito pequenas*, que representavam apenas um décimo do total em 1900, contra os 36,4 pontos percentuais registados no início de Oitocentos. Pelo contrário, assistiu-se ao gradual aumento das *cidades de pequena e média dimensão*, cujo número total quase duplica entre 1801 e 1900. As *grandes cidades* continuarão a ser apenas duas durante grande parte da centúria, embora o seu número duplique na parte final do século, facto esse que, no entanto, não reflecte bem a realidade, dada a enorme distância que separava o número de residentes em Lisboa e no Porto dos efectivos recenseados em Braga e Coimbra ou Setúbal.

Esta última afirmação remete-nos para o significado real destes números, quando traduzido em termos do total de efectivos. Ou seja, resta saber como se estruturava o tecido urbano ao longo do século XIX e quantos dos vários milhares de residentes em cidades viviam nos diferentes tipos de núcleos.

Com efeito, a rede urbana portuguesa sofreu bastantes alterações nesta centúria, embora com diferenças assinaláveis entre a primeira e a segunda metade da mesma. (Quadro 8)

QUADRO 8 – POPULAÇÃO A RESIDIR NOS DIFERENTES TIPOS DE CIDADE

TIPO	N.º HABIT.	1801	1864	1900
Muito peq.	- 5000	23703 6,1%	27768 5,9%	8406 1,0%
Pequenas	5000-10000	83480 21,5%	83963 17,7%	117168 14,4%
Médias	10000-20000	71331 18,4%	76623 16,1%	110039 13,9%
Grandes	+20000	208949 53,9%	286163 60,3%	575549 71,0%

Até 1864, as mudanças foram de pequena monta, destacando-se apenas a progressiva concentração demográfica das gentes urbanas nas duas maiores cidades do Reino, onde já em 1801 viviam mais de metade desses efectivos (54%). As *cidades de média dimensão* quase não existiam e parecem esvaziar-se em favor de Lisboa e Porto. Na primeira metade de Oitocentos só as *cidades muito pequenas* cresceram. Elas albergavam 5,3% dos residentes urbanos em 1801 e 5,9% sessenta anos mais tarde, o que traduz apenas o ritmo de aumento demográfico ocorrido neste período que, embora lento em termos globais, foi em geral superior nos centros urbanos.

Ao invés, na última fase do século XIX verificou-se um rápido acréscimo populacional, que privilegiou as áreas urbanas e introduziu várias mudanças no sistema urbano português. Em 1900, só 1% dos residentes em cidades habitava núcleos inferiores a 5 mil almas. Por seu turno, o conjunto das *cidades pequenas e médias* continuou a mostrar-se incapaz para atrair ou mesmo fixar os seus naturais, pelo que representaram cada vez menos: 40% em 1800, 34% em 1864 e tão só 28% em 1900.

O fenómeno marcante nestas décadas foi a atração que exerceram as *grandes cidades* em termos demográficos, o que acentuou a tendência de bipolarização norte-sul, liderada pelo Porto e por Lisboa. As outras duas cidades com mais de 20 mil residentes estavam relativamente próximas das áreas de influência económica das primeiras e hoje uma delas, Setúbal, pertence mesmo à Área Metropolitana de Lisboa. Entre 1801 e 1900, o número de residentes nos grandes centros urbanos aumentou 175,4%, mas só entre 1864 e o fim da centúria o acréscimo foi de 101,1%, o que prova a aceleração do processo nas últimas décadas. Tratou-se, portanto, de um aumento percentual, mas também real do total de efectivos.

As conclusões a que chegámos sobre as diferenças relativas entre de cada tipo de cidade foram, por seu turno, condicionadas pelos diferentes ritmos de crescimento populacional. Quando analisamos as variações das gentes urbanas na primeira e segunda metade do século (Quadro 9), verificamos uma maior diversidade de situações nas primeiras décadas, embora seja incorrecto fazer uma leitura directa dos resultados pelas razões atrás referidas.

Uma análise sumária, efectuada a partir dos valores apresentados no numeramento de 1801 e no censo de 1864, parece indicar que na primeira metade de Oitocentos algumas cidades portuguesas duplicaram os seus efectivos, como aconteceu no Porto e em Silves; um segundo grupo de centros, que incluía Faro, Beja, Leiria e Pinhel, praticamente estagnou; e em sete cidades registou-se um declínio populacional. Estão neste caso Viseu, Coimbra, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora e Elvas. A instabilidade política poderá até certo ponto explicar estas ocorrências, já que o pequeno crescimento global verificado nos centros urbanos beneficiou as *pequenas cidades* mais afastadas, como a Guarda, Bragança e Penafiel, mas pode derivar apenas de variações na qualidade das fontes, já que podemos estar a comparar cidades com e sem termo, com comarcas ou concelhos.

As assimetrias de crescimento esbateram-se na segunda metade do século, durante a qual todas as cidades aumentaram o número de residentes, embora em algumas esse fenómeno tivesse sido diminuto. Referimo-nos a zonas do interior, como Bragança e Miranda; a áreas próximas do litoral, mas em cidades com fortes níveis emigratórios, como Viana do Castelo e Aveiro. Esta última, embora fosse relativamente industrializada, viu a sua evolução ser travada pela intensidade de saídas. Igualmente penalizadas foram as cidades onde não surgiram actividades económicas alternativas. Veja-se, a título meramente exemplificativo, a diferença entre Castelo Branco (que de

QUADRO 9 – VARIAÇÃO DAS POPULAÇÕES NAS CIDADES NA 1.ª E 2.ª METADE DO SÉCULO XIX (%)

CIDADES	1801-64	1864-900
Lisboa	21,1	79,0
Porto	96,2	98,8
Braga	15,8	29,1
Setúbal	-16,9	71,2
Coimbra	-16,3	44,8
Évora	-1,1	40,2
Covilhã		
Elvas	-20,2	36,5
Tavira	54,0	15,7
Portalegre	-1,4	84,9
Faro	9,2	47,7
Aveiro	65,3	56,6
Viana do Castelo	27,0	6,3
Silves	102,8	91,5
Lamego	30,5	17,0
Beja	9,3	29,4
Guimarães	15,4	17,1
Santarém	-32,3	40,2
Lagos	16,8	6,8
Viseu	-29,4	28,4
Figueira da Foz		
Castelo Branco	18,9	18,8
Tomar	73,1	
Vila Real	38,8	39,3
Guarda	58,0	62,0
Bragança	50,9	15,2
Penafiel	53,5	15,3
Leiria	8,3	53,6
Pinhel	6,4	31,2
Miranda do Douro	33,5	13,1
TOTAL	22,5	70,9

1864 a 1900 cresceu 19%), e a Covilhã (que só entre 1878 e 1900 aumentou 44%). Outro caso curioso é a província algarvia, onde os aumentos de Faro (48%) e Silves (92%), contrastam com os valores obtidos por Tavira (16%) e Lagos (7%).

Os resultados das taxas de variação apresentadas no Quadro 9 permitem desta forma sublinhar a importância da evolução e desenvolvimento económico (nesta época quase sinónimo de industrialização) no ritmo de crescimento populacional urbano. Permitem também registar a influência que tiveram os movimentos migratórios, nas suas múltiplas vertentes, para as desigualdades regionais encontradas. Tornam ainda possível visualizar o grau de bicefalização do Reino, em termos económicos e demográficos, embora o processo se tenha vindo a acentuar até aos nossos dias.

## CONCLUSÃO

O processo de urbanização foi lento em Portugal e esteve intimamente ligado a aspectos socioeconómicos, onde avulta a influência exercida por fenómenos muito diversos, que incluem as migrações, o nível de industrialização local, o regime de propriedade predominante, a intensidade das actividades portuárias e piscatórias, entre muitos outros.

No início do século XIX escasseavam as cidades de média dimensão, embora uma razoável percentagem dos portugueses residisse em centros considerados urbanos. O conceito sofreu algumas alterações ao longo da centúria, embora se tenha mantido num compromisso entre o número de habitantes (critério demográfico) e as formas de utilização do espaço (critério jurídico-administrativo).

Em meados de Oitocentos existiam muitos centros urbanos com menos de 5 mil residentes, mas apenas vinte e dois tinham o estatuto de cidades. Nessa época Lisboa tinha 200 mil, o Porto 87 mil, seis outras cidades possuíam entre 10 e 20 habitantes e doze entre 5 e 10 mil. A percentagem da população urbana face à total era relativamente escassa e sobretudo muito concentrada. Em apenas duas cidades viviam mais de 60% dos efectivos urbanos, 7,4% de toda a população portuguesa.

Esta escassa urbanização, polarizada entre a capital e a Invicta, indicia um claro desfazamento de Portugal no contexto europeu da época. Apesar da recuperação realizada na parte final do século, Portugal era ainda em 1900 um País de vilas e aldeias, mais do que de verdadeiras cidades. Em breve a bicefalia tenderá a ser substituída pelo fenómeno de macrocefalia, que marca as formas de evolução do tecido urbano até quase à actualidade.

## NOTAS

- ¹ Luís Baptista, "Dominação demográfica no contexto do século XX português", in *Sociologia. Problemas e Práticas*, n.º 15, Lisboa, 1994, p.54.
- ² David Justino, *A Formação do Espaço Económico Nacional*, vol.II, Vega, Lisboa, 1988, p. 366.
- ³ Luís Baptista e Teresa Rodrigues, *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of an European Capital City: Lisbon, 1890 - 1990*, Kluwer Academic Publ., Londres, 1997, pp. 49-74.
- ⁴ Teresa Rodrigues, "A População Portuguesa nos Séculos XIX e XX. O acentuar das assimetrias de crescimento Regional", in *População e Sociedade*, n.º 1, Porto, 1995, pp. 57-58, Quadro 1.
- ⁵ Cf. Manuel C. Teixeira, "A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes.", in *Análise Social*, vol.XXVIII (121), 1993 (2ª), pp.371-390.
- ⁶ "A população de Portugal - Notas para um estudo da estrutura demográfica portuguesa", in *Boletim do Banco Nacional Ultramarino*, n.º 75 - 76 (3ª e 4ª trimestres), Lisboa, 1968, pp. 2 - 117.
- ⁷ "Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Sá da Costa Ed., Lisboa, 1978 pp.105 - 128.

- 8 Fernando de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Fac.Letras da U.P., Porto, 1979.
- 9 Cf. I^o a IV^o Recenseamentos Gerais da População Portuguesa ... (anos de 1864, 1878, 1890 e 1900). Em relação ao Censo de 1900 vejam-se com especial atenção os dados retrospectivos inclusos no vol.I, pp.110-114.
- 10 A. Lopes Vieira, *ob.cit.*, pp.107 - 109 e Luís Baptista e Teresa Rodrigues, *ob.cit.*.
- 11 Cf. Nota (3)
- 12 A análise de correlação pelo método de Pearson foi de + 0,8603626, significativa com uma margem de erro de 1%.
- 13 Cf. Nota (8).



# AS TENDÊNCIAS RECENTES DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL PORTUGUESA: UMA EVOLUÇÃO QUE PRIVILEGIA OS AGLOMERADOS DE MAIOR DIMENSÃO

*Maria Luís Rocha Pinto  
Teresa Rodrigues*

A evolução recente da população portuguesa (1981-1991), sobretudo quando analisamos a forma como ela se tem vindo a (re)distribuir em termos regionais, faz-nos perceber um País em processo de desertificação do interior, desertificação que hoje se estende mesmo a zonas próximas do litoral.

Esta imagem, muito nítida quando observamos os ritmos de crescimento populacional a nível concelhio, suscitou-nos o interesse em verificar se este processo se estendia de forma uniforme a todo o território ou se, pelo contrário, existirão "ilhas" populacionais que resistem, mesmo quando se localizam em zonas marcadas por perdas de residentes. Com esse objectivo, e tentando uma aproximação a esta realidade, fomos analisar como se comportaram os aglomerados de diferentes dimensões.

A síntese que agora apresentamos considera apenas os núcleos com menos e mais de 2 mil habitantes, dado que a análise pormenorizada das diferentes categorias de aglomerados acima de 2 mil habitantes implica que se siga o evoluir nesta década dos diferentes tipos de centros urbanos, detalhe que ultrapassa o âmbito de um artigo desta dimensão.

Assim, num primeiro momento analisamos a evolução global da população portuguesa, para em seguida verificarmos se existem ou não núcleos resistentes no interior do grande "deserto" que Portugal parece constituir.

Iniciemos a análise pelos aspectos que de forma mais global traduzem a evolução da população portuguesa, tomando os valores dos recenseamentos de 1981 e 1991 e calculando a respectiva taxa de crescimento anual médio (t.c.a.m.) (Quadro 1).

QUADRO 1

	1981	1991
População	9833014	9862670
T.c.a.m. (%)		0,03

Conforme podemos constatar, a década de 80 é marcada pela estagnação do crescimento populacional, causado fundamentalmente pelo declínio sustentado da fecundidade e ainda pelos valores da emigração, que voltam a ser relativamente

elevados, sobretudo quando comparados com a década anterior, que se caracterizara, de certo modo, pela inversão da tendência secular da emigração.

No entanto, a estagnação global que define o período 1981-1991, traduzida num pequeno crescimento médio anual de 0,03 %, não reflecte uma manutenção dos volumes populacionais no todo português: a maioria das regiões do País vê a sua população diminuir, e em certos casos de forma muito intensa.

No Mapa 1 indicam-se os concelhos que perderam população e aqueles que, ou a mantiveram ou a viram crescer. Apesar da sua expressividade, esta representação gráfica não traduz de forma clara os ritmos de crescimento ocorridos entre 1981 e 1991. De modo um pouco mais pormenorizado, o Quadro 2 permite-nos visualizar o que se passou em termos de crescimento ao nível das várias regiões. Observêmo-lo com maior atenção.

A região Norte tem um fraco crescimento médio anual, que é todo ele feito à custa das sub-regiões do litoral à excepção do Minho-Lima, cujas fronteiras correspondem ao distrito de Viana do Castelo. Com efeito, as duas grandes sub-regiões do interior, Alto

QUADRO 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO 1981-1991 (%)

NUTS Nível I	NUTS Nível II	NUTS Nível III
Continente + 0,04	Norte + 0,18	Minho-Lima - 0,27
		Cávado + 0,72
	Centro - 0,24	Ave + 0,63
		Grande Porto + 0,44
		Tâmega + 0,23
		Entre Douro/Vouga + 0,63
		Douro - 0,91
		Alto Trás-os-Montes - 1,46
	Lisboa e Vale do Tejo + 0,09	Baixo Vouga + 0,40
		Baixo Mondego - 0,04
Pinhal Litoral + 0,33		
Pinhal Int. Norte - 0,86		
Pinhal Int. Sul - 1,73		
Dão-Lafões - 0,44		
Serra da Estrela - 0,61		
Cova da Beira - 0,69		
Alentejo - 0,62	Oeste + 0,13	
	Grande Lisboa - 0,12	
	Península Setúbal + 0,92	
	Médio Tejo - 0,31	
Algarve + 0,54	Lezíria do Tejo - 0,05	
	Alentejo Litoral - 0,46	
	Alto Alentejo - 0,54	
Reg. Aut. dos Açores - 0,23	Alentejo Central - 0,41	Baixo Alentejo - 1,05
Reg. Aut. da Madeira + 0,02		

MAPA 1 – Ganhos e perdas populacionais por concelho 1981/91



Trás-os-Montes e Douro, perderam população a ritmos elevados, 1,46 % e 0,91 % ao ano, respectivamente. De notar que nestas duas zonas apenas um concelho regista uma taxa de crescimento anual médio (t.c.a.m.) positiva : Tarouca. No distrito de Viana do Castelo (Minho-Lima), cuja t.c.a.m. revela perdas significativamente menores, os concelhos do litoral têm ritmos de crescimento positivos, como se pode ver pelo Mapa 1. No Grande Porto, o concelho da cidade teve um ritmo de crescimento negativo de perto de 0,8 % ao ano, o que corrobora a ideia de que as zonas centrais das grandes áreas urbanas se encontram em fase de retrocesso populacional, fundamentalmente devido à crescente importância que o terciário assume na ocupação do tecido urbano dessas áreas.

Na região Centro, cuja t.c.a.m. (- 0,24 %) revela um ritmo de decréscimo lento, apenas duas sub-regiões aumentam o seu número total de residentes. Referimo-nos ao Baixo Vouga e ao Pinhal Litoral, ambas situadas na orla costeira, com a sub-região do Baixo Mondego, também no litoral, a revelar mais uma estagnação do que perdas efectivas de população. A zona designada por Pinhal Interior Sul, correspondente aos concelhos de Mação, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei, é a que no contexto nacional apresenta o declínio populacional mais acentuado, perdendo por ano cerca de 2 % das suas gentes.

Lisboa e Vale do Tejo, embora não perca efectivos, registou um crescimento muitíssimo lento, quase insignificante. Se exceptuarmos a sub-região da Península de Setúbal, as restantes apresentam ritmos de crescimento muito próximos de zero, sejam eles positivos ou negativos. Temos sempre a perspectiva de que a área de Lisboa cresce muito, mesmo quando percebemos que a cidade vai perdendo população. O que estes números nos revelam é que a sub-região designada por Grande Lisboa (toda a norte do Tejo) perde população a um ritmo anual de 0,12 %, contrapondo-se à Península de Setúbal, que é a sub-região com o ritmo mais rápido de crescimento do País, tendo aumentado cerca de 1 % ao ano.

Olhando estas duas zonas um pouco mais de perto poderemos ver que na Grande Lisboa apenas o concelho da cidade perde população e a um ritmo bastante intenso (1,95 % ao ano). Enquanto isso, os concelhos mais dinâmicos, com t.c.a.m. superiores a 1 %, são Loures, Sintra e Vila Franca de Xira. Por seu lado, a Península de Setúbal, apesar do forte crescimento (os concelhos da Moita e do Seixal apresentam t. c.a.m. superiores a 2 % ao ano), vê alguns dos seus concelhos declinarem, como acontece em Alcochete, no Barreiro e no Montijo.

Na região Alentejana todas as sub-regiões perdem população nos anos 80, como se pode ver pelo Quadro 2, com o Baixo Alentejo a registar perdas máximas que rondam de 1 % ao ano. De toda esta vasta região apenas cinco concelhos têm t.c.a.m. positivas: Santiago do Cacém e Sines, no Alentejo Litoral; Évora e Vila Viçosa, no Alentejo Central; e Castro Verde no Baixo Alentejo.

O Algarve é a região que nesta década mais cresce no contexto nacional. Apesar de nela não terem sido criadas sub-regiões, de facto, quer o nordeste quer o noroeste perdem população (ver Mapa 1), a que se somam os concelhos de S. Brás de Alportel, Tavira e Vila do Bispo, com ritmos de crescimento muito próximos do zero. Por oposição, os concelhos de Faro, Albufeira e Portimão, crescem a ritmos anuais superiores a 1 %.

Em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores diminui o número de habitantes, com excepção da pequena ilha do Corvo e da ilha Terceira, onde o concelho de Angra do Heroísmo regista o ritmo de crescimento mais rápido da região, o qual que ronda 0,73 % ao ano. Este é, aliás, um dos cinco concelhos açorianos, num universo de

dezanove, que vêm aumentar a sua população. Os outros quatro são o Corvo, já referido, e os concelhos de Santa Cruz das Flores, da Calheta em S. Jorge e da Lagoa em S. Miguel.

Finalmente falta abordar a Região Autónoma da Madeira, cujo ritmo de crescimento neste período esteve muito perto de zero, traduzindo a estagnação populacional aí vivida. Em relação a este espaço insular, cumpre destacar o aumento verificado na ilha de Porto Santo, cuja t.c.a.m. se situa perto de 1 % ao ano. Este facto é de realçar, dado que tradicionalmente esta ilha costuma perder as suas gentes em favor do Funchal.

Apesar da estagnação global da população na ilha da Madeira, mantém-se a dicotomia plurisecular entre a costa norte e a costa sul. Os concelhos voltados a sul crescem ligeiramente ou perdem população a ritmos insignificantes, enquanto que os da costa norte diminuem a ritmos que rondam 1 % ao ano (Santana e S. Vicente) ou mesmo os ultrapassam (Porto Moniz). No entanto, mesmo o concelho do Funchal, que apresenta o ritmo de crescimento mais rápido da ilha, não atinge uma t.c.a.m. de 0,5 %.

Esta longa exposição sobre os ritmos de crescimento populacional permitiu-nos perceber de forma clara a desertificação que se tem processado em todo o interior continental, fenómeno que se estende hoje em algumas regiões até ao litoral e atinge também as Ilhas¹.

A questão a que agora gostaríamos de responder é se esta visão global, marcada pela tendência de rápida desertificação do todo nacional, não apresenta algumas nuances. Ou seja, até que ponto as regiões, ou mesmo os concelhos, cuja população diminui não terão aglomerados populacionais que, apesar de inseridos em zonas de regressão populacional, conseguem contrariar essa tendência ?

Para tentar verificar semelhante hipótese partimos do pressuposto metodológico de que os aglomerados que contam 2 mil ou mais habitantes possuem já algumas infra-estruturas capazes de fixar os seus residentes.

Tomámos assim os dados de 1981 e 1991 sobre a dimensão dos lugares², dividindo-os consoante possuíam menos ou mais de 2 mil habitantes, e calculámos as taxas de variação entre uma e outra data, até ao nível de NUTS III (Quadro 3).

A nível do País é nítida a forma como, apesar da quase estagnação da população portuguesa, os aglomerados com menos de 2 mil habitantes perdem efectivos a um ritmo acelerado. Pelo contrário, os aglomerados de mais de 2 mil habitantes registam um aumento substancialmente intenso.

Uma leitura mais detalhada do Quadro 3 permite verificar ser esta a situação maioritária ao nível dos NUTS III. Tal significa que, no seu conjunto, os centros populacionais com 2 mil e mais habitantes tiveram tendência a ver a sua população crescer, enquanto os aglomerados de menor dimensão a viram diminuir. Nas sub-regiões em que se verifica um crescimento populacional ocorre o mesmo tipo de fenómeno, com raras excepções. Face à homogeneidade encontrada, e bem demonstrada pelo Quadro 3, torna-se mais interessante analisar as excepções a esta realidade.

Ao nível das sub-regiões encontrámos dois tipos de excepções. Por um lado aquelas em que, quer os núcleos com menos de 2 mil residentes, quer os de dimensão superior, cresceram (Entre Douro e Vouga e Península de Setúbal); por outro as que viram a sua população diminuir em todos os níveis de agregados considerados (Minho-Lima, Alto Alentejo e Baixo Alentejo).

Em relação aos referidos casos fizemos descer a análise a nível concelhio, para podermos visualizar um pouco melhor a realidade de cada uma destas zonas.

No primeiro, designado Entre Douro e Vouga (Quadro 4), região onde uma agricultura relativamente rica se entrosa com uma indústria activa, encontramos cinco concelhos cujas realidades são um pouco diferentes.

QUADRO 3 – POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES (NUTS I, II E III)  
TAXAS DE VARIAÇÃO (%) 1981 - 1991

	TOTAL	- 2000	+ 2000
PORTUGAL	0.5	- 9.8	14.1
CONTINENTE	0.5	- 9.3	13.0
NORTE	1.1	- 8.3	23.0
MINHO-LIMA	- 2.6	- 2.6	- 3.4
CÁVADO	7.6	- 2.0	37.2
AVE	5.8	- 9.7	144.8
GRANDE PORTO	3.9	- 11.3	12.0
TÂMEGA	0.0	- 6.7	314.1
ENTRE DOURO E VOUGA	5.9	3.8	13.3
DOURO	- 12.6	- 17.1	14.3
ALTO TRÁS OS MONTES	- 15.3	- 22.8	24.8
CENTRO	- 3.2	- 13.3	37.3
BAIXO VOUGA	3.8	- 7.6	40.7
BAIXO MONDEGO	0.5	- 11.4	24.9
PINAL LITORAL	1.5	- 16.4	100.0
PINHAL INTERIOR NORTE	- 9.6	- 16.3	*
PNHAL INTERIOR SUL	- 18.9	- 18.9	
DÃO-LAFÕES	- 6.5	- 10.9	26.2
SERRA DA ESTRELA	- 7.6	- 12.8	18.1
BEIRA INTERIOR NORTE	- 9.6	- 17.1	17.5
BEIRA INTERIOR SUL	- 5.1	- 17.1	20.2
COVA DA BEIRA	- 7.2	21.3	23.3
LISBOA E VALE DO TEJO	1.7	- 5.4	4.5
OESTE	1.6	- 7.5	33.1
GRANDE LISBOA	0.2	- 3.4	0.6
PENÍNSULA DE SETÚBAL	9.4	2.9	11.2
MÉDIO TEJO	- 2.7	- 9.9	15.5
LEZÍRIA DO TEJO	- 1.1	- 6.7	5.8
ALENTEJO	- 6.8	- 14.9	5.2
ALENTEJO LITORAL	- 5.2	- 22.6	44.4
ALTO ALENTEJO	- 6.1	- 9.6	- 1.0
ALENTEJO CENTRAL	- 4.4	- 13.5	5.6
BAIXO ALENTEJO	- 10.9	- 14.4	- 6.2
ALGARVE	14.1	- 0.6	36.2
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	- 0.7	- 6.0	6.1
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	3.9	- 26.2	118.1

* Nesta sub-região não é possível calcular a taxa de variação, dado que em 1981 não existia qualquer aglomerado com + de 2 000 habitantes e em 1991 surgem mais de 10 000 residentes em centros deste tipo.

Arouca, o mais interior e o menos industrializado dos concelhos considerados, vê a sua população diminuir, mas segue o padrão nacional, já que os seus centros de maior dimensão conseguem não só fixar os respectivos residentes, mas mesmo aumentá-los. Segue-se o concelho de Vale de Cambra, cuja população regista objectivamente uma estagnação. Uma vez que este não possui nenhum aglomerado de mais de 2 mil habitantes, esta estagnação reflecte a incapacidade real de crescimento das suas populações rurais. Dos outros três concelhos, dois, Feira e Oliveira de Azeméis, aumentam o número de residentes, quer nos pequenos aglomerados quer nos maiores, embora de forma mais significativa nestes últimos. Em qualquer deles predomina uma economia agrícola e industrial viva, capaz de reter a população nos campos, e também manter algum ritmo de crescimento urbano, fundamentalmente ao nível das duas cidades que lhe dão nome. O terceiro, S. João da Madeira, constituído apenas pela respectiva cidade, é um concelho fundamentalmente industrial, e apresenta um crescimento populacional significativo.

**QUADRO 4 – POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES  
ENTRE DOURO E VOUGA - POR CONCELHO. TAXAS DE VARIAÇÃO (%) 1981 - 1991**

	TOTAL	- 2000	+ 2000
ENTRE DOURO E VOUGA	5.9	3.8	13.3
AROUCA	- 1.8	- 4.0	18.6
FEIRA	7.9	6.6	11.8
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	6.5	4.3	22.3
SÃO JOÃO DA MADEIRA	11.1		11.1
VALE DE CAMBRA	- 0.2	- 0.2	

Também a Península de Setúbal cresce a um ritmo bastante intenso, muito embora sejam os núcleos de maior dimensão os principais responsáveis pela variação de 10,2 % registada na década de 80 nessa sub-região. (Quadro 5)

Causam-na o processo de industrialização, a fuga dos residentes do Alentejo e o desenvolvimento próprio da área Metropolitana de Lisboa, com a saída de residentes da capital para os concelhos limítrofes das margens norte e sul do Tejo.

No panorama global registam-se três excepções: Alcochete, concelho ainda rural, onde a perda de população é geral; o Montijo, área contígua, que perde população embora o núcleo central registe um ligeiro aumento; e o Barreiro, concelho de dimensões significativas, que vê também diminuir o número de residentes devido ao decréscimo dos centros maiores de 2 mil habitantes, por que é responsável a cidade do Barreiro.

As variações positivas mais intensas ocorrem nos concelhos do Seixal, Moita, Sesimbra e Palmela, sendo, à excepção do terceiro, provocadas pelo acréscimo dos núcleos superiores a 2 mil habitantes. Com efeito, é interessante verificar que, apesar dos aumentos globais, a população rural decresce, sendo atraída pelos centros urbanos.

As variações positivas mais intensas ocorrem nos concelhos do Seixal, Moita, Sesimbra e Palmela, sendo, à excepção do terceiro, provocadas pelo acréscimo dos

QUADRO 5 – POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES  
PENINSULA DE SETUBAL - POR CONCELHO. TAXAS DE VARIAÇÃO (%) 1981 - 1991

	TOTAL	- 2000	+ 2000
PENÍNSULA DE SETÚBAL	10.2	2.9	11.2
ALCOCHETE	- 9.4	- 10.4	- 8.6
ALMADA	3.9	14.4	2.4
BARREIRO	- 2.7	1.3	- 3.1
MOITA	20.3	- 14.8	30.6
MONTIJO	- 1.6	7.0	1.7
PALMELA	17.9	18.0	17.8
SEIXAL	28.9	6.4	34.9
SESIMBRA	18.7	50.1	- 4.6
SETÚBAL	5.8	- 28.5	14.8

núcleos superiores a 2 mil habitantes. Com efeito, é interessante verificar que, apesar dos aumentos globais, a população rural decresce, sendo atraída pelos centros urbanos.

Esta atracção é especialmente clara em relação ao evoluir de Setúbal, que parece aumentar à custa da transferência de efectivos para a cidade, à qual aflui população do próprio concelho e de outras regiões.

A nossa análise irá agora incidir nas três sub-regiões que registam percas populacionais nos dois tipos de centros considerados.

A primeira (Minho-Lima), coincide com a área do distrito de Viana do Castelo. Dos dez concelhos aí existentes, apenas três possuem núcleos acima dos 2 mil residentes, e só na vila de Valença a variação nestes anos foi positiva. (Quadro 6) Mesmo a cidade de Viana do Castelo diminui, embora o concelho se inclua entre os de crescimento positivo.

Com efeito, os concelhos de Valença, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo crescem globalmente, enquanto Caminha e Ponte de Barca conseguem a custo manter a sua população.

Assim, a principal constatação a fazer sobre esta zona está ligada à manutenção do tipo de povoamento antigo, onde predominam os pequenos aglomerados dispersos. Verifica-se mesmo que as percas demográficas são superiores nos centros com mais de 2 mil residentes, o que constitui uma originalidade em termos nacionais.

A segunda e terceira sub-regiões situam-se em solo alentejano.

O Alto Alentejo compreende catorze concelhos, dos quais apenas dois registam variações globais de sinal positivo: Elvas e Campo Maior. O primeiro constitui a única excepção ao quadro geral que caracteriza o evoluir da região nestes últimos anos, uma vez que os dois tipos de núcleos aumentam populacionalmente. O segundo segue o padrão nacional, ao ver aumentar a população apenas nos aglomerados com mais de 2 mil habitantes.

Outros seis concelhos reproduzem o comportamento típico do País, ao registarem variações positivas apenas nos centros de maior dimensão, que, no entanto, não conseguem inverter a tendência de decréscimo populacional.

QUADRO 6 – POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES  
 MINHO-LIMA - POR CONCELHO. TAXAS DE VARIAÇÃO (%) 1981 - 1991

	TOTAL	- 2000	+ 2000
PEMINHO-LIMA	- 2.6	- 2.6	- 3.4
ARCOS DE VALDEVEZ	- 13.3	- 13.3	
CAMINHA	0.6	0.6	
MELGAÇO	- 18.7	- 18.7	
MONÇÃO	- 11.9	- 11.9	
PAREDES DE COURA	- 8.0	- 8.0	
PONTA DA BARCA	- 0.1	- 01	
POONTE DE LIMA	- 3.0	- 2.7	- 8.7
VALENÇA	5.8	3.7	15.9
VIANA DO CASTELO	1.5	3.1	- 5.7
VILA NOVA DE CERVEIRA	5.8	5.8	

QUADRO 7 – POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES  
 ALTO ALENTEJO - POR CONCELHO. TAXAS DE VARIAÇÃO (%) 1981 - 1991

	TOTAL	- 2000	+ 2000
ALTO ALENTEJO	- 6.1	- 9.6	- 1.0
ALTO DO CHÃO	- 9.9	- 20.9	- 03
ARRONCHES	- 16.0	65.5	- 100.0
AVIS	- 3.9	- 3.9	
CAMPO MAIOR	0.7	- 16.7	3.4
CASTELO DE VIDE	- 0.6	- 5.8	2.6
CRATO	- 11.5	- 11.5	
ELVAS	6.6	9.2	2.2
FRONTEIRA	- 8.9	- 16.1	- 2.1
MARVÃO	- 20.0	- 20.0	
MONFORTE	- 15.3	- 15.3	
MORA	- 6.6	- 18.7	22.5
NISA	- 10.4	- 17.2	3.1
PONTE DE SÔR	- 3.2	- 5.8	4.5
PORTALEGRE	- 6.2	- 13.9	0.0

Arronches será de todos os concelhos o mais penalizado nesta zona, dado que a sua povoação se esvazia, deixando mesmo de possuir os valores mínimos para que possa ser incluída ao nível dos centros com mais de 2 mil habitantes.

Em relação às formas de crescimento do Alto Alentejo convém sublinhar como característica global o facto de parecer existir uma ligeira atracção pelos núcleos populacionais de maior dimensão, a qual, no entanto, não obsta à perda de efectivos causada por fenómenos migratórios de sentido claramente negativo.

O Baixo Alentejo possui algumas semelhanças com a sub-região anterior (Quadro 8), embora veja agravadas as características já descritas. Assim, mesmo os centros com mais de 2 mil habitantes perdem população de forma significativa, com excepção de Almodôvar e Castro Verde, curiosamente dois concelhos confinantes. A indústria de mineração situada no segundo deles permite que as duas vilas vejam a sua população a crescer. Por este motivo, no concelho de Castro Verde a intensidade da atracção populacional fomenta o crescimento da população concelhia.

Observando o Quadro 8, podemos facilmente concluir que esta região, com as excepções assinaladas, não consegue reter os seus residentes, nem nos núcleos de maior dimensão, nem nos de menor dimensão, embora nestes as perdas sejam mais significativas.

QUADRO 8 – POPULAÇÃO SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES  
BAIXO ALENTEJO - POR CONCELHO. TAXAS DE VARIAÇÃO (%) 1981 - 1991

	TOTAL	- 2000	+ 2000
BAIXO ALENTEJO	- 9.5	- 14.4	- 6.2
ALJUSTREL	- 7.5	- 8.1	- 6.6
ALMODÔVAR	- 19.2	- 28.2	12.0
ALVITO	- 10.8	- 10.8	
BARRANCOS	- 6.1	- 6.1	
BEJA	- 3.3	2.3	- 7.6
CASTRO VERDE	1.1	- 13.0	24.9
CUBA	- 5.3	- 11.3	- 1.1
FERREIRA DO ALENTEJO	- 11.2	- 13.3	- 7.4
MÉRTOLA	- 20.2	- 20.2	
MOURA	- 14.9	- 25.3	- 8.1
OURIQUE	- 19.3	- 19.3	
SERPA	- 15.1	- 19.5	- 17.7
VIDIGUEIRA	- 16.5	- 18.8	- 13.3

Uma vez concluída a análise das regiões que pareciam constituir casos excepcionais no contexto da realidade nacional, quando considerada em termos de tendência, é possível fazer ressaltar as grandes linhas de diferenciação do crescimento populacional português.

No entanto, quando observados do ponto de vista concelhio, as cinco regiões marcadas pela diferença parecem corroborar a hipótese que colocámos no início deste trabalho. Com efeito, em quase todas as regiões os núcleos com 2 mil ou mais habitantes surgem, na década de 80, com ganhos populacionais ou perdas inferiores às registadas nos aglomerados de inferior dimensão.

Podemos, assim, concluir que existe um crescimento populacional que claramente privilegia as áreas com um número total de residentes superior a 2 mil, mesmo nas zonas que se encontram numa fase de clara regressão demográfica.

## NOTAS

- ¹. Esta primeira parte constitui uma adaptação e em alguns casos mesmo uma transcrição da primeira parte do artigo "As tendências Demográficas" inserido em *Portugal 20 Anos de Democracia*, de Maria Luís Rocha Pinto
- ². Dados apresentados e compilados na comunicação "Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981-1991" pelo Gabinete de Estudos Demográficos do INE às Jornadas de Reflexão sobre "O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural", F.I.L., Lisboa, 15 e 16 de Janeiro de 1993.



# CASA E FAMÍLIA. AS «ILHAS» NO PORTO EM FINAIS DO SÉCULO XIX*

Gaspar Martins Pereira**

## INTRODUÇÃO

Nos estudos de história da família, a «casa» aparece frequentemente como unidade de análise social, dada a importância que assume enquanto espaço onde convergem múltiplas funções e se estabelecem relações complexas. Os trabalhos pioneiros do Grupo de Cambridge (Laslett e Wall, 1972), nomeadamente, centrados em grande parte dos casos no estudo dos fogos, permitiram contribuições valiosas para a ruptura decisiva com uma forte tradição sociológica que assentava nas teses da «nuclearização progressiva» e da «desorganização familiar». No entanto, entre as maiores críticas que se se fizeram aos trabalhos deste Grupo, destaca-se a sua excessiva concentração no fogo, conduzindo «to a limited view of the family as strictly a residential unit», a uma identificação forçada entre «fogo» e «família» (Hareven, 1982: 5). Tais críticas, longe de negarem a importância da casa enquanto unidade social, procuravam sobretudo chamar a atenção para a necessidade de ter em consideração as relações familiares mais amplas e complexas para além da família co-residencial, o que equivalia a relativizar a própria dicotomia entre famílias nucleares e famílias complexas. Revelavam-nos a importância das relações informais de parentesco para lá da casa, a continuidade das trocas intergeracionais de alimentos e serviços, através de relações mais ou menos estreitas entre a família nuclear e o parentesco extenso, destacando a função da família como instância intermediária entre a casa, a parentela e o local de trabalho, organizando redes migratórias, ajudando à formação e renovação da mão-de-obra industrial, animando solidariedades activas entre os parentes próximos ou distantes. Como escreveu Anderson «kinship does not stop at the front door» (1971: 56).

Parece-nos, pois, necessário insistir, nesta perspectiva, na pesquisa histórica sobre a relação entre a família e as unidades residenciais. Recorrendo a diversas fontes documentais (em particular, livros de desobriga e registos de estado civil)¹, procuramos apresentar neste texto alguns resultados da nossa investigação sobre experiências familiares da população das «ilhas» – aglomerados residenciais populares – da cidade do Porto, em finais do século XIX, num momento em que a cidade conhece um período de industrialização e, simultaneamente, de grande dinamismo demográfico e de renovação urbana. Tentamos realçar a importância de conjuntos familiares nas zonas habitacionais onde se concentram as camadas trabalhadoras, como suporte de «comunidades urbanas» mais ou menos coesas. Os laços de vicinalidade entre parentes, normalmente

---

* Este texto constitui a versão portuguesa do artigo *Housing, Household and the Family, The «Ilhas» of Porto at the end of the Nineteenth Century*, «Journal of Family History», vol. XIX 3, 1994, p. 213-236. A intervenção breve que tivemos oportunidade de fazer no II Encontro sobre População Portuguesa, organizado pelo CEPFAM, limitou-se a apresentar uma breve reflexão metodológica com base neste artigo.

** Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

no sentido horizontal (irmãos ou colaterais), terão permitido, em nosso entender, a criação, manutenção e difusão de hábitos específicos que moldaram a nossa cultura urbana, bem como estratégias diversificadas de gestão do espaço e da mão-de-obra familiar, num momento em que as camadas trabalhadoras já não dispõem praticamente de meios de controlo sobre os espaços urbanos e sobre o mercado de trabalho.

## O contexto sócio-histórico

i) Ao longo da segunda metade do século passado, e sobretudo a partir da década de setenta, o Porto conheceu um notável crescimento demográfico e profundas alterações urbanísticas, a par de um aumento do ritmo de industrialização.

O crescimento intenso da população portuense deriva da atracção que a cidade exerce sobre o mundo rural do Norte de Portugal, num momento em que este sofre profundas mudanças, a par de crescentes facilidades de deslocação que o caminho-de-ferro e os melhoramentos da rede viária proporcionam. Entre outros aspectos que marcaram profundamente a realidade rural portuguesa deste período, destaquem-se aqui a desamortização dos vínculos (1863), a desamortização de baldios municipais e paroquiais (1868) e os efeitos desagregadores da propriedade provocados pela legislação sobre a partilha igualitária das heranças (Código Civil de 1867). A partir dos anos 70, a crise agrícola, que se manifesta em diversos sectores e regiões, contribui, a par das transformações socio-jurídicas, para acelerar fenómenos de concentração da propriedade, de pauperização do pequeno campesinato, despertando diversas estratégias familiares de resistência ou de adaptação, como a prática das «doações», para contornar a obrigatoriedade legal da partilha da propriedade entre os herdeiros, e sobretudo a migração para a cidade ou a emigração para o Brasil.

Paralelamente, a atracção de mão de obra dos meios rurais aparece claramente em muitos sectores como uma estratégia de manutenção dos pequenos patrimónios familiares rurais, sobretudo nos concelhos limítrofes.

Estas estratégias de sobrevivência do «*casal*» agrícola envolvem diferentes modos de rentabilização da mão de obra familiar disponível. A emigração masculina para o Brasil, apesar da importância que tradicionalmente assume no quadro das estratégias familiares das populações do *hinterland* portuense, não é a única alternativa. Para as populações dos concelhos limítrofes, a pluriactividade e a deslocação pendular de alguns membros da família assumem, a este propósito, uma dimensão significativa, ampliada no último quartel do século XIX com a extensão dos novos meios de transporte ².

ii) No último quartel do século XIX, o ritmo de crescimento da população do Porto revela um dinamismo notável, que atinge taxas anuais acima dos 2% entre 1878 e 1890, muito superior ao do resto do país e mesmo ligeiramente mais acentuado que o de Lisboa, capital do país.

O crescimento da população da cidade provoca profundas transformações no tecido urbano e coloca sérios problemas de alojamento. Muitos dos becos e vielas da cidade antiga desaparecem, rasgam-se novas ruas, alargam-se ou prolongam-se outras, constroem-se pontes, encanam-se ribeiros, levantam-se por toda a parte novos edifícios...

O crescimento demográfico associa-se, com evidência desde os anos setenta, ao crescimento das actividades industriais, alargando o mercado de trabalho na cidade. Em 1881, segundo o *Inquérito Industrial* então realizado, o Porto ocupava na indústria cerca de um terço da sua população .

Não é, porém, a grande fábrica moderna que caracteriza a indústria portuense, embora se instalem algumas unidades fabris importantes na década de setenta. Acentua-se a tradicional concentração no sector têxtil (34% do operariado em 1890), dotado de um fraco grau de apetrechamento tecnológico, com fracos investimentos, recorrendo a mão de obra barata e abundante, com baixos níveis de produtividade (Justino, 1989: 149-150). A tecelagem de algodão ocupa uma parte considerável da população trabalhadora, em cerca de 10.000 teares, quase todos manuais. Em 1881, as 3 fábricas que poderão merecer esse título, utilizando energia a vapor, empregam na tecelagem e noutras fases de fabrico (cardação, fiação, branqueação, tinturaria, etc.) 751 operários, dos quais 414 são mulheres e raparigas, dispondo apenas, no seu conjunto, de 256 teares (Relatório, 1881: 168-169). O grosso da produção situa-se fora das grandes fábricas, em pequenas unidades, funcionando muitas vezes como anexo da habitação, quando se utilizam vários teares, e mais correntemente na própria casa do tecelão.

Neste sistema de produção doméstica conjugam-se diversas modalidades. Um dos donos das fábricas referidas tem 229 teares entregues a tecelões, alguns deles dos concelhos limítrofes, que trabalham nas suas casas, fornecendo-lhes obra por tarefa. O mesmo industrial vende o fio e compra o tecido – pagando parte em fio – a várias centenas de outros tecelões que trabalham nos seus próprios teares (cerca de 800 teares). Segundo o *Inquérito Industrial* de 1881, haveria 10 grandes fabricantes, que teriam colocados ao domicílio entre 100 e 800 teares cada um (cerca de 2000 teares) e 400 a 500 que teriam 15 a 20 teares (cerca de 7500 teares).

Esta modalidade de trabalho domiciliário na dependência da fábrica é tradicional no Porto. Em 1830, por exemplo, já o trabalho assalariado no domicílio, empregando sobretudo mulheres, excede o trabalho fabril nas indústrias têxteis (Serrão, 1980: 88-91; Justino: 148).

No último quartel do século XIX, a evolução da principal indústria da cidade parece ter sido não no sentido do sistema fabril, mas do reforço de modelos tradicionais, continuando o tecelão *«a trabalhar por conta do fabricante, com o qual, porém, se avista só, quando lhe entrega a fazenda prompta para o consumo, recebendo então em troca o preço convencionado da mão de obra»*, ensinando *«a mulher, a irmã, e os filhos, no tear»* (Inquérito, 1889:8)³. A facilidade de aprendizagem, que não necessita de grandes conhecimentos ⁴, a existência de mão de obra abundante e barata na cidade e nas zonas limítrofes, a tradição da indústria doméstica portuense, permitiram, assim, aos fabricantes do Porto utilizar as vantagens de uma modalidade que possibilitava a manutenção das técnicas tradicionais, sem necessidades de grandes capitais e investimentos tecnológicos, endossando aos tecelões as responsabilidades da aprendizagem e da manutenção da qualidade. Ao nível da família, a manutenção da unidade de trabalho doméstica permitiu manter forte a autoridade paterna e deverá ter conduzido a estratégias familiares específicas de rentabilização da mão-de-obra dos membros do agregado doméstico, podendo, nesse sentido, ter agravado a conflitualidade no interior da família.

Em muitas outras indústrias da cidade uma parte significativa da produção é artesanal e doméstica, realizando-se frequentemente *«a feítio»*, por conta de negociantes ou fabricantes-patrões, na casa do próprio mestre e sob a sua orientação.

Em certas indústrias, como a ourivesaria, mantém-se um forte paternalismo de raiz artesã. A situação do aprendiz está entre a do parente e a do doméstico, confundindo-se também as suas funções. Também aqui o fabricante trabalha muitas vezes *«por conta do ourives mercador que entrega a peso a materia prima e recebe, tambem a peso, a obra, abonando certos preços ou feítios»*. *«O fabricante é aqui ao mesmo tempo tutor dos aprendizes e chefe de turma de operários a quem dá sustento e casa»* (Relatório, 1881: 27).

O crescimento industrial que se verifica no Porto de final do século XIX articula-se, pois, em grande medida, com a manutenção da unidade familiar de produção. O modelo fabril não destrói, antes aproveita e incentiva, o sistema doméstico.

## AS «ILHAS» NO PERCURSO DAS FAMÍLIAS TRABALHADORAS

*As «ilhas» e a questão do alojamento no Porto de finais do século XIX*

i) Os processos de crescimento demográfico, de industrialização e de renovação urbanística do último quartel de Oitocentos fazem acentuar a diferenciação social dos espaços citadinos.

Paralelamente, a partir dos anos 80 do século passado, a opinião e os poderes públicos despertam para a questão do alojamento. Não se trata, em nosso entender, de qualquer reflexo de movimentos de reivindicação popular. A miséria da habitação parece preocupar mais os bem instalados do que os próprios habitantes das *ilhas* e das habitações degradadas. Para estes, as prioridades reivindicativas ligam-se mais ao trabalho e ao pão do que à casa. As camadas populares, fossem elas de origem rural ou urbana, não viviam em melhores condições nas épocas anteriores...

Para as camadas trabalhadoras, a casa da *ilha* foi, a maior parte das vezes, a habitação possível, já que o custo do aluguer de outro tipo de casas se revelava incomportável com o orçamento familiar. Os casos frequentes de despejos por falta de pagamento das rendas, a importância assumida pela assistência prestada pelos Albergues Nocturnos, que dispensam anualmente, desde os anos 80, alguns milhares de dormidas a pobres da cidade sem casa, fazem-nos reflectir sobre a frequência de situações bem mais miseráveis que as dos habitantes das *ilhas*. Aliás, as primeiras iniciativas de construção de casas em boas condições de higiene para as famílias operárias irão fracassar, acabando por ser alugadas a famílias da pequena burguesia, principalmente por razões económicas, já que, mesmo com rendas moderadas, o aluguer dessas casas custaria a uma família operária o dobro, o triplo, ou mais do que costumava pagar na *ilha*.

A imagem miserável da casa da *ilha*, que nos é transmitida pelas descrições da época, elaboradas por médicos, jornalistas, autoridades, tem, pois, uma marca ideológica precisa, reflecte sobretudo a consciência de um novo quadro socio-histórico que se desenhava no reverso da medalha da cidade industrial. As autoridades e as elites cultas viram apenas neste tipo de alojamento popular o seu carácter patológico, *fócos de infecção física*, que ameaçavam contaminar a cidade, e *viveiros de imoralidade*, que punham em perigo os *bons costumes* e a *família*. Este discurso das autoridades e das elites cultas sobre a *gente das ilhas*, que lhes aparecia como selvagem, hostil e distante, traduz, afinal, a percepção de um universo socio-cultural diferente do seu. Mas essa imagem da *ilha* como espaço de degradação dificultou o entendimento da *ilha* como espaço social. O aumento da população urbana, e em especial de uma população trabalhadora em condições precárias de existência, faz associar a questão do alojamento à questão social, já que nas *ilhas*, espaços de sociabilidade intensa, a aglomeração de enormes contingentes populares, atingindo por vezes as centenas de habitantes, favorecem a expansão das ideias revolucionárias. Para as camadas instruídas da burguesia portuense a *ilha* constituía simultaneamente um perigo sanitário e um perigo social que se tornava necessário destruir...

ii) A par do crescimento da população da cidade, a renovação urbana oitocentista, que motivará a destruição de várias zonas da cidade antiga, onde se concentravam os estratos mais pobres, é também responsável pelo agravamento das carências habitacionais que se fazem sentir com especial incidência no último quartel do século. Acentuava-se, assim, o processo de apropriação burguesa do solo urbano, em paralelo com a centrifugação dos pobres, movimento comum às grandes cidades europeias, e que haveria de durar no caso português até aos nossos dias.

Aumento da população, renovação urbanística, dificuldades no mercado de alojamento... O aumento da procura de alojamentos baratos irá estimular diversas formas de especulação imobiliária, fazendo alastrar não apenas a construção de novas *ilhas*, mas incitando também à maximização de outros espaços utilizados para aluguer. Assim, no centro da cidade antiga acumulam-se as «*colmeias*», «*ilhas em altura*», dividindo-se os prédios de vários andares para alojamentos de diversas famílias. As descrições da época mostram-nos nesta zona as piores condições de salubridade e as mais fortes concentrações humanas (Barbosa, 1906: 52-53).

Ocupando habitações de *ilhas*, armazéns ou partes de prédios, as «*casas de malta*», «*espaços acanhados onde dormem em pobres leitos, muito juntos, os operários das aldeias, ou os aguadeiros e outros serviçais*», abundantes também por toda a cidade e sobretudo no bairro da Sé (Oliveira, 1885: n.º 50; Ribeiro, 1889: 183), revelam outra faceta da habitação popular do Porto, bem como da atracção exercida pelo mercado de trabalho urbano sobre as populações dos concelhos limítrofes, sendo as «*casas de malta*» o alojamento preferencial dos que vêm trabalhar para a cidade durante a semana ⁵.

iii) No Porto de finais do século XIX cerca de um terço da população vive em «*ilhas*», que ainda hoje persistem em número significativo em várias zonas da cidade, apesar das tentativas empreendidas pelos poderes municipais, ao longo do nosso século, no sentido de as destruir.

Em geral, situam-se no miolo dos quarteirões urbanos, nos quintais traseiros de habitações da classe média. São grupos de pequenas casas térreas, dispostas em uma ou mais bandas, a que se tem acesso por um longo e estreito corredor, tendo para a rua uma única saída. A par das grandes concentrações, que chegam a albergar mais de uma centena de famílias, surgem imensas pequenas *ilhas*, resultantes de uma febre imobiliária, que capta investimentos de diversas camadas sociais, desde grandes negociantes e industriais até artesãos. Algumas, como a da Fábrica de Salgueiros, são mesmo construídas por iniciativa dos industriais para alugar aos seus operários ⁶. Em vários casos, porém, deparamos com a instalação de pequenas unidades industriais nas *ilhas*, utilizando para o efeito uma ou mais casas, num processo incipiente, e geralmente efêmero, de concentração da mão de obra domiciliária. As construções mais vulgares, com 4 ou 5 pequenas habitações, garantem uma amortização rápida dos capitais investidos e, a curto prazo, lucros significativos, da ordem dos 30 a 40% (Oliveira, 1885), num momento em que a procura de alojamentos baratos se intensifica.

Apesar de constituírem uma realidade habitacional antiga (Pereira, 1991), as informações que conhecemos para toda a cidade são muito escassas para o período anterior a inícios da década de 1880. Nesta altura, o alastrar deste tipo de habitações, agravando as precárias condições de higiene, a par do medo dos frequentes surtos de cólera, varíola e outras doenças, conduzem à promoção de alguns inquéritos (Guedes Teixeira, 1885) abarcando toda a área urbana. Mais de 500 *ilhas* comportavam então cerca de 6 000 famílias e quase 20 000 habitantes, ou seja, perto de 16% do total da população do concelho. No final da década seguinte, em 1899, o inquérito levado a cabo pelo Conselho de Melhoramentos Sanitários, apesar de excluir uma grande parte

da cidade (Foz, Campanhã, parte de Lordelo, Paranhos, Sé, S. Nicolau e Vitória), revelava um aumento assinalável do número de *ilhas* e dos seus habitantes, duplicando praticamente os valores do inquérito anterior (Jorge, 1899: 153; Mata, 1909: 81-82).

QUADRO 1 – ILHAS DO PORTO (1832-1939)

ANOS	ILHAS	FOGOS	PESSOAS
1832 (a)	[198]	–	–
1883 (b)	531	6 020	19 460
1899 (c)	1 048	11 129	[35 975]
1910 (d)	1 200	12 000	[38 760]
1929 (e)	1 301	14 676	[47 403]
1939 (f)	1 156	13 510	[45 243]

Fontes: a) A.H.M.P. Recenseamentos dos Bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita. 1832. b) Guedes Teixeira, 1885: 3. c) Mata, 1909: 83. d) Girão, 1912: 1. e) Antas e Monterroso, 1934: 34. f) Garrett, 1939.

Nota: Entre parêntesis, valores estimados por nós.

Posteriormente, o ritmo de crescimento da população das *ilhas* abranda, em paralelo com o ritmo de crescimento da população total da cidade. No entanto, até finais dos anos 20, apesar de se verificarem alguns esforços das vereações republicanas na construção de bairros operários e na busca de soluções para o problema do alojamento popular, continuam a construir-se novas *ilhas*. Só na década de 30, um forte intervencionismo dos poderes públicos no sector da habitação parece finalmente produzir alguns efeitos, com a destruição de inúmeras *ilhas*.

#### *A população das «ilhas» em finais do século XIX*

Num anterior trabalho (Pereira, 1991) destacamos já algumas características da estrutura populacional das *ilhas*, que apontam para alguns aspectos fundamentais a ter em conta no estudo das experiências familiares.

i) Utilizando informações recolhidas para uma das maiores freguesias da cidade (Cedofeita) ⁷, podemos concluir que a população das *ilhas* é, no seu conjunto, uma população mais masculinizada e mais jovem que a restante população da freguesia considerada.

Em toda a freguesia é notável o excesso de mulheres, o que parece relacionar-se em parte com a atracção de raparigas de fora da cidade pelo trabalho doméstico nas casas das classes médias e ricas. O pessoal doméstico de ambos os sexos representa 11% da população considerada em 1881, mas as criadas constituem 70% desse conjunto. Por essa razão, nas *ilhas*, onde, dada a condição social dos seus habitantes, os fogos não incluem criados, o excesso de mulheres é bem menor, apesar de aí viver um número significativo de mulheres isoladas e de mães solteiras.

QUADRO 2 – RELAÇÕES DE MASCULINIDADE SEGUNDO O TIPO DE HABITAÇÃO  
(CEDOFEITA. 1881):

TIPO DE HABITAÇÃO	HOMENS (n)	MULHERES (n)	TOTAL (n)	REL. MASCUL. (%)
Ilhas	1 826	2 173	3 999	84,03
Outras habitações	4 385	5 964	10 349	73,52
TOTAL	6 211	8 137	14 348	76,33

Fonte: A.P.C., Livro de Desobriga, 1882.

ii) A análise das relações de masculinidade por grupos etários, permite verificar que o equilíbrio entre os sexos existente na infância se quebra a partir do grupo etário dos 15-19 anos, tornando-se muito baixo nos grupos dos 20-24 e 25-29 anos, rondando nestes dois grupos os 62-66%, o que poderá revelar quer uma maior atracção de mulheres independentes (costureiras, operárias, etc.) nestas idades, quer o desequilíbrio do mercado matrimonial, claramente desfavorável às mulheres, quer uma provável maior capacidade de retenção das raparigas no lar paterno. Entre os 30 e os 50 anos, depara-se com valores próximos da relação de masculinidade normal. Em contrapartida, após os 55 anos, a proporção de homens baixa abruptamente, em resultado de dois factores convergentes: a mortalidade diferencial incide com maior violência sobre os homens das camadas trabalhadoras; a situação da mulher na velhice e viuvez traduz-se frequentemente por uma pauperização que a obriga a recorrer à procura de alojamento mais barato na ilha.

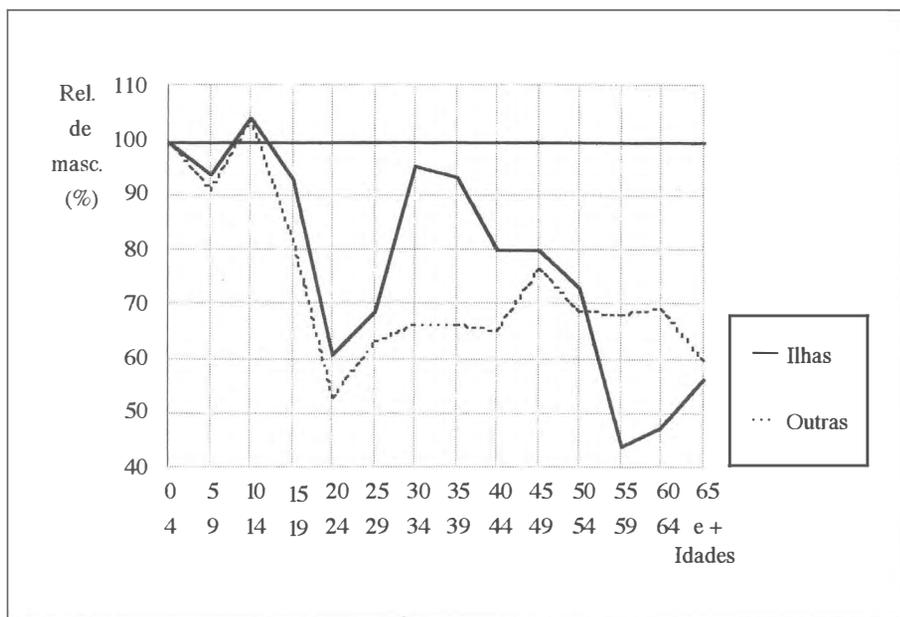


Fig. 1 – Relações de masculinidade por grupos etários segundo o tipo de habitação (Cedofeita. 1881)

iii) Por seu turno, a análise dos efectivos da população das ilhas por grupos etários aponta no sentido de uma distribuição relacionada com o ciclo de vida da pobreza. Assim, a importância dos efectivos infantis (0-14 anos) e adultos (30-45 anos) contrapõem-se a cavas significativas nos grupos dos jovens adultos (15-24 anos) e dos velhos (55 anos e mais).

A ilha apareceria, assim, como uma hipótese de sobrevivência das famílias pobres numa fase particularmente crítica do seu ciclo de existência: o momento em que, com os filhos pequenos não participando ainda no mercado de trabalho, a família trabalhadora conheceria um desequilíbrio entre os salários e os consumos, vendo-se obrigada a reduzir ao máximo as despesas de aluguer de habitação. Os efectivos observados podem simultaneamente decorrer de uma outra estratégia de redução dos consumos e de maximização da mão-de-obra familiar, com a saída de alguns filhos jovens para trabalhar fora de casa. Em todo o caso, nesta segunda hipótese teria de provar-se que os filhos continuariam a devolver aos pais uma parte significativa do seu salário.

iv) A análise da estrutura da população das ilhas de Cedofeita por estados civis, sexos e idades revela também alguns aspectos significativos, quando comparada com a estrutura da população total, revelando sobretudo uma vincada diferenciação social dos comportamentos nupciais. O calendário nupcial é mais precoce entre os homens e as mulheres que habitam nas ilhas, frequentemente em situações de união livre, bem visíveis quer no elevado número de nascimentos de «ilegítimos» nos *Livros de Registo de Baptismos*, quer na importância de matrimónios com coabitação anterior e com legitimação de filhos nos *Livros de Registo de Casamentos*, o que concorreu para formar a imagem externa de imoralidade das camadas populares que habitavam nas ilhas.

QUADRO 3 – IDADES AO 1º CASAMENTO E SITUAÇÃO ANTERIOR DOS NOIVOS EM MEIO POPULAR (R. DA SAUDADE) E EM MEIO BURGUES (R. DO ALMADA) EM 1878-1910:

SITUAÇÃO ANTERIOR AO CASAMENTO	R. DA SAUDADE				R. DO ALMADA			
	Noivo		Noiva		Noivo		Noiva	
	n	idade média	n	idade média	n	idade média	n	idade média
Sem coabitação anterior	65	24,1	71	23,6	166	26,2	176	25,3
Com coabitação anterior	35	30,0	34	26,0	18	32,8	21	32,0
Situação anterior indeterminada	26	25,8	24	26,0	26	26,3	21	29,0
TOTAL	126	26,1	129	24,7	210	26,8	218	26,2

Fontes: A.P.C., *Livros de Desobriga*, 1878-1910; C.R.C., *Registo de Casamentos. Cedofeita*, 1878-1910.

Nas ilhas 54% dos homens e 55% das mulheres no grupo dos 20-24 anos vivem maritalmente, proporções que nas outras áreas residenciais não ultrapassam os 24%, quer dos homens, quer das mulheres.

Outros estudos, com base nos registos de casamento, têm permitido concluir que o calendário nupcial no Porto oitocentista é mais precoce entre as camadas populares, particularmente entre os artesãos e trabalhadores ao domicílio, que entre as classes médias e altas (Correia e Salgado, 1988: 16-17; Pereira, 1986: 62-67).

A possibilidade de ganhar salários mais cedo pode ter constituído um forte elemento emancipador dos filhos das camadas pobres, determinando entre eles casamentos ou uniões mais precoces. Mas, em nosso entender, a organização do grupo de trabalho doméstico e a complementaridade das funções económicas dos dois sexos terão constituído também factores de pressão não desprezíveis, jogando no sentido favorável à autonomização do grupo de trabalho de dimensão reduzida, que se confunde com frequência com o núcleo conjugal.

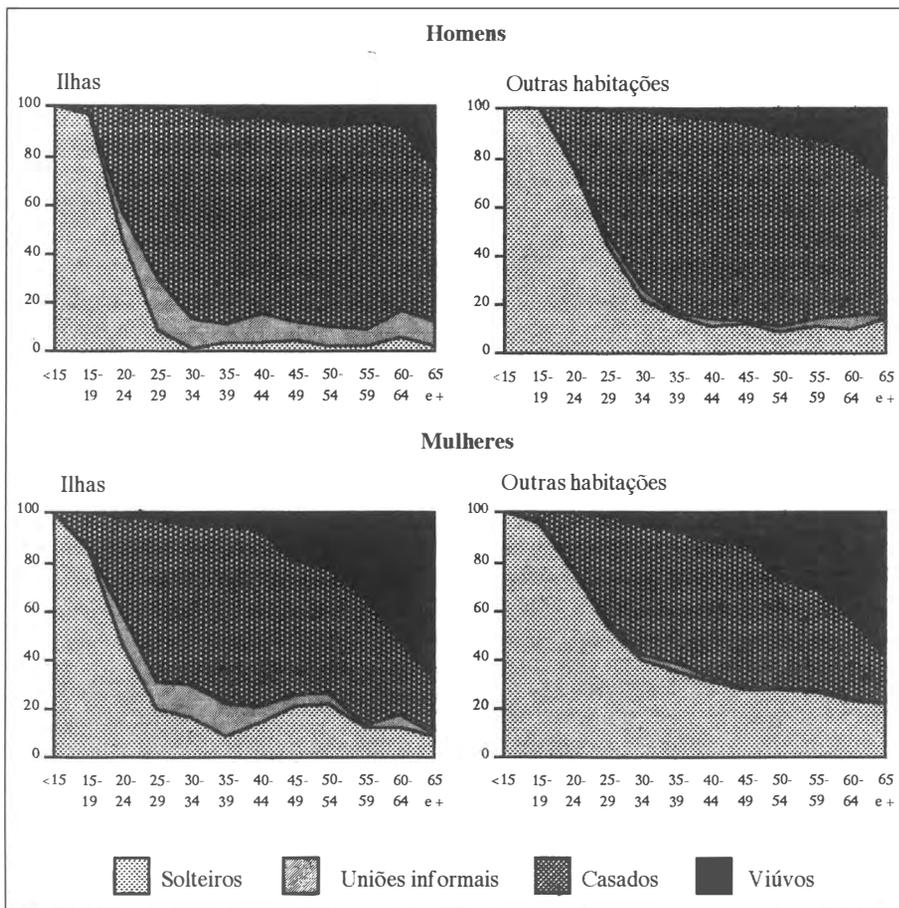


Fig. 2 – População por sexo, estado civil e idade, por tipo de habitação (Cedofeita. 1881).

Os mesmos motivos poderão ter provocado, em todas as idades superiores a 15 anos, a menor extensão do celibato entre os habitantes das ilhas. Acima dos 54 anos, a proporção de homens celibatários é de 4,1% na população das ilhas e de 12,5% na população de outras zonas residenciais. Para as mulheres esses valores elevam-se a 11,4% e a 24,2%, o que não é de estranhar, dada a forte feminilidade da população urbana e os desequilíbrios daí resultantes no mercado matrimonial. Refira-se, no entanto, uma vez mais, a necessidade de ter em conta a importância das criadas, cuja permanência na profissão depende muitas vezes da condição de manterem o estado de solteiras.

Em todo o caso, as camadas populares parecem ter fugido mais facilmente ao celibato definitivo, a avaliar pelas diferenças nos grupos masculinos. A normal inflação do estado de viuvez feminina nos grupos etários superiores, decorrente da mortalidade diferencial dos dois sexos, aparece aqui agravada pelas condições do mercado matrimonial, que desfavorecem o recasamento das mulheres.

#### *A família na «ilha»*

i) Nas ilhas a dimensão média dos agregados domésticos é substancialmente mais baixa do que no conjunto da população (3,3 contra 4,3 nas outras casas).

**QUADRO 4 – PROPORÇÕES DE FOGOS E PESSOAS, SEGUNDO AS DIMENSÕES DOS AGREGADOS, POR TIPO DE HABITAÇÃO (CEDOFEITA, 1881):**

DIMENSÃO	ILHAS		OUTRAS	
	Fogos	Pessoas	Fogos	Pessoas
1 pessoa	13,1	4,0	8,0	1,8
2-3 pessoas	48,1	35,3	35,4	20,8
4-6 pessoas	32,5	46,2	39,4	43,7
7 e + pessoas	6,3	14,5	17,2	33,7
N =	1 210	4 004	2 386	10 348

Fonte: A.P.C., *Livro de Desobriga*, 1882.

A reduzida dimensão média dos fogos das ilhas parece decorrer da exiguidade do espaço habitacional, que raramente ultrapassa os 20 m², mas também de estratégias de sobrevivência das famílias trabalhadoras que tenderiam a adaptar a sua dimensão e estrutura ao equilíbrio possível entre salários e consumos. O calendário e as modalidades da entrada no mundo do trabalho, deslocando jovens (como aprendizes, serviçais, etc.) dos lares pobres para casas das famílias das classes médias e altas, poderiam ser responsáveis por este aspecto. Refira-se, no entanto, que uma análise deste tipo apresenta uma importante limitação. A natureza da habitação em ilha possibilita a residência de fogos vizinhos aparentados, utilizando por vezes partes de casa comuns em diversas funções domésticas, os quais noutras situações poderiam ser encarados como um mesmo fogo. A observação sistemática destes casos, só possível com o recurso à metodologia da reconstituição de famílias e seu cruzamento com as listagens nominativas de fogos e moradores, é, numa cidade como o Porto do século XIX, particularmente delicada, dada a mobilidade intensa da população e as dificuldades conhecidas na aplicação da técnica de reconstituição de famílias numa grande cidade. Mas as observações da população de algumas ilhas ao longo de vários anos – através do cruzamento de listagens nominativas sucessivas com registos de estado civil – revelaram a existência de diversas situações de vizinhos aparentados, bem como alguns casos de filhas ou filhos que, após o casamento, ficam a morar na mesma ilha em que vivem os pais.

A observação intensiva que realizámos numa das ilhas da R. da Saudade entre 1875 e 1910 permitiu destacar a existência de diversas relações de parentesco entre os agregados que aí habitavam, para além dos laços de compadrio. Em 1881, nas suas 11 casas habitavam 11 agregados familiares, 8 dos quais eram aparentados, constituindo 3 núcleos familiares, ligando 36 dos 49 habitantes.

Os núcleos aparentados são constituídos normalmente por irmãos que, no processo de separação da casa materna, após o casamento, se instalaram na ilha ou nas proximidades. As vantagens de uma tal estratégia são múltiplas, tendo em conta as possibilidades de entreajuda que as vicinalidades na ilha permitem. Em certas situações, estes núcleos de parentes podem ter-se mesmo associado como grupos de trabalho. Em 1891, duas das casas da ilha referida aparecem transformadas temporariamente em «fábrica de tecidos», o que deixa supor a sua utilização colectiva pelas 5 famílias de tecelões que então habitavam a ilha.

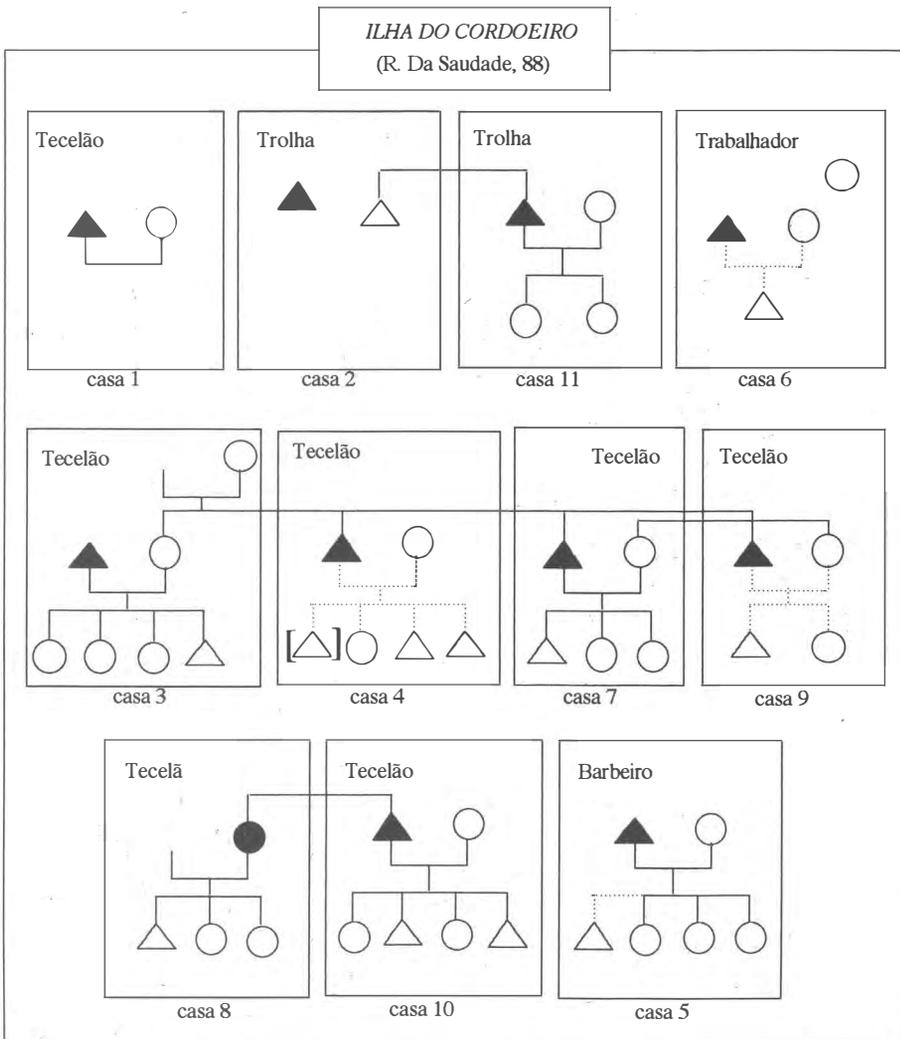


Fig. 3

ii) A análise da estrutura dos agregados domésticos da gente das ilhas deverá também ter em conta as condições do alojamento e as vicinidades. Uma leitura transversal da população de Cedofeita permite-nos verificar o predomínio da família conjugal simples na ilha – embora a relação conjugal seja muitas vezes, como referimos, de carácter informal –, revelando uma imagem bem diversa daquela que as teorias da desintegração familiar sustentaram, ao considerarem que a industrialização e o êxodo rural para a cidade provocaram situações generalizadas de desenraizamento e de dispersão das famílias trabalhadoras. Por outro lado, as proporções de isolados não são aí maiores que no conjunto da população.

QUADRO 5 – ESTRUTURAS FAMILIARES SEGUNDO O TIPO DE HABITAÇÃO  
(CEDOFEITA, 1881): (EM %)

ESTRUTURA DOS AGREGADOS DOMÉSTICOS		ILHAS		OUTRAS HABITAÇÕES	
		Fogos	Pessoas	Fogos	Pessoas
1 Isolados	a) viúvos	3,7	1,2	3,8	1,3
	b) solteiros	7,8	2,3	7,4	3,0
	c) casado (conj. ausente)	1,2	0,3	0,8	0,2
	d) est. civil indeterminado	0,6	0,1	0,2	0,1
Total – 1		13,2	4,1	12,3	4,6
2 Agregados não conjugais	a) irmãos	1,0	0,7	2,6	2,3
	b) outros parentes	0,8	0,8	2,1	1,6
	c) a) + b)	–	–	0,4	0,4
	d) sem parentesco evidente	1,1	0,7	2,3	1,5
Total – 2		2,9	2,3	7,3	5,8
3 Agregados conjugais simples	a) casais sem filhos	16,9	10,6	12,5	7,8
	b) casais com filhos	36,5	50,4	34,8	43,1
	c) viúvos com filhos	7,6	7,0	9,8	8,8
	d) solteiros com filhos	3,8	3,0	1,8	1,4
	e) união informal sem filhos	3,6	2,3	0,8	0,4
	f) união informal com filhos	5,5	6,4	1,9	2,0
	g) casados/as com filhos cónj. au.	1,1	1,0	0,6	0,4
Total – 3		75,0	80,8	62,2	63,9
4 Agregados familiares alargados	a) alargamento ascendente	3,1	4,5	5,3	7,1
	b) alargamento descendente	1,8	2,0	2,8	3,1
	c) alargamento lateral	1,7	1,9	4,2	5,7
	d) outras combinações	0,2	0,3	0,6	0,8
Total – 4		6,8	8,8	13,0	16,8
5 Agregados familiares múltiplos	a) unidade secundária ascendente	0,4	0,8	0,7	1,3
	b) unidade secundária descendente	1,6	2,9	2,7	4,2
	c) unidade secundária lateral	0,1	0,2	1,0	1,8
	d) outras combinações	0,1	0,2	0,8	1,5
Total – 5		2,1	4,1	5,2	8,8
6	Estrutura indeterminada	0,0	0,0	0,1	0,0
N =		1 210	4 004	2 383	10 344

Fonte: A.P.C., Livro de Desobriga, 1882.

É certo que não consideramos neste estudo as «casas de malta», as hospedarias e outras situações em que detectaríamos muitos trabalhadores isolados da sua família. Mas, como já salientámos atrás em relação às «casas de malta», muitos dos trabalhadores que aí se instalam durante a semana regressam todos os sábados à sua casa para se reunirem à sua família. A sua deslocação pendular tem, pois, o objectivo de aproveitar as novas condições do mercado de trabalho, quer para maximizar os rendimentos familiares e aumentar o seu património na comunidade de origem, quer para salvaguardar o mesmo, em momentos de crise.

Na realidade urbana portuense do século passado, o isolamento de trabalhadores vindos das zonas rurais não significava necessariamente uma ruptura com a família. Por outro lado, se tivermos em conta a estrutura habitacional da ilha, onde funcionam com mais vigor os laços de solidariedade vicinal, somos levados a concluir que o significado do isolamento, ao nível das experiências vividas, nem sempre estaria associado à noção anómica que o conceito tradicionalmente transporta.

A grande diferença entre os fogos das ilhas e os restantes é, aparentemente, a maior importância nestes últimos dos agregados familiares com estrutura complexa. Apesar da exiguidade do espaço nas casas das ilhas, a proporção de fogos complexos é ainda assim significativa (cerca de 12% contra 23,4% nos outros fogos). No entanto, se tivermos em conta a estrutura habitacional da ilha e os laços de parentesco entre vizinhos, a complexidade das formas de família nos meios populares revela-se bem mais forte do que, à primeira vista, uma leitura transversal das fontes deixa supor. No exemplo da Ilha do Cordoeiro em 1881 (Fig. 4), apenas um dos agregados apresenta forma complexa, sendo 9 nucleares simples e um sem estrutura conjugal. Porém, se considerarmos os núcleos aparentados, a situação altera-se completamente: apenas 3 fogos nucleares simples, tantos quantos os de estrutura complexa. Mais importante ainda é considerar-se a consequência deste facto ao nível das experiências individuais: para dois terços dos indivíduos as relações quotidianas com primos, tios e outros parentes revelam-se, assim, quase tão importantes como as relações no interior da família nuclear simples.

iii) Como tem sido salientado em diversos estudos, a tendência para a formação de fogos complexos é mais forte no início e no termo da vida conjugal, ou seja, após o casamento ou com o nascimento dos primeiros filhos e a inclusão de parentes (geralmente a mãe ou a sogra viúvas, ou irmãs ou cunhadas solteiras), ou então na velhice, quando os filhos casam e ficam a viver na casa paterna.

Por outro lado, a população idosa é a mais frequentemente sujeita a situações de dependência, tendendo nesse grupo a verificar-se um maior peso de pessoas acolhidas na casa dos filhos casados ou de parentes, contribuindo para a formação de agregados complexos, sendo também nesse grupo etário que se verificam maiores percentagens de isolados (Mota, 1990: 36-38; Pereira, 1986: 135-138).

Ora, a estrutura etária mais jovem da população das ilhas poderá ter tido reflexos também na estrutura dos agregados, se concluirmos pela existência de uma correlação entre a variável idade e essa estrutura. Viver na ilha pode, neste sentido, ser também associado a determinadas trajectórias de vida dos seus habitantes, a situações mais ou menos transitórias.

iv) Viver na ilha foi, como referimos, associado pelas elites dirigentes a uma situação física, social e moralmente degradada e marginal. Ou seja, viver na ilha confere, inegavelmente, em si mesmo, uma marca social de inferioridade. O processo de integração e de ascensão social passa também, por isso, pelo acesso a uma habitação socialmente mais valorizada, isto para lá das aspirações individuais de maior conforto ou bem-estar.

QUADRO 5 – **ESTRUTURAS FAMILIARES SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS DO CHEFE DE FAMÍLIA, POR TIPO DE HABITAÇÃO (CEDOFEITA, 1881)**

ESTRUTURA DOS AGREGADOS	IDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA					
	< 25	25-34	35-44	45-54	55-64	≥ 65
<i>Ilhas:</i>						
Isolados	18,8	7,3	7,3	10,5	22,9	26,8
Agregados não conjugais	1,3	1,5	1,9	3,3	5,9	8,9
Agregados conjugais simples	68,8	81,8	84,1	78,0	55,9	50,0
Agregados familiares alargados	11,3	7,6	5,7	4,3	8,5	12,5
Agregados familiares múltiplos	0,0	1,8	1,0	3,8	6,8	1,8
N =	80	330	315	209	118	56
<i>Outras habitações:</i>						
Isolados	26,5	10,1	9,1	9,2	13,4	20,1
Agregados não conjugais	10,8	4,1	4,9	8,2	7,6	12,9
Agregados conjugais simples	54,2	71,5	70,9	62,1	59,9	38,4
Agregados familiares alargados	8,4	11,4	12,4	13,6	10,3	19,6
Agregados familiares múltiplos	0,0	3,0	2,7	6,9	8,8	8,9
N =	83	466	526	478	397	224

Fonte: A.P.C., *Livro de Desobriga*, 1882.

Ora, o alcance destes objectivos passa obviamente pelas condições económicas das camadas trabalhadoras que habitam nas ilhas, condições essas que derivam sobretudo das relações existentes no mercado de trabalho e de habitação. Os salários e as rendas de casa impõem aqui limites objectivos à prossecução de expectativas familiares e individuais das camadas trabalhadoras. Sair da ilha para uma casa melhor poderá ter constituído o horizonte de muitas famílias pobres, mas a realidade parece ter imposto mais frequentemente a luta pela salvaguarda da casa na ilha, ameaçada em cada fim do mês pela acção de despejo, sempre que o dinheiro da renda não conseguia arranjar-se.

O problema é, aliás, colocado com acuidade pelos contemporâneos, retomando a relação entre os «níveis de subsistência» e as «fases de vida», proposta por Rowntree. «Ao lado da falta de trabalho – escreve um autor da época – vem a diminuição do salário à medida que diminuem as energias do operário. Succede muitas vezes que o salário tem atingido o maximo, quando as necessidades estão ainda no minimo e que aquelle começa a decrescer sem que estas deixem de augmentar. A deserção dos filhos mais agrava a situação economica do operario» (Mata, 1906: 61-62).

Entre os mais pobres, a exiguidade do espaço doméstico, constituído em muitos casos por um único compartimento, não permite albergar mais pessoas para além da unidade conjugal e dos filhos. Mesmo assim, no século XIX, numa cidade como o Porto, em que a produção doméstica é ainda dominante, a associação entre a unidade residencial e a unidade produtiva obriga a estratégias complexas de gestão do espaço, da mão-de-obra e dos consumos. Quando a empresa doméstica aumenta a sua capacidade de produção e sustento, não só se retém toda a força de trabalho da família conjugal, como existem possibilidades de albergar alguns parentes da província ou mais pobres, como aprendizes ou simplesmente como hóspedes. Há mesmo possibilidades de associar a mãe ou a sogra viúva, irmãs ou cunhadas solteiras, quer para participarem directamente na produção artesanal, quer para efectuarem as tarefas domésticas de cuidar dos filhos, preparar as refeições ou tratar da casa. Em muitos casos, pode

recorrer-se a criados para essas tarefas. À medida que decresce o tamanho da empresa doméstica, diminuem as necessidades de mão-de-obra e as possibilidades de suportar os gastos com o consumo de membros da família, cuja rentabilidade econômica não seja evidente. Nestas situações, o grupo doméstico contrai-se ao mínimo possível, sendo obrigados alguns dos filhos a abandoná-lo e a procurar trabalho noutras casas.

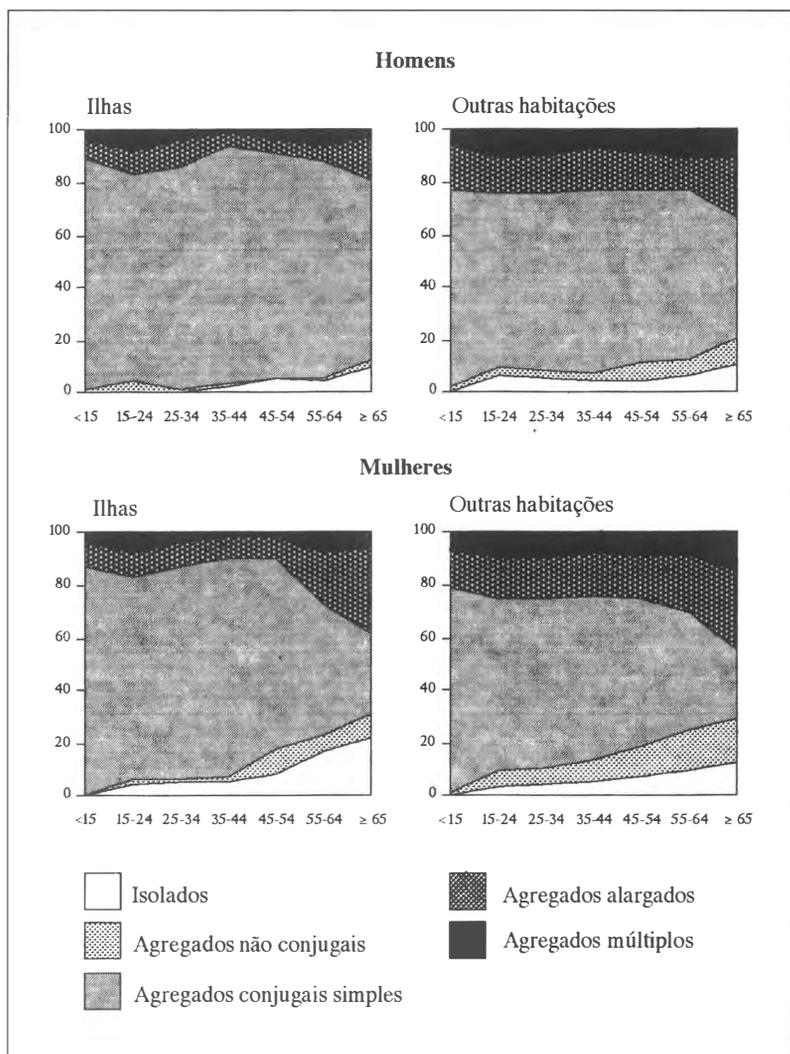


Fig. 4 – Distribuição da população de Cedofeita em 1881 por tipos de agregados domésticos e tipos de habitação, segundo o sexo e a idade

Viver na ilha corresponderia, assim, para um número substancial de famílias a fases da vida em que as necessidades de consumos tendiam a ultrapassar as capacidades de auferir salários (casais com filhos pequenos, mulheres viúvas, casais idosos, desempregados, etc.). Neste sentido, conviria saber até que ponto e com que êxito a autoridade paterna conseguiria impor-se no seio da família trabalhadora a fim de poder

controlar o salário dos filhos, o que poderia ter permitido, em certas situações, um aumento de recursos, possibilitando-lhes nomeadamente a saída da ilha para uma habitação melhor.

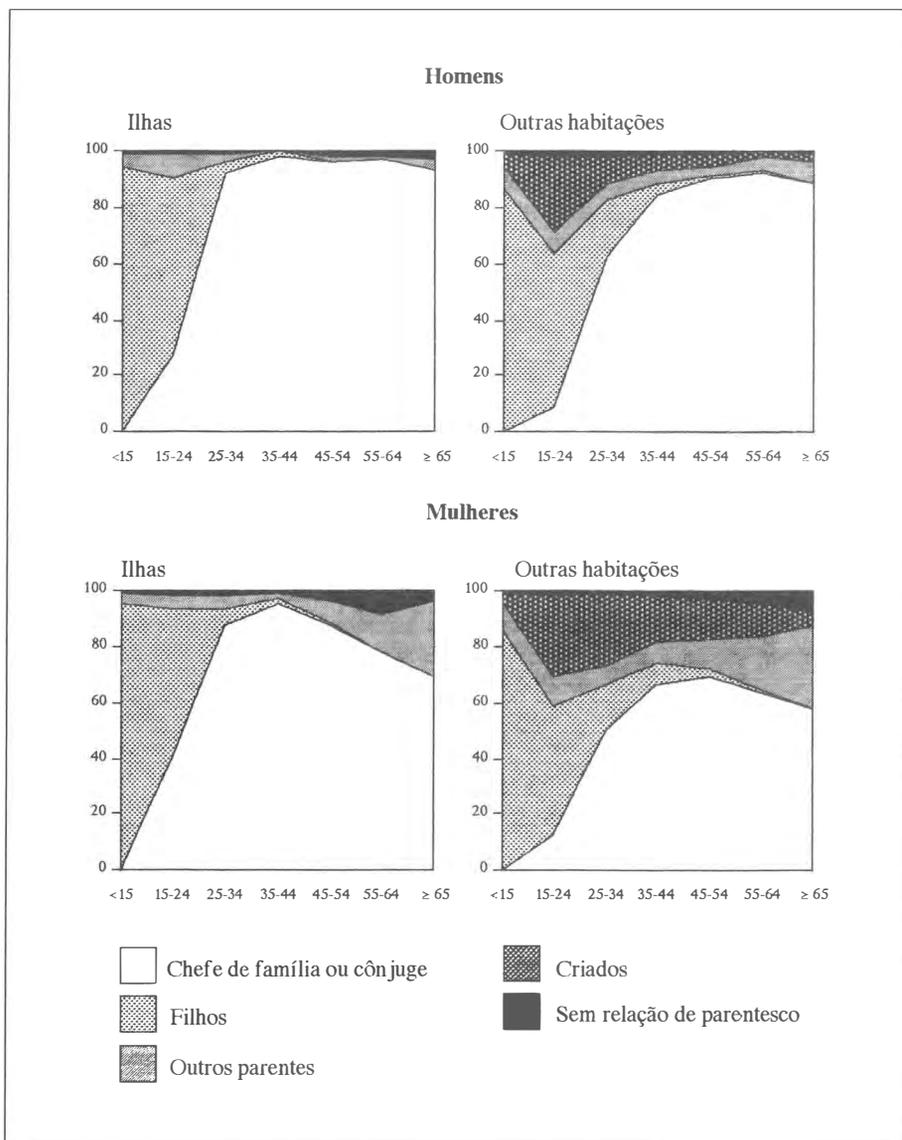


Fig. 5 – Componentes do agregado doméstico por tipos de habitação (Cedofeita, 1881).

Fonte: A.P.C., *Livro de Desobriga*, 1882.

Pelo inverso, a saída dos filhos em idade de ganhar salários, correspondendo ao abaixamento dos rendimentos familiares, poderá ter provocado a entrada na ilha de alguns elementos idosos. Os indicadores de que dispomos são fracos e permitem apenas colocar algumas hipóteses a este propósito.

Uma maternidade mais precoce nos lares das camadas trabalhadoras, correspondente a uniões conjugais mais jovens, bem como uma descida brusca da presença de filhos nos fogos encabeçados por indivíduos com idades superiores a 55 anos, parecem apontar para um modelo que se articulava bem com a organização do sistema domiciliário, em que o grupo de trabalho era constituído frequentemente pelo casal, com a ajuda de um filho pequeno. O crescimento dos filhos levava-os a formarem, logo que possível, o seu próprio grupo de trabalho, embora rentabilizando o suporte assistencial e de entre-ajuda que a residência na vizinhança de núcleos aparentados poderia garantir.

## NOTA FINAL

A análise de núcleos residenciais, como tentamos demonstrar aqui a partir do exemplo das ilhas do Porto, revela-se de grande utilidade para a compreensão das relações de parentesco entre unidades familiares vizinhas. As concentrações residenciais eram muitas vezes partilhadas por unidades domésticas ligadas por laços de parentesco e que deveriam ter mantido relações frequentes de entreajuda, embora seja mais difícil, na análise histórica, saber da intensidade dessas relações e da forma como evoluíram. Mesmo assim, importa ultrapassar os limites da casa, tentar perceber a sua integração em espaços mais amplos em que se geram relações de vizinhança fortes que dão coesão às «comunidades urbanas». O alargamento desordenado dos espaços habitacionais, em épocas de dinamismo demográfico e de crescimento urbano, reflecte muitas vezes as estratégias familiares de gestão do espaço residencial. Onde a instalação de materiais leves o permite, levanta-se mais uma ou várias barracas. Frequentemente, transforma-se o espaço vivencial interior das casas, dividindo os vários andares pelas diversas famílias conjugais, autonomizando as filhas ou filhos recém-casados numa parte do edifício, enquanto os pais continuam a viver noutra zona da casa, permitindo a parentes recém-chegados da província instalar-se num quarto, etc.

Por outro lado, o espaço residencial não é apenas uma realidade física, é sobretudo um espaço social, quer como lugar de memória, quer pelas relações que encerra e estabelece, quer ainda como símbolo de condição social que se projecta nas expectativas dos sujeitos, determinando em parte a mobilidade dos indivíduos e das famílias dentro da cidade, de acordo com o seu estatuto e as suas possibilidades económicas. Paralelamente, estabelece também uma marca social que os indivíduos tendem a interiorizar e que determina comportamentos específicos, como o que caracteriza a «gente das ilhas» do Porto.

Nesta perspectiva, a ideia de que o espírito doméstico teria mais força entre as famílias burguesas que nos lares das famílias trabalhadoras, mais sujeitas à instabilidade, merece ser aqui relativizada. É certo que numa pequena franja da alta burguesia parece verificar-se uma tendência para o isolamento das unidades residenciais, com a construção de mansões e chalés, afastadas do centro urbano (Boavista, Campo Alegre, Foz, etc.), rodeadas de jardins e separadas da rua por gradeamentos e sebes, seguindo de perto o estilo de vida dos negociantes britânicos ligados ao comércio do vinho do Porto. Mas a maior parte dos mestres artesãos e dos negociantes do Porto continuam a viver nos andares superiores dos edifícios onde funciona a oficina ou a loja de comércio, coabitando frequentemente com os seus aprendizes ou caixeiros (Oliveira e Galhano, 1958). No caso da população das ilhas, o espírito doméstico, associado a noções como privacidade da vida familiar ou

enfraquecimento do espírito comunitário, tem pouco sentido. A ilha é eminentemente um espaço colectivo e ao mesmo tempo um espaço fechado sobre si mesmo. O portal de entrada comum, bem como os espaços e equipamentos colectivos (corredor, lavadouro, poço, retretes, etc.) facilitam a formação de um espírito de comunidade, fundado em relações intensas de vizinhança, onde o acesso de estranhos, não sendo vedado, não deixa também de ser inibido ou mesmo hostilizado.

As relações de vizinhança associam-se frequentemente, como vimos, à identidade socio-profissional e a relações de parentesco formal ou informal entre diversos moradores da ilha. No processo de mobilidade de populações rurais para a cidade, que se intensifica no último quartel do século XIX, o espaço social da ilha tem um papel decisivo como lugar de integração urbana. Lugar onde já vive um parente ou um conterrâneo, lugar onde se cruzam as camadas trabalhadoras da cidade com os recém-chegados, a ilha constitui, nesse sentido, um espaço importante de acolhimento e de socialização das camadas mais pobres.

A exiguidade do espaço doméstico reforça a utilização dos espaços comuns, em especial pelas mulheres e pelos menores não-trabalhadores, intensificando as relações de sociabilidade e de entreatada, as solidariedades e também os conflitos. As características físicas das habitações, divididas por vezes por tabiques das habitações contíguas, dificultam o isolamento e a intimidade. Na ilha, o espaço privado distingue-se mal do espaço público, como acontecia nas comunidades tradicionais. O espaço comum é aqui um prolongamento do espaço doméstico e, por isso mesmo, um lugar onde o forasteiro dificilmente é bem aceite. Normas tácitas estabelecem-se entre os moradores da ilha para a utilização dos espaços comuns, regulam a interacção, definem poderes e direitos, determinando formas de socialização específicas, gestos, saberes, formas de dizer e de fazer.

Se partirmos do princípio, na esteira de Ariès, que «o sentimento da família e a sociabilidade não eram compatíveis, e não podiam desenvolver-se senão em detrimento um do outro» (Ariès, 1973:310), seremos tentados a defender a ideia de que o sentimento doméstico estaria claramente ausente da família trabalhadora, a qual se apoia, até muito tardê, em relações de vizinhança, que se revelam fundamentais para a sua sobrevivência. Mas serão a sociabilidade e o espírito doméstico necessariamente incompatíveis? Não será possível distinguir diferentes graus de compatibilidade entre esses dois aspectos, resultantes das diferentes inserções sociais e logo dos diferentes significados assumidos pela família? No caso das famílias trabalhadoras, em nosso entender, os dois sentimentos podem reforçar-se mutuamente, permitindo a eficácia de diversas estratégias de sobrevivência. É quando se tem família constituída que mais se precisa da solidariedade e entreatada dos vizinhos. Tomar conta de um filho pequeno, quando a mãe trabalhadora tem de sair de casa durante o dia, «dar uma mãozinha» nos trabalhos mais pesados ou na preparação de uma festa de casamento ou de aniversário, já que não pode dispor-se do recurso a criadas, fazer companhia ou estar por perto durante uma doença, assistir a um parto, e tantas outras ocasiões de prestar serviços de boa vizinhança, a retribuir oportunamente. Por outro lado, se associarmos o espírito doméstico à formação do casal, à constituição do próprio lar e à fuga ao isolamento, as camadas trabalhadoras parecem ter assumido mais precocemente um tal sentimento, em grande parte devido à maior facilidade de ganhar salários dos jovens trabalhadores, à menor dependência face ao património familiar e à complementaridade das funções masculinas e femininas numa economia dominada pelo trabalho domiciliário, em que os investimentos na aprendizagem e no equipamento não são elevados. Na família trabalhadora do Porto a interdependência

entre as gerações parece ter sido bem menor que na família burguesa, se considerarmos não só o casamento ou união mais precoce, as formas de família, mas também os laços de parentesco entre vizinhos, que, maioritariamente, se estabelecem em sentido lateral.

Estratégias de sobrevivência relacionadas com a necessidade de articular as diversas funções sociais e domésticas do homem e da mulher terão contribuído para essa fuga ao isolamento, em especial do homem. A mulher parece ter sido bem mais capaz de aguentar as situações de isolamento (Pereira, 1986: 142) e foi, sem dúvida, mais vulnerável a tais situações, quer por razões culturais, que inibiam o recasamento das mulheres viúvas, quer por razões demográficas, dada a menor esperança de vida dos homens e o desequilíbrio do próprio mercado matrimonial.

## NOTAS

- 1 Utilizamos aqui a série de *Livros de Desobriga* da paróquia de Cedofeita (Arquivo Paroquial de Cedofeita, *Livros de Desobriga*. Esta fonte foi já utilizada na elaboração da nossa dissertação de mestrado e constitui ainda o material base do nosso projecto de investigação actual sobre as estruturas familiares no Porto de fim de século) da década de 1880, em especial o da Quaresma de 1882. Sobre a análise desta fonte, cf. PEREIRA, Gaspar Martins, *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX. A freguesia de Cedofeita*, ed. policopiada, Porto, 1986).
- 2 Refira-se apenas, a título de ilustração, que, no período em análise, o Porto emprega na construção civil alguns milhares de trabalhadores dos concelhos limítrofes (Valongo, Bouças, Maia e Gaia). «O operario dos arrabaldes – lê-se no *Inquérito Industrial* de 1881, relativamente a estes trabalhadores – vem aos bandos á segunda-feira de madrugada carregado com a saca onde traz a brôa para toda a semana. Vive durante ella arranchando pelas obras ao caldo; e ao sabbado regressa a passar o domingo em casa com a familia que entretanto cuida da lavoura e da engorda dos bois» (1881: 27). Outro exemplo de deslocações pendulares semanais, integrando apenas mulheres, é o das fiadeiras e dobadeiras de Bouças e da Maia – cerca de 1.500 – que «trabalham para as fabricas do Porto, vindo semanalmente á cidade buscar a materia prima e levando o producto fabricado» (1881: 45).
- 3 Nas vésperas da República, a importância da tecelagem doméstica no Porto justificava a existência de duas Associações de Classe de Operarios Tecelões de Ambos os Sexos, uma no Bairro Ocidental e outra no Bairro Oriental, que congregavam apenas operários que trabalhavam na tecelagem manual, exclusivamente nos seus domicílios, já que os operários fabris tinham a sua Associação de Classe dos Operários Tecelões Mecânicos (*Inquirição*, 1910).
- 4 O que explica as elevadas taxas de analfabetismo entre os tecelões do Porto. No caso dos tecelões fabris, a percentagem de analfabetos atinge os 100% em algumas fábricas, segundo o *Inquérito* de 1881. Tal situação é mesmo defendida pelos industriais. Um deles, inquirido em 1881, terá mesmo afirmado que «em vendo um operario lêr punha-o na rua» (*Relatorio...*, 1881:195).
- 5 Segundo um inquérito realizado em 1885, «o aluguer por mez d'essas casas fica a cada operario por 4 a 120 reis e pouco mais», o que nos permille compreender a grande procura desses espaços pelos trabalhadores isolados, já que, mesmo nas habitações das ilhas, os preços de aluguer são, normalmente, dez vezes superiores aos das «casas de malta» (Oliveira, 1885: n° 51).
- 6 Tendo adquindo a Quinta de Salgueiros para aí instalar uma importante fiação, esta empresa construiu, entre 1875 e 1879, dentro da área murada da quinta, uma ilha com 47 casas (*Breve Memoria*, 1889: 8).
- 7 Segundo o Recenseamento da População de 1878, a população de Cedofeita representa cerca de 15% da população total da cidade. Dada a natureza da fonte que utilizamos neste estudo, não consideramos os grupos domésticos encabeçados por estrangeiros (cerca de 3% do total), nem os das minorias religiosas (especialmente protestantes, cerca de 0,4%), nem as convivências (quarteis, colégios, hospitais, grupos de estudantes, «casas de malta», etc.).
- 8 Uma crítica, mesmo superficial, da fonte revela distorções evidentes nas idades, provocadas essencialmente por dois factores: subregisto de menores de 7 anos (o que procuramos corrigir através do cruzamento da fonte com os registos paroquiais de baptismos e óbitos); atracção das idades pelos números terminados em zero, para além dos casos de idade indeterminada. Mesmo assim, optamos aqui pela utilização das idades não corrigidas, partindo do pressuposto de que as distorções referidas tem incidência semelhante quaisquer que sejam os estratos considerados.
- 9 Não distinguimos nesta análise as ligações formais das uniões livres, dado que a nossa fonte não permite fazê-lo, sem o recurso ao cruzamento com outras fontes, apresentando vulgarmente as situações de união livre ou informal como uniões conjugais de facto. Noutros estudos já realçamos a incidência das uniões informais entre as camadas populares do Porto (PEREIRA e CORREIA, 1989).

- ¹⁰ Em 1914, segundo o inquérito já referido (Lemos: 11-107), a dimensão média das 117 habitações das 10 ilhas visitadas era de 17,3m². Em 7 dessas ilhas a superfície das casas desce abaixo deste valor, variando no conjunto das 10 ilhas entre os 9 e os 34,3 m², com a seguinte distribuição:

DIMENSÃO MÉDIA (M2)	N.º DE CASAS
< a 10	23
10-15	36
15-20	26
20-25	12
> 25	20

- ¹¹ Em meados do século XIX, a distribuição dos tipos de fogos por grupos sócio-profissionais na freguesia de Cedofeita, com exclusão dos fogos encabeçados por mulheres, permitia concluir uma maior incidência do isolamento entre as camadas superiores. Enquanto nos estratos pobres os isolados representavam 4,8% dos fogos, entre os estratos médios e superiores essa proporção subia para 9% e 13,6% respectivamente (Pereira, 1986).

## FONTES E ESTUDOS DA ÉPOCA

ANTAS, Azeredo; MONTERROSO, Manuel – *A salubridade habitacional no Pôrto (1929-1933)*. Lisboa, 1934.

Arquivo Histórico Municipal do Porto (A.H.M.P.) – *Recenseamentos dos Bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita*. 1832.

Arquivo Paroquial de Cedofeita (A.P.C.) – *Livros de Desobriga*. 1878-1910.

BARBOSA, Antonio Pereira – *Da tuberculose no Porto*. Porto, 1906.  
*Breve Memoria sobre a Parceria Mercantil Fabrica de Fiação a Vapor em Salgueiros...* Porto, 1889.

Conservatória do Registo Civil do Porto (C.R.C.) – Cedofeita. *Registo de Casamentos*. 1878-1910.

Conservatória do Registo Civil do Porto (C.R.C.) – Cedofeita. *Registo de Baptismos*. 1878-1910.

Conservatória do Registo Civil do Porto (C.R.C.) – Cedofeita. *Registo de Óbitos*. 1878-1910.

FREITAS, Rodrigues de – *A miseria no Porto*, «Folha Nova». Porto, nº 52, 27 de Julho, 1885.

GARRETT, A. Almeida – *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto, 1939.

GARRETT, A. Almeida – *Tuberculose e habitação no Pôrto*. «Anais Scientificos da Faculdade de Medicina do Pôrto», 1 (2-3).

GIRÃO, Luis Ferreira – *Casas Operárias na 1ª Circunscrição Industrial*. «Boletim do Trabalho Industrial», nº 66. Lisboa, 1912.

Grave, João – *Os Famintos (episódios da vida popular)*. Porto, 1903.

GUEDES TEIXEIRA, Visconde de – *Circular dirigida aos Bancos do Porto sobre a construção de casas para operários na mesma cidade...* Porto, 1885.

*Inquerito sobre o estado da tecelagem na cidade do Porto e situação dos respectivos operarios*. Lisboa, 1889.

*Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado*. «Boletim do Trabalho Industrial», nº 49. Lisboa, 1910.

JORGE, Ricardo – *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto*. Porto, 1899.

JORGE, Ricardo – *A peste bubónica no Porto*. Porto, 1899.

LEMOS, Antonio Gomes Ferreira de – *Contribuição para o estudo da hygiene do Pôrto – Ilhas*. Porto, 1914.

MATA, José Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra, 1909.

OLIVEIRA, Emygdio d' – *A miseria no Porto (Boletim da Primeira Comissão d' Inquerito) – As ilhas*. «Folha Nova», n.os 47-62. Porto, 1885.

*Relatório apresentado ao Exc.mo Snr. Governador Civil do Districto do Porto... pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, 1881.

RIBEIRO, Joaquim Urbano da Costa – *Ensaio estatístico – a mortalidade do Porto em 1888*. Porto, 1889.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A1, Ana Nunes de – *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias do Barreiro*. Lisboa, 1990.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX*, «Revista de História», vol. IX, p. 267-289. Porto, 1989.
- ALVES, Jorge Fernandes – *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, 1994.
- ANDERSON, Michael – *Family Structure in Nineteenth Century Lancashire*. Cambridge, 1971.
- ARIÈS, Philippe – *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. 2ª ed. Paris, 1973.
- CABRAL, João de Pina – *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa, 1991.
- CORREIA, Luís Antunes; SALGADO, Maria Emília – *Os comportamentos nupciais na freguesia de Cedofeita em 1878-1882*. Porto, 1988. [dactil].
- DARROCH, A. Gordon – *Migrants in the nineteenth century: fugitives or families in motion?*, «Journal of Family History», vol. 6, p. 257-259, 1981.
- GROS, Marielle Christine – *O alojamento social sob o fascismo*. Porto, 1982.
- HAREVEN, Tamara K., ed. – *Family and Kin in Urban Communities, 1730-1930*. New York, 1977.
- HAREVEN, Tamara K. – *Family Time and Industrial Time. The relationship between the family and work in a New England industrial community*. Cambridge, 1982.
- HAREVEN, Tamara K. – *Family History at the crossroads*. «Journal of Family History», vol. 12, p. ix-xxiii, 1987.
- JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional. Portugal (1810-1913)*. Vol. II. Lisboa, 1989.
- LASLETT, Peter; WALL, Richard, eds. – *Household and Family in Past Time*. Cambridge, 1972.
- MOTA, Guilhermina – *Estruturas familiares no mundo rural. Grupos domésticos no Bispado de Coimbra em 1801*. «Revista Portuguesa de História». Vol. 24. Coimbra, 1990.
- OLIVEIRA, E. Veiga de; GALHANO, Fernando – *Casas do Porto*. «Douro Litoral», 8ª s., vol. VII-VIII. Porto, 1958.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX. A freguesia de Cedofeita*. Porto, 1986 [Policop].
- PEREIRA, Gaspar Martins – *O outro lado da cidade: sobre a população das ilhas do Porto em finais do século XIX*. Comunicação apresentada ao Congresso «O Porto de Fim de Século (1880/1910)». Porto, 1991.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto, 1995.
- PEREIRA, Gaspar Martins; CORREIA, Luís Antunes – *Casamento e condição social no Porto oitocentista*. Comunicação apresentada ao Congresso «O Porto na Época Contemporânea». Porto, 1989.
- PERROT, Michelle – *Maneiras de Habitar*. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges, *História da vida privada*. Vol.4. Porto, 1990.
- SEGALEN, Martine, in GOODY, Jack e outros, eds. – *Histoire de la Famille*. Vol. 2. Paris, 1986.
- SENNETT, Richard – *La famille contre la ville: les classes moyennes de Chicago à l'ère industrielle (1872-1890)*. Paris, 1980.
- SERRÃO, Joel – *Porto: 1830*. In *Temas Oitocentistas I. Para a História de Portugal no século passado*. Lisboa (2ª ed.), 1980, p. 86-91.

SHORTER, Edward – *Naissance de la famille moderne, XVIIIe-XXe siècles*. Paris, 1977.

TEIXEIRA, Manuel A. Correia – *Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «ilhas» da cidade do Porto*. «Sociedade e Território», vol. 2, p. 74-89. Porto, 1985.

TILLY, Louise – *Individual Lives and Family Strategies in the French Proletariat*. «Journal of Family History», vol. 4, p. 137-152, 1979.

TILLY, Louise; SCOTT, Joan W. – *Les femmes, le travail et la famille*. Paris, 1987.

VERRET, Michel – *L' espace ouvrier*. Paris, 1979.

VIANA, J. M. Gonçalves – *Aspirações populares: Subsídios – XII. «O Tripeiro»*. Vol. 6, 1927.

WALL, Richard, ed. – *Family Forms in Historic Europe*. Cambridge, 1983.

## RESUMO

No Porto de finais do século XIX, com o crescimento urbano e a industrialização, (principalmente no sector têxtil), alastrou a construção de ilhas para habitação das camadas trabalhadoras. Estas «comunidades urbanas» desempenharam um papel socio-histórico crucial na socialização dos trabalhadores recém-chegados à cidade, gerando comportamentos e estratégias familiares específicos, ancorados na formação de jovens casais e em relações intensas de vizinhança e parentesco. Esta estrutura familiar ajustou-se bem ao sistema de produção doméstico, predominante no Porto, em que a família nuclear simples corporava o próprio grupo de trabalho.

## ABSTRACT

At the end of the nineteenth century, with the spread of the urban growth and industrial activity - mainly the textile sector - the building of housing settlements ('ilhas') for the working classes developed in Porto. These 'urban communities' played an important socio-historical role in the socialization of the newly arrived workers, that enabled the production of family behaviours and strategies grounded in the formation of young couples and neighbouring and kin ties. This family structure adjusted to the cottage industry system, in which the simple family embodies the work group, prevailed in Porto.



# DEMOGRAFIA, HISTÓRIA DA FAMÍLIA E DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA IDADE MÉDIA: ALGUMAS REFLEXÕES

Luís Miguel Duarte  
Faculdade de Letras do Porto

## I

No primeiro encontro organizado pelo CEPFAM, em 19 e 20 de Dezembro de 1994, a comunicação apresentada por Henrique David ¹ fez um exercício que tem tanto de simples como de indispensável para o tema: repassar o que se escreveu sobre a demografia medieval, e submeter essa bibliografia a uma revisão crítica mínima. Com a sua invejável capacidade de síntese, Henrique David condensou o trabalho em poucas páginas. Que passaram a ser, desde a publicação das Actas do Encontro, um ponto de partida seguro para se voltar a pensar no tema. Estas breves reflexões remeterão constantemente para esse artigo; a ideia delas é, *grosso modo*, a seguinte: apresentando-se o panorama tal como ele o descreveu, vale a pena voltar à demografia medieval portuguesa nos próximos anos? Se vale, para fazer o quê?

1. Na sequência do que essa síntese procurou fazer, parece-me indispensável proceder a uma crítica sistemática dos 'números clássicos', pacificamente aceites, da população portuguesa; aqueles que se apoiam em dados ou interpretações provavelmente errados devem ser definitivamente rejeitados. Como aqueles, e não são poucos, que pura e simplesmente não se apoiam em qualquer tipo de dedução. Um exemplo: os 10.000 habitantes que foram alvitados para o Porto de finais de Quatrocentos. Qual é a base desta cifra? Por que cálculos, por que documentos, se chegou a ela? Debalde percorreremos os historiadores consagrados do Porto medieval ². Terá sido uma intuição, uma estimativa aproximada? Não se sabe. Sabe-se é que, uma vez divulgada, é difícilimo, para não dizer impossível, pô-la de lado. "Cuidado com as autoridades, dizia-me uma vez o sábio Dom Abade da Colegiada de Santo Isidoro de Léon, ele próprio 'uma autoridade'; a partir do momento em que alguma autoridade 'cola' uma data a um facto ou a um objecto, vemo-nos aflitos para a tirar de lá".

Haveria que recapitular todos os números totais e parciais disponíveis e, quando depararmos com alguns que foram avançados sem qualquer razoabilidade, pura e simplesmente eliminá-los. Em lugar do raciocínio cómodo, que nos aconselha, à falta de melhor e mais seguro, a ficar com essas propostas, deveríamos talvez escolher outro caminho: entre valores arbitrários e o vazio total, é sem dúvida preferível este último. Não engana ninguém e constitui um desafio mais sério para futuras investigações. Ao emitir esta opinião coloco-me na esteira do que afirmou Robert Fossier, num texto essencial de balanço e perspectivas da demografia medieval: "As estimativas avançadas por certos historiadores americanos, como Bennett ou Russel, sobre todo o milénio medieval, ou mesmo, como Ferdinand Lot, sobre os tempos carolíngios, são puros fantasmas; aliás essas estimativas variam, segundo os autores, em várias dezenas de milhões em toda a Europa" ³.

2. De alguma forma na linha da opinião anterior, creio que haveria vantagem em repensar profundamente algumas das fontes que adquiriram incontestado 'direito de

cidade' na demografia medievá: róis de besteiros, róis de tabeliães, listas de igrejas. Um bom começo seria dotar os investigadores de cuidadas edições diplomáticas que, se existem em alguns casos ⁴, seriam bem recebidas em outros, a começar pela lista das igrejas de 1320-1321⁵.

Quanto à utilidade destes textos, sem contestar a utilização que deles tem sido feita e as representações gráficas propostas, tenho sérias dúvidas de que se possa construir, a partir de alguns deles, ordens de grandeza na distribuição da população. Tomemos o *rol dos besteiros de 1422* ⁶, por exemplo, e comparemos números de várias circunscrições - pura e simplesmente não faz sentido: Arronches e Marvão tinham tanta gente como Lagos? Setúbal tinha bastante mais do dobro de Lagos, Faro, Silves e Tavira? Guimarães tinha 2,5 vezes a população do Porto? Há um sem número de outros factores que interferem na fixação do conto dos besteiros para além do quantitativo dos habitantes. Para os tabeliães e as igrejas colocam-se problemas específicos, mas que permitem levantar reservas semelhantes. Creio que começa a ser pouco compensador o exercício intelectual de discutir coeficientes multiplicadores. Cada vez mais temos a sensação de que fazer equivaler um tabelião, um besteiro ou uma igreja a x habitantes é uma operação totalmente aliatória, e eventualmente incorrecta, algo assim como somar batatas com cebolas.

Por outro lado, nunca foi muito seguida, em Portugal, a perspectiva de fazer projecções a partir das áreas amuralhadas ⁷, na esteira de Torrez-Balbás. Cálculos desses, tentados para Óbidos, deram resultados sem qualquer validade. As muralhas góticas do Porto, se objecto de um tratamento desse tipo, produziriam um número disparatado.

Devemos familiarizar-nos com os conceitos e métodos da demografia, mas usar de alguma prudência no momento da sua aplicação ao nosso período cronológico. Desde estudante nunca entendi bem as *esperanças de vida* em torno dos 30 anos, ou inferiores, quando as fontes pareciam transmitir outra imagem; esse desconforto é, aliás, motivo de frequentes perplexidades entre os medievalistas. Por isso achei esclarecedora a posição de Fossier: "os demógrafos profissionais utilizam o absurdo critério de "esperança de vida" que não tem rigorosamente nenhum valor numa sociedade em que se acotovelam numerosos nados-mortos e vigorosos anciãos. Está hoje bem estabelecido que uma vez transposta a alta barreira dos falecimentos da primeira idade, o ser humano atinge, sem obstáculos, cinquenta a sessenta anos de idade: as vidas dos reis ou dos prelados multiplicam os exemplos disso mesmo; na aldeia, as arbitrariedades e os compromissos apoiam-se sem dificuldade nos testemunhos de numerosos septuagenários" ⁸.

3. Podíamos continuar um pouco mais a sugerir o que talvez não se deva continuar a fazer. Passemos a um discurso mais afirmativo. Não temos que renunciar ao quantitativo: "contar não implica a todo o momento uma base de números, seguros ou não. Podemos contar a partir de dados dispersos, pontuais, indirectos..." ⁹. Depois, creio que os medievalistas devem partir decididamente do Numeramento de 1527-32. Há excelentes trabalhos monográficos ou mais globais sobre este levantamento populacional ¹⁰. Utilizá-los para cálculos de população algumas décadas antes, ou mesmo um século antes, exigindo cuidados, é perfeitamente razoável. Mas, repito, é preciso estudar com a maior profundidade o *numeramento*; não chega dizer que como Castelo de Vide, cerca e arrabaldes incluídos, tinha por aqueles anos 885 fogos, incluindo 205 viúvas e 22 clérigos de missa, é de crer que rondasse, em 1450, os x habitantes. O cruzamento de documentação vária permitiu a José Marques propostas sólidas sobre a evolução demográfica da arquidiocese de Braga, com marcos cronológicos bastante apertados: 1477, 1493, 1506, 1514, 1527 ¹¹.

Devemos também continuar a precisar os conceitos, quer aqueles de que nos servimos hoje, quer os utilizados nas fontes, na linha das páginas que João Alves Dias escreveu sobre *fogos, vizinhos e moradores* ¹².

4. Em segundo lugar, creio ter ficado claro, a partir do trabalho de Henrique David, que os dois tipos de fontes mais fiáveis e que têm produzido propostas mais credíveis são as *inquirições* e os *documentos de tipo fiscal*. Nenhum deles foi ainda explorado até à exaustão. É um segundo caminho que merece uma aposta continuada. No caso dos livros de fintas ou outros impostos, há que aproveitar bem fontes do século XVI (estou a lembrar-me do *Livro da Abertura da Rua das Flores*, do Porto). Sobretudo, não se julgue, nunca se julgue, que está tudo descoberto. Como exemplo, citaria a preciosa lista de fregueses da Correlhã, datada de 13 de Novembro de 1229, divulgada por António Matos Reis ¹³. Uma conjugação rigorosa das fontes publicadas e dos estudos conhecidos com a incorporação de alguns dados novos de grande relevância permitiu a Maria Helena da Cruz Coelho escrever recentemente um capítulo fundamental para a história da população portuguesa ¹⁴.

5. A arqueologia e os estudos de urbanismo podem ajudar-nos, reconstituindo malhas de ocupação, tipos de edifícios, tamanho de aldeias, etc. E temos já experiências interessantes: João Gouveia Monteiro abalança-se a cálculos de efectivos militares a partir das horas de marcha de uma coluna ou das dimensões de cenários de batalhas ¹⁵. É um terreno em que está quase tudo por fazer.

6. A existência de numerosas monografias de cidades e vilas medievais, e mesmo de ruas, deve ser acompanhada com toda a atenção. Por vezes, quando o objecto de estudo é circunscrito, do ponto de vista espacial, o investigador consegue cruzar uma razoável quantidade e variedade de fontes e chegar a uma proposta válida no que toca à população.

## II

Se no campo dos números globais não vejo perspectivas animadoras a curto prazo ¹⁶, creio que está muito por fazer em outros domínios da história da população e da história da família: os vários tipos de família, as estratégias sucessórias ¹⁷, as idades do homem e da mulher (sociais e biológicas), a relação, social e numérica, entre os dois sexos, o mercado matrimonial. Podem ser reveladores temas como o dos *órfãos*, o das *amas*, o das *legitimações* ¹⁸ e o das *perfilhações*; ou as doenças e as epidemias, a história do corpo, a história da alimentação, da infância, da juventude, da velhice. A mobilidade das populações medievais merece maior atenção, no seguimento do estudo pioneiro de Iria Gonçalves ¹⁹. Há muitas e boas fontes para avançar nestes estudos, algumas menos conhecidas, outras menos aproveitadas ²⁰. Permito-me sublinhar, de entre todas, as *fontes normativas*. Em resposta a alguma história do direito que pretendeu, sem mais, deduzir a realidade das leis, desvalorizou-se em excesso esse tipo de fontes. Ora por um lado os medievalistas portugueses dispõem de um conjunto de ordenações, dispersas ou reunidas em colectâneas, verdadeiramente excepcional; por outro, e essencialmente, esses textos normativos são indispensáveis para iluminar uma situação anterior (o direito tenta muitas vezes fixar um estado de coisas passado) ou o que os legisladores gostavam que existisse. Para além do direito hispânico e português, faço eco do conselho, repetido vezes sem conta, do meu saudoso amigo e professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida: atenção ao direito romano, atenção ao direito

canônico. Devemos continuar a tentar situar melhor a respectiva *recepção* ²¹, mas é forçoso saber o que eles prescreviam em relação a temas como o casamento, a adoção, a herança, a maioridade, etc. Há dificuldades evidentes: o latim, primeiro, e a pouca acessibilidade dos textos ²²; mas há também obras clássicas de historiadores que compendiam e comentam o que, sobre determinadas matérias, aquelas colecções preconizavam e que, à falta de recurso aos originais, podem fornecer uma informação satisfatória ²³.

Disciplinas como a paleoantropologia, a paleopatologia, a paleoepidemiologia, relativamente estabelecidas em outros países mas que, entre nós, só agora começam a dar os primeiros passos, trarão, por certo, importantes revelações ²⁴. Lembrando que o estudo do sangue pode permitir aos biólogos, aos etnólogos e aos historiadores determinar as características somáticas dos grupos humanos, Fossier nota que se os medievistas não podem dispor de “sangue medieval”, têm, em contrapartida, ossos com fatura.

As *cartas de perdão* régias, que estudei em pormenor, encerram dados de uma enorme riqueza para o conhecimento dos agregados familiares até ao 4º grau de parentesco ²⁵. Um trabalho exaustivo a partir delas pode dar-nos ideias muito aproximadas acerca do tamanho e da composição das famílias. Pode portanto fornecer os célebres índices multiplicadores, desta vez creíveis; recordemos que foi devido à proliferação de índices ao gosto de cada um, sem qualquer base concreta para a realidade portuguesa, que a maioria dos investigadores foi progressivamente abandonando a pretensão dos números absolutos, para se limitar a trabalhar com fogos.

Em conclusão: penso que, após uma crítica radical de todas as propostas existentes sobre números, parciais ou globais, respeitantes à população portuguesa medieval, deveriam ser rejeitados todos aqueles, mesmo os mais arreigados, que não apresentem uma base científica mínima. E que, sempre atentos à busca de outros números, os investigadores se deveriam voltar, nos tempos mais próximos, para os aspectos predominantemente qualitativos da história da população. Talvez, no fim da viagem, se vejam premiados com novos dados que permitam voltar a fazer contas, regressar a quantidades, em bases desta vez mais creíveis. Como lembra Fossier, “os limites da demografia medieval podem ser recuados; para isso, é necessário proceder a recenseamentos minuciosos, região por região, para conhecer exactamente a nossa bagagem” ²⁶.

## NOTAS

- 1 *A População portuguesa na Idade Média: uma revisão bibliográfica* (p. 87-91).
- 2 Nomes pelos quais tenho o maior respeito científico e até um carinho pessoal, homens conhecedores que foram da história da terra onde vivo e trabalho: António Cruz, Pinto Ferreira, Magalhães Basto, Pedro Vitorino, Carlos Bastos, Horácio Marçal, etc.
- 3 *Aperçus sur la démographie médiévale*, in *Population et démographie au Moyen Âge (Actes du 118^e congrès national des sociétés historiques et scientifiques, Pau, 25-29 oct. 1993)*, dir. de Olivier Guyotjeannin, Paris, Éditions du CTHS, 1995, p. 15.
- 4 Por exemplo, a lista de tabeliões do fim do século XIII, publicada por A. H. de Oliveira Marques (*A População Portuguesa nos Fins do Século XIII*, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Vega, 1980, pp. 51-92.); os censuais de Braga por Avelino de Jesus da Costa (*O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de*

- Braga, 2 vols., Coimbra, Fac. de Letras, 1959), etc. Para uma listagem completa das fontes e respectivas edições, veja-se A. H. de Oliveira Marques - *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa, Ed. Presença, 1986, pp. 15 e ss.
- ⁵ Ver A. H. de Oliveira Marques - *Portugal na Crise...*cit., p. 15, nota 2.
- ⁶ *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.], I, Tit. LXVIII, pp. 438-447.
- ⁷ Como ninguém se abalçou, e bem, a tentar projecções a partir das áreas das igrejas ou das mesquitas.
- ⁸ O.c., pp. 18-19.
- ⁹ Robert Fossier - O.c., p. 11.
- ¹⁰ Sobretudo João Alves Dias - *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. dact., Lisboa, 1992 (com publicação dos textos para as comarcas do Entre Douro e Minho e do Entre Tejo e Guadiana); Júlia Costa Pereira Galego - *A Comarca d'Amre Tejo e Odiana no numeramento de 1527-1532*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos - INIC, 1982; Idem e Suzanne Daveau - *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986. Vejam-se os cinco artigos de Anselmo Braamcamp Freire no "Arquivo Histórico Portuguez": *Povoação do Entre Dairo e Minho no XVI. Seculo*, 2(1905), pp. 241-273; *Povoação de Trás os Montes no XVI. seculo*, 7(1909), pp. 241-290; *Povoação da Estremadura no XVI. seculo*, 6(1908), pp. 241-284; *Povoação de Entre Tejo e Guadiana no XVI. seculo. I - Terras da Coroa e do Ducado de Bragança*, 4(1906), pp. 93-105; *Povoação de Entre Tejo e Guadiana no XVI. seculo. I - Terras das Ordens Militares*, 4(1906), pp. 330-363;
- ¹¹ *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, pp. 267 e ss. Como o autor lembra, é errado comparar, sem mais, cifras do século XIII e do numeramento, pois isso pode levar-nos a esquecer as dramáticas alterações dos séculos XIV e XV, e a estar menos atentos aos primeiros sinais de recuperação, que ocorrem em momentos diferentes nas várias regiões e países.
- ¹² *Gentes e Espaços...*, vol. 1, pp. 25-32.
- ¹³ *Entre Braga e Santiago de Compostela: a "vila corneliana" na primeira metade do século XIII* (a publicar no próximo número do "Arquivo de Ponte de Lima"). Inclui-se um número muito elevado de clérigos, que constituíram a base para a futura colegiada. Do mesmo autor, consulte-se ainda *Viana em 1517. Urbanismo, demografia e sociedade. Estudo da finta para a construção da ponte da Ajuda, sobre o Guadiana*, Viana do Castelo, 1995; Matos Reis conta 1278 fogos encabeçados por homens (86 dos quais isentos) e 250 encabeçados por mulheres (72 isentos), num total de 1528 fogos (p. 28). Veja-se por fim o trabalho *A fiscalidade em exercício: o pedido dos 60 milhões no almoxarifado de Loulé*, de Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Duarte "Revista da Faculdade de Letras - História", 2ª Série, 13(1996), pp. 205-229.
- ¹⁴ *Os homens ao longo do tempo e do espaço*, in *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do século XIV*, vol. III da *Nova História Portugal*, dir. por Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença, 1996, maxime pp. 166-182.
- ¹⁵ *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Coimbra, dact., 1997, vol. I, pp. 176 e ss.
- ¹⁶ Fossier considera os números globais muito menos interessantes do que os parciais (O.c., p. 15).
- ¹⁷ Na esteira de estudos como os seguintes: Herminia Vasconcelos Vilar - *A Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia Historica, 1995; Idem e Maria João Violante Branco Marques da Silva - *Morrer e Testar na Idade Média: alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV*, "Lusitania Sacra", 2ª Série, Lisboa, 1992; Manuela Santos Silva - *Contribuição para o estudo das oligarquias urbanas medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média*, in *A região de Óbidos na época medieval - estudos*, [s.l.], Col. P.H. - Estudos e Documentos, 1994, pp. 155-169; Fernando Carlos Rodrigues Martins - *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa*, dact., Porto, Fac. Letras, 1996; Albertina C.M.S. Barbosa - *Capelas e Aniversários do Mosteiro de S. Domingos do Porto no século XV*, dact., Porto, 1995; Maria Ângela Beirante - *As Capelas de Évora*, "A Cidade de Évora. Boletim Cultural da Câmara", 65-66(1982-83), pp. 21-50; Eugénio Andrea da Cunha e Feitas - *As Capelas de S. Domingos do Porto*, "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", 1939, pp. 51-68 e 187-209; Ivo Carneiro de Sousa - *Legados Pios do Convento de S. Francisco do Porto. As Fundações de missas nos séculos XV e XVI*, "Boletim do Arquivo Distrital do Porto", 1(1982), pp. 59-119; Maria de Lurdes Rosa - *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV)*. Lisboa, Ed. Estampa, 1995.

- ¹⁸ Como exemplo Carla Maria de Sousa Amorim Teixeira - *Moralidade e Costumes na Sociedade de Além-Douro: 1433-1521 (a partir das legitimações)*, Porto, dact., 1996, e Sónia Maria de Sousa Amorim Teixeira - *A Vida privada Entre Douro e Tejo: estudo das legitimações (1433-1521)*, Porto, dact., 1996.
- ¹⁹ *Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do século XIV*, in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996, pp. 138-152 (primeira publicação em 1978). Veja-se o que sobre o tema afirma Robert Fossier (O.c., pp. 19 e ss.). O colóquio a que o seu texto serve de introdução tem uma secção, com quatro trabalhos, dedicada às migrações.
- ²⁰ Fontes normativas eclesiásticas ou laicas, fontes narrativas, textos literários, livros de linhagens, iconografia, toponímia e antroponímia, etc.
- ²¹ Se se processou essencialmente no século XII ou se, tendo começado por essa altura, aconteceu em Portugal significativamente mais tarde: "Depois de um período de lenta infiltração nos séculos XIII e XIV, assiste-se nos séculos XV e XVI a uma verdadeira recepção do direito romano como direito subsidiário na maior parte dos países da Europa Ocidental." (John Gilissen - *Introdução Histórica ao Direito*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [1988], p. 241).
- ²² Há edições ainda possíveis de obter do direito justinianeus, mas no que toca ao Decreto e às Decretais é bem mais difícil consegui-los; creio que, em Portugal, cada vez menos investigadores os conhecem e podem consultá-los.
- ²³ Autores como Brooke, Brundage, Gaudemet, Marongiu, Weigand, Garcia y Garcia, Sánchez Herrero, Aznar Gil ou, entre nós, Isaias da Rosa Pereira e Paulo Merea, entre muitos outros.
- ²⁴ Veja-se, por todos, *La Femme pendant le Moyen Âge et l'Époque Moderne (Actes des Sixièmes Journées Anthropologiques de Valbonne, 9-11 juin 1992)*, dir. de Luc Buchet, Paris, CNRS, 1994. Entre nós, é de destacar o trabalho do Centro de Investigação de Antropologia do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e sobretudo a obra de Eugénia Maria Guedes Pinto Antunes da Cunha - *Paleobiologia das populações medievais portuguesas: os casos de Fão e S. João de Almedina*, Coimbra, 1994.
- ²⁵ O respectivo estudo constitui um projecto de médio prazo que iniciámos no âmbito do seminário sobre *História da População e da Família na Idade Média* (Mestrado de História Medieval da Faculdade de Letras do Porto).
- ²⁶ O.c., pp. 14-15.

# OS EXPOSTOS DE BARCELOS EM FINAIS DO ANTIGO REGIME

*Sebastião Matos*

O tratamento dos expostos do concelho de Barcelos só é possível fazer-se a partir da publicação da Ordem Circular da Intendência Geral da Polícia, de 10 de Maio de 1783, e a conseqüente criação das Casas da Roda. Só a partir desta data, é que temos no Arquivo Municipal de Barcelos as fontes manuscritas capazes de responderem à maioria das perguntas que se formulam, quando se aborda este assunto.

Anterior a esta data só seria possível um estudo, através dos "paroquiais", mas seria sempre muito incompleto, pois apenas nos permitiria ter conhecimento dos expostos que, no acto do baptismo e do óbito, foram registados como tais. Dada a estrutura de tais assentos pouco mais nos permitiriam que a quantificação e, quando muito, o lugar em que foram expostos: em casas particulares, conventos, igrejas, ou outros lugares públicos.

Porém, seria humanamente incompreensível o esforço dispendido em tais buscas, porque inconclusivo, tendo em conta a extensão do Concelho de Barcelos de então, que se estendia desde o Lima ao Ave, com mais de 200 freguesias, mais de metade delas hoje distribuídas pelos concelhos de Viana do Castelo, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Famalicão, Guimarães, Braga e Ponte de Lima. Levantamento que seria incompleto, pelo menos não rigoroso, se tivermos em conta que 22 dessas freguesias tinham lugares pertencentes ao concelho de Barcelos e lugares pertencentes a outros concelhos, o que tornaria difícil de se saber se os expostos destas freguesias pertenciam a este ou àquele concelho.

Feita esta breve introdução, obviamente só iremos considerar os expostos do concelho de Barcelos nos últimos anos do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, ou seja, desde a instituição das Casas da Roda e a desagregação do concelho de Barcelos, após as reformas administrativas introduzidas por Mousinho da Silveira.

Abordaremos apenas dois dos vários aspectos desta problemática, ou seja:

1 – Onde eram abandonadas as crianças e os motivos que moviam os progenitores a praticarem tal acto;

2 – Os expostos e o seu destino.

Como fonte principal para este trabalho, servimo-nos de duas das cinco séries manuscritas que, sobre a temática, se encontram no Arquivo Municipal de Barcelos.

## 1 – Abandono e suas causas

Como é do conhecimento geral a Ordem Circular de 1783, a mais importante norma legislativa sobre os expostos da História Moderna e Contemporânea, determinou que fossem estabelecidas Casas da Roda em todos os concelhos, com o objectivo de aumentar a população do reino, uma vez que nalgumas terras as casas se encontravam desabitadas, sendo a causa de uma tão sensível diminuição da população, entre outras, os "reiterados infanticídios" que todos os dias aconteciam.

A resposta a esta norma legislativa, por parte da Câmara de Barcelos, só se verificou a partir de 1 de Janeiro de 1784, data da entrada em funcionamento da Casa da Roda, que tinha a particularidade de ter duas rodas: uma voltada para a então denominada Rua da Nogueira de Baixo, extra-muros; e a outra para a Rua de Trás do Muro.

O Termo de Barcelos era o "mais dilatado da Província", conseqüentemente, demasiado extenso para ser convidativo aos pais das crianças ou seus mandatários a percorrerem tão longas distâncias, para deporem as crianças na roda. Para evitar que se continuasse a assistir ao espectáculo degradante do abandono dos expostos à porta de particulares, igrejas, capelas ou de outros lugares públicos mais frequentados, os poderes concelhios determinaram a criação de uma segunda Casa da Roda, que pudesse servir as freguesias mais distantes localizadas a sul do concelho. Esta foi instituída, primeiramente, em Landim, de 1784 a 1786, e, posteriormente, foi transferida para Famalicão.

Esta Casa da Roda, dependente da de Barcelos e da sua máquina administrativa, funcionava como posto de recepção. Aqui só existiam três funcionários, o albergueiro, a rodeira e uma ama de leite, a qual tinha por missão trazer os expostos para Barcelos, denominando-se por isso de condutora.

Não pensemos que, com o estabelecimento das duas Casas da Roda, acabaram definitivamente as exposições nos lugares habituais.

Em Barcelos, em 1784, data do início do funcionamento da Casa da Roda, das 75 crianças expostas, 32% ainda o foram à porta de particulares ou em lugares públicos. Esta percentagem foi baixando nos anos subsequentes, apesar do aumento de expostos em números absolutos, ou seja 30% em 1785, 27% em 1786, 25% em 1787, 23% em 1788, para em 1829 se quedar pelos 10,3%.

Numa análise à localização de tais abandono verifica-se que, em muitas freguesias, nunca foram abandonadas crianças, enquanto que em outras o foram por uma ou mais vezes e, como circunstância relevante, estas freguesias, regra geral, não eram as que mais distavam da sede do concelho.

***

Saber o que está por detrás do abandono de crianças é uma pergunta com elevado grau de dificuldade. Para conhecermos as causas do abandono, tínhamos' necessidade de saber quem foram os expostos:

- Se foram os filhos indesejados para quem a lei do amor não teve correspondência;
- Se os filhos ilegítimos fruto de relações clandestinas;
- Se os filhos amados mas que não tiveram lugar na sociedade eivada de preconceitos anquilosados e retrógrados;

- Se os filhos que os pais geraram com amor, mas que por razões escondidas abandonaram;
- Se os filhos da miséria, vítimas das crises económicas, da falta de sustento ou da má distribuição da riqueza;
- Finalmente se tinham sido expostos pelos pais, pela mãe, pela parteira, por familiares e que familiares.

À "priori" estes segredos não nos são revelados pelos livros em arquivo.

A única pista plausível para descobrir as causas do abandono encontra-se nas explicações dadas por aqueles que, algum dia, procuraram a criança ou esta lhes foi entregue à força, porque descobertos como progenitores. Porém, tratando-se de uma pista válida ela apenas corresponde, num universo de 6.319 enjeitados, a 664 casos, ou seja, 10,5% do total dos expostos.

Porém, pela análise dos termos referentes a estes expostos entregues, facilmente se conclui que as questões acima formuladas todas podem ser válidas.

Dos expostos entregues, a maioria foram-no à mãe, constando no assento lavrado na ocasião, em 50% dos casos, o seu estado civil. Destes 50%, em 90% dos casos diz-se que a mãe era solteira.

Poder-se-ia deduzir daqui que a principal razão do abandono seria a ilegitimidade. Porém, a conclusão é falaciosa. Primeiro, porque nos restantes 50% dos expostos entregues, não se aponta o estado civil dos receptores, casados ou viúvos, o que, de imediato, nos leva a admitir que haveria uma certa propensão para indicar o estado civil da mãe solteira. Em segundo lugar, as mães solteiras mais frequentemente apareciam na Roda para servirem de amas dos seus próprios filhos, o que, com naturalidade, levaria a serem reconhecidas como tal e obrigadas a acolher o fruto das suas entranhas. Finalmente, talvez as mães solteiras fossem descobertas mais facilmente, pelo facto de terem menos discrição na sua conduta, mais amor aos filhos, ou mais capacidade para assumir possíveis erros.

Mas não tenhamos dúvidas: a ilegitimidade era uma das causas do abandono.

Mas, juntamente com a ilegitimidade, outras causas existiam, das quais se destaca a falta de recursos económicos.

No nosso entender a ilegitimidade e as dificuldades económicas constituíram os principais factores que estiveram na base do abandono de crianças, quer na Casa da Roda, quer em lugares públicos. Se a ilegitimidade se pode concluir pelo estado civil das mães, as mulheres casadas, tal como as solteiras, levavam os seus filhos à roda por razões de penúria, de miséria, como tantas vezes se lê nos "escritos" e nos autos de entrega.

Parece-nos, pois, que a pobreza, a extrema miséria, a falta de condições para criar mais uma criança são as razões mais fortes para os pais enjeitarem os filhos.

Está por quantificar quantas mães sendo casadas, num período de instabilidade, eram forçadas por razões de miséria a abandonar os filhos, retomando-os muitas delas, posteriormente, como amas.

Porém, também há casos em que não se registam as dificuldades económicas e o factor ilegitimidade é duvidoso: quando a ama, a mãe, ou o pai, a quem é entregue o exposto, tem que indemnizar a administração dos gastos efectuados e não se expressa que é filho de uma relação extra-matrimonial. Registe-se também que, embora menos comum, alguns pais abandonavam os filhos com a intenção de usar os bens públicos em benefício pessoal.

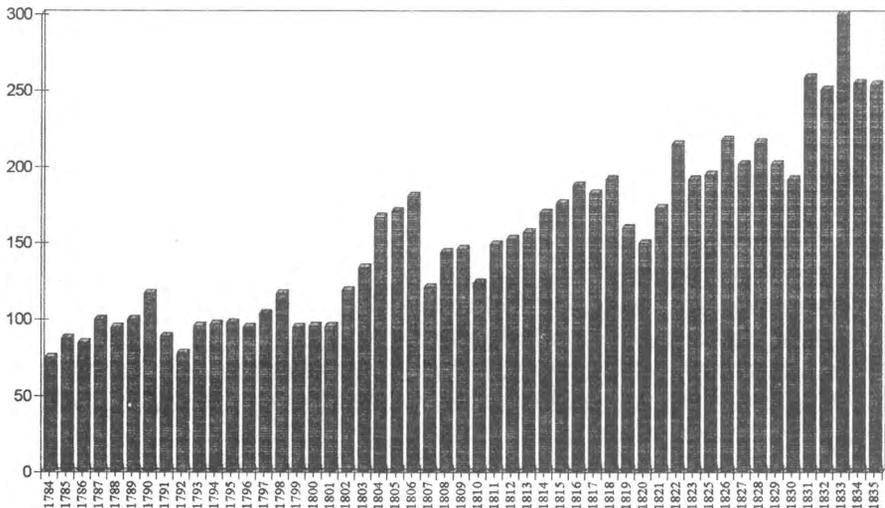
Para sermos mais realistas convém afirmar que as causas andavam quase sempre interligadas e coexistiam em perfeita aliança, embora as razões económicas, no nosso entender, sós ou misturadas, sejam as principais motivadoras do enjeitar.

Em períodos de instabilidade política e económica o número de expostos aumentava e a explicação encontra-se porque os pais buscavam na Roda a única fonte de financiamento para a sustentação dos filhos.

## 2 – Os expostos e o seu destino

As crianças expostas variavam de ano para ano, de mês para mês, havendo dias em que se expunham três e quatro, e semanas passavam sem que qualquer criança aparecesse para ser criada pela Roda. Em Barcelos, sabemos que, entre 1784 e 1835, foram expostas 7.830 crianças (gráfico n.º 1).

GRAFICO N.º 1 – Os Expostos de Barcelos 1784/1835



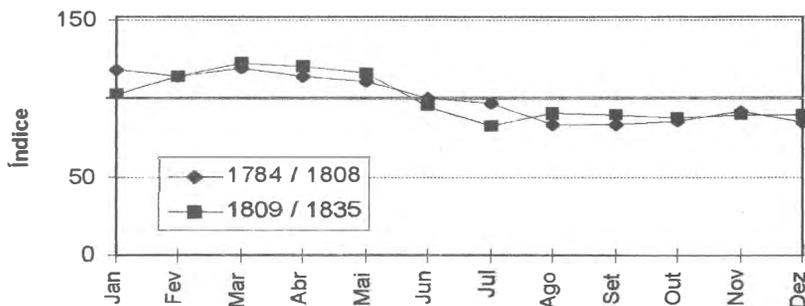
Numa observação sumária do gráfico, concluímos de imediato que os abandonos anuais sempre superaram o número do primeiro ano 75 e se no início não atingiram a centena anual, esta logo foi igualada em 1787 e 1789, para ser ultrapassada em 1790. Novamente volta a baixar, na década de 90, mantendo-se por níveis inferiores à centena até 1801, com dois anos de excepção, 1797 e 1798.

A partir de 1802 o número de crianças abandonadas começa a disparar, para atingir, três anos depois, em 1805 e 1806, quantidades superiores aos 170 expostos anuais. Em 1822 ultrapassa as duas centenas, só muito raramente baixando deste patamar e transpondo-o, significativamente, no final do período em estudo, chegando mesmo às três centenas em 1833.

Por sua vez a distribuição mensal variou em cada ano, de mês para mês e em todos os anos. Numa panorâmica global, sem dúvida, que os primeiros cinco meses de cada

ano foram os mais férteis. Destes cinco meses, nos 50 anos estudados, a maior quantidade de crianças abandonadas, verificou-se no mês de Março (gráfico n.º 2).

GRAFICO Nº 2 – REPARTIÇÃO DOS EXPOSTOS POR MESES



De realçar, porém, que só em 16 anos, Março foi o mês com mais expostos. Por sua vez o mês com menor número de crianças abandonadas foi o mês de Setembro.

As variações mensais, por serem muito inconstantes, não nos conduzem a conclusões claras e óbvias sobre os meses de maiores dificuldades económicas, ou mais propícios a relações extra-matrimoniais e a conseqüente ilegitimidade, como por vezes se afirma, em determinadas épocas do ano. Fica apenas no ar, que o mês das festas dos santos populares, com os seus arraiais, poderia ser considerado como aquele que, fruto de relações esporádicas, produzia mais filhos para a Roda, os expostos no mês de Março.

Os meses de Abril e Maio aparecem-nos logo a seguir a Março. Para as populações em idade fértil, poderíamos estabelecer como hipótese que determinados trabalhos agrícolas, nomeadamente as ceifas, levados a cabo nos meses quentes de verão, seriam propícios a uma maior concepção de crianças cujo destino seria a Roda.

Por outro lado os primeiros meses do ano podem também ser considerados como os de menos frutos para a alimentação e daí um maior número de crianças abandonadas devido à penúria e fome.

### Destino dos expostos

Os expostos que um dia foram abandonados e ficaram ao cuidado da administração da Casa da Roda, com uma vida mais ou menos longa e quase sempre atribulada, tiveram uma de quatro possíveis sortes.

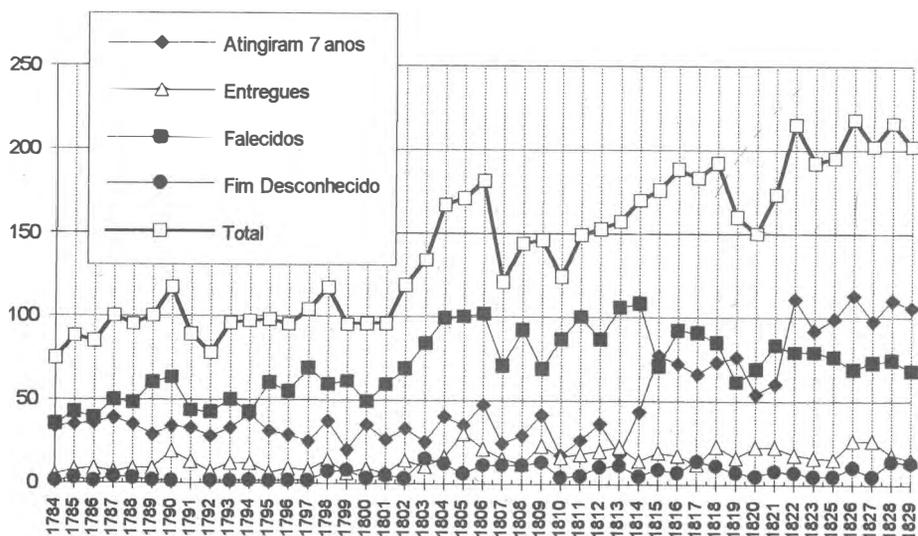
A – Uns andando de ama em ama, padecendo tormentos incontáveis, conseguiram vencer todas as dificuldades da criação e atingiram os 7 anos de idade.

B – Outros, um grupo mais restrito, a que denominamos de "expostos recuperados" reencontraram-se com a sua própria família ou com uma nova família a quem, depois das provas exigidas, foram entregues antes de atingirem os sete anos de idade. Esta família comprometeu-se a criá-los, com o objectivo, de estimando-os como seus filhos ou tratando-os como seus serviçais, ficarem no futuro com eles.

C – Muitos, por motivo de doença, de desleixo e de maus tratos, morreram.

D – De alguns desconhecemos a sorte a que foram votados. São os que denominamos por "fim desconhecido". São aqueles a quem perdemos o rasto. O escrivão, inexplicavelmente, parou no tempo a escrita e não registou se foi entregue, se morreu, se, por qualquer razão, deixou de se pagar à ama. É possível, é o mais provável, que a maioria destes tenha morrido, mas para o afirmar apenas laboramos no campo das hipóteses (gráfico n.º 3).

GRAFICO N.º 3 – DESTINO DOS EXPOSTOS. 1784/1829



### A – Expostos que completaram sete anos de criação

Dos expostos criados pela Roda de Barcelos, desde 1784 até finais de 1829, atingiram a idade dos sete anos previstos pela lei, em números reais 2.201 expostos e em termos percentuais 34,8%

Na grande maioria dos casos, quando os expostos atingiam os sete anos de idade, o albergueiro dava conhecimento ao Dr. Juiz dos Orfãos que ficava encarregado de os distribuir "pelas herdades", pelos particulares, por quem os quisesse para trabalhar.

O destino concreto destas crianças não nos é dado conhecê-lo, pois, o termo de matrícula, confirmado o pagamento à última ama que o criara, regista o fim da criação, resumido numa única palavra – "findou", sem qualquer outra anotação.

Sabemos, porém, que algumas crianças permaneceram nas amas para além dos sete anos, nomeadamente por doença, e continuaram a ser pagas pelo cabeção das sisas por mais alguns meses.

Partindo da realidade objectiva dos números, os anos em que se entregaram mais expostos foi na década de vinte do séc. XIX, mais concretamente em 1822, 1825, 1826, 1828 e 1829, anos em que mais de metade das crianças expostas completaram a criação.

## B – Expostos recuperados

No meio século correspondente ao nosso estudo foram entregues 664 expostos, numa percentagem de 10,5% da totalidade dos entrados na Casa da Roda. São aqueles que voltaram ao seio de uma família, a sua família ou uma família adoptiva.

Dentro das quatro hipóteses do "destino dos expostos" aquela que nos coloca a maior dificuldade de análise, em diferentes perspectivas, nomeadamente em termos sociais, é precisamente a dos "expostos recuperados". Interpretar sentimentos, ler nas entrelinhas e saber quem foi que, em sua casa, recebeu os expostos para os criar, é uma barreira difícil de ultrapassar. Saber por quem foram recolhidas as crianças se pelos pais, familiares, amas, ou simplesmente por estranhos que nada tiveram a ver com o seu nascimento, nem sabiam quem foram os progenitores e quais as razões do abandono, é uma incógnita.

É sempre possível admitir que a família adoptiva é a família verdadeira ou tem algo em comum com ela. Por isso, quantitativamente, em termos reais e percentuais, não é possível fazer a distinção entre as pessoas por quem foram recuperados, a quem foram entregues. Isso, porém, não impede a divisão destes expostos por três possíveis grupos:

- os recuperados pela própria família;
- os entregues às amas que quiseram ficar com eles para, gratuitamente, os criarem;
- os que foram entregues a agentes particulares da sociedade.

Não negamos que, estatisticamente, constituiria um estudo interessante saber-se quantas crianças foram distribuídas por cada um destes grupos. O estudo seria possível se no acto de entrega tivesse sido elaborado um termo para cada exposto, que informasse e justificasse a razão pela qual se deixou de sustentar pela Roda e a quem foi entregue. Porém, os termos de entrega são poucos, sendo substituídos na maioria dos casos por um mero apontamento marginal de "foi entregue" acrescido ou não de algumas circunstâncias como "é filho da ama", "foi entregue à mãe", "a mãe é a ama", "foi entregue à ama que o cria de graça", "foi entregue aos pais", "entregou-se aos avós" e outros deste género.

A serem plasmados nos termos uma declaração de entrega com todos os elementos normais, estes seriam importantes, não só para procedermos à distribuição quantitativa por cada um dos grupos receptores, mas ainda para descobrirmos muitas das causas que levaram ao abandono de crianças na Roda.

A falta destes termos não nos permite saber a que espécie de pessoas foram entregues as crianças. Se à mãe, aos pais, aos avós, às amas, a casais estranhos à família, se eram casados, solteiros, viúvos; não nos permite descobrir a relação existente entre as crianças e aqueles que se ofereceram e se comprometeram, para o futuro, a criá-las, educá-las e doutriná-las.

Em números reais foram anos "pico" de entrega, no século XVIII, 1790 e 1791. No século XIX sobressaem, na primeira década, os anos de 1805 e 1809, nas décadas seguintes 1812, 1813, 1818 e 1820. Em 1826 e 1827 foram entregues em cada ano igual número de crianças, significativo em termos absolutos, embora com menos peso percentual.

### **Recuperados pela família**

Pelos termos de entrega que possuímos e pelas notas marginais exaradas nos livros, o membro da família que mais procurou o exposto, ou a quem, à força, o entregaram para que o criasse, foi a mãe. A mãe que o expôs, a mãe que se apresentou na Roda e se candidatou a ama, a mãe que recebeu o salário pela criação.

Sendo a informação quase sempre lacónica "foi entregue à mãe", mesmo assim foi-nos possível detectar que um bom número de mães eram solteiras e cinco eram viúvas. Quando a criança era entregue à avó, quase sempre se referia que era filha de mãe solteira.

Algumas mães eram casadas, notando-se este estado com mais incidência nos anos de 1790 a 1798 e em 1819, 1820 e 1823. A estes anos poder-se-á associar a escassez de produtos, crises cerealíferas e de falta de pão que se verificaram. Do mesmo modo, foram anos críticos os últimos da segunda década e primeiros dos anos vinte.

Do pai nunca se referiu o seu estado civil e, dos três casos entregues a tios que receberam os expostos, se diz num por ser filha de uma sua irmã solteira, e "por ser pobre ele queria tomar conta da exposta sua sobrinha e tratá-la como sua filha"; nos dois restantes se afirma que eram filhos de irmãs que haviam falecido.

### **Recuperados pelas amas**

Referimo-nos às amas que, sem razões de sangue detectáveis, apenas pela dedicação, amor e afeição que ganharam às crianças, quiseram ficar para sempre com elas como se de seus filhos se tratasse. A ama obrigava-se a criá-las de graça, ou seja, sem nada receber pelo cabeção das sisas. Foi a expressão de um nobre sentimento humano que as levou à prática de um autêntico acto de adopção.

Retiramos, pois, deste contexto, as amas que levaram os expostos porque eram os seus filhos.

O facto das amas ficarem com os expostos e renunciarem ao pagamento, não significa que não os apresentassem nos actos de revista, para darem conta do seu estado de saúde. Pelo menos é o que se pode deduzir de alguns apontamentos tomados à margem dos termos.

### **Recuperados pela sociedade**

Nesta análise de recuperação dos expostos pela sociedade, nem sempre é possível saber-se se se trata da sociedade anónima ou se de uma sociedade familiar, mas não identificada.

Ocupamo-nos daqueles expostos que, antes de atingirem sete anos de idade, eram pretendidos por alguém devidamente identificado, que se comprometia a criá-los, educá-los e doutriná-los sem receber por isso qualquer salário.

Não terminava, porém, com este acto administrativo a relação Casa da Roda/exposto. A nova família comprometia-se a apresentar ao Corregedor ou Dr. Juiz de Fora a criança, à semelhança do que acontecia com as amas que assumiam criá-las gratuitamente, para mostrarem como estavam a cuidar do exposto. Isto se conclui de registos como: "foi entregue para se criar de graça e se compromete a dar conta dela".

Nos anos que serviram de base a este sub-capítulo - recuperação de expostos - detectámos quarenta e quatro casos de expostos que foram entregues para serem criados de graça. Se em alguns é expressa a razão pela qual os "pais adoptivos" querem tomar a criança a seu cuidado, em quase todos, ela é oculta. E tão oculta se procura que seja, que num caso concreto, nem sequer se permite à ama saber quem era o pretendente à criação gratuita.

No caso das entregas, também as havia que nem o eram a parentes, nem a amas, nem à sociedade. Eram-no a outra roda. Eusébio, exposto em 1792, foi "entregue ao quadrilheiro de S. Veríssimo, para o levar à Roda da Vila de Prado, onde pertencia".

Existem outras entregas em que é assumida a criação gratuita, mas não se refere quem, definitivamente, tomou conta da criança. Refere-se que se "entregou para se criar de graça", mas omite-se se foi aos pais, às amas ou a alguém determinado da sociedade.

### **C – Mortalidade dos expostos**

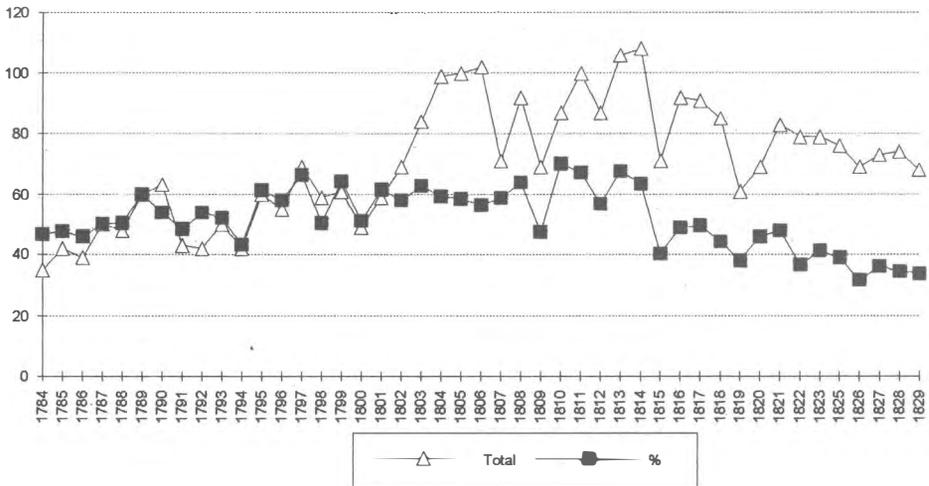
Vemos escrito e ouvimos dizer com frequência que a mortalidade entre os expostos foi sempre muito alta. Esta imagem julgo ter sido criada e substancialmente desenvolvida por todos aqueles que, na segunda metade do século XIX, foram apologistas do encerramento das Casas da Roda e do aparecimento de novas instituições similares, com fins definidos e concretos. Pretendiam "estabelecer um sistema geral, obrigatório, legal, uniforme" que funcionasse "com discernimento, prudência e unidade" pelo qual se atingissem com sucesso os objectivos que as Rodas não tinham conseguido. É neste contexto que o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Tomáz de Carvalho, em 1853, afirma: "A roda foi inventada como remédio à mortalidade das exposições na via pública, aos infanticídios e abortamentos criminosos. Cremos que como instituição já fez o seu tempo, deu o que podia dar e brevemente terá de ser abolida".

Para implementar um novo sistema havia necessidade de denegrir e destruir o que fora implantado e estava em vigor, acusando as Rodas de estarem desajustadas e divorciadas dos fins para que foram instituídas. Para o conseguir levantaram bem alto a bandeira da mortalidade, afirmando que a média dos expostos mortos até aos sete anos subia a mais de 60% e que havia distritos onde se elevava até 80% e 90% .

Não queremos negar a alta percentagem de mortalidade entre os expostos, embora os dados apresentados pelos estudiosos da matéria, na segunda metade do século XIX, nos pareçam exagerados. Não podemos esquecer que, no período em estudo, a percentagem de mortalidade infantil foi elevada não apenas para os expostos, mas também para aquelas crianças que permaneciam no seio da sua família. Para o confirmar basta debruçarmo-nos sobre o número de crianças que iam a sepultar, constantes nos livros de óbitos dos anos em causa.

A mortalidade infantil era uma realidade não apenas entre os expostos, mas para as crianças em geral, independentemente das condições económicas e sociais. Muitas são as fontes que nos permitem chegar a esta proposição e, para uma conclusão mais realista, tornar-se-ia necessário fazer estudos comparativos, a partir dos paroquiais de baptismo e de óbitos de diferentes freguesias.

GRAFICO Nº 4 – EXPOSTOS FALECIDOS - NUMEROS REAIS E PORCENTAGENS  
1784/1829



Em Barcelos, no período em estudo, a média percentual de mortalidade entre os expostos cifra-se pelos 50,2%, o que se pode considerar relativamente baixa, tendo em conta as afirmações de alguns autores da segunda metade do século passado.

Os anos de 1788 a 1790, 1792 e 1793, 1795 a 1808, 1810 a 1814 são anos em que a percentagem de expostos mortos é superior à média geral, são anos de grande mortalidade.

Neste período crítico apenas nos anos de 1791 e 1809 não se ultrapassa a média percentual geral, ficando-se a 1,9 e 2,9 da mesma, respectivamente.

### Idade da morte

Ao reflectir sobre a mortalidade torna-se imperioso analisar com que idade faleciam os expostos.

Podemos, porém, afirmar sem receio de errar, que, entre os expostos falecidos, a maioria morria no primeiro ano de vida.

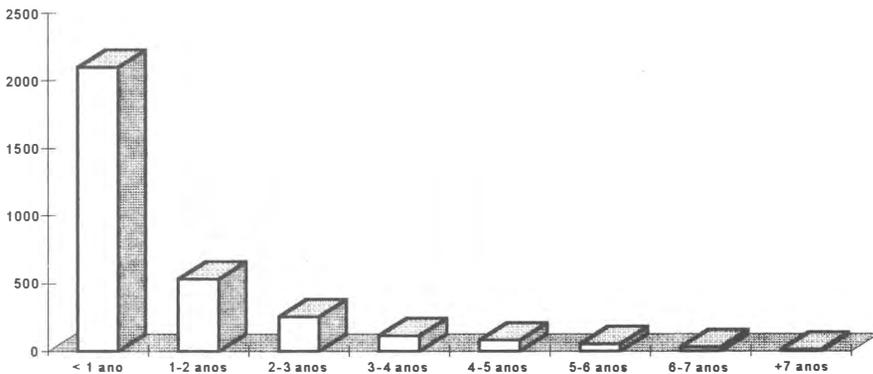
Algumas crianças, quando eram expostas, já vinham em tal estado que outra coisa não era de esperar a não ser a morte. Isso mesmo era reconhecido, pelos portadores, no acto de abandono, como aconteceu com a exposta de 28 de Janeiro de 1831, a quem não chegou a ser dado nome, que ao ser colocada na roda, depois do normal toque da campainha, uma voz se fez ouvir do lado de fora e disse "que vinha para morrer e que já tinha levado água (...) vinha cheia de feridas no corpo e toda esfolada, largando a pele em postas".

Embora as variações percentuais variem muito de ano para ano, verifica-se que a percentagem de falecidos no primeiro ano de existência até 1822 nunca foi inferior a 50%; a média geral, entre 1784 e 1829 é de 66%; e anos há que ultrapassa os 80 %.

O segundo ano de vida era também de grandes dificuldades para a sobrevivência, uma vez que o número dos expostos falecidos antes de atingirem os dois anos de vida, entre 1784 e 1829, no cômputo geral, ultrapassa os 82%, chegando em catorze anos a mais de 90%.

O número mais elevado de crianças que morreram entre os dois e três anos verifica-se nos anos 1786, 1788, 1790, 1791, 1807, 1816, 1817, 1822, 1823, 1825 e 1829, mas só numa percentagem que varia entre os 11% e 19%. A partir dos três anos cada vez é menor o número de expostos falecidos.

GRAFICO N.º 5 – MORTALIDADE POR IDADES. 1784/1835



### Causas da morte

As principais causas da mortalidade dos expostos foram a falta de leite para uns, a má alimentação para outros e o pouco cuidado posto pelas amas na criação para muitos.

Para muitas amas, a criação dos expostos constituía um expediente de subsistência, pelo que não admira que algumas quisessem criar mais que um. Se tivermos em conta que muitas tinham os seus próprios filhos e que, nos dois primeiros anos ou mesmo três, elas tinham que os alimentar por aleitação directa, custa-nos a admitir que pudesse haver leite suficiente e uma alimentação conveniente para tanta gente ao mesmo tempo

O mesmo teria pensado a administração dos expostos, pois, no acto de revista de 1795, o Corregedor chama a atenção para este facto, atendendo a que alguns expostos "apareceram tolhidos de mortal doença, das amas que tinham mais que um desta criação" por não terem suficiente leite e outros porque estavam entregues a amas totalmente secas. O Corregedor, perante tão evidente calamidade, foi ao ponto de exemplificar: "um de nove meses sustentado a comer grosseiro que não pode ter digestão em estômagos de tão tenra idade, (...) devendo ter criação de leite capaz, ao menos por tempo de um ano completo; pois a lei contemplou três". E na sequência desta reflexão regulamenta e adverte que "nunca se entregue a cada uma das amas mais de um exposto de criação de leite, por ser o contrário contra a regular ordem da natureza".

De facto, a mortalidade no primeiro e segundo anos de vida, para além das doenças próprias da idade, justifica-se pela falta de leite das amas e a consequente debilidade e fraqueza físicas dos expostos.

Muitas amas, porque andavam grávidas e lhes secava o leite, alimentavam mal as crianças. Apesar da administração ter o cuidado de mandar o médico examinar as amas se tinham leite em quantidade e qualidade para sustentarem os expostos, eram poucas as que tinham a preocupação de trazer as crianças à Roda quando este lhes faltava e muitas, quando o faziam, já era tarde demais.

Aliás, esta falta de cuidado que era comum nas amas que tinham expostos em período de aleitação, verificava-se, com a mesma gravidade, nas amas secas que já não amamentavam. A má alimentação, as más condições de habitabilidade, o número de pessoas em casa, a existência dos filhos do matrimónio (ou mães solteiras) traziam consequências imprevisíveis para o futuro dos enjeitados. Embora a maioria das mortes destas infelizes crianças acontecesse nos dois primeiros anos de vida, para se combater o problema da mortalidade, tornava-se urgente, para além dos dois anos, regulamentar a entrega de expostos: – “a quem eram distribuídos e advertir quem os distribuía”.

Assim, já em acto de revista de 12 de Novembro de 1795 se havia determinado que não se permitisse às amas secas mais do que até dois expostos livres dos da criação, porque as amas com três e mais, repartindo os seus cuidados por tantos, eles "apareciam debilitados e mal vestidos, carregados de moléstias e, pelo contrário, as que tinham um só, com eles bem criados, limpos e proporcionadamente vestidos”

No respeitante à falta de cuidado revelado pelas amas e querendo sustentar, de uma vez por todas, os abusos até então cometidos, o Corregedor atribuiu ao albergueiro a obrigação de não entregar expostos a amas desconhecidas e que estas fossem responsabilizadas pelo exercício das suas funções.

Outra particular causa da morte era a mudança de amas. Verificava-se isto com tanta normalidade que poucos eram os expostos que chegavam ao fim da criação com uma única ama e alguns chegavam ao ponto de terem tido três, quatro ou mais.

As doenças das amas são também causa da morte dos expostos. Neste sentido o Provimento de 14 de Fevereiro de 1810, recomendou que se preferissem para amas as mulheres do campo e de lavradores, proibindo-se de dar expostos a mulheres da Vila, pois, as carências económicas e as doenças venéreas faziam-se sentir com maior intensidade na área urbana.

Nas notas exaradas à margem dos termos de matrícula é muitas vezes acusada a ama como principal responsável da morte do exposto – “faleceu por culpa da ama” – do mesmo modo também se afirma que esta não teve qualquer culpa, que fez tudo quanto estava ao seu alcance, que o alimentou bem e é apresentada a doença que vitimou o exposto “com doença que Deus lhe deu”.

Entre as “doenças que Deus lhe deu” aparece com frequência que falecera de “febre, bexigas, maligna, com inflamação no pescoço, cambras, moléstia, soltura de ventre, hidropesia, morte súbita, coqueluxe, diarreia, desintéria, sarampo, lombrigas, esgana ...”. Entre todas a mais referida é a das bexigas e relata-se “as doenças próprias desta idade” e as dificuldades com o aparecimento dos dentes e subsequentes febres.

Finalmente, se observarmos a evolução da mortalidade através dos anos em estudo, pensarmos que as carências económicas repercutem problemas de grande instabilidade, com impacto mais forte nos primeiros anos de vida e se colocarmos ao

lado destas deduções os gráficos apresentados, concluímos quais os anos mais difíceis para a sobrevivência dos expostos.

As dificuldades económicas, a precária alimentação, a criação simultânea de vários, o pouco cuidado no tratamento, a falta de higiene, as deficientes condições de habitabilidade levaram muitos expostos, antecipadamente, ao cemitério.

#### **D – Expostos com destino desconhecido**

Nos livros de assentos anotavam-se os pagamentos às amas durante o tempo de criação e outras observações dignas de registo. Quando por qualquer circunstância o pagamento se deixava de efectuar explicava-se a razão do facto: findou; foi entregue; morreu. Porém, nos termos de alguns expostos, sem qualquer explicação, interrompe-se abruptamente o pagamento à ama e nada mais se escreveu. É esta a razão que nos leva a afirmar que são expostos com destino desconhecido, porque lhe perdemos o rasto e cujo fim ignoramos.

Não são muitos, representam 4,5% dos expostos, entre 1784 e 1829, num total de 284. O ano em que isto se verifica com mais intensidade é o de 1803, com quinze expostos, numa percentagem de 11,2%.

Nos restantes anos não deixam de nos merecer especial atenção 1799, 1804, 1806 a 1809 e na segunda década do século XIX, 1812 e 1813, 1817 e 1818, em que a percentagem é superior à média geral.

Não encontramos razões óbvias para este fenómeno. Alguns opinam tratar-se de expostos que faleceram e, naturalmente, a ama não deu conhecimento da ocorrência, não reclamou a despesa do funeral, deixou de se apresentar para receber e o escrivão nada acrescentou ao termo. É admissível tal teoria, mas trata-se apenas de uma hipótese meramente académica não confirmada pelos documentos.

Concluindo, em Barcelos, quase metade das crianças que foram confiadas ao cuidado da Roda foram distribuídas pelo Juiz dos Orfãos, ou entregues aos pais, amas ou casais que as quiseram criar gratuitamente. Isto significa que, em Barcelos, 50% das crianças expostas morreram antes de atingirem os sete anos da criação. Não é um número alarmante tendo em consideração as causas que vitimavam as crianças e a mortalidade infantil que então se verificava, mesmo entre aquelas que nunca foram abandonados pelos pais e nunca pertenceram a "esta criação".

Podemos afirmar que, em Barcelos, a média de mortalidade entre os expostos é inferior à verificada, no mesmo período, em outras Rodas e é muito inferior à propalada aos quatro ventos por todos aqueles que, a partir dos anos quarenta do século passado, levantaram a polémica da legitimidade da Roda em Portugal, acusando-a de berços de morte.

Por parte da administração, o problema da criação dos expostos foi sempre tido, tanto quanto nos é permitido ler nos registos, com circunspecção, sentido de responsabilidade e vontade do cumprimento da lei em vigor. As medidas tomadas foram sempre de grande razoabilidade e sentido humano. A falta de cumprimento das normas estabelecidas e a irresponsabilidade de conduta coloca-se mais a nível dos funcionários, a quem competia zelar pelo bom funcionamento da instituição, proteger os expostos, criá-los e educá-los.

## Fontes

I – Livros de Entrada dos Expostos e pagamento às amas, 1783/1835

II – Livro das Despesas e Provimientos, 1784/1838

III – Livro das Actas da Câmara, 1784/1835

IV – Paroquiais de Areias e Madalena de Vilar, 1800/1824

Provimiento "Como a administração dos expostos da Roda desta cidade [Braga] se não acha regulalada da melhor forma ... que se façam cessar tranornos e abusos que tem havido relativamente à escrituração..." 1815

"Memória Estatístico-Histórica sobre a Administração dos Expostos na Cidade do Porto", redigida pel Câmara Constitucional da mesma Cidade, Porto, 1823

## BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt – *Guimarães 1580 - 1819, Estudo Demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.

CÂMARA, Benedita Cardoso - *Do Agrarismo ao Liberalismo. Francisco Soares Franco. Um Pensamento crítico*, Cultura Moderna Contemporânea - 4, 1ª edição, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, - 1989.

CAPELA, José Viriato – *A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos. A Administração do Município nos fins do Antigo Regime*, in *Barcellos-Revista*, Vol III, nº 1, Barcelos, Ed. Câmara Municipal de Barcelos, 1986.

CAPELA, JOSÉ V. e NUNES, João A. – *O Concelho de Barcelos do Antigo Regime à Primeira República - Fontes para o seu estudo*, *Barcellos-Revista*, Vol 1, nº 2, Ed. Câmara Municipal de Barcelos, Barcelos, 1983, pp. 205-268.

CAPELA, José Viriato Eiras – *Entre Douro e Minho 1750 - 1830, Finanças, Administração e Bloqueamentos Estruturais no Portugal Moderno*, vol. I e II, Braga, 1987 (Dissertação para obtenção do Grau de Doutoramento, policopiada).

CARVALHO, FRANCISCO – *A Mortalidade das Crianças e a Assistência Pública*, Lisboa, Tipografia de Cristovão A. Rodrigues, 1894 (tese apresentada à Escola Médica Cirúrgica do Porto).

CARVALHO, Tomàs de – *Abaixo a Roda dos Expostos*, *Gazeta Médica de Lisboa*, nº 7, Fasc. 1, Lisboa, Maio de 1853, pp. 99 a 104.

CORTES, Nuno Osório - *O Abandono de Crianças no Algarve - O caso dos Expostos de Loulé «1820-1884»*, Faculdade de Letras, Secção de História, 1991.

FEIJÓ, Rui e BRETTEL, Caroline B. – *A Roda de Viana do Castelo no Século XIX: Apoio Social e Estratégias Familiares*, trad. MALHADO, Maria Manuela, in *Cadernos Vianenses*, tomo XII, Viana do Castelo, 1989, pp. 216-267.

GARCIA, Dr. Manoel Emygdio – *A Roda dos Expostos*, Imprensa Literária, Coimbra, 1871.

MATOS, Sebastião Matos – *Os Expostos da Roda de Barcelos, 1783/1835*, Ed. A.C.R.A.V. - Areias de Vilar, Barcelos, 1995. (Dissertação de Mestrado apresentada à F.L.U.P. - 1995).

MATOS, Sebastião Matos – *Os Expostos da Roda em Esposende*, Boletim Cultural de Esposende, n.º 4, Esposende, 1983, pp. 39 a 90.

OLIVEIRA, Aurélio de Araújo – *A Abadia de Tibães 1630/80 - 1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime*, Porto, 1979. (Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, policopiada).

PESTANA, Manuel Inácio – *Gente de Barcelos no Tempo das Invasões Francesas*, Barcelos Revista, 2ª Série, n.º 2, Ed. Câmara Municipal de Barcelos, 1991, pp. 31 a 68.

PINTO, António Joaquim de Gouveia - *Resumo de Providências Estabelecidas a Favor da Criação, e Educação dos Expostos ou Engeitados*, Imprensa Régia, Lisboa, 1820.

SÁ, Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e – *A Assistência aos Expostos no Porto. Aspectos Institucionais (1519-1838)*, Porto, F.L.U. P., 1987.

SOUSA, Fernando Alberto Pereira – *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna, Porto, F.L.U.P., 1979.

SOUSA, Osvaldo de – *Os Expostos na Idade Moderna*, Revista História, ed. de "O Jornal", n.º 28, 1981.

VAZ, Francisco de Assis Souza – *Os Expostos*, Hospício do Porto, 1848.



# POPULAÇÃO E FAMÍLIA EM PONTA DELGADA NA SEGUNDA METADE DE SETECENTOS: A FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Artur Madeira *  
José Damião Rodrigues *

## Introdução

O presente estudo tem como principal objectivo apresentar alguns resultados da investigação que estamos a empreender sobre a dinâmica populacional e social do arquipélago dos Açores durante o Antigo Regime, neste caso com especial incidência no conhecimento da evolução da população micalense na segunda metade do século XVIII e, em particular, de Ponta Delgada. Neste sentido, introduzimos também uma análise da estrutura familiar, de uma freguesia de cariz urbano – São Pedro de Ponta Delgada –, por nos parecer constituir uma condicionante da própria evolução natural da população.

Num primeiro ponto fazemos uma breve abordagem das fontes *demográficas* disponíveis para o arquipélago dos Açores, nomeadamente dos róis de confessados e comungados e dos «mapas» de habitantes, e do seu impacto na quantificação dos efectivos populacionais, chamando a atenção para a necessidade do cruzamento e triagem dos dados a analisar.

Num segundo, apresentamos um quadro geral da densidade, volume e ritmos de crescimento dos habitantes da freguesia de São Pedro de Ponta Delgada, confrontando-os, sempre que possível, com os da ilha de S. Miguel.

Por último, efectuamos uma análise mais exaustiva sobre os róis de confessados e comungados, onde se discutirão alguns aspectos relativos às estruturas familiares de então.

Em termos de fontes, privilegiaremos, naturalmente, os róis de confessados e comungados da freguesia de São Pedro de Ponta Delgada – entre 1752 e 1801 – que serão cruzados com os numeramentos populacionais realizados institucionalmente durante esse período. Os valores apresentados por qualquer uma dessas fontes foram submetidos a uma transcrição cuidada e a um tratamento informático controlado que nos permitiu corrigir alguns defeitos de manuseamento por parte dos seus redactores¹.

Em termos metodológicos, utilizámos alguns princípios de análise longitudinal ao seguirmos, através dos róis, o percurso desta população. No entanto, predominará ao longo da nossa análise uma vertente essencialmente transversal assente nos róis de 1752, 1762 e 1772².

Por se tratar de uma investigação que se encontra ainda em fase embrionária, os resultados são necessariamente fragmentários: em primeiro lugar, porque estamos perante uma primeira abordagem da questão; em segundo, porque as características detectadas e as hipóteses avançadas são passíveis de revisão em estudos posteriores.

No entanto, embora provisórias, as conclusões poderão servir de base para futuras investigações, num domínio que não mereceu até ao momento uma atenção exaustiva dos historiadores dos arquipélagos atlânticos, designadamente no que respeita aos Açores³.

## 1. As fontes

Qualquer estudo da população durante o Antigo Regime e das variáveis que condicionaram a sua evolução defronta-se com a problemática das fontes, quer pelas características da informação, sua escassez e dispersão, quer pelos métodos e técnicas susceptíveis de serem utilizados no seu tratamento.

Em termos demográficos, todas as fontes anteriores ao primeiro *censo oficial* português (1864) não assentam numa metodologia estatística específica, não foram elaboradas com objectivos estritamente demográficos, mas pressupondo quase sempre estratégias de ordem religiosa, económica, política e militar. A própria estrutura político-social, de cariz marcadamente eclesiástico-aristocrática, terá influído na árdua tarefa de contagem das gentes ao longo do Antigo Regime⁴. As operações «estatísticas» elaboradas visavam sobretudo fins utilitários de interesse imediato e prático – militares, tributários e mesmo migratórios – ou surgiam como preocupações meramente corográficas.

Recorremos neste estudo a dois tipos de fontes: os róis de confessados e comungados, como fonte principal, e os «mapas» populacionais, como fonte complementar e comparativa relativamente ao evoluir da população.

Os róis integravam-se nas estratégias que a Igreja preconizava, anualmente, para conhecer e controlar os fregueses de cada paróquia⁵. Realizado, essencialmente, no período pascal, este registo consistia no lançamento em listas – róis – dos elementos referentes aos confessados e comungados de cada paróquia, segundo indicações superiormente determinadas⁶.

Este período, também conhecido por *desobriga*, contemplava a confissão anual e a comunhão pascal, dois momentos a que correspondem dois diferenciados estatutos de habitantes – os confessionáveis e os comungantes:

*[...] todo fiel christão, tanto que vem aos annos de discríçam. s. de sete annos para cima, he obrigado, segundo direito, a confessar seus pecados ao menos huma vez no anno pello dito tempo da coesma. [...]*

*[...] todo fiel christão, tanto que vier a annos de perfecta discríçam. s. Barão aos quatorze annos de sua idade, e as Femeas aos doze [...]*⁷

Os menores de 7 anos de idade não eram, portanto, contemplados nesta contabilização da Igreja o que, em termos demográficos, provoca importantes distorções no cálculo dos efectivos populacionais.

A análise que empreendemos sobre os róis alertou-nos também para o cuidado a ter com a terminologia frequentemente referenciada nas fontes, sobretudo quando se refere a menores e maiores. Maiores seriam, à luz dos róis, todos aqueles que, pelo estatuto etário, adquiriram capacidade comungante – 12 anos para o sexo feminino e 14 anos para o sexo masculino. Relativamente aos menores, os róis contemplam no âmbito deste conceito todos os que têm capacidade de se confessar, ou seja, os maiores de 7 anos de idade, mas que ainda não atingiram a capacidade de comungar.

Por isso, quando as fontes, sobretudo as que assentam em dados paroquiais, se referem a menores, contemplam apenas este grupo, deixando por contabilizar os outros menores que são os que ainda não atingiram a «idade da razão» – os menores de 7 anos de idade. Se se observar, por exemplo, os valores da freguesia de São Pedro apresentados nos «mapas» populacionais de S. Miguel de 1769 e 1770⁸, e confrontando-os com os róis desse mesmo ano, deparemos com um registo somente dos maiores ou comungantes, deixando, portanto, por contabilizar todos aqueles que ainda não atingiram essa capacidade – os menores de 14 e de 12 anos de idade, respectivamente para o sexo masculino e para o feminino – e, ainda, os menores de 7 anos. Para esta freguesia em particular, e apesar de algumas oscilações ao longo da segunda metade de Setecentos, a média de menores confessados, mas não comungantes, corresponderia a 13.4% do total de habitantes maiores de 7 anos de idade, valor muito próximo daquele que obtivemos para o global da ilha de São Miguel⁹.

Se, em termos de menores de comunhão, é possível estimar, somente com base nos róis, um valor médio para este período, o mesmo não se passa relativamente aos menores de 7 anos. Com efeito, os róis são omissos neste tipo de informação e, como tal, tivemos que recorrer aos «mapas» populacionais, realizados ao longo da segunda metade do século XVIII, para elaborar uma estimativa deste grupo de menores. Assim, para São Pedro, estimámos, com base no «mapa» de 1777¹⁰, que o grupo de menores de 7 anos de idade corresponderia a 15.7% da população dessa freguesia, valor muito próximo daquele que encontramos, em 1773¹¹, para a cidade de Ponta Delgada – 15.3%. Relativamente à ilha de São Miguel, obtivemos um valor médio de 15.1% para o período 1771-1796¹².

Parece-nos, pois, oportuno chamar a atenção para a distinção que deverá ser feita entre os numeramentos realizados com base em dados paroquiais daqueles que seguiram outras formas de recolha da informação. Qualquer estimativa a realizar sobre a evolução populacional, com base em dados paroquiais, poderá contemplar, portanto, estes acréscimos estimados relativamente aos grupos dos menores de 7 anos e ao dos que, sendo confessionáveis, não são contemplados nas «estatísticas». Exceptuam-se, naturalmente, situações em que haja a possibilidade de confrontar várias fontes para o mesmo período.

Vejamos agora as características apresentadas pelas fontes aqui utilizadas.

Relativamente aos róis de confessados e comungados da freguesia de São Pedro, começemos por referir que apresentam particularidades que nos permitem afirmar que, de certa forma, são fontes com alguma qualidade. O facto da ordenação das ruas e casas não seguir a mesma sequência de ano para ano e a ausência de notas marginais, referentes a anos anteriores, significa que o redactor não se baseou nos róis pré-existentes e que, pelo contrário, se empenhou em conseguir uma actualização mais fiel da população presente¹³.

Em termos de crítica, diremos que os róis de confessados e comungados de São Pedro de Ponta Delgada não diferem, no essencial, dos que encontramos para outras regiões do país. A sua informação apresenta-se organizada do seguinte modo: nome da rua, no início desta, número do fogo, nome do cabeça do agregado e seu estado civil quando solteiro ou viúvo – no caso dos casados, esta indicação não existia –, nome dos coresidentes e sua relação de parentesco ou de dependência face ao chefe do núcleo, indicação de ser maior ou menor de comunhão e se tinha cumprido os preceitos. Por

vezes, surgem também algumas observações acerca de características dos fregueses – cego, surdo, demente –, o que vem sublinhar a veracidade da recolha.

Em contrapartida, os róis apresentam lacunas importantes de idade, relação (de parentesco ou dependência), estado e ocupação profissional dos paroquianos. Apenas um pequeno número de chefes de agregado tem a indicação do seu ofício, questão que focaremos adiante. Por outro lado, deparamos com erros na contagem dos fogos, alguns dos quais de difícil explicação. O caso mais flagrante é o do rol de 1763, em que o redactor salta doze fogos, sem razão aparente¹⁴.

Há também a referir que surgem esporadicamente situações em que dois agregados distintos surgem agrupados sob um mesmo número de fogo, embora separados por traço mais grosso, idêntico ao que separa fogos de número diferente, ocorrência idêntica, por exemplo, à que ocorria na *huerta* de Valencia no século XVIII¹⁵.

Por fim, merece ser referida a indicação que surge no rol de 1772 – e também nos de 1773, 1775, 1776 e 1796 – de fogos “vagos”. Em 1772 o redactor apresenta um fogo com onze componentes, onde, após o registo do chefe do agregado, sua mulher e filha, surgem indistintamente oito indivíduos, sem qualquer indicação da relação com o primeiro. Todas estas pessoas entram no cômputo final, bem como o fogo, mas tal já não sucede, por exemplo, em 1796. O que era um fogo “vago”? Porque é que em alguns anos – 1772, 1773, 1775 e 1776 – estes fogos são contabilizados e em 1796 não? Eis duas perguntas para as quais só investigações posteriores poderão dar resposta.

Quanto aos «mapas» populacionais, realizados sobretudo a partir de 1766, correspondem às primeiras «estatísticas civis» elaboradas nos Açores, tendo servido de suporte às intervenções políticas, governativas e militares empreendidas por Pombal, e posteriormente seguidas pelo aparelho estatal, em relação aos arquipélagos. Pelo menos na fase pombalina, a grande preocupação com o cômputo populacional integra-se nas orientações mercantilistas de fixação de mão-de-obra junto de eventuais fontes de riqueza que se pretendiam implementar ou desenvolver e de garante de um apreciável número de indivíduos recrutáveis, sempre que o exército o exigisse.

É neste quadro que devem ser entendidas as *instruções secretísimas* emitidas a este respeito pelo Conde de Oeiras para o primeiro Capitão General¹⁶. Dessas instruções sobressai a necessidade de conhecer os efectivos populacionais, como principal riqueza do Estado, e de controlar a sua saída, que deveria ser abundante, contrariando assim o “despovoamento” das ilhas. As categorias exigidas – «pessoas de comunhão» de cada freguesia, falecimentos e baptizados – para o preenchimento desses «mapas» apontam sobretudo para a compreensão do que denominamos hoje por movimento natural da população. No entanto, e como vimos acima, a utilização das «pessoas de comunhão» como indicador dos habitantes contempla meramente uma parte dos efectivos demográficos, deixando por contabilizar os «menores» e todos aqueles que, porventura, não partilhavam dos princípios cristãos ou que eram considerados pecadores públicos.

Inicia-se, a partir de então, não com a regularidade preconizada, a elaboração de mapas-resumo das indicações fornecidas pelos párocos de cada freguesia, procedimento que terá sido seguido até 1770. No decurso da nossa investigação, deparámos, no entanto, com uma novidade metodológica, introduzida nos «mapas» oficiais de 1771, que consiste na elaboração de arruamentos, ou seja, de inquéritos feitos casa a casa. O responsável pela introdução desta medida manifestava assim a sua opinião:

[...] não me satisfazendo somente com as Listas, que tendo pedido aos Parrochos, mas ainda mandando proceder a hum exacto arruamento, e indagação do numero, edades etc... dos habitantes da Cidade, Villas, Lugares, e Campanha desta Ilha pelas suas mesmas casas, que foi o melhor modo que pude descobrir; [...]

17

Preconizavam-se, assim, métodos mais eficazes de levantamento do número de habitantes de cada freguesia. Para além de abrangerem os espaços de maior concentração populacional, incluíam-se as pessoas que viviam no campo e que, de certa forma, poderiam ser marginalizadas da contabilidade clerical. Aliás, a adopção desta metodologia visava exactamente ultrapassar as falhas apresentadas pelas listas fornecidas pelos párocos que,

[...] por falta dos necessarios assentos, ou da boa regularidade, que nelles devião praticar os mencionados Parrochos, alguns dos quais, ou por incuria e negligencia, ou por desnecessario para os seus uzos ordinarios, não lanção nos Registos dos Mortos os infantes que falecem. E nesta parte seria muito util [pois assento que d'aqui em diante, hão de continuar estes calculos] que S. Magestade ordenasse aos Parrochos, a forma com que havião lançar para o futuro os termos dos calculos, recibimentos, falecimentos etc. [...] dando-se lhes para isso formulas, com que todos se houvessem de conformar, como me consta se tem praticado nos Reynos Estranhos, e me presuado que prezentemente no Nôssô.

18

A partir de então passam a ser efectuados, por oficiais designados para o efeito, inquéritos que visavam recolher, nas diferentes circunscrições da ilha, os valores respeitantes ao total de habitantes, assim como os totais de baptismos e óbitos que anualmente aí se registavam, estes últimos baseados nos registos paroquiais. Parece-nos, pois, manifesta a preocupação por parte do Estado em assegurar, com a máxima precisão, a recolha anual dos dados do movimento da população, criticando mesmo aqueles que eram apresentados pelos párocos¹⁹. Estaríamos assim perante autênticos censos civis elaborados dentro de critérios modernos.

## 2. Volume e ritmos de crescimento da população de S. Miguel

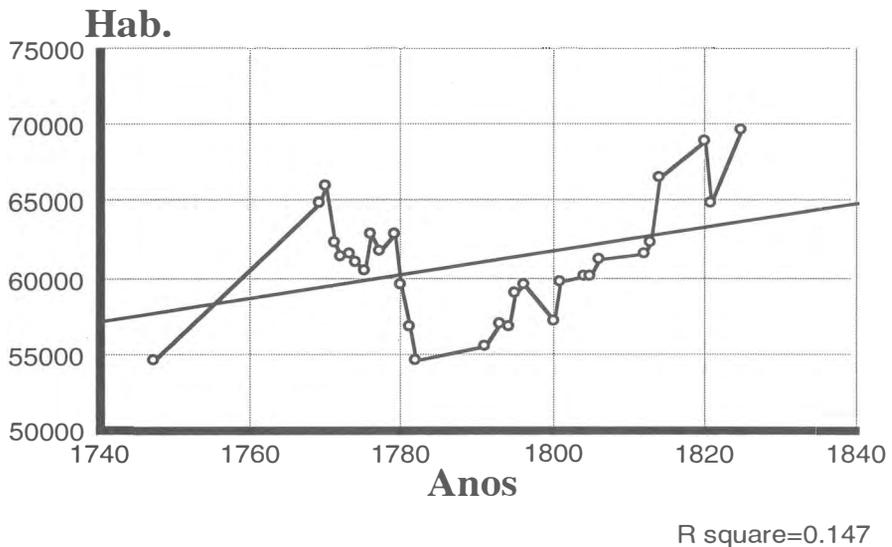
A adopção desta nova forma de recolha dos dados tem, naturalmente, como consequência uma alteração significativa na quantificação dos valores relativos à população. Particularizemos a ilha de S. Miguel.

Se nos limitarmos aos dados fornecidos pelas fontes, verificamos que, em 1771, são apurados aproximadamente mais 15 000 efectivos populacionais do que nos dois anos transactos. O grande salto quantitativo registado a partir desse ano corresponde tão somente à alteração na forma de elaboração dos numeramentos populacionais: enquanto numa primeira fase, até 1770, os valores encontrados tiveram por base os dados paroquiais, numa segunda, a partir de 1771, são atingidos através dos *arruamentos*. O acréscimo apurado entre as duas datas corresponde, em grande parte, a um esforço de contabilização dos menores.

A escassez de dados para as décadas de 50 e 60 não nos permite estabelecer com segurança os ritmos evolutivos registados na ilha. Tendo em atenção este facto, elaborámos duas estimativas para aquele período: uma contemplando os valores colhidos directamente nas fontes que apontam para uma taxa de crescimento anual médio de 0.03% entre 1747 e 1769; outra, com correcção dos valores quer de 1747,

quer de 1769, com resultados muito distintos, como se pode observar no Quadro 1. Assim, aos valores indicados pelo «mapa» de 1747²¹, que curiosamente apresenta os valores relativos aos menores, que consideramos serem os «menores de comunhão», acrescentámos 15.1% correspondente aos menores de 7 anos de idade; em relação a 1769, começámos por adicionar 13.0%²² de menores (> de 7 anos), que, como acima referimos, não haviam sido contabilizados nos «mapas», para depois lhe acrescentarmos os 15.1% de menores de 7 anos de idade. Operação idêntica foi aplicada ao «mapa» de 1770.

GRAFICO 1 – Evolução da população da ilha de S. Miguel de 1747 a 1825²⁰



Os resultados, quando comparados, são evidentes. A correcção introduzida nos «mapas» de habitantes parece trazer maior harmonia, e talvez maior realismo, à evolução dos efectivos, não se registando as taxas anómalas observáveis nos dados directos das fontes onde, num espaço de dois anos, se assistia a um aumento populacional na ordem dos 15.5% ao ano. Estas correcções, só possíveis de efectuar com o cruzamento de fontes, poderão explicar, no nosso caso, o salto quantitativo registado entre 1769/70 e 1771. Sem as devidas correcções, assistia-se a um crescimento demasiado acentuado sem qualquer razão aparente, à margem dos padrões característicos do Antigo Regime demográfico.

Pela análise do Gráfico 1, é ainda perceptível que a partir de 1771 a ilha entra, em termos demográficos, numa fase regressiva que se estenderá até aos primeiros anos da década de 80, altura em que se inverte esta tendência. A única excepção respeita ao ano de 1776 no qual se regista um acréscimo significativo dos efectivos populacionais, como se pode observar no Quadro 1.

Apesar desta recuperação momentânea, a ilha perde, entre 1771 e 1782, 7 636 habitantes, correspondente a uma taxa de crescimento anual negativa de 1.2%, valor muito significativo, que só poderá ser explicado através da análise dos movimentos natural e migratório. A partir de então, o crescimento é positivo embora se processe

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E RITMOS DE CRESCIMENTO NA ILHA DE S. MIGUEL (1747-1825) COM E SEM CORRECÇÃO NOS VALORES DOS «MAPAS» POPULACIONAIS

(sem correcção de valores)			(valores corrigidos – 1747, 1769 e 1770)		
Anos	População	TCAM %	Anos	População	TCAM %
1747	46 415		1747	54 670	
1769	46 701	0.03	1769	64 953	0.79
1770	47 490	1.69	1770	66 050	1.69
1771	62 267	31.12	1771	62 267	-5.73
1772	61 401	-1.39	1772	61 401	-1.39
1773	61 637	0.38	1773	61 637	0.38
1774	61 026	-0.99	1774	61 026	-0.99
1775	60 548	-0.78	1775	60 548	-0.78
1776	62 903	3.89	1776	62 903	3.89
1777	60 383	-4.01	1777	61 760	-1.82
1779	62 785	1.97	1779	62 785	0.83
1780	59 600	-5.07	1780	59 600	-5.07
1781	56 832	-4.64	1781	56 832	-4.64
1782	54 631	-3.87	1782	54 631	-3.87
1791	55 455	0.17	1791	55 455	0.17
1793	56 981	1.37	1793	56 981	1.37
1794	56 863	-0.21	1794	56 863	-0.21
1795	58 932	3.64	1795	58 932	3.64
1796	59 555	1.06	1796	59 555	1.06
1800	57 161	-1.02	1800	57 161	-1.02
1801	59 696	4.43	1801	59 696	4.43
1804	60 176	0.27	1804	60 176	0.27
1805	60 104	-0.12	1805	60 104	-0.12
1806	61 245	1.90	1806	61 245	1.90
1812	61 518	0.07	1812	61 518	0.07
1813	62 407	1.45	1813	62 408	1.45
1814	66 560	6.65	1814	66 560	6.65
1820	69 000	0.60	1820	69 000	0.60
1821	64 803	-6.08	1821	64 803	-6.08
1825	69 722	1.85	1825	69 722	1.85

ainda a um ritmo lento: entre 1782 e 1795, a taxa de crescimento anual média é de 0.6%; entre 1795 e 1805 desce para 0.2%; e, entre 1805 e 1820, atinge os 0.9%. Salientem-se, contudo, as taxas negativas registadas em 1794, 1800 e 1805.

Apesar destas oscilações, para o período 1747-1825 a taxa de crescimento anual médio foi de 0.5% (ou de 0.09% com a correcção dos dados), valor que aponta para um ritmo evolutivo lento que só aumentaria no início do século XIX. A segunda metade de setecentos apresenta, em termos globais, uma taxa de crescimento anual médio de 0,12%, sinal de uma evolução bastante lenta. No 1º quartel do século XIX o crescimento

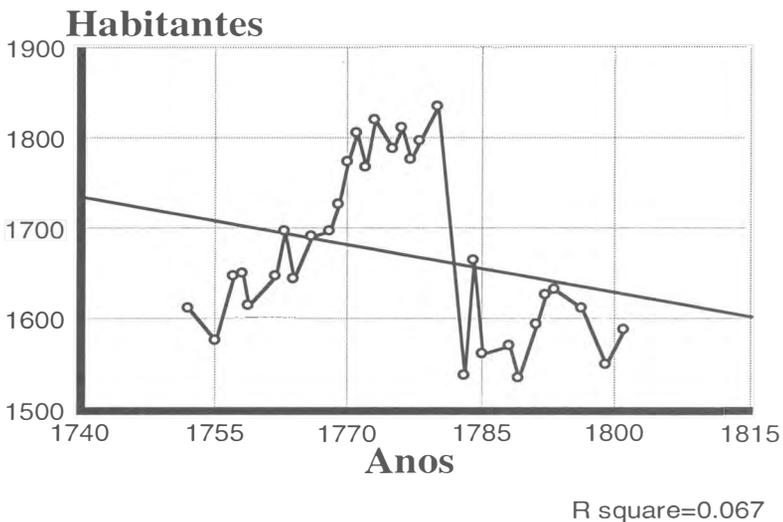
é mais acentuado, a um ritmo anual de 0,89%, destacando-se o período 1812 a 1820, com uma taxa de 1,45%. Até 1820, só o ano de 1805 apresenta um sinal negativo. Este facto deve-se, sem dúvida, a um mau ano agrícola que terá originado fomes e uma mortalidade extraordinária²³

Uma outra nota se impõe relativamente ao ano de 1821 em que se regista um decréscimo populacional bastante acentuado. Julgamos estar perante um indicador que se terá baseado numa fonte em que foi subestimada alguma parcela populacional. Só uma crise de mortalidade ou algum fenómeno migratório extraordinário poderia conduzir a uma perda de cerca de 5 000 efectivos numa só ilha. A ter existido qualquer uma dessas situações não se encontra registo documental que possa suportar tais hipóteses. Por isso, impõe-se uma investigação mais rigorosa sobre estes anos que possibilite esclarecer esta situação. Estaríamos assim perante um modelo de comportamento característico do Antigo Regime, com valores muito próximos dos que foram detectados para outras regiões do país e da Europa²⁴.

Antes de avançarmos para a análise da população da freguesia de São Pedro, em Ponta Delgada, convém alertar para o facto de que estamos a trabalhar com valores bastante reduzidos e de que as variações registadas no volume populacional desta freguesia são provocadas por pequenas oscilações numéricas, na ordem das dezenas e, por vezes, das centenas de indivíduos. Saliente-se ainda que iremos analisar uma população parcial, uma vez que os menores de 7 anos não foram, como atrás referimos, abrangidos na contabilização lançada nos róis de confessados e comungados desta freguesia. Propomos, no entanto, uma correcção dos valores totais de habitantes, introduzindo a taxa de 15,7%, apurada relativamente ao ano intermédio de 1777, nesta freguesia. Trata-se, naturalmente, de uma proposta que assenta nos dados tratados até ao momento e que, por isso, poderá ser susceptível de alterações futuras.

A observação do Gráfico 2 permite-nos, desde logo, salientar a irregularidade evolutiva da população de São Pedro, entre 1752 e 1801.

GRAFICO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE PONTA DELGADA, ENTRE 1752 E 1801, SEGUNDO OS ROIS DE CONFESSADOS E COMUNGADOS (> DE 7 ANOS DE IDADE)



QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE PONTA DELGADA, ENTRE 1752 E 1801

ANO	MAIORES	%	MENORES (> DE 7 ANOS)	%	TOTAL CORRIGIDO	Total	FOGOS (S/ CORR.)	Hab/Fogo (S/CORR.)	Hab/Km ²
1752	1 417	88.0	194	12.0	1 611	1 911	427	3.8	573
1755	1 396	88.6	180	11.4	1 576	1 870	437	3.6	561
1757	1 426	86.5	222	13.5	1 648	1 955	456	3.6	586
1758	1 422	86.2	228	13.8	1 650	1 957	434	3.8	587
1759	1 386	85.8	229	14.2	1 615	1 916	428	3.8	575
1762	1 418	86.1	229	13.9	1 647	1 954	448	3.7	586
1763	1 466	86.4	231	13.6	1 697	2 013	470	3.6	604
1764	1 421	86.5	222	13.5	1 643	1 949	450	3.7	585
1766	1 464	86.6	226	13.4	1 690	2 005	471	3.6	601
1768	1 474	86.9	223	13.1	1 697	2 013	490	3.5	604
1769	1 522	88.2	204	11.8	1 726	2 047	483	3.6	614
1770	1 549	87.4	224	12.6	1 773	2 103	486	3.6	631
1771	1 574	87.1	233	12.9	1 807	2 144	493	3.7	643
1772	1 541	87.1	228	12.9	1 769	2 098	494	3.6	630
1773	1 555	85.4	265	14.6	1 820	2 159	501	3.6	648
1775	1 521	85.0	268	15.0	1 789	2 122	483	3.7	637
1776	1 519	83.8	293	16.2	1 812	2 149	492	3.7	645
1777	1 502	84.5	275	15.5	1 777	2 108	472	3.8	632
1778	1 529	85.1	268	14.9	1 797	2 132	477	3.8	640
1780	1 534	83.6	300	16.4	1 834	2 176	489	3.8	653
1783	1 330	86.5	207	13.5	1 537	1 823	438	3.5	547
1784	1 473	88.4	193	11.6	1 666	1 976	451	3.7	593
1785	1 370	87.7	193	12.3	1 563	1 854	456	3.4	556
1788	1 409	89.7	162	10.3	1 571	1 864	456	3.4	559
1789	1 375	89.5	161	10.5	1 536	1 822	457	3.4	547
1791	1 383	86.7	212	13.3	1 595	1 892	459	3.5	568
1792	1 423	87.6	202	12.4	1 625	1 928	482	3.4	578
1793	1 411	86.5	221	13.5	1 632	1 936	480	3.4	581
1796	1 390	86.3	221	13.7	1 611	1 911	492	3.3	573
1799	1 328	85.6	223	14.4	1 551	1 840	496	3.1	552
1801	1 358	85.5	230	14.5	1 588	1 884	495	3.2	565

Em termos globais, este período poderia ser dividido em duas partes: a primeira até 1780, caracterizada por um crescimento notório da população que, apesar de algumas oscilações, apresenta uma taxa de crescimento anual média de 0.42%; e a segunda, a partir dessa data, apresentando uma quebra bastante acentuada dos efectivos, correspondente a uma taxa anual média de -0.68%, onde se salienta o período entre 1780 e 1783 com um decréscimo anual de 5.72%. Este último movimento poderá eventualmente estar associado a uma crise de mortalidade registada em S. Miguel em 1781 e 1782²⁵. Note-se ainda que em 1801 o volume populacional é inferior ao de 1752.

A população da freguesia distribuía-se por uma área de 2.81Km², apresentando uma ocupação espacial bastante elevada, na média dos 595.3 habitantes por Km². Se se adoptar a correcção introduzida, este valor sobe para 706 habitantes por Km². Estas taxas de ocupação do solo contrastam nitidamente com os 78.1 habitantes/Km² (ou 81 com correcção) registados para a totalidade da ilha. Estamos, no entanto, perante uma freguesia de carácter urbano, facto que só por si explica esses valores. As densidades mais baixas registam-se em 1783 e em 1789, sendo a mais elevada a de 1780.

Em termos habitacionais, a população distribuía-se por 469 fogos (valor médio), com uma taxa média de 3.6 habitantes/fogo, valor que sobe para 4.2 se tivermos em atenção os totais de habitantes corrigidos. Qualquer um dos valores encontra, no entanto, consonância com os dados encontrados para outras regiões do país.

### **3. A composição dos grupos domésticos em São Pedro de Ponta Delgada**

Para a definição do tipo de estrutura familiar dominante em Ponta Delgada na segunda metade do século XVIII era essencial analisar os padrões de coresidência e agrupar os fogos de acordo com os diversos tipos detectados. Para tal, recorreremos à "tipologia de Cambridge", inicialmente definida por Peter Laslett, mas seguindo as adaptações introduzidas por Robert Rowland²⁶ e já utilizadas por Álvaro Ferreira da Silva, no seu estudo sobre Oeiras²⁷.

Desde logo, um problema se colocava: os róis de confessados não indicam os menores de 7 anos. Se, em termos do volume global da população, essa omissão pode ser minorada por meio de cálculos, no que se refere a uma distribuição dos fogos por tipos, pelo contrário, vem introduzir uma perturbação na análise. Como Robert Rowland referiu, a não inclusão dos menores de 7 anos provoca distorções nos grupos domésticos de tipo 3a (casais sem filhos) e 3b (casais com filhos); por outro lado, gera uma sobrestimação nos de tipo 1 (solitários, solteiros ou viúvos) e uma subestimação nos de tipo 3c (viúvos com filhos), 3d (viúvas com filhos) e 4b (grupo doméstico alargado a parentes descendentes)²⁸.

De igual modo, ao longo da nossa análise, verificámos que a grelha tipológica utilizada não contemplava alguns dos casos detectados na freguesia de São Pedro. Esta situação deparou-se-nos para os fogos de tipo 4 (grupos domésticos alargados), em que a tipologia proposta não considera a existência de fogos alargados simultaneamente a ascendentes e descendentes ou a colaterais e descendentes²⁹. Deste modo, para podermos classificar todos os casos registados, introduzimos um fogo de tipo 4e (alargado a ascendentes e descendentes) e outro de tipo 4f (alargado a colaterais e descendentes).

A inadequação da tipologia à realidade concreta revela-se também na terminologia adoptada. Os agregados de tipo 1 correspondem aos solitários, sendo o tipo 1a aquele que engloba os viúvos. Se o estado de viuvez não é questionável, como é que, no entanto, pode ser considerada solitária uma viúva que reside com a sua criadagem, tanto mais que esta se incluía numa concepção alargada de família, que ultrapassava os laços de parentesco? A título de exemplo, refiram-se as situações de D. Isabel Margarida, viúva, moradora na Rua da Graça, que em 1762 residia com três escravos, uma fâmula e um criado³⁰, e do capitão Manuel da Câmara e Sá, morador na mesma rua e viúvo em 1772, acompanhado de três criados e quatro criadas³¹. Em contraste com esta situação, as próprias fontes registam, em 1752, o caso de Agostinho da Costa, morador na Rua de São João, apresentado como “viúvo só”³². Neste sentido, seria de considerar em futuras investigações o possível alargamento dos fogos de tipo 1 a uma categoria 1c, de modo a serem contempladas as diferentes situações.

No que respeita à classificação dos fogos em que surgia a indicação de “marido ausente”, decidimos incluir estes núcleos nos de tipo 3 (grupos domésticos com unidade conjugal simples). Refira-se que, no cômputo final das almas efectuado pelos redactores dos róis, os maridos, porque ausentes, não eram contabilizados, situação que, por exemplo, se distingue daquela detectada por Jorge Fernandes Alves para São Tiago de Bougado³³.

Finalmente, optámos por incluir dentro do tipo 6 (estrutura indeterminada) todos aqueles casos em que não existiam uma ou mais indicações do estado e relação de parentesco dos coresidentes, bem como todos os fogos que incluíam assistentes³⁴. Sublinhemos que estamos conscientes das implicações desta opção: ao não considerarmos os assistentes e indivíduos de relação indeterminada como coresidentes sem laços de parentesco com o cabeça de casal, provocamos uma subestimação dos fogos de tipo 2c (coresidentes sem laços de parentesco), que surgem com valor zero nos quadros, e um consequente empolamento do tipo 6 (indeterminado). No entanto, no presente estágio da investigação, porque desconhecemos quais as relações existentes entre os cabeças de casal e a pessoa ou pessoas coresidentes que a documentação define como assistentes e porque, com alguma frequência, os redactores dos róis omitem o estado ou grau de parentesco dos coresidentes – situação que, para alguns casos, foi comprovada pela consulta dos róis de anos anteriores e posteriores –, esta arrumação pareceu-nos a mais correcta³⁵. Em estudos futuros importará seguir de forma mais aprofundada esta população flutuante que, como vimos, provoca alterações na caracterização dos agregados: a sua maior ou menor mobilidade e os factores que a determinam condiciona e pode modificar a classificação de um mesmo núcleo de um ano para outro³⁶.

Passemos agora à análise da composição dos grupos domésticos na cidade de Ponta Delgada no terceiro quartel de Setecentos, tomando como ponto de partida os dados aglutinados no Quadro 3. Dois aspectos ressaltam imediatamente da sua leitura: por um lado, o claro domínio dos grupos domésticos de tipo 3; por outro, a existência de apenas dois agregados de tipo 5 em 1762 e de cinco em 1772. Se considerarmos ainda que o conjunto de fogos complexos (fogos de tipo 4 mais fogos de tipo 5, estes estatisticamente insignificantes) apenas em 1752 ultrapassa ligeiramente os 14%, apresentando uma média de 12.4% no período em análise, poderemos concluir que, ao contrário de outras regiões da Europa, a estrutura da família em Ponta Delgada na segunda metade de Setecentos era relativamente simples³⁷.

QUADRO 3 – TIPOLOGIA DOS GRUPOS DOMÉSTICOS EM SÃO PEDRO DE PONTA DELGADA

TIPOS	1752		1762		1772	
	Nº FOGOS	%	Nº FOGOS	%	Nº FOGOS	%
1 (Isolados)	38	8.9	36	8.0	49	9.9
1a (viúvo(a)s)	16	3.7	12	2.7	14	2.8
1b (solteiro(a)s)	22	5.2	24	5.4	35	7.1
2 (Agregados não conjugais)	27	6.3	33	7.4	30	6.1
2a (irmãos)	10	2.3	22	4.9	19	3.8
2b (outros parentes)	17	4.0	11	2.5	11	2.2
2c (estrutura familiar indeterminada)	0	0.0	0	0.0	0	0.0
3 (Agregados simples)	255	59.7	290	64.7	313	63.4
3a (casal sem filhos)	81	19.0	102	22.8	103	20.9
3b (casal com filhos)	140	32.8	144	32.1	152	30.8
3c (viúvos com filhos)	17	4.0	12	2.7	7	1.4
3d (viúvas com filhos)	16	3.7	32	7.1	49	9.9
3e (solteiras com filhos)	1	0.2	0	0.0	2	0.4
4 (Agregados alargados)	60	14.1	48	10.7	55	11.1
4a (alargamento ascendente)	16	3.7	14	3.1	19	3.8
4b (alargamento descendente)	21	4.9	16	3.6	13	2.6
4c (alargamento colateral)	15	3.5	14	3.1	19	3.8
4d (combinações 4a-4c)	7	1.6	2	0.4	4	0.8
4e (alargamento ascendente e descendente)	1	0.2	1	0.2	0	0.0
4f (alargamento colateral e descendente)	0	0.0	1	0.2	0	0.0
5 (Agregados múltiplos)	0	0.0	2	0.4	5	1.0
5a (unidade secundária ascendente)	0	0.0	0	0.0	0	0.0
5b (i) (unidade secundária descendente masc.)	0	0.0	2	0.4	0	0.0
5b (ii) (unidade secundária descendente fem.)	0	0.0	0	0.0	1	0.2
5c (unidade secundária lateral)	0	0.0	0	0.0	4	0.8
5d (Frèreche)	0	0.0	0	0.0	0	0.0
5e (outras combinações)	0	0.0	0	0.0	0	0.0
6 (Indeterminados)	47	11.0	39	8.7	42	8.5
TOTAL	427		448		494	

Apesar de São Pedro de Ponta Delgada ser uma freguesia urbana, não nos podemos esquecer que estamos perante uma sociedade rural, tradicional, e o facto de encontrarmos, nesse contexto, a predominância de unidades de residência de tipo 3 (o núcleo conjugal com ou sem filhos) é um importante indicador de que São Miguel, em termos do sistema demográfico, compartilha as características essenciais da Europa ocidental³⁸.

Como aprofundamento desta análise, importará acrescentar que, nos três anos estudados, prevalecem os fogos de tipo 3b (casais com filhos). Nestes, a dimensão modal varia nos anos considerados: em 1752, entre 140 fogos de tipo 3b, 32 correspondem a casais com um filho; em 1762, a moda é o casal com dois filhos (31

casos entre 144 de tipo 3b); e, finalmente, em 1772, 39 fogos são compostos por casais com um filho, num total de 152³⁹.

A análise da dimensão dos fogos nos três anos em estudo, ao contextualizar estes valores, vem comprovar o predomínio dos fogos com poucos componentes, sendo de salientar o peso dos fogos compostos exclusivamente por parentes, como se pode comprovar no Quadro seguinte.

QUADRO 4 – DIMENSÃO DOS FOGOS COM E SEM PARENTES EM SÃO PEDRO DE PONTA DELGADA

Nº Hab./Fogo	1752				1762				1772						
	A	%	B	%	Total	A	%	B	%	Total	A	%	B	%	Total
1	42	100.0	–	–	42	34	100.0	–	–	34	49	100.0	–	–	49
2	100	93.5	7	6.5	107	128	93.4	9	6.6	137	120	85.1	21	14.9	141
3	60	75.0	20	25.0	80	63	74.1	22	25.9	85	81	82.7	17	17.3	98
4	46	73.0	17	27.0	63	55	78.6	15	21.4	70	54	81.8	12	18.2	66
5	45	77.6	13	22.4	58	48	85.7	8	14.3	56	53	80.3	13	19.7	66
6	23	71.9	9	28.1	32	23	79.3	6	20.7	29	18	54.5	15	45.5	33
7	11	57.9	8	42.1	19	8	44.4	10	55.6	18	14	70.0	6	30.0	20
8	7	53.8	6	46.2	13	6	85.7	1	14.3	7	6	54.5	5	45.5	11
9	2	66.7	1	33.3	3	1	16.7	5	83.3	6	2	100.0	–	–	2
10	1	14.3	6	85.7	7	–	–	1	100.0	1	1	50.0	1	50.0	2
11	–	–	1	100.0	1	–	–	1	100.0	1	–	–	2	100.0	2
12	–	–	–	–	0	–	–	1	100.0	1	–	–	–	–	0
13	–	–	–	–	0	–	–	1	100.0	1	–	–	1	100.0	1
14	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0	–	–	1	100.0	1
15	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0
16	–	–	1	100.0	1	–	–	1	100.0	1	–	–	–	–	0
17	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0	–	–	1	100.0	1
18	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0	–	–	1	100.0	1
19	1	100.0	–	–	1	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0
20	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0
21	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0	–	–	–	–	0
22	–	–	–	–	0	–	–	1	100.0	1	–	–	–	–	0
<b>TOTAL</b>	<b>338</b>		<b>89</b>		<b>427</b>	<b>366</b>		<b>82</b>		<b>448</b>	<b>398</b>		<b>96</b>		<b>494</b>

A = Fogos só com parentes

B = Fogos com domésticos e assistentes

Fica, assim, demonstrado que a dimensão modal dos fogos da freguesia de São Pedro é de duas pessoas (parentes) por fogo, como adiante voltaremos a sublinhar, e que os fogos de duas e de três pessoas ligadas exclusivamente por laços de parentesco correspondiam a 37.5%, 42.6% e 40.7% nos anos de 1752, 1762 e 1772, respectivamente. Esta implantação da família nuclear articula-se, de resto, com o escasso número de agregados familiares múltiplos encontrados (tipo 5).

No que a estes se refere, o facto de termos detectado apenas sete agregados para os anos analisados pode, desde já, indiciar que em Ponta Delgada, no decurso do século XVIII, a coresidência de núcleos conjugais secundários ascendentes e descendentes não seria uma característica importante do sistema demográfico, contrariamente a situações que se integram nos fogos de tipo 4, nomeadamente 4a e 4b. De qualquer modo, só uma investigação em profundidade e sequencial dos róis de confessados, cruzando os dados obtidos com os de outras fontes, poderá esclarecer esta questão.

Atentemos no seguinte exemplo: em 1752, na Rua da Graça, José Caetano Cymbron, da governança da cidade, está à frente da sua casa, vivendo com a mulher, D. Margarida Isabel, o filho, Francisco Borges Cymbron, o neto José e vários escravos e fâmulos⁴⁰; em 1762, é já Francisco Borges Cymbron quem surge a encabeçar a casa, vivendo agora na

Rua de São João. Com ele residem sua mulher, D. Catarina Benedita, sua mãe, D. Margarida Isabel, escravos e criados⁴¹. Residiria Francisco Borges Cymbron em casa de seu pai depois de casado – estando-se, então, em presença de um fogo de tipo 5b (i) – ou teria ido residir para outra casa, como sugere a mudança de rua, à qual sua mãe se recolheu depois de viúva? Estas questões são importantes não apenas para determinar o leque de fogos existentes, mas igualmente para o estudo dos padrões de residência dos novos casais⁴².

Relativamente aos fogos de tipo 4, verificamos que a sua percentagem se mantém relativamente estável, oscilando entre um máximo de 14.1% em 1752 e um mínimo de 10.7% em 1762. O predomínio do tipo 4b (grupo doméstico alargado a parentes descendentes) – sobrinhos e netos – nos dois primeiros anos (ligeiro, embora em 1762) poderá ser explicado quer à luz da aprendizagem de um ofício, o que implicava a integração do jovem num grupo doméstico que funcionasse simultaneamente como grupo de trabalho familiar, quer à luz do próprio ciclo de vida familiar, no qual, por morte dos pais ou de um deles, o(s) órfão(s) era(m) recebido(s) em casa de parentes, como forma de assegurar a sua sobrevivência⁴³. No caso do(s) órfão(s) se abrigar(em) em casa de familiares solteiros, estaríamos perante fogos de tipo 2b, cuja proporção é, no entanto, pequena. Estas hipóteses explicativas não são postas em causa, de forma evidente, pelos resultados obtidos para 1772, mas as oscilações verificadas entre 1762 e 1772, ano em que os núcleos de tipo 4a e 4c ultrapassam os de tipo 4b, e a escassez de estudos sobre o ciclo de vida familiar nos Açores aconselham novas pesquisas antes de podermos afirmar quais as causas que, dentro da categoria 4, contribuíam para o maior peso de um ou outro tipo.

Para concluirmos esta breve referência aos grupos domésticos alargados, consideremos o tipo 4c (grupo doméstico alargado a parentes colaterais). Se em 1752 estes fogos são em menor número, alcançam o valor máximo em 1772, conjuntamente com os de tipo 4a. De momento, não dispomos de respostas que expliquem esta evolução, sendo igualmente necessário perceber se, após 1772, último ano de análise aqui considerado, esta situação se manteve ou sofreu novas alterações. A presença de irmãos e cunhados como parentes coresidentes em fogos alargados pode ter ficado a dever-se à orfandade daqueles que residiam com os pais, em fogos de tipo 3b, 3c ou 3d, e que, por questões de sobrevivência e partilha de recursos, se viram forçados a residir em casa de parentes, explicação que é igualmente válida para os fogos só com irmãos (2a)⁴⁴

Quanto aos fogos de tipo 1, verificamos que a sua proporção permanece estabilizada ao longo do período estudado. A residência solitária de viúvos e viúvas (1a) apresenta valores que, de um modo geral, correspondem a metade dos de tipo 1b. Uma possível explicação para este fenómeno reside no acolhimento dos viúvos, após o falecimento do cônjuge, em casa dos filhos ou outros parentes (irmãos, por exemplo), dando então origem a fogos de outra natureza (4a, 4d, quando o cônjuge sobrevivente levava para outra casa um ou mais filhos que consigo residissem, ou 2a).

As percentagens obtidas para núcleos de tipo 1a são muito baixas quando comparadas com aquelas que caracterizam Oeiras no mesmo período⁴⁵, estando igualmente abaixo das que foram achadas para São Tiago de Bougado⁴⁶. Se, no caso de Oeiras, a percentagem de viúvos que residem sozinhos sugere um enfraquecimento das relações familiares, em Ponta Delgada, pelo contrário, os dados recolhidos apontam para a existência de laços fortes dentro do grupo familiar, situação que, de resto, se

articula com a percentagem de fogos onde encontramos parentes ascendentes como coresidentes, sendo que nunca em situação de tipo 5a e sim nas de tipo 4a, 4d e 4e, como se constata da leitura do Quadro 3.

No que diz respeito aos fogos de solitários que não viúvos, devemos, antes de mais, sublinhar o aumento verificado entre 1762 e 1772. Se descontarmos o caso dos sacerdotes que residem sós ou com criados (5 em 1752, 3 em 1762 e 1772) e as situações indeterminadas, que distorcem a avaliação dos dados (9 em 1752, 2 em 1762 e 8 em 1772), constatamos que correspondem maioritariamente a fogos femininos (12 em 1752, 15 em 1762 e 17 em 1772), numa relação sempre superior a metade dos fogos masculinos do mesmo tipo (respectivamente 5, 6 e 7).

Embora no quadro global os fogos femininos de tipo 1b tenham um peso relativo fraco, não pensaríamos encontrar uma situação semelhante no contexto de uma sociedade tradicional. Uma vez mais, somente a continuação da pesquisa poderá esclarecer se a continuidade deste tipo de fogos (mulheres solteiras) é um dado adquirido e qual o seu peso na estrutura dos grupos domésticos ou se se trata apenas de uma transição rápida entre dois tipos de fogos devida às “leis de ferro” da demografia, no *continuum* do ciclo familiar (por exemplo, entre um fogo de tipo 3 e um de tipo 2 ou vice-versa).

Dentro dos fogos cuja cabeça é uma mulher, chamemos a atenção para o facto de termos encontrado três fogos de tipo 3e (mães solteiras com filhos), um em 1752 e dois em 1772. Tratavam-se, muito possivelmente, de fogos de tipo 1b que, devido à maternidade das residentes, evoluíram para um outro tipo. Se a residência solitária de mulheres merece, no seu todo, ser sublinhada, pelo contexto social em que ocorre, a existência de fogos de tipo 3e, apesar de estatisticamente irrelevante, também não deve ser passada em claro. Julgamos que o cruzamento dos dados dos róis de confessados com os livros de registo paroquial, nomeadamente os de baptismo, permitirá esclarecer qual a percentagem de mães solteiras residindo em casa própria no conjunto das mulheres que davam à luz fora do casamento.

Como último comentário ao Quadro 3, destaquemos algumas das situações ocorridas na passagem de 1762 para 1772: aumento do número de solitários (correspondeu a um aumento de quase 50% aos valores de 1762), do número de fogos chefiados por viúvas (3d) e dos agregados alargados de tipo 4a e 4c e o aparecimento de cinco núcleos de estrutura múltipla, com um de tipo 5b (ii) e quatro de tipo 5c.

Como explicar estas variações? No estágio actual da investigação, não dispomos de dados que nos permitam formular hipóteses seguras relativamente a todos os casos referidos. Pensamos, contudo, que alguns processos de migração (a canalização de pessoas do mundo rural para a cidade) poderão estar na base do crescimento das unidades residenciais de tipo 1b. Não será também de menosprezar a hipótese de um aumento da mortalidade, pontual, que condicionaria o decréscimo de efectivos registado nesse período (v. Gráfico 2 e Quadro 2).

De qualquer modo, como os dados compilados no Quadro 3 correspondem a “instantâneos fotográficos”, somente a sua integração numa série, enriquecida com o recurso a fontes de outro tipo (documentação notarial, testamentos) possibilitará esclarecer como é que o sistema de transmissão patrimonial e a organização do mundo laboral local condicionavam a dinâmica deste último tipo de agregados e de outros, com a inclusão de mão-de-obra extra-familiar. Este cruzamento de fontes permitirá igualmente identificar situações indeterminadas e corrigir a classificação tipológica dos fogos.

A propósito do mercado de trabalho e da economia familiar – sabemos que frequentemente o grupo doméstico funcionava como grupo de trabalho familiar –, seria essencial conseguir a caracterização ocupacional dos núcleos domésticos para se proceder a uma análise do seu tipo e dimensão de acordo com o ofício do cabeça de casal ou a ocupação do grupo. Infelizmente, nos róis de confessados da freguesia de São Pedro apenas para um reduzido número de fogos possuímos a indicação do ofício do chefe de família. Os elementos obtidos são aqueles que apresentamos no Quadro 5.

QUADRO 5 – AGREGADOS DOMÉSTICOS COM OFICIAIS MECANICOS E SOLDADOS

OFÍCIOS	1752 (Nº)	1762 (Nº)	1772 (Nº)	TOTAL
“oficial”	1	–	–	1
barbeiro	1	–	–	1
palheiro	1	–	–	1
vendeiro	1	–	1	2
sapateiro	–	3	8	11
ourives	–	1	1	2
sineiro	–	1	–	1
pedreiro	–	2	8	10
ferreiro	–	1	3	4
ferrador	–	–	1	1
alfaiate	–	–	7	7
carpinteiro	–	–	2	2
curtidor	–	–	1	1
oleiro	–	–	5	5
mancebo	–	2	3	5
soldado	2	3	2	7
TOTAL	6	13	42	61

A leitura do quadro acima sugere uma complexificação da economia local, com um significativo aumento dos oficiais mecânicos registados, quer em termos de número, quer da diversidade de ofícios. A dúvida que se coloca é se este aumento corresponde, de facto, à realidade social e económica da freguesia – e, por extensão, da cidade – ou se, pelo contrário, se deve a uma maior atenção do redactor do rol de 1772 para esses aspectos ou ainda a qualquer outro factor.

Na segunda metade de Setecentos, a ilha de São Miguel, graças à exportação de laranja para o Norte da Europa, por via do porto de Ponta Delgada, iniciou uma lenta recuperação da crise que marcara a sua economia após a queda do comércio do pastel, a partir dos anos de 1620-1630, e que condiciona ainda o século XVIII micaelense⁴⁷. Apesar da frequência do porto de Ponta Delgada por navios estrangeiros, o grosso do comércio da ilha era realizado por navios nacionais e centrava-se na exportação de cereais (trigo e milho), linho e leguminosas para o reino, Madeira e praça de Mazagão

(até 1769)⁴⁸. A diversificação e desenvolvimento do sector dos mesteres, sugerida pelo Quadro 5, pode bem ser concomitante desse “despertar” económico, que culminará no século XIX. A validade desta hipótese terá, no entanto, de ser confirmada por posterior investigação.

Tendo agora em consideração o tipo e dimensão dos fogos dos oficiais mecânicos, registemos que são os fogos de tipo 3 (3a, 3b e 3c) que dominam neste universo social (43 em 61, i. e., 70.5%). Este facto leva-nos a pensar que, em termos de organização da economia doméstica, existiria, de facto, uma coincidência entre núcleo familiar e grupo de trabalho. Se acrescentarmos aos fogos de tipo 3 os de tipo 4 (11 em 61, i. e., 18.0%), essa interpretação sai reforçada: num total de 61 fogos em que o chefe de família desempenha uma actividade mecânica, 54 (88.5%) incluem apenas parentes.

Sublinhemos um outro aspecto que o Quadro 3 não esclarece: entre os 43 fogos de tipo 3, 17 (39.5%) correspondem ao tipo 3a (casais sem filhos), distribuindo-se do seguinte modo pelos anos considerados: um em 1752, cinco em 1762 e onze em 1772. Poderemos pensar que se tratam de casais jovens, em início de vida? A ser verdade, seriam casais com estas características que estariam na origem do aumento dos fogos de tipo 3a em 1772, na sequência de uma possível migração para a cidade e do desmembramento de fogos de outro tipo?

Acrescentemos, por fim, que no que toca à dimensão destes fogos, considerando em conjunto os de tipo 3 e 4, os valores modais situam-se nas três pessoas por fogo em 1752 (cinco casais com um filho cada), duas pessoas em 1762 (seis casais sem filhos) e novamente duas pessoas em 1772 (onze casais sem filhos e um viúvo com o seu filho)⁴⁹.

Em suma, e articulando estas observações com o que anteriormente ficou dito, poderíamos concluir pela predominância da família nuclear no universo laboral de Ponta Delgada, caso os agregados domésticos considerados fossem estatisticamente significativos. Devido ao pequeno número de casos detectados nas fontes consultadas, de momento consideramos os resultados alcançados como um indicador do que poderá ser a realidade dominante, se atendermos ao peso das relações de parentesco na organização dos agregados domésticos em Ponta Delgada.

## Conclusão

Após esta breve análise das principais características dos róis de confessados e comungados e da estrutura dos núcleos domésticos da freguesia de São Pedro de Ponta Delgada, devemos recuperar algumas das linhas de força dominantes da nossa exposição.

A caracterização demográfica dos Açores durante o Antigo Regime, e neste caso de S. Miguel, passa inevitavelmente por uma análise cuidada das várias fontes existentes, entre as quais se evidenciam os registos paroquiais, os róis e os “mapas de habitantes”. De uma forma geral, todas apresentam limitações decorrentes dos objectivos com que foram realizadas, e só o seu confronto poderá proporcionar uma aproximação mais segura à realidade populacional desse período. Assim, quanto às fontes aqui utilizadas, apesar das limitações encontradas – a não referência aos menores de 7 anos, as lacunas de informação e os erros dos redactores –, pensamos que permitem reconstituir com relativa segurança a estrutura doméstica da freguesia.

Quanto à composição dos grupos domésticos, pensamos ter ficado bem clara a preponderância da família nuclear e o peso das relações familiares na sua organização. A inexistência ou peso mínimo de uma estrutura de família troncal é, concomitantemente, um aspecto a relevar. Com estas características – que, neste momento, desconhecemos até que ponto podem ser generalizadas à ilha de São Miguel e ao arquipélago –, o sistema demográfico existente em Ponta Delgada, longe de ser “arcaico”, acompanhava a realidade europeia ocidental.

## NOTAS

- * Docentes do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Para possível correspondência acerca deste artigo, contactar Dept. de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, R. Mãe de Deus, 58, Apartado 1422 – 9502 Ponta Delgada Codex ou através de Email: artur@alf.uac.pt ou damiao@alf.uac.pt. Os autores do artigo agradecem ao Senhor Padre João Maria Brum, pároco de S. Pedro de Ponta Delgada, as facilidades concedidas para a realização do mesmo.
- 1 Toda a documentação foi trabalhada sobre plataformas Macintosh, utilizando como software o Excel 4.0 (folha de cálculo) e o FileMaker Pro 3.0 (base de dados relacional).
  - 2 Sobre este tipo de análise, bem como da exploração de *róis de confessados e comungados* cf., entre outros, J. Manuel Nazareth e Fernando de Sousa, “Aspectos sociodemográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII”, *Análise Social*, 17(66), 1981, pp. 315-373+39; *Idem*, *A demografia portuguesa do antigo regime: Samora Correia em 1790*, Estudos e Documentos ICS, nº 17, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1987; Teresa Ferreira Rodrigues, “Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-80)”, *Nova História*, nº 3/4, 1985, pp. 79-105; Álvaro Ferreira da Silva, *Propriedade, família e trabalho no «hinterland» de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*, “Portugal e o Mundo Português”, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 281 e seg.; Jorge Fernandes Alves, *Uma comunidade rural do Vale do Ave: S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1986; Guilhermina Mota, “Estruturas familiares no mundo rural. Grupos domésticos no Bispado de Coimbra em 1801”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIV, Coimbra, 1988, pp. 1-66.
  - 3 Saliente-se que não foi ainda elaborado qualquer estudo que contemple os róis como fonte directa. Para permitir uma visão mais ampla da dinâmica demográfica dos arquipélagos atlânticos durante o Antigo Regime torna-se imprescindível apostar na investigação dos inúmeros registos paroquiais, róis de confessados e comungados, numeramentos populacionais e outros. Para os Açores, veja-se, como exemplo da exploração dos registos paroquiais, Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, s. d.. Em termos de tratamento de numeramentos oficiais veja-se, por todos, Gilberta Pavão Nunes Rocha e Vítor L. Gaspar Rodrigues, “Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do século XVIII”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIX, Angra do Heroísmo, 1991, pp. 53-101.
  - 4 Sobre as várias tentativas oficiais efectuadas para a elaboração de estatísticas demográficas anteriores a 1864 cf., entre outros: Joel Serrão, *Fontes de Demografia Portuguesa, 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, pp. 9-64; *A população de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, 1970 (v. sobretudo a

introdução, pp. XI-XXX); Fernando de Sousa, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, 2 vols., dissertação de doutoramento, policopiada, Porto, Universidade do Porto, 1979 (sobre toda a época anterior a 1801, v. vol. I, pp. 31-7); João Pedro Ferro, *A população portuguesa no final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

- 5 Um importante documento a ter em atenção na análise de fontes eclesásticas são as *Constituições Synodales do Bispado d'Angra: feitas pelo Ex^{mo}. e Rvd^{mo}. Sr. Bispo D. Jorge de Santyago e aprovadas em Synodo Episcopal celebrado na Sé Cathedral no ano de 1559* (publ. pela redacção do «Catholico», segundo a edição de 1560), Angra do Heroísmo, Typographia do Correio da Terceira, 1881.
- 6 Nas *Constituições Synodales do Bispado d'Angra*, Título V, constituição quinta, pp. 21-2, apontam-se as directrizes que presidiam à feitura dos róis:  
*[...] ordenamos e mandamos que todos os vigairos e curas d'este nosso Bispado em cada hum anno tanto que vier a Septuagesima façam um Rol per si e não per outrem, o qual acabaram atee a Quinquagesima, em que escreveram todos os seus freiguezes por seus nomes e sobrenomes e a rua e lugar onde viuem. E yrá o dito vigairo ou cura em pessoa por todas as ruas, partes e casas de sua freiguezia, informandose muy particularmente do numero e qualidade das pessoas que hà em cada casa, (e viuendo com outrem) se são filhos, criados ou escravos, e poram a parte os que não hão de commungar[...].*
- 7 Cf. *Constituições Synodales do Bispado d'Angra*, Título V, constituição quinta, p. 22 e Título VI, constituição segunda, p. 32.
- 8 Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Açores, caixa 7, doc. 15 e caixa 8, doc. 16.
- 9 Cf. Artur Boavida Madeira, *População e emigração nos Açores (1766-1820)*, Provas de APCC (policopiado), Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997, Quadro 8, p. 46.
- 10 AHU, Açores, caixa 12, doc. 29.
- 11 *Idem*, caixa 9, doc. 25.
- 12 Cf. Artur Boavida Madeira, *ob. cit.*, Quadro 6, p.42.
- 13 Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, pp. 290-291. Em oposição a esta situação, cf. Jorge Fernandes Alves, *ob. cit.*, pp. 20-21.
- 14 No rol de 1763, o padre redactor salta do fogo 276 para o 278, do 286 para o 288 e do 289 para o 300, faltando nesta última falha 290-299.
- 15 Cf. José Manuel Pérez García, "La familia campesina en la huerta de Valencia durante el siglo XVIII", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Ano VI, Nº 2, Julho 1988, pp. 5-28, maxime p. 22, nota 10.
- 16 Cf. José Guilherme Reis Leite (introdução e fixação do texto), *O Códice 529 do Arquivo Histórico Ultramarino: a capitania-geral dos Açores durante o consulado pombalino*, Sec. Regional da Educação e Cultura/Direcção Reg. dos Assuntos Culturais/Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo, 1988, p. 43.
- 17 Cf. AHU, Açores, caixa 8, doc. 13, 31/10/1771, ofício de Valério Jozé Leão, Corregedor e Provedor da Comarca da ilha de S. Miguel, sobre vários assuntos da sua jurisdição, dos quais destacamos aquele que se refere aos "Mapas de habitantes". Sobre o mesmo assunto veja-se também AHU, Açores, caixa 9, doc. 6, de 29/7/1772, onde o mesmo Corregedor reafirma que as averiguações foram precisas e que no cômputo [...] se incluem todas as pessoas de qualquer qualidade, e condição, assim frades, freiras, noviças, famulas, e recolhidas, eclesiasticos, e seculares, para o que me não vali dos rois de confissão, mas dos arruamentos, a que jis proceder pelos Officiais de justiça [...].  
 Possuimos indicações somente para a ilha de S. Miguel, mas è de supor que esta iniciativa tenha sido proposta aos vários Corregedores dos Açores. "Mapas" posteriores, referentes a outras ilhas, contemplam items, até então inexplorados, o que poderá significar a adopção desta forma de recolha da informação.

- 18 Sublinhado nosso: o primeiro aponta para o sub-registo dos menores e, o segundo, para a valorização dos estudos desenvolvidos nos domínios da "demografia" ou da *Aritmetica* [sic] *Politica* (cf. AHU, Açores, caixa 8, doc. 13). Julgamos estar perante a aplicação dos princípios expressos nalguma *Aritmética Política* [com mais de um autor], traduzida para o português, que terá servido de manual aos levantamentos então em curso.
- 19 Esta iniciativa deve enquadrar-se na política implementada pela Intendência-Geral da Polícia no intuito de elaborar um levantamento geral do Reino em 1771 (cf. Fernando de Sousa, *A população portuguesa...*, pp. 31-37). Note-se também que nesse ano foi elaborada legislação que enquadra as ilhas dos Açores como parte da metrópole, o que poderá ter servido de argumento para a adopção de novas medidas que se integravam no todo nacional (cf. José Guilherme Reis Leite, *O Códice 529 ...*, p. 10).
- 20 Para a elaboração deste Gráfico utilizámos essencialmente documentação do AHU, Açores.
- 21 Cf. AHU, Açores, caixa 3, doc. 20.
- 22 Aplicamos aqui a toda a ilha um valor que foi calculado somente na freguesia de São Pedro. Como tal, os resultados devem ser lidos com reservas e ficam sujeitos a futuras correcções. Além disso, estamos a trabalhar com valores reduzidos e a mais pequena alteração poderá criar distorções acentuadas.
- 23 A propósito desta crise cf. AHU, Açores, caixa 47, doc. 52 (4/10/1805), caixa 48, doc. 30 (31/12/1805), caixa 49, doc. 7 (5/1/1806) e *Arquivo dos Açores*, vol. X, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982, pp. 399-403.
- 24 Cf., por exemplo, José Vicente Serrão, "O quadro humano", in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. IV – *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 49-69; e Maria Luis Rocha Pinto, *Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, Dissertação de doutoramento em Demografia Histórica apresentada na Universidade Nova de Lisboa (policopiada), vol. I, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, pp. 135 e seguintes.
- 25 Cf. Artur Madeira, "A mortalidade na ilha de S. Miguel na segunda metade do século XVIII", in *Actas do IV Coloquio de Historia de las Islas del Atlantico*, Tenerife, 1995 (no prelo), onde apresentamos as características desta crise para a freguesia de São Sebastião, Matriz de Ponta Delgada, sublinhando a sua possível extensão a toda a ilha de S. Miguel.
- 26 Cf. Robert Rowland, "Âncora e Montaria, 1827. Duas freguesias do Noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças", *Estudos Contemporâneos*, Nº 2/3, 1981, pp. 199-242, *maxime* p. 217, onde o autor justifica a criação de um fogo de tipo 3e (mães solteiras com filhos) e a divisão do tipo 5b em 5b (i) e 5b (ii).
- 27 Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, pp. 154 e 321, Anexo 4.10.
- 28 Cf. Robert Rowland, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", *Ler História*, Nº 3, 1984, pp. 13-32, *maxime* p. 21, nota 6.
- 29 Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, p. 321.
- 30 Arquivo da Igreja Paroquial de São Pedro de Ponta Delgada (AIPSP), *Rol de Confessados e Comungados de 1762*, fogo 363.
- 31 *Idem*, *Rol de Confessados e Comungados de 1772*, fogo 376.
- 32 *Idem*, *Rol de Confessados e Comungados de 1752*, fogo 7.
- 33 Cf. Jorge Fernandes Alves, *ob. cit.*

- 34 Esta opção contrasta com a de José Manuel Pérez Garcia, que no seu estudo sobre a família camponesa em Valencia no século XVIII, aplicando igualmente a tipologia de Cambridge, considerou, porém, a existência de núcleos de tipo 3e, 4e e 5e para “formas familiares de relación indeterminada.” Cf. José Manuel Pérez Garcia, *art. cit.*, p. 8. Também Ana Rita Coelho Ribeiro, estudando a freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira, apresenta uma tipologia baseada nas propostas de P. Laslett mas desenvolvida nalguns tipos (cf. Ana Rita Coelho Ribeiro, “Aspectos sóciodemográficos da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação da Ameixoeira (1740-1760)”, *População e Sociedade*, Nº 1, 1995, pp. 245-264, *maxime* p. 257).
- 35 Sobre esta categoria (assistentes) e as dificuldades que coloca ao investigador, ver Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, p. 118.
- 36 Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada (BPAPD), *Provedoria dos Resíduos e Capelas de Ponta Delgada*, Legados Pios, Maço 40, nº 351, testamento do padre Domingos do Rego e Sousa, 8 de Janeiro de 1738. Aí, o padre declara que se o sobrinho, Manuel do Rego de Teve, que vivia fora da ilha, quisesse assistir, isto é, viver com sua irmã, lograria com ela os bens dele, testador. Neste caso, como consideraríamos o sobrinho: assistente ou parente (irmão)?
- 37 Na huerta de Valencia, em 1788, a percentagem de fogos complexos atingia os 25.59%, que José Manuel Pérez Garcia considera como um sinal claro de “la notable complejidad de la familia campesina valenciana” (cf. José Manuel Pérez Garcia, *art. cit.*, pp. 7-8). Em Pamplona, sensivelmente na mesma época (1786), a proporção de lugares complexos situava-se nos 18.6%, valor que, apesar de ser consideravelmente inferior ao registado para o “mundo rural troncal navarro adyacente a Pamplona”, não deixava de traduzir “la elevada, en términos relativos, complejidad familiar” da cidade (cf. Fernando Mikelarena Peñalva, “Estructuras familiares, ciclo de vida, composición familiar y mano de obra extrafamiliar en el seno de los grupos domésticos de una ciudad tradicional: el ejemplo de Pamplona en 1786”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII-2/3, 1994, pp. 125-147, *maxime* pp. 130-131). Valores semelhantes aos detectados para Ponta Delgada foram encontrados para Santiago de Compostela em 1752 (11.7%) (*idem*, p. 130). Em Portugal, Álvaro Ferreira da Silva encontrou para Oeiras, no *hinterland* rural de Lisboa, valores que se situavam nos 16% em 1738 e entre os 10 e os 12% nos restantes anos (1747, 1763, 1773, 1783, 1791 e 1806) (cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, pp. 115-116).
- 38 A confirmação desta hipótese depende da análise continuada dos róis de confessados e comungados existentes não apenas em São Miguel mas em todo o arquipélago e do seu cruzamento com outras fontes. Só assim será possível determinar em que medida a estrutura familiar é uniforme ou varia de ilha para ilha e estabelecer, com segurança, as características gerais do modelo demográfico açoriano.
- 39 Estes valores modais encontram correspondência na média de filhos por fogo que caracterizava diversas regiões da Europa no final do século XVIII e início do XIX. Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, p. 154, nota 4.
- 40 AIPSP, *Rol de Confessados e Comungados de 1752*, fogo 319.
- 41 *Idem*, *Rol de Confessados e Comungados de 1762*, fogo 1.
- 42 No caso de um outro tronco dos Cymbron, os dados recolhidos nos róis de confessados sugerem a prática da neolocalidade.
- 43 Cf. Álvaro Ferreira da Silva, *ob. cit.*, pp. 131-133.
- 44 *Idem*, pp. 163-164.
- 45 *Idem*, p. 140.
- 46 Cf. Jorge Fernandes Alves, *ob. cit.*, pp. 182-184, Quadros LXIX, LXX e LXXI.

- 47 A este propósito, cf. José Damiano Rodrigues, "Os Açores e a expansão: bens e gentes no espaço colonial português (séculos XV-XVIII)", *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1993, pp. 147-181.
- 48 Neste comércio os ingleses desempenhavam, porém, um importante papel de intermediários como comprovam os registos alfandegários de Ponta Delgada.
- 49 Em 1772, a seguir a este valor (doze), a maior frequência é a de fogos com três pessoas (dez), sendo que sete são de tipo 3b (casais com filhos, neste caso um).

# A CIDADE DO PORTO NA 1.^a METADE DO SÉCULO XIX: POPULAÇÃO E URBANISMO ¹

Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes  
Universidade Lusíada

## 1. Introdução

O século XIX é uma época de crescimento urbano intenso, pelo menos na Europa ², assumindo-se a cidade como um mercado de trabalho que atrai todas as franjas sociais. Ocorrem trocas de população entre o centro e a periferia, tocando a mobilidade em todos os grupos sociais. Este movimento é, regra geral, mais intenso na segunda metade do século XIX, do que na primeira (embora o urbanismo inglês tenha características mais precoces), mas já se vai fazendo sentir, por então.

A cidade vai adquirir o seu carácter específico – alheamento dos campos – ao longo de oitocentos, mas a par dos novos traços socio-económicos, urbanos, que vão surgindo; coexistem nela resistências das sociedades de Antigo Regime: por exemplo, se as actividades profissionais são urbanas, as condições de vida familiares são muitas vezes rurais.

A cidade é um verdadeiro tecido de contradições, de descontinuidades históricas ³ - realidade que historiadores e sociólogos comprovam.

O Porto tem sido frequentemente encarado como uma cidade onde os meados do século XIX trarão consigo precisamente um acentuar dessas contradições e descontinuidades, plasmados no acelerado e nítido crescimento populacional, muito evidente após a década de 1870 ⁴, concretamente. A ideia de uma espécie de ruptura, ocorrida nos anos 60 (altura em que o primeiro recenseamento moderno se efectua, permitindo precisamente o fornecimento de dados mais apurados), entre a dinâmica demográfica e socio-económica portuense prévia e póstuma a este período, parece subjacente nos já não pouco numerosos estudos sobre a segunda cidade do país.

Muito embora outros trabalhos, como o de David Justino, lembrem o declínio económico do pólo portuense na segunda metade do século XIX, em favor de um outro centro aglutinador e reorganizador do espaço económico, já a nível nacional – Lisboa – ⁵, a verdade é que o Porto burguês, “cidade do trabalho” e das ilhas, típico da segunda metade do século XIX; continuou a desempenhar um papel não menosprezável de plataforma giratória de negócios, oficinas e pequenas fábricas.

Pólo de produções e exportações de produtos e gentes, respectivamente para os mercados regionais beirão, transmontano e minhoto, e para o Brasil, além-mar ⁶, o Porto venceu uma “guerra” regional no contexto do dinamismo económico do Norte, ao longo dos séculos XVIII e XIX. Esta vitória “assegurou-lhe o controlo dos veleiros que interferiam na economia atlântica, a barra do Douro vai tornar-se o principal porto de escoamento de emigração oitocentista com origem no vasto “hinterland” de entre Minho e Vouga, mas aonde o lugar prioritário cabia, sem dúvida, ao distrito do Porto” ⁷.

É esse Porto de final de século que marcou miticamente a cidade, nas perspectivas contemporâneas.

O trabalho que aqui se apresenta procura discernir até que ponto os esteios dessa cidade dinâmica - a população, a expansão urbana, a dinâmica socioeconómica- se vão já afirmando, em que traços específicos e em que ritmos, na época inicial de oitocentos ⁸.

Fizemos, assim, uma aproximação ao cálculo dos quantitativos populacionais da cidade para a primeira metade do século XIX, tentando, por via da aplicação de alguma metodologia simples, confirmar e comparar ritmos de crescimento demográfico urbano.

Seguidamente, tentámos compreender como essa cidade que crescia demograficamente, evoluía, também, urbanamente, através da colecção e descrição ordenada de dados disponíveis noutros estudos.

## 2) A população urbana do Porto na 1ª metade do século XIX: os dados disponíveis e uma análise inicial dos ritmos de crescimento

A época pré-estatística é de difícil tratamento para quem nela se abalança. Os cálculos da população da urbe portuense nos inícios do século XIX não escapam a esta regra.

Optámos pela ausência de cálculos apurados e porventura corrigidos da população urbana portuense. A razão de tal opção prende-se com a fragilidade dos dados que as fontes (conhecidas) fornecem. O quadro que a seguir vos apresentamos (QUADRO nº 1) reúne, assim, os elementos recolhidos e permite uma breve análise dos mesmos, mas não nos capacita a avançar cálculos mais fiáveis ou corrigidos para a época abrangida.

Assim, no tocante à população urbana do Porto, seguem-se os dados recolhidos:

QUADRO Nº 1 – A POPULAÇÃO URBANA DO PORTO

ANO	FREGUESIAS	FOGOS	HOMENS	MULHERES	HABITANTES (TOTAL) ⁹
1750 ¹⁰	--	--	--	--	30000
1787 ¹¹	7 ¹²	12020	26723	25287	52010
1794 ¹³	7	10828	17642	22549	40191
1798 ¹⁴	7	11168	--	--	-- ¹⁵
1801 ¹⁶	7	11301	--	--	43218
1819 ¹⁷	5	--	--	--	45180
1833 ¹⁸	9 ¹⁹	--	--	--	50000
1838 ²⁰	9 ²¹	13163	--	--	59370
1850 ²²	--	--	--	--	74000
1864 ²³	12 ²⁴	--	--	--	86751

O número relativo a meados do século XVIII - 30.000 habitantes - é uma estimativa de Paul Bairoch, Jean Batou e Pierre Chèvre. Utilizámo-la, porque nos pareceu uma estimativa fiável, quando cruzada com a informação de duas fontes praticamente coevas, embora passíveis de muitas fragilidades. Tratam-se dos números avançados pelo geógrafo D. Luiz Caetano de Lima, para 1732, relativos a 11 freguesias - 30.024

“almas”²⁵ -; e do número avançado pelas “Memórias Paroquiais”, em 1758 - 35.000 habitantes para a cidade e arrabaldes.

A estimativa por nós escolhida surge, assim, como um dado minimamente seguro e sensato, preferível, porventura, aos dados originais, já que ambas as fontes são porventura deficientes²⁶.

Mas, quando comparada essa estimativa relativa a 1750 com os dados de 1794 (40.191 habitantes), parece claro que os dados avançados por Rebello da Costa, em 1787 - 52.010 habitantes -, são cifras empoladas. Essa é também a opinião de outros autores, como Ricardo Jorge, que comenta, a este propósito: “Devo confessar que esta estimativa talvez seja um pouco exagerada; feita a comparação com avaliações posteriores, as cifras podem tomar-se por demasia”²⁷. Rebello da Costa, aliás, embora afirme a exactidão do cálculo que apresenta, reafirmando “um laborioso exame e uma eficaz diligencia”²⁸, não especifica de onde retirou os dados avançados e como os calculou.

Os seis últimos anos do século XVIII (1794 a 1801) mostram uma progressão populacional a um ritmo de crescimento de 1,1% ao ano, mantendo-se a população portuense na casa dos 40.000 habitantes. Os dados avançados por A. Balbi para as 5 freguesias centrais da cidade em 1819 prenunciam, a serem correctos, uma manutenção do ritmo de crescimento: embora encontremos entre as cifras de 1801 e 1819 uma taxa de crescimento aritmético de 0,25% ao ano, note-se que os dados apontados para a última data, são relativos somente a 5 freguesias, e não a 7.

O número apontado para 1833, 14 anos depois, refere-se já a 9 freguesias e estima um aumento populacional evidente. Parece claro que vai ser na década de 30 do século XIX que o Porto ultrapassa a meia centena de habitantes, rondando os 60.000 habitantes ainda antes da década findar, em 1838 (59.370 habitantes).

Na viragem do século, já se estimam 74.000 habitantes à cidade e somente 14 anos depois, em 1864, já se ultrapassou a cifra de 80.000 habitantes.

A análise das cifras relativas à população urbana do Porto requer, a nosso ver, a feita das taxas de crescimento aritméticas da população portuense. O cálculo do ritmo de crescimento de uma população proporciona-nos um resultado anual médio, que nos permitirá comparar períodos de diferente amplitude no que toca às diversas informações disponíveis acerca do volume dessa população²⁹.

Os resultados são os que apresentamos no QUADRO nº 2.

QUADRO N.º 2 – TAXAS DE CRESCIMENTO ARITMÉTICO  
DA POPULAÇÃO URBANA DO PORTO³⁰

ANO ³¹	TOTAIS	TX.C.ARIT. (%)
1801	43218	
1819	45180	0,25
**		
1833	50000	0,77
1838	59370	3,74
1850	74000	2,10
1864	86751	1,23

** Entre 1821 e 1835, a taxa de crescimento aritmético da população nacional cifrou-se nos 0,21%.

Uma observação rápida do QUADRO nº 2 indicia alguns pormenores pertinentes. A taxa de crescimento aritmético da população portuense aumenta entre 1801 e 1838, sendo na década de 30 que se verifica uma maior pujança populacional (3,74% entre 1833 e 1838). De 1838 a 1864, declinam levemente os valores, mantendo-se, contudo, até meados do século, na casa dos 2%, o que não são valores menosprezáveis. Ainda de referir o facto de, entre inícios da década de 20 e meados da década de 30, a população portuense ter crescido a um ritmo superior ao da população nacional (0,77% contra 0,21%).

Parece-nos poder inferir que

a) o crescimento populacional tradicionalmente atribuído ao Porto nos finais do século XIX, especialmente entre 1878-1890 e 1890-1900 ³², é de facto um crescimento que parece ter tido antecedentes já na segunda metade da década de 30 do século XIX e até, pelo menos, à década de 50. A viragem do século traria consigo um levíssimo abrandamento deste ritmo de crescimento, sem no entanto se notarem sinais visíveis de paragem.

b) não se verifica claramente uma situação de refreamento ou estagnação, face a estes números, estagnação essa que outros autores apontam poder ter ocorrido entre finais do século XVIII e o primeiro terço do século XIX ³³. É certo que a área central da cidade - freguesias da Sé, S. Nicolau, Vitória - pode deixar entrever uma diminuição populacional, que se deverá provavelmente às vicissitudes da guerra, aos contágios durante o cerco, ao abandono, em troca de zonas mais altas, mais seguras e mais sadias da cidade ³⁴. Mas tal regressão não é demonstrada de forma segura, em termos do global da cidade que, como acima vimos, até parece ter tido um ritmo de crescimento populacional superior àquele nacional, nestes inícios do século XIX.

A segunda metade do século XIX parece assinalar um ritmo de crescimento contínuo ³⁵, que se intensifica no último quarto do século. Há mesmo uma *“progressão vertiginosa da pressão demográfica”* ³⁶ no distrito do Porto ao longo do século XIX, sustentada

*“sobre o crescimento da população que (...) se efectua a um ritmo superior ao do espaço continental, se exceptuarmos o período dos anos 50 (...), período em que, tanto ao nível da evolução do índice de crescimento como na taxa de crescimento anual médio, o Porto é ultrapassado pelo conjunto nacional. Esta quebra na década de 50, tem, naturalmente, a sua explicação no pico emigratório que então se verifica, bem como na epidemia de “cholera-morbus” de 1855 que atacou com bastante intensidade em alguns concelhos do distrito, nomeadamente na cidade, fazendo lembrar a de 1833, mas sem atingir agora a mesma virulência”* ³⁷.

O momento do Cerco do Porto (1832/33), estudado por nós em trabalho anterior e de maiores dimensões ³⁸, mostra-nos portanto e como exemplo do que acima é escrito, uma cidade que, malgrado a pontual e especialíssima situação de cerco, fome e epidemia, com a momentânea e consequente regressão demográfica; se inscreve num quadro de aumento populacional a ritmos razoáveis.

### 3) Urbanismo, crescimento demográfico, dinâmica económica e social - traços gerais

O Porto que se nos depara nos anos 30 a 50 do século XIX é uma cidade que é fruto de um razoável período de transformações que ocorreram na segunda metade do

século XVIII³⁹. É por demais reconhecida a acção importante dos “Almadas”, João de Almada e Melo e seu filho, Francisco de Almada e Mendonça, que lhe sucede no cargo de governador das Armas do Porto e continuará a obra iniciada⁴⁰ no plano da urbanização, obras públicas e arquitectura da urbe. Lugar central nestes trabalhos ocupará a Junta das Obras Públicas, com rendimentos próprios assegurados, sendo de sublinhar também, como lembra M.-T. Mandroux-França, a actividade complementar de outro organismo na urbanização do Porto, a Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com sede nesta cidade⁴¹.

Vivia-se por então um momento de bonança económica e demográfica, que se reflectiria de sobremaneira no urbanismo portuense. A cidade, dividida entre uma zona ribeirinha, centro comercial, e uma zona mais alta, residencial e artesã; entre uma zona intramuros e outra, extramuros, tinha a necessidade de resolver as comunicações entre estas descontinuidades. Urgia ordenar, regular, alinhar, embelezar, alargar vias, criar outras, enfim, urbanizar com o racionalismo e a beleza possíveis.

A questão das ligações ao “hinterland” foi atacada através da abertura de novas vias, que se inscreveram em velhos eixos viários (Porto-Póvoa, Porto-Braga ou Porto-Penafiel), para além de se procurar ordenar o crescimento urbano extramuros. A velha muralha fernandina foi rompida em vários pontos, por exemplo, para a construção do Real Teatro de S. João (1798) ou do edifício da Real Casa Pia (1790-1804). A questão das comunicações zona baixa-zona alta da cidade foi resolvida pela abertura da Rua de S. João, entre a Praça da Ribeira e o Largo de S. Domingos, artéria rectilínea, arejada, que assentaria em arcaria sobre o leito terminal do rio da Vila. Este curso de água acabaria por ficar completamente encaçado com a abertura, cerca de um século depois, da Rua Mouzinho da Silveira, na década de 1870. Também o centro económico e social, i.e., a zona da Praça da Ribeira, precisava de receber edifícios condignos com a sua condição de coração da cidade. Os projectos arquitectónicos referentes ao último quartel do século XVIII, nomeadamente o do inglês John Whitehead para a Praça da Ribeira, reflectem o carácter pragmático e gosto neoclássico de inspiração palaciana que os edifícios públicos e particulares iriam assumir, por contraposição à linguagem barroca da arquitectura religiosa da época. Comparem-se, por exemplo, a Torre dos Clérigos (1757-1763, de Nicolau Nasoni) com o Hospital de Santo António (1769, de John Carr), ou o Quartel de Santo Ovídio (1790-1806, provavelmente de Reinaldo Oudinot), e será bem clara esta divergência de padrões arquitectónicos laicos ou religiosos.

A viragem do século traz consigo perturbações de ordem politico-economico-social (invasões francesas, crise comercial, instauração do liberalismo...), que serão reflectidas num momento de paragem urbanística. Nos anos 20, far-se-á a abertura e construção de algumas artérias, como a Rua dos Bragas ou do Bom Retiro, que, no entanto não modificarão este momento de estagnação, apenas contrabalançado por um crescimento do casario extramuros.

O Cerco do Porto, em 1832-33, vai facilitar a degradação da zona ribeirinha, mais atingida pelas granadas e pelo esvaziamento populacional, que ocorre em direcção às zonas mais altas da cidade, mais arejadas, mais saudáveis, com melhor construção habitacional. As camadas sociais que mais abandonam o Rio são aquelas economicamente mais abastadas, ficando o centro medieval entregue maioritariamente a quem dele não pode ou não consegue sair. É o momento da crescimento da zona de Cedofeita, por exemplo, e da generalização do gosto pelos chalés murados, recatados e independentes. É o momento de um certo reordenamento espacial da cidade, mantendo-se a construção em altura no centro por contraste com zonas periféricas. As epidemias de cólera, frequentes a partir de 1830, e a nova mentalidade filantrópica e reformista que se vão afirmando, exigem também uma renovação da intervenção pública para melhorar as condições de higiene das

aglomerações urbanas, tanto velhas, como novas ⁴². Estas correntes, mais visíveis, por exemplo, em Inglaterra do que em Portugal, vão-se, no entanto, fazendo sentir.

O Cerco parece ser, na opinião de alguns autores, um momento de reordenamento e mudança ⁴³, não só em termos espaciais, como sociais, muito embora o centro comercial da cidade continuasse próximo do rio, na Rua Nova dos Ingleses, na Rua de S. João, no Largo de S. Domingos, na Rua das Flores... Aí mantinham as suas sedes as empresas portuenses e estrangeiras. Aliás, após o Cerco, esta área será a de implantação não só de uma burguesia mercantil, como de uma burguesia financeira, também.

O Porto de meados do século XIX parece-nos uma cidade com um enraizado coração comercial, na zona baixa, reforçado pela construção da ponte pênsil entre 1841-1843; mas com um alastrar de outros pólos dinamizadores, como é o caso do novo centro cívico, a Praça Nova, os mercados do Bolhão e do Anjo, a Bolsa, novas ruas, como a da Constituição, ou de Gonçalo Cristóvão.

A década de 60 é de aceleração do movimento de urbanização, aliás, em consonância com uma situação económica positiva. A preocupação urbanística afirma-se tanto no tocante à periferia, como no tocante ao centro urbano, construindo-se urbanizações, melhorando-se o sistema viário, destruindo-se zonas insalubres. Vão-se utilizando as praças, de formato redondo ou quadrado, e a malha das ruas em triângulo, tão preferida por Haussman e os seus sucessores, e que permite obter o maior número de ângulos que favoreçam o comércio ⁴⁴.

Entre 1870 e o final do século XIX, a malha urbana alastra e adensa-se, com um coevo aumento populacional. Abrem-se, na zona central da cidade, as Ruas Sá da Bandeira e Passos Manuel. Em 1896 é aberta a Estação de S. Bento, tendo ocorrido nos vinte anos anteriores um razoável aumento das ligações ferroviárias do Porto, factor que não terá sido alheio à urbanização das zonas circunvizinhas de Campanhã, nomeadamente no sentido Campanhã-Batalha. As zonas da Constituição e Boavista conhecem um dinamismo notável, abrindo-se, por exemplo, várias artérias na primeira e a Praça da Boavista, na segunda. Até a Foz ficou "mais perto" dos portuenses, com a introdução do "americano" (1872), do "eléctrico" e a abertura do Passeio Alegre (1888). Em 1895 abre-se a estrada da Circunvalação, integrando as freguesias de Nevogilde, Aldoar e Ramalde no Concelho.

O Porto finissecular é uma cidade em transformação e em crescimento, mas uma cidade cheia de problemas demográficos e urbanos: a elevadíssima mortalidade, a habitação, o saneamento e o abastecimento de água eram questões irresolúveis no contexto vigente. Os esforços das autoridades municipais para as resolver eram, até aos anos 80, "*frustes e de fraco alcance*" ⁴⁵, já que a municipalidade não dispunha de um plano global de intervenção urbanística.

A ausência de um plano organizado de esgotos e a evacuação dos detritos em fossas fixas ou condutas, tinham transformado a rede hidrográfica portuense num depósito de excrementos. Nos inícios do século XX ainda a maioria das fossas fixas portuenses não tinha comunicação com o sistema de esgotos. Sendo provavelmente o meio sanitário mais expandido no Porto, as fossas fixas acabariam por representar um perigo real, revelando-se foco infeccioso e de grande insuficiência de escoamento, numa cidade em expansão.

Também a rede de esgotos se traduzia pela ausência de um plano prévio e pela existência de numerosos canos rateiros espalhados pela cidade, com formas e diâmetros diversos. Os detritos escoavam-se com frequência para o subsolo, indo inquinhar as águas de poços e fontes. O desentulhamento das fossas fazia-se para carros de bois, que circulavam pela cidade. Em inícios do século XX é construído um sistema de esgotos na cidade, por uma firma inglesa, mas este só funcionará a partir dos anos 20.

O abastecimento de águas ocorria através das fontes e poços existentes na cidade. Os poços eram muitas vezes abertos paredes-meias com as fossas fixas, de modo que as águas eram rapidamente inquinadas, pela ausência de impermeabilização. Diversas análises feitas nesta época às águas do Porto davam resultados catastróficos, no tocante à sua salubridade. Entretanto, a cidade irá passar a ser abastecida de água canalizada a partir do Rio Sousa, a partir de 1887, que se revelava de boa qualidade, mas à qual poucos portuenses tinham acesso.

A habitação popular irá ser questão candente e preocupante no Porto, tal como o era para outras cidades europeias, confrontadas com um crescimento urbano galopante. Multiplicavam-se as “casas da malta” e as “ilhas”, formas de habitação barata e sem condições de salubridade mínimas.

As “casas da malta”, espaços onde dormem, acanhadamente e sem condições higiénicas, muitos indivíduos que trabalhavam na cidade à semana, mas que se deslocavam à aldeia nos fins de semana, são geralmente longos armazéns. Nas “ilhas”, um estreito corredor, geralmente ao ar livre, separa fieiras de cubículos, pouco arejados e sem luz. Apenas um quarto-de-banho comum, talvez com uma fossa. Fraca alimentação dos habitantes e péssimas condições de salubridade e de vida, enfim.

Já Rebelo da Costa menciona ilhas, dentro da cidade do Porto, nas freguesias da Sé e de Santo Ildefonso: “casas, que têm quinze famílias diferentes, e que pela sua dilatada extensão, se chamam Ilhas”⁴⁶, embora a descrição destas habitações não seja pormenorizada.

Em 1832-33, encontramos “ilhas” e “ilhas de pobres”, no bairro de Santa Catarina, em número de 37 casos (1,42% do total de registos)⁴⁷. Tal dado é aqui avançado, como indício da permanência deste tipo de habitação no bairro mais central da cidade, abrangendo o centro citadino. O bairro de Santa Catarina cobria o monte da Sé, centro de trocas por excelência, prolongando-se para leste (rua de Sto. António, praça da Batalha, zona de S. Lázaro, zona das Fontainhas, etc), chegando a enquadrar ainda a zona mais próxima de Campanhã⁴⁸, e foi nosso objecto privilegiado de estudo noutra trabalho.

Mas é a “cidade escondida” das ilhas do final do século XIX⁴⁹, aquela que marcará profundamente a face urbanística, económica, social e mental da cidade, ficando o imaginário dos portuenses bem marcado por elas.

No centro da cidade antiga, são as “colmeias”, ilhas em altura, que impressionam os contemporâneos, enquanto as ilhas de características térreas alastram um pouco por toda a cidade, especialmente nas zonas mais industrializadas (Monte Belo, S. Vítor, Campo Pequeno, rua da Saudade, Salgueiros, etc)⁵⁰.

Em 1899, a população das ilhas rondaria os 36.000 indivíduos⁵¹, numa altura em que a população do concelho do Porto seria de cerca de 168.000 habitantes⁵² (ou seja, cerca de 21,43% dos habitantes do Porto, viveria em ilhas).

Nesta conjuntura, compreende-se que as ilhas sejam encaradas como “focos de infecção física”⁵³, onde as condições de salubridade e aglomeração populacional facilitam os contágios. A variola, o sarampo, a tuberculose, as febres tifóides, a coqueluche, a difteria, grassam facilmente por entre os que se alojam nas “casas da malta” e nas “ilhas”⁵⁴.

Coincidindo com as situações acima descritas, o Porto apresentava taxas brutas de mortalidade elevadíssimas, “vinha no alto da escaleira das dez cidades europeias, de Londres a Ruão, sobrepojando-as a todas na lethaldade”⁵⁵. Embora a sobremortalidade urbana oitocentista seja fenómeno conhecido dos demógrafos, as cifras portuenses atingiam níveis pouco habituais, ligados decerto às típicas condições da vida urbana tripeira, à qualidade alimentar, nível de vida em geral, higiene pública e pessoal em que os cidadãos do Porto viviam.

#### 4. Conclusão

Da segunda cidade do país durante a primeira metade do século XIX, podemos essencialmente relevar um dinamismo demográfico nítido, em termos globais de crescimento, especialmente entre as décadas de 30 a 50. A este momento seguir-se-ia um esboço de abrandamento dessa tendência na década de 50, compensado, não obstante, nos anos seguintes: a aceleração do ritmo de crescimento demográfico urbano português é facto sobejamente conhecido, especialmente no que toca ao último quartel do século XIX.

Tudo indica que nesta cidade que aumenta, em termos demográficos, desde bem cedo, a expansão urbana e socio-económica foi coeva, consentânea e, provavelmente, causa e consequência, à vez. O ritmo de alastramento da malha urbana (intra e extra-muros), da implantação de pontos de produção e troca, a melhoria da rede e da organização dos transportes e comunicações, a consciência pública das insuficiências urbanas a nível sanitário e de abastecimento alimentar; são alguns dos indícios de que a cidade, espaço de vivência social, crescia e se modificava nas suas gentes, espaço, ordenação, produções, trocas e nas relações entre todos estes factores. Uma análise mais aprofundada da dinâmica económica cidadina desta época, já iniciada noutras obras⁵⁶, será elemento essencial para completar o quadro aqui esboçado.

Parece-nos poder inferir, após a breve análise acima efectuada, que todo este crescimento, recheado de contradições e descontinuidades, já se anunciava de forma clara ao longo da 1ª metade do século XIX.

#### NOTAS

- 1 O artigo que aqui se apresenta baseia-se nos estudos efectuados para a dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela autora, *Trabalho e habitação no Porto oitocentista (1832-1833). O bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto*, Porto, edição policopiada, 1995, aí expostos. Neste artigo utilizam-se tais dados, embora algumas alterações relativas à sua contextualização tenham sido feitas.
- 2 Cf., por exemplo, POUSSOU, J.-P. - *La croissance des villes au XIXe siècle. France, Royaume-Uni, États-Unis et Pays Germaniques*, 2e éd., col. "Regards sur l'Histoire", Paris, Sedes, 1992; ou BAIROCH, Paul; BATOU, Jean e CHÈVRE, Pierre - *La population des villes européennes de 800 à 1850*, Centre d'Histoire Économique Internationale., Genève, Librairie Droz, 1988.
- 3 FREY, J.-P. - *La ville industrielle et ses urbanités. La distinction ouvriers/employés. Le Creusot 1870-1930*, col. Architecture+Recherches, Liège, Pierre Mardaga Éditeur, 1994, pág. 18.
- 4 Teresa RODRIGUES e Olegário FERREIRA apontam taxas de crescimento anual médio de 1,1 (1864/78); 2,4 (1878/90); 1,9 (1890/00). Cit. in MAIA, José João Maduro - *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902). Ensaio de demografia histórica*, Porto, Lusolivro, 1994, pág. 41.
- 5 Cf. David JUSTINO - *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, 2º vol., Lisboa, Ed. Vega, 1989, págs. 159-262, especialmente págs. 237-239. Este autor sublinha ainda que "a uma bicefalia urbana (Lisboa e Porto, no contexto nacional) corresponde uma bipolarização económica, baseadas numa forte concentração que se torna esmagadora para os restantes centros populacionais e correspondentes espaços económicos" (Op. cit., 1º vol., pág. 366).

- 6 RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1995, pág. 416, para citar um estudo recente sobre o Porto onde se reafirmam estas perspectivas.
- 7 ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, (versão da dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Porto, Ed. Autor, 1994, pág. 11. Sobre este assunto, cf. ainda, por exemplo, as págs. 165-175.
- 8 Por exemplo, Jorge Miguel PEDREIRA lembra, em estudo aprofundado recente, que “no início do século XIX, para além de Lisboa (...) e do Porto, que com os seus 45 mil residentes é a única cidade que polariza uma economia regional (...)”, in PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, col. Memória e Sociedade, Lisboa, Difel, 1994, pág. 392.
- 9 Em alguns destes numeramentos, não se indicam “habitantes”, mas sim “almas”. Este último termo, que já desesperava A. Balbi, traz consigo problemas incontornáveis, pelo significado diverso que lhe é atribuído. Uma vez, significa simplesmente habitantes em geral, outras, tem os significados eclesiais de “almas de confissão” (exclusão dos menores de 7 anos) ou “almas de comunhão” (exclusão dos menores de 10 ou 12 anos). Optou-se por assumir o total de “almas” por total de habitantes, nos casos em que surgem.
- 10 Estimativa de BAIROCH, Paul; BATOU, Jean; CHÈVRE, Pierre - *La population des villes européennes de 800 à 1850*, Centre d'Histoire Économique Internationale, Université de Genève, Genève, Librairie Droz, 1988, pág. 57. Gaspar PEREIRA e M^a do Carmo SERÉN apontam 35000 habitantes para “os limites actuais da cidades” (i.e., “a cidade, incluindo os arrebaldes”); tendo sido tais elementos avançados pelas *Memórias Paroquiais*, em 1758. In RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1995, pág. 401. Mencionam ainda dados de 1732, provenientes decerto de D. Luiz Caetano de Lima, mas optámos por não os considerar, já que Ricardo JORGE os considera “cifras ... deficientes”. In Ricardo JORGE - *Demographia e Hygiene na cidade do Porto. I. Clima - População - Mortalidade*, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, 1899, pág. 113.
- 11 COSTA, Agostinho Rebelo da - *Descrição topografica e historica da cidade do Porto ...*, Porto, Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789, pág. 76.
- 12 Referimo-nos às freguesias da Sé, S. Nicolau, Vitória (intramuros), Sto. Ildefonso, Miragaia, Cedofeita e Massarelos (extramuros). As duas últimas freguesias foram incorporadas na cidade em 1789. In MOREIRA, Domingos A. - *Freguesias da cidade do Porto. Elementos onomásticos altomedievais*, “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, vol. XXXIV, Fascs. 1 e 2. Porto, 1973, pág. 126.
- 13 In VILLAS-BOAS, C. J. Gomes de - *Cadastro da Provincia do Minho*, in CRUZ, António, “Geografia e Economia da Provincia do Minho nos fins do séc.XVIII”, Porto, Centro de Estudos Humanisticos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970. Como F. SOUSA aponta, embora datados de 1800 neste trabalho, os dados reportam-se a 1794. In SOUSA, Fernando de - *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição policopiada, 1^a vol., 1979, pág. 43-45.
- 14 In *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, introdução de SERRÃO, Joaquim Verissimo, Paris, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pág. 68.
- 15 Fernando de SOUSA apresenta uma estimativa do total de almas/habitantes de 43552 habitantes, tendo obtido tal número, pela multiplicação do n^o de fogos pelo coeficiente 3,9, ou seja, o n^o médio de almas por fogo registado em 1801. In SOUSA, Fernando de - *Op. cit.*, pág. 188.
- 16 In *Tabuas topograficas e estatisticas de todas as comarcas de Portugal, e das terras de cada hum em ordem alfabetica, com a povoação existente no anno de 1801*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatistica, s.d. (Col. “Subsidios para a História da Estatistica em Portugal”), vol. I.
- 17 BALBI, Adrien - *Varietés politico-statistiques*, 1822, pág. 104. Balbi refere-se às 5 freguesias centrais: Sé, Sto. Ildefonso, S. Nicolau, Vitória, Miragaia.

- 18 Dados fornecidos por Ricardo JORGE, in *Op. cit.*, pág. 116, citando o *Relatorio da comissão sanitaria do Porto*, 1833. Também COSTA, Maria Fernão Couceiro da - *Estudos sobre a população da cidade do Porto. Evolução demográfica*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1946, indica tais n.ºs. No entanto, referimos que Bernardino A. Gomes (filho) menciona 80 a 100000 almas para o Porto, Foz e povoações intermédias, em 1833. In GOMES (filho), Bernardino A. - *Memoria sobre a epidemia da Cholera-morbus que grassou na cidade do Porto desde 1832 a 1833*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842, pág. 19.
- 19 As 9 freguesias são Sê, Sto. Ildefonso, Vitória, S. Nicolau, Miragaia, Cedofeita, Massarelos, Foz e Lordelo. In JORGE, Ricardo - *Op. cit.*, pág. 115-118.
- 20 Dados do *Arredondamento Parochial* (1838), sancionado pelo decreto de 11.Dezembro.1841, sob a referenda de Costa Cabral. In JORGE, Ricardo - *Op. cit.*, pág. 117-119.
- 21 As 9 freguesias aqui referidas são Sê, Sto. Ildefonso, Vitória, S. Nicolau, Miragaia, Cedofeita, Massarelos, Bonfim e Campanhã. Em 26 de Novembro de 1836 haviam sido anexadas 3 novas freguesias à cidade do Porto: Lordelo do Ouro, Campanhã e S. João da Foz. Por carta de lei de 27 de Setembro de 1837, é anexada à cidade a freguesia de Paranhos. Em 11 de Dezembro de 1841, sob a referenda de Costa Cabral, sanciona-se o arredondamento paroquial que permitiu a criação da nova freguesia do Senhor do Bonfim, tendo este ocorrido em 1838, ainda. Nasceu este desmembramento da grande área que era a freguesia de Sto. Ildefonso.
- 22 Estimativa de BAIROCH, Paul; BATOU, Jean; CHÈVRE, Pierre - *La population des villes européennes de 800 à 1850*, Centre d'Histoire Économique Internationale, Université de Genève, Genève, Librairie Droz, 1988, pág. 57.
- 23 In *Censo da População de Portugal - 1864*, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística.
- 24 As 12 freguesias aqui referenciadas estão agremiadas em dois Bairros, o Oriental e o Ocidental. São elas: Sê, Sto. Ildefonso, Bonfim, Campanhã, Paranhos (Bairro Oriental); Cedofeita, Vitória, S. Nicolau, Miragaia, Massarelos, Lordelo, Foz do Douro (Bairro Ocidental).
- 25 Cit. in JORGE, Ricardo - *Op. cit.*, pág. 113.
- 26 JORGE, Ricardo - *Op. cit.*, pág. 113.
- 27 JORGE, Ricardo - *Op. cit.*, pág. 116.
- 28 COSTA, Agostinho Rebelo da - *Op. cit.*, pág. 47.
- 29 NAZARETH, Joaquim Manuel - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pág. 164.
- 30 Calculadas com base nas indicações metodológicas fornecidas por NAZARETH, Joaquim Manuel - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, págs. 164-167.
- 31 As taxas de crescimento aritmético calculadas para os dados referentes ao século XVIII, são: 1750 (30000 hab.) - 1787 (52010 hab.) = 2%; 1787 (52010 hab.) - 1794 (40191 hab.) = -3%; 1794 (40191 hab.) - 1801 (43218 hab.) = 1,1%. Optámos por não as incluir no QUADRO n.º 2, devido à falibilidade dos n.ºs acerca do total populacional. Explicar estes dados, implicaria corrigi-los, o que não estava, neste momento do trabalho, contemplado.
- 32 Teresa RODRIGUES e Olegário FERREIRA apontam taxas de crescimento anual médio de 1,1 (1864/78); 2,4 (1878/90); 1,9 (1890/00). Cit. in MAIA, José João Maduro - *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902). Ensaio de demografia histórica*, Porto, Lusolivro, 1994, pág. 41. Também Jorge Fernandes

- ALVES lembra que, "ultrapassado este período (da década de 1850) o ritmo de crescimento populacional do distrito do Porto acelera mais, com uma descolagem decisiva nas duas décadas finais (do século XIX) em relação à imagem nacional", por exemplo. Cf. quadro e citação in ALVES, Jorge Fernandes -*Op. cit.*, págs. 169-170.
- 33 Gaspar PEREIRA e M^ª do Carmo SERÉN in RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1995, pág. 402.
- 34 Gaspar PEREIRA e M^ª do Carmo SERÉN in RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *Op. cit.*, pág. 403.
- 35 "(...) Fase de recuperação (...) após meados do século", afirmam estes mesmos autores, in RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *Op. cit.*, pág. 403.
- 36 ALVES, Jorge Fernandes - *Op. cit.*, pág. 169.
- 37 *Idem*, *ibid.*
- 38 FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *Trabalho e habitação no Porto oitocentista (1832-1833). O bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto*, Porto, edição policopiada de dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, 1995.
- 39 As linhas seguintes resultam da consulta e recolha de informações de várias obras gerais, das quais destacamos OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto*, dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos, 1973; MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse - *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", 2ª série, 2, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1986; Gaspar PEREIRA e M^ª do Carmo SERÉN in RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1995, págs. 378-399.
- 40 Alguns autores consultados que sublinham precisamente esta questão: MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse - *Op. cit.*; Gaspar PEREIRA e M^ª do Carmo SERÉN in RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *Op. cit.*, págs. 378-380; ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, Porto, Ed. CMP, 1988.
- 41 MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse - *Op. cit.*, págs. 247-248.
- 42 BENEVOLO, Leonardo - *La ville dans l'histoire européenne*, col "Faire l'Europe", Paris, Éditions du Seuil, 1993, pág. 207.
- 43 Gaspar PEREIRA e M^ª do Carmo SERÉN in RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *Op. cit.*, págs. 384.
- 44 BENEVOLO, Leonardo - *Op. cit.*, pág. 219.
- 45 MAIA, José João Maduro - *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902). Ensaio de demografia histórica*, Porto, Lusolivro, 1994, pág. 30. Sobre a situação sanitária do Porto, cf. as págs. 24-39.
- 46 COSTA, A. Rebelo da - *Op. cit.*, pág. 42.
- 47 FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *Op. cit.*, págs. 92-95.
- 48 A cidade do Porto foi dividida em três grandes bairros, ou distritos, para efeitos de administração da justiça criminal e segurança pública, por decreto de 4 de Dezembro de 1832. Eram eles os bairros de Santa Catarina, Santo Ovídio e Cedofeita. O primeiro cobria a parte mais central da cidade, nomeadamente a zona ribeirinha tradicional, o segundo cobria a zona norte da cidade, o terceiro, cobria a zona oeste da urbe. Cf. FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *Op. cit.*, págs. 4-5 e mapa nº1, pág. 14.a.

- 49 PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição policopiada, 1993, pág. 75.
- 50 PEREIRA, Gaspar M. - *Op. cit.*, págs. 76-77.
- 51 *Idem*, pág. 79.
- 52 *Idem*, pág. 53, tendo por fonte o *Recenseamento da População*.
- 53 PEREIRA, Gaspar M. - *Op. cit.*, pág. 80.
- 54 *Idem*, pág. 77.
- 55 JORGE, Ricardo - *Op. cit.*, pág. 304.
- 56 Exemplo de síntese recente sobre esta temática e aquela efectuada por Gaspar M. PEREIRA e M.^a do Carmo SERÊN in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir. de) – *Op. cit.*, págs. 416-424 ou 434-438. Estudos como os de José Paulo MOURA – *A época da bonança. Economia e Sociedade do Porto ao tempo da 1.^a invasão francesa*, dissertação de mestrado em História Moderna apresentada à F.L.U.P., Porto, ed. policopiada, 1989; ou o capítulo que Nuno MADUREIRA dedica ao Porto in *Mercado e privilégios na indústria portuguesa (1750-1834)*, tese de doutoramento em História Económica apresentada ao ISCTE, ed. policopiada, Lisboa, 1996; podem ser elementos a levarem contana prossecução de tal análise aprofundada.

## 5. Fontes e bibliografia

### BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

#### Fontes cartográficas

*Planta da cidade do Porto de George BALCK* (1813)

*Planta da cidade do Porto e arredores, com localização das fortificações liberais e miguelistas durante o Cerco do Porto*, litografia inglesa, pertencente ao Arquivo Histórico Municipal da Cidade do Porto, edição da Câmara Municipal do Porto, 1982

*Carta topographica da cidade do Porto ... por Augusto Gerales Telles FERREIRA* (1892)

ANDRADE, Monteiro (compil. de) - *Plantas antigas da cidade (século XVIII e primeira metade do século XIX)*, Porto, C.M.P./Gabinete de História da Cidade, 1943

#### Fontes impressas

*Censo da População de Portugal - 1864*, Lisboa, Direcção-Geral de Estatística.

*Collecção de Leis 1829 até Ag. 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional

GOMES (filho), Bernardino A. - *Memoria sobre a epidemia da Cholera-morbus que grassou na cidade do Porto desde 1832 a 1833*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842

I.N.E. - *A cidade do Porto - sùmula estatística (1864-1968)*, Lisboa, I.N.E., 1971

*Tabuas topograficas e estatisticas de todas as comarcas de Portugal, e das terras de cada hum em ordem alfabetica, com a povoação existente no anno de 1801*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, s.d. (Col. "Subsidios para a História da Estatística em Portugal"), vol. I

VILLAS-BOAS, C. J. Gomes de - *Cadastro da Provincia do Minho* (1800), in CRUZ, António, "Geografia e Economia da Provincia do Minho nos fins do séc.XVIII", Porto, Centro de Estudos Humanisticos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.

#### Fontes impressas - periódicos

*Borboleta Constitucional*, nº 229, 11 de Outubro de 1822, Porto, Imprensa do Gandra

## BIBLIOGRAFIA

### a) Sobre a cidade do Porto

- A *população de Portugal em 1789. O censo de Pina Manique*, introdução de SERRÃO, Joaquim Veríssimo, Paris, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1970
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira - *O Porto na época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*, Porto, Ed. CMP, 1988
- ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, (versão da dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1993), Porto, Ed. Autor, 1994
- ANDRADE, Monteiro - *Uma curiosa planta antiga do Porto*, in "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", pags. 124-126
- COSTA, Agostinho Rebelo da - *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto ...*, Porto, Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789
- D., A. A. - *Porto, Cerco do (1832-1833)*, in SERRÃO, Joel (dir. de) - "Dicionário de História de Portugal", vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990
- Exposição de plantas da cidade do Porto dos XVIII e XIX*, Gabinete de História da Cidade da Câmara Municipal do Porto, Porto, 1949
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *Trabalho e habitação no Porto oitocentista (1832-1833). O bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto*, Porto, edição policopiada da dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *Breve abordagem a uma estrutura socio-profissional do Porto nas vésperas do Cerco (1827)*, comunicação apresentada ao Congresso "O Porto na Época Contemporânea", realizado pelo Ateneu Comercial do Porto em Outubro de 1989, entregue para publicação em Actas, 1989
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho - *O quotidiano portuense visto pela imprensa à época do Cerco. Contribuição para um estudo*, comunicação apresentada ao Congresso "A Imprensa no Mundo de Expressão Portuguesa", realizado pelo Ateneu Comercial do Porto em Outubro de 1992, entregue para publicação em Actas, 1992
- JORGE, Ricardo - *Demographia e Hygiene na cidade do Porto. I. Clima. - População - Mortalidade*, Porto, Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara do Porto, 1899
- JORGE, Ricardo - *Origens & desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas & estatísticas*, Porto, Typ. Occidental, 1897
- MAIA, José João Maduro - *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902). Ensaio de demografia histórica*, Porto, Lusolivre, 1994
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse - *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", 2ª série, 2, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1986
- MOREIRA, Domingos A. - *Freguesias da cidade do Porto. Elementos onomásticos alt.medievais*, "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", vol. XXXIV, Fascs. 1 e 2. Porto, 1973.

- MOURA, José Paulo - *A época da bonança. Economia e sociedade do Porto ao tempo da 1ª invasão francesa*, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição policopiada, 1989
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de - *O espaço urbano do Porto*, dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos, 1973
- PEREIRA, Gaspar Martins - *Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX. A freguesia de Cedofeita*, dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada, 1986
- PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias portuenses na viragem do século (1880 - 1910)*, dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada, Porto, 1993
- PEREIRA, Isolina Rosa Prior Ladeira Alves - *Mobilidade geográfica na cidade do Porto (1800-1827)*, dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada, 1990
- PERES, Damião; CRUZ, António - *História da Cidade do Porto*, vol. III, Porto, Portucalense Editora, 1962-1965
- PINTO, J. M. P. - *Apontamentos para a história da cidade do Porto*, Porto, Typographia Commercial, 1869.
- Porto. Roteiro e planta.*, edição oficial, Porto, Domingos Barreira Editor, 1933.
- RAMOS, Luis A. de Oliveira (dir. de) - *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1995
- Roteiro prático da Cidade do Porto*, Porto, Tip. Empresa Guedes, Lda., 1944
- SANTOS, Cândido dos - *A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana*, separata da "Revista de História", Porto, Centro de História da Universidade do Porto, vol. I, 1979

#### b) Suporte teórico, metodológico e instrumentos de análise

- A História Social. Problemas, fontes e métodos*, Colóquio da Escola Normal Superior de Saint-Cloud (15-16 de Maio de 1965), Lisboa, Edições Cosmos, s.d.
- AGULHON, Maurice - *Une ville ouvrière au temps du socialisme utopique: Toulon, 1815 à 1851*, Paris, Mouton et E. H. E. S. S., 1970
- BAIROCH, Paul - *Cities and economic development. From the dawn of History to the present*, Chicago, The University of Chicago Press, 1988
- BAIROCH, Paul - *Population urbaine et taille des villes en Europe de 1600 à 1970; presentation de series statistiques*, in "Démographie urbaine. XVe-XXe siècle", Lyon, Centre d'Histoire Économique et Sociale de la région Lyonnaise, nº 8, 1976, p. 1-42
- BAIROCH, Paul; BATOU, Jean; CHÈVRE, Pierre - *La population des villes européennes de 800 à 1850*, Centre d'Histoire Économique Internationale, Université de Genève, Genève, Librairie Droz, 1988

- BALBI, Adrien - *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*, Paris, Chez Rey et Gravier, Libr., 2 tomos, 1822
- BARDET, J.-P. - *Rouen aux XVIIe et XVIIIe siècle: les mutations d'une espace social*, Paris, CDU, 1983
- BENEVOLO, Leonardo - *La ville dans l'histoire européenne*, col. "Faire l'Europe", Paris, Éditions du Seuil, 1993
- CARACCILO, Alberto (a cura di) - *Dalla città preindustriale alla città del capitalismo*, Bologna, Società editrice il Mulino, 1975
- COSTA, Maria Fernão Couceiro da - *Estudos sobre a população da cidade do Porto. Evolução demográfica*, Porto, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, 1946
- DUBY, Georges (dir. de) - *Histoire de la France Urbaine*, Paris, Seuil, 1981
- FRANZINI, M. M. - *Instruções estatísticas que por ordem do Excellentissimo e Reverendíssimo Senhor Principal Souza, compilou M.M. Franzini (...) em 1814*, Lisboa, Impressão Regia, 1815
- FREY, Jean-Pierre - *La ville industrielle et ses urbanités. La distinction ouvriers/employés. Le Creusot 1870-1930*, col. Architecture+Recherches, Liège, Pierre Mardaga Éditeur, s.d. (1994?)
- GARDEN, Maurice - *Lyon et les Lyonnais au XVIIIe siècle*, Paris, Flammarion, 1975
- HARVEY, David - *Urbanismo y desigualdad social*, Madrid, Siglo Vintiuno de Espana Editores, 1992
- JUSTINO, David - *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Ed. Vega, 1989
- LEPETIT, Bernard - *Les villes dans la France moderne (1740 - 1840)*, col. "L'Évolution de l'Humanité", Paris, Éditions Albin Michel, 1988
- Ler História. (Lisboa: perspectivas sobre o passado)*, nº 26, Lisboa, Fim de Século Edições, Lda., 1994
- MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: Espaço e quotidiano (Lisboa 1740-1830)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992
- PEDREIRA, Jorge Miguel - *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780 - 1830)*, Col. memória e Sociedade, Lisboa, Difel, 1994
- PEREIRA, Miriam Halpern - *Negociantes, fabricantes e artesãos, entre velhas e novas instituições*, col. "A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822", Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1992
- PERES, Damião (dir. de) - *História de Portugal*, Edição monumental comemorativa do 8º centenário da Fundação da Nacionalidade, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, Ld.ª, 1935
- PINHEIRO, Magda - *Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista*, "Ler História", nº 20, Lisboa, 1990, p. 79 - 107
- POUSSOU, J.-P. - *La croissance des villes au XIXe siècle. France, Royaume-Uni, États-Unis et Pays Germaniques*, 2e édition, Col. Regards sur l'Histoire, Paris, Sedes, 1992
- SERRÃO, Joel - *Fontes de Demografia Portuguesa (1800-1862)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973

- Sousa, Fernando de - *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, edição policopiada, 2 vols., 1979
- TEIXEIRA, Manuel C. - *A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*, "Análise Social", vol. XXVIII (121), Lisboa, 1993, p. 371-390
- TEIXEIRA, Manuel C. - *A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro*, "Análise Social", vol. XXIX (127), Lisboa, 1994, p. 555 - 579
- Ville et santé en Grande-Bretagne. XVIIIe-XIXe siècles*, Actes du colloque de Clermont-Ferrand (17-18 janvier 1986) réunis par Jacques Carré, Faculté des Lettres et Sciences humaines de l'Université de Blaise-Pascal, 1988
- ZELLER, Olivier - *Les Recensements Lyonnais de 1597 et 1636. Démographie historique et géographie sociale*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1983



# A POPULAÇÃO DA CIDADE DE S. MARTINHO DE PENAFIEL NOS SÉCULOS XVII E XIX (1700-1807)

*Geralda Maria Ferreira dos Santos*

## 1. Introdução

Esta cidade foi designada, até ao ano de 1770, por S. Martinho de Arrifana de Sousa. Está situada, geograficamente, como refere António de Almeida, “no Reino de Portugal e na Província de Entre Douro e Minho passando pello meio della huma das estradas mais frequentadas do Reino qual a que da Cidade do Porto sahe para a maior parte da Província de Traz-os-Montes bem como para a Beira Alta por Lamego”.¹

S. Martinho de Moazeres é a designação medieval deste núcleo populacional do qual se vai destacando o lugar de Arrifana pelo facto de ser atravessado pela já referida estrada. É para aqui que, no século XVI construída a actual Igreja Matriz, se desloca a sede da freguesia, agora designada de S. Martinho de Arrifana de Sousa.

Momentos gloriosos viveu esta população no decurso do séc. XVIII:

Por alvará d`El-Rei D. João V, em 14 de Março de 1741, foi promovida a Vila. Só em 7 de Outubro do mesmo ano entrou na posse desta prerrogativa.

Ascendeu a cidade no dia 3 de Março de 1770, graças ao Rei D. José I. Este mesmo Rei, pelo alvará de 28 de Junho do mesmo ano, demarca o seu termo que é o seguinte: “todas as terras pertencentes à sua Real Coroa sitas assim no Julgado de Penafiel, como as Honras de Barboza, Beatria de Gallegos, - couto de Entr`ambos os Rios, Villa de Melres, e Couto de Meinedo”²

A 10 de Julho de 1771, a rogo do monarca D. José, foi criado o Bispado de Penafiel por Bula do Papa Clemente XIV.

O novo Bispado correspondia à Comarca Eclesiástica de Penafiel e alargava o seu termo à do Porto incorporando o bairro do Senhor do Bom Fim até ao Poço das Patas, a quinta do Prado e parte da freguesia de Santa Maria de Campanhã.

É escolhida para Catedral a Igreja da Misericórdia e um belo palacete para Paço Episcopal.

Em 6 de Janeiro de 1772, Félix Martins de Araújo, provisor e Vigário-Geral, toma posse deste bispado em nome de D. Frei Inácio de S. Caetano, da Ordem dos Carmelitas Descalços e Confessor da Rainha D. Maria I, então Princesa do Brasil.

A este acto assistiram os elementos da Câmara, Clero, Nobreza e Povo desta Cidade e termo.

A sua efémera existência termina a 11 de Dezembro de 1778, por Bula de Pio VI, sem que os Penafidelenses tivessem “satisfação de conhecer pessoalmente o seu pastor espiritual”³.

A supressão deste Bispado constitui uma página triste na vida desta população que vai lutar pela sua recriação.

Em 1793, tendo falecido o Bispo do Porto, D. João Rafael de Mendonça, requere-se à Rainha D. Maria I que interceda, junto do Papa, a favor da restauração deste Bispado.

Em 1778, estando vago o Bispado do Porto por morte de D. Lourenço Correa, à mesma Rainha é apresentada uma nova petição.

Em 1814, já com D. João VI renasce nos Penafidelistas a esperança de reaverem o seu Bispado.

Todos estas tentativas foram goradas.

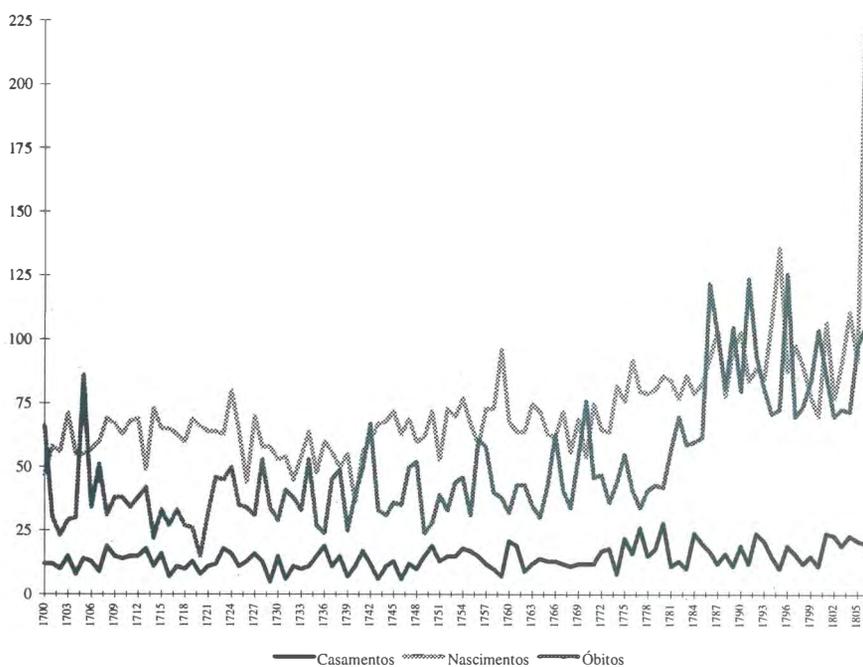
Ainda hoje, perdura a Rua do Paço, assim designada a partir de 1778, ano da extinção do Bispado, correspondente a uma parte da Rua Direita da Matriz “inthe à Ajuda”, o palacete destinado à residência episcopal e o seu espaço envolvente, ou seja, a Quinta do Bispo. Em parte deste terreno foi construído um bairro social designado Bairro da Quinta do Bispo, como que a preservar a memória dos tempos.

## 2 – Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade

Os Registos Paroquiais constituíram a fonte primordial para o estudo da Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade.

Entre 1700 - 1807, registamos 1536 casamentos, 7950 nascimentos (baptismos) e 5513 óbitos. (Gráfico nº 1).

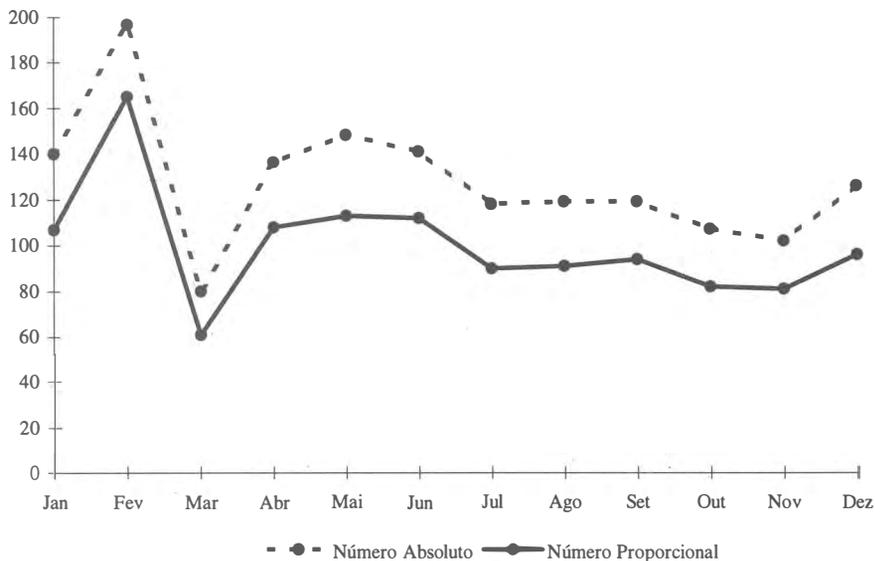
GRÁFICO 1 – CASAMENTOS, NASCIMENTOS E ÓBITOS REGISTRADOS NA FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA DE 1700 A 1807



Relativamente à Nupcialidade, através do Quadro nº 1 e respectivo gráfico, constatamos que Fevereiro e Maio foram os meses preferidos pelos nubentes para contraírem matrimónio.

QUADRO 1 e GRÁFICO 1- SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS  
(MÉTODO DOS NÚMEROS PROPORCIONAIS). (1700-1807)

Anos		Meses												Total
		Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1700-1729	Nº Absoluto	35	44	11	33	34	35	30	25	36	28	28	38	377
	Nº Proporcional	109	150	34	106	106	113	93	78	116	87	90	118	1200
1730-1759	Nº Absoluto	40	50	17	31	48	33	29	25	31	30	14	26	374
	Nº Proporcional	125	172	53	101	151	107	91	78	101	94	45	82	1200
1760-1784	Nº Absoluto	39	58	26	32	21	32	27	39	28	24	27	33	386
	Nº Proporcional	118	193	79	100	64	100	82	118	88	73	85	100	1200
1785-1807	Nº Absoluto	26	45	26	40	45	41	32	30	24	25	33	29	396
	Nº Proporcional	77	146	77	122	133	126	95	89	74	74	101	86	1200
1700-1807 Global	Nº Absoluto	140	197	80	136	148	141	118	119	119	107	102	126	1533
	Nº Proporcional	107	165	61	108	113	112	90	91	94	82	81	96	1200



Março e Novembro apresentam os valores mais baixos.

Para esta distribuição sazonal muito terão contribuído as disposições eclesíásticas entravando a consumação do casamento no Advento e na Quaresma.

Outros factores exercem a sua influência, nomeadamente o modo de vida das populações e suas características económicas.

Penafiel, cidade desde 1770, manteve o seu cunho rural, o que justifica que no Outono, estação de grandes fainas agrícolas, se registre uma baixa frequência a nível de nupcialidade (22%), seguido do Verão (23%), Inverno (27%) e Primavera (28%)

A religiosidade desta terra e sua gente é testemunhada pelo respeito pelas normas eclesiásticas, já referidas, quanto às prescrições relativas ao casamento no Advento e na Quaresma e outros princípios estabelecidos pelo “Sagrado Concílio Tridentino” e Constituições do Bispado.

A comprovar esta afirmação está a grande percentagem de casamentos com denunciação, (1700-1729- 97%; 1785-1807 - 85%), o facto dos noivos que não receberam bençãos “ por ser tempo vedado” as terem ido receber posteriormente, o mesmo acontecendo quando estas eram substituídas pela Missa.

A Igreja Matriz foi o local de celebração de 99,7% dos matrimónios. Apenas alguns nubentes(5), pertencentes a um estrato social elevado, casaram nos Oratórios de suas Casas, nas Capelas de Nossa Senhora da Ajuda, Santa Luzia e Paço Episcopal.

O maior número de matrimónios foi presidido pelo Reitor e pelo Coadjutor, correspondendo, nos anos 1760 - 1807, a 48% e 40% respectivamente. No entanto, alguns contaram com a superintendência de outros clérigos, quer desta cidade quer de terras longínquas, confirmando a grande mobilidade geográfica registada quer a nível dos noivos quer a nível dos seus ascendentes (pais e avós), padrinhos e procuradores.

A maioria dos casamentos teve lugar no período da manhã. Estes, de 1760 a 1807, equivalem a 82%.

Quanto à condição social dos noivos, os assentos revelam a existência de um grupo dedicado à indústria de calçado, curtumes, linho, candeias e outras, abastecendo não só o comércio local como o externo.

Apesar da agricultura absorver uma grande parte da população, poucos são os registos que indicam que os noivos ou seus familiares são lavradores.

Quanto à escolha do cônjuge, aos nubentes ligados à agricultura e à indústria, resta-lhe escolher as noivas nesta povoação ou nas freguesias limitrofes, registando-se a endogamia geográfica e a homogamia social.

Horizontes bem mais amplos e diversificados se vislumbram aos grupos afectos às actividades comerciais e serviços públicos.

A posição estratégica desta cidade determina que Penafiel se torne uma passagem obrigatória para mercadores, peregrinos, membros do clero e para todos os que buscam outras localidades dentro ou fora do reino.

Penafiel tornara-se uma população aberta à permeabilidade social.

Relativamente ao estado civil dos noivos, viuvez e novos matrimónios, o casamento entre solteiros foi uma constante ao longo de todos estes anos (82%).

Regista-se uma superioridade de viúvos do sexo masculino contraindo matrimónio com solteiras.

É insignificante o número de casamentos em que ambos são viúvos (1,7%).

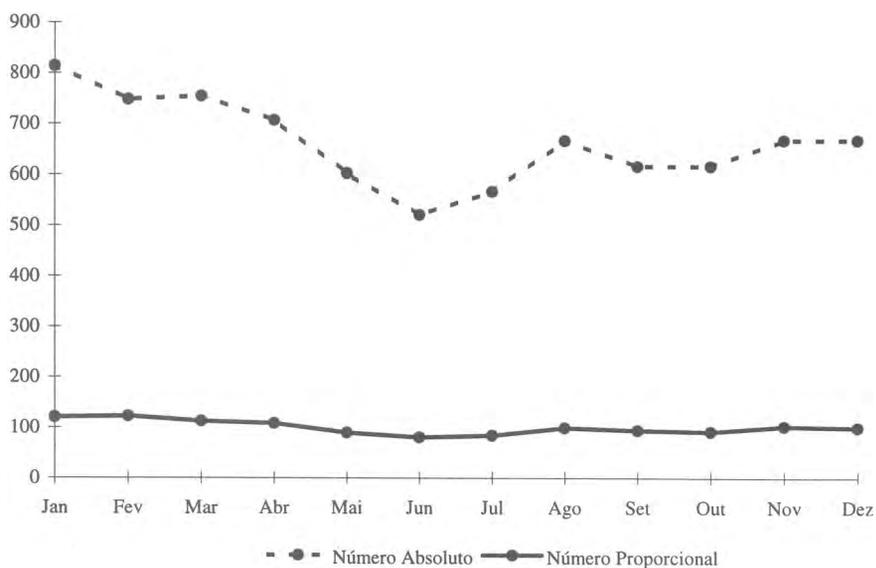
O intervalo entre a viuvez e o novo matrimónio, geralmente, não ultrapassa um ano. Alguns realizam-se logo nos primeiros meses.

A familiaridade com a morte e a necessidade de reorganizar a vida familiar, considerando o número de filhos e a economia de subsistência explicam esta ocorrência.

Quanto à Fecundidade (Quadro nº 2), entre 1700 - 1807, relativamente à sazonalidade dos nascimentos, Janeiro registou maior natalidade à excepção do período de 1730 - 1759, no qual Fevereiro ocupou o primeiro lugar.

QUADRO 2 e GRÁFICO 2 – **SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS**  
(MÉTODO DOS NÚMEROS PROPORCIONAIS). (1700-1807)

Anos		Meses												Total
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1700-1729	Nº Absoluto	192	175	191	142	138	139	140	164	148	141	148	152	1870
	Nº Proporcional	121	121	120	92	87	91	88	103	96	89	96	96	1200
1730-1759	Nº Absoluto	189	193	165	175	150	125	110	143	156	137	164	159	1866
	Nº Proporcional	119	133	104	114	94	81	69	90	101	86	106	103	1200
1760-1784	Nº Absoluto	194	147	164	173	137	114	140	166	137	149	159	145	1825
	Nº Proporcional	125	104	106	116	89	76	90	107	91	96	106	94	1200
1785-1807	Nº Absoluto	239	233	235	217	178	143	177	194	175	189	197	212	2389
	Nº Proporcional	118	126	116	110	88	73	87	96	89	93	100	104	1200
1700-1807 Global	Nº Absoluto	814	748	755	707	603	521	567	667	616	616	668	668	7950
	Nº Proporcional	120	122	112	108	89	80	84	99	94	91	102	99	1200



O menor número de nascimentos oscilou entre Maio, Junho e Julho.

Foi no-Inverno que ocorreu o maior número de nascimentos aos quais corresponde, a nível de concepção, a Primavera.

A média de filhos por casal, aqui baptizados, é de 5,17.

109,8 é a relação de masculinidade registada. Esta, entre 1785 - 1807, baixou para 105,8 situando-se o intervalo de confiança entre 100,40 - 109,64 e 96,83 - 109,41, respectivamente.

Estes valores revelam um ligeiro subregisto de nascimentos do sexo feminino e estão próximos dos valores obtidos em estudos realizados sobre outras populações, quer portuguesas quer estrangeiras.

À rua de Cimo de Vila, rua Direita e lugar de Aveleda, nos anos de 1700 -1729 e 1760 - 1807, a nível de nascimentos corresponde, respectivamente, o primeiro, (13,8%), segundo (13,7%) e terceiro 10,2%) lugares.

Muitas outras ruas, becos, quelhos e vielas servem de berço às crianças nascidas nesta localidade.

Quanto ao intervalo entre o nascimento e o baptismo, as normas eclesiásticas foram religiosamente cumpridas.

A maioria dos baptismos realizou-se no prazo de oito dias. Estes, nos anos de 1700 - 1729 e 1760 - 1807, correspondem a 89,7% e 85,7% respectivamente, registando-se uma maior incidência no primeiro, segundo, terceiro e quarto dias.

Muitos recém-nascidos, pelo facto de "nascerem mortaes" e correrem perigo de vida, receberam de imediato, em casa, este Sacramento.

Ao longo do período estudado, constata-se uma diminuição do número de baptismos "sub-conditione", o que evidencia uma melhor preparação dos ministros, ou seja, pais, familiares, parteiras e rodeiras.

Nesta freguesia, entre 1700 - 1784, registaram-se 530 baptismos ministrados particularmente, dos quais 391 foram, posteriormente, baptizados "sub-conditione", o que equivale a 73,7%.

Nos anos de 1785 - 1807, 70 crianças foram baptizadas em casa. Apenas 4 receberam este Sacramento condicionalmente.

Relativamente à condição social dos pais, padrinhos e procuradores os livros de Baptismo complementam os elementos fornecidos pelos assentos de casamento, já analisados, comprovando que a agricultura e a indústria são os dois vectores dinamizadores do intenso comércio aqui registado e testemunhado pela existência de uma grande número de mercadores.

Há que referir outras profissões ligadas ao exercício dos cargos públicos e militares.

Elementos do clero, estudantes, fidalgos, doutores e um multidão de pobres os quais morreram "abintestados porque não tinham de quê" estão inseridos nesta sociedade.

Quanto aos filhos declarados ilegítimos, constatamos não só uma menor percentagem de ilegitimidade, relativamente ao de outras populações, mas também a sua diminuição no decurso destes 108 anos: 1700- 1729 - 5,6%; 1730 -1759 - 5,3%; 1760 - 1784 - 4,9%; 1785 - 1807 - 2,7%);

Convirá relacionar este facto com a criação da Roda e consequente aumento do número de expostos: 1700 - 1729 -2,2%; 1730 - 1759 - 10,2%; 1760 - 1784 - 12,2%; 1785 - 1807 - 24% .

Ilegitimidade e miséria são duas vertentes da exposição.

Os finais do séc XVIII e primórdios do séc XIX, são particularmente difíceis. Em 1806 e 1807, as exposições dispararam em flecha: 116 e 120 num total de 223 e 204 baptismos, respectivamente.

A carência de produtos e consequente subida dos preços dos cereais, vinho e azeite, unto e carne, a aproximação das invasões francesas e consequente instabilidade política e social são alguns dos factores responsáveis por esta situação.

Fomos acompanhando o processo destas crianças desde a sua entrada na Roda e respectivo registo de elementos de identificação (os farrapos velhos, as fitas ou os bilhetes), auto de rematação e despesas com as criações bem como, os problemas suscitados pela prática de rematação de filhos legítimos em situação de risco por extrema pobreza ou orfandade.

Estas despesas tornaram-se incomportáveis, levando a Câmara a estabelecer legislação rigorosa restringindo as rematações apenas aos expostos.

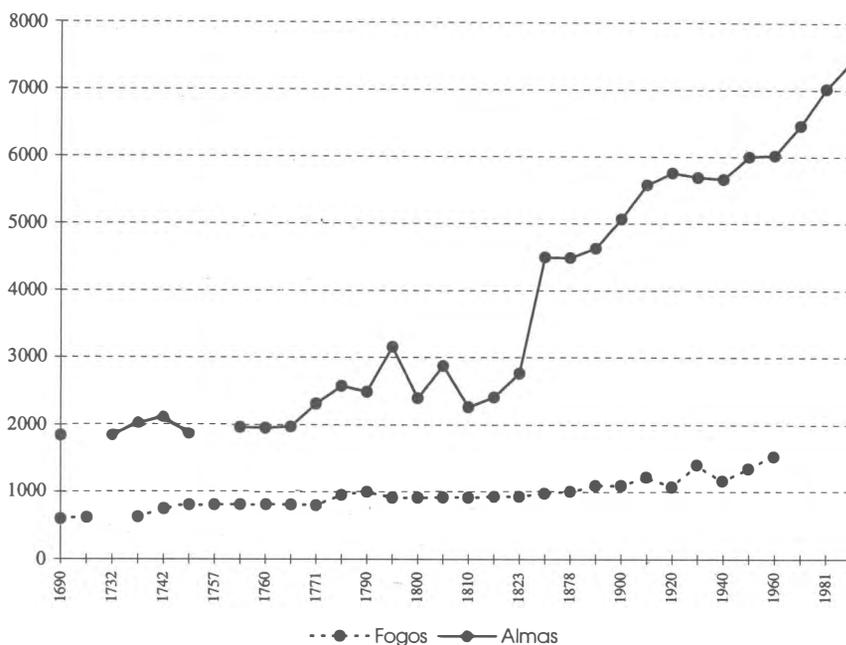
Alguns expostos, já adultos, conseguiram provar a sua filiação, sendo esta registada, em averbamento, no assento de baptismo.

Alguns são filhos de pessoas conceituadas cujos pais, regularizada a sua situação, assumem a paternidade.

Bem diferente foi o futuro da maioria dos expostos, muitos dos quais sucumbiram ao serem transportados para as amas ou nos primeiros anos de vida.

Relativamente à Mortalidade (Quadro nº 3), o maior número de óbitos registou-se no Outono e no Verão e o menor na Primavera e no Inverno.

GRÁFICO 3



Quanto aos meses de maior e menor número de óbitos, tal como aconteceu com a sazonalidade dos nascimentos, não houve uniformidade no período estudado.

Os valores máximos oscilam entre Setembro, Dezembro e Janeiro e os mínimos entre Abril, Julho e Maio.

Comparando estes elementos com os de outros estudos realizados, poderemos aceitar uma maior propensão para a morte em determinados meses e correspondentes estações do ano, embora com ritmos diversificados em função das realidades concretas vividas pelas diversas populações.

Mortalidade adulta e não adulta é mais um tema por nós abordado.

O subregisto de menores de 7 anos é uma constante no Antigo Regime.

No entanto, em Penafiel, a partir de 1781, começamos a ter registos de óbito de várias crianças.

Para os anos de 1785 - 1807, os assentos fornecem-nos dados rigorosos sobre os óbitos ocorridos, o que nos permite concluir pela não existência de subregisto.

A comprovar estão os assentos indicando o falecimento de “Hum” ou “Huma”, ou seja, de crianças que morreram ao nascer e, por isso, não lhes havia sido atribuído o nome, ou anotação de que havia falecido no ventre de sua Mãe.

O número de óbitos de menores de 7 anos e de 14 anos equivale a 57,7% e 50,3%, respectivamente.

Registamos uma maior preocupação com a indicação da idade dos defuntos pertencentes a este grupo etário (73,1%) do que com a dos adultos (26,9%).

A baixa esperança média de vida é uma das características do Antigo Regime. Os Arrifanenses não constituem excepção.

Relativamente à distribuição da mortalidade por sexos, registamos um maior número de óbitos do sexo feminino, em idade adulta, uma vez que, nas idades mais avançadas, a população feminina é superior à masculina.

Esta situação explica-se pela mortalidade precoce dos homens e pela emigração.

A nível de menores de 14 anos, a morte é mais agressiva com o sexo masculino.

A grande maioria dos óbitos registados reportam-se a indivíduos residentes nesta freguesia. É reduzido o número de defuntos pertencentes a outras localidades.

Situações pontuais, como por exemplo, o estar preso nesta cadeia, o ser mendigo ou mercador, aqui possuir bens são algumas das razões apontadas para este facto, quando a morte surge “inopinadamente”.

De 1700 a 1803, raros são os assentos que registam as causas da morte. São referidos os casos de morte repentina, apoplexia, estupor, um que “andava hidrófilo” e várias situações de acidente ou afogamento.

A partir de 1803, ano que consideramos de ruptura, no bom sentido, neste e noutros aspectos como, por exemplo, na indicação da idade dos defuntos, os redactores informam-nos, sistematicamente, das causas do óbito.

Febre podre, podridão, febre catarral, sarampelo, fome, vexigas, diarreia e bichas, lepra e tísica gálica, várias enfermidades, morte repentina, morte por afogamento, morte por acidente são algumas das muitas indicações que nos são dadas.

Interrogámo-nos sobre os problemas de carácter alimentar e sanitário vividos por esta população e qual o seu impacto a nível dos óbitos.

Questionámo-nos sobre os picos de mortalidade evidenciados pelo gráfico nº 1.

Através deles podemos constatar que, nos anos de 1700, 1705, 1740, 1742, 1756, 1766, 1770, 1786, 1788-89, 1791-92, 1796, 1799, 1800 e 1805, os óbitos excederam os nascimentos.

Procuramos relacionar este dado com as crises de mortalidade, vividas pelas populações do Concelho de Braga ⁴, do Nordeste Transmontano e de Guimarães ⁵ bem como as da vizinha Espanha ⁶, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Embora os factores dessas mesmas crises nem sempre tenham actuado em simultâneo e com a mesma intensidade nas regiões referidas, regista-se uma certa sincronia na sua identificação.

Nos finais do século XVII e início do séc XVIII, graves dificuldades atingiram não só essas populações mas toda a região norte do país e a Espanha interior.

Às crises cerealíferas há que acrescentar uma grave epidemia que tendo a sua origem em Espanha rapidamente atingiu o norte de Portugal, envolvido na guerra de Sucessão de Espanha e os consequentes confrontos levaram à destruição das colheitas com particular incidência nas fronteiras da Beira e do Alentejo.⁷

O ano de 1705 é particularmente difícil. Penafiel (Arrifana de Sousa), tal como Braga, Guimarães e Nordeste Transmontano, regista uma alta mortalidade.

Convirá relembrar que, devido à sua situação geográfica, esta freguesia constituía um ponto de passagem das populações que do Norte do país se deslocavam para o Porto e para outras regiões. Este facto deverá ter contribuído para que aqui chegasse a dita epidemia.

Nos finais da década de 30 e inícios da de 40, mais uma vez a província do Minho sofre uma diminuição da produção de cereais provocada pelas intempéries então registadas.

Provavelmente, esta situação será responsável pelo aumento da mortalidade, então ocorrida, nesta povoação.

Os anos 80 e 90 são particularmente difíceis.

A população de S. Martinho de Penafiel viveu nesta época, tal como todo o país, anos de más colheitas e consequente carestia do pão, epidemias e pestes.

Estes factores muito terão contribuído para o elevado número de óbitos aqui registado, particularmente, nos anos 86, 87, e 89, 122, 102 e 105, respectivamente.

Os anos de 1791 - 1792 correspondem a uma das maiores crises do séc XVIII.

A agravar os problemas cerealíferos, já referidos, há que realçar as perturbações climatéricas e as epidemias das quais destacamos o tifo que atingiu não só Penafiel mas também outras localidades como, por exemplo, Braga e Lamego em 1791 e o Porto em 1792.

O Dr. António de Almeida, na sua obra "História da Febre que Grassou em Penafiel em 1791-1792"⁸ dá-nos preciosas informações para o conhecimento deste período.

Esta obra resulta da sua experiência como médico, nesta cidade. Nela encontramos resposta para os óbitos registados nestes dois anos, respectivamente 124 e 94.

O referido autor analisa as possíveis causas desta epidemia.

Penafiel, outrora vendedor de grandes carradas de milho para o Porto e outras localidades, como se constata através dos "Manifestos do Pão", recorre, agora, à sua importação.

Seria o pão, já degradado, o responsável pela referida febre.

Talvez o bacalhau, agora de má qualidade, que na época era um bem de primeira necessidade e supria a falta de peixe fresco, tivesse a sua quota parte de responsabilidade.

Para além dos problemas alimentares, outros, como a falta de ventilação das casas, poderão ter dado o seu contributo.

Ainda hoje podemos constatar que as antigas ruas são muito estreitas e, aí, existem inúmeros "quelhos, becos e viellas" o que originava graves problemas sanitários.

As posturas de 2 de Janeiro de 1799 consagram a subida do preço do vinho, azeite, unto e carne. A inflação registada indica as graves dificuldades com as quais esta população se irá confrontar neste ano e nos seguintes.

Mais uma vez, o Dr António de Almeida intervém, junto do Senado, alertando-o para os problemas de carácter económico, vividos nesta cidade, e suas implicações na saúde pública.

Através do seu requerimento, apresentado à Câmara, tomamos conhecimento das "febres de carácter biliozo ou pútrido que nella vão grassando cada vez mais com mais vigor"⁹ e que muito terão contribuído para o elevado número de óbitos registados nesse mesmo ano e no seguinte (1799 e 1800), ou seja, 84 e 104 respectivamente.

Estas febres surgem na sequência de um período de fomes e consequente recurso a alimentos de má qualidade e que, como sempre, atingem prioritariamente os mais debilitados, ou seja, a multidão de pobres aqui existentes.

Esta situação é agravada pela falta de higiene pessoal, das casas onde coabitam os homens e os animais, nomeadamente os porcos, e da cidade em geral.

Este distinto médico propõe ao Senado a nomeação de um Almotacé de limpeza ao qual competiria impor as medidas de carácter sanitário que garantam melhores condições de saúde pública.

Defende, ainda, que as ruas deveriam ser limpas e as cortes secas com mato ou palha.

Quanto às casas, aconselha a sua desinfecção, nomeadamente as dos pobres e a cadeia, com plantas aromáticas (alecrim e alfavaz) e alcatrão e vinagre.

Adverte o Senado para que tome uma série de medidas a fim de evitar a falta de alimentos nesta população.

Afirma que, muitas vezes, os produtos de boa qualidade existentes nesta cidade são vendidos para o exterior a preços exorbitantes e, como consequência, aos seus doentes “no auge das febres” resta um caldo de unto e cebola.

Com a aproximação do Verão prevê um agravamento desta situação uma vez que a salga da carne não obedece às elementares normas de higiene pública nem é supervisionada pela entidade sanitária.

Curiosamente, a Câmara de Penafiel, analisado o dito requerimento, segue as directrizes apontadas por António de Almeida, profundamente conhecedor dos problemas que afectam esta terra e sua gente.

Os primeiros anos do novo século são marcados pelas graves crises agrícolas que afectam a Península Ibérica, pelas invasões francesas e pela disseminação de uma epidemia de tifo exantemático.

Nesta povoação gera-se uma verdadeira guerra entre consumidores e vendeiros. Estes não só inflacionam os preços como açambarcam os produtos e dizem não os possuir.

As buscas judiciais realizadas aos vendeiros de azeite, na sequência de o terem negado ao povo, confirmam a sua inexistência nas respectivas lojas e o seu armazenamento fora da cidade.

O pão apesar do seu elevado custo, continua a não ter o peso e a ser de má qualidade como nos evidencia o facto de ter excesso de água e sabor a saibro.

Os açougues são vistoriados e estabelecem-se normas sobre a distribuição da carne.

Multiplicam-se as Correições bem como o número de prevaricadores.

Registamos uma Ordem do Intendente Geral da Polícia analisada em sessão da Câmara de 10 de Novembro de 1806.

Neste documento refere-se a necessidade de cereais e outros alimentos para o abastecimento do exército e da armada. Por esta razão, deve não só ser impedida a exportação desses produtos mas também incentivar o aumento da sua produção e o recurso a outras culturas, nomeadamente a da batata.

O Senado, segundo as directrizes traçadas pelo referido documento, determina que os lavradores, neste e no próximo ano, cultivem toda a terra disponível e estabelece a quantidade de batata que cada um deve semear.

Não esqueçamos que se aproximam as invasões francesas e, por esse facto, urge que sejam tomadas medidas que garantam a subsistência das forças armadas e das populações.

Aos problemas económicos registados, aos anos de 1805 e 1806, correspondem, respectivamente, 98 e 105 óbitos, o que comprova as grandes dificuldades vividas em Penafiel e em todo o reino, nos finais do séc. XVIII e primórdios do séc. XIX.

### 3. Conclusão

A nível da nupcialidade, na sequência das hesitações demográficas constatadas, os casamentos diminuem para, de seguida, reporem ou até superarem os valores anteriores e, conseqüentemente, ocorrer a recuperação do número de concepções.

Penafiel regista taxas brutas de natalidade e de mortalidade elevadas e, conseqüentemente, taxas de crescimento natural e médio anual muito baixas, tal como no resto do país e na Europa, características do Antigo Regime biológico.

Apesar de todas as vicissitudes, esta população foi crescendo ao longo destes 108 anos.

Esta conclusão baseada nos registos paroquiais é corroborada por outras fontes⁽¹⁰⁾, como podemos constatar através do gráfico nº 2.

Este permite-nos acompanhar a evolução de S. Martinho de Penafiel desde os finais do séc. XVII (1690) até aos nossos dias (1990), evidenciando o seu crescimento quer a nível de fogos quer a nível de habitantes.

### NOTAS

¹ António d'Almeida, "Descrição Histórica e Topográfica da Cidade de Penafiel" *História e Memoriais da Academia Real das Ciências de Lisboa*, T.X, Parte I, Lisboa, 1830, pág. 2.

² António d'Almeida, *ob cit.*, pág. 83.

³ Idem, *Ibidem*, pág. 109.

⁴ Henrique, David, *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700 - 1880)*, Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, F.L.U.P., Porto, 1992  
-Idem, "Aspectos da mortalidade no Concelho de Braga (1700 - 1880)", Separata do vol. XIV da *Revista Cultural Bracara Augusta*, Braga, 1993.

⁵ Norberta Amorim, *Guimarães (1580 - 1819), Estudo Demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.

⁶ Vicente Pérez Moreda, *Las Crises de mortalidad in España Interior Siglos XVI - XIX, Siglos XXI de España Ed.*, Madrid, 1980.

⁷ Henrique David, *ob cit.*, pág. 78.

⁸ Almeida, António de, *História da Febre que grassou na Cidade de Penafiel em 1791-92*, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792.

⁹ A.M.PNF - *Livro de registo dos actos da Câmara*, f. 151.

¹⁰ Carvalho da Costa, *Corographia Portuguesa...* Lisboa, 1706-Pinto Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa 1873  
-António de Almeida, "Descrição Histórica e Topográfica da Cidade de Penafiel", *História e Memoriais da Academia Real das Ciências de Lisboa*, T.X. Parte I e II, Lisboa, 1830. -"Cadastró da população de entre Douro e Minho" organizado por Custódio José Gomes de Vilas Boas - elementos recolhidos, anotados e publicados pelo Prof. Doutor António Cruz in *Geografia e Economia da provincia do Minho nos fins do séc XVIII*, Gráficos Reunidos, Lda Porto, 1970.

## 4. Fontes e Bibliografia

### 4.1. - Fontes Manuscritas

#### ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Registos Paroquiais da Freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa:

<i>Livro Misto nº 2</i>	1667 - 1725
<i>Livro Misto nº 3</i>	1709 - 1743
<i>Livro de Baptismos nº 1</i>	1709 - 1737

Registo Paroquiais da Freguesia de S. Martinho de Penafiel:

<i>Livro de Casamentos nº 1</i>	1763 - 1 796
<i>Livro de Casamentos nº 2</i>	1796 - 1823
<i>Livro de Baptismos nº 4</i>	1781 - 1787
<i>Livro de Baptismos nº 5</i>	1787 - 1797
<i>Livro de Baptismos nº 6</i>	1797 - 1807
<i>Livro de Baptismos nº 7</i>	1807 - 1824
<i>Livro de óbitos nº 2</i>	1782 - 1797
<i>Livro de óbitos nº 3</i>	1797 - 1835

#### ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL

<i>Livro de registos dos actos da Câmara, nº 16</i>	1784 - 1793
<i>Livro de registos dos actos da Câmara, nº 17</i>	1794 - 1831
<i>Livro de registos dos actos da Câmara, nº 18</i>	1803 - 1815
<i>Livro de registos dos Correições Gerais da Câmara, nº 1 067</i>	1772 - 1797
<i>Livro do lançamento dos manifestos do pão, nº 1 534</i>	1792 - 1825
<i>Livro dos preços dos géneros vendidos nesta cidade, nº 1 226</i>	1804 - 1815

### 4.2 - Fontes Impressas

ALMEIDA, António de - *Historia da Febre Que Grassou na Cidade de Penafiel em 1 791* - 92, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1 792

ALMEIDA, António de - "Descrição Histórica e Topografica da Cidade de Penafiel", *Historia e Memorias da Academia Real das Sciências de Lisboa*, Tomo X, parte I e II, Lisboa, 1830

### 4.3. Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, *Uma Comunidade Rural do Vale do Ave. S. Tiago do Bougado, 1650 - 1849, estudo demográfico*, Porto, 1986.

AMORIM, Norberto Bettencourt, *Guimarães (1580 - 1819) Estudo Demográfico*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.

COSTA, Francisco Barbosa da, *S. João Baptista de Canelas, Uma Comunidade Rural das Terras de Santa Maria - Estudo Demográfico, 1588 - 1808 - dissertação de Mestrado de Demografia Histórica e Social, F.L.U.P., Porto, 1992.*

DAVID, Henrique, *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga, (1700 - 1880)*, dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, F.L.U.P., Porto, 1992.

DUARTE, Maria Celeste S. D. Oliveira, *A Freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760 - 1784, Ensaio de Demografia Histórica*, Centro de Estudos Demográficos, I.N.E, Lisboa 1974.

MARQUES, Maria Lucília Pinheiro, *A Freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 - 1759, Ensaio Demográfico*, Centro de Estudos Demográficos, I.N.E, Lisboa 1974.

MOREDA, Vicente Pérez, *Las Crises de mortalidad en la España interior, siglo XVI - XIX*, Siglo XXI De España Editores, Madrid, 1980.

NAZARETH, J. Manuel e Sousa, Fernando de, " Salvaterra de Magos nos finais do Séc XVIII: aspectos sócio-demográficos", in *Análise Social*, nº 66, Lisboa, 1981.

"A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime: aspectos sócio-demográficos de Coruche", in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Sá da Costa, Lisboa, 1983.

SANTOS, Geralda Maria Ferreira dos, *A Freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700 - 1729, Ensaio de Demografia Histórica*, Centro de Estudos Demográficos, I.N.E, Lisboa 1979.

"*População e Economia da Cidade de Penafiel nos finais do Antigo Regime - 1785 - 1807*, dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995.

Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, dissertação de Doutoramento em História Moderna, F.L.U.P., Porto, 1979

## Abstract

This city was known as "S. Martinho de Arrifana de Sousa" until 1770.

It lies "in the reign of Portugal and in the Province of Entre Douro e Minho being ran through by one of the province roads that connected the city of OPorto to most of the province of Traz-os-Montes as well as to Beira Alta via Lamego" as it's mentioned by António de Almeida.

By his Majesty João V's charter this settlement was raised to town status on March 14, 1741. On March 3, 1770 his Majesty José I decreed it to be a city.

At the request of King José I, Pope Clement XIV established (by papal edict) the bishopric of Penafiel on July 10, 1771.

Its ephemeral existence ends on December 11, 1778 by Pio VI papal edict.

Research on nubility, birth and death rates were mainly based on parish registers 1536 marriages, 7950 births (Christenings) and 5513 burials (graphic 1) were recorded.

As far as marriages are concerned, the months of February and May were betrothed favourites. On the other hand March and November had the lowest marriage rates.

This seasonal distribution was greatly due to clerical decrees which hindered marriages during Advent and Lent.

This settlement's rural features explains the low rates of nubility in Autumn (22%), a busy farming season, followed by Summer (23%), Winter (27,7%) and Spring (28%).

The betrothes with farming or industrial activities had the choice of their consorts circumscribed to the neighbouring villages and towns leading to geographical endogamy and socio-professional homogeneity.

Groups connected to services and commercial activities had wider and more diversified choices.

Due to Penafiel's strategic location, it becomes a population receptive to social mobility.

The average children per couple, christened in "Penafiel", was 5,17.

The ratio of male newborns of 109,8 shows an underrate of female newborns.

Penafiel shows a higher percentage of illegitimate children in contrast with other populations.

Nonetheless throughout the 108 forthcoming years there was a decrease of this initial figures.

This above mentioned evolution was probably related to the turn box and subsequent increase on the rate of foundlings.

Poverty and illegitimacy are the two main compounds of the existence of these foundlings.

Death rates were higher in Autumn and Summer and lower in Winter and Spring.

There are records of several child deaths from 1781 onwards. Records from 1785 to 1807 supply more accurate data on these deaths, which enables us to conclude on the non-existence of any underrate.

Death rates of children aged under seven and fourteen years old are 57,7% and 50,3%, respectively.

1803 is a welcomed breakthrough. From this year onwards, records informed us systematically on the age and causes of death of the deceased.

In 1700, 1705, 1740, 1742, 1756, 1766, 1786, 1788-89, 1791-92, 1796, 1799, 1800 and 1805 deaths overrated births (graphic 1).

In these years the population of S. Martinho de Penafiel, as well as the whole of the country came up with poor harvests and subsequent lack of bread, epidemics and plague.

These factors may have been of a great contribution to the high death rates recorded.

According to demographical records, there was a decrease in marriage rates which were shortly after leveled or even surpassed. In this way birthrate caught up on its previous figures.

Penafiel registers high gross birth and death rates and, consequently, very low average and natural population growth, as well as in the rest of the country and Europe, typical of the biological Ancient Regime.

In spite of all the vicissitudes this population grew throughout these 108 years.

# O TEMOR DO DIVINO NA PATERNIDADE DE QUATRO EXPOSTOS

*Maria Adelina Azevedo Piloto Costa*

Vila do Conde tem a sua cidade situada na margem direita do rio Ave, junto à sua foz e é atravessada pela estrada nacional nº 13, Porto - Valença, distando cerca de 20 Km da cidade do Porto. Só a implantação do Liberalismo em Portugal permitiu a ampliação territorial do Concelho, até então, sem termo.

Terra de grande tradição religiosa, bispos e monges no seu historial: D. João Ribeiro Gaio, bispo de Malaca; D. Frei João Batista, bispo de S. Tomé; Frei João de Vila do Conde, companheiro de S. Francisco Xavier no Apostolado do Oriente. Também muitos conventos, na própria Vila, o das Clarissas; o da Nossa Senhora da Encarnação dos Franciscanos e o convento dos Carmelitas. Ao lado na povoação que lhe é fronteira, em Azurara, encontra-se o convento de Nossa Senhora dos Anjos; mais a Sul e terra adentro o convento de Vairão e a Norte, no interior leste, também o antiquíssimo Convento da Junqueira dos Agostinhos. Tudo isto aliado a uma colegiada de mais de 18 beneficiados, instituída em 1518, na Igreja Matriz da Vila, que comemora agora, os 500 anos do início da sua construção. Todo este contexto fazia naturalmente, que o povo tivesse uma raiz religiosa e católica muito profunda. Conta-se até que as freiras, do vetusto convento de Santa Clara, lá do alto do seu outeiro, olhando o mar e vislumbrando a esquadra liberal, sob o comando de D. Pedro IV, o Rei que abdicou de dois tronos exclamaram:

– Aí vêm eles para dar cabo de tudo!

Este era o grito e o sentimento, de quem durante mais de quinhentos anos, foi o dono e senhor do poderio da Vila. O povo, esse ansiava pela mudança, aderindo com todo o fervor, às novas ideias liberais, basta que se leiam as primeiras actas da aclamação de D. Maria II, nos livros de Sessões da Câmara Municipal, para constatarmos esses novos anseios. É certo também, que as ancestrais práticas religiosas, aliadas a um sentimento pagão comum a todo o Norte de Portugal, traduzidas nas romarias aos santos e santas de particular devoção dos crentes, continuavam a ter os mesmos devotos. Na Vila, era logo no princípio do ano, a célebre romaria a Santo Amaro «15 de Janeiro», onde para além do cumprimento pio da promessa feita, a personagem aproveitava para « amarrar o Santo» ¹ A propósito cito uma quadra tradicional:

ÓH meu rico Santo Amaro!

Não está vento

O mar não urra

O que é que me empurra? ²

Para nos apercebermos de quanto em Vila do Conde, novos ventos sopravam em matéria religiosa tradicional, podemos citar o caso do padre católico, Manuel António

Pereira Júnior, nascido nesta cidade, por volta de 1845, que passou após 1875, a professar o culto evangélico. O seu pai, membro influente na sociedade local, secretário da Câmara Municipal, de seu nome Manuel António Pereira, continuou a ser bem aceite pela sociedade de então, numa aceitação tácita e de boa mente, deste pequeno facto de interpretação religiosa, o que prova que o pensamento religioso não estava tão arraigado à tradição, nem era tão fanático como se poderia esperar.

Tudo isto para podermos apresentar a modesta comunicação, que tanto hesitamos em trazer ao conhecimento de tão ilustres convidados.

In extremis, na hora da verdade, quando se aproxima o fim da vida e a esperança no eterno, a mentalidade da época «Século XIX» vem ao de cima.

Nos Testamentos, fonte de inspiração para estas nossas interpretações, logo de entrada podemos ler em quase todos eles:

«Jesus, Maria, José. Em Nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas num só, Deus verdadeiro, em cuja fé tenho vivido e protesto morrer, e salvar minha alma».

No caso concreto, que nos propomos apresentar, no início do Codicílio, são reafirmados e ampliados os mesmos preceitos de fé. Vejamos o seu introito:

«... destinei fazer o meu Codicílio, em adicionamento ao meu testamento e, com efeito o faço como Católico e apostólico, nessa fé quero e desejo morrer, e por isso encomendo a minha alma a Deus Nosso Senhor, à Virgem Maria Nossa Senhora, ao Anjo da Guarda, ao Santo do meu nome e a todos os demais Santos, Justos e Bem-Aventurados, para que intercedam por mim, quando deste mundo partir, assim minha alma vá gozar a eterna Bem-Aventura, que lhe está preparada».

O medo, ou o temor de que o repouso após o juízo final seja inquietante, está bem patente, no caso que temos o prazer de apresentar nesta comunicação. Escasseiam-nos contudo, os conhecimentos sociológicos para uma análise profunda, mas mesmo assim, cremos poder afiançar as nossa asserções.

António Frutuoso Gomes, oriundo de Azurara, freguesia do Concelho de Vila do Conde, onde teria nascido em finais do século XVIII, bem cedo deve ter emigrado para o Brasil, onde granjeou vasta fortuna, sempre na esperança de voltar a ouvir o sino do seu lugarejo. Regressou, não sabemos a data exacta, mas sabemos que em 1845, já vivia de novo em Azurara ³.

No Império do Brasil, casou com uma senhora de nome Cecília Soares da Silva, de quem teve um filho. Tudo dá a entender, da leitura do seu testamento, que regressou a Portugal, acompanhado do seu único filho, para se separar, não de jure, mas de facto, da sua legítima esposa, que permaneceu na freguesia de Nossa Senhora das Dores, Província do Rio de Janeiro.

Estabelecido o seu domicílio em Azurara, tornou-se num abastado proprietário e capitalista, contratando para tratar dele e do seu filho, uma serviçal de nome Catarina Rosa Vieira, natural da cidade de Guimarães.

No testamento que redigiu em 14/06/1856,⁴ instituiu como seu único e universal herdeiro o seu filho legítimo, Rufino António Frutuoso. A sua esposa, apenas deixara o mieiro na conformidade da lei. Deixou certo valor em numerário para alguns familiares e, legou à sua criada já referida, (pelo bem que o serviu, zelo e caridade, com que sempre o tratou), a sua casa número dezassete, na mesma rua em que ele habitava, para ela nela habitar, assim como lhe deixava enquanto fosse viva, anualmente por dia

de São Miguel, posto à porta da sua habitação, pago pelo seu herdeiro do terço, dez rasas de milhão e quatro de centeio.

Antônio Frutuoso Gomes, na qualidade de grande benemérito e homem religioso e temente a Deus, legava ainda no seu testamento, por uma só vez, duzentas missas de esmola de 160 reis cada uma, por sua alma; cem missas de esmola de 160 reis, pelas almas do seu pai, mãe e irmãos. Deixava ao Hospital de S. João de Azurara, de que era administradora a Santa Casa da Misericórdia, a quantia de 450.000 reis, com a obrigação de mandar dizer sua alma, duas missas anuais, sendo uma dita em sete de Maio de cada ano, e a outra no dia do seu falecimento; à venerável Ordem Terceira de Vila do Conde, a esmola de 12.000 reis; à Confraria do Santíssimo Sacramento de Azurara, 4.800 reis, para a esmola ao Sermão a que era obrigado, como juiz da mesma confraria e, ao Senhor do Socorro da freguesia de S. Romão de Fonte Coberta, de que era juiz, 2.400 reis, para o sermão de sua festividade.

Declarou ainda no seu testamento, que na mão do Senhor José Ferreira Cardoso, negociante, no Rio de Janeiro, tinha a empréstimo com juros, 21.000 reis, em moeda fraca do Brasil.

Cerca de um mês, depois de ter elaborado o seu testamento, em 18/07/1856, encontrando-se a banhos nas Caldas do Gerês, para tratamento das suas enfermidades, que se supõe ser ósseas, mas em seu perfeito juízo e claro entendimento, decide fazer um Codicilo em aditamento ao referido testamento. É dito no testamento e reafirmado no Codicilo, que se encontra em «perfeito juízo», suponho que mais do que uma mera formalidade, tal repetição, se deve talvez ao receio, de que o seu legítimo herdeiro tentasse impugnar este último.

Neste referido Codicilo, porque a moléstia fosse grave e temendo o pior, decidiu, prestar contas à justiça humana e fazer as pazes com o Divino, assumindo então a paternidade, dos três varões e uma fêmea, que tinha tido da sua criada, Catarina Rosa Vieira, com quem vivia em mancebia disfarçada, assim como do nascituro. Estas quatro crianças, supomos nós, pela vergonha à sociedade, pelo escândalo que poderia advir a um homem de respeito, a um capitalista e devoto irmão de São Francisco; por não querer que o seu filho legítimo porventura soubesse, se é que já não o suspeitava; por não querer manchar o nome da sua criada, foram lançadas à Roda como expostos, logo após o seu nascimento, pois como é afirmado no Codicilo, só depois de expostos é que foram baptizados, sendo o mais velho Manuel, a segunda Clementina, o terceiro Antônio e o quarto Bento

Tais crianças, estamos em crer, que tiveram no estabelecimento rodeiro, um tratamento especial, devido aos bons bilhetes de recomendação e ao rico enxoval que concerteza os acompanhava, (o estatuto económico-financeiro do pai a isso permitia), no entanto não tiveram como todas as outras, a felicidade de serem alimentadas pelo seio materno. O outro, o nascituro, se nado -vivo, já não iria ter a infelicidade dos outros quatro irmãos.

Quanto aos motivos invocados, para justificar a relação amorosa com a sua serviçal, apenas aparece a comum frase estereotipada, usual na época:

«Tive por fragilidade humana».

Antônio Frutuoso Gomes, no seu Codicilo, para além de ratificar e aprovar o seu testamento em toda a sua plenitude, acrescentava as seguintes cláusulas.

– Que o herdeiro nomeado no seu testamento, dê aos seus quatro filhos naturais, a quantia de 1.400.000 reis, em moeda do Reino de Portugal, cuja verba será distribuída

da seguinte forma: A cada um dos varões 200.000 reis e à fêmea Clementina, 400.000 reis e, se o próximo filho for menina terá quatrocentos mil reis, mas se for rapaz receberá duzentos mil reis e os outros duzentos mil reis, serão subdivididos pelos varões, inclusive o póstumo. Nomeia para tutor dos mesmos o seu amigo Cyrino José Maia Torres, Boticário, de Azurara, rogando que ponha todo aquele dinheiro a render a juro, ou que o empregue no que achar mais conveniente, mas com as necessárias cautelas, entregando o respectivo rendimento do capital, à mãe das crianças, para ela os alimentar, ou dispender na educação deles, conforme o tutor decidir.

– Que o legado supra-citado teria de ser dado pelo seu herdeiro, no prazo máximo de um ano, a contar do seu falecimento.

– Que deixa ao Hospital da Misericórdia de Azurara, além da quantia destinada no seu testamento, mais 20.000 reis e o seu retrato, no valor de 30.000 reis, para assim tudo prefazer 500.000 reis.

– Cinquenta missas por uma só vez, e cada uma de esmola de 160 reis, por alma de todas as pessoas a quem na sua vida tenha prejudicado, ou por qualquer modo tenha feito pecar, para que Nosso Senhor, lhe perdoe também os seus pecados.

Por último informava, que tinha na cidade do Porto, em casa do Senhor Domingos José Francisco, morador na rua do Bonfim, número 9, oitocentos e tantos mil reis, em moeda sonante deste Reino e que na sua herança se incluía, a parte que tinha nos bens de sua mulher, por morte do pai dela. Acrescentava ainda, que queria que o seu herdeiro, cumprisse todos os seus legados, no prazo de um ano após a sua morte, e não dois, como declarava no testamento.

Uma semana, após a redacção da sua última vontade, em 30/07/1856, faleceu António Frutuoso Gomes, pelas cinco horas da tarde, na sua casa de Azurara.

De acordo com o que era costume, nas terras da Maia, de que Azurara fazia parte, apesar de pertencer ao Concelho de Vila do Conde, a mulher é privilegiada em relação aos homens, porque mais frágil, tem maiores dificuldades em providenciar o seu sustento, para que se livre dos perigos do mundo e para que consiga arranjar um casamento confortável.

O que aconteceu às crianças de que trata esta comunicação não o sabemos. Anos mais tarde quando deveriam ser recenseados não os encontramos em Azurara, nem tão pouco o filho do legítimo casamento, muito provavelmente este último, foi para o Brasil após a morte do pai, viver na companhia da mãe, que lá ficara.

Em suma, do exposto pode-se retirar as seguintes ilações:

– A mãe dos quatro expostos lançados na Roda, continuou a viver tranquilamente, na companhia do seu « patrão», parecendo ignorar o terrível drama, dos filhos que gerou.

Preferiu a vida a dois em mancebia disfarçada, do que assumir a maternidade, preparava-se para dar à luz outra criança e, com toda a probabilidade, a abandonar na Roda.

Parece-me do que me tem sido dado apreciar e que este caso acaba por confirmar, que a boa reputação a manter, provocava a falta do amor maternal e paternal, o que era de facto importante era salvaguardar as aparências, não deixar manchar o bom nome. Tudo valia, até expôr os filhos na Roda, num gesto de fria

insensibilidade e de egoísmo. Este pai, abastado, não quis ter os filhos ilegítimos, na sua companhia, por vergonha, onerando a Roda com uma despesa indevida, que ele muito bem podia suportar.

– O testamento elaborado em 14/06/1856, omite a existência dos filhos expostos na Roda.

– No Codicilo, redigido um mês mais tarde, a pouco mais do que uma escassa semana do seu falecimento, assume a paternidade das quatro crianças, confessando a sua fraqueza humana, mas de notar que este aditamento ao testamento é elaborado em terra estranha, longe do seu domicílio, por um tabelião local, o que dá a entender que se reservou de alguns cuidados, para que esta «ignomínia», só chegasse ao conhecimento público após o seu falecimento.

– Regressado das Caldas, à sua terra natal, pouco mais de uma semana teve de vida, tudo foi arranjado de maneira a que ficasse de bem com a sociedade, e com Deus, pois pecado confessado é meio perdoado.

## NOTAS

¹ Era e é no dia da romaria, festejã-lo depois da promessa cumprida, no toldo mais próximo ou na tasca, menos distante, bebendo um americano ou verde refrescante, acompanhado de rosca, figos e castanhas.

² Monteiro dos Santos, in Caderno de Cultura do Jornal de Vila do Conde, n.º 174, 20/01/1983.

³ Requerimento de Azurara, A.H.M.V.C. 1845/580-A.

⁴ Livro de Testamentos, A.H.M.V.C.1855/56 - 3189, fls 172v - 176v.



# EL COLEGIO DE LA "ALLIANCE ISRAÉLITE" EN TETUAN: SEMILLERO DE EMIGRANTES SU CENTENARIO Y OCASO EN 1962

Juan B. Vilar  
Universidad de Murcia

## Nota preliminar

El proyecto inicial de abrir un colegio judío en Tetuán, según el modelo de los existentes en Europa, se remonta a 1857. Se debe al barón Salomón Rothschild, vivamente impresionado por el panorama de atraso y miseria existentes en la populosa Judería de Tetuán, con ocasión de una breve visita a esta ciudad, cuya colectividad israelita, cifrada en unos 10.000 individuos, era por entonces la más numerosa del norte de Marruecos ¹.

Rothschild ideó un centro educativo que sirviera de instrumento eficaz para sacar a los judíos de Tetuán de su secular estancamiento, pero no tuvo oportunidad de realizar su plan ². La idea fue recogida un tiempo después por la "Alliance Israélite Universelle", entidad filantrópica fundada en París en 1860 por el conocido político, y luego ministro de la III República, Benjamin Adolphe Cremieux, que contó en su empeño con el apoyo de la gran burguesía judeo-francesa de los negocios, encabezada por el barón James de Rothschild y los hermanos Emile e Isaac Peréire ³.

La temporal ocupación de Tetuán por España entre 8 de febrero de 1860 y 2 de mayo de 1862 como prenda del pago de una indemnización de guerra por Marruecos tras el contencioso bélico hispano-marroquí de 1859-1860, sumado a los profundos cambios conocidos por la urbe en esa fase de administración europea, cambios que sobrevivieron a la evacuación de la plaza por los españoles, y la relativa apertura a Occidente del país magrebí al término de la contienda ⁴, posibilitó la ejecución del proyecto de Rothschild, aparcado hasta el momento. Por su proximidad a Europa y por las especiales circunstancias que concurrían en Tetuán, esta ciudad se mostraba desde luego como marco adecuado para poner en marcha el que terminaría siendo el más emblemático y trascendente de los empeños de la entonces flamante asociación judeo-francesa en su centenaria andadura: la apertura de un colegio-piloto capaz de sacar a una comunidad judía afro-asiática de su secular atraso, y al propio tiempo para que sirviera de ejemplo y modelo de las demás, y de semillero de profesores para las restantes colectividades judías del Tercer mundo.

Resultaron decisivas al efecto las gestiones practicadas desde la propia Tetuán por Judah Nahón, teuaní nacionalizado francés en Orán y establecido de nuevo en su ciudad natal, donde era vicecónsul de Francia desde 1849. Nahón logró movilizar en favor del proyecto a la opinión judía local. Desde personajes influyentes como el rabino Isaac Bengualid (presidente del Consejo rabínico) o el negociante Lévy Cazes (ex-alcalde de la ciudad con los españoles), cuyos apoyos resultaban imprescindibles, a los sectores más modestos de la menestralía. Este movimiento solidario determinó a la "Alliance" a estudiar el proyecto *in extenso* en octubre de 1862 ⁵, y aprobarlo al mes siguiente ⁶, una vez obtenido el concurso financiero a la empresa por parte de otras asociaciones filantrópicas judías interesadas por Marruecos (británicas principalmente) y el compromiso de una cierta protección diplomática de España, Reino Unido y Francia, las tres potencias con mayor presencia en el área.

De la andadura inicial del centro, abierto en 23 de diciembre de 1862 bajo la dirección de Hermann Cohn y con una matrícula que pronto sobrepasó el centenar de alumnos, me ocupo en otro lugar ⁷. A este no tardó en sumársele un colegio femenino, del que fue primera titular la española Carmen Moreno. Ambas instituciones educativas, que no tardarían en fusionarse, estaban llamadas a asumir un protagonismo difícilmente exagerable en el proceso de modernización de la *Kehilá* local, y en la renovación del panorama judío de Marruecos.

Los maestros allí formados contribuyeron con su presencia y esfuerzo a posibilitar un proceso similar en el amplio espacio comprendido entre el litoral atlántico-marroquí de un lado, y de otro, Egipto, Palestina, Anatolia y los Balcanes. A su vez los jóvenes formados en Tetuán, incorporados a las corrientes migratorias judeo-marroquíes del momento, no tardaron en ejercer una positiva influencia sobre colectividades judías ya existentes, como las de Argelia y territorios más o menos inmediatos, y de las sefardíes que no tardarían en surgir en torno a ellos en países tan distantes de su punto de origen como Venezuela, Brasil y Argentina.

El colegio tetuaní de la A.I.U. se vincula estrechamente en su historia a las vicisitudes vividas por Tetuán y su colectividad israelita, y por los judíos marroquíes en general, a partir de la creación de aquel en 1862. Conoció días de esplendor, sobre todo en su andadura inicial y luego durante el Protectorado, inseparables del acontecer histórico de la *Kehilá* teuaní, de Tetuán y de Marruecos en esas épocas, para declinar rápidamente en medio del éxodo provocado por las agitaciones sociales y la coyuntural recesión económica que precedieron, acompañaron y siguieron a la independencia de Marruecos en 1956.

---

En 29 de mayo de 1962 el cónsul general de España en Tetuán, Salvador García de Pruneda, dirigió un despacho al ministro español de Asuntos Exteriores ⁸, dándole noticia del acto conmemorativo celebrado dos días antes en esa ciudad con ocasión del centenario del colegio tetuaní de la "Alliance". Por las circunstancias que lo rodearon bien podía conceptuarse éste como triste evento, y a juzgar por las certeras predicciones del informante, pudiera su despacho rotularse con García Márquez: crónica de una muerte anunciada.

El diplomático venía a lamentar en su escrito que la otrora prestigiosa institución docente hubiese quedado reducida en los últimos tiempos a anodino colegio en franco declive, y no tanto por el proceso de sustitución de la hasta el momento predominante matrícula judía (que daba carácter y entidad propia al centro) por otra musulmana, hecho por lo demás lógico e inevitable, como por una sustitución paralela de la filosofía de la institución, de que daba fe hechos tan significativos como la eliminación en sus planes de estudio, a partir de 1956, de la lengua castellana, el idioma materno de la colectividad para la que aquella había sido creada en 1862. Un paso más de la campaña de deshispanización y de imposición del francés como lengua de cultura en el norte del país, auspiciada oficialmente tras la reunificación.

Si a ello sumamos el contencioso insalvable abierto entre la administración marroquí y la A.I.U. al proceder aquella a la unilateral nacionalización de los centros educativos creados y financiados por ésta, todo hacía presentir una inminente retirada de la "Alliance" en Marruecos. En efecto, no tardaría en producirse.

A juzgar por lo que refiere nuestro informante, el acto conmemorativo del centenario resultó tenso y deslucido. Es cierto que concurrió en bloque la colectividad judía local, o por mejor decir, lo que restaba de ella, en consecuente y cordial testimonio de adhesión a una institución a la que lo debía todo, pero la restante

concurrancia resultó ser harto mermada, y las ausencias de nota tanto más visibles por cuanto los sillones reservados quedaron vacíos. Aunque asistió el gobernador (se educaba allí uno de sus hijos), faltó el alcalde, a quien correspondía la presidencia del acto, y también el representante del Ministerio de Educación, ausencias que fueron interpretadas como signo inequívoco de que un centro educativo judío no era bienquisto en el nuevo Marruecos. Ni para la población musulmana mayoritaria, ni para el expresado Ministerio, que lo conceptuaba como un centro más, desprovisto de signos de identidad propios tras su nacionalización, y por tanto carente de especial relevancia.

Tampoco asistió el cónsul general de España, país tan vinculado al colegio en el pasado. Envio en su representación al cónsul adjunto. Como referiría a Madrid en su despacho, fue aquel un gesto de muda protesta por los nuevos derroteros por los que era encaminado el centro.

Los discursos pronunciados en el acto, a su vez, contuvieron fuerte carga simbólica. Habló primero Haïm Cohen, presidente de la colectividad judía, quien "... hizo una apología y breve historia del Centro" y "... utilizó el español, según manifestó después, para hacer patente el que la Comunidad israelita de Tetuán pertenece de lleno al mundo sefardita". Su discurso fue por tanto algo así como un homenaje a España, y un recuerdo emotivo, casi *post-mortem* de cien años de historia común, de los que aquella institución podrá dar mudo testimonio.

Seguidamente habló León Assa, director del colegio, quien pronunció en francés un largo y aséptico discurso, en el que glosó la historia académica del centro, pero sin ocultar "... su trascendental significación en la vida de Tetuán". El acto fue cerrado por un funcionario marroquí subalterno, con una intervención casi telegráfica y en lengua francesa, en la que auguró al colegio larga andadura con igual "... trayectoria de libertad y progreso que hasta aquí ha tenido". Palabras que, desde luego, no resultaron proféticas, dado que la "Alliance" se retiró poco después de Tetuán, como también del resto de Marruecos, transformándose, ahora definitivamente, el que fuera primer centro educativo judío del país en otro de significación y alcance diferentes, acorde con la nueva realidad marroquí.

## NOTAS

- ¹ Juan B. VILAR, *Tetuán en el resurgimiento judío contemporáneo (1850-1870). Aproximación a la Historia del Judaísmo norteafricano*. Presentación de M. Garzón Serfaty. Prólogo de S. Leibovici. Caracas. Centro de Estudios Sefardíes. 1985, ps. 49-76 [cap. II: "Bases demográficas"].
- ² *Ibidem*, p. 167. Véase también J.B. VILAR, "Ouverture à l'Occident de la communauté juive de Tétouan (1860-1863)", en S. Leibovici (ed.) *Mosaïques de notre memoire. Les Judéo-espagnols du Maroc*. Paris. Centre d'Etudes don Isaac Abravanel. U.I.S.F. 1982, p. 111.
- ³ André CHOURAQUI, *Cent ans d'histoire. L'Alliance Israélite Universelle et la renaissance juive contemporaine (1860-1960)*. Paris. P.U.F. 1965.
- ⁴ CHOURAQUI, *Marche vers l'Occident. Les Juifs du Maroc*. Paris. 1952; Michel LASKIER, *The Jewish Communities of Morocco and the "Alliance Israélite Universelle" (1860-1956)*. Los Angeles. California University. 1979, 2 vols.; Haïm ZAFRANI, *Les Juifs de Maroc. Vie sociale, économique et religieuse. Etudes de Taqqanot et Responsa*. Paris. Ed. Geuthner. 1972; ZAFRANI, *Mille ans da vie juive au Maroc*. Paris. Ed. Maissonneuve & Larose. 1983.
- ⁵ AIU, leg. 1.071: Actes, 21 octubre 1862.
- ⁶ *Ibidem*, 25 noviembre 1862.

⁷ VILAR, *Tetuán en el resurgimiento judío...*, ps. 167-180. ("Irrupción de la escuela moderna: el primer colegio de la *Alliance Israélite* en el mundo afroasiático"), y ps. 257-297 (Apéndices). Véase también Sarah LEIBOVICI, *Chronique des Juifs de Tétouan (1860.1896)*, Preface de J.B. Vilar. París. Ed. Maissonneuve & Larose. 1984.

⁸ AMAE, R., leg. 6.891.

⁹ *Ibidem*.

## APENDICE DOCUMENTAL ¹

"Ministerio de Asuntos Exteriores

El Director General de Relaciones Culturales saluda atentamente al Sr. Director General de Política Exterior, y adjunto se complace en remitirle copia del despacho núm. 479, de 29 del pasado mes, del Sr. Cónsul General de España en Tetuán, relativo al centenario de la Alianza Israelita de dicha ciudad, para su conocimiento e información.

Madrid, 14 de junio de 1962. A. RUIZ MORALES".

-----  
"Tetuán 29 de mayo de 1962.

Asunto: Centenario de la Alianza Israelita de Tetuán.

Nº 479.

Excmo. Señor:

El pasado día 27 celebró la Alianza Israelita el centenario de su fundación docente en Tetuán, que corresponde, además, al primer Centro docente que la Alianza, establecida en París en 1860, fundó en el mundo.

A lo largo de este siglo las Escuelas de la Alianza Israelita se han convertido en un Centro de extraordinario prestigio en Tetuán, y desde hace unos años se han organizado en el Centro los cursos de bachillerato elemental, también con extraordinario éxito, para la obtención de títulos de dicho bachillerato.

Las Escuelas de la Alianza, de inspiración netamente francesa, no han dedicado a partir de la Independencia de Marruecos ninguna consideración a la cultura española, por lo que consideré conveniente no asistir al acto conmemorativo, delegando la representación de este Consulado en el Cónsul Adjunto, encargado de asuntos culturales, señor Serrano. Consistió dicho acto conmemorativo en una recepción ofrecida el domingo, día 27, por la tarde, que presidió el Gobernador de la ciudad, uno de cuyos hijos se educa en la Alianza Israelita, y a la que asistió toda la colonia hebrea de Tetuán, así como las primeras autoridades locales. Es de señalar la ausencia del Presidente del Consejo Municipal, cuyo asiento en la mesa presidencial quedó vacante, así como el del representante del Ministerio de Educación marroquí. El que no asistiera ningún representante del Ministerio de Educación Nacional parece debe atribuirse a la tensión actualmente creada en torno a la Alianza Israelita, por su reciente nacionalización e incorporación al Ministerio de Educación Nacional de Marruecos.

En el acto hicieron uso de la palabra el Presidente de la Comunidad Israelita, señor Haim Cohen, que en español hizo una apología y breve historia del Centro que se conmemoraba: utilizó el español, según manifestó después, para hacer patente el que la Comunidad israelita de Tetuán pertenece de lleno al mundo sefardita. A continuación

el Director del Centro, señor León Assa, leyó un discurso en francés, en que con más detalle estudió las diferentes etapas históricas del Centro y su trascendental significación en la vida de Tetuán. Finalmente, un representante del servicio marroquí, al que ha quedado afectada -sic- la Alianza Israelita, dirigió también breves palabras en francés para señalar que la Alianza continuará en lo sucesivo la misma trayectoria de libertad y progreso que hasta aquí ha tenido. Por las razones especiales que concurren en las Escuelas de Tetuán, serán éstas las que primero se conviertan en un Liceo de bachillerato superior.

En la actualidad se recogen datos por este Consulado para poder informar a V.E. próximamente con más detalle del alcance que tiene la nacionalización de las Escuelas de la Alianza Israelita en Marruecos.

Dios guarde a V.E. muchos años. El Ministro Plenipotenciario. Cónsul General de España, SALVADOR GARCIA DE PRUNEDA.

Excmo. Sr. Ministro de Asuntos Exteriores. Madrid".

### **ABREVIATURAS UTILIZADAS**

AIU: Archives de l'Alliance Israélite Universelle (París)

MAE: Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (Madrid).



# AS CRISES DE MORTALIDADE NA FREGUESIA DE CAMPANHÃ (1790-1900)

*Precilia Pinto Rodrigues*

*Conhecer o passado para bem compreender o presente e vice-versa.*

*Marc Bloch*

## 1. Enquadramento geográfico da freguesia de Campanhã.

### 1.1 Meio geográfico.

A freguesia de S.^a M.^a de Campanhã ficava situada na província de Entre Douro e Minho, no bispado do Porto, comarca de Penafiel, termo velho da cidade do Porto. Situava-se nos arrabaldes da zona oriental da cidade do Porto. A oriente confinava com as freguesias Valbom, S. Cosme de Gondomar. e S. Salvador de Fânzeres (desde a Quinta do Freixo até à ponte de Rio Tinto); a ocidente confronta com as freguesias de Santo Ildefonso e de S. Veríssimo de Paranhos (desde a Cruz da Regateira até à quinta do prado); a norte confinava com as freguesias de Rio Tinto (desde a ponte até à Cruz da Regateira e a sul confrontava-se com o rio Douro.

Ficava situada em terreno acidentado, fértil, formoso e saudável. Possuía águas abundantes e terapêuticas. O rio Douro atravessava-a, fertilizava-a e embelezava-a. Dos seus cabeços se avistavam belas paisagens, povoações das duas margens do Douro e interiores.

Passa aqui o rio Tinto, que se mete no Douro, no sítio do Esteiro e outro ribeiro chamado Ribeirinho, que nasce no lugar de Baguim do Monte, freguesia de Rio Tinto e se mete no Douro, em Campanhã de Baixo, ambos são utilizados na rega e na moagem.

A freguesia era essencialmente rural. Possuía denso arvoredo, árvores de fruta, vinha... Produzia cereais, fruta, legumes... A sua primeira produção de cereais era o milho, depois o centeio, trigo e cevada. Reveste-se de muita importância o ofício de moleiro. O Porto consome muita farinha produzida em Campanhã. Provê a cidade do Porto com frutas de toda a casta e sendo sua especialidade - os melões (...) Produz boas melancias, grande cópia de bolinas, abóboras brancas e pretas, pepinos, peras, maçãs, ameixas, pêssegos ¹.

Possuía muitas quintas, algumas com belos palácios: Allen, Bela Vista, Freixo, Vila Meã, Pinheiro, Revolta, Breijoeira, Salgueiros, Falcão, Pinheiro, Maceda, China, Furamontes...

O rio Douro possuía peixe variado: lampreias, sáveis, robalos, congros, solhas, barbos, linguados, enguias, camarões... A proximidade do Douro permitiu o progresso de Campanhã através de actividades económicas como a pesca e o comércio. A população adensava-se junto às margens do Douro.

Os pescadores gozavam de isenções fiscais.

Incluídos no «termo velho» do Porto, os moradores de Campanhã estavam por isso isentos de pagamento de sisas e portagens das compras e vendas que fazem na cidade do Porto.

Há muitas fábricas de ouro e prata, dedicando-se muito à filigrana. Há vestígios de exploração dos minérios desde o tempo dos Romanos.

Há muitos marceneiros (ensabladores).

Os seus produtos são vendidos para a cidade do Porto.

Há nesta freguesia outros edifícios notáveis: Estação do Caminho de Ferro do Pinheiro, Quartel da Guarda Republicana da Bela Vista, Matadouro Municipal, Estação do Caminho de Ferro de Contumil, Colégio dos Órfãos...

Tem estação do Correio, telégrafo e telefone.

É terra muito rica, pelas suas variadas produções agrícolas, pelo grande e contínuo comércio que sustenta com a cidade do Porto e principalmente pelo amor ao trabalho que nobilita os seus habitantes.

*Coeva da nacionalidade, organiza-se em torno de um mosteiro; mais tarde vasta área avançando largamente sobre terras que integram hoje outras freguesias, submissa quer ao Bispo do Porto, na área coutada, pertencendo ao Termo Velho da Cidade, quer ao Rei, na área reguenga; mais tarde ainda foi efêmero concelho na sequela da vitória liberal; finalmente também no século XIX, freguesia do Porto que ajudará a transformar com a industrialização e com a estação do Pinheiro ².*

## 1.2 - Evolução eclesiástico-administrativa

A freguesia de S.^{ta} M.^a de Campanhã foi campo de batalhas. Supõe-se fundamentalmente que o 1.^o nome desta freguesia foi Los Azares (As Batalhas) ou D'Os Azares.

Sendo governador do Porto o Conde Hermenegildo, Ab-el-Raman, rei de Córdova, pretendeu, em 824, reconquistar a cidade do Porto, atacando-a com um grande exército. O Conde não só resistiu com a sua gente aos mouros, mas tomando a ofensiva veio sobre eles e nesta freguesia lhes deu uma grande batalha, destruindo-os completamente.

Foi tanto o sangue mourisco que nela se derramou, que um ribeiro que por aqui passa, tomou o nome de Rio Tinto, que ainda conserva em razão das suas águas terem tomado a cor do sangue.

Los Azares se chamou a este sítio em razão desta mortífera batalha. Com o evoluir do tempo, o nome se mudou para Campanha, que no português arcaico vinha a significar o mesmo; ou talvez para Campanhans, que na língua dos lusitanos era o mesmo que dizer, sítio das batalhas, daqui facilmente evoluiu para Campanhã.

Segundo a tradição no dia da batalha apareceu aqui uma imagem de N. Sr.^a à qual os fiéis lhe atribuíram a vitória dos cristãos e lhe ergueram ali uma ermida que veio a ser a igreja matriz. A N. Sr.^a se lhe deu 1.^o o nome de S. t.^a M.^a de Azares, depois N. Sr.^a da Entrega e por fim o nome actual, de N. Sr.^a de Campanhã ³.

Achados arqueológicos e a toponímia mostram-nos como desde a Pré-História, Campanhã foi habitada e explorada por diferentes povos...

A mais antiga referência documental a Campanhã, na inventariação onomástica publicada pelo Padre Domingos A. Moreira ⁴, situa-se no longínquo ano de 994, na carta de doação de uma herdade na "villa" de Baguim (Rio Tinto), nas proximidades do «ribulum campaniana», rio de Campanhã ⁵.

Os castros de Noeda e de Gondomar organizariam mesmo que debilmente um espaço de limites imprecisos, cujo eixo seria constituído pelo rio de Campanhã, o actual rio Torto e certamente o vale de Rio Tinto. Nesse espaço a documentação localiza a partir do ano 1000 «a villa campaniana» num enquadramento cristão, que a pouco e pouco se fora construindo a partir do século IV...

Há uma carta de doação ao Mosteiro de Santa Maria de Campanhã, em 1058 ⁶. Trata-se de uma carta de doação de bens diversos ao mosteiro de Santa Maria na «villa campaniana», que fora herdada com suas pertenças, pelo doador, abade do Mosteiro. Na «villa», teria sido edificado pelos avós do doador, abade Gomes, o Mosteiro de Santa Maria. O Mosteiro aumenta com doações posteriores...

Na 2.^a metade do século XI, o Mosteiro de Campanhã seria um mosteiro familiar aberto a religiosos de ambos os sexos, cujo abade descende dos fundadores e administra um conjunto patrimonial em expansão.

Em 1100, o Mosteiro recebe de Paio Gonçalves parte das suas propriedades. Entre os confirmantes aparece Garcia Gonçalves, irmão do doador e cujo paço aparece como limite oriental do couto que D. Teresa faz em 1120, ao bispo do Porto, D. Hugo.

No século XII, S.^{ta} M.^a de Campanhã, deixa de ser referido como Mosteiro e aparece sempre como Igreja, destino corrente para os pequenos mosteiros familiares que ou se integram nas grandes ordens religiosas ou desaparecem como mosteiros.

Ao longo dos séculos XII e XIII a Igreja preocupou-se com a delimitação de direitos.

Os limites orientais da jurisdição senhorial e não apenas eclesiástica da Sé Portucalense são traçados na área de Campanhã. A carta de doação e couto, de Abril de 1120 ao bispo do Porto por D.Teresa faz o 1.^o corte na freguesia de Campanhã, que englobaria Rio Tinto e Valbom. A rainha faz doação, à Sé Portucalense, de todo o burgo «com suas rendas e suas adjacências, e com igreja de S.Pedro e Rotundela e Busto e castro que chamam Luneta com todas as suas pertenças e com Germinadi (...) dou e concedo perpétua estabilidade sobre as ditas herdades e pescarias à Sé do Porto e faço couto firmíssimo (...)»

A demarcação do couto é feita por Noeda «Lunetam», ribeiro junto ao paço de Garcia Gonçalves, Antas «petras fixiles» e daí para Paranhos.

Dentro da área coutada o bispo acumula direitos eclesiásticos e direitos senhoriais. É portanto, de D. Hugo que o burgo do Porto recebe, em 1123, a carta de foral ⁷.

Visando promover o povoamento, enquadra a vida económica, determina impostos a cobrar, impõe a uniformização de medidas, regula as multas judiciais. Como vimos parte de Campanhã integra a área coutada e por isso também se lhe aplica a carta de foral.

A preocupação com os limites, a insistência na demarcação de termos, tão evidentes nos documentos, verifica-se também no interior da própria Sé Portucalense. Em 1195, o bispo D. Martinho Rodrigues divide com os seus cônegos os rendimentos do

bispado, atribuindo-lhes o «reguengo de Campanhã e Luenda»⁸ isto é os rendimentos da Igreja em toda a vasta área não coutada de Campanhã..

Está assim definido, em fins do século XII, o quadro institucional de Campanhã até ao século XIX, dividido entre o couto (partilhado pelo bispo e pelo cabido) e a terra do «sr.rei» ou reguengo, o equilíbrio parecerá sempre instável.

O espaço alarga-se de Valbom a Areosa. A ocupação é muito dispersa. A sua economia é agrária (vinho, cereais...), mas também industrial (fabrico de tecido de linho, a moagem, localizados nas imediações do «esteiro» o «estuarium» dos romanos.

Campanhã está assim dividida por uma área coutada à Sé do Porto e uma outra área reguenga envolvendo-a por Nordeste.

As inquirições de 1258 dizem que parte da «villa campaniana» está coutada à Sé do Porto, não podendo lá entrar o mordomo do rei, que não recebe ali foro algum. Não pertence ao rei o direito de apresentar abade na igreja de Campanhã, esse direito pertence a um leigo, proprietário da igreja. Na área coutada há quatro casais, todos da igreja.

Contumil, área foreira ao rei inclui onze casais e três lugares. Todos pagam ao rei foros em dinheiro e em géneros.

Campanhã, no século XIII é terra de cereais, bosques e matos...

A população intensifica-se e os campos aráveis multiplicam-se...

A propriedade das terras é privilégio de eclesiásticos e de funcionários.

A propriedade eclesiástica em Campanhã aumenta, através de doações. Campanhã, pela proximidade do Porto, tem interesse económico mas também tem interesse como área de lazer para proprietários residentes na cidade do Porto.

Campanhã ao findar a Idade Média era uma vasta área geográfica, ultrapassava os limites da actual freguesia.

Jurisdicionalmente a população está dividida entre o couto do Porto e o julgado de Gondomar, a sua unidade era assegurada pela igreja de Campanhã.

A igreja de S.^{ta} M.^a de Campanhã possuía no século XV uma albergaria.

Após nova divisão de rendimentos da diocese do Porto entre a Mitra e o Cabido, em 1466, a igreja de S.^{ta} M.^a de Campanhã continua a pertencer ao Bispo. Incluída no Censual da Mitra, de 1542, nesta data conhecemos o seu rendimento, o número de vassalos do Bispo e os direitos que lhe devia.

No concernente à jurisdição civil no couto de Campanhã, os moradores elegiam anualmente um juiz, que após confirmação do ouvidor entrava em funções. A população podia apelar para o ouvidor das decisões do juiz do couto. A jurisdição criminal estava sob a alçada do juiz da cidade do Porto, dependente do rei.

No século XVI, o Estado Moderno, burocrático e centralizado reorganiza os forais, disciplina a nobreza e institui comendas novas, na Ordem de Cristo. O Estado procura controlar os senhores, centralização do poder real. A igreja de S.^{ta} M.^a de Campanhã não foi excepção, em 1542 aparece como do Padroado da Mitra do Porto, em 1552 aparece como comenda da Ordem de Cristo, do Padroado Real. O rei, D.Manuel I, utilizava em favor da centralização do poder real importantes rendimentos de origem eclesiástica. A instituição de comendas implicava a transferência de rendimentos para um particular nomeado pelo rei.

Em 1552,1555 e 1597 houve questões com direitos paroquiais de Noeda, sendo as sentenças favoráveis ao cabido ao qual pertencia Noeda.

A proliferação de comendas revela a nova relação de forças entre o poder eclesiástico e o poder real.

Em «Memórias Paroquiais» de 1758, a freguesia de S.^{ta} M.^a de Campanhã mantem os limites medievais, a administração reflecte a centralização do poder real. A Mesa da Consciência e Ordens superintenderá a Ordem de Cristo de que a igreja de S. ^{ta} M. de Campanhã era comenda, logo igreja do Padroado Real. Não há conhecimento de litígios entre o Cabido e a Ordem de Cristo. A criação da comenda na igreja de S.^{ta} M.^a de Campanhã não alterou a administração da justiça, apenas transferiu da Mitra do Porto para o comendatário os dízimos da freguesia. Sofreu alteração o processo de atribuição dos cargos. O juiz da freguesia de Campanhã é ordinário, não letrado. A eleição do juiz passou a indirecta. De três em três anos o povo elege seis homens, que escolhem três para serem juizes, deviam já ter sido procuradores e outros três para procuradores para trabalharem com os juizes. Em cada ano servirá um juiz e um procurador, depois de confirmação do prelado da diocese. O juiz era simultaneamente almotacé.

Campanhã continuava dividida: uma parte coutada do Bispo e outra parte debaixo da alçada do Ouvidor de Gondomar, segundo demarcações antigas (aldeia de Furamontes, alguns lugares de Azevedo e Contumil).

Campanhã transforma-se, permanecendo...

A lei de 6/5/1769 visa o controle de todas as doações feitas pela coroa em séculos anteriores. A lei de 19/7/1790 visa abolir as justiças senhoriais, prepara a extinção dos forais (1812), reforma as justiças senhoriais, uniformiza a prestação de justiça aos moradores. Após sete séculos de cisão, introduzida em 1120, por definição de área coutada, ficam doravante sujeitos ao direito comum. Em 1790 desaparecem as terras de imunidade na concepção do direito medieval. A reunificação judicial de Campanhã ocorre ainda no absolutismo. A legislação de Mouzinho da Silveira tem aqui os seus antecedentes. O absolutismo busca a modernização. Secularizam-se os centros de poder, laiciza-se a sociedade e a política.

Em tempos de mudança Campanhã intensifica a sua dependência do centro urbano cada vez mais próximo. Termo velho da cidade do Porto, que integrará com o triunfo do liberalismo.

Campanhã desenvolve-se e urbaniza-se ao longo do eixo de acesso à cidade, oferece lugares salubres, multiplica as quintas de lazer, assegura investimentos em propriedade fundiária, é fonte de abastecimento dos mercados da cidade.

Albert Silbert, na sua obra, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*,⁹ diz que naqueles tempos de mudança os senhores, os rendeiros, os recebedores de direitos não deixam de inquietar as populações, exigindo pagamentos de que se tinha perdido a memória.

O solo de Campanhã, no século XVIII, vai ser objecto de contratos entre o proprietário directo (Câmara do Porto) e aqueles a quem é concedida a sua exploração, os tempos mudam.

Nos séculos XIII a XVI os prazos em Campanhã (prazos do Cabido e da Mitra) são símbolo do poder patrimonial da Igreja, paradigmaticamente são prazos da Câmara no século XVIII e 1.^o quartel do século XIX. Na 1.^a década do século XIX multiplicam-se os prazos, reflexo da vitalidade económica e demográfica que se vive. As zonas periféricas a N. e NE da freguesia, terras de matos e de bouças são objecto de apropriação através

dos prazos. Os novos prazos pretendem unir propriedades do caseiro a prazos já firmados anteriormente ou fixar populações ao longo dos eixos viários.

Com as invasões francesas há o início duma inversão. Em Março de 1809, 2.^a invasão francesa, a igreja e a freguesia de Campanhã foi saqueada e desmantelada.

Os prazos da Câmara são aforamentos perpétuos, os foros são pagos em dinheiro. Na 2.^a década do século XIX os prazos são objecto de especulação, há subemprazamentos. Há lugares, que pelo seu interesse económico, neles se incrementa a construção (Bonfim, Praça das Flores...). Aumentam as quintas na periferia do Porto.

Do impreciso sítio da Campanhã rural se vai construindo lentamente a ilha, a rua, a praça da Campanhã urbana.

A freguesia de S.^ta M.^a de Campanhã foi palco da guerra civil. Entre Julho de 1832 a Agosto de 1833 o exército de D. Miguel desde o Freixo a S. João da Foz assediou a cidade do Porto. Viveram-se em Campanhã momentos decisivos. Em 29 de Setembro de 1832, o exército de D. Miguel rompeu as linhas de defesa oriental, entrando pela estrada de S. Cosme até à rua do Prado, posteriormente rua 29 de Setembro, hoje rua do Heroísmo. Em 17 de Novembro de 1832 foi palco de violentos combates o lugar da Cruz das Regateiras.

Luz Soriano descreve as posições realistas a leste da cidade: « Em frente de Avintes, na margem Norte do Douro, achava-se colocada a coluna móvel, do comando do António Joaquim Guedes, que se estendia pela Quinta do Freixo, Valbom, Campanhã e forte do Tine, até ao campo de Chão Verde e alto de Rio Tinto, onde o mesmo coronel tinha o seu quartel-general.

Seguia-se a esta a 4.^a Divisão, sob o comando do marechal de campo Augusto Pinto de Moraes Sarmento, de quartel em Pedrouços; uma das brigadas desta divisão ocupava Arroiteia, Cruz das Regateiras, outra águas Santas e Areosa; a 3.^a linha ia do forte de Contumil até à esquerda da estrada de Valongo; e a quarta, a parte que ia desde ali até ao forte de Sobral e Paranhos, tocando em S. Mamede de Infesta ¹⁰ .»

As posições ocupadas pelo exército liberal principiavam no Seminário, prosseguiam à Quinta da China, Lomba, Bonfim, Goelas de Pau, ermida do Cativo, Póvoa de Cima...

A artilharia defendia as posições liberais dos pontos mais altos onde se encontrava.

A freguesia de S.^ta M.^a de Campanhã sofreu avultados prejuízos com a guerra civil, por isso os seus habitantes requereram o abatimento da décima pelo ano em que o território foi ocupado pelo exército rebelde porque ou não cultivaram ou não colheram. ¹¹

Em 25 de Abril de 1835 foi-lhes dada resposta negativa.

A Igreja Paroquial da freguesia de S.^ta M.^a de Campanhã, situada no centro das operações militares, foi fechada pelos rebeldes em 5 de Dezembro de 1832 até 18 de Agosto de 1833. Baptismos e óbitos faziam-se no Bonfim, cidade do Porto ou «para lá das linhas» em Rio Tinto, Valbom, S. Cosme e S. Pedro da Cova. ¹²

Triunfou o Liberalismo e com ele vieram as reformas... Mouzinho da Silveira, ministro da Fazenda e da Justiça pelo decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, divide o reino de Portugal em províncias, comarcas e concelhos; Silva Carvalho pelo decreto n.º 65, de 28 de Junho de 1833 mantém a divisão. Campanhã surge entre os concelhos do Porto, que passam a 23. O concelho de Campanhã passa a eleger as novas autoridades locais: o provedor e a Câmara Municipal formada por um presidente, um fiscal e um vereador. Tomaram posse em 21 de Maio de 1834 em Noeda, no lugar da Audiência. Competia à Câmara a nomeação de comissários e cabos policiais. Judicialmente o

concelho constituía um julgado do distrito judicial de S.tª Catarina elegendo assim juiz de paz e juiz pedano. Eram eleitos indirectamente. Apuravam-se os jurados de entre os moradores, mas estes tinham de possuir determinados rendimentos anuais...¹³

A organização da Guarda Nacional do Concelho estava também sujeita ao critério do rendimento anual de 100 000 réis.

Em 1835 alteraram-se as designações dos cargos, mantendo basicamente as funções. O administrador do concelho substitui o provedor. Os comissários da paróquia substituem os comissários e cabos da polícia.

A administração judicial também sofre alterações. O concelho de Campanhã era julgado e é integrado apenas como concelho no julgado de S.tª Catarina, até então distrito judicial ¹⁴.

A eleição dos deputados às Cortes Gerais era indirecta, baseando-se em rendimentos...  
Triunfa o Setembrismo.

O concelho de Campanhã vive em condições precárias, não tem recursos materiais e humanos. As suas receitas provêm de foros, vendas, licenças...

O decreto de 8 de Outubro de 1836 não impõe no eleitorado restrições com base nos rendimentos...

Em 29 de Setembro de 1836, num relatório elaborado por Miguel Franzini, José da Silva Passos e José Joaquim Leal é emitido parecer favorável à extinção de pequenos concelhos considerados inviáveis. Pelo decreto de 6 de Novembro de 1836, o concelho de Campanhã é extinto e integrado no concelho do Porto.

Em 24 de Dezembro de 1836 a Câmara Municipal e Administradora do concelho de Campanhã recebem a informação de que «continuarão em efectivo exercício nos seus cargos até que lhes seja comunicado por esta Administração Geral do Distrito a sua desoneração ¹⁵».

A comunicação citada só se efectuou em 9 de Fevereiro de 1837¹⁶.

Extinguiram-se as funções municipais em Campanhã, a partir de então freguesia do Porto, mantendo-se-lhe os limites.

Em 1841 a freguesia de Campanhã é mutilada a ocidente com a criação da freguesia do Bonfim.

Campanhã liga-se ao Porto a quem sempre pertencera como Termo Velho.

## 2. As fontes.

### 2.1 A importância das fontes.

#### REGISTOS PAROQUIAIS

«(...) é preciso saber o que são os registos paroquiais e o que se lhes pode pedir: eles não foram criados para satisfazer a curiosidade dos historiadores demógrafos (...)» ³

O conceito de paróquia com direitos exclusivos de baptismo e de sepultura para os fiéis nela residentes e com território delimitado viria só com a introdução da reforma gregoriana, nos séculos XI e XII.

Uma paróquia é uma circunscrição territorial numa diocese que tem uma igreja própria com uma população a ela adstrita e um sacerdote incumbido do cuidado das almas (Código de Direito Canónico, cânone 216).

A paróquia tem desempenhado através dos tempos um papel notável na vida das famílias e da sociedade.⁴

Os registos paroquiais são a principal fonte demográfica do Antigo Regime. Permitem estudar os movimentos da população, a mobilidade geográfica, a reconstituição de famílias.

Louis Henry, grande criador das técnicas de análise estatística, deste novo tipo de fontes deu à demografia histórica uma base científica sólida. Os registos paroquiais modificam a natureza da informação estatística. Os números para adquirirem todo o seu significado têm de ser integrados numa explicação histórica global.

Até ao século XVI os dados populacionais mensuráveis eram falíveis e os seus objectivos eram fiscais ou militares. A preocupação pela quantificação cresce no Estado Moderno. Os registos paroquiais, que se iniciam e propagam com a Reforma Católica fornecem preciosas informações, são raríssimos no século XVI...

Graças a Louis Henry e Pierre Goubert, um avanço considerável tem vindo a ser feito há cerca de 150 anos, assente sobre a exploração dos registos paroquiais.⁵

No século XVI generalizou-se o uso dos registos paroquiais com o Concílio de Trento e as prescrições de 1563, assinalam uma etapa essencial para a Europa Ocidental e mesmo Central.

As fontes manuscritas por mim usadas foram os livros de assentos paroquiais 1790-1900. Parte dessas fontes, 1790-1866, encontravam-se no Arquivo Distrital do Porto, microfilmadas e foram da responsabilidade do clero. A outra parte das fontes (1867-1900) encontravam-se na 3.ª Conservatória do Registo Civil, embora sendo da responsabilidade eclesiástica já obedeciam a um formulário imposto pelo Estado (decretos de 19/8/59 e de 2/4/1862).

O Concílio de Trento é o marco dos registos paroquiais na Cristandade. Os padres conciliares na sua 24.ª sessão, em 11/11/1563, nos capítulos I e II relativos à reforma do casamento (*De Reformatione Matrimonii*) estenderam a todo o Mundo Católico a obrigatoriedade do registo do baptismo e do casamento. As prescrições eclesiásticas aparecem para combater a ignorância do clero. O Concílio de Trento mais não fez do que *«codificar e regular disposições já praticadas em muitos bispados e países»*.⁶

Paulo V, no Ritual Romano, de 17/6/1614 estabeleceu a obrigatoriedade do registo de óbitos. Os livros mais remotos conhecidos em Inglaterra datam de 1538; em França, Francisco I, em 1539 obriga o uso de escrever também os registos de óbitos; em Espanha, Paulo Merêa diz existirem livros de registos paroquiais desde o século XV e em Portugal atribui-se as 1.ªs medidas acerca dos livros paroquiais ao Cardeal D. Afonso, filho de D. Manuel I, arcebispo de Lisboa.

Em 1536, no sínodo de Lisboa, sancionam-se práticas já estabelecidas em diferentes freguesias do arcebispado e que ficaram consignadas nas Constituições de Lisboa, publicadas nesse mesmo ano, no título I da Constituição VII, que prescrevia que em todas as igrejas deveria haver um livro, feito à custa do prior ou do reitor, que se conservaria no tesouro da igreja e no qual numa parte se escreveriam os baptismos e na outra os óbitos.

As Constituições Synodales do Bispado do Porto, publicadas no Porto, em 1541, referem-se aos livros em que os padres lançariam os assentos de óbitos.

São conhecidos em Portugal livros paroquiais anteriores à publicação das Constituições Sinodais dos bispados, outros imediatamente posteriores, uns e outros mais antigos que o concílio de Trento.

O 1.º livro de baptismos da freguesia de Santiago de Coimbra começa em 1510 e termina em 1596. Os baptismos e os finados da Sé de Coimbra têm o seu começo em 1546. Em Viseu há um assento de 1538. Há livros no arcebispado de Lisboa que são anteriores a 1536. Antônio Machado de Faria afirmou que o assunto do registo foi tratado nas Constituições somente com o propósito de codificar uma prática já estabelecida e de torná-la obrigatória e ainda para estabelecer o formulário que se deveria seguir a partir de então.

No século XVI, em Portugal, em algumas igrejas por iniciativa particular dos priores ou por decisão dos bispos lavraram-se os 1.ºs assentos, mas foi preciso o Concílio de Trento para que os registos se tornassem obrigatórios.

As decisões do Concílio de Trento foram confirmadas por bula de Pio IV, *Benedictus Deus*, de 26/1/1564. D. Sebastião por alvará de 15/9/1564, confirmou e mandou executar nos seus Reinos a doutrina defendida em Trento, em conformidade com os três breves que Pio IV lhe enviou em Junho e Julho de 1564. É a este alvará que devemos ir buscar a aceitação pelo poder civil das resoluções do Concílio como lei do Reino.

A partir da reforma de Filipe I, as Ordenações do Reino referem-se à necessidade de produzir os assentos paroquiais como documentos comprovativos de um nascimento, de um casamento ou de um óbito.

O registo paroquial perdurou entre nós quase sem alteração depois das normas que o Concílio de Trento e o Ritual Romano tinham estabelecido e do que dispunham as constituições de cada bispado até ao ano de 1859. Por decreto de 19/8/59 o Governo pretendeu uniformizar os formulários dos diferentes bispados de modo a tornar o registo mais perfeito. A portaria de 8/10/1859 publicou os modelos a observar. O decreto de 2/4/1862 mandou entrar em vigor no Continente e nas ilhas o decreto de 1859.⁷

Tinha havido antes tentativas dos não católicos para o estabelecimento do Registo Civil que ficaria a cargo dos administradores dos concelhos.

O Código Civil de 1867 (art.ºs 2445 a 2491) confirmou a instituição do registo civil. O decreto de 28/11/1878 regulou definitivamente a questão dos não católicos.

A interferência do Estado no registo paroquial, até aí da competência exclusiva do clero, parecia indicar que se ia dar uma transposição lenta de poderes e que o registo paroquial passaria com o correr dos anos, da autoridade eclesiástica para a administrativa, o que não sucedeu.

Em Fevereiro de 1911 foi publicada uma lei que determinou o registo civil obrigatório, veio retirar aos assentos paroquiais lavrados a partir daquela data os efeitos civis que até ali tinham tido. Os livros paroquiais anteriores a 1910 seriam recolhidos nas conservatórias do Registo Civil. As Constituições dos bispados dizem-nos com rigor a partir do século XVII, a forma como os assentos deveriam ser redigidos, especificando o mínimo de menções que neles deveriam figurar: no óbito o nome do falecido, a sua naturalidade, o estado, se viúvo ou viúva, o nome da mulher ou do marido, se menor (ou eventualmente maior, mas solteiro), o nome dos pais, os sacramentos que tinha

recebido, se tinha feito testamento, qual o seu herdeiro ou testamentário e que sufrágios havia deixado para bem da sua alma.

Estas normas não eram limitativas, pois para além das actas o pároco podia acrescentar o que bem entendesse. Alguns párocos enriqueciam os assentos com mais elementos do que aqueles que lhes eram exigidos, pelas constituições, outros mostraram a maior incúria na sua observância. Daí sucessivas pastorais, visitas, multas e outros castigos que iam até à suspensão dos párocos das suas atribuições.

A partir da 2.^a metade do século XVII os registos paroquiais têm algum rigor. Nos séculos XVI e XVII os assentos paroquiais são sucintos, pobres no seu conteúdo, por vezes com muitas falhas... Os registos paroquiais desta época permitem ao historiador estabelecer com alguma certeza as profissões, as idades, as diferenças sociais entre os elementos da população da freguesia ou de uma localidade e também reconstituir gerações ou fazer a prova do catolicismo dum velho tronco.

Há assentos em que padres acrescentaram pormenores que são duma alta importância, pois retratam-nos a vida duma paróquia e nos fornecem elementos demográficos, sociais e por vezes económicos valiosos. Além do aspecto quantitativo deixam-nos ver o qualitativo, o que nos permite compreender a estrutura das sociedades que passaram ⁸.

*«Epidemias, guerras, fomes, períodos de abundância e de expansão, reflectem-se na vida das populações, no seu aspecto quantitativo, provocando modificações, que a estatística demográfica traduz em número, dando-lhes maior nitidez e tornando-as susceptíveis de interpretação mais rigorosa. O aumento ou diminuição das populações, as emigrações internas e de país para país, o índice de natalidade e de mortalidade, a frequência de casamentos têm para trás de si fenómenos de natureza económica, política e social, de que são consequências. Por sua vez, podem influenciar os acontecimentos no espaço e no tempo» ⁹.*

## 2.2 - Análise crítica das fontes

Através da leitura e análise dos assentos gravou-se em mim uma «*fotografia animada*» da freguesia de Campanhã, do período temporal em estudo.

Constatei através deles como no final do século XVIII e princípio do século XIX era uma freguesia essencialmente rural, mas pós meados do século XIX, vive-se nela a industrialização, sente-se o evoluir do sector secundário e terciário.

O redactor dos assentos, no início do período em estudo, fim do século XVIII, princípio do século XIX, usa muito a palavra «*aldeia*» para designar o local de falecimento, o que nos revela a ruralidade da freguesia, posteriormente usa a palavra «*lugar*» e principalmente a partir do último quartel do século XIX usa «*lugar*», «*rua*», «*ilha*», «*casa n.º*», «*1.º andar*»... Apercebemo-nos ao contactar com os assentos do evoluir da urbanização da freguesia, aparecem novos lugares, novas ruas. Detectamos através deles que a freguesia, de termo da cidade do Porto passou a fazer parte integrante da cidade do Porto (26/11/1836). Capta-se a sua evolução administrativa.

Foi sempre uma terra saudável procurada pelos seus ares.

Era terra de belas e grandiosas quintas onde os «*senhores*» se refugiavam, mas também era terra de *jornaleiros, lavradores...mendigos* que aí abundavam.

A industrialização mudar-lhe-á o rosto, no meio do «verde» surgirá o «preto»...

Apreende-se também que há aí uma sociedade estratificada, vivem lado a lado «poucos abastados» e multidões com pouco ou quase nada. Correlativamente com esta sociedade há uma mentalidade onde impera a religiosidade e o analfabetismo. Os membros do clero são os senhores cultos de então, eles dominam através das suas «igrejas» não menosprezando o papel do Seminário dos Meninos Desamparados do Pinheiro. A morte socializada ainda nesta freguesia existente dava-lhes um papel preponderante. A eles pertenciam terras, riquezas, mas também a «palavra», que norteava a vida dos homens de então. O medo, a superstição, a ignorância da população tornava-os carismáticos, fazia-os submeter facilmente esta população. Eles ministravam sacramentos, acompanhavam-nos até à sua última morada... Os ricos faziam-nos seus testamenteiros, faziam-lhes grandes doações.

A política está intrínseca no seu viver quotidiano. As invasões francesas matam, pilham...

A guerra-civil (1832-1834) obriga ao fecho da Igreja da freguesia (5/12/1832 a 18/8/1833), enterra-se noutras freguesia.

O *Cabralismo* e a *Regeneração* nesta freguesia frutificaram, deixaram os seus frutos: «estradas», «linha do Norte», «pontes», «Correio», «Carro Americano»... serviços diversos (em próximo capítulo aprofundarei a Economia da freguesia através das profissões encontradas nos assentos, se tiver tempo para isso).

A laicização vai-se sentindo com o prosseguir do século XIX.

A cultura prospera no início do período em estudo quase não havia estudantes, no final já os há, bem como «professor de instrução primária - 1876», «professor régio - 1880», «lente de instituto - 1889»...

A marca do tempo que foi passando, o caminho que trilhou a freguesia, foi ficando registado nos assentos...

Tentarei brevemente dizer como fiz esta apreensão.

Os assentos desde o início indicavam o dia, mês, ano do falecimento, o nome do defunto que pode ser mais ou menos completo, que pode ser indicador de diferença social «donna», estado, se tinham ou não recebido os sacramentos, se tinham ou não testamento onde expressavam as suas últimas vontades, se tinham ofícios, os direitos que pagavam e onde se sepultavam.

Duma maneira geral todos recebem Sacramentos, excepto se morrem de repente, ou estão incapacitados física e psiquicamente, ou não deram parte ao padre da «moléstia» e faleceram.

À margem dos assentos havia averbamentos, que diziam se se pagavam ou não os direitos, se eram pobres, se tinham ou não testamento...

A pobreza era discriminada. O maior ou menor acompanhamento do defunto era sinónimo de «status social». Quanto mais padres, órfãos, pobres... levasse, mais rico seria. Os ricos multiplicavam as ofertas...

Há diferentes direitos a pagar à Igreja. Os direitos são pagos segundo a idade e as possibilidades económicas do defunto, ser ou não sepultado na freguesia (este estudo aprofundado ocasionaria um trabalho interessante que ultrapassa o âmbito deste trabalho – poderá vir a ser tema dum futuro trabalho)

Detecta-se também uma hierarquia eclesiástica com normas específicas...

Há muitos defuntos que querem e são amortalhados em lençol ou com hábitos de santos. Os santos mais referenciados são a Sr.^a da Silva, S.to André, S.to António, Sr.^a do Carmo, S. Francisco...

Há muitos que desejam e vão a enterrar ao Carmo, à Lapa, a S. Francisco... à sua terra natal.

O assento é redigido por um eclesiástico, que aí deixa a marca da sua cultura. O formulário do assento ficava muitas vezes dependendo do redactor, o que com o evoluir do tempo, com a publicação de legislação adequada, decretos de 19/8/1859 e 2/4/1862; e a obrigatoriedade de a cumprir lhes dará maior rigor, maior uniformidade e os tornará mais ricos de informação.

O decreto de 19/8/1859 determinava que se declarasse o dia, mês e ano em que teve lugar o falecimento; o sexo, a idade e o estado do falecido, e sendo casado ou viúvo o nome do cônjuge com quem tinha casado; se faleceu com ou sem testamento; se a pessoa morta for desconhecida, declarar os sinais que tem, as feições, o lugar em que foi encontrada, e finalmente todos os indícios que pudessem ajudar ao seu reconhecimento.

Também era estabelecido que no prazo dos dois primeiros meses de cada ano os vigários da vara ou Arciprestes fizessem a sua visita à sua vigararia ou arciprestado, para verificar o estado do registo paroquial, e a regularidade com que era feito, conferindo todos os livros de registo do ano anterior, lançando no fim deles o seu visto, e anotando as faltas ou irregularidades que encontrassem.

Este decreto era complementado por um outro (Dec. de 8/10/1859), em que foram publicados os modelos dos assentos tal como deveriam ser lançados nos livros de registo paroquial.

Em 1861 foi nomeada uma comissão para analisar as reclamações apresentadas por alguns párocos e propôr as alterações necessárias para que o Dec. de 19/8/1859 pudesse ser aplicado com maior facilidade (Dec. 22/5/1861), dela resultando um novo decreto (Dec. 2/4/1862), que além de apresentar novos modelos para a execução dos respectivos registos, introduziu algumas alterações nos assentos de óbitos, entre as quais destacamos a indicação da profissão do falecido; se era filho legítimo, ilegítimo ou exposto; se deixou filhos, se recebeu sacramentos e o lugar da sepultura.¹⁰

Através das visitas anuais (que raramente deixavam de acontecer) o visitador observava os assentos, via se estavam conformes com a legislação vigente e aprovavam-nos. Se observassem emendas, «rasuras», lacunas, registavam-nas.

Os assentos no início do período em estudo ou no início das funções do clero aparecem sem ordem cronológica, imprecisos e lacunares.

O padre confiava no que lhe diziam. Há assentos cujos óbitos se deram no Brasil (14/12/1806...).

No início do período em estudo o padre indica o lugar a que o defunto pertence, há imprecisão entre naturalidade e morada, o lugar pode ser naturalidade ou morada ou os dois em simultâneo. Só há precisão quando o padre indica naturalidade e morada. O estado do defunto nem sempre é indicado.

No final do século XVIII, princípio do século XIX, só registavam adultos, o que revela o modo de querer a uma criança, como era tida a criança de então...

Não há até Agosto de 1800 indicações de menores, apareceu nesta ocasião o 1.º, mas já com Confissão. Aparece um anjinho em 7/11/1835. Há muita confusão sobre

menores e maiores. Em 1852 é considerada pelo padre como maior uma criança de 10 A e em 1854 uma criança de 15 A é considerada como menor. Há subregisto de menores. Aparece um caderno para escrever os Anjinhos em Abril de 1839, onde indica quase sempre a sua idade. Os anjinhos são redigidos separadamente dos adultos até Março de 1841.

A partir de Julho de 1839 começa a indicar a idade dos defuntos, mas não é ainda com carácter sistemático, este só se torna a partir de 1840. O sacramento sempre citado é *Extrema Unção*, cita também a *Confissão* ou *todos*.

Aparece averbado na margem do assento «pobre», «sem testamento», «abintes»... se pagou todos os direitos – «pagou tudo»

Há contradições entre o conteúdo dos assentos e os averbamentos, o que leva a concluir que estes foram feitos posteriormente e por vezes por redactores diferentes.

Duma maneira geral os defuntos são enterrados na Igreja da freguesia (também aí há certas normas a cumprir ) excepto se morrem nos Hospitais (S.tº António. S.tª Casa da Misericórdia, Lamego...) e aí ficam ou quando expressam a sua vontade no testamento, indicando o local da sepultura, as missas que querem , as suas últimas vontades.

Na 2.ª metade do século XIX para além do *Cemitério desta Paróquia* há o *Cemitério do Prado do Repouso*, *Cemitério do Bonfim*... o que prova o aumento da população. No início da existência do Cemitério do Repouso Público do Porto, também chamado Cemitério do Prado do Repouso , era aí sepultado quem fosse pobre ou fosse de fora da freguesia, o defunto e ou cumulativamente os seus ascendentes. Posteriormente esses condicionalismos diluíram-se e são sepultados nos diferentes cemitérios de acordo com a sua expressa vontade ou de acordo com o espaço geográfico onde residem.

Há identificação de espaços geográficos com profissões (*aldeia de S. Pedro - aldeia de pescadores*).

Há uso de alcunhas.

Em 1809/10 foram as invasões francesas causa de morte para pessoas com diferentes idades , estados e posições sociais.

Verifiquei também que a partir de Agosto de 1814 começam a numerar as campas e a sepultar mais do que um na mesma campa...

Em 1832/34 vive-se a Guerra-Civil (Liberais-Absolutistas), por causa dela a Igreja esteve fechada (já referido na pág. 12 )

Houve muitos emigrados do Porto para Campanhã .

Em 1833 aparecem com carácter não sistemático as profissões.

Em 1835 indicam as profissões dos cônjuges.

A partir de 1850 indicam sempre a naturalidade e a morada.

Há na freguesia assentos de muitos estrangeiros, quer de os próprios, quer de ascendentes, na sua maioria são espanhóis, há também brasileiros, italianos, húngaros e franceses.

Há também registos de portugueses dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, bem como portugueses de Moçambique e da Índia. Há registos de escravos. Registam também nos assentos de recém-nascidos, os baptizados particularmente em caso de perigo à nascença pelas parteiras ou familiares.

A partir de 1/1/1860 começou-se a aplicar o decreto de 19/8/1859, a partir daqui o formulário do assento é mais completo, indica a hora, o dia, o mês do falecimento, a morada, o nome do defunto, dos pais e avós.

Aplicando o decreto de 2/4/1862 passou a registar-se as profissões dos próprios e dos pais, suprimiu-se o nome dos avós.

Há já livros impressos em que o pároco preenche espaços vazios com o nome do defunto.

Ao longo de todo o período em estudo há muitos expostos oriundos de diferentes espaços geográficos de Portugal e há também muita ilegitimidade que aumenta com a transformação económica de Campanhã; com a industrialização do Porto.

A maioria das mães dos filhos ilegítimos são criadas de servir, jornaleiras e fabricantes solteiras, mas há também diversificação nos estados civis dos pais dos filhos ilegítimos...

Há muita mendicidade e correlativamente pude verificar, que eram os defuntos que na sua maioria tinham maior longevidade (viviam aproximadamente 100A, chegando mesmo a ultrapassar os 100 A). Só detectei dois mendigos com pouca idade, um de 18A e outro de 25A.

Detectei uma evolução na grafia. A partir de meados do século XIX as profissões liberais multiplicavam-se. Nas últimas décadas do século os padres justificam a alteração da sequência dos assentos «por equívoco».

Morrem vários irmãos no mesmo ano e por vezes no mesmo mês (28/10/1852 José, 3M e 4/11/1852 Amélia, 2A e meio - irmãos 9).

Há lacunas nos assentos, quando aparece um novo membro do clero, na freguesia a redigir.

Há reparos nas visitações dos anos de 1874, 1875, 1876, 1877 e 1880.

O conteúdo dos assentos dá-nos um manancial de informações de importância relevante para o conhecimento das populações e dos seus movimentos.

### **3. As crises de mortalidade, na freguesia de S.ª M.ª de Campanhã, (1790-1900).**

*“La Muerte, emperadora de la historia”*

UNAMUNO, El Cristo de Velázquez

*(...) prácticamente toda la mortalidad encuentra sus causas en alguno de los dos grandes grupos bosquejados en la obra de W. Petersen: los determinantes biológicos y los determinantes sociales de la muerte. ¹¹ (...)*

*(...) El estudio de la mortalidad es, por ello paralelo al de la evolución económica de las sociedades y, sin perder de vista su relación con las estructuras técnicas y culturales, deve explicarse primordialmente a través de la historia económica de la población. ¹² (...)*

*(...) La mortalidad, sin embargo, no suele ser afectada positivamente más que por un cambio económico duradero de efectos estables que se manifiestan a largo plazo: una alteración profunda en sus características normales sólo puede originar-se tras una gran transformación de las estructuras económicas y sociales. ¹³ (...)*

### 3.1 - A evolução da mortalidade.

A mortalidade é um fenómeno demográfico, não renovável, variável micro-demográfica resultante da simbiose operada entre o evoluir do processo biológico dos indivíduos e a sociedade em que esses indivíduos estão inseridos.

Iniciei o meu trabalho por fazer múltiplas leituras e em paralelo fiz o levantamento dos óbitos mensais e dos totais anuais da freguesia de Santa Maria de Campanhã, desde 1790-1900.

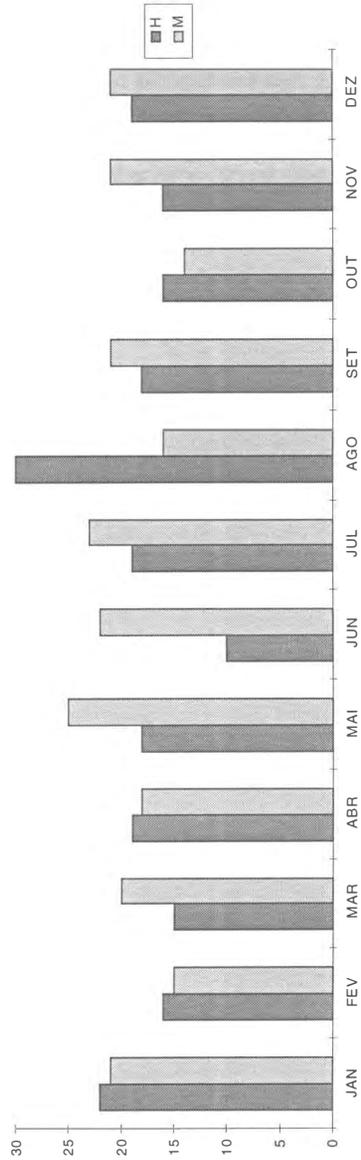
Em Demografia recolhem-se dados brutos classificados por diversas categorias (idade, sexo,...), mas esses dados resultam da influência de diversos factores. Compete à Análise Demográfica encontrar os fios condutores dessa meada de influências que aparecem misturadas nos acontecimentos que recolhemos. Ora a Demografia, ao estudar fenómenos e ao recolher acontecimentos, pode pois ser redefinida, numa perspectiva de análise, como ciência que estuda determinados fenómenos (...mortalidade...) a partir dos acontecimentos (...óbitos...). Por outras palavras, as condições gerais de saúde de uma região qualquer podem estar a degradar-se de ano para ano e os óbitos, no entanto estarem a diminuir pela simples razão de que havendo menos gente, morre menos gente.¹⁴

Seguidamente, registo os dados recolhidos:

QUADRO N.º 1 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1790 A 1800

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAI.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL					
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H/M			
1790	1			1	1		2	1			1	2	2		2	1	2	1	1	3		2	1	1	1	1	11	22		
1791	1	3	1	3	1	3	3	2	3	2	3	3	1	3	2	3	2	3	1	1	1	3	3	1	1	16	29	45		
1792	1	3	2				2	3	3	3	2	1	3	1	4	1	5	2	2	2	2	2	2	2	2	22	15	37		
1793	2	1			1	1	3	2	2	2	2	1	1	1	2	3	1	1	2	1	2	1	2	3	1	20	13	33		
1794	1	2			2	1	3	1	1	1	1	1	3	1	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	16	10	26		
1795	3		4	1	2	1			2	2	1	1	4	1	1	1	3		2			4		1	9	21	30			
1796	1	2	2		1	3	2	2	2	2	1	2	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	2	4	16	21	37		
1797	1	4	1	1	2	2	1	1	2	3	6	3	1	2	1	1	2	4							1	3	1	20	23	43
1798	3		1	2	3	5	2				4	1	2	1	5	2	1	3	2	2	3	3	3	3	3	29	20	49		
1799	4	4	1	5	4	4	3	3	2	4	2	2	7	5	2	2	2	2	3	2	3	2	3	2	5	29	40	69		
1800	4	2	4	2	1	3	1	2	3	8	1	1	2	5	5	1	5	1	1	2	2	2	3	2	3	30	34	64		
TOTAL	22	21	16	15	15	20	19	18	18	25	10	22	19	23	30	16	18	21	16	14	16	16	21	19	21	218	237			

GRÁFICO N.º 1

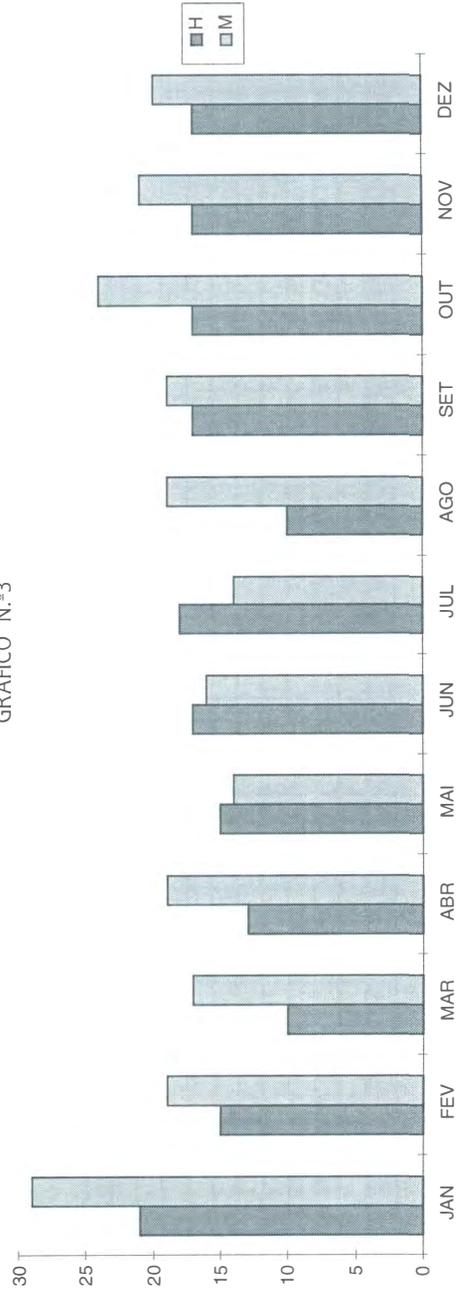




QUADRO Nº 3 – REGISTOS ANUAIS E MENSAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1811 A 1820

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAI.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL				
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H/M		
1811	2	4	4	3	4	3	1	3	4	4	1	3	4	2	6	7	5	2	3	2	3	1	5	4	2	34	39	73	
1812	3	4	4	4	4	5	2	—	1	—	3	1	2	3	2	1	1	2	1	2	5	1	1	1	—	23	23	46	
1813	2	3	4	6	4	4	2	1	1	1	2	2	1	5	1	2	1	1	3	3	3	2	2	—	—	21	28	49	
1814	2	1	2	—	1	2	3	3	2	6	4	1	3	2	1	1	1	1	3	3	3	1	1	2	2	23	23	46	
1815	3	6	1	—	1	2	3	2	2	2	—	—	2	—	2	1	2	1	2	3	2	4	1	1	1	16	24	40	
1816	3	6	—	—	—	—	2	4	1	1	2	—	—	—	1	4	1	1	1	2	1	2	1	4	1	12	23	35	
1817	2	—	—	—	—	—	—	—	2	1	1	—	—	—	1	—	—	—	4	1	—	—	2	2	3	12	9	21	
1818	2	2	3	1	—	—	1	1	1	3	1	1	3	1	2	1	1	1	2	2	1	3	1	4	1	13	18	31	
1819	2	2	1	3	1	—	3	2	2	2	4	1	—	—	2	2	6	5	1	4	1	—	2	2	3	16	29	45	
1820	1	—	—	—	—	—	3	1	1	1	2	4	—	—	1	1	3	2	1	4	1	1	2	1	2	17	15	32	
TOTAL	21	29	15	19	10	17	13	19	15	14	17	16	18	14	10	19	17	19	17	24	17	21	17	20	17	20	187	231	418

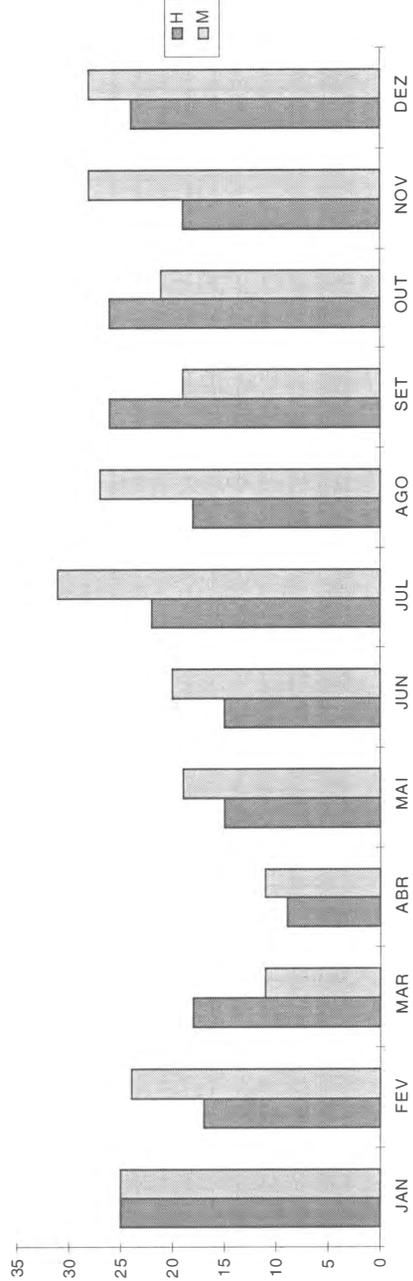
GRÁFICO Nº3



QUADRO N.º 4 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1821 A 1830

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAI.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1821	1	3	3	2	1	1	3	3	2	1	2	2	1	2	1	3	2	1	3	2	2	1	1	2	15	20	35
1822	1	4	2	3	2	1	2	1	4	2	3	2	3	1	2	6	3	3	3	3	4	3	4	5	24	25	49
1823	3	3	2	2	3			1	4	4	2	5	3	1	2	1	2	1	2	3	1	4	1	4	25	22	47
1824	2		2	6	1		2	3	3	4	2	2	1	3	3		1	1	1	3	2	2	2	2	18	25	43
1825	3		2	2	4			2	1	2	1	3	6	2	2	1	2	1	3	2	2	1	3	2	20	18	38
1826	1	4	1	1	1	1	1	3	2	4	4	4	6	5	1	3	3	3	3	3	4	3	3	4	29	32	61
1827	5	3	1	3	3	2		1	2	2	1	1	1	3	6	1	5	4	2	3	4	2	3	2	25	31	56
1828	1	2	2	1	1	4	1	2	1	2	1	2	1	2	6	2	2	1	1	3	3	2	3	2	20	25	45
1829	2	5	2	3	2	1	1	1	3	2	2	1	6	3	3	1	2	4	6	4	3	4	3	4	25	39	64
1830	6	1	2	1	3		1	2	2	2	2	3	2	3	2	5	5	3	3	2	2	3	2	3	33	27	60
TOTAL	25	25	17	24	18	11	9	11	15	19	15	20	22	31	18	27	26	19	26	21	19	28	24	28	234	264	

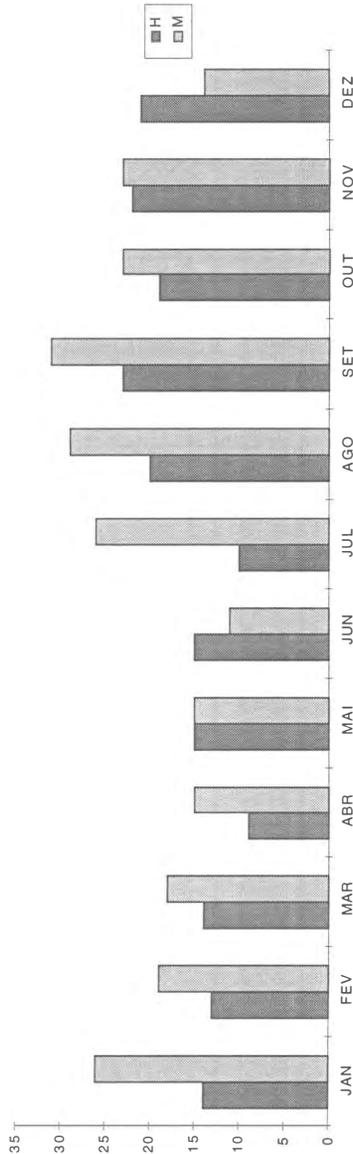
GRÁFICO N.º4



QUADRO N.º 5 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1831 A 1840

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAI.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL			
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H/M	
1831	3	5	1	3	2	4	3	4	2	4	2	2	1	3	1	4	1	1	4	1	3	1	3	1	3	24	34	58
1832	3	6	1	2	2	4	1	3	1	1	2	2	2	2	2	6	3	2	5	6	1	1	1	1	27	31	58	
1833															3	6	8	12	2	7	2	2	4	2	19	29	48	
1834	2	2	2	2	3	2			3		1	3	1	2	2	2	2	2	2	2	1	3	2	3	12	23	35	
1835	4		2	3	1	2			1	4	2	1	1	2	1	2	1	2	2	2	2	2	3	1	15	20	35	
1836	1		1	3	1	2			4	2	2	2	4	2	2	2	2	2	2	3				2	1	15	21	36
1837	2	3	3	3	1	1	1	3	1	1	1	1	3	3	3	2	4	3	2	2	2	2	1	1	20	23	43	
1838	2	1	2	2	2		1	2	3	3	2	1	3	4	1	1	1	1	1	1	2	4	4	1	24	15	39	
1839	3	3	2	1	1	1	1	2	2	1	1	1	5	3	2	2	3	2	2	3	1	1	3	1	17	24	41	
1840	2	1	1	1	1	3	1	3	2	4	2	4	2	3	4	1	2	1	3	3	3	3	6	2	1	22	30	52
TOTAL	14	26	13	19	14	18	9	15	15	15	11	15	11	10	26	20	29	23	31	19	23	22	23	21	14	195	260	

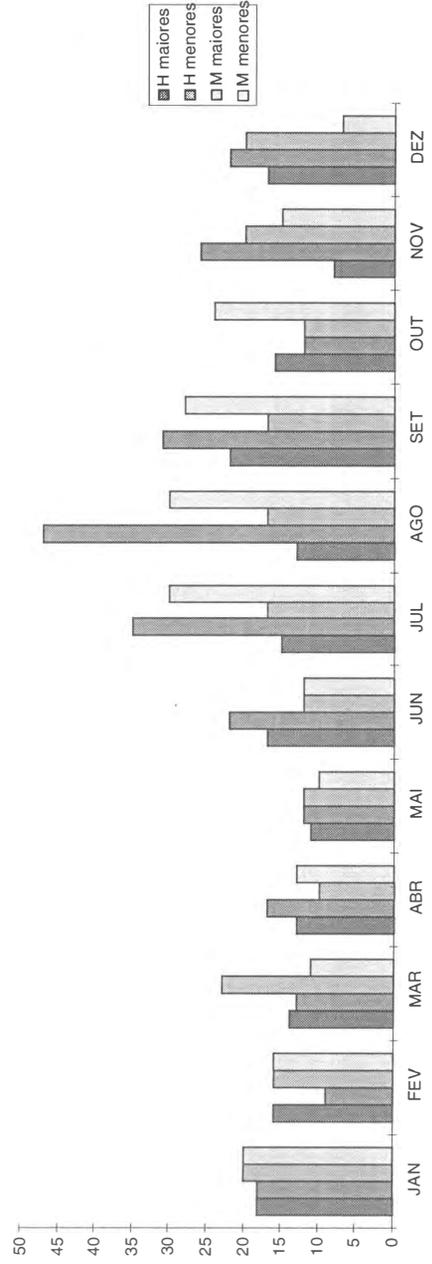
GRÁFICO N.º 5



QUADRO N.º 6 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1841 A 1850

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAY.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL									
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M						
1841	3	1	>	>	1	1	1	2	2	1	2	2	4	2	4	6	1	2	2	3	3	3	1	2	3	4	0	21	27	28	16	49	43	92
1842	3	3	4	1	1	2	1	1	2	2	4	2	1	2	5	1	2	3	2	2	3	1	1	2	2	2	25	24	19	20	44	44	88	
1843	1	4	2	4	2	2	1	1	2	1	2	3	2	4	5	2	4	1	2	4	3	4	2	2	3	2	20	34	24	19	44	53	97	
1844	1	3	2	2	1	2	3	1	2	1	3	1	3	1	2	2	1	5	3	2	1	4	1	3	1	2	16	24	16	20	32	44	76	
1845	1	2	1	2	1	2	2	1	1	2	1	1	1	3	5	4	1	3	2	2	1	1	3	2	1	3	8	17	19	17	27	34	61	
1846	1	1	2	2	1	1	3	1	1	3	1	1	3	3	3	2	2	1	3	4	2	1	2	1	3	2	13	16	13	18	26	34	60	
1847	3	1	3	1	3	4	2	3	1	3	1	2	1	5	2	4	8	5	1	2	1	2	6	3	1	2	16	26	19	28	35	54	89	
1848	1	4	2	1	1	3	2	1	1	2	1	4	2	5	3	4	1	6	3	4	2	1	2	1	2	15	31	14	27	29	58	87		
1849	3	2	3	1	2	2	3	1	3	2	1	1	2	7	2	4	2	3	4	5	1	1	1	1	1	2	17	32	20	18	37	50	87	
1850	2	3	3	5	1	2	2	1	3	1	2	3	1	6	5	2	6	1	5	1	3	4	4	3	2	2	29	33	25	33	54	66	121	
TOTAL	18	18	20	20	9	11	16	16	14	13	23	11	13	17	17	30	13	22	31	17	26	16	12	12	22	18	18	264	197	216	377	460		

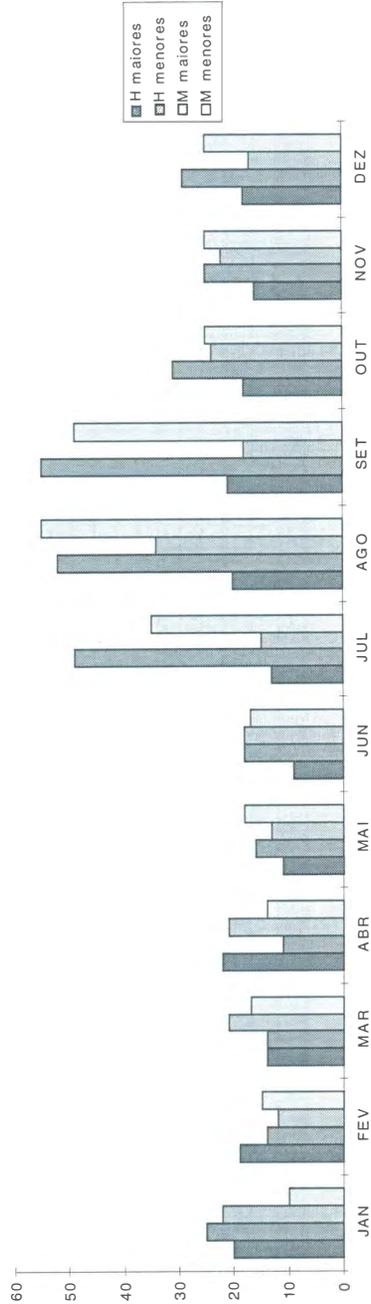
GRÁFICO N.º 6



QUADRO N.º 7 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1851 A 1860

	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAY.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL															
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H/M											
1851	1	5	4	1	1	5	1	1	1	3	1	1	1	3	1	1	1	1	1	3	2	1	2	4	3	1	1	3	14	24	18	32	32	56	88					
1852	2	5	1	2	1	1	4	6	4	3	2	1	2	2	4	6	5	8	2	10	2	5	2	5	2	7	2	6	5	3	5	24	43	27	43	51	86	138		
1853	2	5	1	2	3	1	2	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	3	1	2	2	1	2	3	1	2	1	1	3	18	20	18	33	36	69	
1854	5	1	2	1	2	1	1	3	1	2	4	4	4	4	4	4	3	11	2	10	2	5	3	4	3	2	2	1	6	7	4	1	4	35	51	27	48	62	99	161
1855	4	1	5	3	1	2	2	3	3	1	3	4	3	5	2	5	1	4	9	8	4	9	6	8	4	3	6	4	2	5	1	5	35	53	50	43	85	96	181	
1856	4	1	2	3	1	3	1	4	2	1	1	2	1	1	2	1	1	1	4	5	1	2	2	1	3	1	1	9	25	14	24	33	49	82	84					
1857	1	3	1	2	3	1	1	1	1	1	2	4	3	4	1	3	2	5	8	3	4	2	1	3	2	2	1	3	2	2	1	2	16	35	15	18	31	53	84	
1858	1	1	3	1	1	2	3	4	1	1	1	1	1	1	2	1	3	1	6	1	3	2	2	2	1	1	1	2	1	1	2	1	16	29	19	16	35	45	80	
1859	1	2	2	1	3	2	1	1	2	2	2	1	1	3	1	4	10	4	6	6	1	3	1	5	3	2	2	3	4	3	4	13	35	17	41	30	76	106		
1860	3	3	3	3	3	1	3	6	2	4	4	2	1	3	2	4	2	1	1	2	1	1	3	2	2	3	1	1	16	26	30	22	46	48	94					

GRÁFICO N.º7

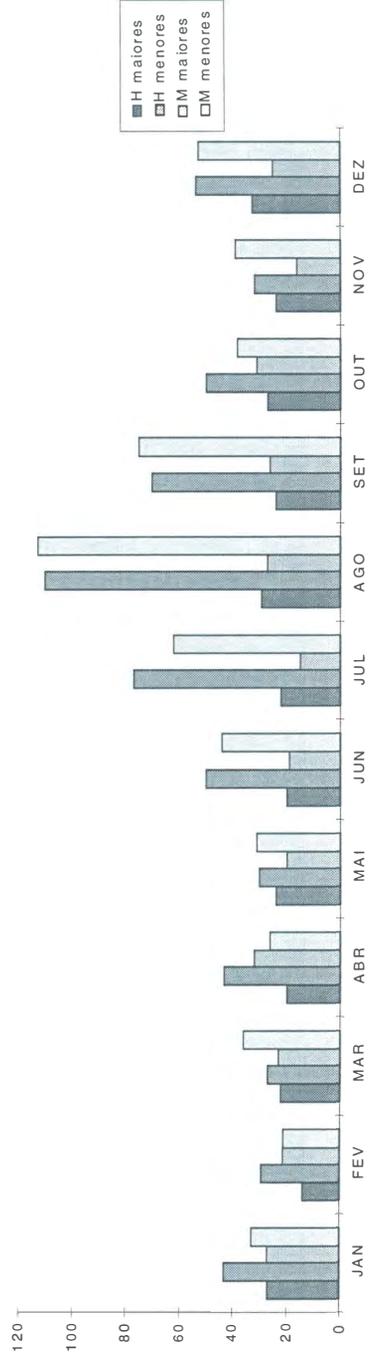




QUADRO N.º 9 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1871 A 1880

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAI.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL																										
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M																							
1871	1	5	2	1	2	2	1	5	2	3	4	2	1	3	1	3	8	1	4	3	3	6	2	3	2	3	5	17	53	27	32	44	65	129																	
1872	3	3	2	3	3	4	1	3	2	3	6	4	3	2	2	6	1	5	10	2	9	2	7	4	5	1	2	1	3	1	2	3	27	47	23	49	50	96	146												
1873	1	3	2	6	2	3	1	3	5	7	5	1	5	1	15	2	6	3	4	12	3	6	5	6	5	4	1	8	2	7	2	5	28	74	30	79	58	153	211												
1874	2	5	1	5	2	2	3	2	4	5	1	3	1	4	8	1	6	5	15	9	5	6	3	9	2	1	4	1	2	3	6	23	55	17	52	40	107	147													
1875	6	6	3	2	3	1	2	3	5	2	4	2	4	6	2	2	4	7	5	3	1	3	1	3	1	1	1	5	8	6	4	2	38	50	28	46	66	96	162												
1876	5	2	2	2	5	3	3	6	2	3	4	5	2	6	3	12	3	19	5	18	4	10	4	3	4	4	2	5	8	2	6	3	7	39	66	36	70	77	136	213											
1877	3	3	3	4	1	2	4	2	2	1	5	4	3	4	3	2	6	4	10	1	3	4	2	5	4	3	1	4	4	3	8	28	63	34	52	62	115	177													
1878	3	2	4	3	3	2	4	3	2	4	3	2	3	1	2	4	5	2	9	8	9	1	5	3	4	7	2	3	6	1	3	3	5	29	52	33	43	62	95	157											
1879	8	4	1	2	4	3	1	4	1	4	2	4	1	7	1	5	9	20	27	3	13	1	23	1	6	4	8	3	6	1	4	3	8	7	24	94	19	101	43	195	238										
1880	3	6	4	8	1	6	4	6	1	2	4	7	2	6	1	3	5	2	6	1	10	1	3	4	8	3	2	3	1	4	3	7	5	33	61	33	47	66	108	174											
TOTAL	27	43	27	33	14	29	21	21	22	27	23	36	20	43	32	26	24	30	20	31	20	50	19	44	22	77	15	62	29	110	27	113	24	70	26	75	27	50	31	38	24	32	16	39	33	285	615	292	571	568	1164

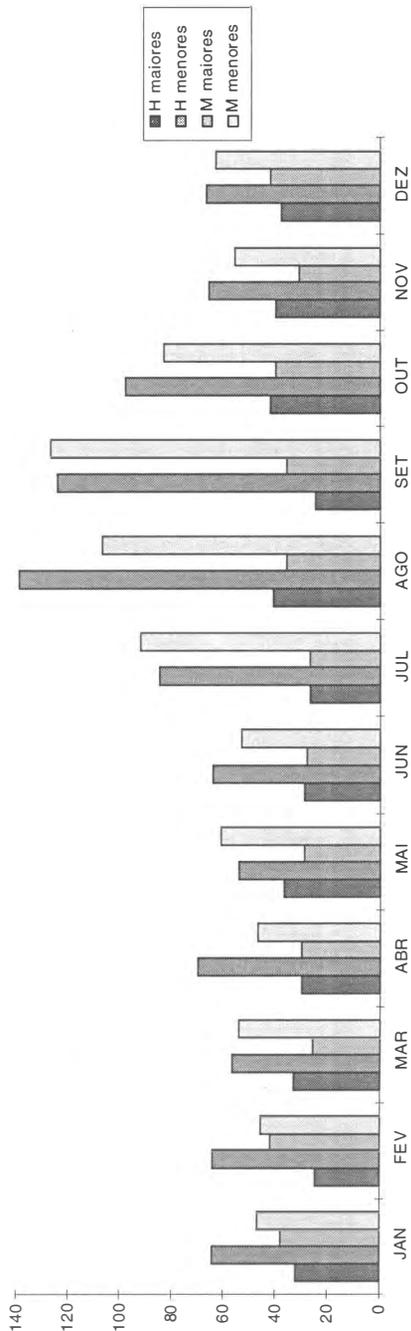
GRÁFICO N.º9



QUADRO N.º 10 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1881 A 1890

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAI.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL																													
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H/M	H/M																										
1881	2	4	2	3	8	3	2	6	1	6	3	10	4	6	3	7	2	7	3	8	3	11	7	18	3	13	2	12	5	17	2	5	6	7	9	11	5	10	2	5	1	2	3	5	36	99	40	91	76	190	266			
1882	1	4	1	7	7	5	4	4	1	4	2	1	4	2	1	3	3	4	3	1	4	1	6	3	3	2	10	1	10	2	6	8	2	5	3	2	6	3	4	4	6	9	23	58	39	58	62	116	178					
1883	1	9	3	4	7	2	4	1	4	7	1	5	3	4	8	3	2	4	3	12	1	4	12	1	4	5	10	6	7	1	9	3	14	2	10	3	3	9	2	1	4	6	5	7	38	93	42	59	80	152	232			
1884	3	7	3	5	2	7	4	5	6	5	1	3	10	3	9	8	3	2	7	4	10	4	1	8	2	14	6	7	2	7	10	5	6	4	3	4	4	2	4	2	5	7	6	4	3	86	36	65	79	151	230			
1885	2	4	1	2	6	6	2	6	3	2	5	1	4	1	3	4	2	7	2	4	8	2	2	4	5	5	2	4	3	21	3	19	3	12	5	11	5	5	2	3	10	2	6	38	94	26	62	64	156	220				
1886	2	5	6	5	1	1	7	3	4	2	6	9	2	6	9	2	7	1	10	1	2	3	7	2	7	4	11	7	15	3	18	4	12	9	7	4	7	1	3	1	8	7	5	8	45	86	37	90	82	176	258			
1887	6	6	4	2	2	4	3	5	3	2	1	3	5	6	2	7	1	4	5	3	2	7	3	2	14	4	17	4	23	2	14	3	17	4	13	3	7	7	8	3	8	2	7	6	3	41	102	42	89	83	191	274		
1888	2	5	5	10	5	9	6	3	4	6	5	9	4	7	3	2	7	5	11	2	8	8	2	10	4	10	6	23	1	13	19	8	15	3	17	2	16	6	10	3	12	4	9	5	12	38	130	47	121	85	251	336		
1889	4	12	8	2	7	4	8	4	10	5	9	3	9	4	6	5	6	1	10	5	4	16	3	5	7	1	10	5	12	2	16	6	11	2	14	4	12	5	11	2	7	9	5	4	5	2	1	49	102	49	101	98	203	307
1890	9	18	6	9	4	8	6	5	2	6	3	7	4	11	3	7	4	7	2	9	1	8	2	7	4	6	2	10	5	13	9	12	6	13	4	9	2	11	5	4	6	7	4	10	2	6	48	102	47	100	95	202	297	
TOTAL	332	648	318	487	255	641	422	466	333	571	263	564	303	701	300	477	337	544	290	411	290	444	281	533	271	455	271	92	441	1339	326	1003	255	1224	326	1222	422	948	400	833	400	654	311	561	328	671	422	653	309	852	405	836	804	1788

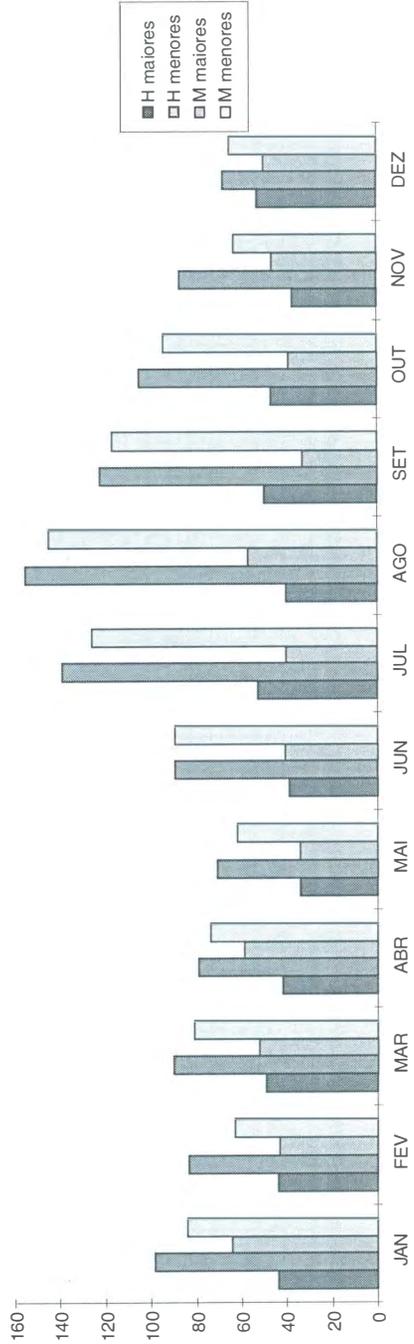
GRÁFICO N.º 10



QUADRO N.º 11 – REGISTOS ANUAIS E MENSIAIS, DISCRIMINANDO OS SEXOS DE 1891 A 1900

ANO	JAN.		FEV.		MAR.		ABR.		MAI.		JUN.		JUL.		AGO.		SET.		OUT.		NOV.		DEZ.		TOTAL																														
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H/M																												
1891	4	9	5	4	4	6	3	1	5	9	1	6	5	11	6	6	4	8	7	4	4	7	1	13	3	10	1	8	5	19	5	14	2	18	3	12	6	16	2	12	3	2	7	6	4	4	3	3	49	119	44	89	93	208	307
1892	7	9	10	8	1	9	5	6	4	2	5	3	2	4	8	4	9	4	10	16	4	11	4	7	5	7	4	5	7	13	4	7	48	99	47	81	95	180	275																
1893	4	11	8	12	4	8	3	8	5	9	5	5	6	11	7	10	6	13	3	11	11	13	7	10	3	9	3	10	6	10	3	2	2	5	3	7	62	128	64	112	126	240	366												
1894	3	10	7	4	3	3	3	4	3	3	2	4	5	3	4	10	3	17	2	12	3	11	8	9	4	13	4	10	3	6	5	8	6	9	6	7	42	99	54	99	96	198	294												
1895	7	9	4	5	4	10	2	9	4	11	8	9	5	11	2	13	5	5	6	2	9	3	10	7	4	5	7	1	10	5	10	3	14	5	9	2	8	7	12	2	4	6	7	6	5	59	104	98	97	202	299				
1896	5	12	8	4	6	15	11	7	16	3	10	6	5	9	5	8	4	7	3	16	3	18	9	10	3	12	2	12	6	13	4	13	3	10	4	10	8	9	1	10	2	4	8	4	5	5	58	126	55	106	113	232	345		
1897	4	3	11	6	15	2	8	4	7	5	9	1	6	5	11	3	7	2	9	4	10	6	22	7	25	8	22	6	26	2	9	4	10	6	7	3	7	3	12	7	6	6	5	6	13	53	126	54	145	107	271	378			
1898	1	9	5	7	8	9	8	6	7	10	7	5	9	7	5	4	2	4	3	4	6	5	8	18	7	8	3	11	5	14	4	14	1	11	7	13	8	2	11	6	8	4	5	3	5	7	117	60	85	117	202	319			
1899	6	4	6	14	6	5	5	4	4	8	5	9	4	6	8	9	1	10	4	9	4	19	5	11	5	24	4	21	5	29	6	23	7	15	6	16	2	4	14	4	8	15	12	5	4	6	53	186	62	148	115	284	399		
1900	3	21	8	11	4	12	7	6	4	12	11	10	5	7	10	3	2	6	1	5	4	6	3	5	10	5	10	2	17	7	14	7	9	3	12	6	13	9	9	3	9	5	8	15	12	8	9	51	132	80	100	131	232	363	
TOTAL	44	98	64	84	44	83	43	63	49	90	52	81	42	79	59	74	34	71	34	62	39	89	41	89	53	139	40	128	40	159	57	148	50	123	33	117	47	105	39	94	37	87	46	43	55	48	50	65	532	1186	558	1063	1090	2249	

GRÁFICO N.º11



Se fizermos uma análise superficial parece-nos ver que a mortalidade aumenta, «fenómeno ilusório». Não podemos olvidar que de 1790 a 1836 a freguesia de Santa Maria de Campanhã era uma freguesia do termo da Cidade do Porto, essencialmente rural, passando depois de 1836 a ser uma freguesia urbana, a sua população aumenta e correlativamente morre mais gente.

Observemos o Gráf. 12 – Movimento Anual de óbitos.

A taxa bruta de Mortalidade (TBM) diminui (Gráf. 13). A TBM é um instrumento grosseiro que isola muito rudimentarmente os efeitos de estrutura, daí a necessidade de recorrer a outros métodos que isolem numa forma menos elementar o verdadeiro modelo do fenómeno⁵.

A TBM trata-se de um índice de simples construção que nos dá uma primeira aproximação do nível e da evolução deste fenómeno demográfico⁶

Até 1841 há subregisto de menores. Nos registos discrimino o sexo e a idade. Observando os gráficos do movimento mensal e anual de óbitos do período em questão, verifica-se que o maior número de óbitos se regista nos meses de Verão (Agosto e Setembro) e nos meses de transição Outono-Inverno ( Novembro , Dezembro e Janeiro).

Das muitas leituras feitas e do contacto com a vida apreendemos que a maior mortalidade se dá no fim do Verão associada à ingestão de frutos verdes, ao consumo da água infectada, à desidratação por excesso de calor (mortalidade infanto-juvenil – enfermidades do aparelho digestivo).

Há também um pico elevado no Inverno, motivado pelas chuvas, frios... ocasionando doenças do foro respiratório (atingindo mais os adultos de idade mais avançada).

Para maior facilidade de apreensão do fenómeno demográfico subdividi o período em estudo em dois: 1790-1841 e 1842-1900.

No 1.º período, 1790-1841, analisarei e compararei através dos dados recolhidos, a mortalidade no sexo masculino, no sexo feminino e entre eles.

No 2.º período, 1842-1900, analisarei e compararei através dos dados recolhidos, a mortalidade no sexo masculino, no sexo feminino e entre eles, distinguindo e abarcando os diferentes níveis etários.

## Sazonalidade da Mortalidade por períodos

Para a análise da Mortalidade por meses utilizamos o Método dos Números Proporcionais elaborado por Louis Henry. A sua grande vantagem reside na melhor comparabilidade sobretudo quando se utiliza a representação gráfica. Neste método levam-se os números observados a uma mesma duração. Dividem-se os óbitos pelo número de dias do mês, ou no caso de Fevereiro, pelo número médio de dias. Estes números médios de acontecimentos por dia são em seguida substituídos pelos números proporcionais de modo a que o seu total seja igual a 1200. Cada mês fica assim representado por um número independente da duração do mês em dias e de forma a que o seu desvio (positivo ou negativo) em relação a 100 indique o carácter particular do mês. Se não houvesse diferenças entre os meses teríamos 100 em cada mês⁸.

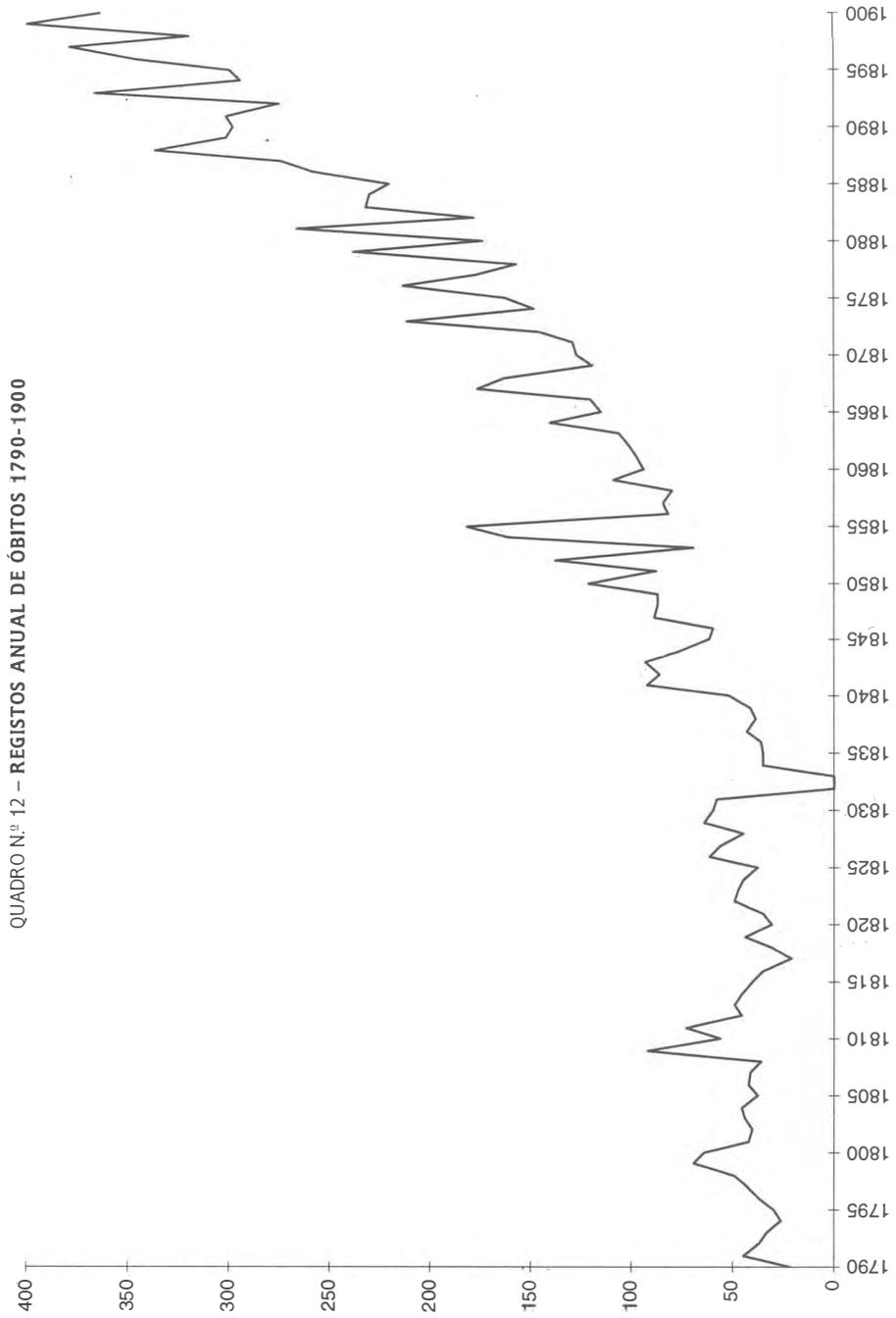
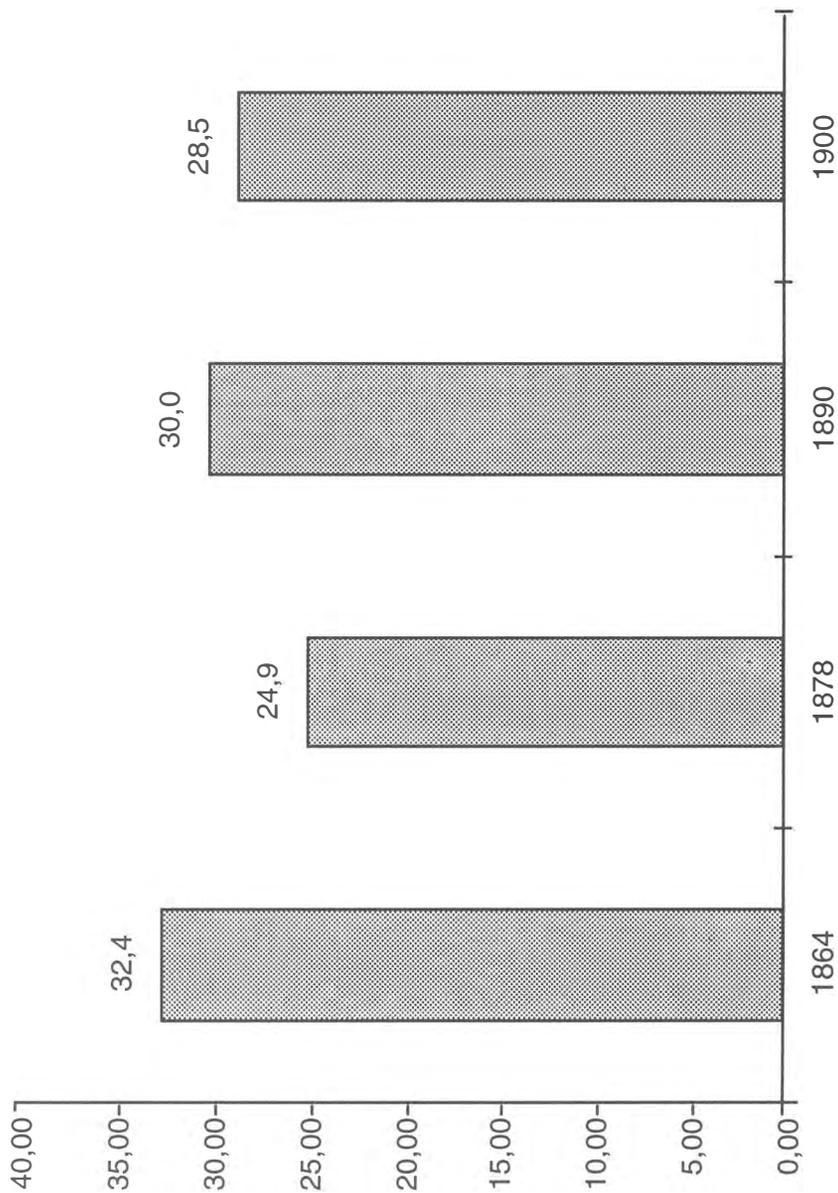


GRÁFICO N.º 13 – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE



**1.º Período: 1790-1841**

QUADRO N.º 12 – MORTALIDADE POR MESES. (HOMENS).

H.s	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	103	75	88	69	78	84	84	99	113	96	102	109	1100
N.ºs Proporcionais	110	89	94	77	84	92	91	106	125	103	113	116	1200

QUADRO N.º 13 – MORTALIDADE POR MESES. (MULHERES).

M.s	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	123	95	88	77	90	95	124	130	110	105	121	122	1280
N.ºs Proporcionais	113	97	81	73	82	90	115	120	105	97	115	112	1200

QUADRO N.º 14 – MORTALIDADE POR MESES. (HOMENS E MULHERES MAIORES E MENORES.)

H.s e MS maiores menores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	226	170	176	146	168	179	208	229	223	201	223	231	2380
N.ºs Proporcionais	112	93	87	74	83	91	103	114	114	100	114	115	1200

Observando, analisando e comparando os quadros n.ºs 12, 13 e 14 verifica-se que há dois picos máximos de mortalidade: um no fim do Outono e princípio do Inverno; outro no Verão.

A mortalidade está condicionada pelas más condições higiénicas, má alimentação...

O excesso de calor, de frio e de humidade associados às más condições de vida, ocasionavam a mortalidade.

A percentagem de mortalidade do sexo feminino é maior do que a do sexo masculino. Este facto trouxe-me perplexidade, estranhei-o, confrontava-se o meu saber teórico com o meu saber prático a operar, mas na busca de explicação, rapidamente me apercebi do que se passava ( ver registos dos acontecimentos e gráficos de 1790-1900).

Neste período quase só há registos de acontecimentos de maiores, o registo de mortalidade infanto-juvenil é quase nulo.

Morrem mais indivíduos do sexo masculino, nos primeiros anos de vida.

Entre 1832 e 1834 a freguesia de St.ª M.ª de Campanhã viveu em guerra civil, a Igreja foi fechada e não recolhi os acontecimentos com a precisão necessária.

**2.º Período: 1842-1900**

QUADRO N.º 15 – MORTALIDADE POR MESES. (HOMENS MAIORES.)

H.s maiores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	160	133	154	141	135	126	145	161	150	169	140	180	1794
<b>N.ºs Proporcionais</b>	<b>105</b>	<b>96</b>	<b>101</b>	<b>96</b>	<b>89</b>	<b>86</b>	<b>95</b>	<b>106</b>	<b>102</b>	<b>111</b>	<b>95</b>	<b>118</b>	<b>1200</b>

Analisando o quadro n.º 15, verifica-se que há um pico máximo de mortalidade na transição do Outono para o Inverno e no decorrer deste.

A mortalidade registada é de indivíduos do sexo masculino, maiores.

Os de idade mais avançada morrem devido ao frio e humidade do Inverno associados às más condições de vida e às fracas defesas que possuem, que lhes provoca doenças bronco-pulmonares que os vitimam.

Um outro pico de mortalidade situa-se no Verão, está associado ao excesso de calor, a águas infectadas...

QUADRO N.º 16 – MORTALIDADE POR MESES. (HOMENS MENORES.)

H.s menores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	285	221	219	244	205	273	438	569	438	330	266	268	3756
<b>N.ºs Proporcionais</b>	<b>89</b>	<b>76</b>	<b>69</b>	<b>79</b>	<b>65</b>	<b>89</b>	<b>138</b>	<b>179</b>	<b>142</b>	<b>104</b>	<b>86</b>	<b>84</b>	<b>1200</b>

Analisando e comparando o quadro n.º16 com o nº15, apercebemo-nos, de imediato, que algo mudou. Neste quadro há o registo de menores. O pico máximo de mortalidade é no Verão.

A mortalidade infanto-juvenil está associada à ingestão de frutos verdes, águas infectadas, excesso de calor... As doenças mais causadoras de morte são as do foro do aparelho digestivo (gastro-enterites).

QUADRO N.º 17 – MORTALIDADE POR MESES. (HOMENS MAIORES E MENORES.)

H.s maiores menores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	445	354	373	385	340	399	583	730	588	499	406	448	5550
<b>N.ºs Proporcionais</b>	<b>95</b>	<b>83</b>	<b>79</b>	<b>85</b>	<b>72</b>	<b>88</b>	<b>124</b>	<b>155</b>	<b>129</b>	<b>106</b>	<b>89</b>	<b>95</b>	<b>1200</b>

Analisando e comparando o quadro n.º 17 com os anteriores, verifica-se que o pico máximo situa-se no Verão. O facto de o pico máximo se situar no Verão vem confirmar-nos mais uma vez o que já está cientificamente provado, a mortalidade infanto-juvenil é muito maior do que a mortalidade adulta.

QUADRO N.º 18 – MORTALIDADE POR MESES. (MULHERES MAIORES.)

H.s maiores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	196	155	165	167	119	133	135	188	151	173	154	179	1915
<b>N.ºs Proporcionais</b>	<b>121</b>	<b>104</b>	<b>102</b>	<b>106</b>	<b>74</b>	<b>85</b>	<b>83</b>	<b>115</b>	<b>96</b>	<b>106</b>	<b>98</b>	<b>110</b>	<b>1200</b>

Analisando o quadro n.º 18, verifica-se que o pico máximo da mortalidade feminina referida se situa no princípio do Inverno, em parte associada às doenças bronco-pulmonares.

O 2.º pico máximo da mortalidade situa-se no Verão, associado ao excesso de calor, águas infectadas, infecções múltiplas motivadas por deficiente higiene, más condições de vida, deficiente medicina...

Comparando este quadro com o dos homens do mesmo nível etário, verifica-se que a mortalidade é maior nas mulheres..

QUADRO N.º 19 – MORTALIDADE POR MESES. (MULHERES MENORES.)

H.s maiores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	218	183	218	199	197	234	402	523	442	292	221	365	3364
<b>N.ºs Proporcionais</b>	<b>77</b>	<b>71</b>	<b>77</b>	<b>72</b>	<b>69</b>	<b>85</b>	<b>141</b>	<b>184</b>	<b>160</b>	<b>102</b>	<b>80</b>	<b>82</b>	<b>1200</b>

Analisando o quadro n.º 19 verifica-se que o pico máximo da mortalidade se situa no Verão, associado às gastro-enterites, ao excesso de calor...

A mortalidade infanto-juvenil é muito maior do que a adulta, morre-se mais nos primeiros anos de vida.

Comparando este quadro com o n.º 16, do mesmo nível etário do sexo masculino, verifica-se que a mortalidade é maior no sexo masculino. Morrem mais os homens nos primeiros anos de vida.

QUADRO N.º 20 – MORTALIDADE POR MESES. (MULHERES MAIORES E MENORES.)

Ms maiores menores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	414	338	383	366	316	367	537	711	593	465	375	414	5279
<b>N.ºs Proporcionais</b>	<b>93</b>	<b>83</b>	<b>86</b>	<b>84</b>	<b>70</b>	<b>85</b>	<b>120</b>	<b>159</b>	<b>137</b>	<b>104</b>	<b>86</b>	<b>93</b>	<b>1200</b>

Analisando e comparando o quadro n.º 20 com os quadros anteriores, verifica-se que se mantém o pico máximo da mortalidade no Verão, o que comprova que a mortalidade infanto-juvenil é maior pois o pico máximo sazonal desta se mantém e se sobrepõe ao da mortalidade adulta.

Morrem mais homens do que mulheres.

QUADRO N.º 21 – MORTALIDADE POR MESES. (HOMENS E MULHERES MAIORES E MENORES.)

HS. Ms maiores menores	J.	F.	M.	A.	M.	J.	J.	A.	S.	O.	N.	D.	Total
N.ºs Absolutos	859	692	756	751	656	766	1120	1441	1181	964	781	862	10829
N.ºs Proporcionais	94	83	82	85	71	86	122	157	133	105	88	94	1200

Analisando e comparando o quadro n.º 21, com os anteriores, é indubitável, que o pico máximo de mortalidade é o Verão, estando este correlacionado com a mortalidade infanto-juvenil, que é muito maior que a adulta, por isso se sobrepõe e impõe a esta.

O Verão, o excesso de calor, a ingestão de frutos verdes, as águas inquinadas provocam morte.

O segundo pico máximo da mortalidade, situa-se no Inverno, associado ao frio, chuva, fome...

Os gráficos posteriores (n.ºs 14,15 e 16) elucidam-nos melhor sobre as situações anteriormente descritas.

GRÁFICO Nº 14 – MORTALIDADE POR MESES (1790-1841)

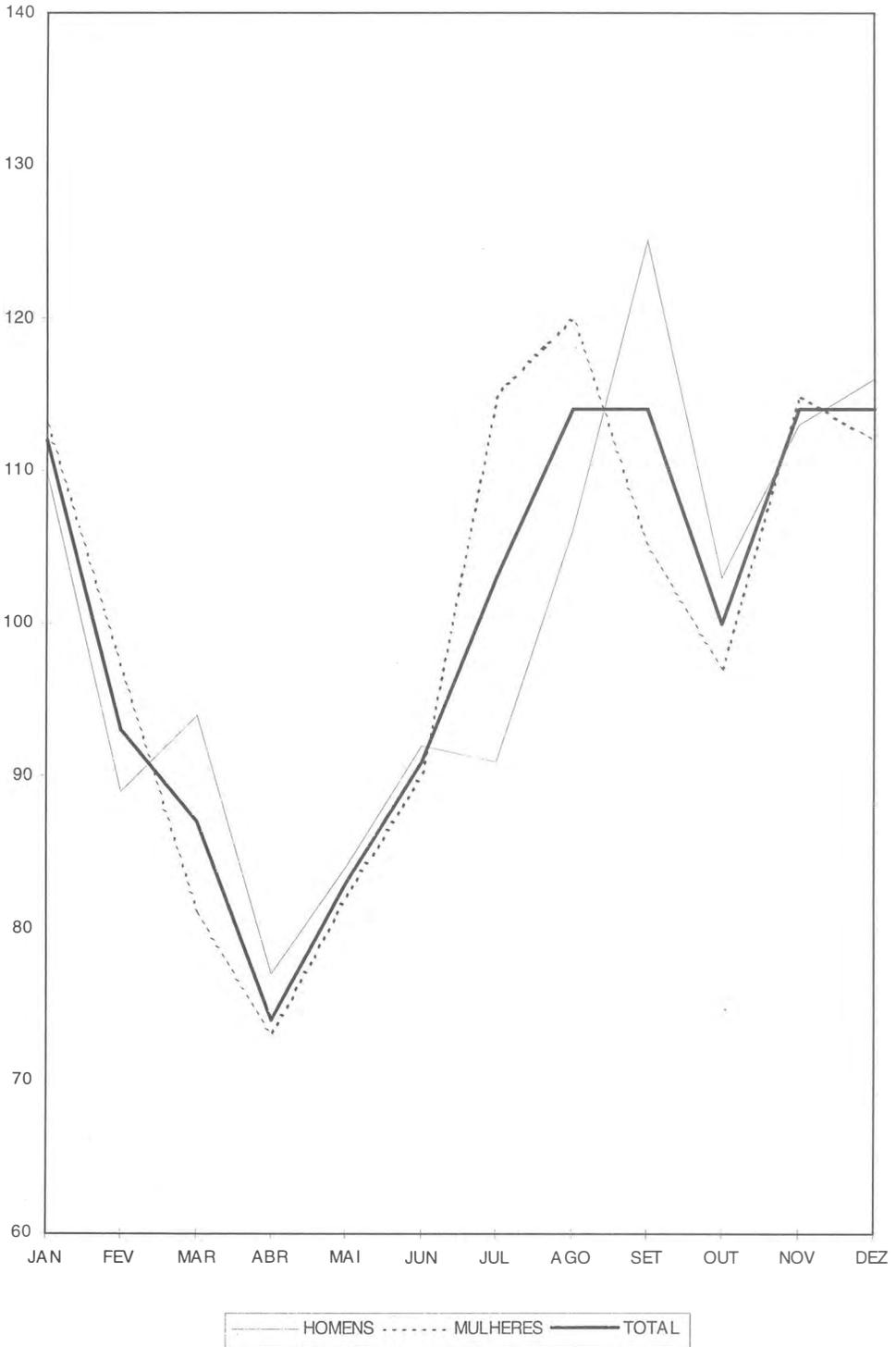


GRÁFICO N.º 15 – MORTALIDADE POR MESES (1842-1900) ADULTOS

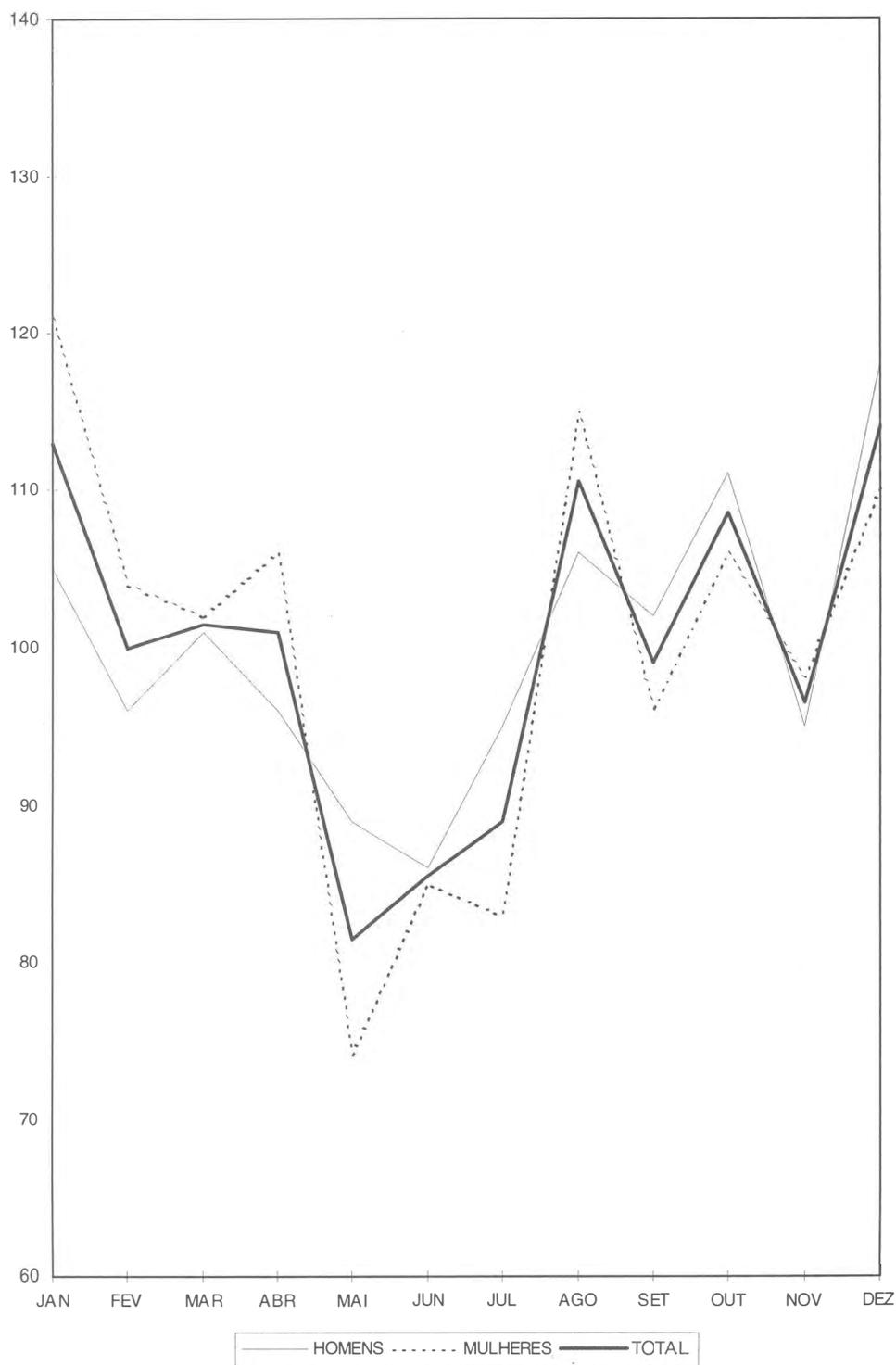
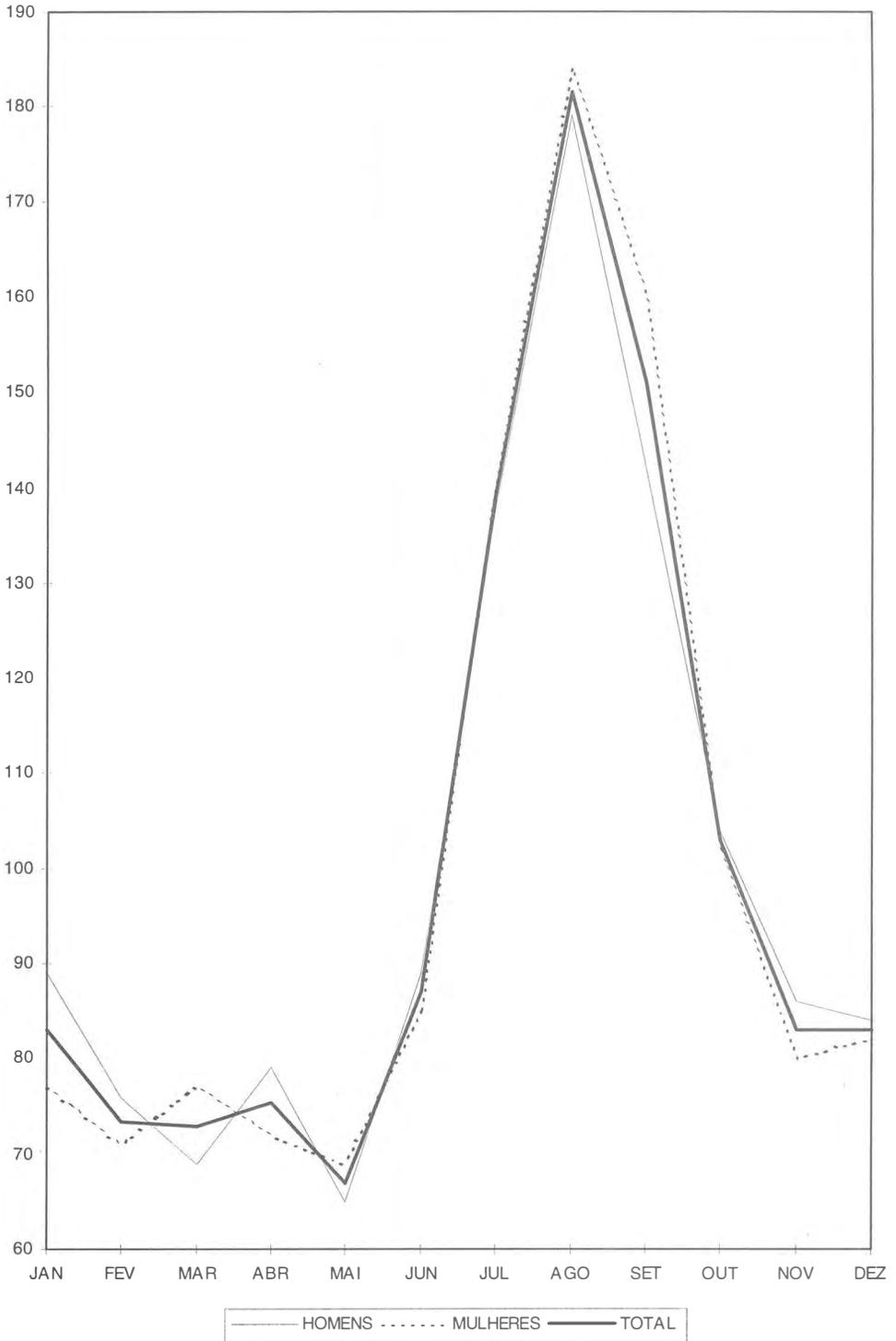


GRÁFICO Nº 16 – MORTALIDADE POR MESES (1842-1900) MENORES



A mortalidade por grupos de idade só consegui registá-la com regularidade a partir de 1842. Nesse ano e posteriores ainda vão aparecendo acontecimentos sem idade mencionada, embora à medida que o tempo prossegue esse facto cada vez seja mais raro.

QUADRO N.º22 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE ,  
SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1842 E 1849.

	1842			1843			1844			1845			1846			1847			1848			1849		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	13	9	22	13	7	20	10	3	13	4	9	13	3	4	7	9	16	25	10	6	16	15	7	22
1-4	4	8	12	16	11	27	5	6	11	9	5	14	5	7	12	15	8	23	16	18	34	15	7	22
5-9	3	2	5	6	-	6	4	4	8	3	-	3	1	1	2	2	2	4	2	2	4	1	2	3
10-14	1	2	3	-	-	-	1	2	3	-	1	1	-	1	1	-	1	1	1	1	2	1	2	3
15-19	2	-	2	1	-	1	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	1	1	1	-	1	-	2	2
20-24	2	-	2	-	2	2	1	1	2	1	-	1	-	3	3	-	2	2	-	-	-	1	1	2
25-29	1	1	2	-	2	2	1	2	3	1	1	2	-	1	1	1	1	2	1	-	1	1	2	3
30-34	1	-	1	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	1	3	4	-	2	2
35-39	1	-	1	-	2	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
40-44	1	-	1	-	2	2	1	1	2	1	1	2	-	-	-	2	1	3	-	-	-	2	2	4
45-49	-	-	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	1	1	1
50-54	3	3	6	4	4	8	1	-	1	-	-	-	1	1	2	-	2	2	1	2	3	-	-	-
55-59	3	1	4	2	-	2	-	-	-	1	-	1	2	-	2	-	2	2	1	-	1	1	3	4
60-64	-	1	1	2	4	6	2	2	4	2	2		3	3	6	3	4	7	1	4	5	6	2	8
65-69	1	1	2	-	1	1	1	-	1	-	-	-	3	-	3	2	1	3	1	2	3	1	2	3
70-74	4	4	8	3	1	4	3	2	5	-	3	3	-	1	1	3	2	5	-	3	3	1	1	2
75-79	2	2	4	2	3	5	-	2	2	-	2	2	-	-	-	2	2	4	1	-	1	-	-	-
80-84	2	2	4	1	-	1	1	3	4	1	2	3	-	1	1	1	-	1	2	-	2	1	-	1
85-89	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
90-94	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	1	-	1
95-99	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
+100	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 1842 há um H., do qual o redactor não indica a idade, só diz que é menor. Há também duas M.s, das quais o redactor não indica a idade, dizendo só que uma é maior e outra é menor.

Em 1843 há um H. em que só se menciona que é casado.

Em 1844 há quatro H.s em que só se diz que são menores e um outro que diz que é casado. Há também sem mencionar idade quatro M.s menores, duas casadas, uma viúva e uma solteira

Em 1845 há um H. maior, casado e um menor. Há também duas M.s menores, três casadas e duas viúvas.

Em 1846 há dez H.s, dos quais não se indica a idade, sendo seis menores, três maiores, casados e um solteiro, maior. Há também seis M.s, quatro menores e duas maiores, casadas.

Em 1847 há um H., em que só se diz que é maior e casado; o mesmo acontecendo a uma M.

Em 1848 há três H.s em que só se diz que um é menor, outro é casado e outro é viúvo.

Em 1849 há uma M. em que só se diz que é maior e casada.

QUADRO N.º 23 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO , ENTRE 1850 E 1856.

	1850			1851			1852			1853			1854			1855			1856		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	13	11	24	10	11	21	16	12	28	11	8	19	20	16	36	26	16	32	10	15	35
1-4	12	17	29	10	17	27	18	27	45	5	8	13	24	15	39	20	18	38	8	5	13
5-9	6	4	10	4	2	6	9	3	12	1	2	3	6	13	19	4	6	10	5	2	7
10-14	2	-	2	-	1	1	-	2	2	-	1	1	-	3	3	3	2	5	1	2	3
15-19	2	1	3	1	3	4	4	-	4	1	-	1	3	7	10	2	4	6	2	2	4
20-24	4	2	6	1	-	1	2	5	7	1	-	1	-	1	1	-	3	3	4	-	4
25-29	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	2	3	-	1	1
30-34	1	-	1	1	4	5	2	1	3	1	1	2	4	1	5	3	4	7	2	1	3
35-39	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	1	3	2	4	6	-	-	-
40-44	-	1	1	-	-	-	3	-	3	-	3	3	4	1	5	1	6	7	1	-	1
45-49	1	4	5	-	-	-	1	4	5	2	2	4	1	1	2	-	4	4	1	1	2
50-54	2	2	4	2	1	3	-	2	2	2	3	5	3	3	6	3	2	5	2	4	6
55-59	4	3	7	-	1	1	5	1	6	3	2	5	-	1	1	1	2	3	-	-	-
60-64	6	2	8	3	-	3	3	-	3	2	3	5	5	4	9	6	6	12	-	-	-
65-69	-	1	1	1	1	2	1	2	3	-	2	2	5	3	8	2	2	4	1	3	4
70-74	3	2	5	3	2	5	-	3	3	-	3	3	4	1	5	8	5	13	2	1	3
75-79	-	5	5	-	3	3	-	2	2	-	-	-	2	1	3	-	2	3	2	-	2
80-84	4	1	5	1	2	3	-	2	2	-	-	-	2	2	4	2	1	3	2	-	2
85-89	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3	-	-	-
90-94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1
95-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+100	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 1850 há um H. em que só se diz que é maior e casado, há uma M. em que só diz que é menor.

Em 1853 há dois H.s em que só se diz que um é maior e outro é menor.

Em 1854 há um H. em que só se diz que é casado e maior.

Em 1855 há três H.s em que só se diz que dois são menores e um é maior. Há também duas M.s em que só se diz que são maiores.

Em 1856 há uma M. de que não se indica a idade, só se diz que é maior.

QUADRO Nº 24 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1857 E 1863.

	1857			1858			1859			1860			1861			1862			1863		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	18	9	25	18	12	30	17	19	36	16	9	25	17	13	30	9	21	30	21	14	35
1-4	13	9	22	5	3	8	17	17	34	7	11	18	12	18	30	16	15	31	12	7	19
5-9	3	-	3	-	1	1	-	5	5	3	2	5	4	6	10	3	1	4	4	3	7
10-14	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	2	3	1	-	1
15-19	1	-	1	-	2	2	2	2	4	1	-	1	1	-	1	-	-	-	1	-	1
20-24	1	-	1	4	2	6	-	1	1	1	5	6	-	-	-	1	1	1	1	-	1
25-29	2	-	2	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
30-34	-	-	-	3	2	5	-	1	1	3	1	4	1	4	5	-	2	2	2	-	2
35-39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	3	5
40-44	-	2	2	1	-	1	1	-	1	-	3	3	1	1	2	2	4	6	3	2	5
45-49	1	-	1	1	-	1	-	-	-	2	1	3	-	-	-	1	-	1	1	2	3
50-54	3	1	4	2	1	3	-	4	4	-	-	-	1	3	4	-	5	5	1	3	4
55-59	1	-	1	2	1	3	-	-	-	2	1	3	2	2	4	2	1	3	2	3	5
60-64	3	7	10	3	3	6	2	3	5	1	7	8	2	2	4	5	2	7	1	5	6
65-69	1	1	2	1	1	2	-	1	1	2	2	4	1	-	1	-	2	2	2	1	3
70-74	-	2	2	2	1	3	4	2	6	2	6	8	1	-	1	-	2	2	1	5	6
75-79	1	-	1	-	1	1	-	2	2	-	2	2	1	-	1	1	-	1	-	2	2
80-84	2	1	3	2	1	3	1	-	1	1	-	1	-	2	2	1	2	3	2	-	2
85-89	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
90-94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95-99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	1
+100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 1857 há uma M. de que não se indica a idade, só se diz que é maior.

Em 1858 há duas M.s de que não se indica a idade, só se diz que são maiores.

Em 1859 há uma M. de que não se indica a idade, só se diz que é maior.

QUADRO N.º 25 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1864 E 1870.

	1864			1865			1866			1867			1868			1869			1870		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	23	15	38	20	20	40	23	15	38	32	23	55	24	16	40	36	15	51	19	22	41
1-4	10	24	34	11	12	23	21	8	29	18	31	49	27	23	50	11	11	22	4	3	7
5-9	4	4	8	2	1	3	3	2	5	8	9	17	8	7	15	-	2	2	1	1	2
10-14	2	2	4	1	-	1	-	1	1	-	1	-	2	2	-	1	1	1	1	1	2
15-19	4	2	6	2	-	2	-	-	-	2	1	3	1	-	1	1	-	1	1	-	1
20-24	3	2	5	5	1	6	1	2	3	2	1	3	1	4	5	1	1	2	2	-	2
25-29	3	1	4	3	2	5	2	1	3	1	1	2	2	2	4	-	1	1	-	1	1
30-34	-	1	1	-	2	2	1	-	1	1	2	3	1	1	2	1	1	2	-	1	1
35-39	1	1	2	-	3	3	2	-	2	-	3	3	-	1	1	2	1	3	1	1	2
40-44	7	2	9	-	3	3	1	1	2	1	-	1	-	5	5	1	1	2	1	5	6
45-49	1	-	1	-	2	2	2	1	3	2	1	3	3	1	4	2	1	3	1	-	1
50-54	3	2	5	-	1	1	2	-	2	-	2	2	2	1	3	3	2	5	3	1	4
55-59	3	2	5	1	3	4	4	1	5	2	2	4	2	2	4	4	-	4	3	-	3
60-64	2	4	6	4	-	4	2	1	3	3	5	8	5	3	8	2	2	4	3	2	5
65-69	1	8	9	5	3	8	4	2	6	-	4	4	1	2	3	-	1	1	3	-	3
70-74	-	-	-	4	5	9	5	5	10	4	2	6	3	1	4	1	-	1	5	8	13
75-79	1	-	1	2	2	4	-	1	1	2	2	4	1	2	3	3	3	6	-	2	2
80-84	-	-	-	2	3	5	3	1	4	1	2	3	3	1	4	-	2	2	-	3	3
85-89	2	1	3	-	-	-	1	-	1	1	1	2	-	2	2	-	2	2	-	-	-
90-94	-	1	1	-	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-
95-99	-	-	-	-	1	1	-	1	1	1	-	1	-	-	-	1	1	2	-	-	-
+100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-

Em 1872 foi encontrada uma M. morta, da qual não se menciona a idade.

Em 1875 há o registo de dois adultos, do sexo masculino, que morreram afogados, não se indica idade.

QUADRO N.º 26 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1871 E 1877.

	1871			1872			1873			1874			1875			1876			1877		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	22	15	37	28	16	44	33	41	74	32	27	59	38	28	66	40	48	88	44	31	75
1-4	24	17	41	12	27	39	28	26	54	22	19	41	10	13	23	18	17	35	15	18	33
5-9	5	-	5	4	6	10	11	10	21	-	3	3	2	5	7	4	5	9	4	1	5
10-14	2	1	3	3	-	3	2	2	4	1	3	4	1	-	1	4	-	4	2	2	4
15-19	1	1	2	-	1	1	4	6	10	3	1	4	4	-	4	3	4	7	1	2	3
20-24	1	-	1	3	-	3	4	2	6	4	2	6	2	1	3	2	1	3	1	3	4
25-29	1	1	2	1	-	1	-	4	4	2	-	2	1	2	3	1	1	2	-	2	2
30-34	1	2	3	3	-	3	2	1	3	1	1	2	3	4	7	1	-	1	-	2	2
35-39	1	1	2	-	2	2	-	2	2	1	-	1	1	-	1	6	2	8	2	-	2
40-44	1	3	4	1	1	2	3	2	5	2	3	5	2	-	2	3	4	7	1	3	4
45-49	1	1	2	2	1	3	2	1	3	2	2	4	4	2	6	4	2	6	2	2	4
50-54	3	5	8	2	-	2	3	-	3	-	2	2	2	4	6	1	3	4	4	3	7
55-59	-	4	4	2	2	4	1	-	1	2	1	3	2	-	2	1	-	1	3	1	4
60-64	1	-	1	1	4	5	5	4	9	3	2	5	8	1	9	5	4	9	4	5	9
65-69	1	2	3	3	2	5	2	2	4	1	1	2	1	4	5	2	5	7	1	3	4
70-74	1	1	2	-	1	1	1	1	2	-	2	2	2	4	6	4	3	7	3	1	4
75-79	-	4	4	2	2	4	1	-	1	1	-	1	2	-	2	1	3	4	4	1	5
80-84	3	-	3	3	5	8	-	1	1	2	-	2	1	3	4	2	6	8	-	2	2
85-89	1	1	2	2	1	3	-	3	3	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	3	3
90-94	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	1	1
95-99	-	-	-	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
+100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 1879 há o registo de um H. casado, sem se mencionar a idade.

Em 1882 há o registo de um H., menor, de que não se indica a idade.

Em 1884 há o registo de um indivíduo, de que se ignora o sexo.

QUADRO Nº 27 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1878 E 1884.

	1878			1879			1880			1881			1882			1883			1884		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	41	24	65	50	41	91	36	22	58	51	43	94	29	23	52	61	30	91	56	34	90
1-4	10	9	19	37	46	83	22	18	40	30	36	66	22	28	50	24	19	43	24	24	48
5-9	1	5	6	5	13	18	2	3	5	16	12	28	3	6	9	7	8	15	2	6	8
10-14	2	4	6	2	1	3	1	4	5	2	1	3	2	-	2	1	2	3	3	2	5
15-19	-	2	2	1	1	2	1	-	1	1	2	3	1	2	3	1	4	5	2	3	5
20-24	3	-	3	5	3	8	2	1	3	3	2	5	1	2	3	3	-	3	3	5	8
25-29	3	5	8	-	1	1	1	1	2	3	1	4	3	4	7	2	-	2	3	1	4
30-34	3	-	3	3	2	5	-	2	2	2	2	4	-	4	4	1	1	2	5	3	8
35-39	-	2	2	-	-	-	3	1	4	1	4	5	1	1	2	3	5	8	5	2	7
40-44	3	1	4	1	2	3	1	4	5	3	1	4	3	2	5	4	3	7	3	3	6
45-49	2	1	3	2	1	3	1	4	5	4	1	5	2	3	5	1	4	5	-	1	1
50-54	1	4	5	1	1	2	5	3	8	5	3	8	2	2	4	5	1	6	4	2	6
55-59	1	1	2	-	1	1	3	2	5	2	3	5	4	1	5	1	1	2	4	1	5
60-64	3	4	7	1	1	2	5	3	8	-	6	6	1	5	6	4	8	12	4	5	9
65-69	2	3	5	3	1	4	2	4	6	2	4	6	-	4	4	6	2	8	3	1	4
70-74	2	1	3	2	2	4	2	2	4	3	6	9	1	2	3	3	7	10	3	3	6
75-79	2	3	5	1	1	2	4	4	8	2	3	5	2	3	5	-	1	1	3	1	4
80-84	2	4	6	3	-	3	1	-	1	3	-	3	-	2	2	2	2	4	1	1	2
85-89	-	-	-	1	1	2	1	1	2	2	-	2	-	1	1	-	3	3	-	-	-
90-94	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-	3	3
95-99	-	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-
+100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 1888 há o registo de uma M., casada, de que não se menciona a idade.

QUADRO N.º 28 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1885 E 1890.

	1885			1886			1887			1888			1889			1890		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	47	28	75	47	35	82	55	48	103	75	64	139	56	59	115	67	49	116
1-4	39	28	67	27	41	68	41	32	73	48	46	94	33	27	60	30	42	72
5-9	6	6	12	9	10	19	3	5	8	6	8	14	11	11	22	3	7	10
10-14	4	1	5	3	5	8	2	3	5	2	2	4	4	4	8	3	5	8
15-19	2	-	2	3	2	5	4	2	6	-	1	1	1	1	2	3	1	4
20-24	3	3	6	6	3	9	5	-	14	-	5	5	4	3	7	1	3	4
25-29	4	-	4	2	1	3	1	2	3	3	2	5	1	1	2	2	-	2
30-34	2	-	2	4	4	8	2	4	6	4	-	4	5	1	6	4	3	7
35-39	1	-	1	1	1	2	3	3	6	3	-	3	2	1	3	1	1	2
40-44	4	3	7	2	3	5	2	1	3	5	7	12	5	5	10	4	3	7
45-49	2	1	3	2	-	2	3	2	5	1	3	4	4	2	6	5	4	9
50-54	3	2	5	6	1	7	1	4	5	-	5	5	2	4	6	5	2	7
55-59	1	1	2	3	4	7	1	1	2	4	4	8	3	5	8	4	3	7
60-64	5	4	9	5	3	8	8	6	14	1	1	2	4	4	8	3	9	12
65-69	1	1	2	3	3	6	2	5	7	8	6	14	7	2	9	5	2	7
70-74	1	1	2	3	5	8	4	3	7	3	5	8	1	8	9	7	6	13
75-79	2	1	3	-	2	2	2	5	7	-	2	2	2	2	4	-	3	3
80-84	2	4	6	2	3	5	1	1	2	1	3	4	3	3	6	1	2	3
85-89	2	2	4	1	-	1	-	2	2	2	-	2	3	3	6	2	2	4
90-94	-	2	2	2	1	3	1	1	2	1	1	2	-	2	2	-	-	-
95-99	-	-	-	-	-	-	1	1	2	1	-	1	-	1	1	-	-	-
+100	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 1895 há o registo de uma M., maior, que apareceu morta, não se indica idade.

QUADRO N.º 29 – MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1891 E 1895.

	1891			1892			1893			1894			1895		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
<b>0-1</b>	67	41	<b>108</b>	63	47	<b>110</b>	70	60	<b>130</b>	62	58	<b>120</b>	66	61	<b>127</b>
<b>1-4</b>	42	41	<b>83</b>	32	31	<b>63</b>	45	40	<b>85</b>	30	31	<b>61</b>	28	26	<b>54</b>
<b>5-9</b>	7	3	<b>10</b>	2	3	<b>5</b>	8	9	<b>17</b>	6	8	<b>14</b>	6	8	<b>14</b>
<b>10-14</b>	2	4	<b>6</b>	4	2	<b>6</b>	4	2	<b>6</b>	2	3	<b>5</b>	5	5	<b>10</b>
<b>15-19</b>	3	5	<b>8</b>	3	-	<b>3</b>	4	3	<b>7</b>	1	4	<b>5</b>	1	4	<b>5</b>
<b>20-24</b>	2	3	<b>5</b>	5	4	<b>9</b>	3	5	<b>8</b>	2	4	<b>6</b>	4	3	<b>7</b>
<b>25-29</b>	2	3	<b>5</b>	3	1	<b>4</b>	5	4	<b>9</b>	5	4	<b>9</b>	2	5	<b>7</b>
<b>30-34</b>	5	4	<b>9</b>	3	4	<b>7</b>	4	3	<b>7</b>	4	1	<b>5</b>	4	3	<b>7</b>
<b>35-39</b>	3	-	<b>3</b>	2	1	<b>3</b>	3	9	<b>12</b>	3	2	<b>5</b>	5	2	<b>7</b>
<b>40-44</b>	6	1	<b>7</b>	2	4	<b>6</b>	3	1	<b>4</b>	5	1	<b>6</b>	5	1	<b>6</b>
<b>45-49</b>	2	3	<b>5</b>	4	4	<b>8</b>	5	4	<b>9</b>	5	4	<b>9</b>	6	-	<b>6</b>
<b>50-54</b>	5	2	<b>7</b>	4	5	<b>9</b>	7	4	<b>11</b>	3	8	<b>11</b>	1	1	<b>2</b>
<b>55-59</b>	2	1	<b>3</b>	-	2	<b>2</b>	5	2	<b>7</b>	2	5	<b>7</b>	5	3	<b>8</b>
<b>60-64</b>	5	2	<b>7</b>	4	2	<b>6</b>	4	9	<b>13</b>	3	5	<b>8</b>	6	3	<b>9</b>
<b>65-69</b>	1	7	<b>8</b>	5	7	<b>12</b>	3	8	<b>11</b>	3	5	<b>8</b>	5	1	<b>6</b>
<b>70-74</b>	3	4	<b>7</b>	5	5	<b>10</b>	3	1	<b>4</b>	3	5	<b>8</b>	5	1	<b>6</b>
<b>75-79</b>	3	4	<b>7</b>	4	2	<b>6</b>	5	3	<b>8</b>	2	2	<b>4</b>	1	3	<b>4</b>
<b>80-84</b>	4	3	<b>7</b>	2	-	-	2	4	<b>6</b>	-	2	<b>2</b>	4	4	<b>8</b>
<b>85-89</b>	2	2	<b>4</b>	-	2	<b>2</b>	2	2	<b>4</b>	-	1	<b>1</b>	1	-	<b>1</b>
<b>90-94</b>	-	-	-	-	2	<b>2</b>	1	1	<b>2</b>	-	-	-	1	1	<b>2</b>
<b>95-99</b>	-	-	-	-	-	-	2	-	<b>2</b>	-	-	-	2	-	<b>2</b>
<b>+100</b>	1	-	<b>1</b>	-	-	-	-	1	<b>1</b>	-	-	-	-	-	-

QUADRO N.º 30 –MOVIMENTO ANUAL DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO, ENTRE 1896 E 1900.

	1896			1897			1898			1899			1900		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
0-1	69	57	116	63	81	144	67	36	103	58	61	119	84	63	147
1-4	40	38	78	45	50	95	41	36	77	64	69	133	35	26	61
5-9	16	8	24	15	13	28	6	11	17	11	14	25	11	9	20
10-14	1	4	5	4	2	6	3	4	7	4	4	8	3	2	5
15-19	2	3	5	4	4	8	4	3	7	4	5	9	6	3	9
20-24	2	4	6	7	4	11	6	5	11	2	4	6	3	7	10
25-29	2	6	8	6	4	10	4	2	6	1	5	6	5	4	9
30-34	-	2	2	3	3	6	6	5	11	3	2	5	2	4	6
35-39	4	2	6	1	3	4	4	5	9	4	3	7	2	2	4
40-44	6	2	8	4	5	9	2	4	6	4	2	6	5	2	7
45-49	4	2	6	2	1	3	3	2	5	3	3	6	2	1	3
50-54	6	2	8	5	4	9	3	3	6	3	5	8	4	5	9
55-59	3	5	8	5	5	10	5	3	8	3	5	8	2	7	9
60-64	8	3	11	4	3	7	7	8	15	4	3	7	5	10	15
65-69	3	5	8	4	2	6	3	3	6	3	10	13	3	7	10
70-74	4	5	9	6	5	11	2	6	8	4	5	9	3	10	13
75-79	8	3	11	-	4	4	6	2	8	8	6	14	6	9	15
80-84	3	2	5	-	4	4	2	4	6	2	2	4	1	4	5
85-89	3	4	7	-	2	2	-	-	-	3	-	3	1	3	4
90-94	-	1	1	1	-	1	-	2	2	-	1	1	-	1	1
95-99	-	1	1	-	-	-	-	1	1	1	1	2	-	1	1
+100	4	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Do registo efectuado verifica-se que é maior a mortalidade nos l.ºs anos de vida (0/5).

Nos anos analisados, verifica-se que no l.º ano de vida a mortalidade masculina foi maior do que a feminina, em todos os anos, excepto em 1845, 1846, 1847, 1851, 1856, 1859, 1862, 1870, 1873, 1876, 1889, 1897 e 1899 (nestes houve maior mortalidade feminina).

Em 1865 a mortalidade infanto-masculina e feminina foi igual no l.ºano de vida.

A mortalidade entre os l e 5 A foi também maior no sexo masculino. Dos anos analisados, registou-se em 37 A, maior mortalidade infanto-masculina , entre os l e 5 A: 1843, 1844, 1848, 1849, 1854, 1855, 1857, 1858, 1860, 1863, 1866, 1867, 1868, 1869, 1871, 1874, 1875, 1876,1877, 1878, 1880, 1881, 1883, 1884, 1885, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1898 e 1900.

Dos anos analisados registou-se em 19A, maior mortalidade infanto-feminina: 1845, 1846, 1850, 1851, 1852, 1856, 1859, 1861, 1862, 1864, 1865, 1867, 1870, 1872, 1873, 1876, 1886, 1897 e1899.

Verifica-se também que depois da mortalidade infantil, a mortalidade decresce, voltando só a aumentar a partir dos 4l-45A, sendo poucos os que ultrapassam os 80 A . Em 1842 encontra-se l M. com 109A; em 1858 há lM. com 100A e outra com 101A; em

1861 há 1M. com 98A; em 1863 há 1M. com 96A, em 1863 há 1 M com 96A; em 1883 há 1H com 96A e outro com 98A ; em 1887 há 1 H com 96A, 1H com 100A e 1M com 96A; em 1888 há 1M com 90A ,1H com 92A e outro com 96 A; em 1891 há 1 H com 102A; em 1893 há 1 H com 96A , 1 H com 97A e 1 M com 94A ; em 1895 há 1H com 92A, 1 H com 97 A e outro com 98 A, há também 1 M com 90 A ; em 1896 há 1 M com 93 A, 1 M com 96A e outra com 100A; em 1898 há 1M com 90A, 1 M com 93A e outra com 96A; em 1899 há 1H com 97A e 1M com 90 A; em 1900 há 1 M com 94 A e outra com 97A.

Pelos dados registados e sua análise verifica-se que no fim do século a longevidade aumenta.

### 3.2- A metodologia das crises

*(...) Durante los dos últimos decenios, el análisis histórico de la mortalidad ha estado dando vueltas en torno a unos planteamientos inmutables, abordados con unos métodos sin variar. En las dos ocasiones en que los especialistas se han reunido para confrontar los resultados - coloquios de Lieja, en 1963, y de Montreal, en 1975 - el balance ha sido decepcionante. Hoy, como en 1960, no existe acuerdo sobre la naturaleza y los resortes de las crisis, ni en lo que toca a los criterios para medir su intensidad o su extensión, ni en lo que se refiere a los efectos derivados de las mismas. Las investigaciones individuales componen un rompecabezas de imposible ensamblamiento. Las monografías no han franqueado el acceso a la síntesis. Los árboles impiden ver el bosque.¹*

*(..) Conceptos tales como « crisis » o « crisis generale » no son verdaderas categorías históricas, sino meros recursos metodológicos, simples muletillas, arbitrios si se quiere, que se utilizan para definir uma situación anómala en contraste con otras más corrientes.²*

As crises demográficas são um dos traços estruturais da demografia de «tipo antigo» a qual é caracterizada pela estabilidade, ou por uma taxa de crescimento anual muito baixa a longo prazo, e pelo aparecimento de fortes variações a curto prazo.

Ora desde há décadas que a maioria dos historiadores começou a aperceber-se dos efeitos das crises demográficas através dos níveis de mortalidade, o que os levou a falar indiferentemente de crises demográficas ou de crises de mortalidade.

A crise caracteriza-se por uma duração curta, distinguindo-se assim de outros fenómenos demográficos de longa duração, e por ser despoletada, normalmente de uma forma brusca e violenta.³

Pelos textos citados e pelas leituras feitas vemos que o conceito de crise suscita polémica. Para Pierre Goubert há crise a partir do momento em que duplica o n.º habitual de óbitos e quando simultaneamente, o n.º de concepções cai de maneira significativa para 1/3.⁴

Os objectivos do estudo das crises demográficas são: apreender a evolução demográfica, analisando-a no seu contexto sócio-económico.

As crises de mortalidade foram desencadeadas por deficiente alimentação, higiene e medicina; por guerras, acidentes e catástrofes naturais.

No Colóquio Internacional de Demografia Histórica de 1975, em Montreal, que tinha como um dos principais objectivos a procura de uma fórmula para avaliar estatisticamente as crises de mortalidade no período moderno e contemporâneo, apareceram várias propostas das quais as mais elaboradas se deveram a Hollingsworth, Dupâquier e a Livi-Bacci e Del Panta. No caso da fórmula de Hollingsworth os cálculos implicam o conhecimento de um factor muito pouco acessível na demografia do Antigo Regime, o dos quantitativos populacionais na data em causa, o que condiciona a sua aplicação. A fórmula de Dupâquier, assim como a de Livi-Bacci e Del Panta eliminam esta dificuldade trabalhando apenas sobre séries de óbitos, embora em detrimento do rigor da observação.⁵

O método de J. Dupâquier apresenta inconvenientes quando aplicado a anos em que duas crises se sucedem com um breve intervalo, ao falsear a dimensão da segunda, na medida em que a média e o desvio padrão se encontram inflacionados (pelo que diminui o numerador e cresce o denominador), a experiência prova que não resultam daí grandes distorções, pelo que, segundo J. Dupâquier, o melhor é mantermos com a solução mais simples, que consiste em considerar como base de referência os dez anos anteriores. Para tornar o problema de crises que se apresentam em anos sucessivos, se estes se sucederem por n anos consecutivos, propõe adicionar os n índices e subtrair o valor n-1 ao resultado.⁶

Appleby diz que « o Método de Dupâquier funciona habitualmente bastante bem (...), na mensuração da intensidade das crises nas sociedades « pré-census ».⁷

O Método de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci para cálculo da intensidade das crises partia das listagens dos óbitos, utilizando o sistema de médias móveis assente em série de onze anos centrados no ano que está a ser analisado, depois de excluídos os dois valores mais altos e os dois valores mais baixos, transformando-se pois em médias de sete anos. Existiria uma pequena crise quando houvesse um aumento de 50% do n.º de óbitos num ano x e uma grande crise quando quadruplicasse o n.º de óbitos.⁸

Como afirma François Lebrun, o caminho correcto para o estudo das crises consiste em estabelecer antes de mais uma cronologia precisa das mesmas a partir dos registos de óbitos das paróquias, depois em classificá-las em função da sua intensidade, e por fim, em analisar cuidadosamente as causas e os efeitos a partir de todas as fontes disponíveis.⁹

A elaboração deste trabalho foi fundamentalmente baseada nos registos de óbitos. A partir do levantamento dos registos dos óbitos, reconstitui, na medida do possível a mortalidade de 1790 a 1900. Posteriormente calculei os anos críticos da mortalidade.

As crises demográficas devem ser medidas em índices que quantifiquem a sua intensidade. Utilizamos o método usado por J. Dupâquier num colóquio de Demografia Histórica realizado em Montreal (Out.º de 1975). Este método tem a vantagem de apenas serem necessários os registos de óbitos (séries anuais).

$$I = \frac{Dx - Mx}{\sigma x}$$

I = Intensidade da crise.

D = N.º total anual de óbitos.

M = Média aritmética dos óbitos registada durante 10 A, situada em torno desta data.

$\sigma$  = Desvio dos óbitos durante o referido período.

Para calcular a intensidade das crises Dupâquier, com vista à sua classificação, apresentou a seguinte escala de valores:

Tipo de crise	Intensidade
1. Crise menor	$1 < I < 2$
2. Crise média	$2 < I < 4$
3. Crise forte	$4 < I < 8$
4. Crise maior	$8 < I < 16$
5. Crise superior	$16 < I < 32$
6. Catástrofe	32 ou +

Utilizando o método proposto por Dupâquier, calculamos a frequência e a intensidade das crises.

Estabelecemos a seguinte cronologia das crises :

Crises menores (Magnitude 1)- 1800, 1811, 1822, 1823, 1827, 1830, 1839, 1842, 1843, 1847, 1866, 1868, 1883, 1886, 1887, 1889, 1890 e 1896.

Crises médias (Magnitude 2) - 1797, 1798, 1799, 1826, 1829, 1850, 1852, 1854, 1855, 1873, 1879, 1881, 1888, 1893, 1897 e 1899.

Crises fortes (Magnitude 3) - 1809, 1840 e 1867.

Crise maior (Magnitude 4) - 1841.

Observemos o quadro n.º 31 bem como os gráficos seguintes n.ºs 17, 18 e 19 elucidativos da intensidade das crises, tendo sido utilizados para a sua elaboração o método de Dupâquier, o método Del Panta e Livi- Bacci e após ter sido estabelecida entre eles uma comparação, concluímos que são análogos.

QUADRO N.º 31 - IDENTIFICAÇÃO E INTENSIDADE DAS CRISES SEG. O MÉT. DE DUPAQUIER E DEL PANTA E LIVI-BACCI

ANOS	TOTAL	I. DUPAQUIER		MAGNITUDE	I. DEL PANTA	MAGNITUDE
1790	22					
1791	45					
1792	37					
1793	33					
1794	26					
1795	30	-0,32	*		-23,36	
1796	37	0,43	*		-9,44	
1797	43	2,46	*	2	7,12	
1798	49	2,60	*	2	19,10	
1799	69	3,82	*	2	60,47	>50%
1800	64	1,95		1	48,34	
1801	42	-0,10			-3,92	
1802	40	-0,22			-8,79	
1803	44	0,05			1,32	
1804	46	0,13			0,94	
1805	38	-0,75			-14,47	
1806	42	-0,51			-5,47	
1807	41	-0,68			-8,89	
1808	36	-1,15			-22,22	
1809	92	4,34		3	97,55	>50%
1810	56	0,46			22,50	
1811	73	1,62		1	59,69	>50%
1812	46	-0,28			2,55	
1813	49	-0,14			11,36	
1814	46	-0,35			1,90	
1815	40	-0,71			-3,78	
1816	35	-1,03			-11,55	
1817	21	-1,77			-46,93	
1818	31	-0,95			-21,94	
1819	44	-0,25			11,59	
1820	31	-0,97			-19,03	
1821	35	-0,49			-10,91	
1822	49	1,34		1	18,69	
1823	47	1,03		1	8,58	
1824	45	0,84			-2,78	
1825	38	0,02			-21,76	
1826	61	2,82		2	18,61	
1827	56	1,46		1	4,26	
1828	45	0,14			-19,44	
1829	64	2,19		2	15,17	
1830	60	1,25		1	9,95	
1831	58	0,85			6,84	
1832	58	0,70			14,04	
1833	G. CIVIL	N. A.			N. A.	
1834	35	N. A.			-26,87	
1835	35	N. A.			-25,08	
1836	36	N. A.			-22,94	
1837	43	N. A.			-9,34	
1838	39	N. A.			-17,77	
1839	41	1,11	*	1	-23,06	
1840	52	4,41	*	3	-8,54	
1841	92	9,19	*	4	53,70	>50%
1842	88	1,75	*	1	31,34	
1843	97	1,50	*	1	32,36	
1844	76	0,83			-2,92	
1845	61	0,05			-26,38	
1846	60	-0,11			-30,81	
1847	89	1,16		1	1,80	
1848	87	0,85			2,70	
1849	87	0,69			-1,30	

ANOS	TOTAL	I. DUPAQUIER	MAGNITUDE	I. DEL PANTA	MAGNITUDE
1850	121	2,97	2	24,74	
1851	88	0,17		-10,98	
1852	138	3,25	2	39,19	
1853	69	-0,92		-29,69	
1854	161	3,10	2	58,96	>50%
1855	182	2,70	2	77,93	>50%
1856	82	-0,68		-17,05	
1857	84	-0,73		-16,60	
1858	80	-0,82		-16,79	
1859	109	-0,01		4,38	
1860	94	-0,48		-6,80	
1861	97	-0,32		-3,82	
1862	101	-0,24		-4,72	
1863	106	0,00		-5,84	
1864	140	0,93		20,99	
1865	115	0,25		-2,78	
1866	120	1,12	1	-1,87	
1867	176	4,24	3	37,50	
1868	163	1,91	1	20,87	
1869	119	-0,12		-14,39	
1870	127	0,15		-10,65	
1871	129	0,10		-14,08	
1872	146	0,72		-7,18	
1873	211	3,66	2	36,51	
1874	148	0,12		-8,32	
1875	162	0,57		-3,49	
1876	213	2,29	2	20,05	
1877	177	0,56		-2,59	
1878	157	-0,08		-18,41	
1879	238	2,53	2	21,96	
1880	174	0,09		-14,47	
1881	266	2,74	2	25,13	
1882	178	-0,29		-18,72	
1883	232	1,09	1	0,12	
1884	230	0,94		-6,29	
1885	220	0,48		-13,34	
1886	258	1,49	1	-2,80	
1887	274	1,67	1	2,73	
1888	336	2,94	2	21,36	
1889	301	1,35	1	5,35	
1890	297	1,04	1	1,86	
1891	301	0,96		0,19	
1892	275	0,27		-11,41	
1893	366	2,63	2	16,56	
1894	294	0,19		-7,63	
1895	299	0,18		-8,60	
1896	345	1,52	1		
1897	378	2,41	2		
1898	319	-0,01			
1899	399	2,52	2		
1900	363	0,90			

(*) Considerados os 5 anos anteriores

GRÁFICO N.º 17 – ÍNDICE DE DUPÁQUIER

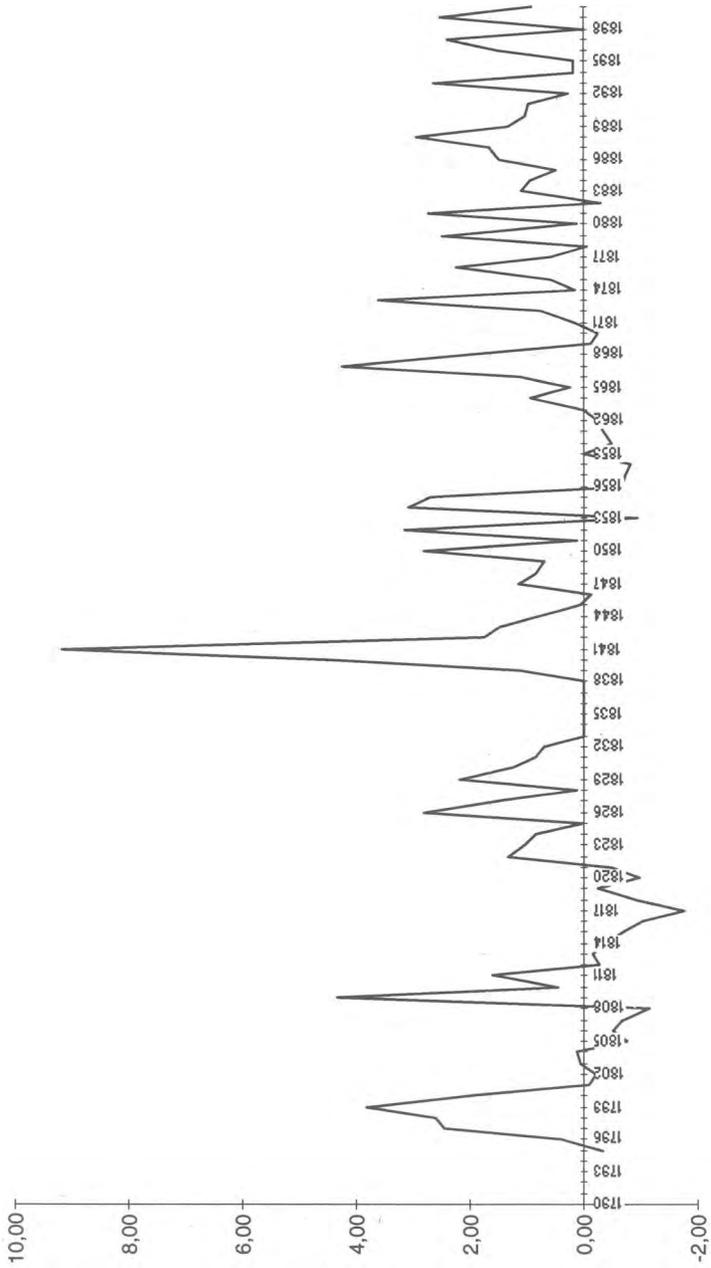


GRÁFICO N.º 18 — ÍNDICE DE DEL PANTA/LIVI-BACCI

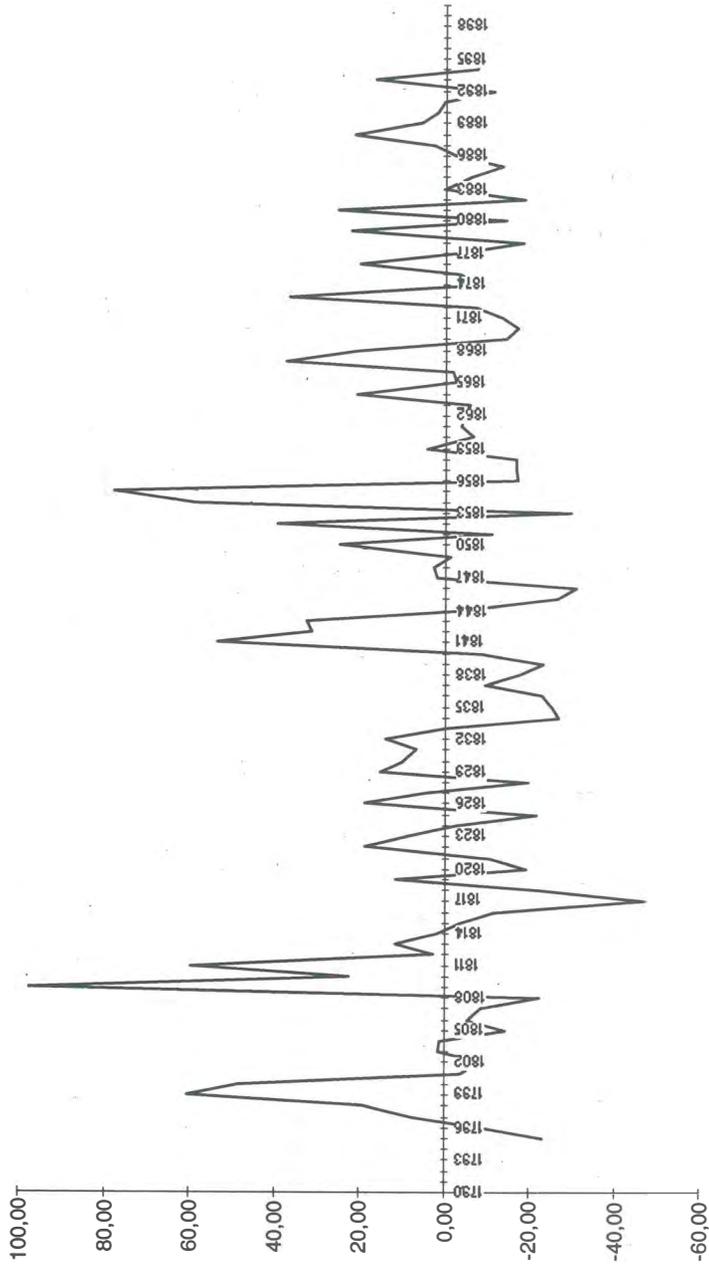
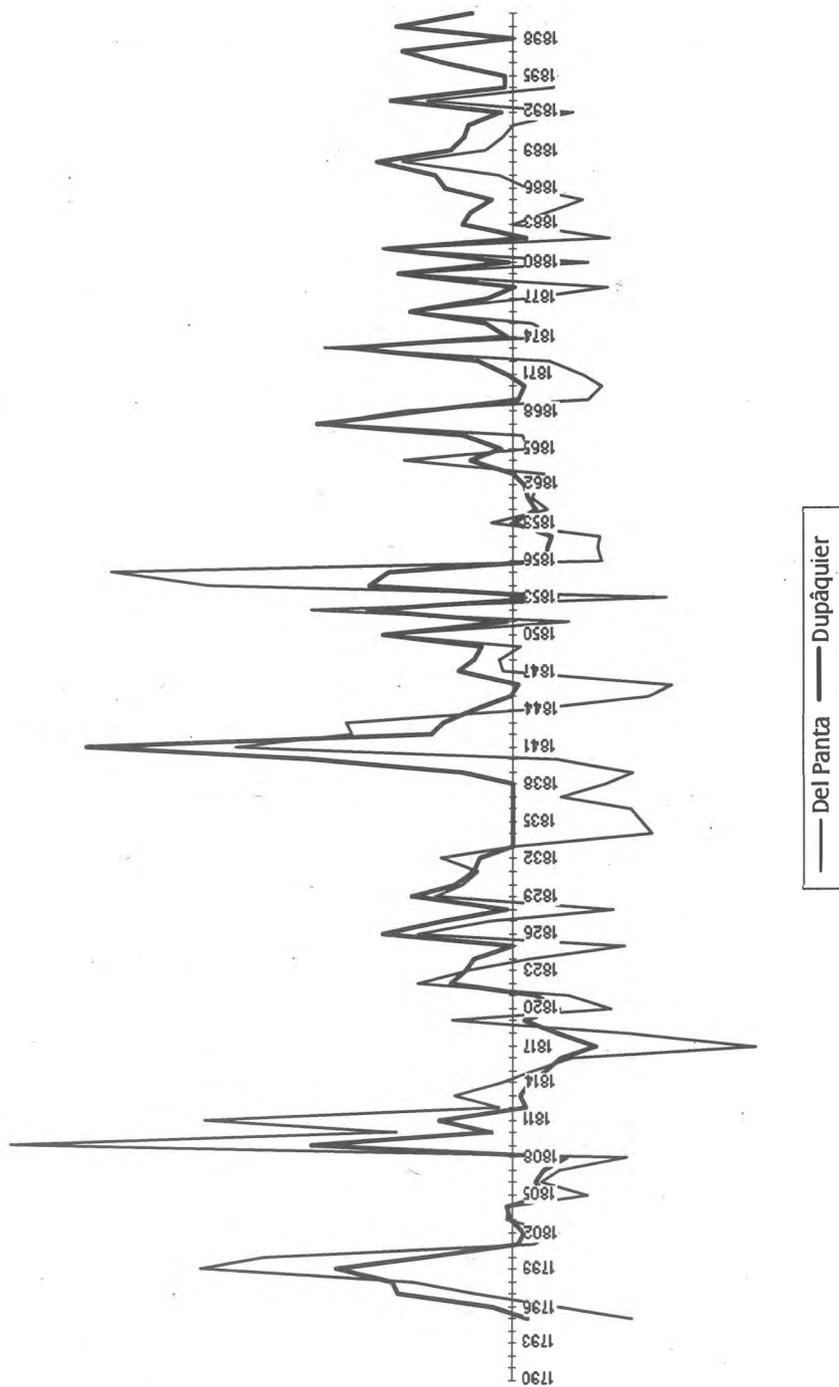


GRÁFICO N.º 19- IDENTIFICAÇÃO DA INTENSIDADE DAS CRISES E SUA COMPARAÇÃO  
SEGUNDO OS MÉTODOS DE DUPÂQUIER E DEL PANTA E LIVI BACCI



## NOTAS

- ¹ Moreda, Vicente Pérez -*Las crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, pág. 8 .
- ² Ibidem, pág. 9.
- ³ David, Henrique Manuel Pebre Rodrigues - *As Crises de Mortalidade no Concelho de Braga*, pág. 7.
- ⁴ Lebrun, François - *Les Crises Demographiques en France aux XVII et XVIII siècles*, in *Annales (E.S.C.)*, 1980-pág. 205.
- ⁵ Moreda, Vicente Pérez- *Las Crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, págs 100-106.
- ⁶ David, Henrique Manuel Pebre- *As Crise de Mortalidade no Concelho de Braga ( 1700-1880)*, pág. 21-1.º vol.
- ⁷ Appleby, Andrew B. – *Crises of :mortality: periodicity, intensity, chronology and geographical extent*, pág. 285.
- ⁸ David, Henrique Manuel Pebre – obra citada , pág. 23.
- ⁹ Ibidem. págs 26-27.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes manuscritas.

- Arquivo Distrital do Porto ( A.D.P.)

Registos Paroquiais, concelho do Porto, freguesia de St.ºM. de Campanhã - Livros mistos de registo de óbitos:

M 4 - fls 239 a 248 - Jan.º de 1790 a Agosto de 1791 .

M 5 - fls 229 a 250 - Set.º de 1791 a Março de 1796.

M 6 - fls 192 a 251 - Março de 1796 a Set.º de 1805.

Entre as fls 200 e 201 encontram-se intercaladas duas folhas suplementares. A encadernação é de couro, o seu estado é regular.

M 7 - fls 300 a 396 - Set.º de 1805 a Jan.º de 1821. Faltam-lhe as folhas 366 a 369. Entre as folhas 371 e 372 encontram-se intercaladas folhas suplementares. As últimas folhas estão um pouco deterioradas. A encadernação é de couro.

Encontra-se microfilmado nas bobines n.ºs 320-321.

M 8 - fls 450 a 495 - Jan.º de 1821 a Set.º de 1827.

A encadernação é de couro, o seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º 321.

M 9 - fls 315 a 396 - Out.º de 1827 a Jan.º de 1842.

+ 8 fls - óbitos de menores de 1841.

A encadernação é de couro, o seu estado é regular. A 2.ª série de folhas contém assentos de óbitos de menores.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º 321.

O 2 - fls 1v. a 94 (L.º35 ) - Jan.º de 1842 a Abril de 1852.

As fls 27 v. e a fl. 43 têm dois registos respeitantes a óbitos ocorridos nos anos de 1834 e 1832 respectivamente.

O último assento de óbito, foi exarado na fl. 94, com a data de 1852 - 28 de Abril, encontra-se inutilizada por pertencer ao livro seguinte.

Entre as fls 63 e 64 tem intercalada uma folha suplementar com um assento referente a um falecimento ocorrido em Maio de 1850 ou 1851. Este assento foi feito após a necessária justificação. Os respectivos documentos encontram-se colados no fim do livro.

A encadernação está danificada, o seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º319.

O 3 -fls 2 a 104 (L.º36 ) - Abril de 1852 a Dez.º de 1859.

Falta-lhe por erro de numeração a fl. 101. As fls 1 v., 104 v. a 196 v. estão em branco.

A encadernação está danificada, o seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º319.

O 4 -fls 2 a 25 (L.º 37 ) - Jan.º a Dez.º de 1860.

Tem 42 fls e só foi utilizado até à folha 25. As folhas 2 a 4 têm dizeres impressos.

A encadernação encontra-se um pouco deteriorada, o seu estado é bom.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º319.

O 5 - fls 2 a 26 v. ( L.º 38 ) - Jan.º a Dez.º de 1861.

Tem 36 fls e só foi utilizado até à folha 27.

A encadernação é em cartão e o seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º 319.

O 6 - fls 2 a 25 v. ( L.º 39 ) - Jan.º a Dez.º de 1862.

As folhas 1 v., 26 a 31 estão em branco.

A encadernação é de cartão, o seu estado é bom.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º 319.

O 7 - fls 1 a 26 v. ( L.º 40 ) - Jan.º a Dez.º de 1863.

As folhas 27 v. a 30 estão em branco.

O seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º 319.

O 8 - fls 1 a 32 ( L.º 41 ) -Jan.º a Dez.º de 1864.

O seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º 319.

O 9 - fls 2 a 33 v. (L.º 42 ) -Jan.º a Dez.º de 1865.

As folhas 2 a 39 têm dizeres impressos.

O seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine nº. 319.

O 10 - fls 2 a 32 ( L.º 43 ) - Jan.º a Dez.º de 1866.

O seu estado é regular.

Encontra-se microfilmado na bobine n.º 319.

A procedência dos quatro primeiros livros foi o Arquivo de S. Vicente e dos restantes a Conservatória do Registo Civil.

-3.ª Conservatória do Registo Civil do Porto.

Livros de óbitos: 1867,1868, 1869,1870, 1871, 1872,1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899 e 1900 - Todos iniciavam em Janeiro e terminavam em Dezembro .

## 2. Fontes impressas.

- ALBUQUERQUE, João da Costa Brandão e- *Censo de 1864*, Lisboa, 1866.
- Censo de 1878*- Lisboa, Typografia Universal, 1879.
- Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, 3 vols.- Lisboa, Imprensa Nacional, 1896-1900.
- Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de ,1900*, 4 vols.- Lisboa, Imprensa Nacional (Resultados Provisórios e Vol.I), 1901-1905, Typographia " A Editora"( Vols II e III ), 1906.
- Constituições sinodales do Bispado do Porto...*, mandadas imprimir por D. João de Sousa , Porto, 1690.
- COSTA, Américo- *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, Livraria Civilização, 1929-1949.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*- Lisboa, Editorial Verbo, 1963.
- Decreto de 16 de Maio de 1832*.
- Decreto de 21 de Março de 1835*.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho- *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geographico, estatístico, chorographico...*vários volumes, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e & Companhia, 1874.
- MOREIRA, P.e Domingos A.- *Freguesias da diocese do Porto (Elementos onomásticos alti-medievais )* ,Porto, 1973.
- Memórias Paroquiais na Divisão Administrativa do Porto em 1758". Freguesia de Campanhã, O Tripeiro*, " Ano VI 1966, tomo VII -n.º63, pág.s 214-216; 250-252;319-343" .
- SERRÃO,Joel-*Fontes de demografia portuguesa(1800-1862)*,Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- SOUSA, Fernando de - *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, dissertação de doutoramento policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1979.

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Maria Norberta Simas Bettençourt -*Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.,1987.
- APPLEBY, Andrew B. - *Crises of mortality: periodicity, intensity, chronology and geographical extent*, in " The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past", ed. por Hubert Charbonneau e André Larose , Liège, Ordina Éditions, 1979, pág.s 283-294.
- ALCOCHETE, Nuno Daupias d', *Registo paroquial*, in Joel Serrão (dir.)- *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Liv. Figueirinhas, 1971, pág.s 560-562.
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, Junta de Freguesia de Campanhã - *Campanhã, Estudos Monográficos*, Grafislab , Porto, 1991.. .

DAVID, Henrique Manuel Pebre Rodrigues-As *Crises de Mortalidade no Concelho de Braga (1700-1880)*, dissertação de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1992.

DUPÂQUIER, J.; REINHARD, M.; ARMENGAUD, A. -*Histoire générale de la population mondiale*, Paris, Editions Montchrestien 1968.

DUPÂQUIER, Jacques- *Histoire et démographie*, Population, 1975.

DUPÂQUIER, Jacques - *Pour la démographie historique*, Paris, P.U.F., 1984.

GUILLAUME, Pierre e Poussou, Jean- Pierre- *Démographie historique*, Paris, Armand Colin, Col. U, 1970.

HENRY, Louis- *Técnicas de análise em demografia histórica*, Gradiva, 1980.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho- *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geographico, estatístico, chorographico...*Lisboa, Typ.Edit. de Mattos Moreira & C.ª., 1873-1890.

LEBRUN, François -*Les crises démographiques en France aux XVII et XVIII siècles*, in *Annales, Economies Sociétés Civilisations*, 35, 2- 1980 -pág.s 205-234.

NAZARETH, J. Manuel, e SOUSA, Fernando de- *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime- aspectos sócio-demográficos de Coruche*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, n.º 4, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983.

NAZARETH, J. Manuel- *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lda., Lisboa, 1988.

NAZARETH, J. Manuel, e SOUSA, Fernando de - *Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII: aspectos sócio-demográficos* in *Análise Social*, n.º66, Lisboa, 1981, pág.s 315-373.

NETO, Maria Lurdes Akola Meira do Carmo-*Demografia*, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário História de Portugal*, vol. I, Porto, Liv. Figueirinhas, 1971, pág.s 795-800.

PEREIRA, Firmino, *O Porto d'outros tempos*, Porto, 1914.

PERES, Damião; CRUZ, António, *História da Cidade do Porto*, Porto, Portucalense Editora, 1962-1965.

PÉREZ MOREDA, Vicente - *Las Crisis de mortalidad en la España interior siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España Ed., 1980.

PICCHAT, Jean Bourgeois- *A demografia*, Livraria Bertrand, s/d.

SANTOS, Cândido dos- *A população do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana*, Revista de História, vol. I, Porto, INIC/ Centro de História da Universidade do Porto, vol. I, 1978, pág.s 281-348.

SANTOS, Cândido dos -*O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o Estudo da Diocese nas Vésperas do Concílio de Trento*. Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1973.

SERRÃO, Joel- *Fontes da demografia portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

SOUSA, Fernando de - *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, dissertação de doutoramento policopiada, apresentada na FLUP, 1979.



# DOCUMENTOS



# A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA E O BANCO DE PORTUGAL

## Um texto de Rodrigues de Freitas sobre a reforma bancária de 1891

### Apresentação

Um dos economistas portugueses que mais textos produziu sobre o sistema bancário e a moeda no Portugal oitocentista foi, sem dúvida, Rodrigues de Freitas. Durante muito tempo fizeram escola os seus opúsculos sobre as crises financeiras de 1864 e 1876, bem como os muitos artigos com que regularmente acompanhava a conjuntura ou comentava as várias reformas monetárias ou projectos nesse sentido. Também no Parlamento, particularmente no período de 1870-1874, se ocupou bastante desta problemática.

Era, neste domínio, um autor identificado com os princípios da escola inglesa, favorável ao monometalismo-ouro. Neste contexto, a moeda fiduciária ou moeda de papel tinha um papel limitado e supletivo, elemento facilitador da corrente monetária, que simbolizava de certo modo o crédito que o banco emissor tinha entre o público e assentava num limite de mercado face às reservas metálicas do banco e no princípio da convertibilidade (com limitações legais face à possibilidade de emissão a descoberto).

Dadas as suas convicções e as ligações profissionais que desenvolvia, Rodrigues de Freitas acabou por se tornar num defensor da pluralidade emissora (a nível fiduciário) que vigorava no Norte de Portugal, onde vários bancos tinham a concessão de emitirem notas, enquanto no Sul essa prerrogativa era exclusiva do Banco de Portugal, que estendia ao resto do Continente essa faculdade (nas colónias, a função emissora era exclusiva do Banco Nacional Ultramarino). A defesa do subsistema nortenho e a sua hostilidade ao "monopólio" de emissão que vigorava no Sul fizeram-no vir a terriero, sempre que se perfilava uma alteração no horizonte que fugisse ao padrão por si defendido. Algumas das suas ideias incorporam mesmo textos colectivos, como, por exemplo, os relatórios produzidos na sequência da crise de 1876 no âmbito das comissões criadas no âmbito da Associação Comercial do Porto para a resolução da crise. E valeram-lhe alguma polémica pública, como a declarada oposição de pontos de vista entre si e Oliveira Martins, este um defensor do centralismo (cf., de Oliveira Martins, «Estudos de Economia e Finanças»).

Numa época em que o padrão monetário era o da moeda-ouro e em que o recurso à moeda fiduciária era, pois, meramente supletivo, compreende-se que os bancos do Norte, por questão de prudência, optassem por emitir notas em valor muito inferior ao do numerário retido em reserva, enquanto era frequente o Banco de Portugal fazer essa emissão acima da sua existência metálica. O perigo inflacionário, pela desvalorização da nota, era evidente no caso do Banco de Portugal, optando os bancos emissores do Norte talvez por uma excessiva prudência. Mas a sua opção também tinha custos, pois retendo numerário, não emitindo em consonância, desequilibrava-se o mercado monetário, rarefazendo a moeda em circulação, elevando o juro.

Falta de alcance económico dos bancos do Norte, acusavam os defensores do Banco de Portugal! Leviandade, só possível pelo monopólio, a do Banco de Portugal, pois é-lhe permitido suspender a convertibilidade em situações excepcionais, respondiam os defensores da banca nortenha. Uma dicotomia atrás da qual se alinhavam outras memórias e teorias, como sejam, os ecos populares do fiasco do papel-moeda de 1796

ou do curso forçado das notas do Banco de Lisboa, cujas consequências se repercutiram ao longo dos anos com graves prejuízos para os seus possuidores, e, por outro lado, as posições centralistas dos que queriam uniformizar a moeda e o seu valor, criando um só banco emissor, segundo o modelo francês, e com um mais apertado controlo político sobre esta instituição. Depreciação das notas e curso forçado para esta última hipótese, como resultado de uma inevitável promiscuidade com o poder político e suas necessidades de numerário, era o cenário temido pelos defensores do pluralismo.

O texto de Rodrigues de Freitas, que aqui se apresenta, ajuda a completar o conjunto de trabalhos seus sobre as crises e a moeda, dentro da sua perspectiva, no que respeita à concepção sobre a moeda e sobre a natureza das crises, na qual atribuía grande importância aos efeitos da administração pública*. Desta vez, surge, assim, um texto sobre a crise de 1891 e a consequente reforma do Banco de Portugal, por decreto de 3 de Dezembro desse ano, que mereceu duras críticas por parte de Rodrigues de Freitas, precisamente porque apontava para a unidade de emissão fiduciária, para fortes limitações à convertibilidade (permitindo-se o bimetalismo, isto é, a troca das notas por ouro ou prata, e criando-se verdadeiras situações de curso forçado), possibilitava a emissão a descoberto, num caminho que parecia fatalmente conduzir à depreciação do papel-moeda, à fuga da boa moeda (do ouro) para o exterior e à quebra no câmbio, com o inevitável disparar dos preços de bens importados.

O futuro aproximou-se inevitavelmente dos cenários traçado por Rodrigues de Freitas: o ouro desapareceu da circulação e quase se esgotou nas reservas do Banco de Portugal em 1892, a moeda fiduciária tornou-se, na prática, de curso forçado, a emissão de notas subliu em flecha, os débitos do Tesouro ao Banco não pararam de crescer, a desvalorização da moeda atingiu os 20%... e a crise de 1891 prolongou-se pelo menos até 1897, não só no domínio financeiro, mas num contexto económico-social mais alargado que permite falar de uma acentuada fase depressiva (associada a factores mais complexos). Por outro lado, a reforma bancária, oportunamente efectuada num contexto de crise, conduziu à mutação brusca do sistema monetário (do metálico para o fiduciário) e representou apenas mais um passo, débil e com vários equívocos, rumo à criação de um único e verdadeiro banco emissor, com o Banco de Portugal a manter ainda características de banco comercial, com fortes ligações às finanças públicas, equívoco que só a reforma bancária de 1925 viria a desfazer.

Resta dizer que o presente texto se encontrava inédito nos papéis velhos da Editora Lello, casa onde Rodrigues de Freitas publicou os seus livros, tendo sido encontrado por Paulo Samuel, que gentilmente nos confiou uma fotocópia por ocasião do Colóquio "Rodrigues de Freitas - A Obra e os Contextos" (28-29 de Outubro de 1896), para efeitos da publicação que aqui se concretiza, facto esse que muito agradecemos. Seria, naturalmente, interessante saber a razão da não publicação deste texto datado de 24 de Fevereiro de 1892, o que não acontecendo só nos permite especular (terá sido influência da subida do seu amigo Oliveira Martins a ministro da Fazenda e a vontade de lhe evitar problemas? ou a conjuntura não o terá aconselhado face às dificuldades que entretanto os bancos do Porto atravessaram?).

Jorge Fernandes Alves

---

* Para reedições recentes e bibliografia respectiva, cf. José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Novas Páginas Avulsas*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida, 1996 (recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves); J. J. Rodrigues de Freitas, *Obras Económicas Escolhidas, 1872-1889*, 2 vols., Lisboa, Banco de Portugal, 1996 ( direcção de António Almodovar); António Almodovar, Jorge Fernandes Alves, Maria do Pilar Garcia (org.) *Rodrigues de Freitas - A Obra e os Contextos*. Actas do Colóquio, Porto, Centro Leonardo Coimbra-FLUP, 1997; José Joaquim Rodrigues de Freitas, *Intervenções Parlamentares, 1870-1893* (entregue para publicação na Assembleia da República, com recolha e introdução de Jorge Fernandes Alves).

# A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA E O BANCO DE PORTUGAL

## I

Transferido para nações melhor governadas do que a nossa, ou guardado como reserva, ou constituindo matéria de comércio, o ouro amoadado saiu da circulação portuguesa. A prata, se por suas inferiores condições, não pôde seguir aquele metal precioso nas viagens ao estrangeiro, firmemente se recusou quase sempre a entrar em giro, se a não recebessem por valor maior que o inscrito nela; e até o bronze, que, em tempos próximos, era exemplar em humildade, ganha prêmio na luta com as presunçosas notas dos bancos; se o antigo pataco ainda vivesse, vingar-se-ia, exigindo ágio de quantos o motejavam por feio e pesado.

Para o lugar dos metais veio o papel; o decreto de 10 de Maio de 1891, se não deu curso forçado às notas dos bancos, permitiu aos estabelecimentos emissores que as não pagassem durante 60 dias; o decreto de 9 de Julho, querendo usar de palavras suaves, ordenou que esses papéis tivessem curso legal; mas como também consentiu que não fossem convertíveis em moeda metálica, definitivamente impôs a todos os portugueses a obrigação de os aceitarem em pagamento.

Pessoas de ingênuos escrúpulos e que tenham na memória as palavras desse decreto, dirão que empreguei mal a palavra. Confesso que aí se marcou o termo do curso forçado: havia de ser o dia em que principiasse a vigorar o novo sistema monetário; mas como os rudes factos quiseram que tanto mais tempo ia decorrendo sobre 9 de Julho de 1891, mais se provava que o país não era digno de ser salvo pela revelação do segredo mágico de um ex-ministro; como o ruinoso aspecto do tesouro e o desmedro político e moral impossibilitam sensatas esperanças de saudável remodelação em breve espaço, é acertado ter como vivedouro o que o decreto parecia considerar de muito curta duração.

Éramos um dos países de melhor sistema monetário; vigorava desde 29 de Julho de 1854; viera extinguir os graves transtornos produzidos por várias leis; se algumas vezes, especialmente no último decénio, foi considerado de fomentador de perturbações na circulação, parece que jamais os censores mostraram conhecer bem o delicado objecto de que se ocupavam. Porque passamos tão violentamente do emprego da moeda metálica ao uso quase exclusivo do papel? No dizer de muitas pessoas, esta desgraça nacional originou-se na crescente falta de remessas do Brasil e nas dificuldades experimentadas pelas praças estrangeiras. Aquela privou-nos de poderosos recursos para comprar lá fora e para animação do trabalho nacional; estas impediram-nos de continuar contraindo empréstimos, tão necessários sempre, conforme se afirmava, ao saldo de contas internacionais.

É cómodo para as más consciências o descarregar sobre factos alheios a responsabilidade do erro próprio, ou atribuir-lhes influência muito maior que a verdadeira; pode ser útil a muitos políticos de mau quilate, ou agradável a um cego patriotismo, o encobrir cuidadosamente as causas do mal gravíssimo que agora aflige todos, e que tantos desorienta; mas nem a inteligência dos estrangeiros seria obscurecida pela falsa crítica indígena, pois que de sobra conhecem o que temos sido, nem classe alguma do povo português ganharia com imposturas e ficções sobre a procedência da infelicidade.

Em 1889 o câmbio do Rio sobre Londres conservou-se muito alto quase sempre; desde Janeiro até ao fim de Novembro não baixou de 26  $\frac{3}{4}$  e muitas vezes excedeu 27; em Dezembro o preço mínimo foi de 24  $\frac{1}{4}$ ; mas ainda se fizeram transacções a 27  $\frac{1}{2}$ . A taxa do desconto em Londres, que alguns dias esteve a 5, brevemente passou a 3, e só nos últimos 4 meses subiu a 5 e 6. Paris teve dinheiro a 3 desde Março até Dezembro. Amesterdam todo o ano cotou o desconto a 2  $\frac{1}{2}$ ; Bruxelas pagou-o a 3 e 4 nos ultimos nove meses. Em anos imediatamente anteriores a 1889 as condições externas tinham sido notavelmente favoráveis a Portugal: desde 1886 o câmbio do Rio foi subindo; a abundância de capitais nas grandes praças europeias permitira-nos contrair empréstimos com módicos encargos. No interior a oferta de dinheiro conservou-se muito forte; nunca obtiveram tão pequeno lucro os mutuantes ao tesouro, concorrendo para isto o sistema de concurso nos empréstimos a curto prazo. Que foi feito de tantas vantagens? Serviram principalmente ao desperdício e à devassidão. As despesas ordinárias do Estado, que eram 33960 contos em 1884-85, atreveram-se a ir até 39.165 em 1888-89. As extraordinárias, separando já os 5263 contos pagos pela expropriação da fábrica de tabacos, etc. (este etc. tem uma história característica dos costumes políticos lusitanos), - as extraordinárias foram 6262 contos em 1888-89; quatro anos antes tinham sido 5754. Bem calculado, o deficit estava em 8312 contos em 1884-85 e montou a 8355 em 1888-89. Todas as boas condições de quatro anos foram insuficientes para melhorar a situação financeira de Portugal; pelo contrário, ao cabo deles estava pior que no princípio, embora o recurso ao crédito houvesse ministrado ao governo, durante o quadriênio, quase 46000 contos.

A má e pecaminosa gerência dos negócios públicos, e também dos particulares, foi a principal causa dos desastres financeiros; se o câmbio do Rio e os embarços bolsistas nos prejudicaram muito, suportariamos facilmente o prejuízo, e nem o crédito nacional padeceria, se tivéssemos empregado inteligentemente e honestamente os valiosíssimos bens que estiveram à nossa disposição.

Uma das manifestações dos maus costumes políticos é a decadência parlamentar; as cortes inconstitucionalmente delegam no executivo os seus poderes aliás intransmissíveis; as ditaduras tornam-se a regra; os decretos delas multiplicam-se, multiplicando quase sempre a confusão administrativa, aumentando inoportunamente os gastos, e ampliando o arbítrio ministerial de modo a facilitar maus favores a particulares à custa de bens e dinheiros públicos. Os modernos processos ditatoriais simultaneamente organizam a corrupção política e enfraquecem as forças úteis do país. Contam-se aos milhares os censores vigorosos deste fomento do parasitismo; cada partido opositor brada contra ele e o denuncia ao povo; mas cada partido, apenas se torna poder público, usa continuar a engrandecer as tradições que eloquentemente combatera.

Um dos maus impróprios exemplos de transmissão inconstitucional do poder legislativo ¹ ocorreu em 1891; a lei de meios veio carregada com autorizações parlamentares. Homens notáveis pela prática e ciência dos negócios não hesitaram em concedê-las, justificando-as com a necessidade imperiosa de habilitar o governo a cumprir o pragmatismo salvador. As cortes, em vez de minuciosamente discutirem o problema financeiro, trataram de o resolver, quase pediram encarêcidamente aos ministros que para si tomassem toda a tarefa legislativa, e as mandassem embora, a elas, com assembleias que mais os embaraçariam do que auxiliariam! Nunca foi tão longe a desorientação política. Jamais chegaram a tal extremo as consequências dos constantes atentados contra o espírito e a letra do nosso direito público.

Entre as autorizações havia a de reformar o Banco de Portugal; nela se baseou o decreto de 3 de Dezembro de 1891, de acordo com a administração desse estabelecimento de crédito; e no relatório de 3 de Fevereiro de 1892, assinado pelo conselho geral dele, foram expostos aos accionistas os motivos da reforma.

As modificações decretadas são valiosas; o governo que as aceitou não poderá gloriar-se delas; a administração do Banco, pelo contrário, tem direito a afirmar que obteve grandes vantagens para os seus mandantes; convém examiná-las, já pela sua gravidade, já para se conhecer como entre nós são tratados negócios transcendentais.

## II

Neste exame auxiliar-me-ão os relatórios do próprio Banco de Portugal; comparando-se o de 1887 acerca da lei de 27 de Julho desse ano com o de 1892 concernente ao novo acordo, as contradições saem evidentes; doutrinas opostas aí são advogadas sobre pontos essenciais ao regime de estabelecimentos emissores.

A lei mencionada concedeu o curso legal às notas na sede, nas localidades onde houvesse agência e num raio de 5 quilómetros a partir delas; a concessão caducaria desde o momento em que, por qualquer motivo, se interrompesse a troca em oiro na delegação respectiva; quando muito, e acima de certa quantia, poderia o reembolso demorar-se quatro dias nas agências ou filiais.

A convertibilidade é, com efeito, indispensável para que seja simplesmente legal o curso e não forçado como hoje. Um relatório do Banco dizia em 20 de Agosto de 1887:

“Esta disposição, destinada a garantir e assegurar o desenvolvimento da circulação fiduciária, fica absolutamente adstrita e dependente da convertibilidade imediata. Cercando-se a instituição emissora de todas as garantias aconselhadas pela experiência bancária; regulando-se a emissão fiduciária por forma a não se poder duvidar da completa segurança do seu maquinismo, o curso legal obedece na lei à exclusiva ideia de facilitar e desenvolver a circulação.”

O garantir quanto possível a convertibilidade era uma das mais difíceis partes do trabalho legislativo. Determinou-se que a importância total das notas estaria sempre representada por valores de realização fácil, num prazo não superior a três meses, e pela reserva metálica; esta reserva nunca seria inferior a um terço do total das notas circulantes e de outras quaisquer responsabilidades à vista; só excepcionalmente poderia baixar desse limite, quando “em vista de exposição motivada em conselho geral do Banco”, o governo, por decisão tomada em conselho de ministros, assim o autorizasse.

O relatório de 1887 comentou nos seguintes termos estas disposições: “Adoptou-se geralmente como regra, baseada na análise das flutuações monetárias, a proporção de um terço dos compromissos à vista, como suficiente para garantir a convertibilidade nas condições normais da circulação”. Com o fim de prevenir embaraços que eventualmente pudessem advir da fixação de um limite sempre invariável e absoluto, admitiu-se, por excepção, a possibilidade de descer a limites menores... A conveniência desta faculdade é manifesta: *Não podendo esta faculdade utilizar-se sem resolução expressa do conselho de ministros, não é de recear que ela se exerça arbitrariamente com prejuízo da segurança da circulação e dos interesses públicos.*

Em 1891 outras foram as ideias reinantes no Banco de Portugal. O acordo entre ele e o Estado estabelece que: 1^o - a reserva poderá descer a um quinto das notas circulantes

e depósitos à vista. 2º - em casos extraordinários de crise, ou de pânico, donde resulte corrida de portadores de notas, a convertibilidade pode ser submetida a restrições, quando indispensáveis à manutenção dos limites mínimos da reserva. Em ambos os casos é precisa autorização do governo.

O relatório de 1892 acha tudo isto excelente. Já não é necessária a resolução expressa do conselho de ministros; basta autorização governativa, isto é, um ofício ou portaria do secretário dos negócios da fazenda para que a reserva desça a um quinto em vez de ficar, pelo menos, em um terço, ou para que as notas não sejam francamente convertidas em metal.

Em 1887 a administração do Banco, atacando a liberdade bancária emissora, acentuou que a convertibilidade é indispensável à nota para funcionar como instrumento de crédito identificado com a moeda. Agora agrada-lhe uma cláusula que antecipadamente concede ao Banco a mais ou menos clara moratória para as dívidas por notas, sempre que a reserva tiver descido a certo nível! Considera-se de interesse público a conservação de prefixa quantidade de metal precioso nas caixas do Banco; e só por isto os portadores de notas poderão ser obrigados a aguardar o reembolso da respectiva importância até que lhes chegue a vez, segundo o arbítrio bancário-governamental. Não será a completa e provada impossibilidade de pagar imediatamente a quem deve que fundamentará a concessão de moratória; não será no tribunal ou na assembleia de credores que se hão-de apreciar as circunstâncias especiais que tornaram difícil a situação do Banco; não será conforme o seu procedimento que o favor da móra lhe será feito ou negado; bastará que os portadores de notas, correndo a buscar o seu dinheiro, extraiam tanto metal, que a reserva desça a um quinto da importância da moeda fiduciária em circulação e dos depósitos à vista, ou baixe a 3000 contos.

Porque se adoptaram estas providências? O relatório do Banco apresenta as seguintes razões:

1ª razão - "A fixação dos limites mínimos às reservas metálicas é o próprio reconhecimento legal da impossibilidade de se respeitar até ao extremo a obrigação da convertibilidade das notas".

Não me parece que seja assim. Quando as leis marcam limites mínimos, unicamente pretendem estabelecer uma garantia e evitar o perigo de cessação de pagamentos; bem sabem que não é uma garantia absoluta, eficaz em todos os casos; estabelecem meramente uma regra de prudência, que os administradores dos respectivos bancos deverão reforçar segundo as indicações práticas; os legisladores que marcam limites únicos, como o do terço em metal precioso, não podem ignorar que esta proporção é aconselhada por um grosseiro empirismo; nenhum deles, cuido eu, quiz afirmar ao torná-la obrigatória, que reconhecia a impossibilidade de manter a convertibilidade até ao extremo. Uma coisa nada tem com a outra. Acaso o conselho geral do Banco desejava dizer que seria impossível converter em metal as notas até à última se os portadores acoressem todos simultaneamente? A asserção, nem ainda assim ficaria sempre exacta. E que ficasse, nada tem com isto a fixação legal do mínimo.

Passo à 2ª razão.- "Reconhecida esta impossibilidade e admitido aquele princípio, é melhor consignar desde logo na lei orgânica a prevenção do facto e o meio regular de o prover de remédio, do que aguardar providências extraordinárias de ocasião que são quase sempre um motivo de descrédito, e origem de maior abalo que o ocasionado às vezes pela própria crise".

A prevenção do facto? Mas o acordo não previne a corrida, nem a impossibilidade de pagamento; quanto à corrida, até a põe por condição necessária das restrições ou da moratória; quanto à impossibilidade de conversão das notas, como a previne se não dá recursos ao Banco para as trocar? A nova cláusula unicamente serve de chamar-se legal a restrição (?) de reembolso. E não me parece que da retórica dependa o crédito ou descrédito do instituto emissor. No dia em que o Banco for autorizado a tomar tais precauções, é quase certo que o público em geral e os portadores das notas em particular não farão juízo tão favorável das faculdades monetárias dele... como se o reembolso continuasse; o crédito será, pois, abalado, embora se diga que os credores foram mandados sair sem dinheiro para se manter certa reserva metálica em harmonia com o estatuto. Ainda que o legislador não tivesse permitido esta desculpa, nenhum proprietário de notas ignoraria que se não cobrava a moeda que lhe deviam, porque a não possuíam, ou porque preferiam ficar com ela.

Suponha-se que no acordo não estava a cláusula de que trato, que os portadores da moeda fiduciária acorriam a exigir o dinheiro solenemente prometido; se fossem de tal importância as exigências que, antes de satisfeitas, a reserva atingisse o mínimo legal, o Banco suspenderia pagamentos, para subordinar-se ao preceito estatutário, se não preferisse pedir autorização para continuar pagando; a influência deste desaire sobre o seu crédito variaria principalmente segundo as condições financeiras do Banco; se tivesse recursos para dentro em breve continuar pagamentos, se o balancete, comentado sinceramente pela administração, mostrasse que superabundavam meios de satisfazer em muito curto prazo todas as responsabilidades à vista - o abalo seria passageiro, e até poderia dar ensejo a robustecer-se a confiança. Pelo contrário, se na vigência de novo contrato se der a suspensão ou restrição legal do reembolso para que se mantenha certa reserva metálica e o exame do inventário do Banco mostrar que são más as condições dele, não será a autorização governativa ou a mencionada cláusula quem lhe mantenha o crédito. Em 1876, a 16 de Agosto, o Banco de Portugal suspendeu pagamentos; no dia 16 a reserva em oiro importava somente 471 contos, circulando em notas 2232; apesar disto, como em breve conseguisse recomeçá-los, a sua moeda fiduciária voltou a ser bem aceite; em 31 de março de 1876, a circulação foi de 2949 contos, em 30 de Junho, 3274, em 30 de Setembro, 3239, em 30 de Dezembro, 3590. Apenas uma leve depressão no fim do 3^o trimestre; a crise, apesar de muito grande, só deixou passageiros vestígios no curso desta espécie de moeda; por isso a Direcção escreveu no relatório concernente àquele ano: "Revelam estas cifras a confiança que continua a inspirar o papel fiduciário do Banco, excedendo a circulação no último dia do ano findo a importância máxima a que se elevava em 1875 e que fora de 3554886\$000 réis".

Os estatutos desse tempo, que eram os aprovados por decreto de 6 de Maio de 1857, não marcaram o mínimo da reserva; somente ordenaram que as emissões fossem feitas em proporção tal que nunca obrigassem o Banco a diferir ou interromper pagamentos; apesar de tão simples conselho, a interrupção realizou-se, mas não teve tão funestas consequências como no ano passado, embora a lei de 1887 marcasse o ínfimo nível de existência metálica. A diversidade das circunstâncias económico-políticas determinaram a diferença fundamental dos factos. Em 1891 a autorização governativa (se acaso existiu), para diminuir a reserva do ouro a menos do terço, não melhorou o crédito do Banco; o decreto de 7 de Maio, permitindo maior diminuição, concedendo pagar em prata as notas de ouro, e alegando que esse instituto precisava destas

liberdades para socorrer os outros estabelecimentos, também não lhe favoreceu a fama; e a moratória, dada pouco depois, também o não reabilitou; o público, desde algum tempo já desconfiado, compreendeu que a circulação fiduciária se não proporcionará aos recursos disponíveis; e as notícias de favores, inoportuna e indevidamente feitos a sociedades anónimas, confirmara, que o próprio Banco era dos que mais necessitavam socorro, e que as suas desacertadas relações com o tesouro tinham prejudicado o crédito das notas, muitíssimas das quais foram ilegalissimamente lançadas na corrente circulatória, depauperando-a com grave prejuízo nacional.

Sendo este o depoimento dos factos, que motivo há para supor que o público fique tranquilo sobre a sorte dos títulos ao portador e à vista, quando o governo ordena adiamento ou restrições do reembolso deles?

Mas ainda outro argumento aparece no relatório. É a 3ª razão.

“As reservas não deverão descer, em caso algum, abaixo de 1/5 da importância das notas em circulação e dos depósitos exigíveis à vista; e porque se pode dar a hipótese de que a circulação torne a descer a proporções relativamente pouco avultadas, entendeu-se que o stock metálico do Banco de Portugal, como natural depositário da maior reserva metálica do País, nunca deveria ser inferior a 3000 contos de réis. Para isto se conseguir, como conveniência pública que é, forçoso se tornava pre-venir os casos em que corridas incessantes para o troco de notas pudessem afectar o limite mínimo das reservas, esvaziando os cofres do banco.”

A conveniência pública principalmente exige que os estabelecimentos emissores procedam com o máximo cuidado e não exagerem a circulação de notas, como desastradamente fez o Banco de Portugal ainda antes da moratória. Não há motivo algum para afirmar que o País em que esse instituto, dada uma corrida, mande embora os seus credores, desde que a reserva desça a 3000 contos, do que lucraria se lhes fosse pagando. E a poder-se provar o contrário, deveria para todos os bancos legislar-se de modo análogo, ainda que não fossem emissores. Tanta razão há para marcar o mínimo de reserva, que dá direito a suspender ou restringir a troca das notas, como para se marcar o que dê faculdade idêntica aos cheques dos depositantes. Se a existência de 3000 contos no de Portugal é uma garantia de bom regimen económico, deve-o ser também a permanência de 2000, ou 1000, ou outra quantia, em bancos de menor porte. Porque não são todos eles autorizados a suspender pagamentos quando assim desça o nível dos metais preciosos nos seus cofres?

Maior razão haveria para o permitir a institutos independentes do tesouro e não-emissores do que ao Banco de Portugal; tornada bem pública a cláusula, não lhes confiasse dinheiro quem não a quisesse para si. Vários estabelecimentos já desde muito impuseram aos depositantes uma condição que até certo ponto garante os depositários contra os efeitos ordinários das corridas. Mas as notas do Banco de Portugal têm de ser aceites por força, ainda após o restabelecimento da circulação metálica, e em piores condições do que no regimen decretado em 1887, como provarei; por isso mesmo devia o estado ser mais severo na exigência de cuidados com a manutenção do crédito das notas. Prescrever desde já que a baixa da reserva a 3000 contos autoriza restrições no pagamento das notas, é atribuir aos algarismos virtudes que não possuem, e deixar que legalmente dormite ou repouse quem devia estar sempre muito vigilante.

E porque hão-de estacionar na caixa os 3000 contos? Quem pode assegurar desde já que em todas as circunstâncias futuras será melhor guardá-los do que ir pagando? Não haverá muitos casos em que a continuação do pagamento por mais algum tempo evite

que uma crise incipiente se desenvolva formidável? Quem pode assegurar que a interrupção do reembolso das notas não actuará mais prejudicial na circulação e nos câmbios do que actua beneficemente para o público o permanecerem inertes todos os 3000 contos? Esta cláusula não propagará desconfiança, com a pressa de trocar ainda quando a reserva esteja muito sensivelmente superior ao mínimo? O relatório limitou-se à rasa afirmação que transcrevi; e o ex-ministro da Fazenda não fundamentou doutrinariamente o decreto de 3 de Dezembro de 1891, embora procurasse resolver um dos mais delicados problemas económicos.

### III

Há pouco afirmei que, ainda depois de restabelecida a circulação metálica, ficará em piores condições o curso legal das notas, do que o estava segundo a lei de 1887. Já disse o que a respeito dele determinava esta lei. Resta-me transcrever o que ordena o decreto de 1891; dispõe o seguinte na base 5^a:

“As notas do banco de Portugal ficam tendo curso legal em todo o território do continente do reino indistintamente. Nas localidades onde não houver agências, o Banco facilitará a troca por intermédio das recebedorias de comarca, de acordo com o governo.”

As diferenças entre o passado e o futuro regimen são claras e grandes: outrora o curso era legal somente na sede, nas terras das agências e a 5 quilómetros de distância; agora estender-se-á a todo o continente. Outrora as agências eram obrigadas a trocar as notas em metal, com restrições bem definidas; onde não houver agências, a troca somente é prometida no vago preceito de que o Banco a facilitará pelas recebedorias de comarca, de acordo com o governo! Que segurança de convertibilidade oferece esta cláusula aos portadores de notas? Quando e como se fará o acordo? Que obrigações definidas poderá ou deverá o Tesouro aceitar para promover a circulação fiduciária que é sobretudo vantajosa ao estabelecimento que as emite?

Também noutras bases o Banco obteve melhoria de condições. Duma delas diz o relatório do conselho geral: “A rescisão do contrato sobre as classes inactivas é um dos benefícios mais importantes que o novo contrato trouxe ao Banco. Desde o principio que se avaliou e apreciou o inconveniente que o contrato de 1887 importava para o Banco. Era uma larga e longa immobilização do capital, com vantagens compensadoras debaixo do ponto de vista do lucro a auferir. Sacrificando o presente a um afastado futuro o Banco teria de ver immobilizado todo o seu capital social no simples maneiço desta operação, sem outro recurso que não fosse o da valorização por meio dos títulos representativos que foi autorizado a emitir”... Adoptou-se quanto à liquidação e reembolso, o sistema mais suave e menos oneroso para o Estado, alargando-se a amortização por todo o tempo que ainda resta do privilégio do Banco e com o módico juro de 5% ao ano”.

Convem saber que o conselho geral nem sempre considerou desvantajosa a operação sobre o pagamento às classes inactivas. No relatório de 1 de Fevereiro de 1891 há o seguinte trecho:

“Tendo o governo sido autorizado, pela carta de lei de 25 de Junho último, a contratar com o Banco de Portugal ou com outro estabelecimento de crédito, o abono da diferença de vencimento dos officiaes reformados de terra e mar da metrópole, nos mesmos termos do contrato das classes inactivas, entendeu o conselho geral que devia

aceitar esta ampliação àquele contrato, porque a operação não só é segura, mas de razoável retribuição", etc.

Outra vantagem obtida para o Banco pelo novo acordo é não participar o Estado em lucros resultantes do aumento da taxa de desconto: segundo a lei de 1887, eram divididos igualmente pelo Banco e pelo Tesouro os provenientes da elevação da taxa entre 5 e 6 em descontos e empréstimos; pertenceriam integralmente ao Estado os originais pelo excesso de taxa sobre 6. Exceptuavam-se os acréscimos de 2 por cento às taxas de Lisboa e Porto, nas outras filiais e agências.

Outra vantagem obtida para o Banco pelo novo acordo, é o poder elevar a circulação das notas ao triplo do capital realizado. A lei de 1887 limitava-a ao duplo. Outra vantagem é o não ser permitido ao governo o exigir que o Banco aumente o capital senão quando a importância das notas circulantes atingir 38000 contos. Segundo a lei de 1887, a exigência nominal podia ser feita logo que o nominal da moeda fiduciária montasse a 25000 contos. Outras vantagens para o Banco são a maior facilidade para o estabelecimento das agências, o ser menor a percentagem dos lucros líquidos obrigatoriamente destinada à constituição do fundo de reserva variável, o levar à conta de ganhos e perdas o rendimento dos títulos que constituem o fundo permanente, em vez de o lançar a crédito do variável; etc.

#### IV

Que obteve o Tesouro em troca de tão importante conjunto de concessões? Só alcançou o que consta das seguintes cláusulas:

"O limite máximo do débito do governo, pela conta-corrente,... será o fixado cada ano económico por acordo ente o Banco e o governo, fixando-se também por essa ocasião as taxas do juro aplicáveis... e as cauções que... deverão ser prestadas. Este acordo será sancionado por decreto.

"Na falta de acordo,... o limite máximo... será... de 2 nonos da importância da circulação fiduciária existente à data do decreto, regulando a taxa de juro médio da dívida flutuante por essa ocasião.

"O limite máximo de débito do governo pela conta-corrente no actual ano económico é fixado em 6000 contos, sendo o juro de 5 ou 4, conforme o Banco fôr credor ou devedor".

Pelo anterior contrato, os juros eram de 3 e 4 respectivamente, e o maior débito do Tesouro nestas condições ficava em 2000 contos. A nova cláusula, relativa ao corrente ano económico, triplica o máximo, e, aumentando a taxa, é como se os 2000 contos continuassem com o encargo de 4 por cento, e os restantes 4000 rendessem 5,5 para o Banco. Tanto mais o desembolso efectivo se desviar do máximo, tanto mais subirá a diferença entre o encargo novo e o antigo. É certo que, durante todo o tempo que o Tesouro for credor do Banco, lucrará pela maior taxa agora fixada; mas nas circunstâncias financeiras em que o País tem vivido ultimamente, é provável que o Estado seja quase sempre devedor.

Ainda que o encargo definitivo do empréstimo em 1891-1892 atingisse 7 ou 8 por cento, não deveria considerar-se extraordinário, caso o mutuante fosse um estabelecimento livre; mas tendo o Estado feito ao Banco tantos favores, que vale o aumento do crédito máximo a 5,5 pelo menos?

Quanto à cláusula concernente aos anos futuros, se o juro tem de ser regulado pela média dos encargos da dívida flutuante, não parece que o Banco faça grande sacrifício entregando assim dois nonos, quando muito, da importância da circulação fiduciária. E os dois nonos serão o máximo, sempre, que assim convenha ao Banco; mas quantas vezes descerá a somas relativamente pequenas o débito do Tesouro? Quantas outras não será a Nação credora em vez de devedora? Nos balanços anuais, posteriores ao contrato de 1887, a conta corrente é assim escriturada pelo Banco:

Anos	Activo	Passivo
1888	-	590.433.106
1889	714.702.623	-
1890	1859.803.178	-

Em nenhuma das datas o débito do Tesouro atingiu 2000 contos, sendo certo, porém, que pode tê-los até ultrapassado no decurso de cada um dos anos, visto que o balanço mostra só o estado da conta em 31 de Dezembro. Pelo contrário, ao encerrar-se o período comercial de 1888, a Fazenda Pública era credora ao Banco por mais de 590 contos.

A redacção das cláusulas saiu de tal modo, que não se estabeleceu regra para a contagem dos juros quando o saldo da conta for favorável ao Estado. No caso de desarmonia entre as duas partes contratantes, como há-de estabelecer-se o acordo?

Seja, porém, como for, e ainda posta de lado esta circunstância, a conta corrente não excede muito as proporções de uma operação ordinária, principalmente desde que o Banco é o caixa do Estado, e a contagem dos juros se determina pelo preço dos empréstimos a curto prazo feitos ao Tesouro no mercado livre. Quando as circunstâncias financeiras forem más, é, decerto, conveniente ao Estado o contar com que o débito ao Banco possa conservar-se alto; mas, além de que este caso não é ordinário, não só o curso legal de uma grande importância em notas é favor valiosíssimo, porém ainda nessas ocasiões de juro alto o Banco terá a vantagem de ficar com todo o lucro proveniente dos descontos e empréstimos a taxa superior a 5; em 1890 couberam ao Tesouro, por este lucro, quase 32 contos em harmonia com a lei de 1887; se ainda, na vigência de novo acordo, lhe tocar alguma parcela de tal ganho, será só indirectamente, como participante no que restar do dividendo de 7 por cento aos accionistas, e da constituição dos fundos de reserva; quando, como em 1890, o dividendo ficar inferior a 7, nada receberá.

Alegar-se-á como proveitosa ao Estado a nova cláusula que proíba a elevação da taxa do desconto sem autorização prévia do governo? A este respeito é instrutiva a leitura do seguinte trecho do relatório em que o Banco defendeu que a liberdade da taxa é necessária ao bom regimen bancário:

“A liberdade na fixação da taxa normal de juro, dizia ele, não pode deixar de se considerar condição indispensável para o funcionamento regular da emissão e do seu complexo mecanismo, não havendo fundamento para quaisquer objecções que contrariam este princípio, que é o mais poderoso elemento defensivo dos bancos emissores, e o nivelador natural de qualquer desequilíbrio da circulação fiduciária. A privação deste valioso recurso, que decerto é o mais eficaz para regular os capitais pelo manei livre do preço, equivale quase a libertar as instituições bancárias da responsabilidade dos seus actos de administração, por se lhes coarctar o livre arbitrio

na parte mais sensível do seu organismo. A rejeição directa das operações é o único elemento de defesa das instituições emissoras que não dispõem do livre exercício do juro; mas esta providência, de sua natureza violenta e arbitrária, dá tão prejudiciais resultados na prática, que os estabelecimentos de emissão, protegidos unicamente por este modo, devem considerar-se regular e efectivamente constituídos.

"Querer tornar o governo do Estado árbitro do preço dos capitais, é princípio económico bancário que não resiste à mais ligeira crítica, nem precisa grande cópia de argumentação para ser absolutamente vencida. A instituição a que se confiar o funcionamento da emissão fiduciária deve ter plena liberdade de acção sobre o seu mais poderoso elemento defensivo para não poder declinar as responsabilidades do mecanismo bancário sob pretexto de errados e absurdos preceitos, repudiados pela ciência económica e pelas lições da experiência e dos factos".

Sendo assim, em 1887, que ciência nova e que novos factos vieram durante um quadriênio transformar tão radicalmente os conhecimentos humanos sobre este importantíssimo ponto de organização bancária? Porque se introduziu no contrato recente a cláusula da necessidade de autorização governativa para a elevação da taxa de desconto, se há menos de cinco anos se defendeu a liberdade da taxa como essencial à boa gerência dos institutos emissores? O relatório do Banco, de 3 de Fevereiro de 1892, só diz o seguinte, que é transcrito de observações apresentadas por ele ao governo acerca do projecto que veio a converter-se no acordo novo:

"Actualmente o banco pode aumentar a taxa do desconto sem licença do governo. Para que o não faça com mira em lucros, entendeu a lei que o correctivo era atribuir esses lucros ao governo. Isto é injusto e tem inconvenientes. O aumento da taxa do desconto nunca foi meio de aumentar lucros, porque o seu fim é precisamente reduzir e dificultar os descontos para evitar o desfalque das reservas. O projecto teve em vista, portanto, atender às eventualidades que podem aconselhar a elevação da taxa do desconto e tornar impossível qualquer abuso por parte do Banco, tornando dependente a elevação da licença do Governo."

Princípios evidenciados pela ciência e pela experiência, incompatibilidade entre a boa administração do privilégio emissor e as restrições da liberdade do juro, conhecidos resultados péssimos da ingerência governativa na fixação do preço dos descontos e empréstimos - tudo isto que era claro, evidente, ou que só podia ter objecções inconsistentes mesmo durante a mais leve crítica - tudo ficou sem valor, tudo morreu ao cabo de pouco mais de quatro anos, como se fora produto de pura fantasia. Raro se terá visto tão rápida como infundada mudança de doutrinas desde o ministério da fazenda até ao Banco de quem o Estado confiou um dos maiores, um dos mais delicados privilégios. E passou-se de uma a outra doutrina sem a mais leve justificação da mudança; admitiu-se agora, como garantia absoluta contra abusos na gerência, o que há poucos anos se condenava como tão pernicioso e arriscado para ela que até a impossibilitava de defender convenientemente as suas reservas, e lhe arrancava um elemento indispensável à regular actividade do complicado mecanismo emissor.

Nas palavras acima transcritas do relatório de 1892 não há, como o leitor viu, a refutação do que outrora se afirmara tão categoricamente; mas há uma contradição que condena o que agora veio a ser decretado: se o aumento da taxa do desconto nunca foi meio de aumentar lucros, no dizer desse trecho do relatório, e, pelo contrário, os diminui, dificultando os descontos, que necessidade haverá da interferência do governo para evitar abusos na elevação da taxa? Se o abuso é impossível por causa do

próprio interesse do instituto emissor, para que se introduziu como preventivo dele a autorização governativa? Prevenir o impossível é demasiado luxo de previdência que fica mal sobretudo em quem tanto precisa de a empregar com toda a economia.

***

Em resumo, o novo acordo entre o Banco e o Tesouro parece-me fortemente caracterizado por uma série de concessões quase de todo gratuitas, quando já a circulação de notas ascendia talvez a 28000 contos, isto é, o monopólio emissor devia ser avaliado em muitíssimo mais do que o fora em 1887, e quando o Tesouro devia procurar, como nunca, obter dessas concessões o máximo proveito.

Porto, 24 de Fevereiro de 1892

Rodríguez de Freitas

---

1 A carta constitucional portuguesa diz que a divisão e a harmonia dos poderes políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efectivas as garantias que a constituição confere; e depois de estabelecer este princípio fundamental marca as atribuições dos diversos poderes; se qualquer deles tivesse a faculdade de os delegar a outro, a divisão tão preconizada cessaria de facto. Os legisladores, por exemplo, e os juizes passariam para o executivo o direito de legislar e julgar; as autoridades parlamentares, quanto mais limitadas, mais atacam, portanto, o espírito e a letra da carta.



**RESUMOS  
DE  
TESES**



**A MORIM, Inês** - *Aveiro e sua Provedoria no séc.XVIII (1690-1814) - estudo económico de um espaço histórico*, Porto - Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras do Porto, 1996, 2 vols.

Propusemo-nos estudar a economia de um “**espaço histórico**”, a “**Provedoria de Aveiro**”, de 1690 a 1814, sendo Aveiro o seu centro burocrático. Tal **espaço** interessou-nos pelas consequências económicas que imprime. É que, além das fronteiras exteriores da Provedoria, que o poder régio limitou, os poderes senhoriais e locais instituíram, no seu interior, uma multiplicidade de fronteiras. Ora, a nossa interrogação foi apurar até que ponto estas fronteiras políticas significavam fronteiras económicas, obstáculos à deslocação da produção ou dos factores necessários à produção. Por outro lado, a concentração do poder político, dirigente, num ponto de decisão (Aveiro), também originou uma área económica pelas directrizes emanadas a partir daí, criando, artificialmente, relações de dependência.

Interessaram-nos não só as estruturas agrícolas, industriais e comerciais, mas, igualmente, as conjunturas que permitiram falar de um crescimento, ou não, deste espaço. A abordagem de cada um dos sectores respondeu a três questões fundamentais à economia: o que se produz, como se produz, como se distribui o que se produziu.

A **I Parte** abrange 4 capítulos e pretende traçar o percurso de delimitação do espaço de estudo e da sua ocupação.

No **Cap. 1** procurámos determinar a extensão, limites e configuração desse espaço, tanto na vertente administrativa como na religiosa, originando, respectivamente, unidades senhoriais/da Coroa (terras) e freguesias. Para tanto, construímos quadros informativos e descritivos, acompanhados de cartografia que, facilmente, servirão de esteio ou suporte à explanação e que poderão funcionar, como base de dados, a todo o tempo consultável e que, espera-se, seja, para muitos, proveitosa e disponível.

No **Cap. 2**, descrevem-se os suportes físicos deste espaço, quer as características naturais (geológicas e climáticas) e capacidade do uso do solo, quer as vias de comunicação, infra-estruturas fundamentais de circulação, por terra e por água, muito especialmente, as que ligam a terra ao mar. Tenta-se mostrar, no espaço em análise, como alguns condicionalismos físicos suscitaram reacções humanas, elucidando, através mesmo de cartografia histórica, a evolução da Barra de Aveiro ao longo da costa.

No **Cap. 3**, a cidade de Aveiro é apresentada como centro deste espaço, que merece uma análise mais detalhada: a forma como é representada na cartografia histórica, as vias pelas quais é transformada sob a acção de novos processos de construir e de novas formas de circular, pela cidade, ou para fora dela. Tenta-se perceber a “posição” da cidade, ou seja, a função original que determinou a instalação do povoamento, e “o sítio” - as condições que permitem a vida do aglomerado e a realização da função para que foi destinado (relevo, composição do terreno, fontes de água, entre outras).

A ocupação humana do espaço preenche o **Cap. 4**. Por um lado, observa-se a evolução da população de toda a Provedoria, ao longo de XVIII (estimativas, densidade e taxas de crescimento) e, por outro, analisa-se, com maior detalhe, o comportamento demográfico da cidade de Aveiro. Conseguimos construir uma base de dados para as 148 freguesias que formam a Provedoria, cartografando a diferente distribuição do espaço, detectando, aqui e ali possíveis movimentos migratórios. Sobre Aveiro, a análise tornou-se mais profunda, visto não utilizarmos, apenas, os “recenseamentos” da época, mas também, os registos paroquiais. Permitiram-nos estudar as oscilações da mortalidade, e as respostas, a nível da nupcialidade e natalidade, conduzindo-nos ao estudo das tendências demográficas. Através da nupcialidade, tentámos apurar a existência de movimentos migratórios, testando o raio de influência ou atracção da cidade, em relação ao espaço envolvente, mesmo, quando ultrapassa o limite da Provedoria.

Na **2ª PARTE** desenvolvemos, efectivamente, a análise das estruturas e conjunturas económicas.

Ensaíamos um olhar pelos CAMPOS. O **Cap. 5.1**, principiando por observar a paisagem agrícola e a distribuição das culturas, salientou, no entanto, a área inculta, principalmente, quando

ela foi, ao longo do séc.XVIII, alvo de acesa discussão. Tivemos o propósito de, neste ponto, demonstrar a variedade de situações e as possíveis originalidades, nos terrenos alagadiços, sob influência do Vouga ou da Ria. Relativamente à área agricultada, destacamos as culturas que são alvo de discussão, acerca do seu avanço: milho e vinha. Neste quadro de paisagem, a criação de gado merece interesse particular, tanto mais que uma série de iniciativas tentaram articular os prados com culturas intensivas, no que diz respeito às terras marginadas pela Ria. O **Cap. 5.2**, pretende avaliar os obstáculos à circulação dos produtos da terra, marcas do poder de senhores que, através da concentração de dízimos, direitos de foral, ou extensões substanciais de terrenos, condicionavam a exploração da terra ou os níveis de rendimento dos seus moradores. Neste contexto, destacamos: três casas senhoriais, a da Feira, a de Aveiro e a de Bragança, analisando, sobretudo, os direitos ancestrais, depois os senhorios eclesiásticos, como sejam, os dos Mosteiros de Jesus, de Aveiro, Arouca, Lorrvão e S. Agostinho da Serra; finalmente procurámos sinais de constituição de novos patrimónios, à custa de créditos e hipotecas, num processo original. Havia ainda que localizar alguns bens que sofreram disputa calorosa entre senhores e camponeses, e que são, por natureza, bens a partilhar: águas, maninhos, moliços, matas e montados. A 3ª vertente deste tema, no **Cap. 5.3**, foi a tentativa de avaliar a produção agrícola, ao longo do século, acautelando as diversidades dos pesos e medidas, tentando estimar as rendas e, desta forma, aproximarmo-nos, indirectamente, da produção, ora através da avaliação de extensão de terras arroteadas, ora através de contabilidade de quintas, ou ainda, através da curva das dizimarias e peças de cereais.

No **Cap. 6** desta II Parte, abordou uma das temáticas, pessoalmente, mais apaixonantes: o SAL, produto fundamental para homens e animais. Sabemos da animação comercial, a ele ligada, que motivou, no séc.XVII, circuitos de Lisboa e Setúbal para a Europa, enquanto que, acerca do sal de Aveiro, se conhece a sua importância, até ao séc.XV, graças à súplica que Virgínia Rau apresentou. A iniciar este desenvolvimento, no **Cap. 6.1**, chamámos a atenção para a peculiaridade da metrologia do sal de Aveiro. Depois, numa primeira vertente, reconstituímos as características específicas da sua produção: definição da marinha de Aveiro, número de marinhas e sua localização, proprietários e sistemas de exploração. Em seguida, estimámos a produção de sal, tendo em consideração as diferentes condicionantes, quer as características anteriores, quer novas condições: técnica de trabalho, mão-de-obra, condições climáticas, custos de produção. A segunda vertente de análise, **Cap. 6.2**, foi o estudo da circulação do sal, quer internamente, quer para fora do Reino e as consequências que daí advieram: o interesse do Estado na recolha de receitas, as instituições criadas, as condições de comercialização (contratos e transportes), as quantidades e rumos do comércio, as próprias séries de preços. Finalmente, atendendo às características específicas deste produto, avaliamos a sua importância na vida económica da cidade, ao verificámos se, por este facto, seria lícito falar de "monocultura" do sal.

O **Cap. 7** sobre a INDÚSTRIA, encerra três áreas de estudo. A primeira, no **Cap. 7.1**, é uma tentativa de medir o peso desta actividade no espaço em causa, através da análise da estrutura sócio-profissional, e ainda de uma inventariação de actividades, disseminadas, algumas ancestrais e artesanais (cestaria e tapeçarias), outras em manchas de concentração (ferrarias e cerâmica), outras, implicando uma certa organização (vidro, papel e cerâmica). A segunda área, no **Cap. 7.2**, constitui uma tentativa de verificar o peso de Aveiro, na globalidade das iniciativas de industrialização, régias ou privadas, que caracterizaram o séc.XVIII, mas, tendo como enquadramento, as actividades corporativas preexistentes, e mesmo o contexto espacial da Província. Finalmente, no **Cap. 7.3**, é contemplada a área da pesca, actividade ligada a uma costa vastíssima. Ao provocar uma investigação que passa pela inventariação de centros de pesca, e sistemas de exploração, desde a técnica ao financiamento, da organização e estrutura das companhias ao comércio e à indústria conserveira e que são o seu prolongamento, procura-se descobrir os "caminhos da sardinha", de "processos de salga" que lhe ampliam o alcance.

O último capítulo, **Cap. 8**, dedicado ao COMÉRCIO, pretendeu apurar as ligações internacionais, por um lado, mas, do mesmo modo, aquelas que, podendo articular-se, ou não, com estas, têm, sobretudo, um âmbito local e regional. No **Cap. 8.1**, analisa-se a estrutura do comércio marítimo, entrada e saída de embarcações, produtos comercializados e, em especial, avalia-se o movimento conjuntural, ao longo do século XVIII. Este estudo foi precedido pela descrição da construção do porto "comercial", ligado a interesses, poderes e conflitos vários, mas condição essencial para que os fluxos se processassem. No **Cap. 8.2**, o comércio local e regional

medem-se pela distribuição das feiras, "lojas", circulação de vendedores e mercadorias. Por fim, tenta-se articular todos os circuitos, anteriormente referidos, com a praça de Aveiro, observando como é que a cidade funcionou, como plataforma de produtos e comerciantes, e que direcções tomaram.

Enfim, em toda esta abordagem a influência de outros espaços sobre a Provedoria e a cidade de Aveiro "sente-se": a incomodidade entre um norte (Porto) e um sul (Coimbra), a que se junta o crescimento da cidade de Viseu no "centro".



## **ROCHA, Idorindo Vasconcelos da** - *O carvão numa economia nacional. O caso das Minas do Pejão - Dissertação de mestrado em História Contemporânea, FLUP, 1997.*

*O carvão numa economia nacional - o caso das minas do Pejão* - é o título da dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no passado dia 2 de Junho.

Ao longo dos quatro capítulos que constituem o trabalho, numa extensão de quase 500 páginas, assiste-se ao fenómeno do aparecimento do carvão mineral em Portugal, problematiza-se a sua relação com as actividades industriais, inicialmente determinado pela necessidade de um substituto para as lenhas que as forjas, ferrarias ou metalurgias exigiam, até se chegar à verdadeira justificação do título, isto é, à importância que o carvão, como combustível, assume no processo da industrialização Oitocentista, nomeadamente a sua participação na tecnologia do vapor e a implicação que esta determinou na geografia mineira do país. Porém, para além desta questão, tratada no III capítulo - *Portugal no tempo do carvão* - e que se prolonga por quase dois terços do século XX, é permanentemente abordada a sempre polémica coexistência - concorrência com o carvão estrangeiro e a sua rivalidade perante as energias que no decorrer do presente século o foram subalternizando.

Carvões escassos e de baixa qualidade levam Portugal a fazer um esforço cada vez maior no inventário e aproveitamento dos nossos recursos carboníferos até se lançar no operacionalização e aproveitamento das potencialidades da sua hulha branca.

O III capítulo mostra o que foi esse esforço de utilização dos recursos nacionais, sobretudo quando em épocas de constrangimentos externos como os que decorrem das duas guerras mundiais, já que as dificuldades de abastecimento no mercado externo se tornam determinantes na exploração dos nossos jazigos, particularmente dos da Bacia Carbonífera do Douro.

Ao longo de todo este capítulo ficou traçado o percurso do carvão na sua inteira relação com um quadro de economia nacional, a que não falta a análise de todo um esforço levado a cabo pelo nacionalismo económico do Estado Novo para a exploração dos nossos jazigos carboníferos e, muito particularmente, da Bacia carbonífera do Douro.

Tendo como tema central o carvão, a tese não se fica apenas pelas questões económicas ou industrialistas a que ele, como fonte de energia, indissociavelmente se liga e às quais se deve toda a exploração das jazidas carboníferas a partir da década de 50 de Oitocentos, para o que muito contribuiu a criação do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria em 1852.

Tomada como consensual a premissa de que sem carvão e ferro os países não se desenvolvem, assiste-se, no II capítulo - *A Indústria Mineira Na Riqueza Nacional* - a toda uma corrida às minas que desde os meados do século XIX movimentam as gentes portuguesas e em particular os capitalistas estrangeiros, evoluindo todo esse frenesim mineiro ao sabor das conjunturas internacionais.

Questionou-se, mais uma vez, a verdadeira vocação do país, traduzida na dicotomia "*Portugal agrícola ou industrial*", concluindo-se ainda que, contrariando todos os mitos que alimentaram os sonhos de tantos quantos depositaram no subsolo, quase por si só, o fundamento da nossa independência e desenvolvimento económico, a questão - *o que é a riqueza mineral?* - é sempre difícil de determinar, tendo em conta os factores que nela intervêm, nomeadamente a exigência de capitais avultados, a facilidade ou não com o transporte dos minérios, as questões técnicas decorrentes da sua transformação e, para além de quaisquer outros, o mais determinante sem dúvida, as condições de mercado a que se liga a cotação dos minérios.

Mas, como sem legislação não há desenvolvimento, também a tese consagra, no I capítulo - *As Grandes Questões Mineiras* - 100 páginas dedicadas às grandes questões da jurisprudência mineira que no decorrer da centúria anterior foram objecto das mais acaloradas discussões políticas, quer na Europa quer em Portugal. São assim afloradas as questões da propriedade e concessão mineiras, tal como os direitos dos descobridores, estabelecendo-se simultaneamente o confronto e a ligação com a legislação europeia.

O IV capítulo - *Da Bacia Carbonífera do Douro ao Couto Mineiro do Pejão* - num total de 141 páginas, analisa muito brevemente os primeiros estudos geológicos da maior mancha carbonífera portuguesa levada a cabo na segunda metade do século passado, para depois se dedicar às Minas do Pejão - *Empresa carbonífera do Douro*.

Ao longo de mais de 100 páginas tecem-se considerações sobre as primeiras jazidas, a produção e o seu destino, e analisa-se o papel de duas sociedades que constituem, por excelência, a história mineira do Pejão. A primeira, *Companhia Carbonífera e Industrial do Pejão*, é um marco na alvorada histórica do seu carvão na última década do século XIX, enquanto que a segunda, a *Empresa Carbonífera do Douro*, constitui, a partir da década de 30 do presente século, toda a história do Pejão, de que resta todo um espólio documental, cultural e arqueológico para uma grande historiografia do carvão e de que foi obreiro o cidadão belga Jean Tyssen.

Neste capítulo é ainda analisada toda a estratégia de Jean Tyssen na gestão de todo um complexo mineiro, onde abundam os variadíssimos exemplos de um eficaz modelo paternalista.

**MOUTINHO, Maria José** - *A Sombra e a Luz - As prisões do Liberalismo*  
- *Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea,*  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

Neste final do século XX a prisão é, no mínimo, um tema controverso que tem provocado, desde os anos setenta, um debate alargado e interdisciplinar no qual a História assumiu um papel de relevo. De facto, se a prisão é uma instituição fundamental na estrutura repressiva dos estados, ela assumiu essa prerrogativa ao transformar-se - nos finais de setecentos/inícios de oitocentos - fruto das conquistas da Ilustração e dos princípios utilitaristas, na sanção penal por excelência. Desta feita, o estudo da emergência e triunfo da prisão penal, da evolução dos sistemas de confinamento, da lógica das construções penitenciárias, etc., torna-se um elemento crucial na compreensão da orgânica dos poderes nos estados liberais e, posteriormente, dos sistemas democráticos, que herdaram, não só, espaços prisionais, mas também, rotinas do seu quotidiano e práticas disciplinares, que se perpetuaram, com os próprios edifícios, muito para além do que era legítimo esperar-se, pervertendo, em múltiplos casos, os próprios ideais de Justiça.

A importância da compreensão desta problemática tem suscitado em diversos países um amplo interesse, concretizado numa bibliografia muito vasta, de que se destacam alguns notáveis trabalhos académicos. Ao contrário, no nosso país, esses são domínios ainda pouco percorridos pelos historiadores, ainda que se demonstre urgente a sua abordagem.

Na dissertação apresentada procurei desbravar alguns desses caminhos, situando-a no contexto histórico da nossa realidade oitocentista e buscando num exemplo de caso - o da Cadeia da Relação do Porto - a possibilidade de estudar no próprio "terreno" o complexo mundo das prisões. De facto, daquela cadeia não só existe um vasto espólio como, após a intervenção do IPPAR no edifício, subsistem os seus antigos espaços cuidadosamente preservados.

Iniciei o trabalho com a apresentação dos seus objectivos e com uma revisão teórica dos estudos que nas últimas quatro décadas demonstraram esse interesse progressivo pela história da prisão, bem como as perspectivas interpretativas sobre o seu significado político, social e ideológico. Na continuidade, apresentei as fontes que serviram de suporte à dissertação e uma análise crítica do seu conteúdo.

Dediquei o segundo momento à análise da emergência e triunfo da prisão penal dentro do sistema punitivo em uso nos países ocidentais, quando a pena de privação de liberdade se tornou o elemento crucial do novo sistema. Chegada a essa encruzilhada, em que se encontraram projectos e realizações provenientes da Europa e da América, procurei acompanhar a situação portuguesa, referenciando as mais importantes influências desse pensamento reformador, cotejando os princípios teóricos com as práticas efectivas do nosso quotidiano prisional face ao contexto histórico circundante.

Procurei, depois, caracterizar os espaços de confinamento, na medida da importância que assume no séc. XIX a reestruturação do espaço prisional, tendo presente, quer os projectos para novas cadeias, quer as ideias mais pragmáticas para adaptação de construções já existentes a essas funções, apresentando em paralelo a situação real dos edifícios que serviam como prisões, nomeadamente os pertencentes ao Distrito Judicial da Relação do Porto.

Após esta análise, fui em busca dos protagonistas desta história, afinal os ocupantes das cadeias, numa época em que a ciência e o grande público manifestaram por eles um desusado interesse. Tentei, por isso, enquadrar na sociedade do tempo criminosos e delinquentes, abordando as reacções aos fenómenos de marginalidade, ao acto criminoso, às percepções de insegurança, e ao posicionamento da recém-nascida ciência criminológica.

Já "dentro" da prisão, abordei os seus habitantes numa perspectiva sociológica, buscando o perfil do detido - a sua origem geográfica, a sua repartição sócio-profissional, a distribuição por sexos, grupos etários e estado civil- bem como a natureza dos seus crimes e a resposta social aos seus actos delituosos. Esta análise justifica-se porque a história das prisões deve ser estudada na

base da relação permanentemente estabelecida entre a sociedade confinada e a sociedade livre, assumindo, por isso, uma grande importância a ligação com a história das "classes trabalhadoras" e das "classes perigosas", bem como com a história social do crime. Em pano de fundo tive presentes os "poderes morais" que a sociedade civil utilizou como meio informal de sancionar os comportamentos, em paralelo com a capacidade de sanção penal das instituições do Estado. Neste capítulo fiz, também, uma abordagem específica à situação das mulheres, das crianças e dos jovens delinquentes enquanto detidos nas prisões, analisando os dispositivos correcionais alternativos postos à disposição pelo Estado Liberal. No caso dos menores tornava-se essencial essa perspectiva global para entender o relacionamento entre os conceitos de educação/reeducação do liberalismo.

A condição dos degredados e dos condenados a pena última foi também objecto de estudo, porque, tendo eles constituído uma parcela dos presos detidos na Cadeia da Relação do Porto, viriam a marcar de forma muito específica o seu quotidiano, sendo os primeiros veículo de um expediente penal, indissociável do sistema prisional então vigente.

Após a análise do espaço e dos seus habitantes, impunha-se estudar a superintendência dos estabelecimentos regida por magistrados, carcereiros e guardas que, alicerçados nos regulamentos, normas e medidas disciplinares, constituíam afinal o primeiro e mais directo suporte do sistema.

O objectivo seguinte foi analisar diversos aspectos da vida quotidiana dos detidos - alimentação, sexualidade, instrução, vida religiosa, trabalho, práticas clandestinas, etc. - facetas ignoradas de uma rotina que é necessário enquadrar em contextos complexos de poder e subordinação, de rigor institucional e de informalismo. Neste capítulo procurei dar voz aos intervenientes de todo o processo, habitualmente rodeados de uma conveniente espiral de silêncio. O seu discurso é quase sempre argumentativo, desconhecendo-se a sua fidelidade, mas é, apesar de tudo, a única via aberta para um entendimento mais próximo, mais humanizado da prisão.

A investigação que realizei, seguindo o itinerário assinalado, iria conduzir-me a algumas conclusões que me parecem significativas. A realidade oitocentista estudada, ainda que marcada pelas influências do pensamento reformador - europeu e americano - no campo da penalidade e das prisões, sofreu, inevitavelmente, as sequelas do complexo evoluir político nacional e das adversas condições do Tesouro. Desta forma, entre as teorias, os modelos propostos e as realizações conseguidas permaneceu um fosso intransponível, que se manteria como uma das facetas marcantes da nossa realidade prisional. A Cadeia da Relação é um bom exemplo de como um espaço prisional de Antigo Regime, à semelhança de tantos outros pelo país fora, permaneceu incólume aos ideais reformadores e, paralelamente verificar que não houve, de facto, uma política de investimento na reforma e adaptação dos antigos edifícios, mantendo-se as velhas cadeias com péssimas condições de salubridade e segurança, com espaços colectivos de reclusão, propiciando situações de grande iniquidade e graves vícios na separação e distribuição dos presos.

Se o interesse pela adopção de um sistema penal e penitenciário e o empenhamento na sua discussão se tornam notórios logo no período vintista, foi a partir da Regeneração que pareceram estar criadas as condições para realizar as reformas penais e das prisões. A discussão aberta iria redundar na publicação da Lei de 1 de Julho de 1867, porém, as intenções do legislador mostrar-se-iam, em certa medida, extremamente ambiciosas para as realidades do país. Os princípios penais aprovados dependiam em grande parte da construção de novas cadeias para as quais não havia suporte financeiro, e a constatação que os imóveis existentes jamais se poderiam adaptar às exigências da nova filosofia penal fez com que o Estado se coibisse de beneficiar as velhas cadeias com obras de manutenção absolutamente imprescindíveis.

Face a este nó górdio, optou-se pela pior das soluções, começando onde se devia terminar, isto é, adiando indefinidamente a organização das casas de correcção e das colónias agrícolas correcionais destinadas aos mais jovens. Paralelamente, deixaram-se cair aos pedaços muitas das cadeias comarcãs e de julgados, investindo-se todo o esforço financeiro na construção das penitenciárias, quando o sistema prisional adoptado em 1867 era já abalado na sua essência pelas conquistas da ciência criminológica.

Perante a situação das cadeias na metrópole, optou-se, ao longo do século, pela sistemática aplicação da pena de degredo/transportação para as colónias que representava para a opinião

pública uma garantia de segurança e de saneamento moral da metrópole, permitindo um descongestionamento periódico das cadeias e tornando menos premente o problema das reformas. Paralelamente, a emigração, nomeadamente para o Brasil, aliviou substancialmente a pressão social dos fluxos migratórios rumo ao litoral, que não chegaram a criar nas grandes cidades redes importantes de marginalidade, nem suscitaram excessivos comportamentos criminosos, como aconteceu noutros países, desencadeando conflitos insolúveis. A ordem social não esteve em perigo, uma vez que, apesar de tudo, a polícia, os tribunais e as cadeias existentes foram suficientes nos seus esforços para manter a "coesão social". Desta forma, para entender todo o nosso sistema prisional oitocentista, torna-se imprescindível ter presente a existência dessas duas realidades: degredo/transportação e emigração.

A prisão reformadora do início do século, que se legitimara pelo seu próprio ideal de regeneração, não passou de uma utopia e o sonho penitenciário saldou-se por um verdadeiro fracasso. Se as velhas cadeias permaneciam como escolas do crime, as assépticas penitenciárias desacreditavam-se sob outro tipo de acusações. No que nos diz particularmente respeito, as nossas cadeias foram, ao longo de todo o séc. XIX, ressaltando-se o caso da Penitenciária de Lisboa em que os problemas eram outros, lugares onde habitualmente o cumprimento das penas se multiplicou em sofrimentos suplementares - o frio, a fome, a promiscuidade, a violência, as actuações arbitrarias de carcereiros e guardas, a marca indelével da passagem pela prisão - sem que fosse sequer imaginável a possibilidade da emenda, ou da regeneração para o detido, tal como a sua reinserção social. A função repressiva, clássica da prisão, sobrepôs-se a qualquer outra função que, teoricamente, se tenha querido atribuir-lhe. O exemplo da Cadeia da Relação do Porto, que analisei detalhadamente neste trabalho, não deixa margem para dúvidas quanto a essas realidades.

Cabe perguntar, finalmente, qual o sentido desta prisão oitocentista fétida, sobrelotada, permissiva e corruptora que se manteve inalterada ao longo do século. Ela foi, afinal, a negação mais perfeita dos ideais dos filantropos, a contradição mais completa dos projectos dos reformadores, a ignorância mais soberana da própria lei. A prisão dos liberais terá sido, talvez, a prisão "necessária e suficiente" como instrumento de defesa social, face aos contextos nacionais, lugar de punição, mas também espaço dissuasor para os seus habituais frequentadores: os delinquentes, os marginais, em grande parte dos casos os miseráveis.

Só em 1901 foi aprovado o novo regulamento para as cadeias, fruto, aliás, de um projecto que vinha de longe e se iniciara formalmente em 12 de Dezembro de 1896. Contudo, não se encerrava com este acto a penosa situação das cadeias portuguesas, nem se melhorava especialmente a sorte dos seus ocupantes. O deplorável desempenho da administração da Justiça portuguesa no domínio das prisões não viria também a sofrer grandes mudanças com o surgimento da República, cujos ideais a obrigavam, mais do que a qualquer forma de governo, a transformar as prisões e a humanizá-las. As mudanças viriam, mas num contexto diverso, inseridas na política do Estado Novo.



## **RECENSÕES**



## NAZARETH, J. Manuel - *Introdução à Demografia - Teoria e Prática*, Editorial Presença, 1996

Na sequência da publicação de *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa* (1988), o autor concebe agora *Introdução à Demografia - Teoria e Prática*, pretendendo dar-lhe continuidade, não como "uma edição revista da publicação anterior mas como um trabalho completamente renovado pela experiência, pelas novas técnicas e problemáticas que foram surgindo nos últimos anos, esperando comunicar o gosto pela Teoria e Prática da Demografia às novas gerações" (p.12).

Ao longo de toda a obra valoriza aquilo que apelida de natureza autêntica da demografia - "ser uma ciência social de raiz biológica" (p. 12). O seu índice está organizado em oito capítulos, ao longo dos quais percorre e analisa os aspectos mais importantes para quem pretenda encetar e desenvolver o gosto pelo estudo destes fenómenos.

No Capítulo I, intitulado *A População Mundial: traços gerais de evolução*, apresenta, numa óptica de longa duração em dez grandes temas, uma panorâmica geral da história da população: a dispersão da dinâmica populacional dos primeiros tempos, as civilizações em que surgem os primeiros dados numéricos de interesse demográfico, o "extremo limite do desinteresse pela continuação da aventura humana numa Antiguidade em transição do paganismo para o cristianismo" (p. 20), o declínio da população associado ao nascimento do Ocidente Medieval, o aparecimento de um "segundo mundo cheio", o declínio populacional dos séculos XIV e XV na sequência da peste negra, a trilogia (crescimento moderado da população, crises de mortalidade e crises de subsistência) do sistema auto-regulador do Antigo Regime, a destruição deste e o crescimento da população na Europa Ocidental (destaque para o modelo explicativo de Dupâquier) e a evolução da população nas restantes partes do mundo associada a uma reflexão sobre alguns dos grandes dilemas da ciência demográfica no mundo actual, fecham este primeiro capítulo.

No segundo capítulo, como o próprio autor afirma, passa-se dos factos à teoria, tentando "explicar como foi amadurecendo ao longo dos séculos a consciência das grandes questões directas ou indirectamente ligadas aos aspectos quantitativos de dinâmica populacional" (p. 48). Assim, após uma abordagem genérica do contributo dos primeiros demógrafos, analisa a importância da obra de Thomas Robert Malthus *Ensaio sobre o Princípio da População*, publicada em finais do século XVIII, como um importante e decisivo referente para o desenvolvimento da demografia como ciência (Malthusianismo; Neomalthusianismo e Antimalthusianismo). Ainda neste capítulo, são passados em revista os princípios fundamentais de um importante modelo interpretativo em demografia - a teoria da transição demográfica, terminando com uma reflexão sobre a unidade e diversidade da Demografia (Demografia Histórica, Demografia Social, Políticas Demográficas e Ecologia Humana).

O terceiro capítulo inicia o leitor nos principais métodos e técnicas utilizadas pela análise demográfica ao nível dos aspectos globais da população (ritmos de crescimento, densidades e estruturas demográficas).

No quarto capítulo são apresentadas as principais fontes utilizadas pela análise demográfica, destacando as fontes portuguesas mais importantes (Recenseamentos e Estatísticas Demográficas do Estado Civil), terminando com a apresentação de medidas elementares de qualidade dos dados, tais como a relação de masculinidade dos nascimentos, o índice de Whipple, o índice de Irregularidade, o índice Combinado das Nações Unidas e a Equação de Concordância.

Que dados recolher? Como proceder à sua análise? Para responder a estas questões, entre outras, surge o capítulo quinto, ao longo do qual J. Manuel Nazareth precisa alguns conceitos básicos e apresenta os princípios de análise longitudinal e princípios de análise em transversal.

Sequencialmente, o sexto e sétimo capítulos são dedicados à análise das duas variáveis microdemográficas responsáveis pelo movimento natural da população, bem como ao estudo da fecundidade enquanto variável sociodemográfica que, indirectamente, actua nesse movimento. Em

relação à mortalidade, destaca as suas técnicas de medição e caracterização (taxas brutas de mortalidade enquanto medidas de mortalidade geral, o método da população-tipo, a construção das tábuas de mortalidade, métodos indirectos de medida da mortalidade ...). Na análise da natalidade, fecundidade e nupcialidade, constata-se, antes de mais, uma preocupação em precisar estes termos, para depois proceder também à apresentação das diferentes medidas de análise da natalidade e da fecundidade, através do recurso a exemplos claros e objectivos (taxas brutas enquanto medidas elementares de análise, princípio da estandardização, princípio da translação, natalidade por meses, nupcialidade e divórcio, tábuas de nupcialidade e o método de Hajnal ...).

Os movimentos migratórios são objecto de uma análise genérica no último capítulo desta obra, salientando as dificuldades de pesquisa que ainda se verificam, destacando alguns métodos e técnicas comuns aos diferentes tipos de movimentos migratórios aplicáveis aos dados disponíveis no nosso país (cálculo das taxas brutas, método da equação de concordância, métodos da população esperada).

A trajectória pelos diferentes capítulos desta obra de leitura acessível e agradável, colocou-nos perante um livro cujo conteúdo é fundamental a todos aqueles que agora iniciam a sua caminhada pelo mundo fascinante da demografia.

*Maria Elvira Castanheira*

**NUNES, Berta - O Saber Médico do Povo, Fim de Século Edições, 1997**

"Esta tese pretende apresentar as formas como um grupo social trata do corpo e da saúde para além da ciência médica, bem como as ideias que sustentam esses comportamentos de gestão do corpo e da saúde", explica a autora no início do seu trabalho, inicialmente uma dissertação de doutoramento apresentada no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, na área de Saúde Comunitária/Antropologia Médica.

Trata-se de um trabalho de natureza muito particular no campo da investigação em saúde em Portugal, pois, como sublinha Raul Iturra no prefácio, "é preciso um carácter especial, para combinar ciência médica, ciência antropológica e ciência da experiência, para assim manter o corpo treinado e a produzir e para se divertir". Com efeito, a Doutora Berta Nunes, depois de um "estágio" em teoria antropológica e observação participante na Beira Alta com a equipa do Prof. Iturra, realizou o trabalho de campo relativo a esta investigação em Vales, aldeia com 200 habitantes, em Álfandega da Fê (Bragança), onde trabalha como assistente graduada de clínica geral no Centro de Saúde local.

Trata-se, portanto, do resultado de uma preocupação que normalmente não é considerada nas funções do clínico, pelo menos de forma sistemática: procurar conhecer o contexto cultural onde o médico trabalha e apreender os sistemas de referências locais no que concerne ao corpo e à saúde/doença, buscar no grupo rural com que se trabalha a "racionalidade das aparências" produzida pelo "pensamento analógico", usando para isso as estruturas disciplinares da Antropologia Médica.

Depois de uma introdução em que se discutem questões teóricas e metodológicas, a que acresce uma breve apresentação da estrutura do trabalho, a obra em referência desenvolve-se em sete capítulos.

Sequencialmente, surge a abordagem do contexto: os mitos das origens, as referências económico-sociais, a demografia (emigração, colonização), as transformações técnicas na produção e no mercado, com consequências ao nível das condições de vida. Segue-se o problema da alimentação, em estreita dependência da produção local e de conceitos produzidos contextualmente, com fortes resistências à mudança, embora cada vez mais influenciados do exterior, com padrões alimentares tradicionais que sendo bastantes homogêneos estão longe de ser igualitários e recebem influências do calendário e alguns mitos ao nível da sua capacidade retemperadora.

A higiene e as representações que lhe subjazem são objecto do capítulo seguinte, onde se dá relevo à persistência de formas arcaicas, marcadas pela valorização das partes visíveis por outrem e um excesso de pudor para as partes ocultas, com mutações drásticas muito recentes, por imposições do exterior, nomeadamente a convivência com os angolanos de retorno, novas imagens e novas arquitecturas habitacionais.

Os actos de nascer e morrer são enquadrados posteriormente, dando-se relevo aos comportamentos demográficos daí derivados, com as alterações dos padrões de fecundidade e de mortalidade infantil a partir dos meados dos anos 60. Só então se começou a evoluir para a família malthusiana, através da prática do "cuidado" (coito interrompido), o que só por si parece ter assegurado uma significativa redução da natalidade, e só mais tarde houve contacto com outros métodos anti-concepcionais. Significativas são as analogias feitas pelas mulheres que relacionam o grande número de filhos com o castigo, acusando os homens da sua indiferença para com o problema. A evolução no tratamento das crianças, com reflexos ao nível da mortalidade infantil, nas relações inter-familiares e na escolaridade é igualmente abordado, tal como a gravidez e os seus mitos e o parto. A autora dá relevo ao papel da parteira curiosa, mulher que tinha aprendido consigo própria e com outras mulheres, e aos seus actos de entreajuda, e confronta essa prática com a actual, nos serviços de obstetria dos hospitais concelhios ou distritais: enquanto em casa, as parturientes tinham os filhos de joelhos ou de cócoras, no hospital eram coagidas a manterem-se deitadas na cama, tendo os filhos em decúbito dorsal, queixando-se de dificuldades no parto e de aumento de dores do mesmo, mas posição mais cómoda para os profissionais de saúde. A medicalização do parto é agora uma realidade, o que contribuiu para a diminuição da mortalidade

materna e peri-natal, mas, na medida em que impõe um controlo exterior sobre o corpo da mulher durante a gravidez e o parto, submetido a regras impostas pelos profissionais de saúde, arrasta consigo experiências psicológicas não raro traumatizantes. O pós-parto, essa fase mágica de interdições para a mulher, que precisa de recuperar a vários níveis, muitos deles simbólicos, é também abordado, terminando o capítulo com uma digressão pela problemática da morte, num contexto em que a separação entre o mundo dos vivos e o dos mortos não é completa e as almas do outro mundo podem voltar em outras situações.

"Os usos sociais do sagrado" é a expressão que dá título ao capítulo V, que trata da relação dos camponeses com o sobrenatural, numa relação pragmática. As pragas, as bruxas, as fadas, as almas do outro mundo, os santos enquanto mediadores entre os homens e Deus ajudam a explicar relações e situações sociais. Este recurso ao sobrenatural é particularmente incisivo na doença, sendo usado às vezes paralelamente ao da medicina convencional quando esta não convence, daí a persistência de homens e mulheres de virtude, de endireitas e outros tipos de intervenientes neste domínio, bem como uma ligação profunda ao sagrado.

O modelo biomédico do corpo (com a ideia de corpo-mecanismo, dominante desde Descartes, em que espírito e matéria são duas realidades separadas e diferentes) não se ajusta à imagem do corpo nesta cultura rural, problema que se desenvolve no VI capítulo: "na cultura rural, o corpo é um corpo aberto, em contacto com o cosmos, a natureza, a comunidade". Aqui, os espíritos, o mau-olhado, o ar de defunto, as bruxarias, as pragas, o medo, o inimigo, o frio, a humidade ou o calor excessivo relacionam-se com a doença, o mal estar, a morte, ainda que o corpo se olhe também "como uma máquina que é preciso manter bem oleada e com um combustível adequado, o que corresponde a um padrão alimentar preciso". Aqui, o corpo "reactualiza o passado" ligando-se ao espírito dos antepassados; integra o corpo místico da Igreja, na medida em que os sacramentos o protegem e o purificam; é "solidário com as emoções", pois as emoções fortes, o medo, a paixão podem provocar a doença e a morte; é um corpo socializado, solidário e vítima com as forças da comunidade (vizinhos, bruxas, animais); é um corpo que se conhece por analogia com o corpo e os comportamentos animais ("conhece o teu corpo, mata o teu porco").

Do contexto referenciado, emergem nosologias e terapêuticas heterogêneas (capítulo VII), pois a doença é aqui essencialmente um factor de desordem num mundo previamente ordenado. Como refere a autora, a noção de infortúnio é uma forma mais aproximada de descrever essa desordem/doença. Daqui decorrem vários níveis de explicação causal, sobrepostos, que não formam um todo homogêneo, facto que origina diversos itinerários terapêuticos entre os recursos localmente disponíveis. De resto, a doença e as suas explicações causais podem ter um uso social que lhes fornece novos sentidos no interior da comunidade (são os emigrantes os principais clientes das mulheres de virtude quando do seu regresso em fêrias, o que pode indiciar um reforço dos laços com a cultura de origem). Nesta cultura rural coexistem, então, os recursos tradicionais e a medicina ocidental, onde as ideias científicas são objecto de integração, mas sem abandono das ideias tradicionais, embora os terapeutas tradicionais tenham vindo a desaparecer (caso das parteiras curiosas) e outros a adaptar-se (mulheres de virtude, que já receitam medicamentos de farmácia).

Ao valorizar o facto de que todo o grupo social tem a sua própria teoria sobre o corpo e a saúde, este trabalho insere-se numa corrente crítica às insuficiências do modelo biomédico clássico, para quem a doença e o doente são entidades abstractas e descontextualizadas e defende em alternativa um modelo biopsicossocial ou mesmo um modelo bio-psico-sócio-cultural, cada vez mais adoptado pelos médicos de família e da comunidade, por oposição aos especialistas hospitalares. O importante é melhorar a relação médico-doente e otimizar as suas repercussões sobre a doença. E se a cultura local é dinâmica e vai integrando as ideias biomédicas, há sempre áreas de não coincidência, pelo que importa lidar com o saber pragmático das populações locais, "um saber que provém do fazer e do ver fazer, do acreditar e não do sistematizar, experimentar e abstrair".

Éis um livro que, pela sua linguagem clara e acessível, pelo lastro de investigação que implicou e pelo conteúdo de "maravilhoso" que encerra, se lê de um fôlego e soa como um alerta, como uma pedrada no charco, para todos os profissionais de saúde, chamando-lhes a atenção para a abertura ao meio e sua compreensão.

Marinha Fernandes Carneiro

FSECPorto

## ÍNDICE

<b>NOTA DE ABERTURA</b> .....	3/5
<b>A POPULAÇÃO PORTUGUESA NOS INÍCIOS DE SÉCULO XIX</b> .....	7
por FERNANDO SOUSA	
<b>PROSPECTIVA DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO NA UNIÃO EUROPEIA</b> .....	77
por J. MANUEL NAZARETH	
<b>SOBRE A DEMOGRAFIA ESCOLAR (II)</b> .....	97
por JORGE CARVALHO ARROTEIA	
<b>RASGOS Y PROSPECTIVA DE LA COMUNIDAD PORTUGUESA ASENTADA EN ESPANA</b> .....	107
por LORENZO LÓPEZ TRIGAL	
<b>A COMUNIDADE PORTUGUESA NAS REGIÕES DO BIERZO E LACIANA (PROVÍNCIA DE LÉON, ESPANHA)</b> .....	117
por CARLOS ARANDA VASSEROT	
<b>O CRESCIMENTO URBANO NO PORTUGAL OITOCENTISTA</b> .....	131
por MARIA LUÍSA ROCHA PINTO / TERESA RODRIGUES	
<b>AS TENDÊNCIAS RECENTES DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL PORTUGUESA: UMA EVOLUÇÃO QUE PRIVILEGIA OS AGLOMERADOS DE MAIOR DIMENSÃO</b> .....	147
por MARIA LUÍSA ROCHA PINTO / TERESA RODRIGUES	
<b>CASA E FAMÍLIA. AS «ILHAS» NO PORTO EM FINAIS DO SÉCULO XIX</b> .....	159
por GASPAS MARTINS PEREIRA	
<b>DEMOGRAFIA, HISTÓRIA DA FAMÍLIA E DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA IDADE MÉDIA: ALGUMAS REFLEXÕES</b> .....	185
por LUÍS MIGUEL DUARTE	
<b>OS EXPOSTOS DE BARCELOS EM FINAIS DO ANTIGO REGIME</b> .....	191
por SEBASTIÃO MATOS	
<b>POPULAÇÃO E FAMÍLIA EM PONTA DELGADA NA SEGUNDA METADE DE SETECENTOS: A FREGUESIA DE SÃO PEDRO</b> .....	207
por ARTUR MADEIRA / JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES	
<b>A CIDADE DO PORTO NA 1.ª METADE DO SÉCULO XIX: POPULAÇÃO E URBANISMO</b> .....	229
por PAULA GUILHERMINA DE CARVALHO FERNANDES	
<b>A POPULAÇÃO DA CIDADE DE S. MARTINHO DE PENAFIEL NOS SÉCULOS XVII E XIX (1700 - 1807)</b> .....	247
por GEÁLDA MARIA FERREIRA DOS SANTOS	

<b>O TEMOR DO DIVINO NA PATERNIDADE DE QUATRO EXPOSTOS.....</b>	261
<i>por MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO COSTA</i>	
<b>EL COLEGIO DE LA "ALLIANCE ISRAÉLITE" EN TETUAN: SEMILLERO DE EMIGRANTES SU CENTENARIO Y OCASO EN 1962 .....</b>	267
<i>por JUAN B. VILAR</i>	
<b>AS CRISES DE MORTALIDADE NA FREGUESIA DE CAMPANHÃ (1790 - 1900).....</b>	273
<i>por PRECÍLIA PINTO RODRIGUES</i>	
<b>DOCUMENTOS .....</b>	331
<b>A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA E O BANCO DE PORTUGAL Um texto de Rodrigues de Freitas sobre a reforma bancária de 1891.....</b>	333
<b>A CIRCULAÇÃO MONETÁRIA E O BANCO DE PORTUGAL.....</b>	335
<b>RESUMOS DE TESES .....</b>	347
<b>RECENSÕES .....</b>	359



